

**Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados**

Centro de Documentação e Informação

Coordenação de Biblioteca

**<http://bd.camara.gov.br>**

"Dissemina os documentos digitais de interesse da atividade legislativa e da sociedade."



Câmara dos Deputados

PERFIS  
PARLAMENTARES **53**



LYSÂNEAS  
MACIEL

Brasília – 2008

A experiência democrática dos últimos anos levou à crescente presença popular nas instituições públicas, tendência que já se pronunciava desde a elaboração da Constituição Federal de 1988, que contou com expressiva participação social. Politicamente atuante, o cidadão brasileiro está a cada dia mais interessado em conhecer os fatos e personagens que se destacaram na formação da nossa história política. A Câmara dos Deputados, que foi e continua a ser – ao lado do povo – protagonista dessas mudanças, não poderia deixar de corresponder a essa louvável manifestação de exercício da cidadania.

Criada em 1977 com o objetivo de enaltecer grandes nomes do Legislativo, a série Perfis Parlamentares resgata a atuação marcante de representantes de toda a história de nosso Parlamento, do período imperial e dos anos de República. Nos últimos anos, a série passou por profundas mudanças, na forma e no conteúdo, a fim de dotar os volumes oficiais de uma feição mais atual e tornar a leitura mais atraente. A Câmara dos Deputados busca, assim, homenagear a figura de eminentes tribunos por suas contribuições históricas à democracia e ao mesmo tempo atender os anseios do crescente público leitor que vem demonstrando interesse inédito pela história parlamentar brasileira.

Hebe Guimarães Machado, jornalista, mineira de Ponte Nova, nascida em 1949, é servidora do quadro efetivo da Câmara dos Deputados desde agosto de 1998, lotada na Assessoria de Relações Internacionais da Presidência.

Formada pela Universidade de Brasília, fez cursos de especialização no Macalester College (World Press Institute), em Saint Paul, Minnesota, EUA, e no Centre de Formation et Perfectionnement des Journalistes (Fondation Journalistes en Europe) em Paris, França.

Em trinta anos de jornalismo, dos quais vinte como correspondente no exterior, trabalhou como repórter do Jornal do Brasil, O Globo, TV Globo, O Estado de S. Paulo, BBC Radio (Serviço Brasileiro), Danmarks Radio, CNN International e TV Câmara.

No Brasil, trabalhou na cobertura política do governo federal (ministérios militares, Palácio do Planalto, Itamarati) e do Congresso Nacional. No exterior, atuou como correspondente nos Estados Unidos, em vários países da Europa Ocidental e Oriental, no Oriente Médio e na África.

Prêmio Esso de Jornalismo em 1976, pela série de reportagens Assim vivem os superfuncionários (mordomias), publicada pelo jornal O Estado de S. Paulo (juntamente com Ricardo Kotscho e equipe); e CNN World Report Contributors Award, em 1995, na categoria Best Money and Markets Report (finalista), pela reportagem: "Street Salesman", de Angola. Oficial da Ordem de Rio Branco.



PERFIS  
PARLAMENTARES

53



**LYSÂNEAS**  
**MACIEL**

**MESA DA CÂMARA**

**53ª LEGISLATURA – 2ª SESSÃO LEGISLATIVA**

**2008**

*Presidente* **ARLINDO CHINAGLIA**

*1º Vice-Presidente* **NARCIO RODRIGUES**

*2º Vice-Presidente* **INOCÊNCIO OLIVEIRA**

*1º Secretário* **OSMAR SERRAGLIO**

*2º Secretário* **CIRO NOGUEIRA**

*3º Secretário* **WALDEMIR MOKA**

*4º Secretário* **JOSÉ CARLOS MACHADO**

*1º Suplente de Secretário* **MANATO**

*2º Suplente de Secretário* **ARNON BEZERRA**

*3º Suplente de Secretário* **ALEXANDRE SILVEIRA**

*4º Suplente de Secretário* **DELEY**

*Diretor-Geral* **SÉRGIO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA**

*Secretário-Geral da Mesa* **MOZART VIANNA DE PAIVA**



Câmara dos Deputados

PERFIS  
PARLAMENTARES

53

# LYSÂNEAS MACIEL

INTRODUÇÃO, ORGANIZAÇÃO E TEXTOS

HEBE GUIMARÃES

Centro de Documentação e Informação  
Edições Câmara  
Brasília – 2008

**DIRETORIA LEGISLATIVA**

***Diretor AFRÍSIO VIEIRA LIMA FILHO***

**CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO**

***Diretor ADOLFO C. A. R. FURTADO***

**COORDENAÇÃO EDIÇÕES CÂMARA**

***Diretora MARIA CLARA BICUDO CESAR***

***Projeto gráfico SUZANA CURI***

***Capa e diagramação ALEXANDRE VALENTE***

***Fotos CÂMARA DOS DEPUTADOS E ARQUIVO PESSOAL***

***Revisão SEÇÃO DE REVISÃO E INDEXAÇÃO DA COEDI***

***Indexação LUZIMAR GOMES DE PAIVA***

SÉRIE

Perfis parlamentares

n. 53

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

Coordenação de Biblioteca. Seção de Catalogação.

---

Guimarães, Hebe.

Lysâneas Maciel / Hebe Guimarães. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2008.

550 p. : il. – (Série perfis parlamentares ; n. 53)

ISBN 978-85-736-5485-6

1. Maciel, Lysâneas, atuação parlamentar. 2. Política e governo, Brasil. 3. Político, biografia, Brasil. 4. Discurso parlamentar. I. Título. II. Série.

CDU 929

---

ISBN 978-85-736-5485-6

CÂMARA DOS DEPUTADOS

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – Cedi

COORDENAÇÃO EDIÇÕES CÂMARA – Coedi

ANEXO II – TÉRREO – PRAÇA DOS TRÊS PODERES

BRASÍLIA – DF CEP 70160-900

TELEFONE: (61) 3216-5802 FAX: (61) 3216-5810

[edicoes.cedi@camara.gov.br](mailto:edicoes.cedi@camara.gov.br)

# SUMÁRIO

---

## INTRODUÇÃO 9

---

### UM HOMEM SEM MEDO 13

---

<i>O tempo e a história</i>	15
<i>O despertar da consciência política</i>	25
<i>O arauto da redemocratização</i>	31
<i>O rebelde cassado</i>	55
<i>A luta continua – no exílio</i>	71
<i>O trabalhismo e a passagem pelo PT</i>	77
<i>O poder é do povo</i>	85

### DISCURSOS 103

---

<i>Alternativa ao desespero</i>	105
<i>“Apesar de você” e a escalada da censura</i>	117
<i>O grito da Igreja – D. Pedro Casaldáliga</i>	119
<i>Repelimos as ditaduras de direita e de esquerda</i>	135
<i>Esta Casa ainda voltará a ser um Parlamento</i>	139
<i>Trágica anomalia democrática</i>	145
<i>A militarização da política e a luta pelo direito de ser oposição</i>	167
<i>Não queira V.Exa. me ensinar comportamento parlamentar</i>	187
<i>O Congresso não pode silenciar diante da violação dos direitos humanos no país</i>	193
<i>Assassinado pelo direito de pensar</i>	195
<i>O emprego constante e permanente da tortura I</i>	197
<i>O emprego constante e permanente da tortura II</i>	205
<i>O manifesto da oposição jovem</i>	211
<i>A farsa do Colégio Eleitoral</i>	223
<i>A deplorável herança política de Médici</i>	229
<i>CCJ inverte princípio universal do direito</i>	245
<i>As lições do 25 de Abril em Portugal</i>	247
<i>Está cassada a palavra de Vossa Excelência</i>	251
<i>Um dia o julgamento da história cairá sobre nós</i>	255

---



## SUMÁRIO

---

<i>Cassação de Chico Pinto: um caso de ética ou de etiqueta?</i>	259
<i>Chico Pinto: uma vítima a mais, um réu sem culpa</i>	271
<i>GLP – a participação desproporcional do capital estrangeiro</i>	273
<i>O terrorismo da repressão e o terrorismo da subversão</i>	277
<i>Francisco Pinto – réu sem crime</i>	283
<i>Em defesa dos interesses nacionais</i>	287
<i>A divisão do MDB</i>	291
<i>A questão nuclear</i>	295
<i>A manutenção do Estado autoritário</i>	299
<i>O povo e o país vão mal</i>	313
<i>Candidatura alternativa à Presidência da Constituinte</i>	317
<i>Constituinte não pode legitimar resíduos autoritários</i>	321
<i>O problema é a ausência do povo</i>	329
<i>O regime que ainda não foi banido</i>	337
<i>A crise de identidade e os arranjos ideológicos</i>	347
<i>Os mesmos atores no comando do espetáculo</i>	355
<i>O antigo vício de importar miçangas</i>	363
<i>Contaminados pela nossa indolência</i>	367
<i>Pela pacificação da família nacional</i>	371
<i>A caracterização equivocada dos evangélicos</i>	375
<i>Se a índole é pacífica, por que atirar?</i>	381
<i>Querem mudar as regras do jogo</i>	391
<i>Quem está com o fósforo aceso?</i>	395
<i>Quem é o maior marajá?</i>	399
<i>Comemorando uma anistia incompleta</i>	411
<i>Setores atrasados versus forças populares</i>	421
<i>Deus ou Collor, Zeus ou Zélia</i>	425
<i>Medidas que usurpam funções do Congresso</i>	429
<i>A Nação quer ver justiça</i>	433
<i>Um casuísmo inaceitável</i>	443
<i>É dando que se recebe</i>	449
<i>A vil serenidade</i>	453

---

## SUMÁRIO

---

### ARTIGOS 457

---

<i>Desmascarando as aparências</i>	459
<i>Os militares e a Constituinte</i>	463
<i>Amarga ironia da história</i>	467
<i>Crescimento urbano e relações humanas</i>	471
<i>Reforma agrária – acordo ou capitulação?</i>	473
<i>Réus sem crime e recado aos covardes</i>	477
<i>Antes e depois</i>	481
<i>Dignidade e compromisso</i>	483
<i>Uma Carta de poucos avanços</i>	487
<i>Participação popular e manipulação</i>	491
<i>Democracia e poder</i>	495
<i>O “efeito Rezek” e as medidas liminares</i>	497

### DEPOIMENTOS 501

---

<i>Lysâneas na memória dos amigos</i>	501
<i>Lysâneas Maciel, tribuno de fé e coragem</i>	503
<i>Jovelino Ramos</i>	
<i>Meu amigo Lysâneas Maciel</i>	511
<i>Jonas Rezende</i>	

### CORRESPONDÊNCIAS, FOTOS E DOCUMENTOS 513

---

<i>Correspondências selecionadas</i>	515
<i>Fotos</i>	533
<i>Documentos</i>	539

### REFERÊNCIAS 549

---

## INTRODUÇÃO

---

*Hebe Guimarães*

É difícil falar de Lysâneas Maciel sem me deixar envolver pela emoção, por mais que tente ser objetiva, critério tão caro aos jornalistas, como eu. Não é fácil, porque qualquer caminho que escolhesse para resumir a atuação deste guerreiro na Câmara dos Deputados inevitavelmente revelaria as qualidades que acredito serem as mais admiráveis num homem público: a ética, a dedicação e o respeito, em tempo integral, aos anseios do povo.

Tive o privilégio de acompanhar parte de sua trajetória, como repórter e também amiga. Mesmo as análises mais assépticas não conseguiriam ignorar a grandeza desse homem, que tomou para si a defesa da mais nobre das causas – a justiça. Exerceu seus mandatos com dignidade – em dois períodos tão distintos da história do país, o da entrada na ditadura e o da saída para a democracia – e, em cada um deles, deixou-nos a todos a lição de que o político deve defender e representar os eleitores acima de tudo.

Obrigada a desafiar diariamente os censores da época, deixando escapar nas entrelinhas o que era impedida de escrever, admirava a coragem de Lysâneas em denunciar publicamente as mazelas provocadas pelo autoritarismo.

Ele nos cativava a todos. Não foi por outro motivo que vários jornalistas sofreram a seu lado a dor da cassação do mandato. Visitei-o, e os seus, no exílio. Levei cartas, discos, livros, jornais e revistas para aquela família ávida de notícias. Encontrei um Lysâneas magoado, com saudades do Brasil, mas atuante. Contou-me de seus contatos com exilados e falou da política internacional. E sabia de tudo o que se passava por aqui.

Na última vez que o encontrei, quis a vida que fosse no Plenário da Câmara, o palco onde Lysâneas deixou sua marca de tribuno implacável. Foi no final de agosto de 1999, durante a homenagem que a Casa fez ao grupo Autêntico. Encaminhei-o à TV Câmara, junto com Chico Pinto – outro grande e admirado combatente – para uma entrevista.

---

Almoçamos juntos, Lysâneas, Regina e eu, na lanchonete da Câmara. Foi bom despedir-me dele assim, antes que sua saúde assumisse a oposição.

Ao aceitar o desafio de registrar sua trajetória parlamentar sabia que um ensaio desta natureza revelaria as limitações próprias de qualquer tentativa de se resumir, em poucas linhas, o conteúdo de sua extensa e expressiva atuação política – que ultrapassava os limites da instituição – sem correr o risco de omitir vários episódios. Conteí com a boa vontade e o estímulo da Presidência da Câmara dos Deputados, da qual sou funcionária, que me encarregou da execução do trabalho. O Centro de Documentação e Informação e a TV Câmara prestaram ajuda inestimável no acesso aos anais e arquivos fotográfico e eletrônico. Tive, também, a compreensão e a ajuda de muitos, entre os colegas.

Mas este relato não teria sido possível sem a gigantesca colaboração, estímulo, apoio e inspiração de Regina Maciel, que me abriu mais uma vez as portas de sua casa e as dezenas de pastas do extenso arquivo da vida de Lysâneas, por ela apaixonadamente catalogado. Sempre tive profunda admiração pela fibra e energia desta mulher que, verdadeira companheira, acompanhou rigorosamente todos os passos do marido. Ninguém, mais que ela, melhor conheceu o deputado Lysâneas Maciel. Exerceu, a seu lado, todos os mandatos parlamentares. Lembra-se, com precisão, dos incontáveis detalhes de sua carreira política.

Foi também ela quem me levou a Êlter Maciel, o irmão a quem Lysâneas dedicava um carinho especial, e com quem tinha total afinidade política. As análises de Êlter foram-me de grande auxílio. E a Jonas Rezende, o grande amigo que escreveu um emocionado esboço biográfico de Lysâneas, fruto de suas conversas com o amigo, obra que tanto me guiou na execução deste trabalho. E a Manoel de Almeida, o companheiro que acompanhou o político desde sua primeira campanha. Regina também foi comigo ao CPDOC, da Fundação Getúlio Vargas, no Rio, depositária dos arquivos doados pela família. Agradeço-lhe profunda e reconhecidamente.

A colaboração dos ex-companheiros e amigos do deputado foi fundamental. Ficam aqui meus agradecimentos a todos os que dedicaram parte de seu tempo para conversar sobre Lysâneas. Suas recordações e análises são parte fundamental deste trabalho. Um agradecimento especial dedico a Airton Soares e Paulo Delgado. O primeiro, o mentor, e o segundo, o autor da idéia.

---

Foram de muita utilidade para minha pesquisa duas publicações, em especial: a de Ana Beatriz Nader, sobre os Autênticos do MDB, e a dos pesquisadores Marieta Ferreira, Dora Rocha e Américo Freire, da Fundação Getúlio Vargas, sobre as Vozes da Oposição, que colheram depoimentos preciosos de Lysâneas Maciel.

Os discursos de Lysâneas na Câmara falam por ele muito mais que as análises e interpretações. Ele falava sempre, e heroicamente. Foi um homem que não se enquadrou a modelos. Dono de um estilo único, deixou sua marca na história deste país. Foi um D. Quixote. Regina, sua maior conquista, deixa também seu testemunho sobre o homem que, acima de tudo, engrandeceu o papel do Legislativo e da representação popular:

“Estávamos vivendo a era da descrença, do descrédito, do voto nulo. Parlamento? Partidos políticos criados pela ditadura? Lysâneas foi um dos responsáveis pelo resgate da utopia, com todas as suas implicações. O resgate da esperança – acreditar que seria possível, sim, virar a mesa, restaurar a democracia pelos caminhos da atividade parlamentar, sim. Com energia, com tenacidade, inteligência, determinação, coragem.” (Trecho de rascunho para um discurso sobre Lysâneas, 2002.)

Lysâneas Maciel nasceu em Patos de Minas, no dia 23 de dezembro de 1926, e morreu no Rio de Janeiro, em 6 de dezembro de 1999, vítima por um câncer no estômago, poucos antes de completar 73 anos.

Foi deputado federal pelo Estado da Guanabara, posteriormente Rio de Janeiro, de 1971 a 1975 e de 1975 a 1976, pelo MDB; de 1987 a 1991 e de 1991 a 1992, pelo PDT-RJ. Foi também vereador, no Rio de Janeiro, de 1997 até sua morte.

*Hebe Guimarães*  
*Brasília, novembro de 2008*

*U M H O M E M*  
*S E M M E D O*

---

*Hebe Guimarães*

## O TEMPO E A HISTÓRIA

---

Março de 1976. Dia 30. Véspera do décimo segundo aniversário da “Revolução Gloriosa”, um dos nomes que os militares deram ao movimento por eles liderado e que implantara a ditadura no país, em 1964.

Na Câmara dos Deputados, Lysâneas Maciel agigantava-se na tribuna. Sua voz forte ecoava pelo Plenário e fazia bater acelerados os corações dos que o ouviam. Com destemor, atingia fundo a ordem estabelecida. Rebelava-se contra a cassação dos companheiros gaúchos Amaury Müller e Nadyr Rosseti, assim como sempre se rebelara contra as injustiças praticadas, contra as violações dos direitos humanos, contra a falta de liberdade de expressão patrocinadas pelo regime de exceção. Para ele, não havia o que poupar. Agora, porém, sua indignação chegara ao limite:

“Estamos quase que inermes diante destes grupos que manipulam o poder. E sabemos que estes grupos podem casar, podem torturar, podem até matar. Mas não podem afastar dois elementos inarredáveis da história política de qualquer povo: o tempo e a história.”<sup>1</sup>

Sabia que seu mandato estava por um fio. Naquele dia, seu sentimento de indignação e de solidariedade com os amigos falou mais alto. Foi informado de que manifestações de protesto não seriam toleradas pelo regime. Seu discurso foi a explosão de um “BASTA!” engasgado há tempos, um basta! a todas as arbitrariedades. Os amigos aconselhavam-lhe prudência. Respondera-lhes pela enésima vez:

“Não vim aqui para defender meu mandato, mas para exercê-lo!”

E não podia calar, pois lutava pelos oprimidos, combatia pelos perseguidos, era a voz dos que não podiam falar. Denunciou os desmandos, deu nome a torturadores, confrontou grupos poderosos, defendeu os que enfrentavam a tormenta e os que tombaram no caminho. Dois dias depois, foi cassado. Era 1º de abril.

Chegara à Câmara em 1971, trazido por pouco mais de 14 mil eleitores do então Estado da Guanabara, trabalhadores e estudantes

---

<sup>1</sup> A íntegra deste discurso foi transcrita no capítulo “O rebelde cassado”, deste livro.

perseguidos pela repressão e membros de sua Igreja Presbiteriana, a quem defendera como advogado. Viera imbuído da idéia de exercer seu mandato sem restrições, como legítimo representante das aspirações de uma oposição até então emudecida. Sua audácia e coragem marcaram sua atuação política, seu nome tornou-se uma referência que levou cem mil eleitores, quatro anos depois, a reconduzi-lo a Brasília para o segundo mandato, após memorável campanha em que teve até mesmo a “ousadia” de fazer um comício na vizinhança de um centro de tortura a presos políticos no Rio.

Movido pela ética e coerência até a raiz dos cabelos, assim portou-se o deputado Lysâneas Maciel até que o regime, com base no AI-5 que ele tanto combateu, cassou os cem mil votos daqueles que o conduziram ao Congresso. Foi o primeiro, entre tantos outros cassados anteriormente, a merecer das autoridades uma justificativa do gesto arbitrário:

“O presidente da República, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, assinou decreto cassando o mandato eletivo do deputado federal Lysâneas Maciel e suspendendo-lhe os direitos políticos por dez anos.

Na sessão da Câmara dos Deputados, realizada no dia 30 de março recém-findo, o citado ex-parlamentar – cuja atuação, dentro e fora do Congresso, sempre se caracterizou pela contestação à Revolução – proferiu violento discurso, repetindo graves ofensas ao Governo e ao regime vigente.”

*(Nota assinada por Armando Falcão – ministro da Justiça, distribuída à imprensa pelo assessor de imprensa do Palácio do Planalto Humberto Barreto.)*

A sina de Lysâneas Maciel o colocou junto a Márcio Moreira Alves e Chico Pinto, que também sofreram punição pelo uso da tribuna do legislativo. No primeiro caso, naquele dezembro de 1968, o Congresso preferiu ser fechado, apoiado em grande parte pela Arena – mas não abriu mão da imunidade de seu parlatório.<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> *Folha de S.Paulo*, 2-4-1976, artigo de Rui Lopes, p. 2.



## A fidelidade aos princípios

Lysâneas Maciel gostava de citar uma frase de Milton Campos, para quem “a fidelidade aos princípios é o único meio de evitar que o homem público adote passivamente as idéias de sua posição em vez de, como lhe compete, tomar sempre a posição de suas idéias.”<sup>3</sup> Pois Lysâneas foi fiel a todos os seus princípios, do começo até o fim. Princípios esses fincados na herança de tradicional família mineira de Patos de Minas, convertida no meio do caminho à conservadora confissão Presbiteriana, cujos ensinamentos pietistas viriam moldar um caráter já inconformista e rebelde desde a infância e que se revelará mais tarde – com o surgimento da teologia da libertação – fonte de sua coragem na luta por justiça, acima de tudo.

Esses princípios, dos quais jamais abriu mão, acabaram por levá-lo a, corajosa e conscientemente, sacrificar – com o discurso da cassação anunciada – uma brilhante e ascendente carreira política de deputado federal, e amargar um exílio voluntário que, apesar de roubar-lhe a continuidade do trabalho, fez dele um homem do mundo. Voltou ao Congresso como o constituinte que trouxe o povo para dentro dos debates, dez anos depois, e encerrou sua vida pública como vereador no Rio de Janeiro, sem permitir que o cargo se transformasse no anticlímax dessa vida pública, pois deu ao mandato dimensão nacional. Jamais desistiu da incansável defesa de seus ideais – só a morte conseguiu dar termo a sua luta.

Seu despertar para a política partidária ocorreu aos 40 anos. Deu-se pelo viés do cristianismo, num processo natural que se iniciou a partir da descoberta dos princípios religiosos da nova teologia da libertação, de profunda preocupação com a justiça na sociedade e com a defesa dos direitos humanos. Ao mesmo tempo em que adotava a nova linha de reflexão, sua atividade de advogado o levou à defesa de presos políticos, entre eles, amigos da igreja e trabalhadores. Começa aí a gradativa conversão de Lysâneas a idéias progressistas e a um compromisso maior com a causa dos perseguidos e excluídos. A transformação marcou profundamente seu engajamento social e político. Foi um homem livre que nunca se prendeu a conceitos e doutrinas que não passassem pelo crivo de sua consciência profundamente ética.

---

<sup>3</sup> *Diário da Assembléia Nacional Constituinte*, 1-10-1987, p. 5341.

O grande amigo e companheiro político Chico Pinto, ao prefaciар o esboço biográfico que o pastor Jonas Rezende – outro grande amigo – publicou após a morte de Lysâneas, apontou com exatidão as qualidades do homem que lhe inspirava imensa confiança e dava exemplos de coragem:

“É indispensável que o cidadão politicamente correto se caracterize pelo caráter, pela dignidade, honradez, lealdade, solidariedade, bravura. E esse cidadão tem um nome: Lysâneas Maciel.”

Mas como os grandes amigos são também aqueles que não se deixam cegar pelas qualidades dos entes queridos, o deputado baiano reconheceu:

“Lysâneas nunca foi uma unanimidade, nem nunca se esforçou para tal. Era um político polêmico, convicto da causa que abraçou e pela qual lutava e, por isso mesmo, questionável. Não afeito a concessões no que considerava essencial, tornava-se incompreendido. Não era mediador. Por isso mesmo não conciliava com o que julgava inconciliável na defesa do país e do seu povo.”<sup>4</sup>

Lysâneas era uma personalidade carismática e sonhadora. Guiava-se na política pela intuição. Munia-se de conceitos que considerava fundamentais e não se preocupava em classificá-los nem justificá-los. Colhia exemplos, desde os sociais e políticos até os bíblicos, daqueles que reagiram e lutaram, deles fez seu alimento, e os tomou como sua obrigação, lutando energicamente pelas causas que considerava justas. Sua audácia e sua bravura o distinguiram dos tradicionais políticos mineiros, conhecidos por sua cautela e moderação. Sua coragem vinha de sua forma de encarar a vida – uma missão. Indomável e aguerrido, quem o via vociferar da tribuna mal podia acreditar estar diante de um homem afável, gentil, doce e cativante no convívio com a família e os amigos. Era uma pessoa extremamente afetiva, que nada tinha de violenta. Tinha uma fé enorme em tudo o que cultivava.

Numa época em que os políticos se viam obrigados a falar mansamente, ele chegou à Câmara dos Deputados com um discurso

---

<sup>4</sup> In REZENDE, Jonas, *E Lysâneas disse basta!* Rio de Janeiro, Mauad Editora Ltda., 2000 – Prefácio de Francisco Pinto.

bem definido e agressivo na defesa de suas idéias. Com uma ousadia que lhe era muito particular. Sua coragem quase sempre exagerada ou “ostensiva” – às vezes mais contida – o levava a enfrentar fosse o que fosse. Os irmãos mais velhos lembram que Lysâneas nunca aceitou as coisas como eram escritas, a letra da lei nunca o dominou. Ele sempre procurou romper barreiras, desde priscas eras. Em tudo, procurava inventar, criar, e não se detinha face a empecilhos.

A trajetória pública de Lysâneas Maciel iniciou-se no período mais obscuro da repressão das liberdades democráticas imposta pela ditadura militar. Ao chegar à Câmara, viu-se diante de indivíduos experientes, de formação política anterior à sua. Lysâneas, simplesmente, uma vez aberta a cortina, começou a falar. E o fez, com muito destemor, sobre todos os temas. Naquela época, ainda não havia acumulado muitos dos conhecimentos políticos que acabaria por adquirir no dia-a-dia do mandato, mas via os perseguidos e a necessidade de defendê-los. Isso era o suficiente para que arregaçasse as mangas e sáísse brigando por eles.

Sua atuação à frente de um pequeno grupo de políticos, ainda que heterogêneo mas compartilhando as mesmas idéias, fez história no Congresso Nacional e resgatou o verdadeiro sentido de oposição ao regime vigente. Ele foi um dos organizadores dos Autênticos do MDB, que não se conformaram em ser mera oposição consentida e optaram pela contestação aberta do sistema, na busca da redemocratização do país. Partiu dos Autênticos, ainda em 1971, o pleito para a convocação de uma assembléia nacional constituinte e a bandeira da anistia. A “anticandidatura” do MDB à sucessão do general Médici, concretizada na pessoa de Ulysses Guimarães, presidente do partido, também foi idéia dos Autênticos. Lysâneas foi um dos mentores da iniciativa.

O grupo cresceu, o MDB passou a ser uma oposição de fato, viável e ameaçadora. Novos deputados chegaram à Câmara, atraídos pela luta dos Autênticos. Lysâneas era um exemplo, fez seguidores. Denunciou incansavelmente as constantes violações dos direitos humanos, a tortura, clamou pelo paradeiro dos desaparecidos. O neo-Autêntico Jarbas Vasconcelos resumiu numa frase uma das maiores bandeiras do paladino: “A Comissão de Direitos Humanos no Congresso é Lysâneas Maciel”.<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> REZENDE, Jonas, op. cit., p. 65.

Lysâneas transformava-se na tribuna, púlpito no qual despejava sua ira contra as injustiças e os desmandos que denunciava. Nenhum tema da atualidade escapava à sua crítica. Advogado brilhante, sabia, como poucos de seus pares, defender seus pontos de vista. Era um gigante no Plenário, nas Comissões, nos bastidores das negociações políticas. Os jornalistas do Comitê de Imprensa da Câmara o apontaram, mais de uma vez, como o melhor deputado do ano nestas três categorias.

Regina, a doce e combativa companheira de toda a vida, costumava dizer ao marido que, se ele tivesse um espelho à sua frente toda vez que fazia seus inflamados discursos na Câmara, veria que seu rosto ficava “até disforme, de tanta raiva”. Ele sempre respondia: “É que as pessoas não têm noção dos relatos que ouvi no meu gabinete, das cenas que presenciei nas prisões que visitei”.

A época era de censura cerrada, seus pronunciamentos não podiam ser publicados nos grandes jornais do Rio e de São Paulo, mas chegaram a diários regionais e à imprensa estrangeira: *Le Monde*, *The New York Times*, *The Guardian*... Mesmo assim, seu nome corria o país amordaçado e sua presença era exigida em fóruns, os mais diversos, de norte a sul. Gente do povo, estudantes, trabalhadores, jornalistas, religiosos, acadêmicos, intelectuais, políticos – até mesmo militares procuravam-no para ouvir suas idéias, sua orientação, pedir apoio para reivindicações e campanhas ou solicitar sua intervenção nos casos mais difíceis. A todos ele atendia, com dedicação. Sua geografia política não se limitava ao pequeno Estado da Guanabara. As palavras que melhor definem uma das mais importantes características do homem e do político são de seu grande amigo e biógrafo, o pastor Jonas Rezende: “O sólido compromisso de Lysâneas Maciel com Deus expressava-se no serviço ao ser humano”.<sup>6</sup>

A defesa da soberania nacional o levou a combater a assinatura do acordo nuclear com os Estados Unidos, a defender o monopólio da Petrobras contra os contratos de risco, a denunciar a depredação da riqueza mineral de Carajás. Ao mesmo tempo em que irritava o poder constituído e cutucava com vara curta seus ocupantes de plantão, Lysâneas Maciel, paradoxalmente, era também respeitado por setores nacionalistas das Forças Armadas.

Certa vez, depois da volta do exílio, Lysâneas e Regina encontravam-se num restaurante em Itaipava, no interior do Rio, e perceberam

---

<sup>6</sup> Jonas Rezende, abril de 2004.

que um casal, à distância, os observava com insistência. Perguntavam-se quem poderia ser. Imaginavam que o homem fosse um militar, por seu porte esbelto, cabelo cortado rente. Dada a insistência do olhar, Lysâneas percebeu que ele deveria tê-lo reconhecido. Até que o senhor se aproxima para certificar-se de que era mesmo o ex-deputado Lysâneas Maciel que ali se encontrava. E lhe dirige a palavra:

“Eu disse à minha mulher que não sairia daqui sem cumprimentá-lo. Sou um coronel da reserva, era da linha dura, mas gostaria de dizer que o senhor sempre foi respeitado entre nós por ter sido um homem honrado e um político sério, apesar de estarmos em campos diferentes. É um prazer apertar a sua mão”.

O inusitado elogio não chegou a ser uma surpresa. Lysâneas sabia que não foi somente a ira que inspirara nos militares, mas também uma certa admiração por parte de alguns grupos, exatamente por suas idéias nacionalistas, sua defesa dos interesses nacionais, seu caráter reto e sua coerência com relação a seus princípios. A cassação veio interromper o percurso de uma estrela em ascensão que poderia – como alguns chegaram a pensar, na época – levá-lo a aspirar, um dia, à condução dos destinos do país, embora Lysâneas nunca tivesse tido essa pretensão. A idéia não era mero exercício de futurologia de amigos e companheiros. Chegou a ser externada por figura insuspeita, ligada ao regime militar.<sup>7</sup>

A partida para o exílio foi uma decisão demorada, uma saída amarga para proteger a família das ameaças sórdidas e sempre anônimas sofridas após a cassação. Em Genebra, a partir de seu trabalho no Conselho Mundial das Igrejas, um organismo protestante, luta pelos direitos humanos, denuncia os regimes de exceção na América Latina, é convidado para palestras em universidades, faz contatos com vários políticos europeus, elabora um projeto pioneiro de energia sustentável para os países pobres – “Energy for my neighbour” – e junta-se à rede de brasileiros exilados pelo mundo afora.

Volta do exílio ainda antes da anistia. Mesmo com os direitos políticos suspensos, retoma as articulações políticas, faz-se presente em todas as manifestações que surgiam no país da distensão: apóia a candidatura do general Euler Bentes Monteiro, pela Frente de Redemocratização, contra a do general João Batista Figueiredo, e participa dos encontros de

<sup>7</sup> REZENDE, Jonas, op. cit., p. 91.

sindicalistas, políticos e intelectuais que pensavam na criação de novas composições partidárias. Era de opinião que os trabalhadores deveriam formar, imediatamente, seu partido. Os três anos de ausência do país e a falta de um mandato não conseguiram fazer com que Lysâneas abandonasse a política, que lhe havia entrado no sangue como se a ela tivesse se dedicado desde sempre.

Com a anistia, assiste à volta dos exilados e ao fim do bipartidarismo. Ligara-se a Brizola – a quem conhecera no exílio – e faz parte do grupo que quer recriar o trabalhismo. É um dos poucos redatores designados pelo líder para elaborar a Carta de Lisboa. A antiga sigla PTB vai para o grupo de Ivette Vargas, e Lysâneas torna-se um dos fundadores do PDT.

Uma vez abraçada a causa do trabalhismo, começam a surgir as diferenças de estilo entre o livre e indomável Lysâneas e o forte personalismo de Brizola. Na ditadura, entre os Autênticos de um partido artificial de oposição, ele encontrara campo fértil para cumprir o que entendia ser sua missão, e agia como se fosse seu próprio líder, não seguindo, necessariamente, a orientação dos dirigentes do MDB. Com a volta das rígidas estruturas dos novos partidos, Lysâneas começa a discordar de atitudes que não se ajustavam a suas idéias. Apesar de reconhecer muitas qualidades em Brizola, combate a manipulação populista que não tarda a enxergar no líder. Brizola, por sua vez, ressentia-se da independência de Lysâneas.

Sai do PDT, sentindo-se asfixiado pelo vértice. Filia-se ao Partido dos Trabalhadores, “uma proposta nova, limpa, cheia de esperança”. É escolhido candidato do novo partido ao Governo do Estado do Rio, nas eleições de 1982, mas queria mesmo era voltar ao Congresso, sua alma mater. Sabia que estava trocando uma vitória garantida para deputado federal por uma derrota certa para governador. Mas acatou a decisão partidária. Também no novo partido depara-se com diferenças de estilo. Percebe, aos poucos, que não poderá manter sua independência, vê-se diante de um grupo que lhe cobra minúcias que foram se somando, chega ao ponto de ter que defender suas raízes burguesas – que jamais negou – e a dizer que não poderia nascer novamente, numa outra família. Teve problemas de adaptação à convivência diária com os novos companheiros. Deixa o PT, sentindo-se contido pela base.

Regina tem a impressão de que o marido teria se decepcionado mais com o PT do que com o PDT, embora nunca tenha deixado de respeitar a proposta dos trabalhadores. O projeto de Lysâneas Maciel sempre foi

muito pessoal. Jamais se submeteu a palavras de ordem. Ironicamente, ele sentiu-se mais contido pelos partidos democráticos, da abertura, que pelo partido de Oposição criado pelo regime militar. Na época da ditadura havia uma pressão constante, mas alguns conseguiam ser bem-sucedidos no uso de uma linguagem cifrada para transmitir suas mensagens. A volta do multipartidarismo veio revelar as nuances escondidas, as posições tornaram-se menos nítidas.

Retorna ao PDT de Brizola, na melhor das hipóteses, na posição incômoda de filho pródigo. Ninguém sabe, ao certo, como ele teria se explicado ao “comandante”. Não escondeu dos amigos que sofreu cobranças duras: cobravam-lhe o fato de ter saído e voltado. Lysâneas quis ser fiel no seu caminho de volta, como se fosse possível apagar sua passagem pelo PT. Permaneceu com Brizola até o fim de sua vida.

Em 1986, volta finalmente à Câmara, como deputado constituinte. De certa forma, procurou assumir o espaço que tinha antes da cassação. Mas dez anos haviam se passado. A cassação o magoara muito e o grande interregno lhe havia tirado o pique. Aquele espaço já não mais existia e ele teve dificuldades em perceber a nova realidade. O largo espaço que sempre lhe foi dedicado pela imprensa, teve que dividir com outros. A repercussão de suas atividades e atitudes políticas já não era mais a mesma. A política era outra, os atores políticos haviam sofrido uma grande modificação.

Mas o homem é o Lysâneas de sempre. Fiel a seus princípios. Contestador e inovador. Criou sólida ligação de respeito e amizade com Florestan Fernandes. Apresentou-se como “anticandidato” à presidência da Constituinte, um posto que todos sabiam estar previamente destinado a Ulysses Guimarães. Uma de suas primeiras iniciativas foi a apresentação de um projeto que proibia os militares de se imiscuir nas discussões parlamentares, como se árbitros da Constituinte o fossem. Escolhido relator da Subcomissão dos Direitos Políticos, dos Direitos Coletivos e Garantias, quis ouvir o povo, correu o país para conhecer as reivindicações populares, trouxe o povo para dentro do Congresso, procurou atender a seus anseios. Sua máxima era:

“Todo o poder emana do povo e COM o povo será exercido.”

Na Câmara e, principalmente, na Constituinte, Lysâneas dignificava a condição de evangélico, mas não foi um deputado evangélico a lutar

pela causa em si. Tinha uma vertente cristã, foi um delegado de uma parcela do povo e tinha a convicção de que lá estava para representá-la e até mesmo àqueles que não o elegeram – o que sempre fez sem demagogia. Muitos o confundiram com um pastor, fato que nunca o incomodou porque, em sua igreja, ele exercia o papel de presbítero, fazia parte do Conselho.

Findo o mandato, candidata-se mais uma vez e não consegue se re-eleger. Foi a época da “mudança”, provocada pelo fenômeno Collor, um pleito em que vários de seus antigos companheiros não conseguiram voltar ao Congresso. Foi o período em que o eleitor, embalado pela propaganda do “novo *versus* velho” optou por outro caminho. Mas voltou a assumir o mandato, por seis meses, como suplente.

Não quis voltar a advogar. Chegou a pensar em descansar, dedicar mais tempo aos netos, a sua fazenda no interior do Rio. Teria assim continuado, a saúde já estava frágil, mas a tribuna fazia-lhe falta. Até que veio o convite de Brizola para que se candidatasse a vereador na cidade do Rio de Janeiro. A família foi contra, Lysâneas teimou. Eleito, fez da pequena tribuna um púlpito nacional. Defendeu as grandes questões nacionais, combateu as privatizações, o endividamento externo, apoiou a causa dos sem-terra, condecorou Fidel Castro. Voltou a ser o Lysâneas de sempre.

Voltou à Câmara dos Deputados, em agosto de 1999, para ser homenageado junto com os antigos companheiros do grupo Autêntico. Foi a última vez que os encontrou, foi a última vez que sentiu o gosto daquele Plenário que tantas vezes registrou sua mensagem aguerrida, onde fizera história. A morte o retirou da cena. Sua luta marcou uma época e fez renascer a esperança de todos aqueles que tiveram de abafar seus anseios por liberdade e justiça. Seu exemplo de ética, integridade e retidão permanecerá para sempre nos anais das Câmaras a que pertenceu e nas mentes de todos com quem conviveu.

---



## O DESPERTAR DA CONSCIÊNCIA POLÍTICA

---

Lysâneas Dias Maciel nasceu na cidade de Patos de Minas, em 23 de dezembro de 1926, no seio de uma tradicional família mineira de políticos udenistas. Seu tio-avô, Olegário Maciel, foi presidente de Minas Gerais. Seu pai, Antônio Dias Maciel, advogado brilhante, conhecido como “o príncipe dos criminalistas mineiros”, e professor, formara-se em direito ao lado de companheiros que tornar-se-iam importantes figuras da política nacional: Milton Campos, Pedro Aleixo, Gustavo Capanema, Gabriel Passos. Casado com dona Ordália Pinto Maciel, com quem teve sete filhos – cinco homens e duas mulheres – Antônio Dias Maciel, católico dedicado, converte-se ao protestantismo, decisão que vai provocar grandes mudanças na vida da família.

Fundador da Escola Normal de Patos de Minas, Antônio Dias Maciel inova e envia as professoras à França para se aperfeiçoarem. Apesar de presbiteriano, dá orientação laica à escola-modelo, provocando a ira e a perseguição do bispo de Uberaba, temeroso de sua influência. Acaba por ser destituído da escola. Sua igreja contava com apenas sete famílias de seguidores e a minoria religiosa sofre a discriminação explícita de uma cidade do interior enraizada nos tradicionais costumes católicos. Antônio Dias Maciel e dona Ordália, devido à perseguição religiosa, deixam Patos de Minas e seguem, com os sete filhos – Hildebrando, Cleanto, Farnese, Eula, Lysâneas, Enilde e Élder – para Belo Horizonte e, mais tarde, para o Rio de Janeiro, onde se instalam em definitivo.

O pai nunca quis que os filhos entrassem para a política, embora achasse que Farnese e, especialmente Cleanto, levassem jeito. A saga de Antônio Dias Maciel e sua influência religiosa deixaram marcas profundas nos filhos, Lysâneas em especial. A história do pai irá se repetir, de certa forma, na vida deste filho, como bem avaliou o pastor Jonas Rezende:

“O jovem Lysâneas admira no pai especialmente a disponibilidade para a entrega absoluta, quando em face de interesses superiores, e sua busca apaixonada da justiça, mesmo tendo de pagar o preço da prisão, como aconteceu na ditadura de Getúlio Vargas. Admira o homem que deixou praticamente

---

a advocacia bem sucedida e quase se desfez completamente de toda a fortuna, para ser fiel ao que entendia ser sua vocação cristã: o 'príncipe dos advogados' se torna pregador leigo, muitas vezes confundido com um pastor, o que viria também a acontecer com ele tantos anos depois.

(...)

Antônio Maciel se faz, certamente, a firme 'ponte' que vincula, para sempre, Lysâneas à vida cristã. O pai é mesmo o seu iniciador na responsabilidade profética e nessa coragem moral que o leva a indignar-se diante do erro e dos que o cometem. É ele também que ensina ao filho o caminho da compaixão em face do sofrimento humano. O velho exortava a família nos 'cultos domésticos', então uma prática tradicional dos protestantes: 'Nada menos do que tudo é o que Deus espera de nós'.

E o moço entende que não bastam a beneficência e a esmola, mas torna-se necessária uma ação que modifique estruturas injustas e visem a um modelo mais humano de sociedade. Não tenho dúvida de que o pai de Lysâneas é o grande responsável pela 'pré-história' de sua participação política, que culminou na honrosa cassação.<sup>8</sup>

O jovem Lysâneas cursou o ginásio no Instituto Gammon, na cidade mineira de Lavras, tradicional escola de orientação presbiteriana, fundada por norte-americanos. Já no Rio, concluiu o curso clássico no Ginásio Melo e Souza, na rua Miguel Lemos, em Copacabana. Bacharel em Direito da turma de 1951 da Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, Lysâneas teve atuação discreta e conservadora no diretório acadêmico. Seus objetivos eram formar-se e iniciar a carreira, prosperar e cuidar da vida pessoal, atitude que o levou a admitir mais tarde, em diversas ocasiões, como alienação normal dos jovens da época e a compará-la à filosofia do regime militar, endossada pelo coronel Jarbas Passarinho, ministro da Educação do Governo Médici, de que o jovem deve se tornar um bom profissional para servir ao país e não se meter em política. Foi colega de turma de Petrônio Portella – futuro senador pela Arena, presidente do Senado Federal e ministro da Justiça no governo do general João Batista Figueiredo – quem, por uma dessas ironias do destino, era, na época, da chapa de esquerda do diretório.

<sup>8</sup> REZENDE, Jonas, *E Lysâneas disse basta!*, Rio de Janeiro, Mauad Editora Ltda., 2000, p. 63-64.

No Congresso, Lysâneas gostava de brincar com o senador, ameaçando-o de contar sobre seu passado esquerdista e sobre os discursos inflamados que o estudante Petrônio Portella fazia na universidade.

Logo no início de sua carreira, Lysâneas Maciel prestou concurso para Assistente Jurídico do Ministério do Trabalho e montou um escritório de advocacia com o amigo Amauri Costa. Ocupava-se, principalmente, do direito trabalhista e de família. O sócio costumava reclamar da “perda” de clientes, provocada por Lysâneas, que insistia em – e conseguia – reconciliar os casais, que acabavam por desistir da separação.

Lysâneas fazia parte do grupo de jovens da Igreja Presbiteriana de Copacabana, da rua Barata Ribeiro – moldada na liturgia dos crentes tradicionais – onde conheceu Regina de Moura Carijó. Casaram-se três anos depois, em 1954: ela, com 18 anos e ele, com 27. Doce mas combativa, Regina será a grande companheira de toda a vida, seu equilíbrio, seu apoio em todos os momentos. Quando começaram a namorar, ela ainda era uma adolescente de 15 anos. Com um brilho especial nos olhos quando fala do marido, Regina recorda que o jovem Lysâneas era muito requisitado quando solteiro, tinha uma personalidade sedutora. Era um “pé de valsa” que gostava de bailes e dançava bem o tango, o bolero, o fox-trot. Já se passara, então, o tempo em que o menino não podia sequer dançar, ir ao cinema, ou mesmo tomar sorvete aos domingos, dia do Senhor.

Na mesma igreja de Copacabana batizaram os dois primeiros filhos, Armando (1956) e Andréa (1960). O caçula Antônio Carlos, o Zuza, nasceu em 1963. A família freqüentava o culto aos domingos, as crianças cursavam a escola dominical da igreja. O escritório de advocacia prosperava e já ocupava um andar inteiro num prédio da avenida Rio Branco. Lysâneas e Amauri contavam com mais seis advogados trabalhando na banca de sucesso. Levava uma vida tranqüila, dedicava-se à família, aos fins de semana na fazenda, à igreja. Era um “burguês”, como costumava confessar sem receio.

Até o momento em que entrou em contato com uma nova linha teológica voltada para a responsabilidade social da Igreja. A experiência provocou uma guinada significativa em sua forma de encarar a vida, indicando-lhe o novo caminho a seguir e estabelecendo as bases de sua conduta política. Grande parte da explicação para o posterior engajamento social e político de Lysâneas encontra-se nos ensinamentos de um teólogo norte-americano, Richard Schaul, que lecionou no Seminário Teológico da

Igreja Presbiteriana, em Campinas, nos primeiros anos da década de 60. O missionário promoveu vários encontros e despertou os jovens da época para o apelo ecumênico, ainda pouco conhecido no Brasil. É Schauli quem traz ao conhecimento daquela geração os primeiros escritos sobre Cristo e a responsabilidade social. É também Schauli quem ensina os jovens protestantes a ler os pensadores católicos, a admirar o papa João XXIII e sua abertura com relação ao ecumenismo. Surgem, no Brasil, publicações com as traduções de teólogos europeus que lutaram contra o nazismo, como Dietrich Bonhoeffer, Martin Niemöller, e de outros teólogos protestantes, como Emil Brunner, Karl Barth, Niebuhr, Culman, Bultmann.<sup>9</sup>

Lysâneas participou de um desses primeiros encontros em Campinas e, inicialmente, não chegou a se entusiasmar muito. Mas demora pouco para mergulhar definitivamente naquela mentalidade efervescente que tomara de assalto a Igreja Presbiteriana, preocupada com a área social e com as necessidades dos banidos da sociedade – a Teologia da Libertação. As idéias de Richard Schauli deixaram profundas marcas naquela geração de jovens presbiterianos. Lysâneas rompeu com sua tradicional igreja em Copacabana e participou da fundação da progressista Igreja Presbiteriana de Ipanema, ao lado do pastor Jovelino Ramos. Atuava inicialmente como diácono e depois como presbítero – um dos oficiais da confissão Presbiteriana, que faz parte do Conselho da Igreja, do qual o pastor é o presidente. Sua convivência com Jovelino Ramos teve grande importância na consolidação das novas idéias do presbítero.

Entre os católicos, Lysâneas passa a admirar a atuação dos bispos D. Pedro Casaldáliga, D. Tomás Balduino, D. Adriano Hipólito, D. Paulo Evaristo Arns. Mais tarde, conhece os irmãos Leonardo e Clodovis Boff, e Frei Betto, religiosos cuja sólida preocupação teológico-social teve grande influência em sua luta política.

Líderes da Igreja, pastores e presbíteros engajam-se na luta pregada por Schauli, passam a ser perseguidos pela repressão, e muitos deles entram na semiclandestinidade. Lysâneas Maciel começa a conviver com várias destas pessoas, muitas delas já presas, que ele visita na cadeia. Dá-lhes assistência, atua em sua defesa. Sua luta contra a ordem implantada no país pelo novo regime inicia-se com a defesa dos perseguidos políticos da Igreja, entre eles o pastor Jovelino Ramos.

---

<sup>9</sup> REZENDE, Jonas, op. cit., p. 71.

Para quem não contestara a investidura do poder pelos militares, com o golpe militar de 64, o despertar da consciência política de Lysâneas Maciel deu-se na lida como religioso praticante e advogado que passa a defender os perseguidos, na busca de justiça – seu combate maior. Seu trabalho de assistência social e ajuda diaconal na Igreja o aproximara de comitês internacionais de defesa dos direitos humanos. Com a intensificação das perseguições, toma conhecimento da violência, da tortura e das mortes. Sua condição de “alienado” incomoda-o, torna-se-lhe insuportável.<sup>10</sup> Defende estudantes, trabalhadores, gente humilde, ainda de forma desarticulada. Seu nome passa a ser conhecido, cada vez mais, entre os perseguidos. Torna-se advogado dos operários da Ferrocarril e defende vários deles, acusados de comunistas. Manoel de Almeida, também egresso do Instituto Gammon, é um deles. Empréstará seu apoio incondicional ao ingresso de Lysâneas na política nacional e faz parte dos que o convenceram a se candidatar, anos mais tarde, à Câmara Municipal do Rio.

Foi este grupo dos carris o responsável por encaminhar um manifesto a Chagas Freitas – que controlava o MDB local – para que Lysâneas conseguisse a legenda que o permitisse concorrer às eleições para a Câmara dos Deputados, em 1966. O manifesto era assinado por 230 operários. Sua candidatura é apoiada por estes trabalhadores e pelos amigos da Igreja, que o queriam em Brasília, por saber que, na Guanabara, sua luta não teria nenhuma repercussão, seria abafada pelo chaguismo. Faz uma campanha modesta, sem dinheiro. Não consegue se eleger, fica como suplente.

Antes dessa primeira tentativa, Lysâneas aceitara convite de Milton Campos para coordenar a política trabalhista da UDN, embora nunca se tenha filiado ao partido. Em 1965, participara ativamente da campanha de Aurélio Vianna (também protestante), candidato do Partido Socialista Brasileiro ao Governo da Guanabara, contra Negrão de Lima, eleito governador. Nessa mesma época atuara como advogado de Márcio Moreira Alves e de jornalistas do *Correio da Manhã*, cujas candidaturas haviam sido impugnadas pelo MDB carioca antes do pleito de 1966.<sup>11</sup>

<sup>10</sup> NADER, Ana Beatriz, *Autênticos do MDB: história oral de vida política*, São Paulo: Paz e Terra, 1988, p. 283.

<sup>11</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes, ROCHA, Dora, e FREIRE, Américo, *Vozes da Oposição*, Rio de Janeiro: Grafilne Artes Gráficas e Editora Ltda., 2001, p. 24-25.

Chega 1968. O AI-5 é editado em dezembro, o Congresso é fechado, o deputado Márcio Moreira Alves é cassado após um discurso que serve de pretexto para as medidas discricionárias, o país vive um recrutamento das perseguições. Lysâneas continua firme na defesa dos presos políticos, dos “subversivos”, na sua luta pelos direitos humanos. Sofre pressões, recebe telefonemas anônimos com ameaças a sua família. Lysâneas não mais conseguia ficar calado. Há tempos deixara a vida de advogado burguês, alienado, como costumava dizer. Completara-se seu despertar para a luta política, que passa a ser sua missão até o fim da vida. Candidata-se novamente à Câmara Federal, onde chega em janeiro de 1971.

Foi buscar nas fontes da Igreja seu mote, que se transformou em *slogan* de campanha e explicava sua coragem, revelando o sentimento de responsabilidade que norteou sua ação política. A frase, do pastor Martin Niemöller, o havia marcado como fogo e foi por ele repetida incontáveis vezes, até o fim de seus dias:

“Na Alemanha nazista, primeiro eles vieram buscar os comunistas; nada falei porque não era comunista. Depois, eles vieram buscar os judeus; calei-me porque não era judeu. Logo após, eles vieram buscar os operários e os membros dos sindicatos; não disse nada porque não era operário sindicalizado. Então, eles vieram buscar os católicos romanos; fiquei quieto porque era protestante. Finalmente, eles vieram me buscar. E, quando isso aconteceu, não havia restado ninguém para falar.”

Nunca mais Lysâneas calou-se.

---

## O ARAUTO DA REDEMOCRATIZAÇÃO

---

*“E às advertências sutis ou ostensivas quanto à conveniência de um bom comportamento parlamentar, gostaríamos de lembrar que integramos a Oposição: Oposição que, sem jactância ou fanfarronadas, pretende legitimar-se cônica ainda de que o comportamento convencional parlamentar não pode ser abandonado, sem risco, em função precisamente da trágica anomalia institucional e democrática por que passa o país.” (Lysâneas Maciel, “Alternativa ao Desespero”)<sup>12</sup>*

Ao chegar à Câmara, Lysâneas não gosta do que vê: o Congresso havia se transformado em entidade meramente homologatória dos atos do Governo militar. Para ele, o MDB não era um partido de oposição, pois optara pela não-contestação dos temas que ele julgava importantes, com o intuito de assegurar-se o direito de poder falar sobre assuntos supérfluos. Decidiu não coonestar a ditadura fingindo exercer mandato parlamentar para dar a impressão de que existia, no Brasil, um partido de oposição democrática.<sup>13</sup>

Trazia da Guanabara informações sobre a existência de outros deputados eleitos, a quem deveria procurar. Eram recados recebidos de presos políticos, dos perseguidos a quem defendia. Fernando Lyra e Chico Pinto chegavam com orientação semelhante. Lyra procurou o novo companheiro, ainda antes da posse, a pedido de um jovem militante da luta clandestina pernambucana, que queria a ajuda do advogado Lysâneas Maciel para conseguir asilo na embaixada do Chile. Com a ajuda de organizações humanitárias internacionais da igreja, às quais era ligado, Lysâneas havia conseguido que fosse montado um restaurante no Chile, para dar aos exilados brasileiros trabalho e algumas condições de sobrevivência.

---

<sup>12</sup> *Diário do Congresso Nacional*, Seção I, 6-5-1971, p. 777.

<sup>13</sup> NADER, Beatriz, *Autênticos do MDB: história oral de vida política*, São Paulo, Paz e Terra, 1998, p. 285.

---

Novos encontros sucediam-se naturalmente nos gabinetes, nos corredores, nos hotéis em que se hospedavam. Dali em diante, passaram a identificar os pares que comungavam as mesmas idéias. Encontravam-se todos os dias, o dia inteiro, porque viviam política 24 horas por dia. O grupo, formado inicialmente por uns seis ou sete deputados, cresceu, chegou a 23 (de um total de 77 da bancada do MDB).<sup>14</sup> Compartilhavam o sentimento de que o MDB era um partido que fazia oposição ao Governo, mas não ao regime. Tinham em comum a intenção de mostrar ao mundo que havia um grupo de deputados que não estava ali para endossar o regime. Iniciaram a articulação de uma “frente parlamentar nacionalista”, uma idéia de Chico Pinto que viria a se transformar em seu campo de batalha.<sup>15</sup> Uma das afinidades do grupo era o inconformismo com o papel até então desempenhado pelo Congresso:

“A idéia de se criar um movimento dentro da Oposição foi rigorosamente espontânea, mas na verdade era uma necessidade tremenda. Um grupo que nunca tinha tido contato político antes, contato algum, de repente sentiu a necessidade de não pertencer ao que se chamou de uma verdadeira farsa. Porque nós éramos deputados e senadores, mas não éramos Parlamentares, no sentido do termo.”<sup>16</sup>

“Tínhamos como prioridades: a tragédia do cotidiano e a libertação do país de uma ditadura militar imprevista e contrária aos interesses nacionais.”<sup>17</sup>

Formou-se, assim, o grupo dos Autênticos, um partido dentro do partido que começou a fazer do MDB um instrumento de luta contra a ditadura, dando início à resistência parlamentar e atuando como porta-voz do pensamento nacional contra o regime. Com sua atuação, os Autênticos incentivaram a participação política daqueles que, até então, vinham anulando seus votos, por entenderem que MDB e Arena eram a mesma coisa. A convocação de uma assembléia nacional constituinte

<sup>14</sup> Ibid., op. cit., p. 16 – Autênticos do MDB: Alencar Furtado (PR), Álvaro Lins (CE), Amaury Müller (RS), Eloy Lenzi (RS), Fernando Cunha (GO), Fernando Lyra (PE), Francisco Amaral (SP), Francisco Pinto (BA), Freitas Diniz (MA), Freitas Nobre (SP), Getúlio Dias (RS), Jaison Barreto (SC), Jerônimo Santana (RO), JG de Araújo Jorge (GB-RJ), João Borges (BA), Lysâneas Maciel (GB-RJ), Marcondes Gadelha (PB), Marcos Freire (PE), Nadyr Rossetti (RS), Paes de Andrade (CE), Severo Eulálio (PI), Santilli Sobrinho (SP), Walter Silva (RJ).

<sup>15</sup> Ibid., op. cit., p. 167.

<sup>16</sup> Lysâneas Maciel em entrevista à TV Câmara, 27-8-1999.

<sup>17</sup> NADER, Beatriz, op. cit., depoimento de Lysâneas Maciel, p. 285.



– que só iria ocorrer em 1986 – foi idéia do grupo, apresentada em seminário do MDB realizado em Recife, em junho de 1971. Na luta pelos direitos humanos, no confronto direto com os militares, o grupo mostrou ao país o caminho da participação política, cujo resultado seria registrado pela expressiva maioria obtida por senadores do MDB em 1974.

Lysâneas Maciel foi um de seus maiores expoentes, seguramente o mais afoito.

Um dos responsáveis pela adesão popular ao MDB como instrumento da luta contra a ditadura, foi ele o avalista que incentivou os setores mais progressistas e combativos da sociedade a depositarem confiança no partido. Entre os Autênticos, Lysâneas tinha um perfil diferenciado, um espaço próprio. Não tinha vínculos exclusivamente com o partido – ele era um corpo estranho no MDB carioca de Chagas Freitas. Impunha-se pelo apoio recebido de vários movimentos sociais da igreja, dos sindicatos, dos perseguidos políticos. Foi um legítimo representante da sociedade organizada, que começava a ganhar corpo. A maior importância de sua atuação política foi a de dar o tom do discurso do grupo Autêntico pelo restabelecimento do estado de direito. Naquele período ele atuou não como legislador, mas como o arauto da volta à democracia.

## Os direitos do homem

Sua primeira e “eterna” luta, como nos lembra Fernando Lyra, foi a CPI dos desaparecidos políticos, que Lysâneas tentou criar:

“Na primeira reunião da bancada do MDB, lá estava ele tomando assinaturas e, por mais que disséssemos ‘ainda não é hora, vamos ver se o processo se abre um pouco’, nada adiantava. Foi assim até 1976. E os seus discursos, sempre duros, implacáveis, denunciando as violações dos direitos humanos.”<sup>18</sup>

Suas denúncias de tortura e violações dos direitos humanos não podiam ser publicadas pela imprensa. O jornalista Carlos Chagas, que na época chefiava a sucursal de *O Estado de S. Paulo* em Brasília, guarda até hoje vários documentos e ordens de censura que recebia todas as manhãs: “Está proibida a divulgação dos discursos pronunciados pelos deputados Lysâneas Maciel e Fernando Lyra”. Também não se podia falar

<sup>18</sup> *Correio Braziliense*, 15-12-1999, p. 7.

de anistia, volta à democracia, sucessão presidencial; era proibido citar Juscelino Kubitschek, D. Helder Câmara, ou até mesmo falar do surto de meningite daquela época. O Governo Médici patrocinou a pior fase da censura. Mas Lysâneas falava sobre todos estes temas, o que levou a Mesa da Câmara, em determinadas ocasiões, a vetar a transcrição total de seus discursos no *Diário do Congresso*, ou a permitir sua publicação com cortes, artifício utilizado no discurso da cassação.

Foi o primeiro a levar à tribuna o tema do despertar da Igreja – Católica e Evangélica – para os problemas nacionais, antevendo a orientação que a parte mais progressista do clero passaria a adotar e revelando aos que defendiam o *status quo* vigente que o país não estava bem, que o povo estava sofrendo e que a Igreja não se podia omitir em tal situação.

Lysâneas não deixava sem resposta as investidas ferinas do partido da Situação. Tribuno implacável, seus embates em Plenário com os líderes da situação fizeram história. Respondendo a uma declaração do então presidente da Câmara, Pereira Lopes, de que era uma “burrice” tentar revogar o AI-5, o deputado aproveitou-se de uma comunicação do Pinga Fogo para tecer seus comentários:

“*Data venia* desse ilustre pronunciamento, gostaríamos de ressaltar que, muito embora integrantes daquela classificação de asininos, entendemos que em nada contribuí para o fortalecimento desta Casa, nem traduz talvez o pensamento da própria maioria parlamentar, a expressão com que foram aquinhoados os deputados do MDB, que lutam e continuarão a lutar pelo restabelecimento do Estado de Direito.

(...)

Nós, do MDB, Sr. Presidente, com as restrições que temos, que já não são poucas, estamos lutando pela revogação de todos os atos de exceção. Tínhamos a impressão de encontrar alguma ressonância entre os ilustres parlamentares que compõem a Situação, pois essa luta não é nossa, mas de todo o país, e tem sido até objeto de preocupação das próprias autoridades.

Entendemos que o cerceamento das liberdades individuais, da falta de liberdade de imprensa e a sufocação das manifestações da juventude ensejam o contexto social propício para que alguns grupos, em desespero de causa,

---

se atirem a uma aventura cujas conseqüências todos nós conhecemos. Tirem-se dos homens seus meios naturais de expressão e de manifestação legítima de protesto e inconformismo, e as alternativas que lhes restam são o aniquilamento ou o desespero irracional, o terrorismo. Mas convém lembrar que, na maioria dos casos, a injustiça é a ponta de lança da desordem e do terrorismo.

Quando um presidente desta Casa entende que é ‘burrice’ lutar pela revogação do AI-5, fazemos a seguinte pergunta: que outros meios de expressão pretendem aqueles que dominam a Maioria? Que outra forma de liberdade se pretende suprimir, quando a simples luta pelo restabelecimento do Estado de Direito é considerada manifestação irracional?”<sup>19</sup>

Lysâneas foi um dos redatores do mandado de segurança impetrado junto ao Supremo Tribunal Federal contra uma “lei da mordaça” da época do Governo Médici, estabelecendo que todo original de livro, antes de ir para a editora, tinha de ser aprovado pela Polícia Federal. A lei fora aprovada na Câmara. O STF decidiu não acatar o recurso porque os atos revolucionários eram insuscetíveis de apreciação judicial. No final da sessão, os mais exaltados eram os Autênticos, que reclamavam da decisão no saguão do Supremo.

Em meio às denúncias de tortura e de casos de desaparecimento que lhe chegavam – e que ele levava à tribuna – quase diariamente, Lysâneas apresentou um projeto, em outubro de 1971, que dava “proteção judiciária imediata aos presos ou detidos”, baseando-se, astuciosamente, na Lei de Segurança Nacional vigente na época. A proposta obrigava as autoridades a atestarem as condições físicas dos cidadãos ao darem entrada na prisão, e a informar o local em que eles se encontravam. Acreditava que, assim, poderiam ser evitadas as torturas e os desaparecimentos de presos políticos que se tornaram corriqueiros na época:

“Fazia parte de nosso cotidiano a presença de mães e esposas que chegavam e queriam os corpos de seus filhos e maridos. Nada podíamos fazer... Até que, um dia, percebi que a única solução seria pedir a aplicação da Lei de Segurança Nacional, pois, pelo menos, localizaríamos as pessoas. (...) Não modifiquei uma vírgula sequer da Lei de Segurança Nacional, não tirei o julgamento dos civis pelos militares,

<sup>19</sup> *Diário do Congresso Nacional*, Seção I, 27-5-1971, p.1331.

não pedi a abolição da pena de morte que – embora fosse usada largamente pelo país – nunca foi aplicada oficialmente. Além disso, eu só pedia um exame de sanidade física e mental, em que a pessoa fosse identificada – só isso. (...) o Abi-Ackel (ministro da Justiça do Governo Médici), este mesmo, que foi convidado a ser sub-relator da Comissão que alteraria a Lei Penal e de Segurança Nacional, disse: ‘Essa lei está perfeita, só tem um problema, a assinatura de Lysâneas Maciel... Mais nada!’<sup>20</sup>

O projeto foi rejeitado e arquivado.

Quando o companheiro Chico Pinto foi condenado à prisão, acusado de “insultar o chefe de Estado de uma nação amiga em um discurso no Plenário” – em que se referira ao general Augusto Pinochet como “fascista e opressor do povo chileno”, Lysâneas levou o deputado ao departamento médico da Câmara para que ele fosse submetido a um exame completo de sanidade física e mental, antes de ser preso. O “crime” estava previsto na Lei de Segurança Nacional, e Francisco Pinto, em outubro de 1974, teve seu mandato cassado e ficou privado de seus direitos políticos.

Sua idéia de estender o mesmo procedimento a todos os cidadãos ameaçados não vingou, mas ele continuou denunciando todos os casos dos quais tomou conhecimento. A cada relato que recebia, Lysâneas emocionava-se, indignava-se e corria para a tribuna. Não conseguia ficar calado.

Falou do assassinato do ex-deputado Rubens Paiva. Do desaparecimento do estudante Honestino Guimarães. Protestou contra a morte do estudante Alexandre Vannucchi Leme, dada pelos órgãos oficiais como por atropelamento. Tentou encontrar os “desaparecidos” Ivan Mota Dias, Waldo César e o ex-deputado estadual catarinense Paulo Stuart Wright, que fora um presbítero, como ele. Tentou descobrir o paradeiro de José Carlos da Mata Machado, em vão; mas registrou em Plenário o pedido do pai, ex-parlamentar e grande amigo, Edgar de Godói da Mata Machado, de que o corpo do filho fosse entregue à família para que tivesse um enterro cristão. Indignou-se com o martírio de Stuart Angel Jones, cujo relato lhe fora levado pela mãe, Zuzu Angel. Ela também lutava pelo direito de enterrar o filho – certa vez, confidenciou a Lysâneas e Regina que, se algo lhe acontecesse, não teria sido acidental (Zuzu Angel morreu em um acidente de trânsito em abril de 1976). Ela levou ao Congresso cerca de 15 famílias de presos e desaparecidos.

<sup>20</sup> NADER, Ana Beatriz, op. cit., p. 286-287.

Um dos episódios mais marcantes deu-se no dia em que discursou sobre o ocorrido com o filho do general Pedro Celestino da Silva Pereira, um jovem preso político que estava sendo torturado. O general e a mulher, dona Clarice, foram ao gabinete de Lysâneas pedir ajuda. O deputado, surpreso, disse-lhes: “Vocês vieram ao gabinete errado, deveriam procurar o pessoal da Arena, o Célio Borja, que é uma pessoa séria, ou o Antônio Mariz”. Dona Clarice informou que o casal já havia percorrido aquele caminho e que só lhes restava falar com Lysâneas, apesar de o deputado ser muito visado: “Nós sabemos que o senhor tem a coragem de denunciar”. Lysâneas confidenciou a Regina que o general ficara de pé, ao lado da esposa, mudo. Na ocasião, era difícil imaginar a “heresia” de ver um general no gabinete de um “comunista”. Mas os dois estavam desesperados e confessaram a Lysâneas: “O senhor é a nossa última esperança”. Contaram que, quando o filho fora preso, o general Golbery havia lhes garantido que o rapaz não seria torturado, mas quando dona Clarice conseguiu – também com a ajuda de Golbery – visitar o filho na prisão, percebeu que ele se mantivera com os braços para trás o tempo todo. Ela achou a atitude estranha e puxou-o; viu que ele não tinha uma unha sequer nos dedos. A mãe ficou alucinada com o que presenciou e voltou ao gabinete de Golbery para cobrar: “Você prometeu que meu filho não seria torturado, ele não tem uma unha sequer nos dedos das mãos, além de sinais de outras torturas que sofreu”. Ela contou a Lysâneas o que o filho havia dito: “Mamãe, quando eu entrei na luta armada eu sabia que isso podia acontecer, vocês não devem se preocupar, eu sabia que isso era uma consequência natural da minha opção. Estou sofrendo por algo que sabia que podia acontecer”. Lysâneas prometeu denunciar o ocorrido ao Plenário, mas avisou que incluiria, no discurso, o caso de outros operários que também se encontravam presos e sofrendo torturas. O general não gostou da idéia de ver seu nome junto ao de outros “terroristas”, mas acabou concordando.

O general Pedro Celestino e dona Clarice encontravam-se na galeria do Plenário enquanto Lysâneas defendia sua causa. O deputado dizia em seu discurso que estava ali defendendo o filho do militar para que não acontecesse o mesmo com quem não era filho de general. Foi interrompido pelo líder da Maioria, José Bonifácio, que afirmou: “Não está sendo torturado coisa nenhuma!”. Neste momento, o general gritou das galerias: “É mentira!”<sup>21</sup> No dia seguinte, dona Clarice enviou um buquê de rosas para Regina, acompanhado de um cartão com os dizeres:

---

<sup>21</sup> *Vozes da Oposição: depoimento de Lysâneas Maciel*. Organizadores: Marieta de Moraes Ferreira,

“Senhora Lysâneas Maciel,

Com essas rosas, vai o nosso carinho e admiração pela dedicação de seu marido a uma causa justa, como seja a defesa das criaturas humanas. Ele nos devolveu a Fé em nosso Congresso!

Desejamos tê-los como amigos.

Clarice Pereira”

Várias vezes, Lysâneas acompanhou D. Paulo Evaristo Arns na tentativa de saber do paradeiro de desaparecidos em São Paulo, na rua Tutóia, conhecido centro de tortura de presos políticos. Levado pelo desespero de nada poder fazer, a não ser denunciar os abusos, começou a divulgar os nomes dos principais torturadores, num discurso sobre as Forças Armadas em que não poupou adjetivos:

“As Forças Armadas não se constituem apenas deste grupo teratológico. As Forças Armadas não se constituem apenas de figuras como este louco do brigadeiro Bournier, da Aeronáutica, de energúmenos como o Zamith e o Clemente, da Marinha.”

Em seu depoimento a Ana Beatriz Nader, Lysâneas alega que não dava para usar uma “linguagem parlamentar” com os deputados arenistas Ivahir Garcia e Cantídio Sampaio e narra um episódio ocorrido no Plenário:

“Eu estava falando sobre o Esquadrão da Morte e ele [Ivahir Garcia] e o Cantídio defendendo o sistema. Em determinado momento, ele [Ivahir Garcia] cometeu um erro, falando pela Liderança, designado por José Bonifácio:

– É um homem muito digno, o Sr. Delegado Fleury... Ainda mais, Srs. Deputados, o delegado Fleury é responsável pela eliminação física de diversos inimigos do sistema!

Eu me fiz de desentendido e disse:

– Gostaria que V.Exa. repetisse!

José Bonifácio tentou impedir, mas a fala foi registrada:

‘é responsável pela eliminação física de diversos inimigos do sistema.’ É a confissão de que ele matou, e matou com pleno conhecimento do Governo. Isso não era responsabilidade de tipos patológicos como o coronel Erasmo Dias, não. Isso era responsabilidade do Governo Federal.”<sup>22</sup>

Um exemplo do estilo e da coragem de Lysâneas Maciel foi relatado pelo deputado Chico Pinto no prefácio do livro de Jonas Rezende. Chico Pinto e o deputado Marcos Freire almoçavam no apartamento de Lysâneas quando o telefone tocou. Era uma ligação do semanário *Opinião*, dirigido por Fernando Gasparian:

“O editor do jornal, Raimundo Pereira, telefonou informando que agentes da polícia federal se encontravam na gráfica. Transmitiram ordem que proibia a impressão do semanário. Só poderia ser impresso após censura prévia. Dirigimo-nos para a gráfica e encontramos dois agentes ao lado de dois jornalistas do *Opinião*. Gasparian apresentou-se como responsável pelo jornal e disse que éramos deputados. Um dos agentes reproduziu a ordem que já conhecíamos. Gasparian indagou:

– O senhor trouxe alguma ordem escrita?

– Não – respondeu.

– Sem documento assinado pelo responsável, o jornal será editado.

– Não vou permitir – disse o agente – cumprirei a ordem que recebi.

O deputado Marcos Freire retirou do bolso uma agenda e uma caneta e perguntou ao agente:

– Seu nome?

– Não vou me identificar. (Corrigiu-se, rapidamente, acrescentando:) Pode escrever aí, agente X.

Lysâneas exaltou-se:

---

<sup>22</sup> NADER, Ana Beatriz, op. cit., p. 287.

– Respeite o deputado Marcos Freire, você não está falando com gente da sua laia.

E o agente, irônico:

– Já disse, agente X.

Lysâneas investe:

– Não vamos respeitar sua ordem que não vale nada. Ou você traz ordem escrita ou o jornal vai ser impresso.

Os ânimos foram se exaltando. O agente confirma:

– Cumpro ordens.

Lysâneas, estendendo o braço em direção à porta da rua:

– Vá dizer ao seu chefe que não acatamos ordem verbal. Que ele mande por escrito.

O agente vacila. Lysâneas insiste, gritando:

– Não ouviu o que eu disse?

Interrompi aquele diálogo áspero e, calmamente, dirigi-me ao agente:

– Entenda a nossa posição, senhor agente X. Há no país muitos inimigos do Governo que desejam incriminá-lo por coisa que não fez. O Governo nega que exista censura à imprensa no país e o seu chefe quer censurar. O senhor não se identifica, não possui documentos, não traz ordem escrita. O senhor é agente ou é um aventureiro subversivo (subversivos era como nos tratavam os governantes) querendo colocar mal o Governo? Se formos denunciar na Câmara a violência que o senhor está cometendo aqui, em nome do Governo, não será uma injustiça?

– Não sei – respondeu em voz baixa.

Lysâneas novamente investe:



– Então retire-se e vá transmitir esse recado a seu chefe.

Recomendamos aos jornalistas que deveriam ir embora. Não sabíamos o que poderia acontecer.

Continuávamos ainda em pé e Gasparian sustentava sua posição, quando um tropel cadenciado se fez ouvir subindo os degraus da escada. Na frente, um cidadão de borzeguim, forte, embora barrigudo, batia os pés em marcha no assoalho de madeira, acompanhado por muitos agentes armados de metralhadoras. (Disseram-nos, depois, que era o general Luís Freitas). Dirigiu-se ao grupo, sem nos cumprimentar:

– Quem é Gasparian aqui?

Gasparian apresentou-se.

– Venha cá – disse, dirigindo-se a uma saleta ao fundo.

Fomos todos juntos. Na entrada, o homem falou, exaltado:

– Não entra ninguém além dele.

Lysâneas, como sempre, audacioso:

– Não entra ninguém por quê? Quem é você para impedir nossos passos? Vamos entrar, sim. E foi forçando a entrada. Irritado, o general gritou para Gasparian:

Você está preso! – E para os agentes – Conduzam o prisioneiro à camionete.

– Preso por quê? Disse Lysâneas – Você não pode prendê-lo. Isto é uma arbitrariedade.

Lysâneas colou-se ao lado do general e discutiram asperamente. Eu, atrás de Lysâneas, e os agentes, protegendo o comandante com suas armas, nos cercaram. No primeiro lance da escada, o general bradou para Gasparian:

– Você vai ver o que é um homem – e acrescentou um palavrão.

Lysâneas o repeliu com veemência:

– Nós vamos acompanhar o Gasparian.

– Não vão, não.

– Afastei Lysâneas e disse, educadamente:

– Comandante, o que houve?

– Não quero conversa.

– Deve ter havido um mal-entendido – falei. O que queríamos era uma ordem por escrito para saber se o agente era agente mesmo.

Já no passeio, com outros agentes cercando o prédio, ponderei:

– Comandante, então vamos acompanhar o Gasparian e conversaremos na Polícia Federal.

Encarou-me e deu dois gritos:

– Já disse que não vão e não quero conversa.

Perdi a paciência:

– Seu estúpido, sargentão mal-educado, você não está tratando com seus subordinados.

Lysâneas partiu como um raio em direção ao comandante, que deu um passo atrás, colando-se à parede. Ergueu o braço em direção ao rosto de Lysâneas, gesticulando. Lysâneas agarrou seu braço firmemente, mas ele gritou:

– Homem não pega em mim, só mulher. Vou prendê-los por desacato à autoridade.

Os agentes saltaram sobre nós. Voltei-me e empurrei a metralhadora:

– Que é isso, rapaz? Bote esse negócio pra lá.

---

O general, aos trancos, sai do cerco. Corri e sentei-me no banco dianteiro do carro da polícia, antes dele. Lysâneas sempre firme, atrás do general, que me olhou em silêncio. Afinal, era um deputado que estava ali, embora deputado valesse muito pouco, ou nada. Possivelmente avaliou que providências adotar. Arrancar-me do carro à força, levar-me preso ou dialogar. Preferiu a última alternativa. Embora mais contido, ordenou-me que saísse do carro. Respondi-lhe que iríamos acompanhar o doutor Gasparian; queríamos saber para onde seria levado. Ele, então, propôs que conversássemos na Polícia Federal, às 21 horas.

Desci do carro e as camionetes partiram. Decidimos avisar pessoalmente dona Dalva, senhora de Gasparian. Enquanto ela telefonava para amigos, mobilizando-os – entre esses, D. Eugênio Salles, cardeal do Rio de Janeiro, o extraordinário jornalista Hélio Fernandes e outros – Marcos Freire, em outro telefone, comunicava-se com Carolina, sua mulher, após o que se despediu, deixando-nos o endereço onde seria encontrado.

Mais tarde fomos apanhá-lo no endereço indicado. Possivelmente Marcos não teria conseguido adiar algum compromisso, pois não o encontramos.

No Comando, identificamo-nos no térreo e subimos ao primeiro andar. Encontramos, sentado num banco, o mesmo homem que se identificara como agente X e que, com toda a certeza, havia deturpado o nosso primeiro recado ao seu comandante. Lysâneas repreendeu-o por isso e, de forma autoritária, mandou que ele nos anunciasse.

O general nos recebeu de pé, respiração ofegante. Parecia transtornado, pronto a explodir. Lysâneas indagou, com firmeza:

– Onde está Gasparian, por que o prendeu? Viemos saber se o senhor vai soltá-lo agora.

– Está aqui – e apontou para o lado direito, possivelmente onde ficavam as celas. O que me admira – acrescentou – é que os senhores, representantes do povo, deputados, fiquem acobertando comunistas como o Gasparian e jornalistas que trabalham naquele jornalzinho. Estão vendo aqueles arquivos que rodeiam a sala? São de comunistas fichados.

Então eu lhe perguntei onde ficavam os arquivos dos vendidos que estavam a serviço dos Estados Unidos. O tom de minha conversa era quase ameno. Mas ele, ríspido, me interrompeu, dizendo que não queria discutir política. Lysâneas argumentou, novamente, sobre a ilegalidade da prisão e criticou atos do Governo.

Enfim, o homem combinou que soltaria Gasparian pela manhã e cumpriu o prometido.”<sup>23</sup>

## Um grande leque de lutas

A Constituição, emendada pelos ministros militares, incluiu, na esfera de competência do Executivo, poderes tradicionalmente considerados prerrogativas do Legislativo. Na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, onde teve participação destacada, Lysâneas sempre se insurgiu contra o fato de o Executivo dispor não somente de competência para fazer a lei e aplicá-la mas até a de julgar-se a si mesmo quanto à interpretação das normas. Lamentava ver o Legislativo com seus poderes reduzidos, restando aos congressistas nada mais que resistir. Incomodava-o o fato de o Executivo “despejar” leis e códigos que a Comissão mal tinha tempo de discutir e os aprovava como queria o Governo. Sobrava aos congressistas a possibilidade de aprovar “perfumarias” – nome que se dava a projetos de lei sem relevância. Mas as limitações impostas pelo regime não o impediram de tentar, de todas as formas possíveis, exercer o mandato em toda a sua plenitude. Tinha uma tarefa a cumprir – aquela era a sua luta.

O irmão sociólogo até tentou persuadi-lo, nas conversas em família, a concentrar-se nos temas mais urgentes. De nada adiantou. Lysâneas também denunciou, além da tortura, a censura, o abandono dos trabalhadores e o favoritismo a interesses estrangeiros. Combateu o racismo, saiu-se em defesa dos aposentados na sua luta contra a Previdência, atacou o problema da moradia, deu conhecimento dos conflitos pela terra nos rincões do país, da exploração desenfreada e sem controle das riquezas minerais, lutou contra a quebra do monopólio da Petrobras com os contratos de risco, denunciou a existência de cartéis na distribuição do gás liquefeito de petróleo. Defendeu a busca de fontes alternativas de energia, como a biomassa.

---

<sup>23</sup> REZENDE, Jonas, *E Lysâneas disse basta!*, Rio de Janeiro, Mauad Editora, 1999, p. 20-24.

Lysâneas criticou incansavelmente o contrato assinado pelo Governo brasileiro, em 1972, com a Westinghouse Electric, para a construção da primeira usina de energia atômica no país. Considerava os termos do acordo lesivos aos interesses nacionais, uma vez que a empresa não fornecia o ciclo completo do combustível. Todos os reatores dependiam de fornecimento de combustível enriquecido nos EUA. Em 1975, o Brasil negociou a compra de reatores da Alemanha Ocidental. A tecnologia fornecida incluía a capacidade de produzir armas nucleares – seja pelo enriquecimento de urânio, seja pela separação do plutônio durante o reprocessamento do combustível usado – depois que o Brasil tivesse adquirido a tecnologia do ciclo completo de combustível. Lysâneas, apesar de enxergar vantagens no novo acordo com relação ao anterior, reclamou de o terem, Governo e Itamarati, negociado secretamente, sem se dar o cuidado de ouvir o Congresso e dispensando a opinião de experimentados técnicos e cientistas nucleares do país.<sup>24</sup>

Quando foi eleito para a presidência da Comissão de Minas e Energia da Câmara, logo começou a investigar a situação das riquezas do subsolo. Regina lembra-se de uma observação feita a Lysâneas pelo funcionário que secretariava a Comissão: “Deputado, há muito tempo nós não tínhamos tanto trabalho aqui; as atividades começaram depois que o senhor chegou. Esta Comissão estava parada.” O novo presidente levou deputados e jornalistas a Carajás (acompanhou o grupo a jornalista Cristina Tavares, do *Jornal de Brasília*, futura deputada por Pernambuco). Defendeu, com o respaldo da Comissão, uma proposta encaminhada ao general Geisel para a construção de uma siderúrgica em Carajás, sustentando a necessidade de se impedir que o minério local fosse destinado tão somente à exportação de matéria-prima. Alertou que deixar Carajás como estava era um dos maiores crimes contra a economia brasileira. Propôs a criação da Organização dos Países Exportadores de Minério (Opem), que funcionaria nos moldes da Organização dos Países Exportadores de Petróleo, para garantir preços mais justos aos minérios do país.<sup>25</sup>

Chico Pinto acredita que seu processo de cassação iniciou-se a partir do momento em que Lysâneas Maciel assumiu a presidência da Comissão de Minas e Energia da Câmara. Atiçou o vespeiro, provocando a reação das abelhas venenosas.<sup>26</sup>

<sup>24</sup> SKIDMORE, Thomas E., *Brasil: de Castelo a Tancredo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 376-383.

<sup>25</sup> REZENDE, Jonas, op. cit., prefácio de Francisco Pinto, p. 14-15.

<sup>26</sup> Ibid., op. cit., p. 66-67.

Ele era um nacionalista. Além de sua luta pelo restabelecimento da democracia, defendia teses nacionalistas. Um dos primeiros projetos que apresentou autorizava o Poder Executivo a “impor restrições, totais ou parciais, por prazo limitado, aos percentuais de remessa de lucros a qualquer título, às pessoas jurídicas ou físicas sediadas em países que imponham discriminações prejudiciais à importação de produtos brasileiros”. Ao justificá-lo em Plenário, ironicamente convidou os colegas, “dentro da exígua esfera de competência” que lhes restava, para que imitassem a Casa dos Representantes do Congresso Norte-Americano, que votara medidas de represálias à fixação, pelo Brasil, do limite de 200 milhas para o mar territorial brasileiro. O objetivo dos congressistas americanos, alegava Lysâneas, era proteger os interesses da indústria pesqueira dos Estados Unidos e, ao mesmo tempo, atingir a importação do açúcar e do café brasileiros. E sugeria aos colegas a mesma preocupação com relação aos interesses brasileiros. Outro projeto rejeitado e arquivado.

Em seu primeiro discurso no Grande Expediente da Câmara dos Deputados, Lysâneas criticou a orientação do Governo e as restrições impostas pelo regime, sugerindo alternativas para a arrancada de um verdadeiro progresso econômico e social no país, baseado no nacionalismo. Deu ao pronunciamento o mesmo título do primeiro livro que o teólogo Richard Schaul publicou no Brasil: *Alternativa ao desespero*. Uma homenagem ao homem que, indiretamente, abriu-lhe uma outra visão de vida e da religião.

Classificava-se como um defensor dos direitos humanos, dos interesses sociais do povo e dos interesses econômicos nacionais. E assim definiu, certa vez, seu compromisso político:

“Tenho a crença de que não existe nada mais relevante em política do que servir ao povo. Daí nossa convicção, expressa no parágrafo primeiro da nossa Constituição, que regime nenhum conseguiu arrancar: ‘Todo poder emana do povo e em seu nome será exercido’. A consequência lógica dessa convicção é a certeza de que o sistema representativo, com todos os seus defeitos, ainda é a melhor maneira de canalizar a vontade popular. (...) Esta confiança no poder popular tem ainda um precedente teológico: para se chegar à primeira das grandes revoluções da história, foram utilizados um carpinteiro e alguns pescadores.” (*Fatos e Fotos*, p. 12-13, 25 de agosto de 1975.)

---

Mas a característica de sua personalidade que mais marcou os amigos foi a solidariedade, demonstrada em várias ocasiões, fossem elas de caráter político ou pessoal. No dia da prisão de Chico Pinto, o deputado Marcondes Gadelha fazia seu protesto na tribuna, quando recebeu a notícia da morte de seu filho:

“Nesse momento muito doloroso, recebi o conforto de Lysâneas. Apesar de eu ser católico, na hora de encomendar o corpo, não havia um padre por perto. Lysâneas o fez. Era um presbítero. Muitas vezes, brincando, eu o chamava de pastor.”

## Devolvemos nosso voto ao povo brasileiro

O episódio da antecandidatura da Oposição foi a primeira ameaça concreta ao regime. Uma ação política dos Autênticos que acabou sendo encampada pelos moderados do partido, a sugestão do lançamento de um antecandidato à Presidência da República, em 1974, foi de Lysâneas, Chico Pinto e Fernando Lyra. A intenção era usar o espaço na televisão e no rádio, previsto na Lei Eleitoral, durante 60 dias, para que o candidato denunciasses as arbitrariedades e o real quadro de ditadura no país. Queriam uma grande campanha de mobilização, uma retomada do diálogo com uma população temerosa de se manifestar contra o regime, uma forma de instigá-la a se levantar. No dia marcado para a eleição, antes que o Colégio Eleitoral se reunisse para a escolha do novo presidente, o antecandidato renunciaria em forma de protesto.

Convidaram Barbosa Lima Sobrinho para ser o candidato do MDB à Presidência da República e obtiveram dele o compromisso de renunciar no final do processo. Discutiram, entre o grupo Autêntico, os nomes de Lysâneas Maciel, Chico Pinto e Marcos Freire para vice-presidente. No princípio, encontraram certa resistência entre os moderados do partido – Tancredo Neves, Thales Ramalho, Ulysses Guimarães. Mas Ulysses, que era o “comandante” da Oposição, presidente do MDB, resolveu que seria ele o antecandidato a presidente e Barbosa Lima o vice. O que causou preocupação aos autores da idéia, como confessou Lysâneas:

“Desconfiados de Ulysses, chamamos lateralmente Barbosa Lima e dissemos que estávamos com essa preocupação, que tínhamos receio de que Ulysses negasse espaço para a denúncia das arbitrariedades que aconteciam no país. Esta conversa foi até em minha casa, e repito a expressão de Barbosa Lima:

‘Marquem dia e hora da nossa renúncia!’ Depois... A bem da verdade, Barbosa Lima foi muito pressionado... Ulysses, Tancredo, Thales, eram muito hábeis, envolventes e sedutores. E é por isso que, apesar de ser o mais famoso episódio do grupo Autêntico, a anticandidatura é, para mim, um esboço frustrado do retorno à democracia, já em 1973.”<sup>27</sup>

Ulysses saiu candidato porque tinha força na convenção partidária, onde os Autênticos eram minoria. Ao anunciar sua candidatura no Plenário, chegou a surpreender os Autênticos, que ficaram tocados com seu discurso brilhante, “Navegar é preciso”, e o aplaudiram calorosamente. O Governo proibiu a transmissão do discurso, mas o jornalista Carlos Chagas ainda tem na memória suas palavras iniciais:

“(...) a caravela vai partir. As velas estão pandas de sonho, aladas de esperança. O ideal está no leme e o desconhecido se desata à frente. No cais alvoroçado, nossos opositores, como o Velho do Restelo de todas as epopéias, com sua voz de cassandra e seu olhar derrotista, sussurram as excelências do imobilismo e invencibilidade do *establishment*. Conjuram que é hora de fiar e não de se aventurar. Mas, no episódio, nossa carta de marear não é de Camões, e sim de Fernando Pessoa ao recordar o brado ‘navegar é preciso, viver não é preciso’. Posto hoje no alto da gávea, espero em Deus que, em breve, possa gritar ao povo brasileiro: alvíssaras, meu capitão, terra à vista! Sem sombra, medo e pesadelo, à vista a terra limpa e abençoada da liberdade.”

E a partir daquele setembro de 1973, o “doutor” Ulysses percorreu o país numa campanha – como se estivesse disputando uma eleição direta – que registrou o comparecimento maciço da população aos comícios.

Mas Ulysses recusou-se a retirar a candidatura na hora da “eleição” e levou seu nome para o Colégio Eleitoral. Os Autênticos reagiram e recusaram-se a participar da votação. O trato de denunciar e depois renunciar não fora cumprido pelo anticandidato. A reunião do Colégio Eleitoral não passou de um anticlímax. O general Ernesto Geisel e seu vice, almirante Adalberto Pereira dos Santos, foram eleitos por 400 votos a 76. Lysâneas foi um dos redatores da nota que devolvia o voto ao povo brasileiro, o grande ausente. Foi ele quem leu, pelos Autênticos, a Declaração de Voto no Plenário:

---

<sup>27</sup> NADER, Ana Beatriz, op. cit., p. 289.



O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Sr. Presidente, temos para nós que o registro feito pela digna Mesa, no que tange à aferição dos votos proferidos neste Colégio, não retrata a realidade dos fatos. Sr. Presidente, o grupo minoritário, um grupo residual de pequenas forças, um grupo residual que não teve oportunidade de se dirigir, de buscar o seu alento e as suas forças na verdadeira fonte do poder, que é o povo brasileiro, não se absteve de votar. Comparecemos e devolvemos o nosso voto ao povo brasileiro. Foi registrado pela Mesa que nós nos abstivemos de votar e isso não espelha a realidade.

V.Exa., Sr. Presidente, que já combateu o nazi-fascismo nos campos da Itália, quem sabe, hoje combate o nazi-fascismo no Grande Rio, entenderá as razões por que um grupo – que não teve oportunidade de se fazer ouvir, que é esmagado por todas as forças – tenta, Sr. Presidente, transformar este Colégio Eleitoral em um verdadeiro colégio de eleitores e não simplesmente num colégio homologatório de uma eleição previamente decidida; V.Exa., com o passado que tem, entenderá a natureza do nosso apelo e registro, porque isso é muito oportuno para V.Exa., um ex-combatente do nazi-fascismo.

É também oportuno citar, aqui, Sr. Presidente, as palavras do pastor alemão Martin Niemöller, pouco antes de ser sacrificado pelo nazismo, na Alemanha. Ele disse, naquela oportunidade: ‘Primeiro vieram buscar os comunistas – não falei nada porque não era comunista; depois vieram buscar os judeus – não falei nada porque não era judeu; depois vieram buscar os operários, membros dos sindicatos – não falei nada pois não era operário sindicalizado; depois vieram buscar os católicos – não falei nada pois sou protestante; e finalmente vieram buscar os protestantes – quando isto aconteceu não havia restado ninguém para falar.’

Este grupo, Sr. Presidente, invoca o respeito ao Direito e à Lei, a despeito de suas fraquezas, para que nos sejam asseguradas as franquias da liberdade. Rogamos a V.Exa. que seja consignada a verdadeira natureza do fato. Este grupo pretende absorver o verdadeiro sentimento oposicionista do povo brasileiro, que não está registrado neste simulacro de eleição. Pretendemos, Sr. Presidente, transformar este ato eleitoral em algo mais do que as eleições presidenciais, ou em algo mais do que simplesmente representar os interesses dos hoteleiros

de Brasília. Este é o registro que nós pedimos seja consignado em ata, para que se diga que este grupo não se absteve, não se alimenta na balança das omissões de uma conciliação nacional, sufocada e esmagada, cujo voto, em termo moderado, não teve sequer o privilégio e o direito de ser transmitido à nação brasileira. É este o nosso voto e o nosso registro.

#### Declaração de Voto

Devolvemos nossos votos ao grande ausente: o povo brasileiro, cuja vontade afastada do processo, deveria ser fonte de todo o poder.

Recusando participar com o nosso voto desta eleição, não temos a preocupação de ato heróico.

Sabemos que a história é, principalmente, a crônica dos gestos de resistência daqueles que souberam afirmar-se através do tempo, mesmo porque ela não se faz de concessões e capitulações.

Assim, a Nação não esquece os contestadores de todas as épocas: os heróis da Inconfidência Mineira; os construtores da Independência; os defensores da Abolição; os artífices da República; os tenentes de 22 e 24; os revolucionários de 30; os constitucionalistas de 32; os mineiros de 43; os legalistas de 45; os anti-AI de 68.

Fiéis ao programa partidário que condena a eleição indireta, admitimos a candidatura própria tão-somente com o objetivo de alargar a precária faixa de comunicação, tentando, assim, reatar o diálogo com o povo brasileiro.

Em nenhum momento compreenderíamos que o anti-candidato e o contestante se convertessem em candidatos.

Procuramos exercer o nosso mandato coerentes com as tradições democráticas do povo brasileiro, e cada dia mais comprometidos com os grandes temas nacionais que são a fundamentação de uma grande e ampla luta de homens de todas as crenças e latitudes.

---

E assim nos reencontramos com a nossa própria consciência, quando reclamamos o restabelecimento das garantias democráticas e a prevalência dos princípios universais consagrados na Carta dos Direitos Humanos que o mundo subscreveu, juntamente com o Brasil, logo após a 2ª Grande Guerra, quando os povos se definiram no campo de batalha contra o nazi-fascismo, erguendo aos Céus as esperanças de um mundo melhor e mais fraterno.

Igualmente nos reencontramos conosco mesmo, quando fizemos nossas as angústias da massa trabalhadora do país, sufocada pela alta não confessada do custo de vida e pelo garroteamento da liberdade e da autonomia sindicais.

Também nos reencontramos com os estudantes na sua justa revolta contra o 477, ou com a Justiça quando defendemos a intangibilidade das decisões judiciais, ou, ainda, quando, ao lado do empresariado nacional, denunciamos a desnacionalização progressiva de nossa economia.

Não nos contentaríamos, hoje, quando este privilegiado colégio de eleitores se reúne, em apenas renovar essas posições e reproduzir nossas angústias.

Por isso é que o gesto de nossa recusa ao voto homologatório deste colégio se constitui na expressão de inconformidade dos que não votam, dos que não escolhem, dos que não decidem e até dos que não podem falar.

É possível que as interpretações ligeiras e a análise condicionada de nossa posição às contingências do momento em que vivemos não sejam capazes de mostrar o amplo ângulo de perspectiva de nossa atitude, assumida perante a Nação e a História, mas os homens públicos não se engrandecem pela soma aritmética de suas presenças, e sim pela capacidade de refletir as angústias e as esperanças do povo, em cada época.

O Brasil de hoje que vive no silêncio das fábricas, dos escritórios, dos campos, das escolas, das igrejas, nos compreenderá e a Pátria de amanhã poderá fazer justiça aos poucos que assumiram o risco de juntar à voz do seu protesto, o gesto de sua inconformidade.

Brasília, 15 de janeiro de 1974 – Lysâneas Maciel – Freitas Nobre – Freitas Diniz – Marcos Freire – Fernando Cunha – Getúlio Dias – Jerônimo Santana – João Borges – José Santilli Sobrinho – Marcondes Gadelha – Paes de Andrade – Francisco Amaral – JG de Araújo Jorge – Amaury Müller – Jaison Barreto – Eloy Lenzi – Alencar Furtado – Walter Silva – Severo Eulálio – Álvaro Lins – Fernando Lyra – Nadyr Rosseti – Francisco Pinto.”<sup>28</sup>

O episódio também marcou, em caráter definitivo, a separação entre os Autênticos e os Moderados da Oposição.

## Fazendo escola entre os neo-Autênticos

A atuação dos Autênticos era acompanhada à distância, no país todo. O grupo tornara-se um movimento nacional e sua bandeira de resistência ao regime serviu de referência para vários dos novos deputados que chegaram à Câmara em 1975. A campanha dos Autênticos pelo fim do voto nulo e a anticandidatura ecoaram nos resultados das eleições para o Congresso, em 1974, registrando significativas vitórias para o MDB, com a chegada dos neo-Autênticos: Airton Soares, Jarbas Vasconcelos, Jorge Uequet, João Gilberto, Antônio Carlos, e tantos outros que, desde o início, juntaram-se, por afinidade, ao grupo que os inspirara.

Lysâneas Maciel participara da campanha de Airton Soares, advogado paulista que também atuava na defesa de presos políticos e já o conhecia. Muitos dos novos deputados tinham Lysâneas como modelo, por sua atuação mais vigorosa, mais radicalizada, por vezes dissidente. Admiravam, como lembra João Gilberto, sua posição de “ou tudo ou nada”, advinda de sua formação religiosa: “Ele tinha também os atributos da autenticidade, da coerência, de uma postura muito ética”.

O primeiro contato dos novos deputados com Lysâneas se deu na luta pela libertação de Chico Pinto, que estava preso quando chegaram ao Congresso. Em seguida, nos debates internos do partido, contra a liderança conservadora de Laerte Vieira, e no Plenário, onde a presença de Lysâneas era um exemplo para eles. Conta Jorge Uequet que ele prestava “assessoria” aos que chegavam, e admite que muito se beneficiou desta atenção pois, na chegada à Câmara, era difícil para eles a busca de espaço, chegar até os “antigos”, mas ocorria o contrário com Lysâneas, sempre receptivo e aberto:

---

<sup>28</sup> *Diário do Congresso Nacional*, 16-1-1974, p. 29.

“Tínhamos uma grande imagem dele nas bases, de coragem e de atuação competente contra a ditadura. Mas, ao chegarmos a Brasília, vimos que a maior realidade da Oposição no Congresso Nacional era Lysâneas Maciel. A cada encontro, ele só fazia aumentar essa admiração entre os moços que chegavam, os chamados neo-Autênticos. E essa admiração passou a ser tão grande que ele foi, de fato, o grande líder desta composição.”

O sentimento generalizado entre os neo-Autênticos era de que tanto Lysâneas quanto Chico Pinto nunca tiveram a preocupação de preservar o mandato. Lysâneas era quem dava o tom da música no MDB. Não guardava para si as informações que tinha, para usá-las num grande discurso: compartilhava-as com os colegas, dava sugestões da linha a ser adotada, apontava avanços e até fornecia-lhes outras informações. Ele acompanhava de perto a atuação dos neo-Autênticos, dava-lhes muita atenção. Por isso contava com a admiração do grupo. Não os desapontou em suas expectativas. Ganhou novos amigos.

Na luta contra a ditadura, o comportamento racional determinava a moderação no trato com o regime, para evitar punições. Já o comportamento mais fervoroso e sonhador levou outros à luta parlamentar mais acirrada. A linha moderada pregava o diálogo com alguns conspiradores internos do regime. Lysâneas pressentiu a ruptura interna do sistema e contribuiu para acelerar o processo. Sabia que a derrubada da ditadura exigia sacrifícios, ela não se daria impunemente. Os que optaram pelo uso das armas viram sua luta fracassar. Lysâneas optou pela virulência da palavra, pela denúncia das violências do regime, apostou nas suas contradições internas. Forçar o sistema a cometer erros era a sua tática. O Lysâneas que fica para a História é o do grupo Autêntico, o criativo que conjeturava mil maneiras de desmoralizar o sistema, de apressar o fim da ditadura, de obter o fim dos atos institucionais. Tinha sempre uma proposta nova que colocava em prática e seguia em frente. Com os Autênticos. Com os neo-Autênticos. Mas foi advertido várias vezes por Chico Pinto, com uma frase profética que ele e Regina nunca esqueceram: “Lysâneas, não tenha dúvida, essa nossa união vai acabar quando tirarem o guarda da esquina. Estamos unidos agora porque somos um grupo marginalizado.”

## O REBELDE CASSADO

*“A vítima não se chama Lysâneas Maciel. A vítima chama-se nação brasileira.”  
(Franco Montoro)<sup>29</sup>*

Passava das três da madrugada do dia 30 de março quando os cor-religionários de Amaury Müller deixaram seu apartamento, onde se encontrava também o companheiro Nadyr Rosseti. Na véspera, doze dias depois de um comício dos dois deputados gaúchos na cidade de Palmeira das Missões, Geisel havia cassado seus mandatos. Usara o AI-5, pela primeira vez, para punir cidadãos que expressaram juízos políticos.<sup>30</sup>

Os companheiros do MDB, ali reunidos, haviam decidido que, ao contrário das outras vezes, o partido não poderia se limitar à emissão de uma nota oficial de protesto pelas cassações dos dois deputados. Chegaram a um acordo pela convocação do Diretório Nacional e pela solicitação formal ao presidente do partido, Ulysses Guimarães, para que ocupasse a tribuna – fato raro – e protestasse em nome da Oposição.

Antes das oito da manhã alguns deputados já haviam chegado à Câmara com a intenção de se inscrever para o Pinga Fogo (como é chamado o Pequeno Expediente, a primeira parte da sessão, em que cada deputado dispõe de cinco minutos para breves comunicações). A estratégia dos emedebistas era a de ocupar a tribuna, discursando um após o outro, para demonstrar solidariedade para com seus colegas e protestar contra as cassações. A reunião da Executiva não se realizou porque o avião que traria Ulysses não conseguiu chegar de São Paulo em tempo. O atraso perturbou o esquema combinado. Muitos dos Autênticos inscritos desistiram de se manifestar sem antes conversar com Ulysses. Mas Lysâneas Maciel não quis esperar a chegada do presidente do partido e dirigiu-se à tribuna, levado por seu conhecido sentimento de solidariedade.<sup>31</sup>

O ambiente no Plenário era de visível tensão. A sessão teve início às 13h30. Na presidência, o deputado Herbert Levy, primeiro-vice-presidente da Mesa, abre a sessão:

“A lista de presença acusa o comparecimento de 158 deputados. Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.”

<sup>29</sup> *O Globo*, 3-4-1976.

<sup>30</sup> GASPARI, Elio, *A ditadura encurralada*. São Paulo, Cia. das Letras, 2004, p. 264.

<sup>31</sup> *Jornal de Brasília*, 31-3-1976, reportagem de Cristina Tavares.

Contrariamente ao quórum habitual do Pinga Fogo, mais de 50 deputados encontravam-se no Plenário naquele momento. Eram 14 horas quando Lysâneas Maciel ocupou a tribuna para denunciar – apesar dos pedidos de cautela dos companheiros e dos boatos de que o Governo estaria disposto a cassar quem protestasse – o medo generalizado que se implantou no país:

## Basta!

“Sr. Presidente, Srs. Deputados: hoje, nós nos dirigimos a um Parlamento que está, paulatinamente, perdendo a sua própria identidade. Nas cassações de ontem, a desmoralizante rotina que se pretende infligir a todo um povo. Há que se alertar este Parlamento para as seguintes premissas: as medidas ostensivas e veladas demonstram que não podemos ser parlamentares e muito menos Oposição. E esta é mais uma tentativa de nos transformar em objetos inertes e acovardados, não apenas frente ao Governo, mas também frente ao povo, nosso real compromisso. O recrudescimento das medidas arbitrárias não é acidental e nem visa apenas aos nossos bravos companheiros do Rio Grande do Sul.

Pretende-se, dentro deste clima de opressão, de violência, de arbítrio, reduzir a situação política do país à expressão de um partido hegemônico, que coopta o Governo militar e de uma Oposição manipulável e comprometida a um ponto insuportável de subserviência e medo. Não cabe, nestes poucos minutos, analisar o comportamento da Arena, cômodo e de serventia eventual do sistema. Também nos abstraímos do doloroso processo de sopesar as trêfegas atitudes do seu líder. Os homens-palha, como os pelegos de sindicato, têm a importância que se lhes dá.

Na dramática conjuntura em que vivemos, estes atos deixam claro e evidente que o sistema, após a utilização por doze anos de um mecanismo repressor mais bárbaro da história deste país, confessa, às vésperas das eleições municipais, que a força é a única maneira de se manter no poder. E confessa mais: a sua incompetência no combate à subversão e à corrupção, esta última praticada às escâncaras, pois os parlamentares que as denunciavam são enquadrados nas leis de segurança nacional.

---

O mais doloroso e grave, Srs. Deputados, não são as cassações, todavia. É que com elas estamos nos acostumando. Estamos nos acostumando com a falta de liberdade; estamos nos acostumando com a censura de baixo nível, que impede até a exibição de balé artístico; estamos nos acostumando com o desaparecimento de brasileiros, sua tortura e sua morte presumida. Homens que não se conformaram com injustiças e que colocaram seus talentos e suas vidas a serviço de seus compatriotas.

Estamos nos acostumando até com a proclamação de colegas deste Parlamento, que se comprazem em confessar que os indigitados chefes de esquadrão da morte, ainda ocupando postos oficiais, são responsáveis por eliminações físicas de diversos inimigos do sistema. Este Congresso aceita tranqüilamente o fato de que, neste momento, pelo menos cinco ex-parlamentares estão sendo mortos ou torturados. Estamos nos esquecendo, enfim, que o maior perigo nos regimes excepcionais e da falta de liberdade é nos acostumarmos com eles.

Não há, todavia, como nos iludir, Srs. Deputados! Fora do terror da repressão não há possibilidade de se manter, hoje em dia, um regime estático, sacralizado e injusto. Invoca-se, freqüentemente, que a restauração da vida democrática, dos direitos e das garantias individuais e coletivas dependem do sistema. Mas se a Oposição não lutar, a pretexto de falta de condições para mudar este contexto social e político, a curto prazo estará fortalecendo a implantação de um regime fascista neste país.

Para o sistema, o crescimento do MDB não deve alterar em nada a sua função, e observa-se que este firme controle vem sendo mantido, inclusive nestas últimas cassações. A cada aceno de normalização, temos atitudes correspondentes de ameaça, de sufocação. E o MDB, absorvendo o esquema proposto pelo sistema, torna-se culpável de assistir normalmente, não obstante as notas incisivas e inconseqüentes, ao emprego arbitrário da força bruta, à opressão institucionalizada. Não temos a coragem de criticar os membros das Forças Armadas, espalhados em todos os órgãos da administração pública e privada. E não o fazemos, não porque os julgemos mais honestos ou mais capazes que os civis. Não o fazemos, Srs. Deputados, porque temos medo! Por medo contemplamos, mudos, o assalto consentido a nossas riquezas naturais, a exploração infringida aos trabalhadores, o enriquecimento progressivo dos mais ricos, e a corrupção, que hoje é uma constante em quase todos escalões deste país.



A luta pelos verdadeiros interesses nacionais tem ainda outra característica. Ela não apenas requer grandes esforços e riscos por parte daqueles que nela se envolvem, mas é uma luta que não é levada a efeito no vácuo. Os explorados, os oprimidos e os injustiçados, ao se envolverem na luta pela própria libertação e desenvolvimento, estarão em confrontação com expressões muito concretas do poder. Portanto, os cassados de hoje e os cassados de amanhã têm que se conscientizar de que os esforços próprios e os de seu próprio partido, no sentido de uma melhoria da justiça social, é uma discussão sobre as diversas facetas dos poder. O MDB, com suas omissões, está praticamente condenando toda uma geração a conviver com elementos que aceitam as atitudes totalitárias. Hoje, premidos pelas circunstâncias em que nos encontramos, simulacros de parlamentares, existimos apenas para homologar aquilo que nos manda o poder estabelecido. Mas, como o mundo tem mudado, o Brasil mudará também.

Tenho repetido que, por minha formação, prefiro que essa mudança se faça pelo consenso pacífico entre brasileiros de diversas tendências. Mas tenho fundados receios, srs. deputados, em relação aos homens, quando se locupletam no poder e não têm que prestar conta de suas atitudes. A repressão e as cassações em defesa da ordem, hoje, já não mais convencem ninguém. Ou será que nos esquecemos de que esta ordem é a constituição social de um grupo? E, se cada maioria se julgar no direito de suprimir a contestação à sua ordem, o problema político jamais encontrará solução. Sabemos que a paz política está sendo adulterada em favor de determinados grupos. Não é difícil perceber quais as intenções obscuras atrás de cada investida repressora. Estamos quase que inermes diante desses grupos que manipulam o poder.

E sabemos que estes grupos podem cassar, podem torturar, podem até matar! Mas não podem afastar dois elementos inarredáveis na história política de qualquer povo: o Tempo e a História!”<sup>32</sup>

Desceu da tribuna ovacionado pelos colegas da Oposição. O discurso não fora um dos costumeiros improvisos de Lysâneas no Pinga Fogo. Cópias do impresso foram distribuídas aos jornalistas do Comitê

<sup>32</sup> 30-3-1976 – O discurso foi publicado no *Diário do Congresso Nacional*, Seção I, de 31-3-1976, p. 1650, com cortes (ver fac-símile no final deste livro).

de Imprensa da Câmara que, assim, puderam divulgar a íntegra de seu conteúdo, censurado – em partes – pela Mesa para publicação no *Diário do Congresso Nacional*.

Ulysses resolveu não falar. Delegou aos líderes do MDB, Laerte Vieira, na Câmara, e Franco Montoro, no Senado, o protesto em nome do partido. Dirigiu-se primeiro ao Plenário do Senado para ouvir Montoro. Todos os senadores e deputados da Oposição lá se encontravam. Em seguida, as atenções se deslocaram para a Câmara. No horário reservado às Lideranças, sobe à tribuna o líder oposicionista Laerte Vieira, o primeiro a falar. O Plenário estava repleto, muitos senadores juntaram-se aos deputados para acompanhar o discurso do líder do MDB. Vieira sustentava que “o desprezo em que se tem este poder, e só em função desse desprezo, se pode imaginar a catástrofe do que foi feito”<sup>33</sup>, quando, de repente, faz-se silêncio no Plenário. Todas as atenções se voltam para Ulysses Guimarães, que se levantara para pedir um aparte: “A arma do MDB é a palavra. E nós vamos brandi-la por todo o país”<sup>34</sup>. Afirmou que a cassação de Müller e Rosseti não atingira apenas os parlamentares, mas era uma ofensa ao Direito e ao Congresso, como instituição. E informou que a Executiva do partido convocaria o Diretório Nacional para apreciar a situação do país e as providências a serem adotadas com relação às cassações de parlamentares.

Fazia um ano e meio que Ulysses não falava no Plenário. A última vez em que ali se manifestara foi no dia do discurso de despedida de Chico Pinto, que teve seu mandato cassado pela justiça por “ofender” o general Pinochet, do Chile.

Sai Laerte Vieira, ocupa a tribuna o líder da Situação, o mineiro José Bonifácio. Começa por dizer que não responderá ao discurso de Lysâneas Maciel, que a ele se referira como “homem-palha”: “Não lhe dou esta honra”. Explica que havia solicitado aos faxineiros da Casa que apanhassem o resultado dos “vômitos” do deputado para que lhes desse seu “verdadeiro destino, o lixo”. Diz que o presidente da República não abriria mão de atos excepcionais, justamente para manter a democracia. O deputado Fernando Lyra o aparteu para insinuar que o líder da Maioria estava ali a anunciar nova cassação, referindo-se a seu discurso anterior, no qual fizera críticas ao comportamento de Müller e Rosseti no comício de Palmeira das Missões.<sup>35</sup>

<sup>33</sup> *Jornal da Tarde*, 31-3-1976.

<sup>34</sup> *Ibid.*

<sup>35</sup> *Diário de São Paulo*, 31-3-1976.

Naquela mesma noite, em reunião na residência de um vice-líder da Arena, o ministro da Justiça, Armando Falcão, o chefe do Gabinete Militar, general Hugo Abreu, o presidente da Arena, Francelino Pereira e os líderes da Maioria discutiam o discurso de Lysâneas Maciel. A opinião de todos os presentes era a de que o Governo não havia gostado dos seus termos.<sup>36</sup>

No dia seguinte, almoçando no restaurante da Câmara com o senador arenista Accioly Filho (PR) e os Autênticos Fernando Lyra e Francisco Amaral, Lysâneas já sentia que alguma coisa iria lhe acontecer. Contou que tanto ele quanto Regina continuavam recebendo ameaças anônimas pelo telefone, cartas apócrifas e até foto-montagens caluniosas. Os boatos corriam pelo Congresso, alguns davam conta de que, além de Lysâneas, outros dez ou doze congressistas seriam cassados pelo AI-5, entre eles o senador opositor Paulo Brossard. Falava-se até mesmo na possibilidade de o Congresso ser colocado em recesso, como ocorreu a 13 de dezembro de 1968, na edição do AI-5. Mas nem os líderes governistas dispunham de informações seguras.<sup>37</sup>

Era 31 de março e a sessão comemorativa do aniversário da Revolução não registrara a presença de um único deputado do MDB em Plenário. Mais um dia se passa e a falta de manifestação oficial do Governo contribui para o aumento da tensão e dos boatos. Lysâneas concedia uma entrevista à imprensa sobre a próxima reunião da Comissão de Minas e Energia – da qual era o presidente – para tratar do gás liquefeito de petróleo, quando lhe foi comunicado que a notícia de sua cassação já havia sido confirmada pelas redações dos principais jornais do país. Vai até o gabinete de Ulysses Guimarães, onde pede para falar nos quinze minutos dedicados à Liderança do partido. Pretendia fazer um último pronunciamento para denunciar as negociações do minério de ferro de Carajás. Ouviu ponderações de que o clima emocional poderia perturbar a serenidade das palavras, mas insistiu em falar. Ulysses disse que se tratava de uma decisão pessoal do deputado e que, qualquer que fosse ela, contaria com a solidariedade do partido. Lysâneas segue para o Plenário, acompanhado de Laerte Vieira, cruza no Salão Verde da Câmara com o presidente Célio Borja, que não o cumprimenta. Reclama do que considera uma falta de cortesia, na frente dos jornalistas. Laerte aconselha-o a ter calma.<sup>38</sup>

<sup>36</sup> *Jornal do Brasil*, 2-3-1976, reportagem de Flamarion Mossri.

<sup>37</sup> *Ibid.*

<sup>38</sup> *Jornal de Brasília*, 2-4-1976, reportagem de Cristina Tavares.

Os amigos sugeriram que desistisse de falar, uma vez que ainda não fora confirmada a sua punição. Em vão. O jornalista Clóvis Sena narrou, com precisão, o que ocorreu no Plenário da Câmara daí em diante:<sup>39</sup>

## Última Cena

“Eram 17h58. Da Mesa da Presidência, Célio Borja diz:

– Passa-se às Comunicações de Liderança. Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lysâneas Maciel no tempo destinado à Liderança do Movimento Democrático Brasileiro. S.Exa. dispõe de 15 minutos.

Não havia ainda, naquele instante, certeza quanto à cassação. A Oposição pretendia ganhar tempo para ver clareadas as coisas. Dentro dessa ordem de idéias, Celso Barros se dirige ao presidente.

– Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

Célio – V.Exa. tem a palavra, pela ordem.

Celso – Para indagar se é possível inverter a ordem da disposição, a fim de que o deputado Lysâneas Maciel falasse após o representante da Aliança Renovadora Nacional.

(A partir daí a taquigrafia não forneceu mais nenhuma nota do desdobramento da sessão).

O presidente responde, dizendo que não há orador inscrito. Portanto, a palavra tem de ser de Lysâneas Maciel. Antes, Cantídio Sampaio, vice-líder da Arena, de São Paulo, havia estado na mesa para dizer ao presidente que não iria permitir o discurso de Lysâneas. O presidente aconselhou-o a conduzir seus apartes de maneira a evitar tumultos.

Na tribuna, está Lysâneas Maciel, que, olhando inicialmente para o presidente, diz assim:

– Senhor cidadão Célio Borja. Chamo-o dessa forma porque temos dito que somos deputados e senadores, mas não

<sup>39</sup> *Jornal de Brasília*, 2-4-1976.

somos parlamentares. Este Congresso tem consciência de estar contracenando com uma farsa ditatorial que se instalou há doze anos.

Cantídio Sampaio – Não apoiado!

Lysâneas – Não dou aparte a torturador!

Cantídio – Não apoiado!

Lysâneas – Não dou aparte a torturador de estudante, ladrão e assassino!

Cantídio – Cachorro comunista!

Célio Borja – Encerro a sessão! Declaro encerrada a sessão!

Célio Borja levanta-se, abandona o grande Plenário e se dirige para seu gabinete. Os microfones são desligados. O ambiente é tenso. Lysâneas continuava na tribuna, olhando para Cantídio Sampaio, e insistia em insultá-lo.

Suspensa a sessão, Lysâneas desce da tribuna. Em sua volta um grupo de amigos evita que se dirija para Cantídio Sampaio, a quem ameaçava. Em torno de Cantídio outros tantos. Lysâneas reclama que não lhe deixaram falar. Refaz-se e sobe novamente à tribuna. Agora ele se dirige ao Plenário sem a ajuda do serviço de som e prossegue seu violento discurso. A mesa está vazia. Não há ninguém a presidir aquela sessão.

– Este Parlamento precisa de uma palavra de paz, não de conformismo com a censura e a injustiça. A paz de que vos falo é a paz que resulta da luta.

Nessa altura, um grupo de deputados da Arena convida seus correligionários para deixar o Plenário. Uns acatam, poucos permanecem. Lysâneas parece estar num comício de praça pública.

– A paz não significa conformismo. Esta paz só pode ser obtida na luta. Somos deputados, sim, mas não somos parlamentares. Não pretendemos, por isso, a paz dos cemitérios. (...) Aqui estamos todos cassados. Apenas freqüentamos essas cadeiras.

Lysâneas desce – agora pela última vez – da tribuna.”

---

Repetia-se, com Lysâneas, a cena ocorrida um ano e meio antes com o grande amigo Chico Pinto, que falara da tribuna sem microfone e já sem mandato. Uma gritaria tomara conta do Plenário. Deputados mais exaltados, de ambos os partidos, estavam dispostos até ao confronto físico, vários falavam ao mesmo tempo. “Tu exagerastes, Cantídio. Tu és uma pústula! Vai pintar o cabelo novamente, pústula!” – disse o deputado Getúlio Dias, um Autêntico do MDB gaúcho.<sup>40</sup> Ao final, os arenistas retiraram-se do Plenário, enquanto os amigos ensaiaram carregá-lo em triunfo. Ele recusou.

Cercado pelos amigos, Lysâneas deixou o Plenário e dirigiu-se ao gabinete de Fernando Lyra, que telefonou a Regina comunicando-lhe o ocorrido e assegurando-lhe que Lysâneas estava bem. Pediu-lhe que ficasse em casa, com os filhos. No gabinete da Liderança do partido, Ulysses Guimarães pedia a interferência dos presidentes das duas Casas, junto ao Governo, para que garantisse a liberdade do ex-deputado. Quando Lysâneas deixou o Congresso, no início da noite, alguns deputados choravam. Foi acompanhado por um séquito de correligionários, amigos e jornalistas, que temiam por sua integridade física. Passaram, todos, aquela noite em claro. Várias noites. Jarbas Vasconcelos dormiu no sofá da sala por muitas noites.

As primeiras horas após a cassação eram sempre muito sofridas para o cidadão que acabara de ser punido. O choque inicial cedia lugar à perplexidade, o futuro passava a ser uma grande interrogação. Quando um companheiro era cassado, os amigos acorriam a sua casa para oferecer apoio. O neo-Autêntico João Gilberto, um dos presentes no apartamento da Superquadra 302 Norte, assim descreve o ambiente de tristeza reinante nessas ocasiões:

“O pós-cassação era algo terrível, preocupávamo-nos com as conseqüências para a família, as pessoas ficavam ali conversando, lamentando o ocorrido. Havia muita solidariedade, parecia um velório. Lysâneas, porém, não admitiu compartilhar aquele sentimento de luto, embora sua situação fosse bem mais grave.”<sup>41</sup>

Exausto mas altivo, Lysâneas dava força aos companheiros e não permitia que a desesperança tomasse conta de ninguém. No meio daquela multidão em sua casa, Regina e ele eram os mais serenos.

<sup>40</sup> *Jornal do Brasil*, 2-4-1976, reportagem de Tarcísio Holanda.

<sup>41</sup> João Gilberto, ex-deputado federal (MDB), junho de 2004.

O gaúcho Jorge Uequet lembra-se de sua recomendação aos que continuariam na luta:

“– Não se preocupem, não quero que se manifestem. A dose de coragem, eu já tive; agora, vocês têm que dar prosseguimento a nossa luta e aproveitar este fato político gerado com a minha cassação.

Aquele era o Lysâneas de sempre: fazer concessões para evitar a punição era algo que jamais faria.”<sup>42</sup>

No meio de tanto pessimismo, um aceno de alívio: a frase que Antônio Villas Boas, ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal – velho amigo da família Maciel que também viera lhe prestar solidariedade – ouvira de Magalhães Pinto, ainda naquela noite. A pedido de Villas Boas, o então presidente do Senado falara com o general Figueiredo, chefe do SNI, que lhe transmitira a ordem clara de Geisel aos órgãos de segurança: “Não toquem em Lysâneas; contentem-se com a cassação”.<sup>43</sup>

Magalhães Pinto revelou também ao ex-ministro a recomendação de Geisel para que Lysâneas permanecesse em Brasília. A partir do dia seguinte, grupos de três deputados se revezaram no apartamento, num esquema de vigília. Continuavam os rumores e informações desencontradas de que Lysâneas seria preso. Toda vez que a campanha do apartamento tocava, Regina tremia de susto. Resolveu deixar a porta aberta, tamanho era o entra-e-sai de amigos e deputados que foram prestar solidariedade a Lysâneas, temerosos com o que lhe poderia acontecer. O telefone não parava de tocar, todos estavam muito apreensivos e aguardando a prisão do amigo, que permanecia tranquilo. No meio da tarde foi repousar, pois não dormira à noite. No fim do dia, o deputado Airton Soares distribuiu uma nota à imprensa:

“Diante dos fatos, os deputados amigos e solidários com Lysâneas Maciel vão manter permanente vigília em sua residência, dispostos a resistir a qualquer ação policial que não encontre guarida nos códigos e na justiça.

Os extremistas de direita querem se aproveitar do fato de Lysâneas não ser mais deputado. Fala-se em processo e pri-

<sup>42</sup> Jorge Uequet, ex-deputado federal (MDB e PDT), junho de 2004.

<sup>43</sup> REZENDE, Jonas, *E Lysâneas disse basta!* Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p. 35.

são. As ameaças de ontem contra o deputado, sua mulher e filhos, passam a ser exeqüíveis hoje, em razão do regime em que vivemos.”<sup>44</sup>

Numerosos repórteres faziam plantão na casa do ex-deputado. Alguns amigos sugeriram a possibilidade de asilo político em alguma embaixada. Chegaram a especular sobre vários países da Europa, o México. O deputado Marcondes Gadelha, o jornalista Geraldo Seabra Filho e outros companheiros falaram com o embaixador da Venezuela. Suprema ironia, foram atendidos por um coronel: “Como no, Venezuela es una democracia, que tragan, entonces, su compañero”. O embaixador diria mesmo que era só uma questão de pular o muro, “bem baixinho”. Lysâneas recusava qualquer sugestão. Informava a todos que pretendia permanecer em Brasília, pelo menos até o final de junho, pois os filhos estavam matriculados em escolas locais e não deveriam perder o semestre.<sup>45</sup>

Cassado, o ex-deputado não tinha mais direito ao apartamento funcional que ocupava na SQN 302. Mas o deputado Léo Simões, do MDB do Rio, naquela altura 4º secretário da Mesa da Câmara – responsável pelas moradias oficiais – garantiu a Lysâneas e família a permanência no apartamento o tempo que julgassem necessário. Regina, lembrando-se de que nem mesmo o presidente da República era dono da situação, sugeria muita prudência. Ninguém da família saía sozinho, sempre havia um amigo para acompanhá-los.

Com seus direitos políticos suspensos, o ex-deputado perdera o título de eleitor, o passaporte diplomático, fora aposentado compulsoriamente do Ministério do Trabalho, não tinha mais salário e nem podia pedir empréstimos nos bancos oficiais. Os amigos lhe sugeriram voltar à advocacia, em Brasília. Lysâneas preocupava-se com a hipótese de sofrerem algum tipo de represália por tentar prestar ajuda a um proscrito. Até se decidir por aceitar o convite que lhe havia sido feito logo após a cassação, para trabalhar na sede do Conselho Mundial de Igrejas, em Genebra. Era o exílio por opção.

De abril até julho, quando foram para o Rio, a família passou por um período muito tumultuado. Lysâneas não saía sozinho, Fernando Lyra sempre ia buscá-lo em casa, Freitas Nobre, Freitas Diniz e outros

<sup>44</sup> *Jornal da Tarde*, 3-4-1976.

<sup>45</sup> Deputado Marcondes Gadelha, agosto de 2004.



o levavam de volta, ele estava sempre cercado dos colegas, ia com eles para a Câmara, em seus gabinetes. Assim que lá chegavam, havia uma verdadeira romaria dos companheiros, todos querendo falar com o amigo. Foram três meses temerosos, os filhos também não saíam sozinhos, houve várias ameaças anônimas, até um telefonema para Regina, dando conta de que o marido havia sofrido um acidente e se machucado (Lysâneas estava com Lyra, na Câmara). Tinham mesmo de sair do país.

A primeira dificuldade surgiu quando tentou obter um passaporte novo. Foi uma *via crucis*, o Governo tentava impedir sua viagem. Não fosse a insistência de amigos, Fernando Lyra à frente, não o teria conseguido. Para tanto, tiveram até que recorrer à ajuda de Petrônio Portella, o ex-colega de faculdade, ex-esquerdista que, após sua cassação, dissera no Plenário do Senado que “o deputado cassado era um corpo estranho, algo que precisava ser expelido para assegurar não só a paz interna no seu partido, mas, ainda, a livre franquia das liberdades constitucionais”.<sup>46</sup>

A família vendeu o que podia dispensar: TV, geladeira, louças. Acaudou a sugestão dos amigos de rifar o carro, para render mais dinheiro. Findo o semestre, embarcaram todos para o Rio. No aeroporto, muitos amigos, muita emoção. O avião que os levaria ficou retido por seis horas, devido a um “pneu furado”. Tempo necessário para que sua bagagem fosse revistada. Chegando ao destino, Lysâneas deu falta de várias pastas com documentos, correspondências (entre estas, uma carta de Danielle Mitterrand), recortes de jornais e publicações estrangeiras. Após a cassação, Lysâneas recebera centenas de cartas de várias partes do Brasil e do mundo, assinadas por amigos, autoridades e até mesmo por gente desconhecida, do povo, solidarizando-se com o ex-deputado. Correspondência que guardavam com muito carinho. Muitas “desapareceram” no aeroporto de Brasília. Para a tristeza da família.

Ficaram ainda algumas semanas no Rio, na casa dos pais de Regina. Viveram o mesmo clima de tensão experimentado em Brasília. Os amigos e a família temiam um possível seqüestro ou a prisão de Lysâneas. Até chegar, finalmente, o dia da partida para Genebra. Para despedirem-se do amigo, mas também com a intenção de protegê-lo, lá estavam seus mais fiéis “escudeiros”, vindos de Brasília: Airton Soares, Chico Pinto, Fernando Lyra e Jarbas Vasconcelos. E mais a multidão de familiares, amigos e eleitores do Rio, que acompanhavam o embarque da família Maciel no aeroporto do Galeão. Utilizando-se de suas prerrogativas de

---

<sup>46</sup> O Globo, 3-4-1976.

deputados, Airton e Jarbas acompanharam-nos até o avião. Certificada pelos deputados de que o avião partira, a multidão explodiu em palmas, abraços e gritos de “Viva Lysâneas Maciel!” Era 26 de agosto de 1976, dia do aniversário de Armando, o filho mais velho.<sup>47</sup>

Assim deu-se o desfecho daqueles cinco primeiros anos de combate no Congresso, em que Lysâneas Maciel lutou, desde o início de seu mandato, pela liberdade de seus concidadãos, convivendo dia após dia com as ameaças da cassação, sem deixar-se levar pelo medo por um momento sequer. Mas quando a ameaça tão anunciada concretizou-se, ele sofreu. “Lysâneas Maciel sentiu-se como um apátrida dentro de seu próprio país, preso sem estar na cadeia, condenado à perda da cidadania, após ter defendido o direito de todos os cidadãos.”<sup>48</sup>

## O aceleração do processo

O jornalista e escritor Elio Gaspari revela que, em junho de 1975, o presidente resolvera cassar Lysâneas:

“queria um golpe ‘a quente’. Geisel sabia, havia pelo menos dois anos, que o Partidão apoiava Lysâneas. Desde 1974 o SNI censurava-lhe a correspondência e acompanhava seus passos. O SNI acusara-o de produzir folhetos com ‘sub-reptício convite à resistência e ao terrorismo nos meios universitários’. Vigiam-no com volúpia. (...) Por ter batalhado pela formação de uma CPI para investigar o paradeiro dos desaparecidos, ganhara a qualificação de ‘laiaço do imperialismo vermelho.’”<sup>49</sup>

A possibilidade de cassação repetir-se-ia em outubro do mesmo ano, como registrou a imprensa: “Lysâneas Maciel esteve próximo do fim quando provocou, no Plenário da Câmara, um dos maiores tumultos do Parlamento brasileiro, com um inflamado discurso.”<sup>50</sup> O artigo referia-se ao pronunciamento no qual o deputado se inspirara para elaborar o texto que serviu de argumento para sua cassação (“Basta!”). Era um discurso longo, em que o deputado analisava a situação vivida pelo país, e fazia duras críticas ao regime. A íntegra encontra-se na segunda parte deste livro.<sup>51</sup>

<sup>47</sup> REZENDE, Jonas, op. cit., p. 80-83.

<sup>48</sup> Ibid., p. 79.

<sup>49</sup> GASPARI, Elio, *A ditadura encurralada*. São Paulo, Cia. das Letras, 2004, p. 265.

<sup>50</sup> *Jornal do Brasil*, 2-4-1976.

<sup>51</sup> *Diário do Congresso Nacional*, Seção I, 24-10-1975, p. 9301.

Lysâneas sempre soube o tamanho dos riscos que corria. Não perdia uma única oportunidade de desafiar o regime. Referindo-se a Müller, Rosseti e Lysâneas Maciel, o brasileiro Thomas Skidmore escreveu: “Poucos políticos surpreenderam-se com a punição dos jovens deputados do MDB, cujos desafios ao autoritarismo ultrapassavam os limites da tolerância militar”.<sup>52</sup>

Mas havia quem acreditasse que Geisel não chegaria a cassá-lo um dia, inibido por convicções de natureza religiosa, porque ambos professavam a mesma confissão. Para muitos dos correligionários, Lysâneas, às vezes, dava a impressão de que não se importava em ser cassado. Em sendo o mais audacioso, o mais exposto, o que tinha mais visibilidade e mais coragem de “dar a cara a tapa”, chegava a ser uma surpresa quando o regime anunciava a cassação de outros deputados, poupando aquele que sempre foi considerado “a bola da vez”. Parecia que estavam se “esquecendo” dele.

Que mola propulsora teria movido Lysâneas àquela última provocação, quando todos sabiam que qualquer protesto, por mínimo que fosse, acarretaria consequências fatais? Era corrente a interpretação de que Geisel não conseguia mais conviver com a liderança, cada vez mais incômoda, que o deputado conquistara. O amigo e discípulo político Jorge Uequet não tem dúvidas de que Lysâneas percebera, quando das duas cassações anteriores, uma clara demonstração da existência de fissuras no regime, e decidiu acelerar o processo. Acredita ele que a cassação de Lysâneas fez um mal muito grande para o regime, que ali teria começado, realmente, a ruir. “Ao mesmo tempo, aquele episódio funcionou como um plasma para o doente MDB, uma transfusão de sangue para a ação parlamentar”.<sup>53</sup>

Antes de Lysâneas ocupar a tribuna naquele 30 de março, Uequet foi um dos muitos colegas que tentaram dissuadi-lo do protesto:

“Nós dissemos a Lysâneas: ‘Tu és muito importante, és o mais importante de todos, a tua voz é ouvida, precisamos de tua presença aqui’. E ele respondeu com uma frase que até hoje eu guardo: ‘É por isso que tenho de falar. Se eu me calar, eu perco este conceito. Se eu não falar, ninguém mais vai fazê-lo. Vão pensar que nós estamos nos acostumando com estes atos de barbárie que são as cassações’. Seu gesto foi, para nós, a demonstração de que ele tinha uma coragem maior que a nossa.”<sup>54</sup>

<sup>52</sup> SKIDMORE, Thomas E., *Brasil: de Castelo a Tancredo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 370.

<sup>53</sup> Jorge Uequet.

<sup>54</sup> Jorge Uequet.

Teria Lysâneas, deliberadamente, “exigido” a própria cassação? Teria ele, o mais combativo de todos, condições de continuar convivendo com o que chamara de farsa, sem se desmoralizar? Refletindo a opinião do círculo mais próximo de amigos, João Gilberto acredita que o ex-deputado não tinha saída. Tivesse ele optado pelo silêncio, a Câmara assistiria, dali em diante, a “um meio Lysâneas”, com o mandato enfraquecido. Não permitiu que o autoritarismo do regime o atingisse pelas costas – como ocorrera com Müller e Rosseti – deu a própria face a seus algos. Renunciou ao mandato. “Foi um gesto necessário, digno de alguém que tanto significou para a Oposição. Há horas, na vida, em que temos que responder à altura de nossa liderança.”<sup>55</sup>

Afinal, Lysâneas Maciel ali se encontrava para exercer o seu mandato, mas não para preservá-lo. Esta era a essência de sua conduta.

---

<sup>55</sup> João Gilberto.

---

## A LUTA CONTINUA – NO EXÍLIO

---

*“O exílio é o preço que os grandes homens pagam para conseguir um lugar no coração da História.” (Tancredo Neves)<sup>56</sup>*

O exílio foi um hiato na vida da família. Um parêntesis de conteúdo completamente diferente de tudo o que o casal e os filhos tinham vivido até então. A chegada a Genebra foi calorosa, lá estavam os novos colegas do Conselho Mundial das Igrejas e muitos exilados brasileiros, velhos amigos, ávidos por abraçar um de seus heróis da resistência e saber das últimas notícias do país.

O ritmo de vida muda, Lysâneas passa a cumprir horário de funcionário em seu trabalho no Conselho. Mas é a partir desta atividade que sua atuação passa a ter repercussão mundial. Os compromissos vão aumentando, Lysâneas começa a ser convidado para palestras em universidades, partidos políticos, grupos de exilados. Divulga, agora sem censura, o que se passa no Brasil e alerta a direção do Conselho quanto às violações de direitos humanos no país. Até então, o organismo “privilegiara” o Chile. Lysâneas fez com que o órgão voltasse as atenções para o Brasil – no que contou com a ajuda do educador Paulo Freire, também exilado, que estava em Genebra como funcionário do Conselho.

Lysâneas exerceu funções importantes no seu novo trabalho: fazia parte da Comissão de Justiça e Serviço e da Comissão de Direitos Humanos e de Refugiados, ligada à ONU. Propõe que nenhum país possa recusar o “primeiro abrigo” para refugiados políticos. Elabora um projeto de ação para o Conselho que envolve todos os países do mundo industrializado – “Energia para meu vizinho”. Propõe formas de conservação e redução do consumo de energia para que o valor economizado nos países ricos passe a formar um fundo a ser aplicado no desenvolvimento de fontes de energia para os países mais pobres.

Ficou amigo do então deputado federal e sociólogo suíço Jean Ziegler, um dos mais contundentes críticos do sistema bancário de seu país (hoje é embaixador da ONU para a alimentação), autor de *A Suíça lava mais branco*, livro de 1990, que contribuiu para que a Suíça mudasse suas leis e reprimisse a lavagem de dinheiro sujo.

---

<sup>56</sup> Tancredo Neves, 15-9-1976, discurso por ocasião do falecimento de JK.

Não se sentia sozinho no exílio. O problema era a enorme saudade do Brasil. Os amigos sempre telefonavam. O carteiro trazia, diariamente, cartas, revistas, recortes de jornais, livros. As visitas foram muitas. Cada uma que chegava era portadora de mais notícias, novas cartas, o último disco do Chico, com dedicatória:

“Meu caro Lysâneas:

Este disco estropiado é o único que tenho. A canção (o chorinho) ‘Meu caro amigo’ foi feita para meu parceiro Augusto Boal. Mas o título do disco estende o abraço e o recado a todos vocês que estão por aí. Saudades,

Chico Buarque

P.S. O lançamento do seu livro é da maior importância.”

Esteve em permanente contato com os exilados brasileiros mundo afora. Recebeu muitos amigos em sua casa: Márcio Moreira Alves, Jarbas Vasconcelos, o irmão Êlter, Airton Soares, que lá esteve duas vezes, o João Gilberto. Recebeu a visita de muitos exilados, o Manoel da Conceição, o Jean Marc Van der Weit, o Betinho esteve lá várias vezes. Havia grupos organizados de brasileiros no exílio, e Lysâneas foi convidado para encontros com vários deles. Jornalistas brasileiros foram visitá-lo no exílio, foi entrevistado por Claudios, para *O Pasquim*, Judith Patarra, para a *Veja*. Miguel Arraes, exilado na Argélia, passava sempre por Genebra, para conversar. Foi também lá que Lysâneas conheceu Brizola – um encontro que marcaria seu futuro político.

Outro grupo de deputados brasileiros encontra-se com Lysâneas na Suíça. João Gilberto relata o que ocorreu:

“Havia dois movimentos contraditórios que só fui perceber depois que fomos à Europa. No Brasil, nós continuávamos fazendo oposição a qualquer saída negociada com o regime – o que foi um equívoco, eu já fiz esta revisão e até pedi desculpas ao Partidão, que defendia uma saída negociada. E o Lysâneas, antes da cassação, era a principal liderança desta posição. Foi um equívoco histórico. Só conseguíamos enxergar os retrocessos: o Congresso foi fechado, com a edição do ‘pacote de abril’, o Alencar Furtado foi cassado, o Ulysses processado, houve uma greve na Universidade de Brasília,

aliada à ameaça de cassação para os deputados que lá foram para apoiar – entre eles, eu. Mas, ao chegarmos à Europa, em julho de 1977, para contatos com a socialdemocracia e também com os exilados brasileiros, percebemos que a maior parte destes estava se preparando para voltar ao Brasil, que a anistia estava se aproximando. Internamente, nós não tínhamos essa percepção. A nossa impressão, aqui, era só de retrocesso, tínhamos aquela visão caótica, enquanto que, lá fora, a visão era a de que a distensão lenta e gradual estava caminhando. Em Genebra, pude ver que nós estávamos mais acuados do que eles lá fora. Eles sabiam que a situação aqui se encaminharia para uma anistia, nós não acreditávamos nessa possibilidade – eles tinham certeza.”

Lysâneas precisou renovar seu passaporte – o que obteve, para sair do Brasil, estava vencido. Teve problemas com o consulado brasileiro em Genebra. Foi preciso que Jarbas Vasconcelos denunciasse o fato da tribuna da Câmara para que o documento fosse expedido, por ordem expressa do ministro das Relações Exteriores, Azeredo da Silveira. O cônsul em Genebra era Rubens Ricúpero. De posse do documento, resolveu fazer uma viagem ao Brasil.

Sua chegada foi marcada por um episódio curioso. Jarbas Vasconcelos e Jorge Uequed foram esperá-lo no aeroporto. Todos os passageiros já haviam desembarcado e Lysâneas não aparecia. Começaram a inquietar-se os dois deputados. Uequed resolve entrar dentro do terminal de passageiros:

“Localizei-o no fundo do corredor, caminhando bem devagar e me fazendo gestos para que eu não me aproximasse dele. Fiquei preocupado, achando que ele estava sendo ameaçado, porque tínhamos a informação de que setores dos mais reacionários tentariam eliminá-lo. Estávamos a uma distância de uns 40 metros; eu avançava em sua direção, ele recuava; eu parava, ele também parava. Quando consegui chegar perto, ele me disse: ‘Vai embora, me espera lá fora, porque, se para sair daqui eu tiver que ser escoltado por vocês, nunca mais conseguirei entrar no país. Isto é um erro. Aceito e agradeço a cobertura, mas deixa-me sair pelas vias normais’. O que ele queria nos dizer é que ele era um cassado e nós, deputados. Ele tinha que obedecer às regras mas não podia se humilhar. Buscá-lo, ali, era para ele uma humilhação.”

Chega ao Brasil sem problemas, sua volta é noticiada pelos jornais, dá entrevistas sobre a abertura, a Frente Nacional pela Redemocratização e as greves dos operários de São Paulo, opinando que, apesar dos longos anos da repressão, a classe trabalhadora estava agindo com critério e equilíbrio na defesa de suas reivindicações.<sup>57</sup> Impressiona-se com a ampla manifestação da sociedade civil, admite a candidatura do general Euler Bentes Monteiro à Presidência da República, pelo MDB, embora ressalve o grave erro histórico de se manter a expectativa de “um general melhor”, e afirma que a anistia deve ser ampla e irrestrita.<sup>58</sup> Com Chico Pinto, um dos mentores da candidatura Euler Bentes, vai até a casa do general, em São Pedro da Aldeia.

Em 15 outubro do mesmo ano, vai ao Congresso. Era o dia da reunião do Colégio Eleitoral para eleger o general Figueiredo, candidato da Arena à Presidência da República. Arrombou a porta:

“ (...) A Lei Eleitoral previa que a eleição tinha que ser em audiência pública. Eles proibiram a entrada dos estudantes e encheram as galerias de funcionários públicos. Então eu arrombei a porta de vidro, e entraram trezentos e tantos estudantes. O Palácio do Planalto é pertinho da Câmara, e eles mandaram o policiamento de lá. Quando percebi isso, disse: ‘Vocês vão ser presos não é pela polícia da Câmara não, porque a polícia da Câmara não está mandando nada aqui, é pela polícia do Planalto! Não permitam isso!’ José Bonifácio disse: ‘Lysâneas acabou de rasgar o AI-5 e está ameaçando!’ Aí me tiraram à força do Congresso, a mim, ao Chico Pinto e ao Alencar. Eu estava no Salão Verde, ao lado do Plenário.”<sup>59</sup>

Retorna a Genebra, de onde regressará ao Brasil com a família, em definitivo, alguns meses depois. Em fevereiro de 1979, volta à Câmara e é homenageado pela bancada oposicionista do Rio de Janeiro, nas dependências da Comissão de Comunicações. Naquele dia, seu mandato – interrompido pela cassação – estaria terminando. Saudou a desobediência regimental de seus colegas, que permitiu a um cassado falar naquele recinto e, dirigindo-se ao presidente da Mesa, deputado Benjamim Farah,

<sup>57</sup> *Jornal do Brasil*, 24-6-1978.

<sup>58</sup> Entrevista a Vera Manzolillo, *Movimento*, e Jorge Bastos Moreno, *Jornal de Brasília*, 3-7-1978.

<sup>59</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes, ROCHA, Dora, e FREIRE, Américo, in *Vozes da Oposição*, Rio de Janeiro; Grafline Artes Gráficas e Editora Ltda., 2001, p. 47.



afirmou que seu comportamento, permitindo que um cassado ali comparecesse, revelava o inconformismo frente à ditadura. Foi aplaudido de pé. A Comissão estava lotada pelos antigos companheiros.<sup>60</sup>

Lysâneas nunca chegou a admitir o sofrimento causado pela cassação e o tempo que passou no exílio, mas Regina confessa não ter dúvidas de que o episódio o marcou profundamente. O irmão Êlter avalia que ele só se deu conta do ocorrido de forma muito lenta. Depois, ao perceber as limitações causadas por aquele interregno, ficou desencantado. Mas, numa entrevista ao jornalista Juca Kfoury, em 1999, junto com Fernando Lyra e Ana Beatriz Nader, ao ser perguntado sobre se, vinte anos depois, não teria se arrependido do gesto que o levou a perder o mandato, Lysâneas respondeu:

“A Regina que me perdoe, mas eu não me arrependo. Fiz o que deveria ter sido feito.”

---

<sup>60</sup> *O Estado de S. Paulo*, 2-2-1979.

---

## O TRABALHO E A PASSAGEM PELO PT

---

O primeiro contato de Lysâneas Maciel com a causa dos trabalhadores deu-se ainda na década de 50, quando prestou seus serviços como advogado na criação dos Sindicatos dos Transportadores de Petróleo e Derivados do Rio de Janeiro, de São Paulo, de Minas Gerais e do Espírito Santo. Naquela época, os sindicatos estavam engajados numa acirrada campanha contra as multinacionais do petróleo. Após o golpe de 64, Lysâneas atuou também na defesa de sindicalistas e trabalhadores da Companhia de Transportes Coletivos do Rio de Janeiro – os carris, perseguidos pela repressão militar. Foi este grupo de trabalhadores quem o conduziu, formalmente, à política.

Eleito deputado federal pelo Movimento Democrático Brasileiro do Estado da Guanabara, denuncia incessantemente e com vigor as intervenções nos sindicatos dos metalúrgicos, dos bancários e dos ferroviários no Rio e os vetos contra candidaturas de dirigentes sindicais pelo Ministério do Trabalho e órgãos de repressão. Defende a estabilidade para dirigentes sindicais, com o intuito de protegê-los das perseguições patronais, e as prerrogativas de fiscalização do cumprimento das leis trabalhistas pelos líderes sindicais. Apóia os servidores públicos ameaçados de dispensa e os inativos em suas lutas.

Seu forte veio trabalhista e sua veemente defesa da participação popular no destino político do país irão, mais tarde, pesar significativamente nas suas escolhas partidárias após o fim do bipartidarismo artificial imposto pelo golpe de 64.

Em seus dois anos de exílio em Genebra, após a cassação de seu mandato, Lysâneas faz inúmeros contatos com lideranças políticas brasileiras exiladas em diversos países e lá conhece Leonel Brizola, com quem se encontra, junto com Miguel Arraes, em várias ocasiões. Nasce daí um contato que se aprofunda à medida que começam a trocar idéias sobre as diferentes correntes em evidência na Europa, como a socialdemocracia, e as perspectivas de mudanças no Brasil.

Após voltar do exílio, em 1978, ainda com seus direitos políticos suspensos pela cassação, Lysâneas Maciel continua atuante na vida política brasileira e percorre o país para acompanhar os novos movimentos políticos que haviam surgido durante sua ausência.

---

Participa do célebre encontro de São Bernardo do Campo, em maio de 1979, ao lado de políticos com e sem mandato, sindicalistas e intelectuais de todo o país, cujo elo era o interesse na reconstrução da vida pública no Brasil. O encontro foi palco de uma grande disputa de idéias sobre organização partidária. O país vivia a expectativa do fim do bipartidarismo e estava sob o embalo do movimento sindical no ABC paulista.

Lysâneas ainda faz parte do MDB mas continua em contato com Brizola, que o convida, em junho do mesmo ano, para participar, em Lisboa – junto a personalidades como Darcy Ribeiro, Herbert de Souza (o Betinho), Neiva Moreira e mais de uma centena de trabalhadores – do “Encontro dos trabalhadores do Brasil com os trabalhadores no exílio”. Faz parte da comissão que redige a “Carta de Lisboa”, manifesto de 120 signatários cujo objetivo é reorganizar o PTB como “um partido verdadeiramente nacional, popular e democrático”. Os signatários registram, na Carta, a grande novidade ocorrida na política brasileira, “a emergência do povo trabalhador na vida política do país. Não de um povo amedrontado depois de 15 anos de opressão, mas de um povo que se organiza sob as mais variadas formas – nos sindicatos, nas associações, em comunidades, em movimentos e organizações profissionais – com o mesmo objetivo: o de lutar por seus direitos, pela democracia.”<sup>61</sup>

Decretada a anistia, Brizola volta ao Brasil e, com o fim do bipartidarismo, perde o PTB para Ivette Vargas – que também articulava a reorganização do partido – após uma tentativa fracassada de união das duas correntes. O Tribunal Superior Eleitoral dá ganho de causa ao grupo de Ivette Vargas para o registro da antiga sigla. Lysâneas e o grupo de Lisboa vêem no episódio uma bem-sucedida manobra de bastidores do general Golbery do Couto e Silva, chefe da Casa Civil de Geisel.

A aproximação entre Lysâneas e Brizola, no exílio, aliada a sua grande simpatia pela causa trabalhista, leva-o a ser um dos fundadores do PDT. Regina Maciel lembra-se de ter recebido, na ocasião, um telefonema de Neide, primeira mulher de Jarbas Vasconcelos (ex-companheiro do MDB), pedindo sua intervenção para que Lysâneas não se desligasse da sigla (então transformada em PMDB), “o partido responsável pelo rompimento da ditadura e que tinha a cara do Lysâneas”. A idéia de ingressar no PMDB nunca o atraiu, apesar de vários de seus amigos e remanescentes do grupo Autêntico do MDB terem optado pelo partido que substituiu o grupo de oposição ao regime militar.

---

<sup>61</sup> Ver: [www.pdt.org.br](http://www.pdt.org.br)

Lysâneas admirava as qualidades do tradicional líder trabalhista, sem deixar de divergir de suas opiniões e de contestá-las quando julgava pertinente. Mas não tardou, porém, a mostrar sua principal característica: a independência. Chegou a manifestar-se, por escrito, contra “o caudilhismo, o peleguismo e a manipulação populista” do PDT. E começou a sentir que o ambiente não lhe era favorável, em virtude de suas atitudes contestatórias quanto à maneira pela qual Brizola exercia o comando do partido.<sup>62</sup>

Sai do PDT em 1981, quando percebe que, na primeira chapa organizada pelo partido, constam os nomes do “engenheiro Leonel Brizola, do advogado Lysâneas Maciel, do médico fulano de tal, e o povão de fora”, como recorda o irmão Êlter Maciel. Após algumas discussões com o líder, Lysâneas conclui que o PDT é o partido do Brizola. Lamenta a ausência da participação direta dos setores populares no processo decisório e sofre ao ver o partido dominado pela elite dirigente:

“Éramos trinta e tantas pessoas: vinte e dois advogados, três engenheiros, dois médicos, e não havia representante dos setores populares. A participação popular não é aceita como normal. A sabedoria popular não é aceita nem pelo próprio povão.”<sup>63</sup>

Ao mesmo tempo, o PT do Rio dá claros sinais de que gostaria de ter Lysâneas entre seus quadros: “Houve uma grande pressão por parte do pessoal do PT, todo lugar que a gente ia, ouvia: ‘Lysâneas no PT! Lysâneas no PT!’”, recorda-se Regina. Lysâneas foi procurado várias vezes pelos dirigentes do partido, mas achava que a agremiação podia prescindir de seu nome. Dois fatos foram determinantes para a decisão de se filiar ao PT.

Um deles ocorreu numa reunião no Rio, em que se encontravam presentes José Eudes, frei Clodovis Boff, (irmão de Leonardo Boff) e o irmão Êlter Maciel, entre outros. A reunião entra madrugada adentro, Lysâneas resistindo e os demais pressionando de todos os lados para que ele se filie ao PT. Na opinião de Êlter, os argumentos mais convincentes partem de frei Clodovis – afinal, ele representava a voz da Igreja. Passam a noite insistindo e Lysâneas resistindo. Na verdade, ele resistiu até onde pode. O segundo deu-se quando Lysâneas não conseguiu resistir aos apelos de Apolônio de Carvalho, a quem muito respeitava.<sup>64</sup> Aceitou o desafio.

<sup>62</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes, ROCHA, Dora, e FREIRE, Américo, *Voices da Oposição*, Rio de Janeiro: Grafline Artes Gráficas e Editora Ltda., 2001, p. 48.

<sup>63</sup> NADER, Ana Beatriz, *Autênticos do MDB: história oral de vida política*, São Paulo, Paz e Terra, 1998, p. 290.

<sup>64</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes, ROCHA, Dora, e FREIRE, op. cit., p. 51.

Conversou com Brizola, e disse-lhe que o PDT não estava preenchendo suas expectativas, que não era aquele partido trabalhista como ele sempre quis fazer. Dona Neusa Brizola pediu a Regina Maciel que intercedesse junto ao marido. Regina era de opinião que a ida de Lysâneas para o PT não seria a melhor opção, mas respeitou sua decisão. Lysâneas entrou para o partido com muita esperança:

“O PT era uma proposta nova, limpa, cheia de esperança. O PDT tinha aqueles três defeitos que eu citei [o caudilhismo, o peleguismo e a manipulação populista] – porque os defeitos do Brizola são os defeitos do PDT; ele é quem manda, ele é quem dá o tom e não admite que se faça restrição. Eu dizia: ‘Mas assim não é possível, vamos apoiar beltrano, sicrano.’ Ele não queria. Então eu vi que o ambiente não estava bom. Quando surgiu uma proposta nova, repito, limpa, cheia de esperança, me interessei. (...) Eu entrei para o PT com a condição de não ser candidato a governador [do Rio de Janeiro] e de eles não atacarem o Brizola e os companheiros que eu considerava.”<sup>65</sup>

Em ato político realizado na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, em 13 de outubro de 1981, com a presença de Lula e outros dirigentes e lideranças populares, Lysâneas Maciel torna-se um militante do PT. Na ocasião, afirma:

“Aprofundando o exame crítico de minha posição político-partidária, a conclusão a que chego é que, para dar continuidade e maior desdobramento às reivindicações políticas que tenho defendido e, em especial, à luta dos oprimidos, a partir da idéia-chave da organização dos trabalhadores na luta contra este poder tirano e a exploração, é que entro para as fileiras do Partido dos Trabalhadores. O PT demonstrou, ao longo de sua curta e rica história de organização, realmente de base, que é o melhor conduto para a política que colocará por terra o arbítrio e a prepotência de dezessete anos de violência econômica e política, abrindo o caminho para uma sociedade baseada na justiça social, através da atuação direta dos trabalhadores e do povo.”<sup>66</sup>

<sup>65</sup> Ibid., p. 50.

<sup>66</sup> Transcrito de documento elaborado pela Assessoria de Imprensa da Coordenação Eleitoral do PT para o lançamento da candidatura de Lysâneas ao Governo do Rio de Janeiro (arquivo da família Maciel).

Lula o considera “*um dos maiores políticos já concebidos por nossa história*”, e manifesta-se, na ocasião, sobre a filiação de Lysâneas ao PT:

“Na minha opinião, Lysâneas não fez a opção pelo PT hoje. Os companheiros daqui do Rio que participaram com a gente daquele comício na Baixada Fluminense, em Caxias, viram que o discurso do companheiro Lysâneas era um discurso efetivamente de um militante do PT.

(...)

Aqui, você não será tratado como homem que entrou hoje no partido, nem você será visto por nós como um cara que entrou depois que a coisa estava criada. Nós temos certeza de que a sua participação política no Congresso Nacional, nos movimentos populares, ao longo de sua vida, contribuiu para que a gente pudesse fazer esse partido, mesmo você não estando filiado a ele. E que você pode se considerar fundador deste partido, você pode se considerar companheiro.”<sup>67</sup>

Estava aberto o caminho para que o Diretório Regional do PT no Rio de Janeiro propusesse, para discussão nas bases, o nome de Lysâneas Maciel para ser o candidato do partido ao Governo do estado. De nada adiantaram as condições por ele estabelecidas para sua filiação ao PT: em 7 de fevereiro de 1982, Lysâneas é eleito pela IV Plenária Regional do Partido dos Trabalhadores, por ampla maioria, o candidato do partido ao Governo do Estado do Rio de Janeiro.

Lysâneas vai “para o sacrifício”. Ele quer mesmo é voltar ao Congresso, sua *alma mater*. Tem consciência de que está a trocar uma eleição garantida para deputado federal, pelo PT, por uma derrota certa para governador do Estado do Rio, mas, como na altura o voto é vinculado, o partido necessita de um candidato a governador para não prejudicar a eleição de deputados federais e estaduais. Lysâneas é o nome mais conhecido do PT no Rio e, certamente por este motivo, sua candidatura ao executivo estadual é exigida pela direção partidária regional.

Regina afirma: “Acho que a decepção dele com o PT foi maior que a que ele teve com o PDT”. O irmão, Êlter, concorda. A convivência com os novos companheiros nem sempre se dá de forma tranquila. Regina enxerga uma certa arrogância entre militantes do PT do Rio: “Tratavam

<sup>67</sup> Ibid.

o Lysâneas de uma forma equivocada, acusavam-no de burguês”. Certa feita, Lysâneas se vê obrigado a replicar: “Eu nasci numa família burguesa, não posso nascer em outra, agora”. Os militantes mais aguerridos querem que ele vá para os programas do horário eleitoral na televisão vestindo camiseta e ele insiste em não usar a peça, por não ser do seu feitio, e alega que camiseta é só para a rapaziada. Várias vezes pergunta aos companheiros: “Querem que eu vá me travestir de operário?” Regina recorda-se de um diálogo entre Apolônio de Carvalho e Lysâneas:

– Lysâneas, eles nem desconfiam de que sou neto e bisneto de marquês...

– Eu também! Até já disse ao pessoal do PT que, se quiserem, eu mando gravar na minha cueca o brasão dos Maciel, lá de Minas, pois sou tataraneto do Barão de Araguari. E perguntei: como vocês vão encarar isto?”

Foi uma campanha difícil. A criação recente do partido ainda não permitia a existência da estrutura necessária a uma campanha para o governo estadual. Lysâneas não teve nem escritório de apoio nem comitê eleitoral, nenhuma logística. Quando as pesquisas começam a revelar sua queda, Lysâneas se ressentia da falta de apoio por parte dos companheiros. A família de Lysâneas supõe que se ele tivesse despontado à frente nas sondagens o quadro teria sido outro.

Lula vai uma vez ao Rio para apoiá-lo, já no final da campanha. José Eudes concentra-se em sua campanha para deputado federal. Lysâneas, obviamente, fora escolhido candidato a governador porque o PT precisava de um nome forte no Rio. José Eudes nunca tinha exercido mandato político, era ainda muito jovem. Lysâneas Maciel representava, da melhor maneira possível, a figura de um candidato a governador.

Regina recorda-se de que o marido foi para a campanha com todo o ímpeto, mas faltou-lhe a infra-estrutura necessária para uma candidatura daquela magnitude – a primeira e única disputa por um cargo majoritário de Lysâneas Maciel. Foi uma campanha difícil: o comitê era em sua casa, o carro era o seu. A novidade daquela época era a realização de mesas-redondas na TV. O partido ainda não contava com uma assessoria de porte para auxiliá-lo, ao passo que os outros candidatos – Brizola, Moreira Franco e Sandra Cavalcanti – tiveram uma grande equipe de assessores a sua disposição.

---

Sem chances de eleger seu candidato ao governo, o partido adotou o chamado “voto camarão”, sugerindo aos eleitores votarem nos candidatos do PT a deputado federal, estadual e, “na cabeça” [do camarão], no Brizola. A intenção era impedir a vitória do candidato Moreira Franco:

“No fim [da campanha] eles me abandonaram, a pretexto de não sei o quê. O mesmo grupo do Vladimir Palmeira. Alguns até foram em direção ao Brizola. Eu mesmo recomendei que votassem no Brizola, porque havia uma possibilidade de o Moreira se eleger. Nos 10, 15 dias finais, aconselhei o voto no Brizola, senão ganharia o Moreira.”<sup>68</sup>

Terminadas as eleições, Lysâneas Maciel sai do PT. Regina Maciel é testemunha das confidências do marido: “Ele se decepcionou muito. E me dizia sobre os votos que teve pra governador – ‘o PT não me deu quase nenhum voto novo, tive praticamente os mesmos que me elegeram para a Câmara dos Deputados em 1974’.”<sup>69</sup>

Para além das confidências à mulher, quinze anos mais tarde, em depoimento a Ana Beatriz Nader, Lysâneas assim explicou os motivos que o levaram a deixar os trabalhadores e voltar ao trabalhismo:

“Apesar de considerar o PT uma proposta nova, cheia de esperança, rica, quando lá cheguei percebi que o povão ainda acreditava na concepção do antigo trabalhismo de Alberto Pasqualini. Ou seja, que o trabalhismo seria o desaguadouro do proletário urbano e rural, do pequeno e médio proprietário e, sobretudo, dos setores marginalizados da sociedade brasileira. Era inegável que o trabalhismo tinha uma penetração muito maior que o PT, naquela época. A crença nas idéias do Pasqualini, somadas à desconfiança das esquerdas a estes pressupostos, motivaram minha volta ao PDT em 1984 (...).”<sup>70</sup>

Baixada a poeira, Brizola o procura novamente, insiste, e Lysâneas volta ao PDT, partido que o levou de volta à Câmara e no qual permaneceu até o fim da vida.

---

<sup>68</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes, ROCHA, Dora, e FREIRE, op. cit., p. 50.

<sup>69</sup> Regina Maciel, abril de 2004.

<sup>70</sup> NADER, Ana Beatriz, op. cit., p. 293.

---



## O PODER É DO POVO

---

*“A soberania desta Assembléia se adquire através da plena manifestação, do pleno exercício dos poderes que o povo nos constituiu. Soberania é como dignidade. Não há meia soberania, assim como não há meia dignidade.”<sup>71</sup>*

O grande interregno entre a cassação de seu mandato – que ficou marcado por uma boa dose de mágoa – e a volta ao Congresso, como constituinte, não permitiu a Lysâneas ver, com clareza, a mudança dos tempos. De certa forma, ele procurou assumir o lugar de destaque que ocupara antes, mas este espaço não mais existia. Ele demorou a perceber a nova realidade.

Como antes, era um dos melhores e mais atuantes entre os congressistas, mas as circunstâncias eram outras. No tempo da ditadura, o movimento em sua casa era grande, as reuniões eram quase que diárias com o grupo Autêntico, jornalistas, estudantes. Depois da volta à democracia, os debates sobre as questões nacionais mudaram de endereço. Os atores políticos haviam passado por uma grande modificação. Os Autênticos, antigos companheiros de lutas, não existiam mais. Alguns faziam parte do Governo. Regina via materializar-se a profecia de Chico Pinto: haviam retirado o guarda da esquina... O amigo Airton Soares – do grupo dos neo-Autênticos que chegaram ao Congresso em 1975 – não se reelegera para a Câmara, mas procurava alertar Lysâneas: “isto aqui não é mais a mesma coisa”.<sup>72</sup>

Airton percebeu uma certa falta de sintonia do amigo com a nova realidade do país. Acredita que o exílio, afastando-o da prática política cotidiana, contribuíra para que Lysâneas levasse algum tempo para se readaptar aos novos tempos. Era outra a forma de luta e outro o papel do Parlamento. Houve também uma desmobilização da sociedade civil que, com a instalação da Constituinte, depositou suas reivindicações nas mãos dos partidos políticos. Lysâneas interessava-se pelos grandes temas nacionais e tinha uma ampla visão institucional e internacional que, na visão de Airton Soares, não se enquadrava na política daquele novo período.

---

<sup>71</sup> *Diário da Assembléia Nacional Constituinte*, 20-2-1987.

<sup>72</sup> Airton Soares, entrevista em novembro de 2004.

---

Lysâneas voltou ao Congresso quando a luta contra a ditadura já havia sido vencida. Seu trabalho prosperara no MDB, um partido nacional e representante da oposição brasileira que, apesar de criado pelos militares, auto-legitimou-se e não teve “donos”. Mas ele era por demais independente para, no novo quadro multipartidário, enquadrar-se a comandos e ditames de grupos ou de interesses. Tinha uma boa relação com Brizola, no PDT, porque o líder trabalhista era outro que não abria mão de suas posições. O companheiro Jorge Uequeud assim define esse novo quadro com que Lysâneas se deparou:

“O campo de batalha havia mudado. O combate do MDB era de infantaria; a Constituinte acabou se transformando numa batalha naval.”<sup>73</sup>

Na Constituinte, estavam em jogo os interesses de vários grupos, e Lysâneas se defrontou com as organizações dos *lobbies*, com estruturas corporativas.

“Ele trabalhava para o interesse coletivo, para as grandes verdades nacionais. Quando as verdades eram individualizadas pelos interesses de grupos e setores, como na discussão sobre mais poderes para o Ministério Público, sobre os direitos das empresas nacionais, de setores de trabalhadores, dos parlamentares, sobre mais arrecadação, etc., ele não sabia trabalhar naquela imensa luta corporativa. A briga detalhista nunca foi seu forte. Além disso, o PDT não tinha a capacidade de refletir o verdadeiro Lysâneas. Sua inclinação era dirigida aos grandes temas nacionais, só precisava de uma tribuna para exercê-la. Basta ver como conduziu seu mandato de vereador, no Rio. Não dá nem para imaginar como seria o Lysâneas no Congresso, hoje. Porque o Congresso não é mais a casa do povo. É a casa dos interesses de alguns do povo.”<sup>74</sup>

As discussões na Constituinte exigiam muita composição, era importante votar em bloco, como o faziam o PT, o PDT, a esquerda do PMDB – o grupo da Unidade Progressista. O deputado Sigmaringa Seixas – amigo desde os tempos da ditadura, quando atuava como advogado em Brasília – admite que a época exigia um estilo político mais conciliador, e Lysâneas nunca transigia. Ardoroso defensor das questões

---

<sup>73</sup> Jorge Uequeud, entrevista em junho de 2004.

<sup>74</sup> Ibid.

cuja inserção na nova Carta a esquerda considerava fundamental, sempre que Lysâneas as assumia a direita respondia com uma reação muito forte. Por isso, às vezes, o grupo procurava escolher, como porta-voz, um deputado que não tivesse um perfil tão marcadamente de esquerda e que fosse capaz de evitar o conflito natural do Plenário. Lysâneas não concordava com a tática e dizia a Sigmaringa: “quem tem compromisso com essa posição somos nós, cabe a nós defendê-la”.

Lembra-se Sigmaringa das muitas vezes em que Lysâneas não foi chamado para a articulação de composições na defesa de uma questão importante, quando o bloco estava certo de que havia uma possibilidade de ganhar. Faz parte das negociações políticas a escolha de um bom negociador, capaz de arregimentar votos. Mas Lysâneas despertava a ira da direita:

“Bastava ele ir à tribuna defender nosso ponto de vista que a artilharia da direita contestava. Era sempre assim: a artilharia da direita contra a artilharia dele. Era um visionário, um apaixonado que não abdicava de seus princípios, não transigia, não negociava. Esse estilo funcionou muito bem na ditadura, mas não na Constituinte, onde eram necessários o entendimento, a negociação, um pacto. O momento era de uma composição de todas as forças, não foi só a esquerda quem fez a Constituinte, seu texto foi um pacto que exigiu a participação de todos. A nova Constituição foi negociada, seu conteúdo foi ditado pelas circunstâncias, não foi a Constituição dos meus sonhos e nem, certamente, a do Lysâneas. Ele sabia que não conseguiríamos avançar mais. Insistia, porém. Este era seu estilo, de brigar para avançar, mas os avanços só foram obtidos por meio de composições.”<sup>75</sup>

Na época da ditadura, os grandes jornais davam espaço, ainda que pequeno, aos Autênticos. Recorda-se o jornalista Carlos Chagas de que quando o regime começou a abrir durante o Governo Figueiredo os “grandes patrões da imprensa”, sem a necessidade de firmar um pacto, começaram a minimizar a atuação daquele grupo, a que chamavam de “comunista, radical”. A partir da volta do país à democracia, a esquerda perdeu totalmente o pequeno espaço que tinha:

---

<sup>75</sup> Sigmaringa Seixas, entrevista em agosto de 2004.

“Na Constituinte, a maior parte da imprensa congelou os radicais e dedicou um grande espaço ao Centrão. Antes, os patrões eram moderadamente contra a ditadura, porque o regime censurava a imprensa, cometia arbitrariedades, claro que eles eram contra isso. Mas quando volta a democracia, os jornais passam a temer as discussões na Constituinte, que acabou aprovando muita reforma social. Queriam sempre saber a opinião do Roberto Campos, do Francisco Dornelles. Foi uma verdadeira blitz. A primeira coisa que os patrões fizeram foi congelar os radicais. O PT ainda era pequeno, os outros partidos que estavam à sua volta não tiveram espaço na imprensa. Como regra, os grandes jornais fizeram o jogo do Centrão, ou o Centrão fez o jogo deles, o que dá na mesma coisa. Os jornalistas, que tentavam brigar contra isso, mandavam matérias sobre os progressistas, mas quase nada era publicado.”<sup>76</sup>

O número de representantes do Centrão equiparava-se ao dos progressistas. A Constituição tem, até hoje, mais de cem artigos ainda não regulamentados, fruto da falta de acordo entre os dois grupos. Prossegue Chagas, em sua análise:

“Ninguém resolvia nada, nem pra lá nem pra cá. E o Dr. Ulysses, depois de um ano e meio de Assembléia Constituinte, resolveu não esperar três, quatro anos, para que os dois grupos chegassem a uma decisão. Ele inverteu o direito totalmente. Já que ninguém chegava a uma conclusão, ele deixou as grandes definições para a lei ordinária, o que é um absurdo, porque a Constituição é que tem de estabelecer o princípio maior. Sem entendimento, os grandes temas ficaram para lei ordinária e, até hoje, muitas delas continuam sem regulamentação, porque não há entendimento no Congresso.”<sup>77</sup>

O alvo favorito de Lysâneas, na Constituinte, foi o “Centrão”.

Seu retorno ao Congresso, com 36.913 votos, foi anunciado como “volta triunfal” por alguns jornais. Ainda era muito lembrado como um político polêmico e combativo. Mal chegou à Câmara, participou das reuniões da esquerda que, informalmente, começara a se organizar. O grupo queria impedir o que entendia como hegemonia dos setores moderados eleitos pelo poder econômico, e começou a coletar apoio

---

<sup>76</sup> Carlos Chagas, entrevista em agosto de 2004.

<sup>77</sup> Ibid.

entre os jovens deputados que haviam apresentado moção pró-suspensão das atividades do Congresso durante o funcionamento da Assembléia Constituinte.

Este movimento suprapartidário, encabeçado por Chico Pinto, contou com adesões no PT, PDT, PCdoB e parte do PMDB, e lançou a “anticandidatura” de Lysâneas Maciel à presidência da Constituinte, quebrando o consenso que havia em torno do nome de Ulysses Guimarães. Lysâneas – que preferia apresentar-se como “candidato, mesmo para perder” – queria interromper a cadeia de manipulações e pratos feitos, da qual, na sua opinião, Ulysses era a maior expressão.<sup>78</sup> Sua candidatura foi lançada na última hora, não houve tempo para campanha entre os constituintes. Mesmo assim, obteve 69 votos e Ulysses, 425. A votação obtida por Lysâneas Maciel foi além da estimativa feita pelos articuladores de sua candidatura, por ter sido decidida na véspera da eleição. Estimavam que ele teria, no máximo, 60 votos.<sup>79</sup> As presidências da Câmara dos Deputados e da Assembléia Nacional Constituinte foram exercidas cumulativamente.

Ao Plenário, Lysâneas ressaltou que se tratava de candidatura alternativa, “pelos sintomas evidentes de colocar o Poder Legislativo sob a dependência e sob a orientação indireta do Poder Executivo,”<sup>80</sup> e lamentou o caráter congressual de uma Constituinte da qual o povo, na sua opinião, era o grande ausente. Queria uma Constituição progressista. Era o Lysâneas de sempre: contestador, coerente com seus princípios. O representante da resistência ao autoritarismo e da busca de espaços democráticos.

Começou sua atuação na Constituinte apresentando uma das várias propostas de redução do mandato do presidente José Sarney, mediante eleições diretas a serem realizadas imediatamente após o encerramento dos trabalhos da Assembléia. Surgiram manifestações contrárias à idéia e o ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, declarou à imprensa que o mandato presidencial deveria completar os seis anos previstos. Foi o bastante para que Lysâneas apresentasse emenda proibindo a manifestação de militares e funcionários do Executivo sobre matéria em deliberação pela Assembléia Nacional Constituinte. O relator do regimento da Constituinte, senador Fernando Henrique

<sup>78</sup> *Jornal de Brasília*, 9-2-1987.

<sup>79</sup> Marcondes Sampaio, *Jornal de Brasília*, 3-2-1987.

<sup>80</sup> *Diário da Assembléia Nacional Constituinte*, 3-2-1987, p. 17.

Cardoso, numa entrevista, disse que a emenda era uma provocação às Forças Armadas. E rejeitou a inclusão da proposta no texto do Regimento Interno, cuja redação final, aprovada pelo Plenário, foi classificada por Lysâneas como um documento “discricionário, antidemocrático e insensível”.<sup>81</sup>

“Fernando Henrique foi ao *Estado de S. Paulo* e disse que a minha emenda era uma provocação às Forças Armadas. Florestan Fernandes, um dos grandes sociólogos brasileiros, talvez o maior, tinha sido professor dele e veio me dizer: ‘você está irritado com essa entrevista que o Fernando deu, mas você é muito destemperado, deixe que eu falo com ele. Ele foi meu aluno’. Eu disse: ‘o que nós estamos querendo é ter mais liberdade para formular coisas próprias em matéria de justiça social e direitos humanos’. Ele chamou o Fernando Henrique para um canto do Parlamento e notei que, de repente, começou a se exaltar. Era um homem de voz serena, um professor tranqüilo, mas começou a se exaltar. Eu disse: ‘se é para brigar, brigo eu’. E me aproximei. Florestan Fernandes estava dizendo: ‘Lysâneas sempre disse que os membros do Parlamento não eram parlamentares, eram deputados e senadores que estavam aqui para coonestar uma farsa ditatorial. Mas eu não sabia que havia tanto farsante!’ Todas as emendas que a gente fazia, Fernando Henrique submetia à apreciação do general Leônidas Gonçalves e ao Bernardo Cabral.”<sup>82</sup>

Não perdoava o relator, em cuja campanha eleitoral havia colaborado com sua presença e apoio. O nome de Lysâneas Maciel era sinônimo de prestígio:

“A pedido dele, eu tinha feito a campanha dele e do Fernando Moraes, em São Paulo, porque eu tinha um bom nome lá e ajudava a eleger muita gente. (...) eu fui a várias universidades de São Paulo fazer campanha. Mas quando Fernando Henrique se tornou relator da Comissão de Regulamentação, fez o regimento mais autoritário da história das Constituições brasileiras.”<sup>83</sup>

<sup>81</sup> *Diário da Assembléia Nacional Constituinte*, 25-2-1987, p. 569.

<sup>82</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes, ROCHA, Dora, e FREIRE, Américo, *Vozes da Oposição*, Rio de Janeiro: Grafiline Artes Gráficas e Editora Ltda., 2001, p. 52-53.

<sup>83</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes, ROCHA, Dora, e FREIRE, Américo, *Vozes da Oposição*, Rio de

Lysâneas também insurgiu-se contra a rejeição da participação do povo no processo de elaboração da Carta Magna, defendida por ele:

“Nunca foi verdade, neste país, que o poder emana do povo e em seu nome será exercido. Nunca foi verdade, neste país, que todos são iguais perante a lei. Nunca foi verdade, neste país, que o salário mínimo seja suficiente para manter o trabalhador e sua família. E o que se pretende, através da participação popular? Pretende-se que, pela primeira vez na história deste país, o povo, que é o grande ausente do processo político, tenha um direito mínimo de participação.”<sup>84</sup>

Foi eleito relator da Subcomissão dos Direitos Políticos, dos Direitos Coletivos e Garantias. Levou a Comissão a vários pontos do país, para ouvir diretamente do povo suas reivindicações:

“Das 69 emendas que consegui como relator, pelo menos dez saíram do povão.

Uma delas nasceu da proposta de uma lavadeira da Baixada Fluminense. Ela chegou perto da gente (éramos 33 membros da comissão, mas estávamos em 7 na reunião) e falou:

– Olha, meu avô morreu de malária, meu pai morreu de malária, meus filhos estão com dengue... E o senhor vê essa vala negra aí, na nossa frente...

O senhor não pode botar que eu tenho direito a saneamento básico?... O senhor vai se lembrar?” – ela completou.

– É muito fácil para mim – respondi! Posso colocar, como relator, que a senhora tem direito ao saneamento básico. Expliquei aqueles princípios bonitos que estão na Constituição e acrescentei:

– Mas isso não vai lhe adiantar muito. Vai depender da regulamentação, ou seja, é o mesmo direito como o que garante o salário mínimo, transporte, saúde, educação, trabalho...

Ela virou-se, e disse:

– Ora, então o que o senhor está fazendo lá?

Mulher decidida. Tanto que fiz a reunião na casa dela; Comissão de Parlamentares Constituintes na Baixada Fluminense! Bem, fiquei 3 ou 4 noites sem dormir, e pensando... não vai ser regulamentado. Este país tem sido governado desde seu descobrimento pelos “centrões da vida”, e a maneira que o “Centrão” tem, para evitar essas coisas é colocar em princípio: “conforme lei ordinária regulará”. Tem sempre uns 132 dispositivos para serem regulamentados, e aí não se regula nada... Comecei a raciocinar, como é que eu poderia contornar isso? Daí nasceu o Mandado de Injunção [art. 5º, inciso 71] – decisão da justiça que interpreta, com força de lei para as partes, um direito constitucional ainda não regulamentado por lei ordinária. Hoje segue o mesmo passo dos mandados de segurança, uma vez que a injunção ainda não foi regulamentada.”<sup>85</sup>

Uma das suas propostas mais polêmicas foi a do “voto destituente”. Lysâneas sempre buscou fórmulas que aprimorassem a participação do povo nas decisões políticas, em todos os níveis. Pelo voto destituente, o eleitorado, desde que se manifeste dentro de um determinado percentual e critérios, a serem fixados em lei, pode destituir qualquer cidadão eleito para um cargo público em cujo exercício este não corresponda aos compromissos assumidos.<sup>86</sup>

A esse respeito, Lysâneas deixou registrado um debate interessante com o senador Afonso Arinos de Mello Franco:

“– Lysâneas, quando nós somos eleitos, temos o dever com a nossa consciência, você quer tirar antes? – argumentou Afonso Arinos.

– Senador, o senhor está confundindo: o poder principal pertence a quem nos dá o mandato. E se traírmos este mandato através de práticas ilícitas? E dei um exemplo:

– Há um deputado do nosso partido que escreveu um livro sobre reforma agrária e, no dia de votar, votou contra a emenda.”<sup>87</sup>

<sup>85</sup> NADER, Ana Beatriz, *Autênticos do MDB: história oral de vida política*, São Paulo, Paz e Terra, 1998, p. 291.

<sup>86</sup> COELHO, João Gilberto Lucas, e OLIVEIRA, Antônio Carlos Nantes, *A nova Constituição – avaliação do texto e perfil dos constituintes*, Perfil de Lysâneas Maciel. Coordenação do Instituto de Estudos Sócio-Econômicos.

<sup>87</sup> NADER, Ana Beatriz, op. cit., p. 290.



Na sua avaliação, o poder principal era de quem outorgava o voto, e não se devia confundir a participação popular com representatividade porque o povo não participava plenamente do Congresso através dos partidos políticos. Lysâneas concordava que os parlamentares eram os representantes legítimos do povo, mas lamentava que a participação popular havia sido excluída da vida brasileira.<sup>88</sup>

O constituinte Lysâneas Maciel apresentou 151 emendas à nova Constituição, 32 das quais foram aprovadas.

Entre as suas proposições, destacam-se: o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e telefônicas; as punições para qualquer discriminação atentatória aos direitos e liberdades fundamentais; a tipificação do racismo, bem como o estabelecimento das penas para tal crime; a iniciativa de leis pelo povo; a definição dos crimes de responsabilidade do presidente da República; os critérios para a cobrança de impostos sobre as grandes fortunas; e as normas para a punição de atos de improbidade administrativa do servidor público e das autoridades.

Votou a favor do rompimento de relações diplomáticas com países que adotavam políticas de discriminação racial (eco de sua luta pelo fim do regime de *apartheid* na África do Sul, que tanto combateu quando estava no exílio); a favor da limitação do direito de propriedade privada; do mandado de segurança coletivo; do aborto; da remuneração 50% superior para o trabalho extra; da jornada semanal de 40 horas; do turno ininterrupto de seis horas de trabalho; da unicidade sindical; da soberania popular; do voto aos 16 anos; do presidencialismo; da nacionalização do subsolo; da estatização do sistema financeiro; do limite de 12% ao ano para os juros reais; da proibição do comércio de sangue; da limitação para os encargos da dívida externa; da criação de um fundo de apoio à reforma agrária; da anistia aos micro e pequenos empresários; da desapropriação da propriedade produtiva e da estabilidade no emprego.

Votou contra a pena de morte, o mandato de cinco anos para José Sarney e a legalização do jogo do bicho.

O Centro de Estudos e Acompanhamento da Constituinte (Ceac), da Universidade de Brasília, publicou uma série de análises sobre a atuação dos congressistas na Assembléia Nacional Constituinte. No capítulo

---

<sup>88</sup> Ibid.

referente à apreciação do relatório de Lysâneas Maciel sobre os Direitos Políticos, Direitos Coletivos e Garantias, assim manifestou-se o professor José Geraldo de Souza Júnior, do Departamento de Direito:

“O relatório Lysâneas é, sem dúvida, extremamente fecundo e afinado com o estágio atual de reivindicações dos movimentos sociais e populares, além de atento às conquistas concretizadas em documentos constitucionais recentes, como o português e o espanhol.

Rigoroso no desenvolvimento conceitual e aplicado no método democrático de consulta à pluralidade de organização e de representação populares, o relatório Lysâneas conserva ainda a estrutura didática na representação constitucional da ordem democrática em construção.

A construção democrática que permeia o relatório consolida-se na percepção de sua dimensão coletiva e solidária e nos instrumentos de identidade, acesso e garantias ativas do espaço civil ampliado no processo de construção social da cidadania.”<sup>89</sup>

O Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), no seu balanço “Quem foi quem na Constituinte”, conferiu nota 9,75 à atuação de Lysâneas Maciel.

Mas o relatório Lysâneas não recebeu só elogios. Entre alguns de seus pares, o texto foi motivo de duras críticas. Houve até quem considerasse o anteprojeto pura utopia, e não faltaram propostas para que fosse, simplesmente, desconsiderado e derrubado.

O constituinte Lysâneas não tinha esperança de que suas propostas fossem todas aceitas. Chegou a comentar que o país passaria por uma verdadeira revolução caso dez por cento de suas proposições conseguissem aprovação. Propôs, por exemplo, o pagamento de imposto de renda por parlamentares, militares e magistrados – na suas contas, um acréscimo de 400 mil novos contribuintes. Fazia muito pouco tempo que os militares haviam deixado o poder, mas Lysâneas sugeriu a criação de um Ministério da Defesa com a possibilidade de ser comandado

---

<sup>89</sup> Caderno Ceac/UnB – ano 1 – nº 1, *Constituinte: temas em análise*, Vânia Lomônaco Bastos e Tânia Moreira da Costa, organizadoras, 1988.

por um civil. E insistiu em sua luta pela anistia ampla, geral e irrestrita, incluindo os militares que se recusaram a apoiar o golpe de 64. Ganhou a admiração destes, como testemunhou o ex-militar Rui Moreira Lima, em depoimento para o jornal da campanha eleitoral de Lysâneas, em 1990:

“Como presidente da Associação Democrática Nacional dos Militares – Adnam, tive o privilégio de conhecer, durante as atividades da Assembléia Nacional Constituinte, alguns homens ilustres do nosso país, que contribuíram positivamente na elaboração e promulgação da Constituição de 1988, a atual Carta Magna.

Entre eles, tenho o dever de citar o nome do deputado Lysâneas Maciel, pela dedicação e honestidade na defesa de seus votos em todos os capítulos da Carta, principalmente dos que tratam dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, da Soberania Nacional e o da Anistia.

Particularmente neste último, o deputado Lysâneas Maciel foi incansável, corajoso e decidido, tentando tornar a anistia ainda restrita que nos foi dada, em uma mais ampla, que infelizmente não foi conseguida, pela pressão do Executivo ao tempo do presidente Sarney e de seus ministros militares, que tudo fizeram para impedir que fosse ampla, geral e irrestrita, como preconizava o deputado Lysâneas Maciel.”

## O joio e o trigo

Entre os vários blocos formados no âmbito da Constituinte, a banca evangélica constituiu-se na terceira força do Congresso. No princípio, o “lobby da fé”, como o grupo ficou conhecido na imprensa, agregou todos os constituintes protestantes, Lysâneas entre eles. Muitas vezes a imprensa, equivocadamente, o qualificou como pastor. Desde o início dos trabalhos, porém, ficou clara que a forma generalizada pela qual aqueles cristãos eram tratados não retratava a grande diversidade existente dentro do grupo. Teve grande repercussão a publicação da reportagem do jornalista Teodomiro Braga, no *Jornal do Brasil*, sobre “A Constituinte segundo os evangélicos”. Braga revelava que “boa parte dos evangélicos fez da tarefa de preparar a nova Constituição um grande e lucrativo comércio, negociando votos em troca de vantagens e benesses para suas igrejas e, muitas vezes, para eles próprios”.<sup>90</sup>

<sup>90</sup> *Jornal do Brasil*, Caderno B, 7-8-1988.

Multiplicaram-se as denúncias de troca de favores entre o governo e os votos daquela ala dos evangélicos. As manchetes da imprensa eram de cunho bastante pejorativo: “as indulgências plenárias”, “uma rádio, pelo amor de Deus”, “a santa fisiologia”. As diferenças dentro do grupo logo se fizeram sentir com a dissidência de sete deputados, comandados por Lysâneas Maciel. Eram acusados de esquerdistas pelos demais evangélicos; adotavam uma ação política voltada para a área social. Por sua vez, a outra ala da bancada defendia que os evangélicos se limitassem a uma atuação dirigida apenas para as questões éticas, morais e comportamentais, e pregava contra posicionamentos políticos radicais em questões como reforma agrária, anistia e monopólio de minérios. Lysâneas protestava: “Isso é pregar a alienação, sustentada por uma visão teológica ultrapassada, que cuida da salvação individual via catalogação de pecador”<sup>91</sup>. A própria imprensa encarregou-se de tornar públicas essas diferenças, e Lysâneas abordou o tema em vários discursos e artigos publicados em jornais. A esse respeito, Jonas Rezende assim define o comportamento do amigo:

“Na Câmara, Lysâneas dignificava a condição de evangélico. Como evangélico e pastor, era-me gratificante vê-lo ali, não para fazer transações, mas para ser mesmo um representante daqueles que o elegeram e até mesmo daqueles que não votaram nele. Sempre tive um profundo orgulho de saber que ele redimia a condição de evangélico, não se deixando confundir com aqueles que assim se auto-nomeavam. Lysâneas nunca fez a política miúda de varejo. Mesmo para os amigos, ele nunca pediu nada e muito menos fez algo para receber favores em troca. Quem porventura o procurasse para esse tipo de política teria uma decepção. Ele não era um ‘deputado evangélico’. Ele era deputado, era evangélico, era defensor, era advogado.”<sup>92</sup>

As posições de vanguarda de Lysâneas em sua experiência religiosa sempre lhe renderam grande respeito e prestígio entre os vários organismos internacionais ligados às congregações cristãs, especialmente depois de seu trabalho no Conselho Mundial de Igrejas, quando se encontrava no exílio, em Genebra. Em 1988, contribuiu com um artigo sobre “A luta pelos direitos humanos: um evento ecumênico”, para um livro que reunia o pensamento de vários teólogos latino-americanos, de diferentes confissões, sobre uma nova leitura da fé protestante no continente.<sup>93</sup>

<sup>91</sup> Ibid., 5-6-1987.

<sup>92</sup> Pastor Jonas Rezende, abril de 2004.

<sup>93</sup> *Faith born in the struggle for life – a re-reading of protestant faith in Latin America today* (editado por Dow Kirkpatrick, William B. Eerdmans Publishing Co., Michigan, EUA, 1988, p. 286).

O deputado Lysâneas Maciel foi o único brasileiro convidado para compor o Grupo de Pessoas Eminentes da Igreja (*Eminent Church Persons Group*), do Conselho Mundial de Igrejas, encarregado de visitar os principais líderes de países envolvidos no comércio com a África do Sul, para obter seu apoio na adoção de sanções plenas e compulsórias contra o governo de *apartheid* daquele país. As sanções econômicas eram consideradas pelo organismo como a única iniciativa não violenta capaz de evitar um banho de sangue na África do Sul. Em janeiro e fevereiro de 1989, o grupo percorreu o mundo entrevistando autoridades como o chanceler Helmut Kohl, da Alemanha Ocidental; Sir Geoffrey Howe, secretário do Exterior do Reino Unido; James Baker, secretário de Estado norte-americano; Takamori Makino, vice-ministro dos Negócios Estrangeiros do Japão; Javier Pérez de Cuellar, secretário-geral da ONU e outros líderes mundiais. O grupo, de sete pessoas, incluía representantes do Zimbábue, dos Estados Unidos, do Brasil, da Índia, da África do Sul e da Jamaica. O relatório do grupo foi publicado no mesmo ano pelo CMI.<sup>94</sup>

Lysâneas fez um extenso relato de sua missão ao Plenário da Câmara, destacando a notícia da recente libertação do líder Nelson Mandela e lembrando que a ONU havia considerado o *apartheid* um crime contra a humanidade:

“A libertação de Mandela pode ser o início da redenção e da consagração do princípio de que todos os homens são iguais perante não apenas a lei, mas também perante Deus, o Criador, que quis que todos fossem iguais e feitos à Sua semelhança.”<sup>95</sup>

Promulgada a nova Constituição, Lysâneas continuava implacável em suas críticas ao governo Sarney. Pronunciou-se contra “a nova lei de greve, que traz em seu bojo quase toda a doutrina de segurança nacional; a nova lei do salário mínimo [equivalente a 30 dólares, na época], que consagra o arrocho salarial; o perdão de dívidas dos grandes devedores rurais; a impunidade de vários ministros e funcionários subalternos envolvidos em sucessivos escândalos e ostensiva corrupção; a impunidade nos chamados crimes de colarinho branco; a presença, entre os membros do Conselho Monetário Nacional, de vários empresários que foram apanhados com a mão na massa, de sonegação

<sup>94</sup> MUTAMBIRWA, James, *South Africa – the sanctions mission – report of the Eminent Church Persons Group* (London: Zed Books Ltd., 1989).

<sup>95</sup> *Diário do Congresso Nacional*, 21-2-1990, p. 277.

de produtos e remarcação de preços”. Afirmou que “os trabalhadores, como toda a população, estão perplexos com o cinismo do governo, ao anunciar novas medidas de arrocho e repressão contra as reais vítimas de suas incompetência e insensibilidade”.<sup>96</sup>

Denunciou o excesso de edição de medidas provisórias pelo Governo, que atribuía a um processo de desmoralização do Legislativo, que não mais legislava. Criticou sucessivamente as concessões, pelo Governo, de emissoras de rádio e televisão no país. Falou da “insensibilidade e leviandade” da proposta do Ministério da Indústria e Comércio de privatização da Companhia Siderúrgica Nacional.

Teve início a campanha eleitoral para as primeiras eleições presidenciais diretas no país e Lysâneas começou a denunciar a candidatura Fernando Collor e sua “fabricação” pela TV Globo. Referiu-se ao candidato como “manequim” da emissora e alertou que Collor nada representava de novo no cenário político, como queriam mostrar os novos “marqueteiros”. Aquele pleito foi marcado pela introdução das modernas técnicas de *marketing* político no país. Defendeu a candidatura Brizola à Presidência da República mas alertou para a necessidade de os partidos progressistas aliarem-se contra a direita. Divulgados os resultados do primeiro turno, apoiou Lula, o candidato do PT, que disputou o segundo turno das presidenciais contra Collor.

---

<sup>96</sup> DCN, 6-5-1989, p. 3241.

## Fecha-se o círculo

Durante o primeiro ano do novo Governo, Lysâneas criticou duramente o que considerava aviltamento salarial provocado pelo Plano Collor, o confisco da poupança e os privilégios concedidos às elites. Denunciou, em Plenário, o descaso do Governo quanto aos interesses do país e dos mais carentes e necessitados.<sup>97</sup> Combateu as privatizações que, a seu ver, revelavam uma clara tentativa de dilapidação do patrimônio nacional. As denúncias de corrupção no Governo e as atividades de Paulo César Farias, o tesoureiro de campanha de Collor, passaram a ser seu tema favorito.

Nas eleições de outubro de 1990, Lysâneas obteve apenas uma suplência para a Câmara dos Deputados. Despediu-se da Câmara em janeiro de 1991. O país atravessava um período de “renovação” capitaneado por Fernando Collor. Muitos políticos que haviam feito nome no Congresso não conseguiram se reeleger. Mas ele voltou à Casa em novembro do mesmo ano, assumindo o mandato como suplente do deputado Carlos Lupi, designado pelo governador Leonel Brizola para a Secretaria Municipal de Transportes do Rio de Janeiro.

Ao regressar, após dez meses de afastamento do Congresso, Lysâneas continuou a exercer total vigilância dos atos do Governo. Em janeiro de 1992, subiu à tribuna para discordar da convocação extraordinária do Congresso, destinada a discutir reformas na Previdência, classificando-a de “escandalosa, inútil e onerosa”. Lamentou que o Governo estivesse tentando resolver seus problemas de caixa “da forma mais simplista, aumentando as alíquotas de contribuição dos empregados”, e recordou que, nos últimos 20 anos, o Executivo não cumprira sua parte no custeio social, deixando de pagar 23,8 bilhões de dólares à Previdência. Estimou em 40% a evasão da arrecadação e acusou o Governo de não fazer nada para evitá-la, além de anistiar os devedores, que descontavam as importâncias devidas pelos trabalhadores, mas não as recolhiam aos institutos de aposentadoria. Apresentou um substitutivo ao projeto do Governo, propondo um acordo entre devedores e INSS e criando um Cadastro dos Devedores da Previdência.<sup>98</sup>

<sup>97</sup> *Diário do Congresso Nacional*, 10-4-1990, p. 2223.

<sup>98</sup> *DCN*, 22-1-1992, p. 848.

Manteve-se firme na defesa do aumento do salário mínimo, alegando que, mesmo durante a última crise do Governo Getúlio Vargas, que o levaria ao suicídio, seu valor chegara a 295 dólares.<sup>99</sup>

A defesa da reforma agrária, uma de suas grandes lutas, levou Lysâneas a admitir que os constituintes haviam cometido vários erros: “um deles foi considerar o direito de propriedade como igual ao direito à vida. Na verdade, o direito de acesso à terra é que é igual ao direito à vida”. Lamentava que a efetivação do processo de reforma agrária, estabelecido pelo Estatuto da Terra, sempre esbarrou na oposição dos latifundiários, “senhores e coronéis da terra, que sempre conseguiram impedir as ações da sociedade no sentido de executá-lo”.<sup>100</sup>

Num de seus últimos pronunciamentos, ele assim definiu o Governo Collor:

“Perplexa, a Nação brasileira assistiu, no último domingo, em cadeia de rádio e televisão, ao discurso de um homem descompensado, apoplético, pedindo ao povo brasileiro que não o deixasse só. Era o presidente Fernando Collor, que muito falou e nada disse de concreto para devolver àqueles que acreditaram nele a esperança quase perdida.

Um presidente que não quer ficar só, mas que deixou o país à sua própria sorte e o povo completamente abandonado. Um presidente que até aqui só governou para agradar uma minoria. Nunca a concentração de renda esteve nas mãos de tão poucos. Um presidente que, em obediência às exigências do Fundo Monetário Internacional, jogou o país em uma de suas maiores crises político-sociais. Um presidente que tem amigos que, da noite para o dia, conseguem ficar milionários, enquanto a maioria da população brasileira vive em situação de miséria absoluta. Pois bem. Este homem, o Senhor Fernando Collor de Mello, hoje apela para que a Nação não o deixe só.

O Sr. Fernando Collor de Mello fala agora ao povo brasileiro, mas não ouviu quando este povo clamou por melhores condições de vida e justiça social. (...) Hoje, o presidente quer a Nação a seu lado, mas até aqui, desde que assumiu o mandato, jamais se lembrou de que seu compromisso maior é com o povo.”<sup>101</sup>

<sup>99</sup> DCN, 7-5-1992, p. 8276.

<sup>100</sup> DCN, 5-6-1992, p. 12354.

<sup>101</sup> *Diário do Congresso Nacional*, 26-6-1992, p. 14658.



No dia 29 de junho, Lysâneas voltou a fazer severas críticas à conjuntura nacional. No seu discurso, a que deu o título de “A vil serenidade”, não poupou acusações à elite dominante:

“As palavras de um senador da República [Ney Maranhão], confessando-se sonegador, e de um líder dos empresários [Mário Amato], confessando-se corrupto, resumem toda a desfaçatez, o fisiologismo e a falta de compromisso que atingem as elites dominantes, dentro e fora do Congresso. (...) Ninguém, em sã consciência, poderia esperar mais de Collor e de suas ligações anteriores, que administram o país como se fora um quintal de corrupção explícita para os PC Farias.”<sup>102</sup>

Este discurso silenciou, pela segunda e última vez, a voz de Lysâneas na Câmara dos Deputados. A voz de um deputado que sempre falou o que pensava, que não podia calar. Na primeira vez, foi cassado pelo regime militar, por um discurso criticando a ditadura. Na segunda, na condição de suplente, teve de devolver o mandato ao titular, que voltava à Casa após deixar a Secretaria que ocupava no Rio. Coincidência ou não, muitos, na época, quiseram atribuir a manobra a Leonel Brizola, que mantinha uma política de colaboração administrativa com o Governo Collor. Aos colegas que, surpreendidos, o indagavam sobre os motivos da atitude do líder trabalhista, Lysâneas respondeu:

“Não creio que Brizola estivesse, de forma alguma, querendo me retirar do Parlamento. Mas é óbvio também que ele conhecia as consequências lógicas da minha retirada, nesse momento de luta crucial do país.”<sup>103</sup>

Lysâneas ficou na Câmara até julho de 1992, quando deixou o Congresso, definitivamente. Somente no fim da era Collor, após a abertura do processo de *impeachment*, reaproximou-se de Brizola e, em 1993, foi nomeado subsecretário de Assuntos Especiais de seu Governo, no Rio de Janeiro.<sup>104</sup> A convite de Brizola, em 1996 candidatou-se a vereador pelo PDT. Eleito, tomou posse em janeiro do ano seguinte na Câmara Municipal do Rio, onde cumpriu brilhante mandato até ser surpreendido pela doença que encerrou sua marcante trajetória de mais de trinta anos de fundamental participação e influência nos destinos da política brasileira.

<sup>102</sup> A íntegra encontra-se na segunda parte deste livro.

<sup>103</sup> *Correio Brasileiro*, 2-8-1992, “Manobra cala Lysâneas outra vez”, artigo de Cláudia Moema.

<sup>104</sup> *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*, Rio de Janeiro, FGV/CPDOC.

# *DISCURSOS*

---

## ALTERNATIVA AO DESESPERO<sup>105</sup>

---

*Lysâneas Maciel dá ao seu pronunciamento o mesmo título do primeiro livro que o teólogo norte-americano Richard Schaul publicou no Brasil. Dessa forma, o deputado quis prestar uma homenagem ao responsável pela grande mudança na mentalidade dos protestantes brasileiros, ele próprio entre eles. O deputado também cita o pastor Martin Niemöller, da Igreja Protestante alemã, sacrificado pelos nazistas. A frase, utilizada por Lysâneas em sua campanha, tornou-se sua marca registrada. Ele a repetiu todas as vezes em que teve de explicar o porquê de não se calar, mesmo correndo riscos. Neste pronunciamento, Lysâneas propõe que o nacionalismo seja a alternativa ao desespero, o ponto de partida na arrancada para um verdadeiro progresso econômico e social do país.*

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria de iniciar meu pronunciamento dizendo que, em certo sentido, estamos procurando atender ao apelo dos líderes do Governo, reiteradas vezes repetido, de colaboração parlamentar. Isso para que se processe o fortalecimento do Congresso e para que uma representação realmente autêntica comece a existir.

Não se trata, portanto, de uma oposição por oposição, mero exercício oratório, mas tentativa de descortinar um processo através do qual o que aqui for discutido se consubstancie em leis, em ações que justifiquem a nossa existência como representantes da Nação.

Considerando pacífico que vivemos inequivocadamente em regime de força, circunstância admitida em pronunciamentos mais desapaixonados de porta-vozes do Governo, não procuraremos repetir temas de legitimidade ou não do processo em que estamos envolvidos, mas procuraremos exercer, com singeleza e falta de espírito preconcebido, os exíguos recursos de que dispomos como Oposição.

---

<sup>105</sup> Publicado no *Diário do Congresso Nacional*, Seção I, de 6 de maio de 1971, p. 777.

E às advertências sutis ou ostensivas quanto à conveniência de um bom comportamento parlamentar, gostaríamos de lembrar que integramos a Oposição: Oposição que, sem jactância ou fanfarronadas, pretende legitimar-se, cônica ainda de que o comportamento convencional parlamentar não pode ser abandonado, sem riscos, em função precisamente da trágica anomalia institucional e democrática por que passa o país.

A estes amáveis conselheiros convém lembrar ainda que o inegável desgaste do direito e liberdade individuais, ocorrido nos últimos sete anos, somado à consciente e deliberada agressão às prerrogativas do Poder Legislativo e Judiciário, tem sido estimulado pela letargia e tibiezas que, ciclicamente, atingem o Congresso Nacional.

Os regimes de força só se fortalecem com os nossos recuos, quando colocamos a segurança em posição de primazia e condicionamos a ela os direitos individuais e, por via de consequência, os interesses nacionais.

Gostaria de lembrar o registro feito pelo pastor Martin Niemöller, mártir da Igreja Protestante alemã.

“Na Alemanha eles primeiro vieram buscar os comunistas. Não falei nada porque não era comunista. Então eles vieram buscar os judeus; nada falei porque não era judeu. Então vieram buscar os operários, membros dos sindicatos. Nada falei pois não era operário sindicalizado. Então eles vieram buscar os católicos romanos e não falei nada pois sou protestante. Então eles vieram me buscar – quando isto aconteceu não havia restado ninguém para falar.”

Guardando essa tônica, iniciarei o meu pronunciamento trazendo à baila alguns assuntos, tentando fixá-los de modo que formem um quadro que permita uma análise ligeira de nossa situação.

## I – Círculo de ferro

Há vários anos caminha a Nação dentro de um círculo de ferro representado pelos extremos. De um lado a chamada “linha dura”, integrada por militares ou não. Do outro o seu corolário: o terrorismo e a desordem. O comportamento nacional nos últimos anos tem sido conduzido dentro desta faixa artificial, que não tem maior relevância para os verdadeiros problemas do país.

---

Perguntamos: a quem aproveita o terrorismo ou a ação da linha dura? Que grupos se beneficiam ou têm fortalecidas as suas teses, quando alguém é assassinado na rua ou quando há um rapto de um chefe de família? Que movimento se revigora quando um líder sindical é massacrado em São Paulo, um estudante é preso e professores arrancados de suas salas de aula, e suas vestes sujas de sangue são entregues a seus familiares, ou mocinhas são brutalizadas em IPMs conduzidos por verdadeiros insanos? Qual o resultado final do assalto consentido às nossas riquezas minerais, conforme denunciou a semana passada o deputado Freitas Nobre, ou o esmagamento, em ritmo acelerado, da indústria nacional e as famosas fusões de parte desta indústria com congêneres estrangeiras sob domínio destas últimas? A quem aproveitou a forçada invalidação física e moral de um general-presidente e o impedimento de um vice-presidente, que embora escolhidos segundo as regras impostas pelo sistema vigente, fizeram débeis tentativas de liberalização?

A resposta calma e racional a estas perguntas se torna absolutamente necessária para que entendamos parte do processo político em que vivemos.

Sabemos que a repressão violenta gera condições para que forças incontroláveis surjam a cada instante. O terrorismo que reprime condiciona o comportamento do terrorismo que subverte.

O Sr. *Grimaldi Ribeiro* – Nobre deputado, a propósito de terrorismo, escutamos, ainda nesta sessão, companheiro de partido de V.Exa. espocar a mesma tese que o nobre orador reitera na tribuna, relacionando terrorismo com o processo revolucionário que estamos vivendo, ou procurando caracterizá-lo como episódio de teor nacional. Sabe V.Exa., tanto quanto sabe a Casa, que o terrorismo nada tem a ver com o movimento revolucionário de 31 de março; nada tem a ver com os atos institucionais ou com os atos complementares. O terrorismo se insere no fenômeno internacional da guerra ideológica. O aparecimento das armas nucleares no fim do último conflito mundial transferiu o fenômeno da guerra para o episódio da guerra fria, que durante vinte anos dominou as relações internacionais do Ocidente com o mundo chamado comunista. Depois de vinte anos, a guerra ideológica se desencadeou dentro de cada país. E um dos ingredientes da guerra ideológica é exatamente o terrorismo. Lembrava aqui o ilustre colega, com muita propriedade, que o terrorismo ocorre no Canadá, onde não há atos institucionais. Vimos o terrorismo transformar o Uruguai, de democracia exemplar,

como todos aprendemos desde os bancos escolares, no país de hoje, conflagrado em cada rua, em cada casa. O terrorismo existia no Brasil, independentemente do processo revolucionário de 31 de março. É natural que ao terrorismo o Governo não possa assistir de braços cruzados; há de enfrentá-lo com todas as suas forças, em defesa das instituições democráticas que integramos, em defesa inclusive do funcionamento dos nossos dois partidos e em defesa da comunidade e dos destinos do Brasil. O que aqui ocorre é o reflexo de uma política internacional que nada tem a ver, senão em seus objetivos, com a política do Governo brasileiro.

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Muito agradecido a V.Exa. pelo aparte.

Gostaria apenas de lembrar que essa tradição de terrorismo, muito embora seja um fenômeno universal, não ocorria, felizmente, em nosso país. Se o terrorismo é universal, a forma de repressão não o é. V.Exa. argumenta com exceções. Mais ainda: houve um general-presidente, depois de 1964, que permitiu que as manifestações dos moços ocorressem; permitiu que 50 mil moços desfilassem na Capital da República, e naquela época não havia o recrudescimento dos atos terroristas que hoje ocorrem.

Estou querendo apenas demonstrar que estamos navegando dentro de uma faixa perigosa. Acredito, como V.Exa., que o terrorismo não tem maior expressão, não tem maior significação e é contra nossa índole, mas, em realidade, navegamos dentro da faixa estreita imposta pelo terrorismo e pela linha dura. Esta é a grande verdade.

O Sr. *JG de Araújo Jorge* – Nobre deputado, apenas duas palavras: como V.Exa. acentuou muito bem, esses aspectos do terrorismo se caracterizavam no Brasil após 1964. Inclusive, a primeira vítima, vamos dizer assim, do terrorismo e da repressão foi aquele estudante que morreu quando se acabou a bala com o célebre episódio do Restaurante Calabouço, no Estado da Guanabara.

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Não é da nossa tradição termos terroristas no país.

O Sr. *JG de Araújo Jorge* – Quando apresentamos, como apresentei, à Câmara dois projetos tentando a instauração regular de processos ou a sua revisão por tribunais constituídos pelo Governo para o julgamento daqueles casos, estamos sugerindo uma abertura democrática ao

---

Governo, na tentativa de que, com essas medidas, se restaure realmente o estado de tranqüilidade e de paz de que o país necessita.

*O Sr. Cardoso de Almeida* – Parece-me – como homem do interior e líder de agricultores, sem ser muito intelectualizado – que no Uruguai e em outros países, onde não existe o Ato Institucional nº 5, o terrorismo é por atacado e aqui é a varejo.

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – O cerceamento das liberdades individuais, a falta de liberdade de imprensa e a sufocação das manifestações da juventude ensejam o contexto social propício para que alguns grupos em desespero de causa se atirem a uma aventura cujas conseqüências todos nós conhecemos. Tirem-se dos homens seus meios naturais de expressão e de manifestação legítima de protesto e inconformismo, e as alternativas que lhe restam são o aniquilamento ou o desespero irracional, o terrorismo. Mas convém lembrar que, na maioria dos casos, a injustiça é a ponta de lança da desordem e do terrorismo. Quando a Nação estava sensibilizada com o fato de que uma esposa de um cônsul chorava desesperada a ausência do seu marido, uma outra senhora, esposa de um professor, escrevia cartas que constituíam verdadeiros gritos de angústia, reclamando o corpo de seu marido massacrado em IPM. Quero lembrar que, para cada caso de ataque à ordem, existe o correspondente sob a justificação de manutenção da mesma.

O terrorismo se alimenta da repressão, e os fatos estão aí para comprovar o que dizemos. No momento em que atitudes mais consentâneas com nossa herança histórica forem tomadas, sabemos que não haverá mais campo para que estas atitudes proliferem. Sabemos o quanto o povo repudia o uso da violência, venha ela de onde vier. Mais uma vez afirmo aqui o meu propósito de não alimentar velhas discussões e sim de reafirmar que já temos tempo bastante para entender o processo político em que estamos desde 1964. Já há experiência bastante para que examinemos criticamente o que vem se dando com nossa vida política e social. Não está aqui uma provocação inútil e desnecessária, mas uma tentativa de mostrar aos elementos bem intencionados do próprio Governo e ilustres parlamentares da Situação um fato que se torna patente na medida em que se prolonga a proclamada necessidade do “regime de exceção”. Haverá sempre, se continuarmos assim, excelentes razões para que os órgãos de repressão exerçam suas funções, mas gostaria de invocar o exemplo de um pensador norte-americano, Reinhold Niebuhr:

“Convém lembrar que, tanto na vida coletiva como na individual, a força que coage o povo, mas não persuade a vontade, só pode ter importância negativa.”

Se conseguimos aperfeiçoar tanto o nosso sistema de vigilância, como apregoam as próprias declarações oficiais, por que não fazemos como nos Estados Unidos, onde ao lado de toda a eficiência da CIA e do FBI, a manifestação ainda é livre e o pensamento se veicula de maneira incontestável, concordando ou não com a política do Governo?

Estas ponderações levam a crer que a força que está atrás de tudo isto é exatamente aquela cujo ranço conhecemos sobejamente. Manifestamos, no entanto, esperanças de que os elementos mais esclarecidos, ligados ao poder, e as nossas Forças Armadas reconheçam a tempo o que vem realmente acontecendo. Convém lembrar que o processo de “limpeza” a que se propôs o grupo dominante em 64 já dura mais de 7 anos. Perguntamos: incompetência ou a insistência em um tipo de governo que realmente se caracteriza pelo regime de força e nele encontra o único meio de se manter no poder?

Não me parece coerente afirmar, por um lado, que o povo está satisfeito e realizado, enquanto se mantém a censura prévia de livros e, sabemos, de periódicos.

Uma camada da população tem pago esta falsa arrancada para o progresso. Justamente aquela que não tem participado em processos de planejamento e do alegado progresso político, econômico e cultural do país: os trabalhadores, sempre oprimidos em seus salários, consoante farta legislação de 64 para cá. Exemplo:

1964 – Abril – A Rede Ferroviária Federal S.A. declara nulos todos os contratos coletivos de trabalho dos ferroviários suspendendo vantagens conquistadas ao longo dos anos.

Maio – Por determinação do marechal Castello Branco, o ministro do Trabalho assina portaria que suspende a cláusula de abono de 30% dos aeroviários e aeronautas, homologada pela Justiça do Trabalho.

Junho – O Congresso Nacional transforma na Lei nº 4.330 o projeto do marechal Castello Branco, que suprime de fato o direito de greve no Brasil, a pretexto de regulamentá-lo.

Julho – O Poder Executivo baixa o Decreto nº 54.018, que, a pretexto de reorganizar o Conselho Nacional de Política Salarial, estabelece o sistema de redução salarial para os empregados nas empresas de economia mista.

---



Agosto – O ministro da Viação baixa a Portaria nº 494, que suprime vários direitos dos arrumadores dos portos.

1965 – Janeiro – A Comissão de Marinha Mercante baixa portaria que anula diversos direitos e vantagens dos estivadores.

Março – O ministro da Viação proíbe o desconto sindical e das mensalidades sindicais nas autarquias da Marinha Mercante, sob o argumento de que o trabalhador autárquico não pode ser sindicalizado. O ato viola o Decreto nº 7.889-45 e a Convenção nº 98 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Dezembro – O marechal Castello Branco baixa o Decreto nº 57.627, que, a pretexto de regulamentar a Lei nº 4.725, anula qualquer acordo salarial cujas cláusulas de reajustamento infrinjam as Leis nºs 4.725 e 4.903. O Governo passa a ditar os salários.

1966 – Abril – O marechal Castello Branco assina o Decreto-Lei nº 5, que abre caminho para a dispensa em massa de ferroviários, marítimos e portuários; transfere esses servidores do regime do Estatuto do Funcionalismo (Lei nº 1.711) para o regime CLT; limita as vantagens dos acordos coletivos aos dispositivos da CLT, impedindo que qualquer classe obtenha um direito não previsto por esta.

A troca dessa opressão salarial, que poderíamos continuar citando ininterruptamente até o fim do expediente, vem o Governo da Revolução, sentindo talvez o peso da consciência, e outorga, como um grande trunfo para os trabalhadores, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Segundo a introdução do próprio autor do projeto, o poderoso ministro do Planejamento, o plano se destinava a atrair o capital estrangeiro, sem os ônus e os encargos sociais-trabalhistas.

Isso o que o Governo deu em troca de todo esse achatamento salarial. Os resultados aí estão: segundo a insuspeita Cepal, para cada dólar investido saíram quatro do país.

Quanto à alegada contenção da inflação, parece que o próprio Governo nela não deposita maior confiança. Se assim não fora, não decretaria correção monetária para os débitos fiscais, para alugueis, para a aquisição de residências populares e, pasmem os Srs. Deputados, até para os vencimentos dos Srs. Presidente e Vice-Presidente da República, que até o ano passado eram corrigidos segundo a alta do custo de vida. Só não tem correção monetária o salário dos trabalhadores.

Em impressionante pronunciamento, o ilustre deputado Freitas Nobre demonstrou, na semana passada, que o fato de sermos hoje economicamente um país ocupado tem tido sérios reflexos, sobretudo no que concerne ao progressivo empobrecimento do país e à maior opressão das classes trabalhadoras.

Harold Laski, em 1930, já dizia:

“O Governo é bastante necessário em toda a consciência; mas deve haver limites para o seu domínio. Não basta, dentro de um sistema social, proclamar o desejo supremo de paz, até que estejamos satisfeitos com os propósitos para os quais a paz é feita. E uma vez que o indivíduo é tão pequeno e o poder do Governo tão vasto, podemos ter certeza de que, em geral, a desobediência é sempre o preço da injustiça. Os homens não se revoltam até que o mal os force a revoltar-se; não são vítimas dos agitadores, a menos que sofram tanto que a mensagem dos agitadores ultrapasse outras considerações. O perigo da anarquia, em suma, só surge quando um grupo de homens começa a achar insuportável o mal imposto.”

Sr. Presidente, Srs. Deputados, teríamos, evidentemente, uma série de outras considerações a fazer, mas permitimo-nos resumi-las, em virtude do tempo exíguo de que dispomos.

Fazer uma crítica ao comportamento governamental, sem oferecer alternativa ao desespero, não me parece de maior validade. Repetimos, de início, que pretendíamos pelo menos esboçar essa alternativa. Vou alinhar rapidamente, em breves pinceladas, o que nos parece uma alternativa para o início de um processo de arrancada para um verdadeiro progresso econômico-social deste país.

## **II – A necessidade da afirmação de um espírito nacionalista**

Em seguida pensemos um pouco a respeito da necessidade da formação de um espírito verdadeiramente nacionalista, condição indispensável para uma nação que em busca do seu desenvolvimento se encontre. E faço esta declaração ainda sob o impacto que o estudo de nossa situação, magnificamente elaborada pelo deputado Freitas Nobre, provocou em meu espírito. Abandonei o propósito, desde aquele pronunciamento, de trazer dados e encadear informações, pois isto já foi

---

feito, e como! Mas torna-se necessário enfatizar a necessidade urgente da partida rumo à nacionalidade.

O sueco Gunnar Myrdal proclama:

“Na ausência do Estado mundial, suas políticas (dos países subdesenvolvidos) tem de ser nacionalistas, no sentido de se reorientarem, com intensidade obsessiva, para elevar seus padrões econômicos e conseguir oportunidades mais equitativas relativamente ao resto do mundo. Como pobres, não lhes cabe levar em conta considerações internacionais, salvo as de seu próprio interesse.”

Trata-se, em nosso caso, da criação do respeito próprio nacional e não da repetição de *slogans* chauvinistas. Aquele nacionalismo que nos alargasse a visão e nos desse condições de nos colocar sobre os nossos próprios pés perante o quadro mundial.

Sabemos, no entanto, que não há possibilidade de sermos realmente uma nação antes que nossa economia seja controlada por leis que limitem a ganância internacional.

Deixando de lado, como dissemos anteriormente, o quanto estamos dilapidados, voltemos a nossa atenção às conseqüências intelectuais e científicas desta mesma dilapidação.

Em nossa História conhecemos os resultados nefastos para nossa cultura da eterna dominação estrangeira, que, como sabemos, começou por tabela. O jesuitismo da contra-reforma que entrou em Portugal, num período em que a dominação inglesa vinha se impondo, só conseguiu eliminar o espírito científico criado pela Escola de Sagres. O espírito de erudição livresca e bacharelesca que marcou aquele período nos foi transmitido e em certo sentido permanece até os dias de hoje. A mecânica ainda é a mesma: dependência econômica gera outros tipos de dependência. Senão vejamos: muitos dos nossos intelectuais protestaram contra uma interpretação errônea de nossa História e o fato de termos sido sempre uma “colônia de extração”, para usar aqui as palavras de Heitor Ferreira Lima em seu estudo sobre Mauá e Roberto Simonsen.

Esta citação vem a propósito, pois o exemplo de Mauá é muito significativo: um homem de visão incomum foi praticamente destruído, em suas tentativas de criar a indústria nacional, pela falta de incentivos e de proteção aos seus esforços.

Perguntamos: onde estão os nossos cientistas? O pungente depoimento do professor Thales de Azevedo sobre a “evasão de talentos” tem

de ser considerado. Os protestos do professor Warwick Kerr como presidente da Sociedade Brasileira de Proteção à Ciência têm de ser levados em consideração.

Uma política verdadeiramente nacionalista não se firma pelo fato de que houve farta distribuição de bandeiras nacionais pelas salas de aula e nem pela criação da matéria “Moral e Cívica” nos currículos de nossos educandários, mas com medidas concretas para que a nacionalidade seja alcançada.

O paradoxo aí está: os países desenvolvidos importam cientistas a qualquer preço. Nós os exportamos ou criamos-lhes dificuldades por motivos financeiros e políticos. O que aconteceu com o professor Oppenheimer nos Estados Unidos por ocasião das primeiras experiências atômicas deveria servir como exemplo. Além da injustiça cometida – reconhecida oficialmente pelo governo Johnson, que lhe conferiu o prêmio Fermi – não se entendeu um aspecto inerente à ciência, que penetra o espírito de todo cientista: a necessidade de experimentar novas formas de vida e o apego à verdade. Acoimar de comunistas e subversivas todas as manifestações nacionalistas e que não concordem com o Governo é fugir ao problema. O que queremos ressaltar aqui é que além das condições econômicas que não estão sendo devidamente fiscalizadas, nenhuma nação parte para o nacionalismo e independência quando perde gradativamente seus melhores elementos.

### **III – Possibilidades de reformas por parte do Governo**

Temos consciência que nenhum outro governo reuniu tanto poder em nosso país. Por que não se iniciam as reformas de base, mudanças de estrutura que se tornam tão necessárias e prementes nos nossos tempos?

Temos acompanhado, com certo desencanto, os imensos planos e as mudanças de siglas que órgãos encarregados destas mudanças vêm sofrendo; mas onde os resultados?

Repetimos que os elementos representativos do povo estão marginalizados até quando se fala em beneficiá-los. Como se formar o estatuto que beneficia o homem do campo sem que sua presença se manifeste? A alegação dos grupos que tomaram o poder em 64 – convém não esquecer história tão recente – era a de que ninguém era contra as reformas, mas sim que elas seriam feitas com propósitos

---

comunistas por elementos ligados a Moscou ou Pequim. E agora que esses elementos foram afastados, o que falta para que determinadas medidas sejam tomadas?

Repetimos: nunca houve tanta concentração de poder e mando nas mãos do Executivo e nada há que pudesse emperrar as boas intenções do Governo. Serão necessários mais sete anos para que se iniciem as modificações?

Verdadeiramente o que julgamos é que há um círculo de ferro em torno do Governo impedindo a realização de uma administração realmente consentânea com as necessidades do povo brasileiro. Acreditamos firmemente que existe, inclusive nas Forças Armadas e no Governo, expressiva parcela que deseja outra coisa.

As respostas estereotipadas de que estamos em franco desenvolvimento não serão mais discutidas aqui, visto que não consideramos desenvolvimento um crescimento desordenado de certos setores de nossa economia: o aumento de nossa dependência econômica – que, repetimos, nunca vem só – e uma desigual distribuição de riquezas.

Reforçando tudo isso, citaremos ainda, e para surpresa de muitos, as palavras de Adam Smith, homem símbolo do liberalismo, a propósito da nossa insistência de que desenvolvimento só poderá ser alcançado com participação do povo, mas não daquilo que é interpretado como sendo do povo. Diz ele em *An inquiry into the nature and cause of the wealth of nations*:

“A proposta de qualquer nova lei ou regulamento do comércio vinda desta ordem (dos que vivem do lucro), deve ser sempre ouvida com grande preocupação e nunca deve ser adotada até ser examinada longa e cautelosamente, não só com atenção mais escrupulosa, como também suspeitosa. Ela (a proposta) vem de uma ordem de homens cujo interesse não é nunca exatamente o mesmo público, ordem que geralmente tem interesse em decepcionar – e mesmo em oprimir – o público, ao qual tem, em muitas ocasiões, tanto decepcionado quanto oprimido.”

É óbvio que, não havendo equilíbrio de forças no mundo econômico e na distribuição de riquezas, a centralização excessiva poderá engendrar injustiças – inevitavelmente o fará – criando ressentimentos graves e situações de desespero. Torna-se necessário lembrar que nos Estados Unidos o que equilibrou a cupidez dos industriais e dos homens do

mundo das finanças foi exatamente o controle e distribuição do poder através dos sindicatos – que continuam a exercer o direito de greve – da Lei Antitruste e do Imposto de Renda, que afugentou tantos milionários e os obrigou a um emprego mais humano do capital. Veja-se bem: obrigou. Qualquer programa político que não leve em conta a ambigüidade das intenções humanas é ingênuo ou mal intencionado.

Concluindo, Sr. Presidente, quero dizer que não há que falar em progresso econômico, em desenvolvimento, sem atentar para este e outros fatos denunciados com espírito construtivo pela Oposição.

O nacionalismo pode constituir-se em alternativa ao desespero, em ponto de partida para integral arrancada deste país. Realçar o seu desvirtuamento é tarefa da Oposição. À Situação, que em sua configuração moral mais legítima se encontra perplexa e cabisbaixa, cabe empunhar também essa bandeira, sob pena de contribuir, por letargia e omissão, para a manutenção do círculo de ferro, do beco sem saída em que se encontra o país.

Era o que tinha a dizer.

---

## “APESAR DE VOCÊ” E A ESCALADA DA CENSURA<sup>106</sup>

---

*Critica a censura à música de Chico Buarque e diz que a legislação brasileira sobre a censura é feita “mais para um reformatório do que para um país adulto”. Especula que, em breve, “Tico-tico no fubá” poderá ser considerada subversiva e proibida, “por permitir à passadeira espalhar desordem no milharal”.*

Há poucos dias, ao relatarmos projeto relativo à alteração do Código de Menores, dizíamos que a modificação normativa pretendida se inseria entre os diversos dispositivos que visam centralizar, nas mãos do Executivo, todo o instrumental de controle do pensamento político, científico, estético e até religioso do país.

Observa-se que todos estes dispositivos visam, sob inspiração do Ministério da Justiça, não apenas controlar todas as formas de expressão, mas ainda criar “uma média moral para o país, a fim de que todo o mundo saiba qual a moral determinada pelo Governo” (in *Jornal do Brasil*, 10-6-1970 – I Caderno – p. 7).

Ao prolatarmos nosso voto naquele projeto, dizíamos que a substituição do magistrado por autoridade de menor categoria (polícia de costumes) era altamente inconveniente. Agora, com a proibição da música do notável compositor Francisco Buarque de Hollanda, “Apesar de Você”, temos a comprovação deste fato. Não se sabe qual a razão da proibição, mas advinha-se o pretexto: o de perseguir manifestações e exteriorizações politicamente inconvenientes.

Atingidas já estas manifestações estéticas por inúmeras leis que compõem o elenco da escalada da censura (leis penais, lei de segurança nacional, lei de imprensa, lei de censura prévia etc. etc.), ainda assim não se satisfaz o censor intérprete destes dispositivos anômalos e de inspiração totalitária, e proibiu Chico Buarque.

---

<sup>106</sup> Publicado no *Diário do Congresso Nacional*, Seção I, de 12 de maio de 1971, p. 917.

A atual Constituição, emendada pelos Srs. Ministros militares, incluiu na esfera de competência do Executivo poderes que eram tradicionalmente considerados inerentes ao Legislativo e Judiciário. Com isso, chegamos, entre outros inconvenientes, à circunstância de que o Executivo dispõe de competência para atribuir-se a criação legislativa, cuja execução lhe cabe, ou seja, o direito de fazer a lei para aplicá-la ao seu arbítrio. Não somente fazer a lei e aplicá-la, mas até julgar-se a si mesmo no eventual desbordamento das normas, conforme salientou eminente ministro do Supremo Tribunal Federal ao renunciar.

O Governo e seus parlamentares vêm apregoando, em termos grandiloqüentes, o processo, a paz e o atendimento das graves necessidades do povo brasileiro. Será que a simples canção de Chico Buarque de Hollanda pode abalar essas convicções? Será que não somos um povo moralmente configurado e politicamente conscientizado, segundo as aulas de moral e cívica ou a farta distribuição de bandeiras nacionais que hoje fazem parte do *curriculum* escolar?

Se desejamos um país adulto e uma mocidade responsável, não se lhe deve coibir manifestações legítimas de expressão.

A legislação sobre a censura, feita mais para um reformatório do que para um país adulto, portanto, já de si viciada em sua origem e inspiração, poderá permitir, através das deformações psicológicas dos censores, dentro em breve, até a proibição da consagrada melodia popular “Tico-tico no fubá” por entendê-la subversiva, já que permite à passarada espalhar desordem no milharal.

---



## O GRITO DA IGREJA – D. PEDRO CASALDÁLIGA<sup>107</sup>

---

*Divulga denúncias feitas por D. Pedro Casaldáliga, da Prelazia de São Félix do Araguaia, sobre os problemas entre posseiros e latifundiários na região e fala dos cristãos engajados nas dimensões político-sociais da fé, em oposição à tradicional atitude de alienação da Igreja com relação a esses problemas.*

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero trazer hoje à consideração deste colendo Plenário um assunto da mais alta gravidade. Trata-se dos acontecimentos ocorridos na Prelazia de São Félix, envolvendo um ilustre prelado da Igreja Católica e uma empresa que explora o latifúndio naquela região.

Srs. Deputados, o bispo da Prelazia de São Félix, Mato Grosso, D. Pedro Casaldáliga, côncio da missão profética da Igreja, tem trazido a lume fatos graves verificados na jurisdição de sua Diocese, aos quais este Congresso não se pode conservar indiferente.

Alguns jornais declinaram parte desses acontecimentos, sintetizados pelo *Jornal do Brasil*, em artigo sob o título “O grito da Igreja”.

Diz o jornal, transcrevendo as palavras de D. Pedro:

“Denunciamos fatos vividos e documentados. Quem achar infantil, distorcida, imprudente, agressiva, dramatizante, publicitária a nossa atitude, entre na sua consciência e leia com simplicidade o Evangelho – diz D. Pedro Casaldáliga ao ‘chamar angustiosamente a toda a Igreja do Brasil, à qual pertencemos’.

Aos ‘católicos’ latifundiários que escravizam o povo de nossa região pediríamos, se nos quisessem ouvir, um simples pronunciamento entre sua fé e seu egoísmo. Não se pode servir a dois senhores. Não lhes adiantará dar cursinhos em São Paulo ou patrocinar o Natal do pobre e entregar esmolas para as Missões, se fecham os olhos e o coração para os peões escravizados ou mortos nas suas fazendas.

---

<sup>107</sup> Publicado no *Diário do Congresso Nacional*, Seção I, de 13 de abril de 1972, p. 218.

Esperamos que nenhum cristão com vergonha caia no cinismo de qualificar este documento como subversivo. Estas páginas são simplesmente o grito de uma igreja na Amazônia – a Prelazia de São Félix, no nordeste de Mato Grosso – em conflito com o latifúndio e sob a marginalização social, institucionalizada de fato. Não deixamos de ver o que é belo na natureza ou no progresso da Amazônia, nem subestimamos o que o Governo do Brasil ou os particulares fazem de bom nesta região infinita. Há poesia e publicidade em abundância para cantar tudo isso. O que nesta Amazônia é trágico, o que nela se faz erradamente, ou se omite, o que já não se pode mais tolerar, isso é que nós, por dever pastoral e por solidariedade humana, devemos publicar. Dizer a verdade é um serviço e o propósito de dizer a verdade nos faz livres.”

Srs. Deputados, o que está ocorrendo na Prelazia de São Félix traz à nossa consideração alguma coisa muito mais profunda, muito mais importante do que a simples observação de uma luta entre uma companhia latifundiária e brasileiros que cultivam a terra.

*O Sr. João Arruda* – Traz V.Exa. à tribuna assunto de suma importância. O problema de terras em todo o país é grave. É abordado diariamente pelos jornais. V.Exa. alerta as autoridades para o que ocorre nessa região de Mato Grosso. Seria conveniente lembrar aos nobres companheiros neste Parlamento a necessidade de um estudo sobre o problema, para a efetivação de uma reforma das leis, que se impõe no caso brasileiro. Quero cumprimentar V.Exa. por trazer à Casa assunto de suma importância.

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Muito agradecido pelo aparte de um deputado que já se vem preocupando, há bastante tempo, com problemas relacionados à terra e à posse da mesma.

Mas, conforme eu dizia, nobre deputado, o aspecto fundamental do que ocorre na Prelazia de São Félix não está numa simples luta entre uma companhia latifundiária e os posseiros da região. “O grito da Igreja” é que pretendemos analisar, aqui, nesta tarde, de maneira breve. Essas e outras atividades de sacerdotes e leigos protestantes e católicos, entre os quais poderíamos citar, por sua notoriedade nacional e internacional, D. Hélder Câmara e Martin Luther King, constituem um tipo de opção definida que grupos de vanguarda cristã têm assumido, buscando a liberação social e política dos oprimidos.

Não pode ser ignorada a circunstância de que, embora constituindo minoria, sua vocação profética e intemorata habilita esses grupos a desempenhar um papel importante e algumas vezes inesperado neste irreversível processo de liberação.

Temos em nosso poder ampla documentação a respeito da vasta sementeira de revolta e violência que os latifundiários estão plantando na Amazônia, sob as vistas complacentes das autoridades.

A falta de tempo nos impedirá de declinar estes fatos, aliás amplamente divulgados pelos jornais. Hoje, gostaríamos de expor aos nossos pares um chamamento à co-responsabilidade quanto àqueles acontecimentos, sob a perspectiva da relação do cristão com o Estado e seus representantes.

## Dimensão político-social da fé

Parece-nos que duas atitudes fundamentais formam a base da atitude dos cristãos, sacerdotes ou não, quanto ao Estado.

### Presença e tensão

Uma das maiores tragédias da Igreja foi a sua alienação e sua omissão com referência aos problemas políticos e sociais. É curioso observar que, na defesa dessa abstenção, se consorciam em estranho conúbio as filosofias materialistas (para Marx, “religião é questão privada”) e religiosos que se refugiaram em torres de marfim para gozar o conforto do cristianismo sem aceitar o desafio que sua autêntica adoção representa.

A omissão é condenável, porque contraria os ensinamentos do Mestre, sobretudo se implica em acomodação a quaisquer regimes políticos nos quais exista, patente ou latente, o pecado humano em sua dimensão social.

A primeira atitude do cristão é, pois, em apoio da presença do Estado. Por maiores restrições que façamos à força e seu aparato, temos de levar em consideração a norma bíblica de que a ordem é melhor que a desordem.

Mas há outra atitude neste relacionamento: é a de tensão ou vigilância. Faz parte da missão profética do cristão estar vigilante em relação ao Estado e seus governantes. Nenhuma ordem se mantém se não for justa.

E a ponta de lança da desordem e do próprio terrorismo é a injustiça, é a subjugação dos mais fracos, é a opressão. Ser cristão é estar vigilante política e socialmente.

Mas há uma terceira atitude: inconformismo absoluto diante dos desmandos do Estado. Como no caso da Igreja do primeiro século, os cristãos sabem que há um limite para a obediência e a sujeição: o cristão é coerente e conseqüente com sua fé em todas as dimensões da vida, inclusive a político-social. Côncio de sua missão, que em última análise é a missão do próprio Mestre, ele participará também da sua sorte. “Se me perseguirem a mim, também perseguirão a vós outros” (João 15:20). E a perseguição vem justamente dos poderes mais fortemente constituídos e reconhecidos da sociedade.

Por curiosa coincidência, Jesus foi crucificado pelos poderes religiosos e políticos que falavam em nome de Deus e da ordem. As palavras Deus e ordem, freqüentemente, escondem as ambições menos legítimas do homem e do governante. Ele coloca sobre si o manto da religião e a cobertura da lei para disfarçar a sua vontade de poder, de riqueza e de domínio. E quando isto acontece, como no caso da luta de humildes posseiros com a poderosa Codeara<sup>108</sup>, não podemos ter ilusões sobre quais serão os sacrificados. Contra isto se insurgem sacerdotes cristãos, e se insurgiu o bispo da Prelazia de São Félix.

Um pastor de minha Igreja, o pastor Martin Luther King, constituiu-se no que se pode chamar de exemplo clássico do “subversivo”, segundo as normas do atual sistema: a) era líder de um grupo suspeito de seguidores inequivocamente considerados “contestadores”; b) fizera declarações desafiadoras ao absolutismo político, à ordem vigente e às inqualificáveis leis da discriminação racial; c) suas atitudes colocavam em julgamento o *status quo* social e falava mais em justiça do que em lei; d) era ouvido por uma multidão de pobres e oprimidos.

Estava incurso em diversos dispositivos legais ainda vigentes, para vergonha daquela poderosa nação; e, se aqui vivesse, estaria fatalmente incluído em diversos IPMs.

Finalmente, sacrificaram-no, simplesmente porque cometeu o espantoso crime de considerar que os homens são iguais e que a composição bioquímica da lágrima da mãe preta tem a mesma composição bioquímica da lágrima da mãe branca.

---

<sup>108</sup> Companhia de Desenvolvimento do Araguaia.

D. Pedro Casaldáliga está incorrendo nos mesmos crimes, sobretudo quando entendeu que o princípio constitucional traduzido no Estatuto da Terra tem algum valor:

“Art. 2º É assegurada a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social, na forma prevista nesta Lei.

§ 1º A propriedade da terra desempenha integralmente a sua função social, quando, simultaneamente:

a) favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias;

(...)

d) observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivam.”

## **Ação imediata dos sacerdotes**

Mas, Srs. Deputados, há outro aspecto da atitude de cristãos que se engajam nas dimensões político-sociais da fé. Ele deflui, conforme se procurou demonstrar, de fundamentos bíblicos, inclusive porque demanda ação eficaz e imediata.

Para nós é fundamental essa interpretação bíblico-sociológica e a dimensão político-social da fé.

Muito se tem falado aqui sobre a atitude de sacerdotes; muito se tem caluniado aqui sacerdotes que se têm engajado nesse sistema.

Recordo-me – e os demais deputados da Guanabara devem lembrar-se também – de que falar num programa de rádio ou de televisão contra ou a favor de D. Hélder Câmara era motivo de suspensão imediata do programa. Portanto, aquele homem que procurou dar a dimensão política da sua fé não poderia sequer ser mencionado ainda que para ser atacado.

O Sr. JG de Araújo Jorge – Sr. Deputado, companheiro que fomos de campanha na Guanabara, posso dar o testemunho de que suas afirmações são absolutamente verdadeiras. Quando íamos fazer pronunciamentos no rádio ou na televisão, recebíamos ordens expressas para não mencionar o nome do eminente brasileiro D. Hélder Câmara, quer

falando a favor ou contra, porque S.Ema. estava no índice político da Revolução. Isso nos pareceu estranho. Quem, como nós, acompanhou de longe o trabalho de integração social realizada por D. Hélder Câmara e o seu extremado patriotismo não pode acreditar em muitas das afirmações assacadas contra ele, sem sequer lhe ser dado o direito de defender-se ou a seus amigos de defendê-lo. Nós, que conhecemos a vida de Cristo, sabemos que Jesus foi considerado subversivo pelo alto sinédrio e pelo capitalismo judaico do seu tempo. Por isso mesmo, acabou pagando na cruz a veleidade de identificar-se com a Humanidade, pregando o amor, falando de um Deus que não era judeu, mas de toda a Humanidade e fazendo do cristianismo a grande e extraordinária revolução que permanece até hoje, enquanto aquelas em que se desembainharam espadas, ou que se fizeram à custa de tiros de canhões ou de metralhadoras, desaparecem, uma a uma, porque nada feito com violência e força permanece. Só o amor continua sendo a grande semente capaz de produzir algo para a Humanidade.

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Muito obrigado a V.Exa. pelo testemunho que deu das dificuldades que a Oposição enfrentou no Estado da Guanabara. Mas, segundo informação que possuo, essas dificuldades se verificaram em todo o país.

Pouca gente tem entendido as implicações de ser um verdadeiro cristão em face de um Estado que não prima pelo estabelecimento da justiça e que, em muitos aspectos, viola frontalmente esses postulados.

Volto às páginas da Sagrada Escritura, para explicar o relacionamento do cristão com o Estado. Gostaria de lembrar aos ilustres deputados mais um detalhe.

Certa feita, um advogado fez a Jesus uma pergunta mais ou menos nestes termos: “Que devo fazer para garantir a vida eterna?” Jesus respondeu citando uma passagem da lei: “Amarás ao Senhor teu Deus de todo o teu coração, de toda a tua alma, de todas as tuas forças e de todo o teu entendimento: amarás teu próximo, como a ti mesmo”. E concluiu: “Fazei isso e viverás”.

O doutor em leis tinha levantado a questão de como garantir a vida futura. Jesus respondeu apresentando o sentido da vida. Pouco importava para o Mestre a especulação sobre o que estava além da morte; saber viver com os homens, na situação atual em que nos encontramos, é que nos parece fundamental.

---

“Mas quem é meu próximo?”, perguntou novamente o doutor. Parece incrível que essa pergunta seja feita. Mas é assim mesmo nos dias que correm. É nestes dias que os padres precisam estar presentes, e eles se confundem na dimensão político-social da fé. Estão procurando ouvir esse grito de angústia. Não se perdem em especulações filosóficas para garantir o futuro da vida nem a vida no futuro, mas procuram integrar-se diretamente nos problemas que nos afligem, principalmente os sociais, sem estarem alienados dessa realidade que nos constrange, dessa realidade que pode ser exposta sem qualquer partidatismo, sem qualquer paixão política, na apreciação de todos quantos queiram dar uma verdadeira dimensão às suas convicções cristãs.

## Visão do presente

Sempre houve e haverá a tentação de olharmos tanto para as soluções ideais que perdemos a visão do mundo a que somos enviados para nele influir diretamente; de pensarmos tanto no futuro que perdemos a visão do presente; de pensarmos tanto em ideais e idéias que perdemos a visão do homem real, o nosso próximo, os negros norte-americanos, os posseiros da Prelazia de S. Félix, o homem concreto que vemos oprimido, a sofrer.

## Quem é o nosso próximo

Pergunta inquietante que não tem sensibilizado a maioria das igrejas do mundo rico, fundamentalmente preocupadas com seus negócios internos, sua vasta estrutura burocrática, suas atitudes meramente pietistas.

Gostaria de recordar aos Srs. Deputados que os mais belos salmos da binologia cristã foram escritos no tombadilho de um navio negreiro, para mostrar a que ponto chegou a alienação de uma Igreja que não se sensibilizava, que não se conturbava, que não se perturbava diante do sofrimento humano. Hoje, a intenção de se refugiar nos mosteiros, a intenção de uma política absenteísta da Igreja está felizmente sendo superada a golpes de audácia e do risco pelos sacerdotes que entendem a missão profética da qual foram imbuídas pelo verdadeiro espírito cristão.

Seria mais cômodo que as igrejas pudessem viver sem a visão perturbadora dos paroquianos oprimidos da igreja de S. Félix, dos desempregados, dos famintos e dos subnutridos, dos perseguidos e dos explorados, da paz sem justiça, da ordem sem esperança, da opressão em lugar do direito. Mas é precisamente isto que uma igreja verdadeiramente

engajada nos ensinamentos do Nazareno jamais poderá fazer. Convidado pelo doutor da lei a discutir sobre o conceito de próximo, o Mestre responde com uma história – a parábola do Bom Samaritano. É curioso observar que passaram ao largo, deixando aquele homem ferido e marginalizado, dois representantes da mais alta categoria social e religiosa da época: um sacerdote e um levita. Nota-se nos dias que correm o mesmo sentido de marginalização das categorias mais humildes por parte não apenas da Igreja-instituição, mas de autoridades governamentais que confessam que o Estado vai bem, mas o povo vai mal.

Os planos mirabolantes enquadrados pela tecnocracia dizem que a Amazônia vai bem. O bispo de S. Félix atesta com documentos irretorquíveis que o povo vai mal. Como o Samaritano da parábola, fez o que era mais urgente, não se perdendo em dilemas filosóficos ou políticos que o deixassem inativo. Formou decididamente ao lado dos posseiros espoliados, perseguidos e maltratados.

Prezados companheiros, está sendo divulgado na imprensa um chorrilho de publicações que procuram denegrir e minimizar a atitude sacerdotal e profética daquele prelado. Já se procura acusar esse homem que teve a coragem de, num regime de força, dizer um basta, um não categórico e irretorquível à injustiça social e aos privilégios do latifúndio, esse homem de fé inequívoca, de convicções cristãs as mais puras e cristalinas, de ser um verdadeiro subversivo.

O conceito de subversão, Srs. Deputados, é hoje o grande espantalho que paira sobre esta Casa, onde o Governo sustenta em uma mão uma Constituição, que a todo momento procura revogar, diminuindo cada vez mais a participação das parcelas mais sugestivas do povo deste país, e na outra mão sustenta o AI-5, para lançar sobre todos os fantasmas do cerceamento da palavra, o fantasma das cassações e o fantasma da opressão, em lugar da justiça. Hoje em dia, vozes se levantam para denunciar essa situação; surgem protestos e manifestações legítimas. E nós, da Oposição, temos afirmado aqui, de maneira clara e irretorquível, que não somos partidários da violência. O nosso povo a repele, seja a violência da opressão, seja a violência da subversão. É preciso que este Congresso tenha a coragem moral de erguer-se em seus próprios pés para lançar bem alto o brado de que nem tudo no país vai bem e a opressão hoje faz parte da filosofia do Governo.



O Sr. Dayl de Almeida – Nobre deputado, ninguém, em sã consciência, a não ser que tivesse a sensibilidade de um Pangloss, poderia dizer que tudo vai bem sobre a face da Terra, que tudo vai bem em nosso país. Entretanto não podemos desviar a visão dos grandes horizontes para os pequenos nódulos que se formam – desagradavelmente, confessamos – por sobre a carta geográfica da Pátria. E não podemos também perder a visão de conjunto da análise dos textos evangélicos. Não sou doutor no assunto, talvez até o menos indicado para tratar da matéria, porque não passo de um aprendiz de cristão, lutando para viver cristãmente a sua vida. Mas não podemos perder a visão conjunta do Evangelho. A Mensagem cristã, vista sob um prisma por V.Exa., é de uma beleza encantadora. É a presença reformadora da Mensagem evangélica num mundo descristianizado. Temos, porém, de ver também outro aspecto do problema, porque me pareceu à sensibilidade que V. Exa. estaria minimizando os aspectos contemplativos, os aspectos místicos, os aspectos do plano da Graça, da santificação, relativamente ao problema do engajamento. No mesmo Evangelho que V.Exa. citou – e citou bem – há uma expressão do próprio Cristo que V.Exa. invocou – e invocou bem, porque se invoca sempre bem o nome do Cristo – no sentido de que se deve dar a César o que é de César, e a Deus o que é de Deus. Há outra expressão: “Busque-se primeiro o plano de Deus e tudo o mais será dado por acréscimo”. Na visita à casa de Marta, de Maria e de Lázaro, Cristo faz o louvor da contemplação, em detrimento da ação. Compreendemos perfeitamente a posição que V.Exa. assume, porque é uma posição de luta, é uma posição pró-reforma daquilo que não se compatibiliza essencialmente com a Mensagem cristã. Compreendemos perfeitamente, mas não podemos deixar de lado a outra grande dimensão dos problemas cristãos que ainda é o problema da santificação.

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Agradeço a V.Exa. o aparte e registro com muita satisfação a intimidade do ilustre líder da Maioria com os textos evangélicos. Se tivéssemos, Sr. Deputado, essa intimidade em maiores proporções com os aludidos textos, quem sabe se os problemas que afligem este país teriam outra dimensão? Mas V.Exa. afirmou, para efeito de argumentar, que talvez seja fundamental uma atitude contemplativa por parte da Igreja. Há uma passagem bíblica em que Jesus foi pressionado por elementos que não estavam realmente interessados numa doutrinação, senão em vê-lo embaraçado. Mostraram-lhe uma moeda e perguntaram o que deveriam fazer com ela e se deveria ser prestada obediência a César. Naquela época – e isso vem fortalecer exatamente a linha de pensamento

que estou defendendo –, qualquer pessoa que estabelecesse limitações ao poder de César incorreria fatalmente na lei de segurança imperial. E o Senhor Jesus estabeleceu limitações a esse poder. Quando disse “Dai a César o que é de César”, mostrou o caráter temporal da prestação de serviços, do respeito, da participação ao Estado.

Por outro lado, Sr. Deputado, dizer-se, naquela época, que essa obediência não era absoluta, não era cega, não era total, seria fatalmente incorrer em crime contra a segurança imperial. Ninguém podia – e há certa similitude com os dias que correm – naquele tempo, contestar a autoridade absoluta e suprema de César. “Dai a César o que é de César” era precisamente limitação ao absolutismo político da época.

Continuando, Srs. Deputados: há muito de cinismo nas acusações de subversão. Não é apenas falta de coragem moral. Não é apenas a tentativa inclusive de alguns parlamentares que se sentem atraídos a prestar serviços não solicitados ao Governo, denunciando e insinuando que colegas seus, por defenderem atitudes cristalinamente democráticas, cristalinamente cristãs, estão incorrendo nos famosos desbordamentos da subversão. Essa atitude do bispo da Prelazia de São Félix é uma atitude cristã, segundo posso depreender do reparo feito pelo ilustre líder da Maioria. Não temos dúvida de que essa atitude de um sacerdote que, embora respeitador da lei, resolveu dizer um basta à opressão acolitada por um governo estadual fatalmente provocará as costumeiras reações daqueles que velhacamente procuram identificar em tudo a subversão. Dizia D. Pedro Casaldáliga: “A injustiça tem um nome nesta terra: o latifúndio. Esperamos” – continua aquele prelado – “que nenhum cristão com vergonha caia no cinismo de qualificar-nos como subversivos”.

Não tivemos, Srs. Deputados, a pretensão de abranger, nestes breves momentos, toda a problemática do relacionamento do cristão com o Estado. Será, contudo, muita insensibilidade social e política não entender o protesto divino e humano contra o mundo tal como ele é. Há lágrimas que precisam ser enxutas, feridas que precisam ser curadas, instrumentos de injustiça e opressão que devem ser quebrados para que o homem venha a usufruir da sua filiação divina, a “redenção do corpo”.

Srs. Deputados, permito-me repetir que, nesta época em que há como que uma diminuição do Congresso Nacional, em que o apetite voraz do Executivo sobre as atribuições desta Casa está cada vez mais intenso e irreprimível, em que existe possivelmente uma tentação para

nos acomodarmos, numa época em que se procura também qualificar de subversão toda a legitimidade dos movimentos de inconformismo, gosto de terminar sempre a minha fala com a expressão usada por um pastor da minha Igreja, a Igreja Confessante Alemã, pouco antes de ser sacrificado ao regime hitlerista. O pastor Martin Niemöller disse o seguinte:

“Primeiro, eles vieram buscar os comunistas; não falei nada porque eu não era comunista; depois eles vieram buscar os judeus; não falei nada porque não era israelita; depois eles vieram buscar os operários sindicalizados; não falei nada porque não era operário sindicalizado; depois vieram buscar os católicos, os membros de outras igrejas que não a minha; não falei nada porque era protestante; então vieram buscar-me e, quando isso ocorreu, não restou ninguém para falar.”

Ouçó V. Exa.

O Sr. Grimaldi Ribeiro – Apenas para participar da evocação evangélica que V.Exa. vem fazendo, gostaria de completar o quadro, lembrando que diante de Pilatos, que representava o poder político e, no caso, absoluto, Jesus Cristo disse que sua autoridade, como toda autoridade, vinha daquele que o enviara.

Se V.Exa. aceita o Evangelho, como eu também aceito, deve aceitar o princípio de que toda autoridade vem do alto, vem de Deus. Mas, voltando ao debate dos assuntos temporais, que são os nossos, quando V.Exa. invoca o AI-5, sob cuja égide todos nós nos elegemos, legislação de exceção e legislação revolucionária sob cujos termos todos fomos à praça pública, não somente nós da Arena, mas V.Exa. e os seus companheiros do MDB, que tanto nos honram com sua companhia e ao Congresso com suas luzes, todos nós fomos à rua, à praça pública, ao povo, e recolhemos da soberania popular o sufrágio que nos fez seus representantes nesta Casa. V. Exa. representa o povo brasileiro nesta Câmara dentro de uma legislação que está definida também no AI-5. Mas V.Exa. sabe disso melhor que eu. De forma que nós, de certa maneira, estamos renovando um debate que já se tornou ocioso nesta Casa desde o primeiro semestre do ano passado. Apenas lembraria, para incorporar ao brilhante discurso de V.Exa., que ainda recentemente, quando ocorreram em Paris aquelas desordens e ainda era presidente da República francesa o general De Gaulle e seu ministro da Cultura o grande escritor André Malraux, este, com aquela autoridade que lhe deu participação e risco de vida em todos os episódios deste século, respondeu com uma interrogação

aos que acusavam o governo do general De Gaulle – que modernizava a estrutura do Estado da França, tal como a Revolução de Março vem fazendo com a estrutura e a legislação brasileira, preparando o país para o desenvolvimento econômico e social, para as instituições estáveis e democráticas – e a mesma interrogação faço a V.Exa.: onde já se viu ditadura, onde já se viu opressão com eleições e com o povo votando?

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Ao Sr. Deputado, que fez um discurso paralelo sobre diversos assuntos e disse até alguma coisa sobre o que estávamos falando, eu gostaria de lembrar o seguinte: evidentemente fomos eleitos sob a égide do AI-5. Evidentemente hoje participamos, conscientemente, de um regime de força. Mas eu gostaria de lembrar o exemplo de um governante que afirmou: “Como o crime não pode ser evitado, então vamos regulamentar o crime”. Na defesa que V.Exa. faz do regime de exceção, creio que quer institucionalizar precisamente esses atos que talvez sua consciência jurídica e democrática não aceite. Não vamos tentar regulamentar o AI-5, porque continuamos achando que é uma excrescência em qualquer regime democrático, em qualquer regime normal. Se este Governo foi estabelecido, segundo se disse inicialmente, para espancar a subversão e a corrupção, depois de oito anos de atividade, é o caso de perguntarmos: a subversão e a corrupção foram extintas ou permanecem? Se permanecem, então o Governo tem de confessar sua incompetência e dizer que o regime de força foi estabelecido não como coisa passageira e temporária, mas porque ele crê – e crê firmemente – que esta é a única maneira que encontrou para governar.

*O Sr. Grimaldi Ribeiro – Não apoiado.*

O SR. PRESIDENTE (*José Haddad*) – Solicito ao nobre orador que termine suas considerações, de vez que seu tempo está esgotado.

O Sr. JG de Araújo Jorge – Permitiria V.Exa. um brevíssimo aparte? Eu queria dizer, em aditamento a sua resposta ao aparte do ilustre deputado Grimaldi Ribeiro, que realmente participamos de uma campanha política e a Constituição era a de 1969. Mas, quando fomos para as ruas, fomos para combater o AI-5, enquanto a Arena ia para defendê-lo. E, quando nos empossamos aqui, todos nós, do MDB, nos empossamos com a ressalva de que jurávamos a Constituição sem o seu art. 182. Se quiséssemos até diferenciar os dois partidos, o MDB da Arena, de maneira simples e sumária, diríamos que a nossa Constituição tem apenas 199 artigos, enquanto a Constituição da Arena tem 200.

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Mas V.Exa. está apenas se colocando numa posição contrária a de um deputado que, por convicção própria, entende e defende que deve ser institucionalizado o regime de exceção, de um ato excepcional.

O Sr. Dayl de Almeida – A Revolução não foi implantada neste país com apoio do povo e das Forças Armadas simples e exclusivamente para erradicar a subversão e a corrupção. Foi, também, para implantar uma mudança de métodos. Foi para estabelecer um processo histórico de demarcação para o desenvolvimento. Foi para fixar o país nos seus limites grandiosos geograficamente, para projetá-lo nos seus limites históricos, que devem ser ainda mais grandiosos.

A Revolução não podia em oito anos, Sr. Deputado – e nenhuma revolução faria isso em oito anos –, mudar estruturas, mudar mentalidades e iniciar um novo ciclo no processo histórico de uma nação. Lamentamos, como V.Exa. lamenta, que tenhamos de utilizar instrumentos de defesa do Estado e do programa revolucionário para que esse programa e essa defesa se realizem plenamente.

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Essa afirmativa de que a Revolução foi feita com as Forças Armadas é um fato irretorquível. Não irei contestá-lo. A nós, da Oposição, e aos ilustres companheiros da Arena só resta uma condição, uma aspiração: a de que venha um general diferente. Mas há outra afirmativa de V.Exa. a qual me parece podemos colocar em dúvida: é a de que a Revolução foi feita pelo povo. A cada dia que passa, Sr. Deputado, verificamos o seguinte: hoje tem sido voz corrente, através de uma propaganda caríssima e unilateral que constitui um dos aspectos fundamentais da filosofia oficial, que o povo está com o Governo. Mas, em todas as ocasiões em que esse povo tem a oportunidade de se manifestar, este mesmo Governo veda tal oportunidade, seja através de sindicatos oprimidos, seja até nas próprias eleições indiretas, dentro de um sistema de pré-seleção de nomes. Em tudo isso, e com a censura dos periódicos, das revistas e dos livros, como é que se pode afirmar que o povo está contente com o regime aqui vigente?

O Sr. Dayl de Almeida – V.Exa. está fugindo a uma resposta, entrando em outros temas, à modéstia e à simplicidade do meu aparte. De que a Revolução foi feita com o apoio do povo não há dúvida, porque não houve nem contra quem lutar; que a Revolução continua a ter o apoio do povo está insofismavelmente comprovado com a vitória

absoluta nas eleições majoritárias realizadas para o Senado Federal e com a vitória esmagadora da Arena nas eleições proporcionais para a Câmara dos Deputados.

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – *Quem tem medo de Virgínia Wolf?* é o título do filme o qual gostaríamos que o general que ocupa a Presidência da República visse, porque, se a certeza manifestada pelos ilustres deputados que compõem a Situação fosse assim tão firme e tranqüila, por que não se permitir que esse povo se manifeste?

O SR. PRESIDENTE (*José Haddad*) – V.Exa. está com o tempo esgotado há dez minutos e ainda há dois oradores inscritos no Grande Expediente.

O Sr. Marcos Freire – Sr. Deputado, haveria a estranhar tão somente, no aparte do ilustre líder da Arena, que S.Exa., ao invocar os motivos e os propósitos determinantes no movimento político-militar de 1964, tenha omitido aquela bandeira de resguardo da democracia, de defesa da liberdade, que foi realmente levantada naqueles dias do ano de 1964. A estranheza só não é maior porque é a mesma omissão praticada por Sua Excelência o Presidente da República, que, na sua locução do último dia 31 de março, relembra os propósitos desse movimento político-militar, relativos à ordem, ao progresso, à segurança, sem que Sua Excelência, o supremo magistrado desta Nação, por uma vez sequer especificasse aquela bandeira de liberdade, sem que uma só palavra dissesse respeito ao regime democrático que naqueles idos de março era acenado como um dos motivos básicos, o do resguardo de uma Constituição que foi golpeada, o da preservação de uma liberdade que, na verdade, foi burlada, o da manutenção e do resguardo do regime democrático que, na verdade, se esfumou neste país. Eram apenas esses os reparos que gostaria de deixar assinalados.

O Sr. Êlcio Álvares – Permite V.Exa.?

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Vou ter de terminar, ilustre deputado, porque já fui advertido duas vezes pela Mesa. Se a Mesa conceder, é sempre um prazer e uma ilustração ouvir V.Exa.

O Sr. Êlcio Álvares – Gostaria de solicitar à Presidência da Mesa que nos permitisse o aparte, pelo prazer imenso de ouvir V.Exa. e também pela satisfação de ingressar em seu pronunciamento. Deputado Lysâneas Maciel, nós hoje nos congratulamos, porque V.Exa. transborda do

brilhanismo da Comissão de Constituição e Justiça para a solenidade maior do nosso Plenário. Mas há um ponto, deputado Lysâneas Maciel, na fala de V.Exa. que merece ser contestado de plano. Quando se fala, nesta Casa, em regime democrático, nós devemos falar como todo indivisível, para que esse regime democrático seja preservado. Se a Revolução, hoje, toma medidas excepcionais é porque nosso país, onde há um surto de desenvolvimento fora do comum, que não podemos negar de forma nenhuma, nosso país, que permite a todos nós comungar no exercício da crítica, como V.Exa. o faz neste instante, está envolvido num anel, num cinturão de verdadeiros atentados contra as liberdades individuais. V.Exa. há de examinar na América do Sul, há de examinar nos países vizinhos, principalmente hoje nessa sofrida Argentina, e verificará que o terrorismo transborda lá de maneira absoluta, agredindo os militares e fazendo com que homens de empresa paguem com a sua vida aquele tributo que não desejamos de maneira nenhuma. Se hoje mantemos aqui um clima em que são necessárias realmente essas medidas, Excelência, é porque tivemos em São Paulo a antecipação do que aconteceu na Argentina, é porque o nosso desenvolvimento maior nos coloca no concerto mundial como um país em que não há nenhum milagre econômico, mas sim o esforço extremo dos seus dirigentes para lhe dar um lugar ao sol. O país não pode de maneira nenhuma ficar sujeito à sanha desses elementos que na Argentina derrubaram pessoas de proeminência no exército e na indústria privada. Tentaram aqui também, fracassadamente, diga-se de passagem, fazer com que esse clima se instaurasse no país. Quando V.Exa. fala em liberdade, há de atentar para o fato de que, a fim de defender o regime em que estamos, a fim de defender o nosso país, é necessário que o Governo tome medidas severas. Se V.Exa. critica, neste instante, o *status* que se estabeleceu no Brasil, devemos dizer que esse *status* nada mais é do que o resguardo ao direito de V.Exa. usar a tribuna nesta oportunidade.

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Srs. Deputados, as demonstrações de fidelidade ao sistema e ao Governo, do ilustre deputado Êlcio Álvares são por demais conhecidas; e, se registro, mais uma vez, essa fidelidade ao sistema, é mais para prestar homenagem à inteligência de S.Exa. do que propriamente porque ele tenha trazido algo de novo à nossa apreciação.

Concluo, Sr. Presidente: quando tentamos, em rápidas pinceladas, estabelecer algumas premissas no relacionamento dos cristãos com o Estado, queríamos demonstrar a nossa preocupação de que este Congresso não caia inelutável e irretorquivelmente nesse círculo de ferro

que está sendo proposto aos Srs. Parlamentares, de que todas as formas, todas as manifestações legítimas de inconformismo, legítimas manifestações das parcelas mais expressivas do povo brasileiro, possam ter um canal comum; e de que nós possamos participar de uma obra que seja realmente para o atendimento dos interesses do povo brasileiro, esse povo tão espoliado, tão oprimido, do que é exemplo o que está ocorrendo na Diocese de São Félix. Queremos ter a liberdade simples de ir a um canal de televisão e dizer que D. Hélder Câmara está realizando uma obra meritória para os interesses das classes menos favorecidas; queremos ter o direito de dizer que não deve haver proibição à livre manifestação do pensamento, tão apregoadada. Queremos manifestar, Sr. Presidente, que não é contestação dizer que todos os instrumentos que cerceiam a liberdade do povo e que evitam que o povo participe do progresso econômico e da vida política do país não devem ser admitidos nem apreciados; devem ser repelidos por um Congresso soberano que tenha respeito por si mesmo. São essas pequeninas coisas fundamentais que queremos defender, à luz de uma interpretação, inclusive – e não nos pejamos de enunciar – bíblico-teológica. Essas as considerações que queria deixar à apreciação dos ilustres Srs. Deputados.

---



## REPELIMOS AS DITADURAS DE DIREITA E DE ESQUERDA<sup>109</sup>

---

*Refuta insinuação do líder da Maioria de que deputados do MDB estariam recebendo instruções do Partido Comunista Brasileiro, baseada em documento apreendido pela repressão, numa célula da agremiação. Solicita à Mesa a inscrição, nos Anais, de tal documento. Pede informações sobre o paradeiro de presos políticos e defende a concessão do direito de defesa aos mesmos.*

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Sr. Presidente, verifica-se, de tempos para cá, que algumas meias verdades têm sido assacadas contra o comportamento de diversas parcelas da população brasileira e, inclusive, como aconteceu hoje, lamentavelmente, contra parlamentares da Oposição, desculpas feitas *a posteriori* não têm o condão de desmentir a gravidade das palavras aqui proferidas com relação a alguns companheiros nossos.

Sr. Presidente, é sabido que o MDB é contra a violência, é sabido que o MDB condena os atos de terrorismo, porque tem certeza de que o terrorismo não conduz a coisa alguma. O MDB repele, como o povo brasileiro, a violência. O MDB é contra o terrorismo que reprime, porque esse terrorismo condiciona o comportamento do terrorismo que subverte.

Ontem lemos que essa onda de terrorismo, que hoje grassa no país, existe em função principalmente da marginalização das parcelas mais expressivas de nossa população, da marginalização dos estudantes, da marginalização dos trabalhadores, da marginalização dos intelectuais e até da Conferência Nacional dos Bispos, colocada a todo instante sob suspeição, como se não tivesse o sagrado direito de participar do sofrimento do povo brasileiro.

Sr. Presidente, estamos mais uma vez reafirmando nossa convicção contrária à violência e à subversão. Mas quantas vezes aqui neste Plenário, quantas vezes nas Comissões, quase fomos obrigados a exibir estudantes, operários, trabalhadores supliciados, sem que a Maioria e o

---

<sup>109</sup> Publicado no *Diário do Congresso Nacional*, Seção I, de 18 de agosto de 1972, p. 2778.

Governo sequer se sensibilizassem com isso. Citam casos esporádicos de elementos que estão envolvidos com o terrorismo, que não interessa a ninguém, principalmente ao MDB, mas não citam centenas de casos, como especificamente o de Goiás, onde foi “suicidado” mais um estudante, foi “suicidado” mais um brasileiro.

Queremos ver o que o líder da Maioria, tão afoito, tão violento, tão eloquente, tão professoral, tem a dizer sobre o que aconteceu com Ismael Silva. Será que ele estava engajado no processo de subversão? Que venham, então, as provas. Será que o líder da Maioria tem conhecimento de algum fato que os advogados e os militares ignoram? Os elementos ligados às Forças Armadas já estão sentindo o peso da condição de policiais, a que estão sendo levados, em desacordo com suas tradições. Quem forneceu esses elementos, que foram sonegados aos familiares e advogados?

Se amanhã fizerem uma acusação frontal contra o presidente do MDB ou contra o líder da Maioria, hoje em dia no Brasil serão obtidas não apenas uma, mas dez, vinte confissões. Quais são os métodos para se conseguir essas confissões? Qual o caminho que as autoridades policiais e algumas autoridades militares utilizam, ingênua ou deliberadamente, nesses episódios dos IPMs para obter confissões? Da forma como estão atuando hoje, essas autoridades não obterão – repito – uma confissão, mas dez, vinte, cem.

Hoje estão sendo envolvidos alguns companheiros de Goiás. Ontem foi morto um ex-parlamentar da Guanabara. Veja V.Exa., Sr. Presidente, a posição de um partido da Minoria. Quer-se esmagar esse partido, a pretexto de que condenamos a ditadura da direita quando somos inequivocamente também contra a ditadura da esquerda. Não queremos o ressurgimento da Câmara dos 40 neste país. Não pretendemos isso e não queremos também que apenas 1% da população, como acontece na União Soviética, decida os destinos do país. Não queremos esse tipo de governo, esse tipo de sistema político. Repelimos as ditaduras; repelimos a invasão da Tchecoslováquia; repelimos, alto e bom som, o esmagamento da mocidade tchecoslovaca pelos tanques soviéticos.

O que se quer talvez estabelecer aqui é exatamente o retorno ao nazi-fascismo, como muito bem disse Pedroso Horta. E muita gente de boa-fé, a pretexto de combater o comunismo, está até combatendo a Conferência Nacional dos Bispos, na volúpia e na loucura de vislumbrar em tudo o fantasma da subversão, que o Movimento Armado de 64 pretendeu acabar e que, oito anos depois, ao que parece, permanece vivo.

Sr. Presidente, entendo que as insinuações do líder da Maioria não podem, pura e simplesmente, ficar no ar. Por isso requeiro à Mesa que, usando dos dispositivos regimentais próprios – e creio que posso falar em nome do MDB; estou autorizado a tanto – apure, pois, quem sabe se esta Casa pode ajudar um pouco na implantação de justiça nestes casos, quais os elementos que estão subvertendo a ordem, quais os elementos que estão tentando estabelecer o caos no país. Mas, Sr. Presidente, que se permitam advogados a esses homens que estão sendo interrogados agora, para que a eles seja acenada uma possibilidade de defesa, ainda que de acordo com a Lei de Proteção aos Animais, já invocada por um eminente advogado do Estado da Guanabara. Que lhes seja proporcionado um mínimo de defesa; que não lhes sejam arrancadas confissões e insinuações. E, já que as autoridades dos IPMs foram tão generosas para com o eminente deputado Nina Ribeiro, fornecendo-lhe praticamente em poucos minutos esses elementos, que esses dados, Sr. Presidente, sejam também entregues aos advogados, aos familiares dos presos, que não têm o menor contato com eles, porque em regime de incomunicabilidade; que se possa, Sr. Presidente, apenas isto, tentar fazer o mínimo de justiça.

O MDB é pela ordem. Mas o que gera a desordem é a injustiça, Sr. Presidente. Se houvesse justiça, nós, do MDB, não teríamos nada a falar; nós, do MDB, não teríamos nada a alegar, porque o povo estaria atendido, não teríamos sequer de ir às prisões. Defender o quê, Sr. Presidente? Portanto, o que pedimos é que se reexaminem os métodos, permitindo-se o mínimo de participação, a fim de que esta Pátria não tenha apenas progresso setorial econômico, mas possa realmente apresentar-se aos olhos do mundo, de cabeça erguida, sem que seus representantes, muitas vezes, tenham de sair dando satisfações em congressos internacionais do que nela se passa.

Sr. Presidente, há pouco tempo, a esposa de um diplomata brasileiro reclamava a presença do seu marido, que estava sendo sacrificado pelo terrorismo no Uruguai. Naquela mesma época, a esposa de um professor não condenado, cuja culpa não foi provada, reclamava o corpo do seu esposo para lhe dar um enterro digno.

Vamos acabar com esses fatos em nossa terra, Sr. Presidente. Nosso povo repele a violência e ama a justiça. Vamos imitar um dos primeiros presidentes da Revolução, que permitiu que 50 mil moços desfilassem pelas ruas da Guanabara, sem que houvesse atos de terrorismo.

Sr. Presidente, requeiro, em nome do MDB, que os elementos fornecidos ao deputado Nina Ribeiro sejam colocados à disposição da

Mesa e, ao mesmo tempo, constem dos Anais para que possam ser examinados. E, já que S.Exa., Sr. Presidente, tem tanto acesso aos corredores policiais e militares, que dê informações sobre a maneira pela qual foi “suicidado” o jovem Ismael Silva, há dez dias passados, e envolvido nos mesmos episódios.

É o requerimento que apresentamos, Sr. Presidente, pedindo, ao mesmo tempo, que nos seja informado também o paradeiro desses presos e o estado em que se encontra o interrogatório, a fim de que esta Câmara tome conhecimento real e efetivo do que está acontecendo. Quanto aos que violaram a Lei de Segurança Nacional, Sr. Presidente, o MDB entende que, provada as violações eventuais, que assumam a responsabilidade dos seus atos.

É esse o requerimento que faço a V.Exa.

---

## ESTA CASA AINDA VOLTARÁ A SER UM PARLAMENTO<sup>110</sup>

---

*Discorre sobre a situação política provocada pelo regime militar no Brasil, em que o Executivo atribui-se a criação legislativa, cuja execução lhe cabe, e em que o Parlamento se transformou em nada e o Governo em realidade absoluta.*

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Sr. Presidente, Srs. Deputados, parece-nos imprescindível observar em primeiro lugar, que deve ter respingado no Departamento de Ciências Sociais da Universidade de Brasília as costumeiras restrições que atingem todos aqueles que se dedicam aos setores das Ciências Humanas no país.

Entendemos como superficial a generalização de que no Brasil se repetiu o fenômeno do Executivo forte observado na maioria dos países. O caso brasileiro é diferente, e não apenas este ângulo deve impressionar o analista, sob pena de estarmos desatentos ao perigo de formação de um pensamento nacional militarista inspirado no mundo do tecnocracismo e argentarismo.

O Executivo dispõe no momento de competência para atribuir-se a criação legislativa cuja execução lhe cabe, ou seja, o direito de fazer a lei para aplicá-la a seu arbítrio. Não somente fazer a lei e aplicá-la, mas até julgar-se a si mesmo na eventual interpretação das normas, conforme salientou o ministro Adaucto L. Cardoso ao renunciar a seu cargo no Supremo Tribunal Federal.

A isso soma-se a atual situação característica apenas do regime brasileiro, em que o presidente da República possa sustentar em uma das mãos a Constituição e na outra o AI-5, poder sem paralelo em qualquer nação que pretenda adotar o regime democrático.

A pretexto de manter a ordem e a segurança, desculpas constantes, são suprimidas as demais liberdades submetendo-se todas as formas de expressão à verificação prévia e ao arbítrio de autoridades.

---

<sup>110</sup> Publicado no *Diário do Congresso Nacional*, Seção I, de 18 de outubro de 1972, p. 4341.

Este rude tratamento dispensado a todo povo e notadamente à classe política, sobretudo seu enquadramento a estilos impossíveis para parlamentares descompromissados, gerou o Congresso que aí está, cujos poderes são analisados pelo Departamento de Ciências Sociais de Brasília. As lideranças legítimas minguaram em face deste eficiente processo. O parlamentar se transformou em nada, e o Governo em realidade absoluta, detentor exclusivo da verdade. Os dirigentes remanescentes da destroçada classe política são selecionados pelos critérios do incondicionalismo ao Governo.

Essas observações preliminares se impõem no contexto da análise feita pela Universidade de Brasília. Ao analisar e julgar um parlamento, a rigor se julga a própria nação, que no caso não se encontra legitimamente representada no Congresso em face das restrições salientadas.

Há no momento uma campanha de detratção internacional, que se observa até em certos países cultos, envolvendo em descrédito o sistema representativo.

Mas não temos dúvidas em afirmar que, no espírito dos bens formados, há uma certeza: é a de que não existe qualquer mecanismo que possa substituí-lo na civilização contemporânea. As civilizações, de construção humana, têm seu próprio bojo no caráter do incompleto, do provisório, pois nenhuma elaboração humana é definitiva.

Compreendemos que um grupo que toma o Poder com intenções de modificar o estado em que se encontra o país tem de constituir um Executivo forte em detrimento principalmente do Legislativo. Embora não desejável, a utilização da força é compreensível, mas a perpetuação das limitações impostas no primeiro momento é sintoma de intenções que nada tem a ver com as intenções do povo.

Na medida em que se prolonga o regime de exceção brasileiro e diminui a atividade parlamentar, parece-nos lícito perguntar: trata-se de um Governo forte ou será que ele só acredita na força e nela encontra o único meio de se manter no poder?

*O Sr. Lomanto Júnior* – Deputado Lysâneas Maciel, em que pese à admiração que tenho pelo talento de V.Exa., não posso deixar de manifestar minha inteira discordância às palavras que neste momento profere. O discurso de V.Exa. está eivado de exageros e marcado, infelizmente, por um radicalismo que a todos surpreende. V.Exa. é injusto ao fazer certas afirmações a respeito do Governo que dirige os destinos do nosso país. Estamos vivendo um processo revolucionário que teve início em 1964.

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Até quando, V.Exa.?

O Sr. Lomanto Júnior – A Revolução procurou preservar, acima de tudo, os princípios democráticos. Não permitiu o encerramento das atividades legislativas. É uma Revolução constitucional, uma Revolução que dispõe de dispositivos fortes, mas tem sido comedida ao usá-los. V.Exa. não pode citar um só caso em que este Governo tenha aplicado o Ato Institucional para atingir este ou aquele político.

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Está V.Exa. se referindo à Bahia apenas ou ao país todo? Eu não teria tempo para citar aqui as cassações feitas sem critério.

O Sr. Lomanto Júnior – Referi-me ao país, ao comportamento do atual Governo. O Ato Institucional efetivamente tem como objetivo principal, durante o processo revolucionário, a preservação da ordem pública, a manutenção da própria democracia. Ele tem sido usado contra aqueles que, a título de defender a democracia, procuram por todos os meios enxovalhá-la ou destruí-la. É um recurso de que dispõe o Governo para manter a ordem pública, para preservar o regime e evitar que o país retorne àquela situação de descalabro, no caos em que se encontrava, prestes a ser dissolvida a própria democracia e implantado o regime de terror, regime de exceção. Este, sim, não admitiria estivesse V.Exa. nessa tribuna criticando o Governo com prerrogativas de deputado da Oposição. Pode V.Exa. tecer as críticas que lhe aprouver, mas não posso ouvir sem contestar críticas injustas que V.Exa. dirige ao atual Governo. Até o momento V.Exa. não citou nenhum caso em que o atual Governo tenha usado dos instrumentos de que dispõe para atingir este ou aquele político. Há comedimento, há preocupação extrema no sentido de evitar injustiças. O Ato Institucional está aí, sim, para preservar a ordem, impedir que o país retorne ao caos, à desordem em que já viveu.

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Perguntei ao ilustre aparteante se pedia exemplo de cassações de mandatos ou de direitos políticos na Bahia, pois estranhava o seu desconhecimento. Ouço o deputado João Borges.

O Sr. João Borges – O nobre deputado Lomanto Júnior parece não ter notícia dos atos do Governo, do arbítrio do Governo, fazendo silenciar o que se passa nesta Casa. O que os deputados dizem da tribuna a imprensa está impedida de divulgar. Mas o Governo diz que o país está em paz. Se está em paz, por que manter os atos de exceção? Faz muito bem V.Exa. em levantar a sua voz dessa tribuna que tanto enobrece. V.Exa. não é uma

consciência silenciosa como muitas. No momento em que devem pronunciar-se, silenciam. E é oportuno, neste ano do sesquicentenário, lembrar aquela advertência do Patriarca: “A verdade muda conduz à tirania”.

*O Sr. Lomanto Júnior* – V.Exa. permite um aparte?

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Disponho de pouco tempo. V.Exa. já tomou sete minutos daquele que me é destinado, mas é um prazer ouvi-lo.

*O Sr. Lomanto Júnior* – Nobre deputado, fui convidado ao debate pelo meu ilustre conterrâneo, deputado João Borges. Em que pese ao respeito que tenho ao meu velho companheiro do Partido Libertador, por quem fui liderado, quero lembrar a S.Exa. que o próprio *Diário do Congresso* publica diariamente os pronunciamentos feitos dessa tribuna, seja dos que integram a bancada do Governo, seja dos ilustres representantes da Oposição. Até hoje o presidente Emílio Garrastazu Médici não cassou nenhum mandato e não atingiu nenhum político com o Ato Institucional.

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – A afirmativa de V.Exa. tem característica que agora é uma constante entre os representantes da Arena. Eles parecem declamar bons conselhos em cuja eficácia não acreditam.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, fiz um ligeiro intróito apenas para demonstrar que não estou citando casos hipotéticos. Hoje temos notícia de que uma das mais valorosas categorias profissionais que compõem a classe trabalhadora do Brasil, a dos empregados nas empresas de crédito, teve de entregar a direção de sua entidade sindical ao Governo, em face dos vetos que impediram a eleição de líderes legítimos daquela classe, e com uma agravante: o presidente em exercício da entidade, Sr. Ruy de Brito, presidente da Contec desde 1965, declarou que se desconhecem as razões do veto às lideranças sindicais, uma vez que o próprio chefe da Divisão de Segurança e Informações do Ministério do Trabalho informou aos dirigentes sindicais que o procuraram que o Sr. Ruy de Brito não é comunista nem corrupto. É conhecido, porém, o sentimento das autoridades do Ministério do Trabalho e Previdência Social com relação às opiniões do ainda presidente do Contec, cujo mandato terminará segunda-feira, sobre a política salarial do Governo, sobre o Fundo de Garantia, sobre o PIS e sobre a existência do Conclap, órgão centralizador da cúpula patronal. Esse registro é feito pelo insuspeito *O Estado de S. Paulo*, que se tem notabilizado na defesa da política econômica do Governo. O que querem esses homens, que não têm qualquer registro, segundo os critérios do Governo, no que tange à corrupção, à subversão,



ou antecedentes criminais? Simplesmente o direito de se candidatarem à direção de suas entidades sindicais. E pede-se exemplo, aqui, de restrições aos direitos fundamentais das classes trabalhadoras. Pedem-se aqui, com certa tranqüilidade que não podemos compreender, exemplos de restrições às atividades políticas. Pedem-se exemplos até de restrições à liberdade de imprensa. Não podemos entender até onde vai esse incondicionalismo, essa política de serviços e de conformismos absolutos às diretrizes governamentais.

Transmiti uma análise, aqui, feita pela Universidade de Brasília, essa mesma Universidade que foi ocupada por tropas federais e hoje já está condicionada aos ditames do Governo. Entendem eles, então, que essa absorção do Poder Legislativo pelo Poder Executivo não vai trazer nenhum benefício ao país, não vai trazer nenhum benefício à classe política.

Ainda têm, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a tranqüilidade de pedir exemplo de cerceamento das liberdades, de manifestações livres de pensamento e dos condicionamentos que hoje são a tônica em todas as atividades neste país.

Sr. Presidente, se sobre os dirigentes dessas confederações não pesa qualquer suspeição, por que não se permite que assumam a direção de suas entidades de classe? **Por que marginalizá-los? O que o Governo quer** são homens sem envergadura, para colocá-los na direção dos sindicatos, para que as reivindicações dos trabalhadores não possam ser apresentadas em público. A esses homens não há nenhuma restrição.

Registra *O Estado de S. Paulo*: “Vetos impedem a eleição sindical”. E o Brasil ainda se permite o direito de contestar nas reuniões internacionais que as lideranças sindicais têm o amplo direito de se manifestar neste país.

Este registro é de ontem. Esses exemplos são inúmeros em todos os setores da vida do país, quer na imprensa, quer na vida estudantil, quer na classe trabalhadora. As restrições aí estão. E ainda se pedem exemplos de restrições e de cerceamento das liberdades neste país.

Onde iremos parar com esse incondicionalismo absoluto, aonde nos irá levar esse tipo de atividade que está pretendendo transformar o Congresso dependência do Governo? (*Não apoiado.*) Não há nada que possa encobrir a verdade desses fatos, e o julgamento da história vem tanto

para os indivíduos como para as nações e para o Congresso. Dia haverá em que esta Casa voltará a ser um Parlamento, e então veremos que contribuimos mais do que qualquer outra força, mais do que o próprio Executivo para o esvaziamento desta Casa.

Pedem-se exemplos e eu dou o exemplo de líderes sindicais – e V.Exa., deputado Lomanto Júnior, foi eleito pelo povo da Bahia – que não têm sequer o direito de se candidatar, apesar de não ter antecedentes que os comprometam. Depois de oito anos de experiência, Sr. Presidente, parece-nos lícito perguntar: será este Governo competente para reprimir a subversão e a corrupção ou será que acredita apenas na força como único meio para se manter no poder?

Era o que tinha a dizer.

---

## TRÁGICA ANOMALIA DEMOCRÁTICA<sup>111</sup>

---

*Discorre sobre a situação do movimento estudantil no país e a concentração de poder “gigantesca e arbitrária” do Executivo, que apresenta uma imagem nacional de paz e tranqüilidade.*

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Sr. Presidente, Srs. Deputados, tivemos a oportunidade de observar, nesses dias que correm, problema que afeta profundamente outra República da América do Sul. Por força de uma deterioração das lideranças políticas e da impossibilidade de novas surgirem, os militares da República Argentina viram-se obrigados a trazer de volta um ex-ditador, a fim de que aquele país pudesse fazer uma tentativa para sair do beco político em que se encontra.

Invoco esse exemplo, Sr. Presidente e Srs. Deputados, para que tenhamos em mente que o permanente esmagamento da classe civil muitas vezes pode conduzir a resultados semelhantes, se a classe política e a classe dominante não encontrarem o denominador comum para o beco em que se encontra, no meu entender, também o Brasil.

### Plano do Governo no malogro da renovação política

Fiquei profundamente impressionado com artigo que li no *Estado de S. Paulo* a respeito do assunto que vamos abordar no momento, pois o que ali transcrevia um jornal que, pelo menos até o presente, era como que um porta-voz das realizações do atual Governo, é uma triste e verdadeira síntese do que foi aos poucos acontecendo com os movimentos estudantis do Brasil.

A trágica anomalia democrática em que vivemos, representada pela concentração gigantesca e arbitrária do Poder Executivo, vem procurando apresentar uma imagem nacional de paz e tranqüilidade.

A palavra oficial nos diz que tudo vai bem, principalmente no meio estudantil. O poder exige esta palavra que vai, pouco a pouco, encontrando eco no planejado processo de despersonalização da juventude brasileira e de sua indiferença a temas essenciais ao país.

---

<sup>111</sup> Publicado no *Diário do Congresso Nacional*, Seção I, de 22 de novembro de 1972, p. 5131.

E o papel que esta deve desempenhar no processo político aflora sempre que alguma crise de valores ou no sistema vigente se manifesta. Quero versar a matéria com a isenção possível que o momento nos permite, pois a sufocação da classe estudantil, em termos de vida e escolha próprias, nos torna pessimistas em relação aos resultados que anos de interferência e fiscalização conseguiram realizar.

Mas gostaríamos de enfocar pelo menos os principais aspectos que vêm à mente sempre que o fenômeno é observado: o conteúdo ideológico das afirmações constantes por parte de elementos do Governo no sentido de encobrir o problema, ou seja: (1) a de que o estudante deve somente estudar e sua maior colaboração à Nação é se formar como um profissional eficiente, e (2) a taxação de subversivos para todos os movimentos que não sejam de apoio à atual administração do país, (3) aliados à censura e fiscalização da atividade estudantil.

## **O dirigismo contra o sistema representativo**

Qual seria, pois, o conteúdo ou componente ideológico da primeira afirmação? Que está por trás dessa declaração aparentemente óbvia e sadia?

Antes, porém, deixo claras minhas posições. O que vou dizer aqui deve ser visto como um pronunciamento de alguém que acredita na luta institucional e nela ingressou apesar de todas as restrições impostas a essa atividade no atual regime. Estou dizendo isso não por receio de represálias, sempre possíveis, como todos nós sabemos; mas – que não seja mal interpretado – na tentativa de sensibilizar aqueles que gostaria de ver em atividade e na busca de caminhos para lutar pela normalidade democrática e pela participação dos estudantes nos processos políticos do país. Faço isso registrando, ainda, que é bem intensa a campanha de desmoralização intencional da atividade política e descrédito do sistema. Deste sistema pode-se ter uma certeza que deflui dos espíritos bem formados; é a de que não existe qualquer mecanismo que possa substituí-lo na civilização contemporânea.

Isso posto, vamos verificar o conteúdo ideológico e tendencioso da afirmação. Há nela dois aspectos principais e cremos que o Governo, através de seus porta-vozes, conseguiu vislumbrar bem o seu aproveitamento.

---

O primeiro é o fato de que esta quietude por parte dos estudantes evita para o regime as críticas que inevitavelmente viriam por parte dos representantes de uma classe mais fluida, mais jovem, menos comprometida e mais sensível às necessidades de mudança.

Por natureza, a juventude contesta e os moços são fortes baluartes no sentido de defesa da dignidade humana, sabendo que a livre manifestação e o direito de crítica são imprescindíveis à sua manutenção. Não é preciso mencionar o fato de que os estudantes de todo o mundo participaram de todos os movimentos de libertação em todas as épocas da história da humanidade, e não consigo encontrar exceção no período contemporâneo. A juventude ainda não se corrompeu – em sua maior parte – pelo trato da divisão do poder, e, mesmo quando isso acontece, a própria classe se manifesta em contrário.

Não é lógico louvarmos os movimentos libertários do passado sufocando suas possibilidades no presente, e isto é, em suma, o que acontece atualmente.

O estudante deve participar do processo político para que não se utilize do que aprende de maneira a se colocar nas mãos dos poderosos de forma ingênua. Já vimos nesta geração muita utilização tendenciosa de intelectuais e cientistas que – por julgarem seu dever apenas o manuseio de seu instrumental técnico – desserviram a humanidade; e não estou falando somente do período de apogeu do nacional-socialismo.

Hoje em dia é preciso ter sempre em mente que esta utilização é eminentemente política e que um homem deve sempre perguntar para que estão utilizando seus conhecimentos. O componente ideológico contido na afirmação de que o estudante deve somente estudar está claro, uma vez que se levem em consideração os perigos existentes na interiorização por parte dos estudantes de mais este elemento castrador da vida nacional.

O homem precisa saber porque estuda e – o que é mais importante – o que estuda. Gostaria de lembrar que o uso da própria ciência não é neutro (embora a ciência possa ser), e basta para isto recordar aquilo que os governos de diferentes países consideram como área prioritária e a preferência dos regimes fortes pelo campo das ciências chamadas exatas. Não preciso alongar-me sobre o por quê disto.

Temos um exemplo que pode muito bem aclarar o que estamos dizendo em nossa vida nacional, através da obra e atitude do arquiteto

maior que é Oscar Niemeyer. Sua obra está sempre voltada para o homem e, se a orientação do país permitisse, para o homem necessitado, pois todos conhecemos a profunda preocupação deste notável cidadão do mundo com a pobreza e a miséria. Seu trabalho, hoje reconhecido por todos os colegas como sendo de genial pioneirismo, seria melhor aproveitado se pudesse criar com maior liberdade dentro de seu próprio país, e não me parece acidental, nem técnica, sua constante divergência em relação à adulteração dos planos de Brasília.

No plano mundial temos em mente o famoso caso Oppenheimer, quando declarou que os cientistas descobriram o pecado na crise que se estabeleceu quando quiseram interferir na utilização dos projetos atômicos. Descobriram o pecado da omissão através do fato conhecido entre cientistas por meio da cômoda atitude de que não têm responsabilidade quando os homens públicos se utilizam mal de suas descobertas. Oppenheimer julgou que sim, que a inteligência do país não pode ser passiva em face das atitudes que ponham em risco o futuro da humanidade e o sacrifício de seus princípios basilares.

Os estudantes têm de ser conscientes de que, se não participam, estão sendo engodados a viver preocupados unicamente com seu futuro profissional. Têm de perguntar a todo instante como a Nação vai utilizar de seus conhecimentos, relativizando-os ao invés de sacralizá-los.

É interessante observar aqui que, quando o ministro da Educação convida estudantes ao “diálogo”, dando assim a idéia de que realmente isto seja possível, fá-lo sabendo que a conversa consentida não é diálogo. Sabe também que estudantes fiscalizados em seus diretórios e salas de aula não podem apresentar seu lado da questão. Por nossa parte, sabemos que isso é mais um jogo para enganar os observadores do exterior e os incautos brasileiros que não podem ver com a devida profundidade a questão. Como podem os estudantes se manifestar, sabendo que vários colegas foram presos ou expulsos em função de sua linha de pensamento?

E mesmo quando se alega que as prisões ou expulsões se deram por causa de sua periculosidade, não se pode saber, pois são extremamente duvidosos os critérios para aplicação de sanções criminais no caso de estarem agindo contra a ordem e a segurança, sujeitos a interpretação, comumente esdrúxulas, de tribunais militares pré-escolhidos.

Há, pois, um certo cinismo por parte do sistema quando fala em diálogo e nega os direitos fundamentais do estudante.

---

Sobre quem haverá de recair um dia a responsabilidade pelo vácuo das lideranças neste país? Como são tratados os jovens? Quais as suas possibilidades de participação?

Todos os seus autênticos canais de expressão são fechados. Criam-se associações sob medida e representação sob rigorosas condições. Dá-se de presente o tipo de organização estudantil, fora do qual tudo é subversão.

Cassam-se professores sem maiores explicações e sem a mínima possibilidade de defesa. Prendem-se alunos que ousam divergir, que ousam questionar problemas nacionais.

A educação tem de servir ao sistema, e as chamadas “distorções” são aferidas através de agentes infiltrados entre alunos e professores, em reedição trágica de regimes totalitários e com a chancela legal do famigerado Decreto-Lei 477.

O próprio ministro da Educação reconheceu a existência de torturas, mas atribuiu tais desmandos às polícias locais insuscetíveis de serem controladas pelo Governo central.

É difícil acreditar que tais processos não sejam do pleno conhecimento do sistema e não constituam tática indispensável à filosofia de um regime que controla pela força a expressão de idéias.

## Subversão

Quanto à taxação de subversivos, podemos dizer que conhecemos na carne, como parlamentares da Oposição, o que isso significa. Mas o próprio termo é usado com conotação ideológica, pois sabemos que todo cientista – e estamos nos referindo àqueles que realmente merecem o nome – é, por natureza de seu trabalho, subversivo, isto é, precisa sempre duvidar dos rumos costumeiros e tradicionais de todo campo da atividade humana. Que foram Freud, Einstein, Newton e Darwin senão subversivos? Basta que para isto atentemos na reação que despertaram suas descobertas e teorias no momento em que foram lançadas, para vermos que a história desagradavelmente se repete. É da natureza da ciência ser subversiva, e a utilização unilateral do termo, tentando limitá-lo exclusivamente ao campo do perigo e do terrorismo, nos dá uma amostra vigorosa de sua conotação ideológica.

Entendemos sempre o terrorismo e a violência como sendo o resultado da repressão e da supressão das liberdades individuais. Para cada caso de ataque à ordem existe o correspondente sob a justificação da manutenção da mesma.

Não temos dúvida que o terrorismo se alimenta principalmente da repressão e o terrorismo que reprime condiciona o comportamento do terrorismo que subverte. Tirem-se, por outro lado, dos jovens seus meios naturais de expressão e de manifestação legítima, de protesto e inconformismo, e as alternativas que lhes restam são o aniquilamento total ou o desespero irracional. Não deve ser esquecido, ainda, que a ponta de lança da desordem é a injustiça.

## Censura

Mas existe ainda um terceiro fator que impede a plena vivência democrata em nosso país e está relacionado com a vida estudantil. É a censura da atividade intelectual e a censura da atividade acadêmica, através de uma legislação que condena o estudante a elemento passivo do processo histórico. Há aí evidente nivelamento das inteligências a um ponto baixo da produtividade humana, pois o que se consegue é a sufocação das melhores mentes. Veja-se bem: quanto mais se proíbe, mais os melhores são atingidos, pois os mediocres estarão sempre dispostos a aceitar as limitações que lhes são impostas sem questionar sua natureza. O homem de inteligência, no entanto, sufoca debaixo dessas limitações e o que afirmamos não é questão de ponderação individual ou isolada, mas o fruto da observação da nossa sociedade. Citando Bartlett:

“Desde que o principal propósito é alcançar resultados e não promover ou estimular a compreensão deles, quanto mais fanático e entusiasta é o propagandista, mais demonstra pelos seus métodos acreditar que os indivíduos com que trata estão e estarão em baixo nível de desenvolvimento intelectual.” (F. C. Bartlett – *La propaganda política* – p. 11.)

O texto, que se refere à utilização da propaganda, serve para mostrar o quanto a apresentação de qualquer ponto de vista feito com exclusividade é prejudicial no desenvolvimento de uma sociedade. A utilização de uma ideologia sem a possibilidade de respostas virá nivelar os indivíduos, sufocando inevitavelmente o que existe de melhor. E os

---



prejuízos são incalculáveis, uma vez que “o pior perigo da escravidão é que o homem se acostuma a ela”. No caso específico da atividade estudantil, é o que verificamos ao constatar que, com raras exceções, uma geração indiferente e embrutecida tem chegado às faculdades. Isto significa que mesmo os homens inteligentes necessitam de alimento e não evoluem através de uma vida passiva.

As inteligências necessitam de alimento e o cerceamento da liberdade ao lado do clima de medo e suspeita que são característicos de nossa sociedade atual, são um forte empecilho para o desenvolvimento de nossas melhores forças.

Mas queríamos que os estudantes descobrissem os perigos contidos nisto quando um doloroso processo de interiorização por parte da classe nos adverte de sua realidade. Interiorização desses conceitos ideológicos através de quase dez anos debaixo de eficiente fiscalização e repressão.

Não tenhamos dúvida de que nós, do Parlamento, estamos contribuindo decisivamente para essa indiferença e esse embrutecimento da classe estudantil. Estamos compactuando com a filosofia do Governo, na qual nos engajamos por omissão, contribuindo para o esvaziamento das lideranças jovens.

Mas não tenhamos ilusões: o homem morre moço quando moço abre mão de suas prerrogativas. O espírito humano paga muito caro quando cede parcelas do seu comportamento natural. O que vem mais tarde são vergonhosas adaptações e medíocres realizações em busca do reconhecimento dos elementos circundantes já também contaminados pela entrega de sua dignidade.

## Inteligência do Governo

A atitude do Governo tem sido inteligente no sentido da utilização ideológica de seus postulados, pois encontra certa receptividade por parte dos pais no sentido da aquietação dos estudantes. Qual o pai que não deseja ver seu filho graduado e “vitorioso” na carreira? Qual a mãe que não deseja ver sua prole afastada de movimentos que coloquem sua liberdade e às vezes a própria vida em perigo?

---

E é nesse sentido que o momento é especialmente negro, pois o que tem sido feito até agora é colocar as livres manifestações estudantis num campo de terror e de atitudes belicosas.

Não é a isso que nos referimos quando estamos tentando retratar a situação do estudante sob o atual regime e sim à tentativa de ver a mocidade que estuda num campo de contestação inteligente e viva, combatendo sempre os aviltamentos que inevitavelmente vem com todo regime totalitário. Por que tantos policiais no meio dos estudantes, quando sabemos que o atual Serviço Nacional de Informações tem elementos suficientes para classificar e distinguir o que vem de fora, o que vem com intenções de terrorismo ou não? Por que a sufocação de todo movimento estudantil? Por que a eliminação das necessárias lutas que partem do movimento? Classificar o que faziam os estudantes antes de 64 como baderna e subversão é, evidentemente, fugir ao problema e é também atitude nitidamente ideológica, pois encobre a verdadeira acepção dos fatos.

Sabemos de seus erros, como sabemos também dos erros cometidos pelo Governo. Toda ação humana é passível de erro, mas a eliminação total desta possibilidade implica o cerceamento das liberdades imprescindíveis à realização plena do homem. Por que, pois, não permitir que jovens livres e dignos se manifestem em relação ao que acontece a sua volta? Nenhum sucesso administrativo justificaria a supressão das liberdades individuais, e estamos profundamente preocupados quando dura tanto tempo depois do movimento de 64. Por outro lado, nada justifica a perda da liberdade. Nem mesmo o atual conceito de desenvolvimento.

Diz J. Reis (*Folha de S.Paulo*), com muita propriedade:

“Falar em desenvolvimento e fechar ou asfixiar universidades é a maior das hipocrisias, a mais temível violência. Fazem-no todos os tiranos, todos os que aspiram ao poder absoluto.”

O terrorismo cultural que se instalou no Brasil custou-nos mais de 150 cientistas de alto valor, informava, já em 1966, o eminente professor Warwick Estevam Kerr.

Que é que impede um Governo tão forte como o atual de abrir as franquias democráticas? Evidentemente que é sua posição ideológica de não querer ver seu conceito de desenvolvimento, paz e progresso contestados; de não desejar ver contestada sua posição de entrega de grande

---

parte de nossa economia a estrangeiros. Sua posição ideológica de não querer que saibam no exterior que nem tudo vai bem. O próprio fato de não admitir contestação implica falta de confiança nos próprios postulados e, mais, é o reconhecimento de que a contestação poderia pôr a claro aspectos que a maior parte da população desconhece.

O Sr. JG de Araújo Jorge – Meu prezado colega e amigo, deputado Lysâneas Maciel, V.Exa. está destacando um dos pontos mais importantes, sob o aspecto político e sob o aspecto crítico, em relação à época em que vivemos: o cerceamento e a não-participação dos moços no processo político nacional. Ainda agora, em campanha pela Bahia, tive a oportunidade de constatar, convidado que fui para presidir um festival de música, na escola do estado, em Feira de Santana, que, enquanto os estudantes se reuniam, pacificamente, com os seus cânticos num show de alegria, embalados, a Polícia Militar ostensivamente se encontrava à vista, cercando o local, como se aquela não fosse uma escola do estado, mas um presídio, e todos ali não passassem de desordeiros em reunião. Essa pressão permanente da Política Militar, coagindo a mocidade, é absolutamente inaceitável e censurável. O moço, depois dos 18 anos, já vota; mesmo antes dessa idade, pelas condições próprias de sua formação, é um homem politizado, a quem devemos entregar o bastão nas maratonas do desenvolvimento da civilização. Não podemos prescindir da sua participação. Um governo autenticamente democrático deve servir-se da participação dos moços para se orientar porque a mocidade é, por si, a parcela impoluída e idealista por excelência da população. É aquela que ainda não entrou nos conflitos de interesse e que, por isso, reage com entusiasmo e idealismo. Num dos meus livros – *Mensagem* – digo assim:

“Se chegares a um país estranho e encontrares o povo nas ruas, os políticos discutindo, os generais em reunião; se quiseres saber de que lado está a verdade, de que lado está a razão, basta perguntares de que lado estão os estudantes, de que lado eles estão.”

Com isso quis eu dizer que a mocidade é uma bússola a indicar o rumo certo para um governo autenticamente democrático, que não pode dela prescindir. Mas o que se vem fazendo é alijar a mocidade, transformando o campus universitário em verdadeiro campo de concentração, policiando-o e não deixando que suas associações políticas sobrevivam, que tragam suas mensagens de vitalidade e entusiasmo. É algo, portanto, que não permitirá nunca a reestruturação do regime democrático. Não é

possível restaurar a democracia num país que tem 60% de sua população com menos de 20 anos, sem que ela participe desse processo. V.Exa. toca a ferida, ao analisar aspecto político pelo qual nos batemos: a participação dos moços. Amanhã, ainda, a Comissão de Educação apreciará um projeto de minha autoria, que visa a instaurar processos regulares para todos aqueles que, por acaso, estejam incursos nas penas do nefando Decreto-Lei 477, não apenas estudantes, mas professores e funcionários de estabelecimentos de ensino, todos eles vítimas dessa verdadeira espada de Dâmocles, que pesa sobre a cabeça dos universitários brasileiros.

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Agradecido a V.Exa. pelo aparte. Querria, também, dar um testemunho pessoal aos ilustres pares. Fui convidado para falar aos universitários da Bahia, assim como aos do Rio Grande do Sul, da Guanabara e do Paraná. Em dois desses locais, Sr. Presidente, verificamos, em primeiro lugar, uma circunstância curiosa e pouco alentadora: uma clara suspeita em relação a nós parlamentares. Muito embora convidado a falar àquela mocidade, notei, às primeiras perguntas, que a classe política não está a inspirar confiança aos moços. Isso faz parte, talvez, da campanha de desmoralização da atividade representativa, e sabemos de onde ela vem. Mas ela destrói a possibilidade do surgimento de novas lideranças, o que tem ocorrido neste país.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, não quero ser profeta, contudo, a curto prazo, os mesmos senhores do poder, que militarizaram a classe política e se imiscuíram de forma inteligente e decidida na classe estudantil, poderão ficar às voltas com problema idêntico ao que envolve a República Argentina, obrigando-os a ressuscitar velhas múmias políticas de formação totalitária, a fim de ajudá-los a saírem do beco em que se encontram. Volto a repetir: o fato de o regime não admitir contestação implica falta da confiança em seus próprios postulados e, mais, o reconhecimento de que ela poderia pôr a claro aspectos que a maioria da população desconhece. Em suma, é atitude de quem não admite o livre exame de suas posições e realizações. Nós, do MDB, estamos até um pouco satisfeitos com os arautos da contundente vitória da Arena, que teria ocorrido no último pleito, porque, se é verdade que o povo está satisfeito com o regime, com a atuação dos parlamentares, principalmente daqueles que ingressaram nas hostes do partido situacionista, então, quem sabe, isto seria prenúncio de que o povo, ao cancelar o partido da Situação, teria, agora, a oportunidade de se manifestar diretamente nas urnas para a escolha dos seus dirigentes.

O Sr. *Laerte Vieira* – Nobre deputado Lysâneas Maciel, permita-me louvar sua atitude em trazer à discussão no Parlamento brasileiro tema da maior importância, inclusive para alertar o Governo sobre o potencial, despercebido aos seus olhos, representado pelos jovens do Brasil, aqueles que, como se costuma dizer nas reuniões cívicas, são os homens do futuro. **Como prepará-los? Apenas com propaganda maciça** para despertar certos sentimentos patrióticos e cívicos, a começar pelos das crianças, nas escolas, quando cantam hinos e vão visitar quartéis, ou dando toda a liberdade aos moços de participarem da vida estudantil para que possam expressar seus pontos de vista, ou seja, dizer o que pensam, o que querem, o que desejam? O discurso que profere é, nesse aspecto, da maior relevância, e louvo sua iniciativa em boa hora tomada perante a Câmara dos Deputados.

Realçava V.Exa. que os nossos ilustres adversários poderiam admitir que o pleito de 15 de novembro fosse uma maneira de aferir a popularidade do Governo e o apoio a ele emprestado. A propósito, os jornais de hoje publicam nota do presidente do Movimento Democrático Brasileiro que coloca a questão nos seus devidos termos. Não houve esse cotejo, porque a eleição não teve caráter geral, e o Governo procura manter artifícios impeditivos ao pronunciamento livre das urnas. V. Exa. encontrará, no decorrer da campanha eleitoral, fatos que demonstram aquilo que vem condenando. O Governo parece não pretender o fortalecimento do regime representativo, de partidos políticos fortes. Então, assistimos, no Brasil inteiro, a este espetáculo deprimente: homens que vivem dizendo, de um lado a outro, ser da Revolução, representar a Revolução, a se digladiarem através do rádio e da televisão, nas denominadas Arena 1, Arena 2, Arena 3, na disputa do voto, como que a substituir a missão que cumpre à Oposição desempenhar. Tais artifícios impedem o resultado imparcial das urnas e a aferição da vontade popular.

Se o Governo deseja um plebiscito para saber se o seu comportamento perante os jovens – tema do discurso de V.Exa. – está correto, que o faça, mas através de pleito livre, dando a todos as mesmas condições. O que exatamente está ocorrendo no país, em prejuízo de toda a Nação, em prejuízo do próprio regime, enfraquecendo-o, é essa forma esdrúxula de se alegar que o pleito se realizou, quando, através de artifícios, de pressões do sistema, procura se obstruir e obstaculizar a verdadeira expressão da vontade popular.

---

Faremos brevemente uma análise dos resultados do pleito, porque isso é democraticamente necessário. Tratemos os depoimentos de todas as partes do Brasil, do que ocorreu, e V.Exa. chegará também à dolorosa conclusão – servirá de tema do seu discurso – de que os jovens, apesar do chamamento feito pelos meios de divulgação e pelo comando do partido situacionista ao pretender empolgá-los com participação em faixa estreita do pleito, apoiaram homens da Oposição, porque sabiam que não poderiam defender seus ideais e seus pontos de vista enquadrando-se na bitola estreita que o Governo concede para a atuação dos moços na vida política. Felicito V.Exa. pelo pronunciamento que faz e creio que o Governo deveria voltar seus olhos exatamente para estes moços e para seus propósitos, porque, repetindo, dizem, neles reside o futuro da Nação.

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Agradeço o aparte de V.Exa. e gostaria de acrescentar que, após oito anos de opressão sistemática à classe estudantil e os seus órgãos de divulgação, apesar de oito anos de aplicação do processo de limpeza dessa classe, a mais duramente atingida pelo regime, apesar de todas as medidas restritivas à liberdade, que só encontram eco nos países totalitários, quer da esquerda, quer da direita, parece-nos lícito perguntar: será que esse Governo é realmente incompetente para acabar com a subversão e a corrupção no meio estudantil ou será que ele realmente só acredita no regime de força e nele encontra a única forma de se manter no poder?

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, os estudantes sempre participaram da vida pública do país, e suas manifestações – embora muitas vezes houvesse erros – a serviço de posições que promovem o homem estiveram sempre presentes.

O Sr. *Nina Ribeiro* – Nobre deputado Lysâneas Maciel, quero, na exiguidade de um aparte, ponderar a V.Exa., dando um testemunho, inclusive, da minha modesta atuação na política estudantil, e para tanto, invoco o livro, realmente muito interessante quando abordamos assuntos estudantis, UNE, instrumento de subversão, escrito por uma brilhante moça, cuja coragem é exemplo para todos nós, chamada Sônia Seganfredo. Ela, que é do nosso estado, hoje professora, deu, naquele livro, um depoimento muito sério sobre o que existia em época anterior, que V.Exa. classificaria como plena de virtudes e, inclusive, de liberdade de expressão dos estudantes.

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Faça V.Exa. suas próprias conclusões e deixe que eu faça as minhas.

O *Sr. Nina Ribeiro* – O que acontecia naqueles momentos era algo de bastante terrível, porque os estudantes, em verdade, não tinham muita liberdade. Os estudante profissionais, em minoria, aprovavam pela madrugada a dentro – quando de verdade tinham de ir para casa dormir ou estudar – exatamente o que desejavam. Eu mesmo fui vítima disso, Srs. Deputados, representando o corpo discente da Universidade Católica junto à UNE e ao III Congresso Latino-Americano em Caracas. Recebi uma credencial ratificada pela UNE e, depois, quando viram que a minha voz era democrática, quando viram que a minha voz não afinava com a atoarda comunista que existia em Caracas, cassaram as minhas credenciais. Exatamente porque eu falava como um estudante democrata, contra o coro das hostes de Fidel Castro. Era essa a forma de proceder da então UNE. Não creio que V.Exa. defenda isso como um paradigma de liberdade e de idealismo. Outros fatos lamentáveis eu poderia aqui referir, mas não me quero alongar e roubar o tempo de V.Exa. Quero apenas ponderar que hoje um estudante pode ingressar nos partidos políticos; que hoje o estudante não está privado na sua representação; que ele pode, inclusive, eleger e ser eleito. É até obrigatória a participação nas eleições, o que não existia antes. E quanto ao Decreto-Lei 477, se bem lido, ali está escrito que a punição existe, mas a punição de ato idêntico é mais grave para aquele que não é estudante do que para aquele que milita como estudante.

Veja V.Exa. que, se algum delito funcional, descrito no âmbito do Decreto-Lei nº 477, for praticado por professor ou por outro funcionário da Universidade, há uma punição mais grave e mais séria do que para o estudante, o que demonstra até um critério favorável, se bem analisado, porque não há identidade de pena, mas há diversidade de pena, sendo mais benigna para o estudante. São mais algumas das ponderações que eu me permitiria fazer ao discurso de V.Exa.

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Sr. Presidente e Srs. Deputados, achava eu muito difícil que algum parlamentar, por maior fidelidade que demonstrasse ao Governo, defendesse o 477, especialmente um parlamentar que militou na política estudantil da Guanabara. Mas esses fatos acontecem, Sr. Presidente, e devo confessar que é a primeira vez que vejo fazer-se a defesa do 477, porque mesmo aqueles deputados da Situação,

ao lado da fidelidade à filosofia do Governo, entendem que esse decreto é realmente uma anomalia. E vejam V.Exas. a que ponto chega, digamos, o fanatismo na defesa do sistema. Justamente aquilo que constitui uma ignomínia, que obriga mestres a denunciarem os seus alunos e alunos a denunciarem os seus mestres; aquilo que só encontra paralelo nos países onde impera o totalitarismo é citado aqui como exemplo de virtude de um decreto que constituiria anomalia até mesmo nos regimes stalinistas e hitleristas. A acusação obrigatória, o imperativo de delação, o conteúdo mais baixo do decreto, ainda encontra defesa neste Parlamento, Sr. Presidente. E não vamos alegar aqui que tudo o que se fazia naquele tempo era baderna e insurreição. Os estudantes tinham seus excessos e erros, conforme apontamos aqui. E nós do MDB, da Oposição, em momento algum defendemos atividades terroristas. Apenas achamos que elas são o resultado único e exclusivo da repressão governamental. Porque há duas classes que se beneficiam quando essas medidas são tomadas: uma é a “linha dura” e a outra é exatamente o terrorismo; uma se alimenta da outra. Não vamos agora defender um decreto que não pode encontrar o menor eco ou ressonância numa consciência jurídica. Recordo ao ilustre deputado que me aparteu que outro dia, na Pontifícia Universidade Católica, na ex-capital federal, porque os estudantes defenderam a construção de uma simples passarela na Rua Marquês de São Vicente, para evitar que seus colegas fossem atropelados, todo o diretório foi chamado ao Dops para se explicar, pois aquilo tinha, inequivocamente, uma “conotação política”.

Estamos, Sr. Presidente, num plano inclinado. Há poucos dias, um deputado da Situação pediu-me provas da tortura, das prisões, das perseguições e das delações que existem no meio estudantil. Ora, Sr. Presidente, será que temos meios de exhibir aqui essas provas? Há poucos dias foi assassinado um estudante em Goiás; exatamente no mesmo dia um parlamentar da Situação denunciara ligações com outros colegas nossos, inaugurando um estilo diferente nesta Casa, completamente em desacordo com as mais sagradas e melhores das nossas tradições. Não se ouviu uma palavra a respeito da culpabilidade daquele rapaz que foi assassinado, e o advogado teve de exhibir seus membros esquartejados, quebrados. Será que isso pode acontecer neste país? Está acontecendo, Sr. Presidente, e esta Casa está conivente com estas coisas, pois o pecado da omissão é tão grave na circunstância quanto o pecado da ação direta.

*O Sr. Magalhães Melo – V.Exa. é um homem inteligente, de quem se pode discordar, mas com o devido respeito. Força é convir, entretanto,*



em que por vezes o arroubo do idealismo de V.Exa. pode levar a conclusões menos procedentes. V.Exa. disse, em certa passagem do discurso que está produzindo, que nenhum sucesso administrativo justifica a supressão das liberdades individuais. Liberdade autêntica, todos nós a queremos. É da índole do nosso povo. A luta do Estado, em todas as épocas, é justamente a de procurar conciliar o princípio de autoridade com o de liberdade. Não é outra coisa que o Brasil está fazendo quando saiu do caos e procura, depois de sanear as finanças, devolver ao seu povo a liberdade que ele deseja e que V.Exa. reivindica, contanto seja uma liberdade responsável. V.Exa. diz: “Nenhum progresso administrativo justifica a supressão de liberdade”. Eu perguntaria ao inteligente orador: será que o homem que tem fome, será que o homem em estado de necessidade, pode ter liberdade política? Ou aquela grande arrancada que botou abaixo a Bastilha, nos idos de 1789, com o princípio da “Liberdade, Igualdade, Fraternidade”, levou o mundo a uma ilusão de uma liberdade individual, que só com o tempo se verificaria não haver correspondência na ordem econômica? E aos poucos aquela democracia liberal foi sucedida pela democracia social. Portanto, meu caro deputado, os conceitos de democracia e de liberdade podem ser tomados ontologicamente como valores absolutos, que em certas conjunturas de qualquer país vão sofrendo, aqui e alhures, restrições temporárias ou conjunturais, para que a nação, retomada a ordem, a estabilidade econômica e social, possa devolvê-los integralmente ao seu povo. Representa V.Exa. uma grande e importante unidade federativa que, infelizmente, não teve agora de disputar um pleito direto das urnas. Quando todos os colegas de V.Exa. voltarem de seus estados, duvido que um só diga que foi censurado na televisão, ou na rádio, que sofreu coação em comícios, que não tenha dito tudo o que quis dizer. Eu mesmo pude ver no vídeo, em Pernambuco, o episódio daquele telex sobre liberdade de imprensa. Foi lido por um ilustre colega de V.Exa., sem aquela patriótica e justa censura que o próprio líder da Minoria se impôs, quando o leu desta tribuna, para preservar a honra e a dignidade da nossa Pátria. Os estudantes brasileiros não estão assim tão marginalizados. Tenho aqui, em mão, o *Diário de Pernambuco* e o *Jornal do Comércio*, do dia 14 de novembro, fazendo referências a esse jovem estudante, Alcidésio Ramalho, que já está quase eleito vereador pela cidade do Recife, cidade rebelde, cidade que não se dobra, onde a Oposição tem força quase igual à da Arena e ganha aqui e acolá, até mesmo no chamado “Grande Recife”. É um estudante, portanto, que está disputando a eleição direta para a cadeira de vereador.

Outros talvez estejam fazendo o mesmo noutros estados. Chamou-me ainda a atenção o fato de V.Exa. dizer que o terrorismo nasce da reação. Ora, o terrorismo pode ser, talvez em alguns países, colocado na conceituação de V.Exa., mas será que aquele terrorismo que trucidou atletas possuídos do melhor calor e entusiasmo por participarem das Olimpíadas em Munique se enquadra no conceito de V.Exa.? O terrorismo – procura a ONU conceituá-lo – é crime político, conexo, comum? É comum, acredito, e em muitas nações é produto simples de importação, e não uma reação a opressões existentes. Permita V.Exa. que oponha ao seu discurso esses dois reparos. Não quero para o meu país uma liberdade que não tenha correspondência na ordem econômica, em que o homem não tenha condições para votar livremente, sem coação. Essa é a liberdade que defendo, liberdade responsável, liberdade política com correspondência na ordem econômica. Precisamos elevar o nível de vida das classes trabalhadoras, das pequenas classes médias de maneira a atingirem uma mediania social. Do contrário, nunca teremos voto político realmente autêntico como desejamos, para legitimidade da nossa representação. O terrorismo, permita-me repisar o assunto, muitas vezes é fruto de exportações de nações muito distantes da nossa, que querem, de qualquer modo, subverter a paz. V.Exa. é inteligente. Acredito que, a despeito de todo seu idealismo, o patriotismo há de predominar na consciência de V.Exa. Veja o panorama da América do Sul. Veja o Chile em greve. Perón chega na Argentina e procura a paz, e queira Deus a encontre. Veja o Uruguai. Então, diante deste cenário, V. Exa. quereria a Nação como a tínhamos em 1964? Em face da Ciência Política e da Teoria do Estado, temos de olhar os fatos. Em face da ciência um pouco friamente, assim como estou fazendo, respeitando o discurso de V.Exa. e expondo as razões que a minha consciência dita. Estamos num mundo em transição. O que acontecerá nem V.Exa. pode dizer. Talvez seja o solidarismo sadio, em que o capitalismo e o comunismo possam, cada um, dar muito de si em benefício de todas as classes trabalhadoras. A falaz igualdade de Marx não existe nem na Rússia. Portanto, espero que V.Exa., no discurso que faz, sempre inteligente e possuído de bons propósitos, procure retificar esses dois conceitos. O presidente Médici disse, em discurso que recentemente fez aos estudantes, justamente o que V.Exa. refere: “A Nação atingirá seus mais elevados objetivos quando a juventude atual participar da administração pública”.

Queremos preparar a juventude para dirigir o país. Passaremos, e os estudantes é que dirigirão a Nação. Vamos, portanto, formá-los no clima das universidades, onde possam, realmente, pela pesquisa científica e pelo labor fecundo, formarem-se intelectual e moralmente para dirigir a Nação dos nossos filhos e netos. Já fizemos, bem ou mal, o que podíamos fazer, com os melhores propósitos.

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – V.Exa., neste longo e fecundo aparte, focalizou, ao que me pareceu, dada a diversidade dos assuntos tratados, dois aspectos principais. O primeiro: seria justificada a perda da liberdade em favor do progresso econômico. V.Exa., parece, estava analisando um outro país que não o Brasil ao defender essa tese.

Todos sabemos que, quando se iniciam as mudanças num determinado país, tornam-se necessárias certas medidas de força. Reconhecemos, também, a necessidade delas. Mas, Sr. Deputado, quando essas medidas de força de exceção se vão perpetuando, se vão mantendo, vão sendo estimuladas e até ampliadas, é porque alguma coisa está acontecendo no país. Não defendemos aqui a simples necessidade de que, logo no início das reformas, não fossem tomadas essas medidas de exceção. Mas, depois de oito anos, verificamos que elas estão cada vez mais ampliadas, cada vez mais distantes das promessas feitas pelos homens que tomaram o poder com o propósito da restauração das franquias democráticas. Todos eles fizeram juras de amor a essas franquias ao assumirem o poder, e cada vez mais se torna distante o dia em que elas serão plenamente restabelecidas. Por outro lado, se houvesse o famoso progresso econômico, seguido de redistribuição de riquezas, e não concentração cada vez maior nas mãos de uns poucos, poder-se-ia falar no cerceamento das franquias democráticas, no cerceamento das liberdades em favor do desenvolvimento econômico. Todavia, os dados do IBGE estão a desmentir categoricamente que as parcelas mais expressivas deste país se encontram beneficiadas por essas medidas de exceção, que já se prolongam por oito anos.

O Sr. Lomanto Júnior – Deputado Lysâneas Maciel, V.Exa. comete injustiça ao afirmar em seu discurso que o tempo vai passando e a prometida plenitude democrática não chega, que não há progresso algum. Poderia citar a V.Exa. as próprias eleições. V.Exa. delas participou; embora não houvesse eleições municipais em seu estado, percorreu grande parte do território brasileiro. Tenho notícias, por exemplo, de que esteve na Bahia, participou de comícios, defendeu os seus candidatos, pregou livremente em praça pública, e acredito que nenhuma restrição lhe tenha sido imposta ou a seus correligionários.

Em Feira de Santana V.Exa. fez um discurso violentíssimo, sem que houvesse...

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Falar em liberdade é realmente uma violência.

*O Sr. Lomanto Júnior* – ...nenhuma censura, nenhuma reação contra seu pronunciamento. Esse pleito foi uma demonstração de que o Governo da República procura aos poucos devolver ao povo brasileiro a plenitude democrática. Nenhum candidato sofreu restrições. Os que preenchiam as condições exigidas pelo Código Eleitoral disputaram livremente as eleições. Em vários municípios, o partido de V.Exa. foi vitorioso. Tendo absoluta liberdade para o pronunciamento, o Governo Federal não interferiu, não procurou cercear em hora alguma a manifestação das urnas de 15 de novembro. Talvez tenha sido das mais livres eleições já realizadas neste país, e V.Exa. sabe disso, porque participou delas, combateu o Governo e fez os mais veementes discursos. Nenhuma restrição houve a V.Exa. ou aos ilustres correligionários de V.Exa. Os partidos políticos estão abertos para os estudantes; como parcela do povo brasileiro e como representantes da mocidade do Brasil, eles devem filiar-se ao MDB ou à Arena para defenderem seus pontos de vista, os seus princípios. Mas não, Excelência, como antigamente, usando os diretórios acadêmicos para fazer subversão, para pregar a subversão. Os diretórios acadêmicos estão aí livres para defenderem os interesses atinentes à classe dos estudantes. E os partidos estão abertos para que os estudantes neles ingressem e participem dos debates políticos como parcela viva que são da comunidade brasileira. O discurso radical que V.Exa. pronuncia nesta tarde, desconhecendo tudo, negando tudo, não é compatível com a inteligência, com o brilhantismo que caracteriza a atuação de V.Exa. nesta Casa. V.Exa., hoje, cego, acusa o Governo sem reconhecer o seu mérito nas últimas eleições. E V.Exa. não pode trazer aqui este desafio que faço a V.Exa. – prova de uma pressão sequer do Governo Federal. Esse último pleito talvez tenha sido um dos mais livres realizados no Brasil.

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – De vez em quando tenho a impressão de que a memória do deputado baiano é um pouco falha. Não é a primeira vez que S.Exa. lança um desafio. Acho que a única prova que satisfaria o deputado Lomanto Júnior seria a exibição de cadáveres ensangüentados de estudantes, de políticos ou talvez a impossibilidade de S.Exa. se candidatar ao governo da Bahia, se o povo da Bahia assim o

---

quisesse. Posso citar um exemplo para V.Exa.: falei aos estudantes na capital da Bahia; ia falar na Universidade. A ordem era de que o deputado Lysâneas Maciel não podia se dirigir aos estudantes. Fomos a quatro lugares diferentes e não pude falar aos estudantes. Finalmente, quando fui ao auditório do *Jornal da Bahia*, cedido à última hora, as perguntas me foram feitas – e isso me foi explicado depois – em letras de imprensa, porque os estudantes tinham receio das represálias policiais. Devo dizer mais a V.Exa. que no seu estado, e isso foi publicado nos principais jornais da Bahia, um juiz de Direito mandou uma comunicação de que o candidato da Arena deveria ser eleito, uma vez que ele tinha tomado todas as providências neste sentido. Tenho cópia em meu poder e posso exhibir a V.Exa. Mas poderia passar a tarde toda citando exemplos somente da Bahia. Deixaria apenas para V.Exa. as perguntas: se V.Exa. tivesse vontade de se candidatar ao cargo de governador do Estado da Bahia, como teve há alguns anos, e o Governo Federal não permitisse, V.Exa. aceitaria tranqüilamente esse *desideratum*, que não é do povo da Bahia, mas simplesmente do Governo Federal? Concedo o aparte ao nobre deputado Laerte Vieira.

O Sr. Laerte Vieira – Apenas para registrar que o eminente líder Lomanto Júnior fez questão de frisar que não existiram pressões do Governo Federal. Entretanto, S.Exa. deixou de focalizar outros setores administrativos.

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Sr. Presidente, vou terminar.

O Sr. Theódulo de Albuquerque – V.Exa. permite um aparte?

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Estou com meu tempo terminado, se não permitiria com muito prazer.

O Sr. Theódulo de Albuquerque – Mas é rapidíssimo. É apenas para contraditar V.Exa. com referência ao Governo do Estado da Bahia. Não gosto de desafios. Gostaria que V.Exa. provasse uma violência, um crime, uma perseguição em todo o interior do Estado da Bahia. Tanto não houve que o partido de V.Exa. teve condições de concorrer onde quis e, se não concorreu mais, é porque não teve elemento humano, não teve gente capaz. Não houve necessidade de tropas federais em nenhum município do estado; não houve violência em canto algum. Houve luta acirrada entre... Arena e Arena, pelas condições locais, mas o Governo não interferiu de maneira alguma para impedir que a Oposição tivesse ampla liberdade de disputar o pleito dentro dos princípios da lei.

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Sr. Presidente, não vou aceitar essa série de desafios porque já citei três ou quatro exemplos. Poderia passar a tarde toda enumerando outros. Evidentemente que, para o eminente aparteante, o ilustre governador da Bahia é um dos mais legítimos democratas de que temos exemplo. E parece que, nesse particular, nem mesmo o povo da Bahia concordaria com S.Exa.

Mas continuo, Sr. Presidente. É preciso que isso seja recuperado, principalmente quando sabemos que homens públicos aos quais o país muito deve foram treinados na área estudantil. Aliás, é muito difícil encontrar aqui um deputado que não tenha iniciado a sua atividade política na área estudantil.

Gostaríamos de vê-los, os estudantes, reintegrados em suas entidades de classe; gostaríamos que nos acompanhassem em algumas lutas que travamos no Congresso; queríamos vê-los ao nosso lado quando desesperadamente lutamos por maior comunicação com o povo deste país através da imprensa, o que tem sido até o momento totalmente impossível; e, finalmente, queríamos vê-los em sua vida normal de estudantes, isto é, aqueles que estudam acompanhando o que acontece no país, de espírito aberto para protestar contra tudo que avilta, contra o que torna o homem mais limitado e infeliz; gostaríamos de vê-los de novo lutando contra a miséria e pleiteando estudo para todos, como muitas vezes fizeram. E, por fim, rogamos à sua generosidade para que vejam nossas tentativas débeis em prol da situação das massas neste país. Sei que muitos não acreditam em nossa luta, mas é como homem da Oposição que falo na esperança de que os estudantes ajudem a engrossar nossas fileiras e a fazer com que um pequeno partido, criação artificial de um regime de força, que começou e sobrevive com tantas limitações, alcance sua destinação histórica na luta pelo povo brasileiro e na luta pela liberdade com o restabelecimento dos direitos plenos do homem.

Não somos parlamentares satisfeitos com sua situação fictícia no Congresso. Pelo contrário, estamos sofrendo terrivelmente com as limitações que nos são impostas e cômicos de quão insuficientes têm sido nossas manifestações e tentativas; mas temos a esperança de alcançar um dia as possibilidades que um partido político moderno deve ter. A falta de contato com os estudantes é uma destas limitações e foi por isto mesmo que aceitamos convites para encontros com a mocidade de todo o país.

---

## Imprensa – prolongamento do Legislativo

Por outro lado, fica aqui também a nossa angústia ao saber que, por falta de divulgação – a imprensa continua amordaçada –, a maior parte dos estudantes do país ignora o pouco que estamos fazendo no Congresso e mesmo a natureza de nossa luta.

A imprensa é um prolongamento do Poder Legislativo, pois, somente através da divulgação constante e total de atividade parlamentar, é que uma democracia pode se desenvolver. A angústia de ver determinados projetos aprovados sem que o povo tome deles conhecimento, para poder julgar seus parlamentares... Ainda a angústia de ver outros projetos derrotados, sem que também o povo perceba o significado disto e quem derrotou o projeto... Um julgamento histórico fica assim limitado a conjecturas que, no caso, são simplesmente dolorosas, e muitas vezes injustas.

O julgamento da História, que chega fatalmente, tanto para os indivíduos como para as nações, terá de impressionar o sistema.

Em nome da lei e da ordem, linguagem predileta dos totalitários, mas não dos homens livres, o controle da classe estudantil já foi demasiado longe.

Compreendemos que um grupo que toma o poder com intenções de modificar o estado em que se encontra um país tenha que se utilizar da força para consecução de seus objetivos. Embora não desejável, isto é compreensível, mas a perpetuação das limitações impostas nos primeiros momentos já é o esclerosamento, proveniente de intenções menos nobres que nada tem a ver com os interesses do povo e do país.

---

## A MILITARIZAÇÃO DA POLÍTICA E A LUTA PELO DIREITO DE SER OPOSIÇÃO<sup>112</sup>

*Analisa a escravidão a que o Congresso foi submetido após nove anos de regime militar, em que “o Parlamento se transforma em nada e o Governo em detentor exclusivo da verdade”. Defende o fortalecimento do Legislativo, uma Oposição audaciosa e não consentida. Denuncia a tortura de presos políticos, a censura, o assalto às riquezas do país, o esmagamento político e ideológico dos estudantes e a marginalização dos trabalhadores.*

O SR. PRESIDENTE (Flávio Marcílio) – Nos termos do artigo 10, item II, do Regimento Interno, concedo a palavra ao Sr. Lysâneas Maciel, na qualidade de líder do Movimento Democrático Brasileiro.

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Sr. Presidente, Srs. Deputados, esta Casa ainda está sob o impacto do formoso e, por que não dizer, poético discurso que pronunciou na sexta-feira última o ilustre líder da Maioria, deputado Geraldo Freire. S.Exa. terminou sua oração dizendo que, após nove anos, a assim chamada Revolução restabeleceu a ordem e, sobretudo, a salvaguarda dos direitos humanos neste país. E o pronunciamento de S.Exa. teve inclusive um realce especial: foi feito não apenas no dia 31 de março, mas após uma agradável tertúlia – imagino – no Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, onde seus integrantes tiveram até o pitoresco privilégio de exaltar Ruy Barbosa.

Se S.Exa. mostrou um estro poético tão grande na sexta-feira, no Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, as reminiscências sobre Ruy Barbosa devem ter tido ênfase toda especial. Então, veio S.Exa. aqui e disse que a Revolução aí está para manter a ordem e a salvaguarda dos direitos da pessoa humana.

Sr. Presidente, é preciso, antes de mais nada, que o MDB reafirme hoje o seu apreço pela ordem. É preciso, antes de mais nada, salientar que o MDB tem o compromisso com a ordem e com os poderes

<sup>112</sup> Publicado no *Diário do Congresso Nacional*, Seção I, de 3 de abril de 1973, p. 545.



constituídos e pretende respeitá-lo. Essa é a norma do nosso partido. Em nenhum momento o MDB advogou a violência e a desordem. O MDB tem outro tipo de preocupação: honrar o compromisso com o povo que o elegeu, o compromisso com a justiça social, o compromisso de liberação deste país do processo que o está humilhando há muito tempo. S.Exa., o Sr. Líder da Maioria, disse ainda que os compromissos para salvaguarda dos direitos da pessoa humana estavam sendo respeitados, e isto na mesma semana em que comandou deste Plenário, com a ajuda inteligente e brilhante do seu dinâmico corpo de vice-líderes, o esmagamento da moção de solidariedade ao episcopado brasileiro, que entende que os direitos humanos não estão sendo respeitados em nosso país. E falar nesta terra em direitos humanos, entendem muitos deputados da Situação, é falar contra o Governo, numa identificação que talvez envergonhasse até o próprio Governo. Mas votou-se contra a moção de solidariedade ao episcopado brasileiro, que está ciente e consciente da missão profética da Igreja, que não se abstém mais de avaliar o sofrimento do povo, que não se abstém mais de analisar a opressão que aflige este mesmo povo, que tem a coragem moral e espiritual de denunciar esses fatos onde quer que se apresentem.

A participação da Igreja Católica, que se corporificou na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, já está sendo apreciada e também julgada. E não é simplesmente a votação eventual de uma maioria, talvez não consciente de sua responsabilidade para com o país e para com o mundo, que há de transmutar, que há de desfigurar homens que estão dando dimensão política e social a uma fé que não se satisfaz mais em se circunscrever em mosteiros, apenas em atitude de observação do povo que sofre, mas que participa, não obstante todas as acusações, não obstante todas as insinuações malévolas e até, para vergonha e humilhação nossa, contra o voto do Parlamento nacional.

*O Sr. Clóvis Stenzel* – Nobre deputado, peço-lhe tolerar-me um pouco. Não pretendia dar uma explicação, mas, em face da declaração anteriormente feita pelo deputado Aldo Fagundes, desejo fique consignada nos Anais uma advertência – fruto do equívoco de S.Exa. – a mim, como líder de partido, e à Casa. Tem razão S.Exa. ao protestar contra propaganda feita por órgãos que não sejam do Ministério da Educação ou pelo próprio Ministério da Educação. O Colégio Pedro II é órgão do Ministério da Educação, pertence ao Ministério da Educação. Em segundo lugar, agora apartando V.Exa., não nos manifestamos contra o

episcopado brasileiro. A Arena manifestou-se contra manobra feita pelo MDB envolvendo o episcopado brasileiro. São coisas inteiramente diferentes. V.Exa sabe que a apreciação parcial de qualquer livro, qualquer jornal, qualquer discurso, restrita a determinados tópicos ou determinadas frases, dando ênfase ao que elas poderiam significar, não mais revela a verdade, mas a deturpação da verdade. Isso me faz lembrar das aulas que recebia, no Colégio Pedro II, de um grande professor chamado Jonathas Serrano: “O homem de Neanderthal pode ser descrito, por alguns, como macaco; por outros, como um homem. Basta que se faça do homem de Neanderthal a abstração daquilo que ele tem em comum com o macaco; e os outros, daquilo que têm em comum com o homem”. Pode-se apresentar o homem de Neanderthal deturpado. O que fez o ilustre líder do MDB foi pinçar, das conclusões dos trabalhos da CNBB, determinados assuntos e aplicá-los à realidade política brasileira, em exploração política em relação ao Governo e à Arena. Contra esta manobra nós nos insurgimos. Contra esta manobra estávamos no dever de nos insurgir. Contra esta manobra nos insurgiremos. Não contra o episcopado.

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Agradeço a V.Exa. É a quarta explicação que ouço de V.Exa. a respeito do voto. Devo dizer que, não obstante o brilho com que são feitas, nenhuma delas teve o condão de me convencer da justeza daquele procedimento. Na verdade, a conclusão da CNBB é de que os direitos humanos não são respeitados. É uma conclusão que, evidentemente se choca com a da Arena. Mas nós, da Oposição, não poderíamos deixar de registrar este fato, dentro da pequenez de nossas forças, para que, no futuro julgamento da História, ele não passasse em branco. Hoje, Sr. Presidente, pretendo analisar a natureza da Oposição em um regime de força, depois de nove anos de Governo revolucionário, explicando que a Oposição em regime de força se perde muitas vezes em vacilações e perplexidades.

Após a militarização da política, em 1964, muito tempo decorreu. E as promessas reiteradas dos Srs. Generais que têm ocupado a Presidência República, de que o alvo seria a restauração do poder civil e a redemocratização, parecem cada vez mais distantes. As opções para os que não apóiam o estado de exceção, ou as distorções dos objetivos do movimento de 64, são o embrutecimento da vontade, a aquiescência apática ou, simplesmente, a intranquila expectativa de esperar por um general melhor.

Mas, para os que tentam contornar as opções do desespero, para aqueles que acham que este povo tem configuração moral e política para escolher seu destino, impõe-se, como oposição, um reexame de sua atuação, agora que entramos na quarta tentativa de solução militar.

E, quando digo quarta tentativa de solução militar, faço-o ressaltando que nem mesmo a classe militar está totalmente envolvida no processo. Basta dizer que em 1960, 11.700.000 brasileiros votaram nas eleições presidenciais. Em 1969, por ocasião da enfermidade de Costa e Silva, a verdadeira “eleição”, na qual todos os candidatos eram generais de quatro estrelas, somente generais puderam votar. Receava-se o voto dos oficiais menos graduados, mais sensíveis a teses nacionalistas e às reformas socioeconômicas.

Assim, após os Governos Castello, Costa e Silva e talvez Médici, já se pode fazer uma análise da situação de fato que domina nossa vida pública e estabelecer nosso comportamento como parlamentares. Temos à mão, creio, elementos sólidos para julgamento e crítica. E, se nos permitem os colegas, gostaríamos de fazer essa tentativa sem nos prender a aspectos teóricos ou a proposições cansativas, que poderiam obscurecer a constatação simples dos sérios e graves fatos que se acumulam à nossa volta.

Preocupa-nos, fundamentalmente, neste instante, a natureza da oposição – a natureza de toda a oposição – e as tênues possibilidades que continuamos a ver, na tentativa de exercê-la.

Declaramos, enfática e preliminarmente, que não nos atrai um “esquerdismo” fácil, que consiste em não intentar a solução de qualquer problema em particular – e a atuação parlamentar em regime de força é um deles – até que se tenha transformado globalmente a sociedade. Isto, na prática, conduz a um imobilismo paralisante e ao fortalecimento do regime autoritário.

*O Sr. Clóvis Stenzel* – Desejava dizer a V.Exa, que é preciso fazer justiça à História, no que diz respeito às sucessões em matéria de generais de quatro estrelas, etc. Sabe V.Exa., e a História o confirma, que, quando o Movimento Revolucionário foi vitorioso, reuniram-se os governadores civis Magalhães Pinto, Adhemar de Barros, Carlos Lacerda...

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Os dois últimos cassados.

*O Sr. Clóvis Stenzel* – Permita-me concluir, para depois deduzir. Eles que não permitiram fosse civil o presidente. Instaram para que Castello

Branco fosse candidato. O Estado Maior das Forças Armadas reuniu-se e passou 48 horas discutindo a questão, para permitir que um general fosse candidato à Presidência – em razão justamente da insistência dos civis. Isso é da História. Todos conhecem. E invoco o testemunho de um ilustre homem, de quem V.Exa. não pode duvidar – chama-se ele Daniel Krieger. Quando o presidente Castello Branco queria que ele fosse seu sucessor, Daniel Krieger, em nome do Congresso e dos representantes civis da Revolução, houve por bem encaminhar a candidatura Costa e Silva, que nasceu nesta Casa, de nós outros; não do seio militar. V.Exa. há de fazer justiça ao depoimento histórico do senador Daniel Krieger, que não é homem de enganar, nem pósteros, nem tampouco aos coevos.

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Parece-nos, Excelência, que, quando dizemos “...na quarta tentativa de solução militar...”, evidentemente estamos falando dos tempos presentes; não estamos rememorando o passado.

A Oposição reconhece que as Forças Armadas têm um passado excelente em matéria de intervenção nos assuntos civis. Vou refrescar-lhe a memória, já que V.Exa. se mostrou nostálgico com relação ao passado, quanto à atuação das Forças Armadas: em 1899, as Forças Armadas intervieram no processo político para instaurar a República; em 1930, as Forças Armadas tornaram a intervir para restabelecer a vontade popular através do voto; em 1946, essas mesmas Forças Armadas novamente intervieram, para restabelecer a democracia no país; em 1964, tornaram a intervir, com uma diferença: é que, naquelas três ocasiões, não obstante um período curto, excepcional e de força, sempre restabeleceram o poder civil. E fizeram mais do que isso: mantiveram intactos os princípios da democracia, ou seja, o *habeas corpus*, o resguardo do direito à pessoa humana, e não supliciarão ninguém. De maneira que não estamos aqui recriminando as medidas de força que porventura tivessem sido tomadas em determinado instante. Recriminamos, sim, a perpetuação dessas medidas, inclusive com a despersonalização do Parlamento Nacional.

O Sr. Marcos Freire – V.Exa. lembrou, há poucos instantes, três episódios da história constitucional do Brasil, em que foi quebrada a normalidade constitucional através de movimentos de fato – a República, 1930, 1945 –, momentos em que as Forças Armadas participaram intervindo na mudança do *status quo*. Realmente esses fatos honram a História do Brasil porque em todos eles as próprias Forças Armadas devolveram ao povo o direito de reconstitucionalizar o país. Em todas

essas oportunidades, a solução que se encontrou foi através da via democrática, com o restabelecimento do Estado de Direito, por intermédio da convocação de assembleias constituintes, coisa que hoje em dia nem se pode falar. Consideram verdadeira heresia admitir-se que a saída normal e democrática, depois desse movimento que se estende por nove anos, seria entregar ao povo, através de uma assembleia constituinte soberana, a solução para o retorno à normalidade democrática.

*O Sr. Clóvis Stenzel – Permite V.Exa.?*

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Pediria ao nobre deputado Clóvis Stenzel que aguardasse, terei o máximo prazer em conceder-lhe o aparte, mas estou iniciando meu discurso e poderemos ter apartes paralelos que irão prejudicar o fio da oração.

Prossigo, Sr. Presidente: embora nossa preocupação específica seja o exercício da Oposição, dirigimo-nos esperançosos, também aos representantes do partido do Governo, que ainda não se acostumaram à Situação ou, para usar a expressão de Suzanne de Dietrich, homens que ainda não se acostumaram à escravidão.

Devido às peculiaridades da atual conjuntura política, o parlamentar, mesmo representante da Situação, não pode deixar de ser atingido pelo sistema que defende e ajuda a impor. Como porta-voz da ideologia dominante, paga o preço – caríssimo, cremos – de ser também atingido por ela.

Porventura candentes as palavras que estamos proferindo, não pretendemos que laivos fortes de emoção prejudiquem a análise, pois se trata de algo mais forte do que a discussão de itens esparsos do comportamento governamental. Preocupa-nos a natureza de nosso trabalho e de nossa existência como homens livres, em um Parlamento quase que inteiramente renovado, mas que, ao aproximar-se a quarta investidura militar, não nos parece rejuvenescido na consciência de suas responsabilidades.

É verdade que, em nossa situação específica, não temos muitas condições para modificar o contexto social, que é mantido por mãos extraordinariamente fortes; e as formas de fiscalização e controle se tornaram extremamente perigosas, porque exercidas de forma inteligente. Isso tem resultado em uma erosão contínua de valores e normas que ocupavam lugar importante na cultura política e legal do país.

---

E, não obstante o Executivo já ter absorvido todos os poderes tradicionalmente inerentes ao Legislativo, procurou, *pari passu* a essa absorção intolerável, envolver o sistema representativo em uma operação de descrédito, esquecendo-se, todavia, que não existe, na civilização contemporânea, outro instrumento que possa substituí-lo.

Aquelas pessoas que têm sempre uma recomendação no sentido de prudência e espera, mesmo dentro do partido da Oposição, gostaríamos de lembrar que esta vai penosamente vencendo a fase de não discutir coisas importantes para manter a ilusória esperança de mais tarde tratar de assuntos supérfluos.

Há mesmo um comportamento masoquista nessa atitude de expectativa e prudência, uma atitude de entrega completa, autonegadora e destruidora de si mesma, uma vez que os parlamentares se estão gradativamente transformando em objetos inertes frente ao seu partido e frente ao Governo.

A natureza de nosso trabalho e de nossa existência como homens livres nesse processo de autocoisificação, em sua acepção sartreana, deve ser objeto de permanente reexame, notadamente quando os projetos aprovados *a priori* constituem uma pantomima. O direito de protestar dentro das Comissões, sem que o curso de decisões tomadas anteriormente, à revelia do Poder Legislativo, possa ser alterado ou interrompido, tornou-se uma farsa, que pode ser perigosa e matreiramente enganadora, transformando os parlamentares em adolescentes que recebem autorização para utilizar a viatura do pai, desde que não saiam do quarteirão.

Sr. Presidente, para não dizer que estou usando de retórica, em 1971 foram apresentados 479 projetos pelos Srs. Parlamentares; desses, apenas 7 foram aprovados e subiram à sanção presidencial. De outro lado, o Governo apresentou 1.770 projetos, tendo sido todos eles aprovados integralmente. Em 1972, os parlamentares apresentaram 543 proposições, sendo que apenas 23 estão prontas para ir a Plenário. Nesse mesmo ano, o Governo apresentou 1.501 projetos, tendo sido todos eles aprovados integralmente.

Sei que muito – em grande parte – depende do Governo, mas, como parlamentares, temos de deixar clara a nossa participação perante o inexorável julgamento da História e dos observadores, que ainda têm esperanças na vida democrática e nas liberdades políticas, individuais e coletivas.

Temos, reiteradas vezes, voltado ao assunto na Câmara e na Comissão de Constituição e Justiça. Para aqueles que julgam que o tema está ficando monótono e cansativo, convém lembrar que o maior perigo dos regimes excepcionais e com falta de liberdade é se acostumar com elas. Julgo que outro não deverá ser o nosso assunto até que algo concreto aconteça; ou nos emancipamos como representantes do povo que nos elegeu, ou interrompemos essas manifestações falsas de liberdade.

Temos o quadro completo, pois a atitude complementar do masoquismo é o sadismo, é a atitude dominadora, auto-afirmativa, o ar de suficiência adquirido pelos tecnocratas e por aqueles que estão diretamente ligados ao Governo, em relação aos parlamentares.

Não me refiro aos parlamentares da Situação, pois estes se encontram em nosso barco e, apesar de não sofrerem aparentemente das mesmas limitações, estão aparentando uma suficiência externa, que suponho alguns dentre eles gostariam de ver modificada, pois se dizem porta-vozes de um Governo que não escolheram, mas a ele aderiram. Nenhuma adesão é sadia se não gratifica ambas as partes, e alguns parlamentares situacionistas relutam contra a seleção de seus líderes segundo os duvidosos critérios do incondicionalismo e se constroem com a transformação da Arena em cômodo de serventia eventual do Governo.

O ilustre vice-líder citou há pouco a personalidade do senador Krieger. Se este homem tivesse sido guindado à presidência do Congresso, hoje talvez tivéssemos um Congresso com maiores características de Parlamento. Posso dizer que, entre os Srs. Deputados, também se encontram homens do partido da Situação que não se estão acostumando com a escravidão do Parlamento brasileiro. A complementação se manifesta ainda nesta “intoxicação”, nesta interiorização de conceitos que não representam a sua vontade, a sua criação. Percebe-se, nos corredores desta Casa, não só as queixas, mas a insatisfação reinante. Figuras das mais legítimas deste Parlamento têm sido colocadas à parte – e eu estou falando não apenas em relação à Oposição, mas também ao partido da Situação.

Desenvolvimento, por exemplo, é um conceito que foi assimilado sem maior sensibilidade crítica. E, quando essa crítica se manifesta, ao invés de sofrer análise e ponderação, é jogada na vala comum do “comunismo subversivo”. E, uma vez rotulado, não deve mais preocupar – é caso para o Serviço Nacional de Informações, ou ameaças de cassação. Aliás, nada assegura que, pelo fato de estarmos aqui, já não estejamos

---

cassados. Isto, talvez, seja a evidência mais patente desta entrega total, desta despersonalização aniquiladora e consumidora de nossas melhores tendências, de nossos melhores recursos humanos.

O que acontece é que o parlamentar se transforma em nada e o Governo em realidade absoluta, detentor exclusivo da verdade.

Quando repelíamos o acordo atômico Brasil-Estados Unidos, enquanto o deputado Francisco Pinto estranhava o fato de as autoridades no assunto não terem sido ouvidas – e eu quero dizer que recebi carta de um general da ativa, especialista em assuntos nucleares, que disse que a Oposição estava certa, muito embora não tivéssemos a coragem de ouvir autoridades sobre o assunto –, o deputado Etelvino Lins dizia não ter estudado a matéria, mas votaria “sim”, de acordo com a orientação do partido. O exemplo, que não é esporádico, mostra de maneira inequívoca que as consciências individuais estão aniquiladas.

O episódio da votação de solidariedade aos bispos brasileiros também revela esse caráter de que a própria Situação está esmagada, não tem mais sequer o direito de apoiar os prelados brasileiros que se insurgem contra os excessos de um regime de exceção que se perpetua. Orientações internas protegem mais a existência de uma estrutura do que o estabelecimento de atitudes mais consentâneas com a soberania nacional.

Veja-se bem. Não se pretende que a Oposição esteja sempre com a verdade na discussão de todo projeto, mas trata-se da tentativa do restabelecimento de um direito que, sufocado, elimina toda possibilidade de uma existência digna para uma parte considerável da população, sem mencionar os evidentes perigos para o estabelecimento da verdade científica tal como se dá nas universidades, nos sindicatos, em todas as parcelas expressivas da população.

A política tem que servir incondicionalmente ao regime, assim como aos demais setores do país, notadamente a educação, com o afastamento de centenas de professores e cientistas. O próprio partido da Oposição, se não levar em conta o que realmente vem se processando, não passará de um simulacro justificador da situação que pretende condenar. Vir ao Parlamento já foi escolha e luta penosa que implicou posições cuja ambigüidade não sabemos ainda se superamos. Mas, uma vez que aqui estamos, temos obrigação de tentar uma luta dignificante e racional.

---



Convém lembrar, no entanto, que este marasmo não pode ser permanente, eterno, a menos que já tenhamos alcançado a fase, que não parece tão distante, em que o homem não consente, por instinto de sobrevivência ou por outros motivos, nesta etapa de aniquilação de um enorme número de subjetividades.

Continuamos a acreditar que haverá sempre aqueles que protestarão, criando novas civilizações e novas perspectivas futuras.

As civilizações como construção humana – e eu faço este reparo especialmente ao ilustre deputado Clóvis Stenzel – tem no seu próprio bojo o caráter do incompleto, do provisório, pois nenhuma elaboração humana é definitiva. Compreendemos, Srs. Deputados da Arena, que um grupo que toma o poder com intenções de modificar o estado em que se encontra um país tenha que se utilizar da força para a consecução de seus objetivos. Embora não desejável, isso é compreensível, mas, Srs. Deputados da Arena, a perpetuação das limitações impostas nos primeiros momentos é o esclerosamento proveniente de intenções mesquinhas que nada tem com os interesses do povo.

Não se trata – no Congresso – de combate à subversão e à guerrilha, e sim um receio bem definido da discussão da plausibilidade do regime e das atitudes dos que se tornaram os donos do poder. Repito, a perpetuação da censura e as constantes limitações da atividade parlamentar representam um atestado de fraqueza ideológica e o medo do questionamento da Oposição.

Claro está que a imprensa é um prolongamento do Poder Legislativo, e a divulgação constante e total dos trabalhos é causa e efeito do aprimoramento da atividade parlamentar e do desenvolvimento democrático. A divulgação reflete não apenas a atividade do parlamentar, mas a transmissão dos anseios e das lutas das bases que representa. O que assusta é que o que se está pedindo em nome da lei e da ordem – temas sempre atraentes aos regimes totalitários – já foi demasiado longe. As eleições controladas por tempo excessivo – e os exemplos do Chile e da Argentina – terão o condão de fortalecer os setores obscurantistas do Governo, da Situação e das Forças Armadas, que poderão entender que cada vez se pode confiar menos no povo.

Nas últimas eleições de novembro, o TST divulgou alguns dados expressivos: dos 3.962 municípios brasileiros, em 164 deles, onde estão localizados 7 milhões e 550 mil eleitores, houve eleições apenas para vereadores.

---

Inteiramente fora daquele pleito ficaram mais de dois milhões e quinhentos mil eleitores – dois milhões e trezentos mil da Guanabara e cerca de 160 mil de Brasília.

Do atual eleitorado brasileiro – cerca de trinta milhões de pessoas – menos de dois terços exerceram o direito de voto, e a tendência é diminuir esta participação com o “aumento das áreas de segurança”.

A Oposição tem que ser impertinente para se tornar pertinente, tem que ser audaciosa e não consentida. Oposição consentida é imoral. Já fizemos concessões em demasia, e com isso o Parlamento sofre, e com isso o povo sofre.

No que tange aos direitos humanos, por exemplo, temos titubeado e não temos sido coesos.

Ouvimos silentes, muitas vezes, a condenação do terrorismo que subverte, e não denunciarmos com clareza o terrorismo que reprime. O aconchego à lei e à ordem nos faz esquecer que a ponta de lança da desordem e do terrorismo é a injustiça, é o assalto consentido às riquezas do país, é o esmagamento político e ideológico dos estudantes, a marginalização dos trabalhadores.

Quanto de nós da Oposição temos contribuído, consciente ou inconscientemente, para a manutenção dessas situações de injustiça elaboradas pelo sistema?

Quais as vozes que se têm levantado em favor do prisioneiro político, dos oprimidos, dos torturados, daqueles que ousam proclamar as injustiças que o cercam?

Ninguém mais em sã consciência poderá duvidar da situação de opressão e desrespeito aos direitos humanos neste país.

Desde o “pau de arara”, passando pelo embrutecimento da mente através do domínio permanente e maciço dos meios de comunicação, estende-se um amplo quadro de violações dos direitos humanos.

O Governo tem alegado até que não há detidos políticos no país, mas sim delinquentes comuns. Que bom seria, Srs. Deputados, que bom seria se os nossos prisioneiros políticos tivessem o tratamento dos delinquentes comuns. Oxalá fosse a proscrição política dos movimentos populares semelhante ao tratamento dispensado aos bandidos que integram o Esquadrão da Morte. Não se quer mais do que isso, Sr. Presidente.

E quando o ilustre advogado carioca pediu para os prisioneiros políticos da Guanabara o tratamento que se dispensa aos animais, ele não estava fazendo uso de imagem de retórica, Sr. Presidente. Pergunto: que isso faz para a imagem deste país, quando esses elementos não estão engajados em nenhum movimento de violência, de terrorismo, mas simplesmente acham que não foi esmagado na sua consciência o direito de protestar, o direito de criticar, o sagrado direito de batalhar pelas classes marginalizadas do país, principalmente a dos trabalhadores e estudantes? O momento histórico e decisivo para se discutir a relevância do que estamos fazendo para combater tudo isso é este, e a participação da Oposição e da Situação já está sendo julgada.

As concessões a que fomos forçados estão começando a cair sobre nós em forma de perpetuação do impasse. Creio que estamos já sofrendo um aviltamento progressivo, apenas para desempenharmos o papel de Parlamento. Sei que estas palavras não terão o condão de modificar muito a situação parlamentar, mas, como indivíduo e como membro da Oposição, não tenho escolha: sou obrigado a manifestar meu desagrado, já se transformando em desesperança, por não conseguir divisar a luz no fim do túnel.

E o exemplo da Argentina, Sr. Presidente, é muito claro. Quem sabe teremos nós de ressucitar, também no Brasil, as múmias políticas, diante do esmagamento das liberdades e diante do esmagamento da possibilidade de se florescerem novas lideranças. Será que teremos de trazer de volta nossos ditadores, como fizeram os argentinos? Ou este Parlamento terá a coragem de se transformar num Parlamento, enfim, que possibilite o surgimento de novas lideranças?

Aos adversários que às vezes se espantam com nossas palavras, que lhes parecem mal humoradas quando não provocatórias, devemos lembrar que a situação é de clamor e de grito desesperador. Aos companheiros da Oposição, que vislumbram radicalismos, gostaríamos de reafirmar que realmente estamos tentando chegar à raiz do problema.

As declarações do senador Church, por exemplo, devem chamar nossa atenção para as verdadeiras funções de uma oposição. O senador americano nada mais disse do que deveríamos nos dizer, ao contestar aquilo que oficialmente temos chamado de desenvolvimento, e também o exame dos investimentos em suas últimas conseqüências.

---

Ao ler suas declarações – há algum tempo – não pude deixar de sentir a desagradável sensação de que, mais uma vez, as fórmulas de “redenção” para nosso país estão sendo colocadas com mais clareza por outra nação.

Interessante observar que também a ele foi feita a pergunta, se suas declarações não eram as de um comunista, quando denuncia a influência dos monopólios, quando denuncia a ITT, que está hoje intervindo em diversos países da América do Sul, inclusive no Chile.

E mais uma vez sentimos a armadilha e a intenção segura de justificar uma situação pelo obscurecimento da verdade, quando mostrava aquele senador seu despreço às atitudes governamentais naquilo em que sancionavam as expressões do neo-imperialismo (o termo não perdeu, desgraçadamente, seu sentido). Aguardemos o resultado do inquérito do Senado norte-americano.

Sabemos, por experiência própria da Oposição brasileira, que estas insinuações são feitas com má-fé e muito pouco por ignorância, e imagino o quanto isso não esteja divertindo imensamente os próprios comunistas.

É preciso exercer a oposição, porque para muitos brasileiros o MDB não absorveu ainda todo o sentimento oposicionista do povo, conforme salientou o eminente líder Aldo Fagundes. Dizer que são poucos os brasileiros que assim pensam é menosprezar o crescente protesto que certamente viria com as franquias democráticas.

Não vimos ao Congresso na tentativa de perpetuar nossos lugares, mas exercer a crítica e o diálogo, que no momento é amargo e evidentemente perigoso.

Por outro lado, as aberturas, marchas e contramarchas da política internacional, já nos deveriam ter tornado mais realistas e objetivos; em se tratando dos interesses comerciais e de poder, as grandes nações estão passando por cima de contradições ideológicas consideradas como intransponíveis. E o reflexo não se fez tardar; agora já podemos exportar café à China Comunista, pois Nixon já nos deu alvará.

A crítica exercida pela Oposição, para merecer o nome, tem de atingir os problemas verdadeiramente humanos. Discutir uma irregularidade em torno da ponte Rio-Niterói ou a substituição do governador do Paraná não pode ser a única função da Oposição. É evidente que isto poderia ser entregue à própria Arena ou a uma equipe de técnicos. Se o fizemos, foi no intuito de mostrar, embora debilmente, que nem os problemas de corrupção são sanados, quando a crítica não vai mais longe.

Ao exercer mandato da maneira como o vimos fazendo, estamos ainda em fase embrionária, isto é, lutando pelo direito de ser Oposição, pois ainda não nos podemos caracterizar como tal. Faltam-nos ainda os elementos mínimos e indispensáveis para que isto se dê.

Ao lado do fato lamentável de que o Governo não tenha liberado estas possibilidades através das eleições e as ainda constantes ameaças de cassação, está outro aspecto que considero mais perigoso; a interiorização, por parte de alguns membros do MDB, de que somos Oposição. Sei que somos deputados e senadores, mas ainda não consegui me sentir como parlamentar.

Há uma tentativa de se utilizar dos jargões sociológicos mais divulgados, na intenção de localizar a fonte de nossas idéias e o que tem gerado nossa crítica.

Que há por trás de cada defesa incondicional do sistema? O senador Church responde quando colocado perante a possibilidade de ser considerado comunista por suas críticas.

“Bem, eu digo que sou um homem bom, capitalista; creio em nosso sistema, acho que ele é bastante eficiente e produtivo. Mas também penso que o Governo não pode se escravizar aos interesse das grandes companhias americanas.”

A meu ver, este é o papel da Oposição; denunciar onde e como os interesses e a estupidez humana estão se manifestando em qualquer governo, ou qualquer representação assim chamada “parlamentar”.

Como por Oposição, por exemplo, não podemos deixar de notar que o sistema de despojos – preenchimento dos cargos públicos para o partido que toma o poder – continua através da exagerada penetração de militares em todas as áreas da administração nacional. E, se os políticos – espero que essa palavra recobre o seu significado positivo – nos calam, não é pela convicção de que os militares são mais honestos e capazes que o restante da população e, sim, para manter a nossa situação individual de eventuais parlamentares.

E a esdrúxula união entre militares e tecnocratas – não se podendo analisar com nitidez quem está usando quem – não requereu nem criou no país um sistema adequado de liberdade e igualdade de oportunidades.

---

O império da tecnocracia e a abdicação das funções críticas com a atraente desculpa de aperfeiçoar a funcionalidade do sistema foram incapazes de solucionar as contradições da sociedade brasileira, mas a acentuaram segundo dados do próprio IBGE.

É tempo de dizer não a estes fatos, não nos incomodando muito com os resultados. Se a Revolução conquistou a maior parte da população, como é proclamado aos quatro cantos todo o tempo, então não se justifica mais a presença dos militares em tantos lugares. Isso significa apenas que os cargos estão sendo distribuídos, não pelo mérito e pela qualificação, e sim pelo despojo, termo bem antigo e atual.

Terminar com esta política significaria terminar com a própria realidade dessa distribuição pelas áreas de confiança do grupo que está no poder. Isso não mudou nada o que foi muito deplorado antes de 1964.

Por outro lado, devemos estar atentos quanto ao perigo da formação de um pensamento nacional-militarista. Faço minhas as palavras do gaúcho Êrico Veríssimo – a época é dos gaúchos:

“Não desejo, entretanto, que, apertando a censura e criando no Brasil o medo de pensar, nós tenhamos apenas um progresso material, perdendo a capacidade de criticar construtivamente, de pensar livremente, transformando-nos numa nação de covardes e conformados. A Espanha é um exemplo a ser observado com cuidado; a flor da intelectualidade espanhola teve de emigrar depois da guerra civil. O mesmo aconteceu na Alemanha de Hitler, que conseguiu expulsar ou prender seus cientistas e humanistas que não eram partidários do hitlerismo. Veja o que está se passando na Rússia de hoje em matéria de repressão contra a arte e o pensamento. Não creio que o regime brasileiro que está aí queira imitar o soviético.”

Afirmamos que tanto o Governo como a Oposição estão em um ponto de opção extremamente perigoso. Como já mencionei anteriormente, a repressão e a supressão da liberdade da imprensa (assunto sobre o qual não preciso estender-me, o que já foi feito por colegas anteriormente), retiram da juventude e da intelectualidade sua expressão, sua voz, e o desespero criado gera a violência, à qual, infelizmente, já nos estamos acostumando.

Se a Oposição, que já sofre de certo descrédito junto à opinião pública, por causa da tibieza de suas manifestações e de seu caráter de criação artificial de regime de força, não levantar impertinentemente sua voz, mostrando o que realmente acontece, e se suas tentativas forem sufocadas, afirmo, sem medo de ser contundente em demasia, que corremos o risco e os perigos da proximidade da ideologia fascista.

Os componentes estão aí: o esmagamento dos estudantes e dos trabalhadores; a censura aos escritores e jornalistas; o endeusamento ufanista, o êxodo dos cientistas e o desenvolvimento dos militares, espalhados em grande quantidade por todas as partes administrativas, são os componentes que formaram aos poucos o regime mencionado.

O fato de estar sendo elaborado com mais sutileza o torna ainda mais perigoso. O jogo da verdade ainda não foi estabelecido, e essa promessa não poderá deixar de ser cumprida se o atual Governo quer que acreditemos em suas intenções em relação ao restabelecimento da democracia.

Os jornalistas apontam outro fato desencorajador: há muito pouco interesse no que se passa no Congresso por parte dos leitores, e isso só pode dar-se por dois motivos: primeiro, que as notícias publicadas só têm mostrado um Congresso sem nenhum poder decisório; segundo, que o leitor mais inteligente percebe a filtragem pela qual passam as notícias consentidas. E não vou usar aqui as expressões mais candentes utilizadas por um de nossos mais prestigiosos matutinos, *O Estado de S. Paulo*, ao comparar o Brasil a uma Uganda qualquer, por causa da opressão à liberdade de imprensa.

Se não, nada justificaria a pouca ou quase nenhuma divulgação que tiveram vários depoimentos de colegas da Câmara, devido o interesse que, sem dúvida, despertariam. Isso sem mencionar a técnica tendenciosa com que são publicadas certas notícias. Não há jogo da verdade possível sem total liberdade de imprensa, e sabemos que o Governo é suficientemente forte para coibir abuso em qualquer área.

Não há liberdade quando somente uma facção da sociedade se propõe a interpretar-lhes os postulados.

Quero concluir dizendo que grande culpa cabe aos congressistas e ao próprio MDB, que, através de sua “prudência”, às vezes toma uma atitude de quase anuência, confirmando a opinião de alguns elementos da imprensa e intelectuais de que os partidos são exatamente a mesma

---

coisa em sua atuação, isto é, grupo de luzidios fantoches a sancionar tudo aquilo que o Governo faz.

Lembramo-nos sempre de que a grande força e uma das glórias da nação americana é exatamente sua liberdade de expressão, e, se vier também a limitá-la, passará então um atestado de ineficiência ao enfrentar as contradições que vem sofrendo.

No nosso caso, fica muito claro que, se o povo realmente quer e se a atitude governamental é a única e excelente maneira de enfrentar os problemas da busca do desenvolvimento – que todos desejamos ansiosamente –, nada há a temer. Mas se, em quase dez anos de poder, as limitações continuam ou crescem, é porque há realmente “algo podre no reino da Dinamarca”.

O Sr. General que ocupa a Presidência da República disse textualmente que, depois de dez anos, gozando de todos os poderes arbitrários, vai continuar a implacabilidade do regime. Anotem os Srs. Deputados essa expressão!

Ficou claro que evitamos uma definição rigorosa sobre a natureza da Oposição, mas também está claro que falamos o tempo todo desta natureza e isso por duas razões: primeiro, porque não consideramos que um assunto no Parlamento deva ser tratado de forma definitiva, o que seria o resultado da pressuposição de que estamos investidos da verdade única e absoluta; segundo, porque não estamos dispostos a discutir longamente sobre palavras, o que, além de cansativo, nos afasta da verdade de nossos objetivos.

Discutir termos pode tornar-se um perigoso jogo para encobrir nossa impotência, como tem acontecido com algumas áreas do ensino, em que a precisão científica dos termos se torna mais importante do que a apresentação humana de nossas reais necessidades.

Temos consciência, também, das limitações de nossa ação. Não pode a Oposição, no momento, transformar a sociedade, nem fazer com que o país entre no caminho do verdadeiro desenvolvimento, do qual participe todo povo brasileiro.

Talvez não possa economizar sequer uma hora de sofrimento aos milhares de prisioneiros políticos espalhados por todo o país. Mas tem de prosseguir; e a direção partidária do MDB, sua liderança nesta nova



etapa e seus integrantes procurarão desnudar ao povo e ao país os verdadeiros contornos da situação angustiosa que atravessamos.

E forçar, energeticamente, ainda que dentro das estreitas possibilidades democráticas de que dispomos, a alteração do *status quo*.

Concedo o aparte ao nobre deputado Clóvis Stenzel.

O SR. PRESIDENTE (*Flávio Marcílio*) – V.Exa. tem três minutos para concluir seu discurso.

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Sr. Presidente, não me posso furtar ao dever de conceder o aparte ao ilustre líder situacionista, ainda que em meu prejuízo.

O SR. PRESIDENTE (*Flávio Marcílio*) – Os minutos que lhe restam são improrrogáveis.

O *Sr. Clóvis Stenzel* – Gostaria apenas que ficasse registrado nosso comportamento de obediência ao apelo feito, no sentido de que fosse concluído o discurso sem apartes. Pediria apenas à douta Oposição, que tanto deseja o debate nesta Casa, que, nas próximas oportunidades, os seus deputados fizessem pronunciamentos mais curtos, ensejando, assim, à bancada da Maioria o diálogo. Caso contrário, a Oposição passará a monologar. Não apartarei, portanto, V.Exa., porque o nobre deputado Daniel Faraco vai responder ao discurso. Apenas dirijo um apelo – eu, que aprecio o debate e gosto de apartear – para que, futuramente, a Oposição ocupe menos tempo, possibilitando – repito – o diálogo.

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o apelo do ilustre líder da Maioria não se refira apenas aos pronunciamentos dos deputados da Oposição, mas também os da Situação e, sobretudo, mais importante ainda, que as mensagens enviadas a esta Casa para serem votadas de sopetão sejam apresentadas a um Parlamento livre e soberano, com o tempo devido, a fim de que, pelo menos, possamos dar ao país a impressão de que estamos realmente legislando. Que esse apelo se refira, por conseguinte, a todo o procedimento do Governo em relação aos parlamentares da Oposição e da própria Situação.

Verificarão S.Exas., Sr. Presidente e Srs. Deputados, que a análise que fiz foi isenta, não teve laivos de emotividade. Interessa-nos a busca do desenvolvimento e, sobretudo, o fortalecimento de um Congresso que até hoje não pode ser considerado como Parlamento. E essa busca

---

não compete apenas à Oposição, mas principalmente aos representantes do Governo. Estamos no mesmo barco. Não adianta colocar a máscara da auto-suficiência porque – repito – estamos no mesmo barco. Até a escolha de presidente de Comissões desta Casa tem de ser referendada pelo Palácio do Planalto. Precisamos nos libertar disso, Sr. Presidente, porque o povo brasileiro está na expectativa favorável, no momento, de que este Congresso realmente possa transformar-se num Parlamento.

O SR. PRESIDENTE (*Flávio Marcílio*) – Nobre deputado, o tempo de V.Exa. está esgotado, e a Mesa, neste particular, é inflexível: não prorroga o tempo regimental.

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Obedeço à Mesa em sua inflexibilidade e concludo, Sr. Presidente, com uma evocação de Herbert Casson:

“Quando a crise passar e as ditaduras não mais alarmarem o mundo, devemos empreender a grande tarefa de ensinar às outras nações como é necessário manter a paz, encorajar a benevolência, a prosperidade e o desenvolvimento harmonioso dos indivíduos. Devemos ensinar o gênero humano a dizer: Isto não pode repetir-se.”

Era o que tinha a dizer.

---



## NÃO QUEIRA V.Exa. ME ENSINAR COMPORTAMENTO PARLAMENTAR<sup>113</sup>

---

*Contesta a resposta do líder da Maioria a seu discurso anterior, sobre o fortalecimento do Legislativo, em que o acusara de proferir palavras violentas em seu pronunciamento. Alega que o Congresso em nada contribui para a dignidade parlamentar quando diz que não há ditadura no país e quando afirma que vai eleger o próximo presidente da República.*

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Sr. Presidente, Srs. Deputados, minha vinda a esta tribuna, por indicação da Liderança do MDB, é, em primeiro lugar, para assegurar os apartes que não puderam ser concedidos, dada a exigüidade do tempo.

Mas o que é mais lamentável, referentemente ao meu pronunciamento anterior, é a resposta que ele mereceu, e que alguns aspectos fundamentais do meu discurso ficaram sem qualquer resposta, sem qualquer apreciação por parte dos ilustres membros da Maioria. Não perceberam S.Exas. que o que nos animava, primordialmente, era exatamente o fortalecimento do Poder Legislativo. Vimos, agora, essa manifestação falsa de poder e de independência: um deputado do Governo dizer que o Parlamento vai escolher o próximo presidente da República. Pergunto a S.Exa: em que isso pode contribuir para o fortalecimento deste Poder, quando sabemos que é um Colégio de Generais que se vai pronunciar e nós vamos homologar. Não vamos sequer insinuar nomes. E quando digo nós, refiro-me ao fato de que a Oposição tem o dever e a obrigação de fazer, muitas vezes, aquilo que a Arena, que alguns parlamentares da Arena – porque os há – teriam vontade de fazer.

O brilho das palavras, o brilho da inteligência, uma dialética escorregada e até elegante, poética, procura obscurecer estes fatos simples que procuramos apresentar aqui. Este Congresso vai eleger o presidente da República, Sr. Presidente! Seria ridículo, se não fosse trágico, vírmos aqui

---

<sup>113</sup> Publicado no *Diário do Congresso Nacional*, Seção I, de 3 de abril de 1973, p. 550.

para fazermos afirmações deste jaez. Em nada estamos contribuindo para a dignidade parlamentar, quando dizemos que vamos eleger o presidente da República. Em nada estamos contribuindo para a dignidade parlamentar, quando dizemos que não há ditadura nesse país. Em nada estamos contribuindo para a dignidade parlamentar, quando dizemos que a classe trabalhadora está esmagada, que os estudantes estão esmagados e que não podem participar do processo político e econômico desta Nação.

*O Sr. Aldo Fagundes* – Nobre colega, ao ensejo da discussão do projeto de lei complementar que vai disciplinar o colégio eleitoral que tornará esse ato político relevante – a escolha do novo presidente da República –, alguns parlamentares da Oposição têm sugerido que se cogite da supressão do dispositivo da fidelidade partidária, para que, desta forma, se fixe a soberania do colegiado. Sem esta providência – que, estou vendo, vai contar com a simpatia do eminente líder Daniel Faraco, coerentemente com a tese que defende –, não poderá haver escolha soberana, porque a convenção partidária que homologar o nome do candidato já saberá, de antemão, com quantos votos poderá contar no colégio eleitoral. É evidente que este tipo de decisão desfigura por inteiro o processo eleitoral.

*O SR. LYSÂNEAS MACIEL* – Por falar em colégio eleitoral, acho que teríamos de ter um pouco de pudor ao dizer que somos um colégio eleitoral. Mais, ainda por falar em colégio eleitoral, quem ocupa a Presidência da República já determinou que o assunto “eleição presidencial” é proibido ao Congresso, a não ser no segundo semestre e, talvez, quinze dias antes, dez dias, ou mesmo no dia das eleições, é que nós, que constituímos esse colégio eleitoral, teremos oportunidade de examinar o nome do ilustre brasileiro que vai ser submetido à apreciação deste Congresso.

*O Sr. Fernando Lyra* – Permite V.Exa. um aparte?

*O SR. LYSÂNEAS MACIEL* – Concedo-lhe o aparte, nobre deputado Fernando Lyra, e quero apenas lembrar a V.Exa. que um dos motivos principais da minha presença aqui é exatamente de conceder os apartes que, dado a exigüidade do tempo, não foram permitidos na hora própria e oportuna.

*O Sr. Fernando Lyra* – Nobre deputado Lysâneas Maciel, desde que aqui cheguei, admiro a inteligência de V.Exa. e, mais que a inteligência, o seu espírito de solidariedade humana, a sua formação cristã, o poder de combatividade. Mais ainda: felizmente, V.Exa. não foi mordido pelo medo, para que nós, da Oposição, tivéssemos condições de dizer a verdade. A reação da Liderança da Arena – e mais do que da Arena, hoje,

do Governo – é muito natural, porque a verdade dói. Quando entrava no Plenário, o ilustre líder Daniel Faraco dizia que “V.Exa., como cristão, combatia a violência, mas que havia proferido palavras violentas, e que essas palavras violentas gerariam violência. Desconheci aquele meu querido e ilustre líder. Palavras violentas para chamar a atenção do Brasil, do povo brasileiro, das autoridades brasileiras para o momento que atravessamos não é violência, deputado. V.Exa. combate a violência, deputado. V.Exa. sabe, sim, o que gera a violência que nós tanto temos combatido aqui. Mas não a palavra sincera, franca. Porque, neste país, precisamos, antes de mais nada, de franqueza, de dizer das tribunas e das praças públicas aquilo que sentimos e não o que as circunstâncias ditam que devemos dizer. Portanto, deputado Lysâneas Maciel, aceite os cumprimentos de um amigo e de um colega que muito o admira e que cada vez mais faz votos para que sua inteligência privilegiada continue dando ao Congresso Nacional aquilo de que o Congresso Nacional necessita. Ninguém nesta Casa espere doação. Nós precisamos conquistar. E é com trabalho, com coragem, com abnegação e com espírito público que iremos conquistar, reconquistar o poder, a autonomia deste Congresso mutilado, mas que ainda acreditamos seja o pulmão do povo brasileiro. E nossa voz será ouvida enquanto tivermos a felicidade de participar do processo que queremos restaurar: o processo da liberdade, da dignidade humana, enfim, da democracia e do desenvolvimento voltado para os interesses puramente nacionais.

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Agradecido a V.Exa. São as palavras de um deputado que tem primado, quer na esfera estadual, quer na esfera federal, pela defesa desses postulados que todos modestamente defendemos.

O Sr. *Daniel Faraco* – Permita-me V.Exa. Não sei que conseqüências quer tirar o deputado Fernando Lyra do aparte que deu. Tive ensejo de, no meu discurso, referir-me à linguagem de violência que V.Exa. usou da tribuna.

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Sem apontar essa violência.

O Sr. *Daniel Faraco* – Vou lembrar expressões que V.Exa. usou, pois as anotei.

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Talvez a própria situação seja de violência.

*O Sr. Daniel Faraco* – Isso sempre se pode alegar.

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Ou é um fato ou não é.

*O Sr. Daniel Faraco* – Quando V.Exa. se refere aos homens da Arena, fala em escravidão, em objetos inertes, em pantomima e farsa. Compara-nos a adolescentes que recebem a autorização para usar a viatura do pai. Sr. Deputado, essa não é a maneira de se referir aos colegas. É uma linguagem violenta, que não deve ser usada no debate parlamentar.

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – O ilustre parlamentar usou, há pouco tempo, a expressão: “V.Exa. está apelando”.

*O Sr. Daniel Faraco* – Sr. Deputado, eu não emprego essas expressões.

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – V.Exa disse que o colega estava apelando. Era linguagem parlamentar?

*O Sr. Daniel Faraco* – Isso é brincadeira de futebol. Se V.Exa. não gosta de futebol, então nunca mais uso a expressão. Não empreguei essa linguagem com V.Exa., mas sim com o deputado Aldo Fagundes, que deve ser Grêmio ou Internacional.

*O Sr. Aldo Fagundes* – Sou Colorado.

*O Sr. Daniel Faraco* – Veja V.Exa., ele é meu companheiro de futebol. Creio que não podemos usar estas expressões aqui. Se me permite, já que estamos quase trocando confidências em público, há pouco, quando falávamos de determinado projeto de lei, V.Exa. se referiu ao voto proferido por um deputado na Comissão. Ora, V.Exa. foi encontrar intenção no voto de um deputado que apenas procurava defender seu ponto de vista. E V.Exa., também como eu, quer defender seu ponto de vista, quer defender os interesses de determinada área eleitoral. Tudo isto está certo, faz parte do jogo político. Mas creio que devemos usar linguagem parlamentar, quando nos referimos aos nossos colegas. A violência verbal, ao meu ver, não se justifica.

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Sr. Deputado, é curioso. Imagine que uma das maiores preocupações que tenho, como deputado, é com o rejuvenescimento, o fortalecimento deste Congresso. Estranhei aquele voto porque os deputados da Arena, por unanimidade, aprovaram determinado projeto na Comissão de Constituição e Justiça e, sem mudar as vírgulas, os verbos e os adjetivos, usaram a mesma linguagem para recusar esse mesmo projeto em outra Comissão. Tenho de estranhar

---

o fato de V.Exa. usar sua longa experiência de deputado, habituado a servir a governos dos mais diversos matizes e tendências, para ensinar-me comportamento parlamentar.

O Sr. *Daniel Faraco* – Novamente V.Exa. está sendo indelicado. Entende o que quero dizer?

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Vou terminar meu raciocínio. Permita-me dizer que luto pelo fortalecimento do Poder Legislativo. Estranho como possa ter sido indelicado com um colega que, ao votar problema fundamental, referente à energia atômica e à subjugação deste país pelo espaço de 30 anos, tenha dito: “Não sei do que se trata mas vou votar com a Maioria”. Tenho de estranhar ainda, Sr. Deputado, quando o episcopado brasileiro vem aqui e diz que há problemas humanos a serem defendidos, e a Maioria vem e diz que não há coisa alguma a ser defendida, que falar em direitos humanos é falar contra o Governo. Tenho de estranhar isso, ainda que V.Exa. queira ensinar-me comportamento parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (*Flávio Marcílio*) – Lembro ao nobre orador que seu tempo está esgotado.

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Vou terminar, Sr. Presidente. Quando falo em justiça social e em redemocratização, baseio-me no pronunciamento do general Miranda Jordão; quando falo em nacionalismo, em defesa de um povo no sentido de sua liberação, repito os conceitos de Albuquerque Lima; quando falo em distribuição de justiça e em discernimento entre terrorismo e participação do povo, refiro-me ao atual presidente do Tribunal Superior Militar; quando falo em democracia, em defesa da liberdade de imprensa, falo em Eduardo Gomes, que assegurou auxílio, inclusive pessoal e físico, ao diretor de *O Estado de S. Paulo*, na ocasião em que este foi ameaçado de ser preso, porque ousara dizer que não há liberdade de imprensa neste país.

Era o que tinha a dizer.



## O CONGRESSO NÃO PODE SILENCIAR DIANTE DA VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NO PAÍS<sup>114</sup>

---

*Denuncia o assassinato do estudante Alexandre Vanucchi Leme e acusa o Governo de ser o responsável pelo aumento da subversão no país. Afirma que a Oposição “não mais se calará diante desses assassinatos”.*

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Oposição tem afirmado diversas vezes, perante esta Casa, que a ação governamental tem sido o grande instrumento do incremento e recrudescimento do terrorismo em nosso país. E não falamos em linguagem acadêmica, Sr. Presidente.

Não poderia passar sem registro – e pretendemos fazê-lo todas as vezes em que o fato se repetir – o assassinato do estudante paulista Alexandre Vanucchi Leme. O instrumento usado para o crime dessa vez foi um caminhão. As autoridades não têm tido sequer o cuidado de variar as versões para este tipo de ação que não podemos, Sr. Presidente e Srs. Deputados, deixar de condenar, sob pena de estarmos abdicando do nosso dever de crítica. Diariamente deixamos de denunciar fatos graves que estão acontecendo neste país, com a complacência, a anuência e o silêncio deste Congresso.

Registramos o fato, Sr. Presidente, porque o MDB – a Oposição – tem repellido a violência, que não interessa a ninguém, como o terrorismo também não interessa a ninguém. Todos sabemos que a ponta de lança do terrorismo e da violência é a injustiça. Esses assassinatos são cometidos contra estudantes que não têm mais o direito de pensar, não têm mais o direito de raciocinar ou de divergir; não têm, sequer, o direito de pedir a construção de uma passarela, para que não morram atropelados. Porque isso é considerado subversivo.

Aquele estudante foi morto. É mais um assassinio nessa escala imensa de atos contra a liberdade mínima do direito de pensar neste país.

---

<sup>114</sup> Publicado no *Diário do Congresso Nacional*, Seção I, de 6 de abril de 1973, p. 677.

Gostaria de perguntar, Sr. Presidente: que grupos se beneficiam ou têm fortalecidas suas teses quando alguém é assassinado nas ruas de São Paulo? Que movimentos se revigoram quando são assassinados líderes sindicais e líderes estudantis?

Essas perguntas são feitas porque todos sabemos que o terrorismo que reprime está condicionado ao comportamento do terrorismo que subverte. Quando um estudante é assassinado sem julgamento, quando não são fornecidos à Nação os elementos que porventura o incriminariam, evidentemente que está se formando uma onda de rebeldia natural, de inconformismo e de manifestação contra esse estado de coisas. Então perguntamos: quem está contribuindo para o incremento da subversão neste país? Que forças estão por trás disso tudo, que não permitem sequer uma simples manifestação? Ontem se usou da violência contra esse estudante – que teve na sua missa de 7º dia a presença do cardeal de São Paulo – numa condenação a sua atitude de indagação, coisa natural na idade deste rapaz.

Como pode este Congresso silenciar diante da violação freqüente dos direitos humanos, dos direitos da classe estudantil? É ilusão pensar-se que essa força que esmaga pensamentos pode continuar para sempre. Estamos trabalhando contra a subversão do país, mas, todas as vezes que acontece um ato desses, de insanos, de elementos que não têm a mínima condição de chefiar organismos de segurança, a subversão conta com mais elementos para alimentar-se, o terrorismo conta com mais ingredientes para fortalecer-se.

Nós, da Oposição, não nos vamos calar mais diante desses assassinatos. Vamos trazê-los ao conhecimento dos nossos pares e desta Casa, que não deve ter interesse em fortalecer a subversão. A esta altura, Sr. Presidente, seria muito oportuno que esta Casa tivesse oportunidade de ouvir o pronunciamento de S.Exa., cardeal de São Paulo, em que deplorava pelo menos não se entregasse à família o corpo daquele estudante assassinado.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, ao fazer reparo a tão abominável fato, a uma violência a que já estamos, infelizmente, nos acostumando.

---

## ASSASSINADO PELO DIREITO DE PENSAR<sup>115</sup>

---

*Refuta explicações do líder da Arena sobre o assassinato do estudante Alexandre Vanucchi Leme e diz que o MDB não pode calar, nem se valerá de estatísticas do Detran para justificar “a epidemia de atropelamentos de estudantes no Brasil”. Em resposta, o líder, Geraldo Freire, diz que “não é possível admitir que os responsáveis pela manutenção da ordem pública sejam acusados de homicidas e assassinos”.*

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Sr. Presidente, Srs. Deputados, não tenho aquele acesso do líder do Governo aos despachos dos porões dos IPMs para informar se realmente o estudante teria sido atropelado. São apresentadas à Casa estatísticas oficiais sobre atropelamentos rotineiros, para justificar um atropelamento político. Citam-se números, com uma tranqüilidade de impressionar, relativos a acidentes normais ocorridos nas estradas, para justificar assassinatos políticos.

Veja V.Exa., Sr. Presidente, a que ponto chegamos em nome da lei e da ordem. S.Ema., o cardeal de São Paulo, oficiou a missa desse rapaz que foi assassinado – não foi atropelado. Se ele tivesse sido atropelado, de acordo com as estatísticas aqui apresentadas com uma tranqüilidade impressionante pelo eminente líder da Arena, por que não entregaram o corpo para ser objeto de exame por parte dos familiares e médicos legistas? Não temos, repito, esse acesso aos porões e corredores dos IPMs para dizer se esse rapaz estava realmente engajado em problema de terrorismo ou de violência, ou se se trata de mais um estudante desta Pátria assassinado simplesmente pelo direito de pensar. Não se pode mais pensar, nesta terra, é crime. Quando os Srs. Bispos falam em direitos humanos, entende a Maioria que estão falando contra o Governo, assim como quando tentam levantar as consciências vivas da Nação contra os descabros que estão acontecendo.

---

<sup>115</sup> Publicado no *Diário do Congresso Nacional*, Seção I, de 6 de abril, de 1973, p. 688.

É preciso que esta Casa saiba que nem mesmo os Srs. Militares estão satisfeitos com o envolvimento do seu nome, através da atuação de alguns elementos insanos que se comprazem na frequência desses corredores de IPMs. Não temos dúvida em afirmar que um partido que, desde o princípio, repeliu a violência que não conduz a nada e, desde o primeiro instante, se manifestou a favor da ordem e do respeito aos Poderes constituídos, tem compromisso com a justiça e com a libertação dos estudantes, com o direito que eles têm de pensar e de não ser assassinados quando pensam.

Estamos contribuindo – com a anuência do Congresso –, pedra sobre pedra, para o fortalecimento da subversão no país. Que grupo, Sr. Presidente – torno a perguntar –, se fortalece quando um estudante que simplesmente pensa é assassinado? Indago à Casa: quem se fortalece com essas atitudes? É a Oposição? Esta Oposição pequenina, esmagada e cercada, ou é justamente o círculo de ferro de elementos cuja atitude só pode ter explicação – círculo de ferro que se está fechando sobre o país – na suposição de que se pode esmagar a idéia através de assassinatos e o pensamento livre através de atitudes como essa?

Sr. Presidente, o MDB está vivendo uma hora difícil e complicada; está vivendo momento de angústia. O MDB tem um compromisso com a ordem, com os poderes constituídos, com a autoridade. Mas tem, igualmente, um compromisso com a liberdade, com a justiça, com todas as normas jurídicas e morais que um dia foram objeto de culto nesta Pátria e que não estão mais erodidas por elementos insanos que pretendem não ter a Nação configuração moral nem política. O MDB continuará a cumprir a sua missão e não se valerá das estatísticas do Detran, nem de departamentos de trânsito, para justificar o atropelamento de muitos estudantes. Que epidemia de atropelamentos de estudantes no Brasil, Sr. Presidente! Não temos acesso, como já disse, aos desvãos e corredores dos IPMs. Mas não nos podemos calar, porque, se o fizermos, as próprias pedras e as paredes insensíveis haverão de clamar, de dizer que, um dia, este Parlamento deixou de ser um Parlamento para ser uma Casa que homologa o que ocorrer com jovens que simplesmente passam a pensar em outra doutrina para a sua Pátria.

---

## O EMPREGO CONSTANTE E PERMANENTE DA TORTURA I<sup>116</sup>

---

*Lê nota do episcopado paulista e comunicado de diretórios estudantis sobre a celebração de missa do estudante Alexandre Vanucchi Leme. Denuncia novas prisões e torturas na Guanabara e aponta o caso da médica Graziela Meimberg Fadul.*

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Sr. Presidente, Srs. Deputados, há poucos dias um jornalista que trabalha nesta Casa me observou que, quando eu relatava casos de tortura e de violação de direitos humanos perante este Parlamento, tinha de me socorrer, freqüentemente, de papéis, de registros, a fim de citar os nomes das pessoas que eram torturadas ou que tinham os seus direitos violados.

Sr. Presidente, antigamente a tortura pelo crime político e as violações dos direitos humanos eram raras, e se tinha conhecimento imediato de tudo aquilo que ocorria neste particular. Hoje em dia, esses fatos estão ocorrendo com tanta freqüência, são tão corriqueiros, que temos de nos socorrer de apontamentos para mencionar a enxurrada de casos em que esses direitos são violados. Ainda não acabamos de apreciar o caso daquele estudante de São Paulo, atropelado por um caminhão – atropelamento, segundo o líder da Minoria, político-jurídico –, e já há novos casos a relatar a esta Casa. Mas antes, Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria de registrar a convocação para a missa por alma daquele universitário que foi sacrificado pelas autoridades. Uso a expressão “sacrificado pelas autoridades” não para fazer figura de retórica, mas, quem sabe, até para sensibilizar a Maioria, para que atenda o pedido da Liderança da Minoria, no sentido de constituir-se uma Comissão Parlamentar de Inquérito para verificar se a Oposição está, ou não, sendo leviana nessas afirmativas a respeito desses massacres, que ocorrem com o consentimento – por omissão e tácito – do Parlamento Nacional.

Realizou-se a missa. Sobre este ato, vejamos o que relata o órgão oficial do episcopado paulista:

---

<sup>116</sup> Publicado no *Diário do Congresso Nacional*, Seção I, de 24 de abril de 1973, p. 954.

“Os cinco mil universitários presentes participaram intensamente das orações, diálogos litúrgicos, leituras bíblicas e cânticos, de um texto especial, preparado para a ocasião pela Comissão Arquidiocesana de Liturgia. Tratando-se de ato de sentido exclusivamente religioso – momento de prece e sufrágio –, os dirigentes universitários que o organizaram conseguiram evitar qualquer manifestação pública de outro sentido, tornando-se desnecessário o verdadeiro aparato bélico de militares concentrados na Praça da Sé, Praça do Patriarca e outras adjacências.”

Sr. Presidente, Srs. Deputados, quando aqui dissemos que havia relação de causa e efeito nas manifestações da juventude, no lançamento da mocidade desse país às teses do desespero, muitas vezes fomos contestados. Felizmente, no caso do “atropelamento” do estudante paulista – do assassinato do estudante Alexandre Vanucchi Leme –, a bancada paulista teve a dignidade de se manter calada, quando fizemos afirmações a este respeito. Então, foi preciso que um deputado de Minas Gerais e outro da Guanabara aqui viessem defender o Governo em episódio tão lamentável.

Mas os estudantes de São Paulo, representados por 21 diretórios, assinaram uma convocação. Por mais inofensivo que seja tal documento, assinado em nome de diretórios, significa, pura e simplesmente, risco de os signatários serem presos e torturados. Dizem os estudantes:

“Segundo informações oficiais, a trágica morte de Alexandre teria ocorrido por atropelamento, ‘ao tentar fugir quando era conduzido por agentes de segurança para encontro com um companheiro’ (Folha de S.Paulo, em 23 de março de 1973). Atropelamentos de presos políticos têm ocorrido com tão surpreendente freqüência que a veracidade desta notícia torna-se questionável. A quem poder-se-ia responsabilizar por este acontecimento senão aos órgãos que mantinham Alexandre em seu poder?”

As notícias acerca da morte do colega afirmam taxativamente sua participação em inúmeras ações. Esquecem-se, no entanto, que ‘Toda pessoa acusada de delito tem direito a que se presuma a sua inocência, enquanto não se provar a sua culpa, conforme a lei, e em julgamento público, no qual se hajam asseguradas todas as garantias necessárias à sua defesa’ (artigo 11º, item 1, da Declaração Universal dos Direitos do Homem).”

---

Os estudantes, ingenuamente, citam a Declaração Universal dos Direitos Humanos, subscrita pelo Brasil. Eles ainda acreditam nessa Declaração, que de universal só tem a sua imensa violação por todos os países do mundo.

Continuo com a leitura do comunicado dos estudantes:

“Alexandre, entre muitos outros no Brasil, foi rotulado de terrorista, como se isso pudesse justificar todas as arbitrariedades que contra ele foram cometidas.

Não devemos compreender a morte de Alexandre como um acontecimento isolado. A realidade nacional nos apresenta cotidianamente fatos que, como este, constituem clamorosas violações à Justiça, à Liberdade e à Dignidade Humana. E a universidade não foge a essa regra. Encontram-se arbitrariamente presos três colegas de História (USP), um de Geografia (USP), um de Geologia (USP) e a presidente do DCE da PUC (GB). Os Centros Acadêmicos de História e Geografia (USP) foram invadidos, depredados e tiveram alguns murais roubados. Isto para falarmos apenas dos fatos ocorridos nas últimas semanas.

A situação porém – advertem os estudantes – atingiu o limite, já que nem mesmo o mais fundamental dos Direitos do Homem, o de viver, está sendo respeitado.”

Sr. Presidente, seguidamente, nós da Oposição temos feito aqui advertências no sentido de que estão lançando os estudantes, os trabalhadores, os intelectuais em teses de desespero.

Repito: “A situação, porém, atingiu o limite, já que nem mesmo o mais fundamental dos direitos do homem, o de viver, está sendo respeitado.” Pouco depois deste acontecimento, foram presos e supliciados, na Guanabara, inúmeros estudantes e trabalhadores. Mas, entre estes, releva salientar – não pela sua posição de médica – o caso da Sra. Graziela Meinberg Fadul, esposa do Sr. Wilson Fadul, ministro no Governo do ex-presidente João Goulart. Ela está presa, em grave estado de saúde, devido à situação a que foi submetida. Sr. Presidente, parece que este Parlamento já se está acostumando com a violência. Não causa espécie, asco, nem embaraço, quando aqui relatamos, diariamente, fatos como este. Trata-se de uma mulher de cinquenta anos. Já não causa nenhuma

---

difficuldade a esta Casa aceitar tais fatos como rotineiros e normais na vida de um Parlamento que deveria ser livre e não compactuar com esses acontecimentos. Trago a esta Casa estas informações e o faço com a máxima singeleza, para evitar problemas de exploração política, como ocorreu quando a Maioria votou contra o episcopado brasileiro, que entendeu estarem os direitos humanos sendo violados neste país. Faço-o com singeleza porque, a esta altura, temos de definir responsabilidades e não dizer que esta é uma ação insana e malsã de algum policial subalterno, que não tem equilíbrio mental. Muita gente tem falado em nome das Forças Armadas; hoje também eu ouço falar em nome delas. Não é mais possível que, por exemplo, se fale que a Aeronáutica se compõe de brigadeiro Burnier, a Marinha de comandante Clemente, o Exército do capitão Claudionor, homens que levam para os inquéritos policiais militares toda uma tragédia. E, se falo hoje em nome das Forças Armadas, é para dizer que estão compactuando com esses erros. Seremos julgados um dia, em face da omissão deste Parlamento. É muito fácil dizer que os problemas estão afetos a áreas de segurança. Estou falando de liberdade, como os estudantes falaram, alegando o direito de viver e ser julgado. De ser julgado para, depois de morto, depois de sacrificado ou libertado, as autoridades não afirmarem: “Não. Não há nada contra este rapaz”. Isso, depois do que aconteceu, tem caráter de escárnio e desrespeito à dignidade da pessoa humana, que infelizmente está caindo sobre este Parlamento na forma da perpetuação do impasse.

*O Sr. JG de Araújo Jorge* – Meu prezado amigo deputado Lysâneas Maciel, companheiro de bancada da Guanabara nesta Casa, é realmente lamentável que, mais uma vez, o pronunciamento de V.Exa., como os meus, sobre esta matéria, assim como os do nosso colega Marcos Freire – que tantas vezes veio a esta tribuna para levar ao conhecimento da opinião pública uma série de fatos deploráveis que se vêm sucedendo a partir de 1964 neste país –, amanhã não merecerá uma linha sequer em qualquer jornal do país, nem a menor referência em qualquer emissora de rádio ou em qualquer outro veículo de divulgação. É lamentável que nada se saiba sobre atentados à vida de brasileiros; que, em nome da segurança, continuem a estimular a insegurança do povo já privado de todos os seus direitos. Quando aqui se fala em estado de exceção, nossos colegas da Arena protestam com veemência e dizem que não há estado de exceção.

Pleiteamos a restauração do estado de direito, do *habeas corpus* e que só se executem prisões com culpa formada; lutamos contra o AI-5,



incrustado no próprio texto constitucional, inutilizando-o, pois suspende todos os direitos e regalias contidos no art. 153; aqui protestamos contra o Decreto-Lei nº 477; denunciemos o rosário de atos de terrorismo praticados pelo Governo também, pois não há terrorismo só nos terroristas, mas na repressão, tão ou mais violenta e nociva que o primeiro, porque, como temos seguidamente acentuado, para o primeiro às vezes encontra-se alguma justificativa, pois nasce da revolta, da imaturidade, de descaminhos naturais no meio dos moços, mas, para o terrorismo da repressão, não há justificativa. A Revolução aí está há 9 anos, já se encaminhando para o 10º. Só depois de 1964, manifestaram-se no Brasil os atos de terrorismo. Não pertencemos ao movimento de 1964, nada temos a ver com o Governo do Senhor João Goulart ou qualquer outro. Sempre lutamos contra o terrorismo. Como estudantes fomos presos e perseguidos durante o Estado Novo, mas naquela época era a polícia civil que nos prendia na Rua da Relação. Ainda como estudante, fui hóspede do hoje líder do Governo no Senado, senador Filinto Müller. Naquela época os policiais que me prendiam pediam desculpas e diziam que eu ia apenas fazer declarações à Ordem Política e Social, ao Sr. Serafim Braga, ao Sr. Emílio Romano. A polícia civil agia com cautela porque antevia a possibilidade daquele estudante universitário, com o tempo, tornar-se um deputado ou – quem sabe – até chefe de polícia que quisesse tirar forra, pois todos somos humanos. Se atingidos, temos direito de protestar e reagir como pessoa humana. Então, muitas vezes o terrorismo é produto das reações humanas. Mas isso não acontece mais. A polícia não é civil. Aí estão os IPMs, os policiais hoje estão vinculados às Forças Armadas. Os estudantes são presos por policiais militares da Aeronáutica, do Exército, da Marinha, comprometendo, de certa forma, as Forças Armadas e o Governo, pois que ele é militar.

Então, não se tem para quem apelar. Antigamente havia respeito aos presos que tinham cursos universitários, que eram professores. Hoje, não. São denunciados os atos de terrorismo, as violências, os atentados contra a vida humana. Ainda recentemente, através do *Jornal do Brasil*, Tristão de Athayde relacionava uma série de cartas por ele recebidas que relatavam fatos semelhantes. O jornal *Opinião* conseguiu divulgar uma relação, de dezembro para cá, de mais de uma dezena de presos, mencionando as torturas, as violências cometidas pela Polícia Militar. Grande parte não foi divulgada pois o próprio jornal foi também vítima: teve a sua edição confiscada. Não apenas se prendem as pessoas, mas os

veículos de divulgação que respondem justamente pelo direito e pela liberdade neste país. No momento em que me solidarizo com V.Exa. por essa denúncia, lastimo que ninguém tenha conhecimento disso e que amanhã nada saia publicado a respeito do que aqui se está dizendo e que os nossos companheiros da Arena nada tenham a dizer a respeito do que V.Exa. expõe. Aqui fica meu protesto por mais este ato de violência do Governo ao fechar o jornal *Opinião*, pequena clarabóia no ambiente confinado e escuro em que nos debatemos.

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Nobre deputado, evidentemente precisaríamos de muito tempo para falar sobre a violação dos direitos humanos neste país. Ninguém, em sã consciência, tem hoje coragem de negar esses fatos. Ninguém hoje pode, com tranqüilidade de espírito, dizer que não há violação constante e permanente dos direitos humanos neste país.

O SR. PRESIDENTE (*Dayl de Almeida*) – Comunico a V.Exa. que dispõe de três minutos para encerrar seu discurso.

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Sr. Presidente, hoje pretendia – não vou dispor de tempo necessário para tanto – submeter à apreciação deste Parlamento não esses fatos que estão acontecendo, os quais, repito, nenhum homem de dignidade hoje mais pode negar, mas a responsabilidade desta Casa nesses fatos. A História, mais cedo ou mais tarde, vai julgar tanto os indivíduos como as nações.

A esta altura, depois de nove anos, depois desse envolvimento das forças vivas desta Nação nesse processo, não é possível ignorar que, tanto na vida coletiva como na individual, a força que coage o povo, mas não persuade a vontade, só pode ter efeito negativo.

Quando é que o Governo vai aprender? Quando é que este Governo vai deixar de ser conduzido?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, houve uma época, na história da Alemanha nazista, em que as Forças Armadas perderam o controle da situação. Isso ocorreu justamente pela exacerbação do conceito de segurança e pelos poderes que se concederam às organizações de segurança. Todo mundo conhece o fato de que a Gestapo não tinha maioria nem intelectual, nem sequer numérica, para conduzir os destinos do povo alemão. Mas, pouco a pouco, foi se transformando num órgão diretivo daquela nação. Hoje verificamos que alguns generais não têm força sequer para

se comunicar com alguns detidos políticos. Sabe-se hoje que alguns cabos, marinheiros e soldados que participaram das torturas junto com os coronéis estão perguntando: quem está subvertendo a situação neste país das Forças Armadas, quem está conduzindo as Forças Armadas para este estado de coisas?

Sr. Presidente, tudo isso é um fato consumado no Brasil. O mais grave é que este Congresso se está acostumando com a violência, aceita estes fatos deploráveis e permite que a Igreja Católica saia até de sua missão eminentemente espiritual para ingressar na seara difícil e perigosa da defesa dos direitos humanos de muitos brasileiros.

Sr. Presidente, sobre a responsabilidade do parlamentar falarei, ao terminar o meu discurso, daqui a pouco.

---

## O EMPREGO CONSTANTE E PERMANENTE DA TORTURA II<sup>117</sup>

---

*Prossegue focalizando as violações aos direitos humanos no país, e fala da omissão do Congresso Nacional. Faz um alerta à sua responsabilidade perante a História.*

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Sr. Presidente, da fala do ilustre líder da Maioria ficou em nossa mente, pelo menos, um fato significativo: que o Sr. Presidente da República estaria a par de tudo o que acontece, não somente no Exército, mas no país. Sempre tivemos esta impressão. Mas, agora, o Sr. Líder vem e declara isso peremptoriamente, com o conhecimento do ocorrido com o estudante Vanucchi Leme. E ele não mencionou o nome da Sra. Graziela Meinberg Fadul, barbaramente assassinada na Guanabara. Mas S.Exa. faz esse registro com um conhecimento de causa que realmente impressiona.

O bispo de Sorocaba diz textualmente, num editorial que foi publicado e distribuído naquele estado e em todo o Brasil:

“Como bispo de Sorocaba, onde reside a família Vanucchi Leme, venho a público – obedecendo ao imperativo evangélico de amor à verdade, à justiça, e para cumprir uma decisão da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – denunciar (...)”

E não se denunciam e nem se insinuam coisas que não são delitos, que não são crimes, que não são violações.

“(...) aquilo que, neste país, vier a ferir os direitos humanos de quem quer que seja. Preso como subversivo e morto no último sábado, dia 17, a polícia paulistana não notificou a família, e o enterrou no sábado mesmo, dando assim somente no dia 23 a notícia de que Alexandre era terrorista e fora atropelado por um caminhão, ao tentar a fuga.”

Os demais detalhes, Sr. Presidente, não estão na nota, mas são do conhecimento do ilustre líder da Maioria, que disse que o corpo não

---

<sup>117</sup> Publicado no *Diário do Congresso Nacional*, Seção I, de 24 de abril de 1973, p. 956.

fora entregue em virtude de uma série enorme de endereços que tinha o terrorista. Mas aquele estudante era conhecidíssimo naquela cidade, como, aliás, toda a sua família. De maneira que as autoridades que deram a versão de atropelamento ao que chamo de assassinato tiveram a coragem de dizer que desconheciam o endereço do morto, porque não puderam, no dizer do cardeal-arcebispo de São Paulo, agir da mesma maneira pela qual agiram os executores do Senhor Jesus, que, depois de o exterminarem, devolveram o corpo à sua família. Nem este cuidado mínimo tiveram as autoridades; disseram, sim, que desconheciam o endereço da vítima, para devolver seu corpo mutilado pelo caminhão e pelas torturas. E nenhuma oportunidade foi tão boa para que a Maioria, com toda a intensidade, demonstrasse a leviandade da Oposição, ao afirmar que ele fora assassinado, já que tinha tantos dados a respeito do atropelamento. Nenhuma oportunidade, repito, foi tão boa para demonstrar a leviandade com que agiam os deputados da Oposição. Seria o caso de se instituir uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar se a Oposição estava mentindo, assacando fatos que não eram verdadeiros, desmentindo-os categoricamente perante a Nação, demonstrando que este Parlamento não é co-responsável pelos fatos que estão ocorrendo neste país.

Concedo o aparte ao deputado Marcos Freire.

O *Sr. Marcos Freire* – Deputado Lysâneas Maciel, o deputado Daniel Faraco, líder da Arena, declarou que aquele que dirige os destinos do país não poderia responder por cada fato ou episódio porventura ocorrido nas prisões políticas do território nacional, que representasse possível abuso de poder. Concordamos com S.Exa., embora julguemos que a responsabilidade desses elementos deveria ser definida, para que então o poder público, punindo os responsáveis, evidentemente com isso não se tornasse co-responsável pelos crimes que têm ocorrido no campo da violação dos direitos humanos. Somos testemunhas das inúmeras acusações feitas por deputados não só deste Parlamento, mas também por autoridades e entidades nacionais e internacionais as mais insuspeitas, arrolando casos e casos de torturas, até mesmo de morte de presos políticos. Apesar do clamor que se tem levantado a respeito de tão deprimentes ocorrências, não se tem notícia da apuração de responsabilidade de um só crime político praticado por autoridade pública no país. Na verdade, não se pode impingir à autoridade maior a autoria de assassinatos e de torturas a presos políticos aqui ocorridas; pode-se, no

entanto, exigir que as autoridades procurem responsabilizar e sobretudo punir os culpados por essas violações dos direitos humanos, sob pena de se tornarem elas também co-responsáveis por tais delitos.

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Ao lado da afirmativa do líder da Maioria, agora colocada em cheque pelo aparte do nobre deputado Marcos Freire, que também já fez uma série de denúncias contra essas violações, que não encontraram o menor eco, a menor ressonância, conviria lembrar aos Srs. Deputados que alegam essa ignorância por parte dos dirigentes do país, dos homens que determinam o esquema, o círculo que a esta altura procurou insinuar-se, envolvendo a Presidência da República, uma nota oficial do Governo, elaborada em 1970 e distribuída através da Secretaria de Imprensa da Presidência da República. Dizia aquela nota, *literis*:

“Noticiário freqüente, inspirado por agentes internacionais da subversão e apreciado por uma parte mórbida e sensacionalista da imprensa estrangeira, vem, com insistência, acusando o Brasil de práticas criminosas, como o genocídio de nossos indígenas e a tortura de pretensos presos políticos. Tudo isso faz parte, indubitavelmente, de uma campanha difamatória, montada e organizada por aqueles que não se conformam com o desenvolvimento brasileiro dentro da liberdade.”

Nesta altura, evidentemente, Srs. Deputados, a Conferência Nacional dos Bispos também faz parte dessa campanha difamatória. Não há tortura – diz o Governo – nas prisões; não há tortura – nota oficial da Presidência da República. Também não há presos políticos. No Brasil, ninguém perde a liberdade simplesmente por divergir da orientação democrática defendida pelo Governo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, isso foi dito em 1970. E essa nota é a repetição de uma série de outras em que se procura mostrar que não há prisioneiros políticos, nem o uso de torturas. Mas hoje, diante da manifestação do episcopado, e talvez por motivos eleitorais ou de consciência, já se admite que há tortura no país. Dizia textualmente aquela nota – depois de sete anos de emprego constante e permanente de tortura – que ninguém é preso ou torturado neste país por divergir politicamente do Governo. E não tratou aqui do preso comum ou do terrorista, ao fazer tal afirmativa.

Sr. Presidente, quando se ataca este país no exterior, sentimo-nos muitas vezes envergonhados de pertencer ao Parlamento. Pode-se pretender que isso faça parte de uma imprensa colocada a soldo dos agentes da subversão de Moscou, de Pequim ou de quem quer que seja. Mas não se pode negar que esses fatos ocorrem. Hoje em dia, ao que parece, a ordem não seria nem mais para prender aqueles que apresentem o menor laivo de subversão. Ao negar esses fatos, tenho a impressão de que nos esquecemos com muita frequência que o julgamento da História recai sobre os indivíduos tanto quanto sobre as nações. Não é possível que tenhamos a coragem, mais tarde, de enfrentar nossos netos, que julgarão tais fatos. Outro dia, soube que o filho de um senador foi preso aqui. E para se chegar a dizer: “Não, neste país pode-se divergir livremente, não há presos políticos e nem torturas”, convenhamos que as manifestações de fidelidade ao Governo têm um limite, como dizia aquele estudante.

*O Sr. Nina Ribeiro* – Concede-me V.Exa. um aparte?

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – V.Exa. tem todas as tardes para falar e vai fazer aquelas costumeiras e conhecidas declarações de amor ao Governo.

*O Sr. Nina Ribeiro* – Não me concede V.Exa. a honra de apartear-lo?

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Gostaria que a bancada de São Paulo se manifestasse sobre o problema do estudante de Sorocaba.

*O Sr. Nina Ribeiro* – V.Exa. bem sabe – os fatos são recentes, foram divulgados pela imprensa – que houve exemplarmente a punição de militares envolvidos em um episódio lamentável de excessos. Mas os excessos que ocorrem em todas as partes do mundo são exceções, principalmente se julgados por uma ótica fria e imparcial. Jamais V.Exa. estaria autorizado a raciocínio baseado em um fato isolado, que mereceu, inclusive, a devida punição, em exemplo que invoco, para dizer que isso seja norma, costume e muito menos princípio válido para este Governo. O episódio que V.Exa. hoje abordou já foi respondido não apenas pelo eminente líder Daniel Faraco, mas por mim anteriormente. O atropelamento ocorreu numa via pública, perante uma multidão. Na ocasião, exibi inclusive estatística de milhares e milhares de brasileiros que pereceram ano passado, vítimas de acidentes de estradas. Lendo periódicos do exterior, jornais internacionais, vimos como houve mudança de técnica. Antes, procuravam atacar o Brasil porque havia matança de índios.

Pois bem, no ano passado, fizemos um congresso indianista aqui em Brasília. Isso foi a pá de cal. Reconhecerá também V.Exa. que aquelas expressões repetidas em jornais de Estocolmo, como pode ver, as mesmas expressões utilizadas nos jornais de Paris, de Londres ou de Bruxelas, mudaram para atacar a tortura num monocórdio até monótono. Estou encerrando o aparte, Sr. Presidente. Agora voltam-se para isso, é uma técnica repetida. As afirmações de V.Exa., infelizmente, estão em coincidência com esses comentários internacionais a soldo do comunismo.

*O Sr. Fernando Lyra* – Protesto, deputado Nina Ribeiro. V.Exa está cometendo uma levianidade.

*O Sr. Nina Ribeiro* – Não digo seja proposital, mas há uma coincidência. Para isso que quero chamar a atenção. V.Exa. ataca militares honrados como o comandante Burnier. Eu repilo o ataque que V.Exa. fez ao comandante Burnier e a outros nomes citados, homens honrados que cumprem o seu dever e que amam o Brasil acima de tudo.

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Tenho a impressão, Sr. Presidente, de que me serão devolvidos os três minutos, porque o aparteante não obedeceu à determinação de V.Exa. para terminar o aparte.

O SR. PRESIDENTE (*Flávio Marcílio*) – Chamei a atenção do aparteante de que o tempo de V.Exa. já estava esgotado. V.Exa. concedeu o aparte. Peço terminar.

*O Sr. Fernando Lyra* – Permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE (*Flávio Marcílio*) – Não é mais possível.

*O Sr. Fernando Lyra* – Queria invocar o presidente Castello Branco que apurou todas as torturas no Brasil e tomou providências.

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Sr. Presidente, de novo o ilustre líder da Maioria fez aquela costumeira manifestação de amor e de louvaminhas ao Governo, que a taquigrafia deve ter registrado para os devidos fins, mas S.Exa. acrescentou hoje um elemento outro, uma declaração de amor ao comandante Burnier, que também receberá cópia do seu aparte para os devidos fins. Sr. Presidente, S.Exa. não estava aqui quando comecei o meu discurso. Eu disse que as Forças Armadas não se compõem nem dos Burnier, nem dos Clementes, nem dos Claudionores, homens que trouxeram para as Forças Armadas toda uma tragédia.



O SR. PRESIDENTE (*Flávio Marcílio*) – Peço a V.Exa. terminar o seu discurso, cooperando com a Mesa, como sempre o fez, porque o seu tempo já está esgotado.

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Sr. Presidente, eu pretendia caracterizar aqui a responsabilidade do Parlamento nesses casos, mas vou-me reservar para outra oportunidade, em obediência ao Regimento que V.Exa. tão bem tem interpretado. Mas, com mais esse sacrifício dessa senhora de 51 anos, não é possível que este Parlamento fique quieto diante dessa série enorme de atentados contra a dignidade humana. Não é possível mais que este Parlamento se engaje nessa política de omissão que constitui um verdadeiro crime contra a dignidade nacional. Os bispos estão reagindo, os religiosos estão reagindo, o Parlamento está cada vez mais aquietado. No entanto, há homens dignos na Arena, como no MDB, que não estão suportando mais a sufocação que os envolve hoje em dia através dessas medidas que envergonham qualquer país, qualquer nação, qualquer parlamento.

---

## O MANIFESTO DA OPOSIÇÃO JOVEM<sup>118</sup>

---

*Lê documento do MDB jovem do Rio Grande do Sul e analisa a participação da juventude no processo político. Diz que a filosofia do Governo, com relação aos estudantes, orienta-se pela alienação completa, não permitindo que eles se utilizem de seus conhecimentos.*

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Sr. Presidente, Srs. Deputados, muitas vezes, desta tribuna, temos salientado a inutilidade de alguns esforços no sentido de marginalizar as parcelas mais expressivas do povo brasileiro nos processos políticos e econômicos. Nessas ocasiões, temos evidenciado que a palavra da Oposição, muitas vezes aparentemente candente, visa a oferecer alternativas à marginalização dessas classes que, por determinado período de tempo, podem ser marginalizadas; que, por determinado período de tempo, podem ser sufocadas em suas manifestações; mas que, cedo ou tarde, haverão de fazer sentir sua voz e mostrar a esta Nação que não estão totalmente embrutecidas nem adormecidas nas suas aspirações mais legítimas pelos destinos do país.

Hoje, Sr. Presidente, vamos abordar o problema da participação da juventude nos processos políticos. Essa matéria tem sido objeto de preocupação de todos os partidos. Mas, na realidade, há como que uma filosofia estranha por parte do Governo, que, ao mesmo tempo que apregoa a necessidade dessa participação, fecha todos os caminhos, cerceia todas as possibilidades e sufoca todos os anseios legítimos que possibilitariam essa participação.

Gostaria de iniciar esta curta e despretensiosa análise, invocando uma expressão de Arthur Müller:

“Desejamos a paz, façamos a paz; desejamos a esperança, deixemos de negar a cada homem os seus direitos. Entre a promessa e a negação está o homem armado.”

Sr. Presidente, a parte mais importante deste país é a sua juventude. Isso já é o lugar-comum de todas as falas. O próprio Governo, através do Ministério da Educação, convida a juventude a um diálogo. Mas fala

---

<sup>118</sup> Publicado no *Diário do Congresso Nacional*, Seção I, de 7 de junho de 1973, p. 3166.

sabendo que conversa consentida não é diálogo, notadamente quando são negados aos jovens, aos estudantes, os seus direitos fundamentais, pois todos os seus legítimos canais de expressão estão fechados. Outorgam-se associações sob medida e representações sob rigorosas condições, fora das quais tudo é considerado subversão.

O Sr. Luiz Braz – Nobre deputado Lysâneas Maciel, desejo apenas dar um aparte preliminar à sua manifestação da tarde de hoje. Sabe V.Exa. o alto apreço que tenho pela sua atividade parlamentar. Mas V.Exa. afirma que é praticamente impossível – creio que entendi assim – a participação da mocidade, das lideranças jovens, na vida política do país. Quero deixar registrado que nada impede que os moços participem de filiações partidárias, nada impede que tomem parte nas lutas políticas, nada impede que ingressem num partido, nem que por ele se candidatem, como também nada impede que façam afirmações de liderança, disputando com todos os maiores de 18 anos a possibilidade da representação ou do exercício da vida pública neste país. Esse o registro inicial que queria fazer sobre a manifestação de V.Exa.

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – É curiosa a observação do eminente representante do Estado do Rio, porque S.Exa. reúne, ao lado de suas conhecidas qualificações parlamentares, a circunstância de ex-secretário de Educação, num tempo em que havia realmente liberdade de participação estudantil na vida pública do país. Sei que o nobre deputado fala na condição de líder do Governo. Mas sei – como sabe também o nobre deputado – que hoje o simples pedido de construção de uma passarela por um diretório acadêmico é caso de prisão de todos os integrantes desse diretório, quanto mais manifestações que porventura tenham qualquer conotação política. Não há um diretório que se possa manifestar sobre qualquer assunto da mais leve significação ou conotação política.

Hoje, a filosofia do Sr. Ministro da Educação é a mesma do Governo, ou seja, a de que o estudante deve somente estudar para se tornar um bom profissional. Qual o conteúdo ideológico dessa afirmação? O que há por trás dessa afirmação é aparentemente fazer com que o estudante se abstraia da apreciação dos problemas do país, é fazer com que ele não indague sobre a utilização de seus conhecimentos. Lembro a V.Exa. que muitas vezes os cientistas e os estudantes se alienaram do problema da aplicação de seus conhecimentos. O exemplo mais típico é o de Robert Oppenheimer, que descobriu de repente que os cientistas estavam pecando pela omissão, pois não sabiam – e nem indagavam – para que

---

estavam sendo utilizados seus conhecimentos. O resultado, como V.Exa. bem sabe, foi a invenção da bomba atômica, um dos artefatos mais destruidores que nossa civilização conheceu. A filosofia do Governo se orienta precisamente neste sentido, ou seja, o de não permitir que o estudante indague como e para que são utilizados seus conhecimentos, a fim de que ele se aliene, para que ele utilize a linha de seus conhecimentos apenas na aplicação de uma filosofia governamental de alienação completa e de desprendimento dos problemas nacionais.

Hoje, a filosofia do Governo determina que a Educação tem que servir ao sistema, e as chamadas distorções são aferidas através de agentes infiltrados entre alunos e professores, em reedição trágica de regimes totalitários sob a chancela ignominiosa do famigerado Decreto-Lei 477. Creio que o ex-secretário da Educação que me aparteceu não deve ignorar seu conteúdo. Esses fatos são conhecidos de todo o país e, não obstante todo o peso esmagador dos órgãos de repressão e da anômala filosofia do Governo de que o jovem deve ser marginalizado do processo político e econômico, eles resistem, continuam a demonstrar que estão vivos, não se deixam intimidar por estas manifestações totalitárias.

Eles sabem que o homem morre moço quando moço abre mão de suas prerrogativas. O espírito humano paga muito caro quando cede parcelas de seu comportamento natural.

Concedo o aparte ao nobre deputado Alencar Furtado.

O Sr. *Alencar Furtado* – Nobre deputado, o problema abordado por V.Exa., além de atualíssimo, é por demais sério. A filosofia do Governo estriba-se fundamentalmente no entendimento de que a liberdade deve ser consentida. Ora, a liberdade é um direito a ser assegurado. Jamais será propriedade privada de Governo algum, para ser distribuída de acordo com os seus interesses ou com a sua filosofia. Vemos hoje, neste país, os sindicatos garroteados por inteiro na sua liberdade, desprovidos de autonomia, transformados em anexos do INPS ou do Ministério do Trabalho. Vemos os estudantes sem direito sequer de reunião, e, em consequência, a vida política estudantil é quase nenhuma. Todo estudante que pretende ser livre recebe a sanção do 477 que, por vezes, inutiliza a sua vida. Parece que o Governo quer criar uma geração de eunucos políticos nesse país, desvirilizando por inteiro a vida política do estudante, o que se me afigura quase um delito, ele está prejudicando uma geração ou mais de uma. Congratulo-me com V.Exa. na crítica que formula e na

solidariedade que empresta aos estudantes do país, porque, a não ser a nossa voz, a voz da Oposição, que pouco é ouvida, já que a censura também proíbe seja ela ouvida pela Nação, poucos são os outros aspectos do país que também falam pelos estudantes brasileiros.

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Agradecido a V.Exa. O nobre colega citou um instrumento que garroteia a liberdade estudantil. Referiu-se ao instrumento mais leve porque verificará que a aplicação do 477 não é o mal maior. Quiséramos nós, Sr. Deputado, que se aplicassem à juventude e aos estudantes apenas as sanções do 477. Essa Oposição se daria por satisfeita se não constatasse que medidas mais graves, mais sérias, mais atroz e mais humilhantes para o gênero humano são admitidas. Quiséramos que aos estudantes fossem aplicadas as sanções do 477, quando porventura se reunissem simplesmente para discutir problemas nacionais. Mas o que desejamos para a juventude do Brasil é que a ela não se pretenda dar o mesmo tratamento dispensado ao delinqüente comum, o mesmo tratamento dispensado aos bandidos do Esquadrão da Morte. Neste país, Sr. Presidente, prende-se, mata-se, tortura-se, principalmente a juventude.

*O Sr. Luiz Braz* – Permite V.Exa. um aparte?

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Apenas pediria a V.Exa. que fosse breve.

*O Sr. Luiz Braz* – Acompanho com o máximo de interesse a fala de V.Exa. nesta tarde. Devo dizer, em relação a essa decantada liberdade da classe estudantil, que somos partidários de que ela exista. Mas pode V.Exa. estar certo de que as medidas de repressão às vezes noticiadas nesta Casa são sempre provocadas por elementos subversivos, infiltrados no meio estudantil. Elas não são contra os legítimos estudantes. E tanto é verdade que a classe estudantil não está com esse estado de espírito que V.Exa. procura aqui traduzir. Os universitários gaúchos encarregaram V.Exa. de tornar público um manifesto em que salientam o desejo de participação efetiva na análise dos problemas nacionais. Da própria classe estudantil, cerca de quinhentos jovens se inscreveram no Curso de Formação de Liderança Política. Logo, pelo simples fato de um, dois ou dez subversivos se infiltrarem no meio da classe estudantil ou de qualquer outra para provocar agitação, provocando, de outro lado, a necessidade de se tomarem medidas repressivas, não significa seja esta a tônica governamental contra a classe estudantil.

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – V.Exa. está falando, evidentemente, de outro país, quando diz que não há repressão contra estudantes desta Pátria. Tenho certeza que V.Exa. não usará essa linguagem nem mesmo na sua Niterói, onde temos inúmeros casos de tortura, de prisões, de maus-tratos a estudantes que simplesmente usaram do direito de questionar sobre medidas de interesse nacional que são tomadas neste país. Devo dizer ainda a V.Exa. que o manifesto que vou ler realmente representa uma esperança. Mas V.Exa. não se esqueça de um detalhe muito importante: é que entre os detentores dessa esperança, manifestada na leitura desse documento, está permanentemente um homem prevenido.

Sr. Presidente, por ocasião da morte do estudante Alexandre Vanucchi Leme, a Minoria, através do seu líder, lançou um desafio à Maioria para que provasse que a Minoria estava sendo irresponsável e leviana nas afirmações que fazia de que o Governo era conhecedor dessas torturas, desse assassinatos, dessas prisões, sem qualquer respaldo legal. E aquele desafio, que seria para caracterizar a irresponsabilidade da Oposição, até hoje não encontrou qualquer resposta por parte do partido da Situação.

E, na linguagem simples e intemorata, vinte e dois diretórios, dos mais representativos do Estado de São Paulo, ao dar conhecimento à Nação, com o risco de vida, num grito lancinante de desespero e de angústia, mas que representa ao mesmo tempo uma tomada de posição, afirmou: quando não se tem direito à própria vida, é preciso dizer um “basta”.

E, pelo simples fato de aporem a sua assinatura naquele documento, eles estão arriscando a vida. E V.Exa. sabe que não falo numa linguagem acadêmica. V.Exa. sabe que não uso de imagens neste assunto tão grave e tão sério. Que a Maioria responda ao desafio simples e veemente, ao grito lancinante daqueles estudantes, traduzido pela Liderança da Minoria, com sua concordância em que se institua uma Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar até onde vai a responsabilidade direta do Governo nesses fatos que estão acontecendo.

Em meu pronunciamento de hoje, pensei primeiramente em analisar as marchas e as contramarchas que marcaram e marcam a luta dos estudantes pela legítima participação política. Mas creio que já temos análises suficientes das diferentes situações. Ninguém mais, em sã consciência, poderá duvidar da situação de opressão e desrespeito sistemático dos direitos de participação da juventude.

Pode-se mesmo dizer que, no momento presente, as páginas dos noticiários do país inteiro se mancham com notícias sobre universitários contestadores que ousam proclamar as injustiças que o cercam. De universitários que colocam seu talento, sua inteligência, sua coragem e amor a serviço do país. De jovens que ainda não se acostumaram com a situação, ou ainda, utilizando a expressão de Suzanne de Dietrich, “homens que não se acostumaram à escravidão”.

Em outras palavras, estamos falando do elemento fecundante da humanidade, representado pela juventude. De um grupo humano que faz a História. Que constrói a comunidade, e o faz mesmo sabendo que, entre a luta política de hoje e as esperanças das transformações de amanhã, está um homem prevenido. Colocam sua vida a serviço dessas transformações e a serviço da dignidade humana e da manutenção, a qualquer preço, dos elementos que compõem esta dignidade.

Convém lembrar, entretanto, que o repositório de jovens com coragem e dignidade que vêm enfrentando a situação de injustiça não é inesgotável, enquanto é enorme a capacidade de opressão e sufocação por parte dos Poderes constituídos. Pode-se mesmo dizer que há um setor de irrefutável desenvolvimento neste país. É o equipamento policial para a repressão popular, que no Brasil pode figurar na primeira linha da tecnologia moderna.

Registro essas ligeiras digressões para comunicar a esta Casa que, não obstante, os jovens continuam a exercer seu papel. Do Rio Grande do Sul parte um movimento que nos enche de satisfação e respeito. Formaram um movimento político, o “MDB jovem”, que funciona com completa autonomia em relação às direções partidárias, regionais ou nacionais. Constituem um exemplo de seriedade, de bravura, ou mesmo de dureza política. Desambiciosos dos cargos políticos, mas veemente e insofridos na busca de melhores soluções para o país, estão hoje aqui nesta Casa, após realizarem memoráveis movimentos em todo o Rio Grande do Sul. Não vieram aqui apenas para aprender, pois todos têm muito a oferecer.

Prestamos-lhes nossa homenagem e esta pode ser sintetizada na leitura de seu manifesto. Manifesto que o partido da Oposição endossa. Temos certeza de que jovens de todo o país comungam com estes jovens. Jovens da Paraíba, como Francisco Remigio Araújo, jovens da Bahia, como Sérgio Santana e José Caldas. Jovens da minha Guanabara, como

---

Sérgio Lomba, Sérgio Figueira, Dirceu Amaro e tantos outros. Jovens do Paraná, como Márcio José de Almeida, e jovens do Rio Grande do Sul, como Paulo Roberto Ziulkoski, Paulo Aci Teixeira, Edir Pedro de Oliveira, Trajano Gusmão, Jorge Luiz Mendes, Rômulo Brasil, Paulo Walter e Eliane Sprandel. Jovens do Estado do Rio, eminente deputado Luiz Braz, como um bravo jornalista fluminense, Paulo A. Carneiro.

Destaco, nesta homenagem que o MDB presta, que esses jovens, como já disse, desvinculados das direções partidárias, quer regionais, quer nacionais, criaram um novo movimento, visando ao ingresso nele dessa parcela mais preciosa de que o país dispõe, que é a sua juventude.

E faço a leitura desse manifesto:

“Manifesto da Oposição Jovem

O Movimento Democrático Brasileiro é uma organização política que, no quadro do processo nacional, foi definido para ser um partido juridicamente de oposição. Essa condição de sua origem, radicada nos interesses minoritários organizados, serviu para acobertar a interrupção da ordem democrática e a instauração de um autoritarismo político auto-legitimado. Sua gênese forçada obriga que se reconheça uma existência artificial, porque não se constitui como expressão de necessidades sociais, nem como de convicções programáticas e doutrinárias.

Entretanto, é essa mesma ausência de suporte político que constitui o estímulo para a sua superação.”

Notem, Srs. Deputados, a beleza desta expressão. Enquanto nós nos quedamos angustiados aqui, sabendo que se trata de um Parlamento do qual todos os poderes foram subtraídos, ainda assim esses jovens acendem uma luz de esperança:

“Transformar um partido de oposição de direito em um partido de oposição de fato, munindo-o de bases sociais pela incorporação das inspirações populares, reformulando-o e adequando-o à imagem e semelhança das necessidades sentidas da sociedade brasileira. Também a consciência das limitações impostas ao alcance desse objetivo, pelo fechamento das possibilidades de expressão política em nossa sociedade, a amplos setores da população, define a própria natureza deste manifesto.”



Como gostariam eles, Srs. Deputados, de ser realmente um veículo livre de expressão! Um partido sem uma gênese artificial, um partido realmente representativo dos legítimos anseios populares.

“Para sermos coerentes com o vazio de nossa origem e com os objetivos de nossa luta, trazemos para uma ampla discussão popular um conjunto de proposições:

### **I – Um partido de oposição**

As razões que se justificam chamar-se de oposição, estão dadas em primeira instância ao nível político desde o momento em que, ‘em nome da ordem’, foi obstruída a livre expressão da vontade popular e instaurado, em seu nome, um mecanismo de decisões pretensiosamente substitutivas dos interesses submetidos ao controle inflexível das minorias auto-sustentadas.

Temos razões demais para não conferir confiança a grupos limitados para se elegerem, eles mesmos, representantes dos interesses de toda uma nação, quando os homens que a constituem distribuem-se desqualificadamente na sua estrutura econômica e social.”

O Sr. *Parsifal Barroso* – Nobre deputado Lysâneas Maciel, desejaria que V.Exa. esclarecesse, para minha orientação, se o manifesto a que se refere representa o pensamento político do seu partido em sentido nacional relativamente a universitários que queiram adotar os princípios e as diretrizes dele constante, ou se a matéria representa apenas a manifestação de determinada juventude, sem o sentido nacional de uma juventude do MDB, com um pensamento político constante, de modo uniforme. É o esclarecimento que desejaria obter para orientação em posterior pronunciamento meu.

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Nobre deputado, devo dizer que não vou poder manter diálogo com V.Exa., pois V.Exa. estava ausente na primeira parte do meu discurso.

O Sr. *Parsifal Barroso* – Exatamente.

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Portanto, como a Mesa acaba de me advertir de que tenho apenas cinco minutos, sugiro a V.Exa. que leia, posteriormente, a parte introdutória de meu discurso. Devo dizer apenas que o MDB tem se manifestado continuamente a respeito do problema do

---

esmagamento da juventude neste país. E já há pronunciamento oficial do partido a respeito do assunto e que V.Exa., naturalmente, não desconhece. No que tange especificamente a este manifesto, afirmo a V.Exa. apenas isto: o MDB endossa o pronunciamento da mocidade gaúcha.

O Sr. *Parsifal Barroso* – Muito obrigado.

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Pois não.

“Estas desigualdades significam necessidades distintas e, por isso, interesses heterogêneos e até mesmo conflitantes, o que é acentuadamente perceptível na realidade brasileira.

Com o agravamento das distâncias econômicas e sociais entre as diferentes camadas populacionais no Brasil, atestam, desde os últimos oito anos, que a condução e a orientação das questões de interesse nacional não podem ficar circunscritas ao arbítrio de uma classe minoritária, exclusiva beneficiária de um crescimento econômico empreendido com o trabalho não compensado da maioria. O alardeado crescimento da economia brasileira, dado por essas condições e chamado de ‘milagre brasileiro’, é o que atesta a incompatibilidade dos interesses de grupos.

A contrapartida do ‘milagre’ é dada por uma realidade incontestavelmente empobrecida. É a distribuição de renda que coloca apenas 1% da população com nível privilegiado de mais de 2 mil cruzeiros mensais, ao lado de 68% da população com níveis do salário mínimo das classes trabalhadoras, cuja capacidade aquisitiva para assumir o poder, comparada aos níveis de 1958, devia ser reajustado, em dezembro de 1971, de 265,3%. O ‘milagre’ brasileiro cujo suporte está dado pela flexibilidade das taxas de lucro e pela rigidez dos níveis salariais (arrocho salarial), tem levado à concentração da propriedade, à formação dos monopólios e à apropriação da renda por grupos restritos em escala ampliada aumentando ainda as disparidades regionais e setoriais da economia.”

Devo esclarecer à Casa que este manifesto dos estudantes foi elaborado antes que se pronunciasse uma voz autorizada do Governo, um homem dos altos escalões governamentais, o ministro Cirne Lima, atendendo precisamente às mesmas preocupações dos jovens gaúchos.

“O resultado dessa exclusão quantitativa do consumo e do aumento qualitativo do pequeno número de consumidores está levando a economia, cada vez mais, a dinamizar-se de uma produção de artigos destinados a classes de altas rendas e a encontrar estímulo nos mercados externos sem que, internamente, sequer estejam satisfeitos com os níveis mínimos de sobrevivência de mais de 70% da população brasileira.

A coerência deste modelo de crescimento, que se apóia na concentração dos frutos de trabalho, é dada ao nível político pelo enquadramento das questões relativas aos interesses da população, como temas de ‘segurança nacional’. Por isso esvaziam-se as instituições políticas, coíbem-se os debates econômicos, cerceiam-se as atividades sindicais e estudantis, censura-se a imprensa ou qualquer outra forma de que possa servir de expressão ao inconformismo popular das classes submetidas. O processo eleitoral não tem valor nem substância política porque não é o resultado de um comprometimento livre e nem espontâneo. Tais expressões de uma opinião cada vez mais forjada à influência das técnicas de propaganda e de *slogans* de criação de mitos e congestionada dos atos institucionais.

## II – Tomada de posição

É esse perfil político-econômico do momento atual da História brasileira que estabelece os parâmetros para definir-se uma oposição. E sobretudo quando, desse processo, estão sistematicamente afastados os extremos jovens da população, que constitui a parcela mais significativa desta. O Setor Jovem do Movimento Democrático Brasileiro propõe à juventude do Rio Grande do Sul unir-se em torno de uma política de oposição consubstanciada no inconformismo das aberrações econômicas, políticas e sociais, onde se aliena ao povo brasileiro o esforço de seu trabalho e de seu direito de manifestar-se sobre as questões públicas de interesse coletivo.

O Setor Jovem do MDB, como integrante do partido de oposição, firma sua posição na negação das estruturas dominadoras e pela afirmação:

---

- 1) de um programa político democrático de participação popular não controlada nem coagida;
- 2) de um programa econômico distributivo dos benefícios do trabalho;
- 3) de um programa preservador da economia e da soberania nacionais;
- 4) pelo rompimento dos laços de dependência às nações desenvolvidas;
- 5) pelo direito de emprego a todos e remuneração justa do trabalho;
- 6) pela reforma da estrutura agrária dominadora do campo;
- 7) pela transformação dos sindicatos em órgãos reivindicatórios dos interesses da classe;
- 8) pela autonomia universitária e o livre funcionamento das entidades estudantis: pela supressão do Decreto-Lei 477;
- 9) pela revogação de todas as leis de exceção obstruidoras do processo político livre e democrático.

A história do país nos últimos anos tem dado elementos suficientes para exigir de cada um e de todos uma definição e um compromisso, e nós, do Setor Jovem do MDB, somos de oposição porque optamos pela Liberdade e pela Justiça.

Porto Alegre”

Este documento, com essa moderação, com esses critérios de tranquilidade, com esses critérios de bom-senso, com estes critérios de patriotismo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não pode ser lido nos Diretórios Acadêmicos, não pode ter livre curso na imprensa, não pode sequer ser discutido, porque estamos naquele regime em que se apregoa a paz, em que se diz que o país vive em paz, que a mocidade está apenas dedicada aos estudos, mas em que, na realidade, entre esses objetivos de paz, entre essa proclamação oficial de ordem, está permanentemente um homem a impedir as legítimas manifestações dos moços neste país.

## A FARSA DO COLÉGIO ELEITORAL<sup>119</sup>

---

*Condena o sistema de escolha do presidente da República que, na sua opinião, não pode ser chamado de eleição democrática. Lembra que “o próximo general já está eleito e escolhendo seus ministros e auxiliares”.*

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Sr. Presidente, Srs. Congressistas, quando se debatia, na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, o projeto que regulamenta o Colégio – *soi-disant* – Eleitoral para a escolha do presidente da República, nós nos quedávamos perplexos, surpreendidos com a discussão que se seguiu naquele instante, o que mostra, talvez, o grau de insensibilidade a que nos vamos acostumando, pouco a pouco, ao tratar de assunto de grande importância para o país. É que a discussão, a determinado momento, adquiriu um tom enfático, polêmico e veemente. Diversos deputados, principalmente os ilustres companheiros da bancada do Governo, diziam a todo instante: “Bem, o Colégio Eleitoral deve ter esta ou aquela configuração; nós, ao elegermos o presidente e o vice-presidente da República, devemos adotar este ou aquele esquema; devemos adotar esta ou aquela solução...”

Tinha-se a impressão, Sr. Presidente, de que realmente estávamos discutindo um colégio cuja função seria a de escolher um presidente da República. A determinada altura dos acontecimentos, não nos pudemos furtar a uma observação, que nada tinha de irônica nem de pejorativa: é que discursava, naquele momento, justificando seu voto, um ilustre militar, ao mesmo tempo doublé de parlamentar. Simplesmente, eu me permiti lembrar-lhe de que não iria votar nem como deputado nem como militar, pois, por ocasião das últimas eleições que se processaram no país para a escolha do presidente da República, sequer oficiais superiores que não tinham quatro estrelas foram consultados; sequer os militares que tiveram uma participação muito ativa no movimento de 64 também opinaram na encolha do marechal Costa e Silva, escolhido por um colégio muito restrito, de militares de quatro estrelas. Então eu me pergunto e pergunto a essa ilustre Casa: que tipo de pensamento, que tipo de comportamento nos leva a proceder dessa maneira, a ingressarmos

---

<sup>119</sup> Publicado no *Diário do Congresso Nacional*, Seção I, de 9 de agosto de 1973, p. 1121.

num sistema de alta marginalização do Congresso, de apregoarmos a todo instante pelos conceitos democráticos e de força parlamentar, e mais tarde verificarmos, talvez na tranqüilidade dos nossos quartos, que temos simplesmente um Congresso sem poder, que somos deputados e senadores, mas que não somos realmente parlamentares?

Sr. Presidente, sou um crente na democracia. Acredito que toda essa situação, um dia, vai ter seu término. E acredito, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, na configuração moral de grande parte dos componentes da bancada da Situação. Não acredito, porém, que essa farsa que se vai processar a título de eleições para presidente e vice-presidente da República possa ser chamada “eleições” genuinamente democráticas. E, como acredito nos parlamentares, nos homens da Situação, gostaria de apelar para que pudéssemos conviver com a esperança do retorno à plenitude da democracia.

A primeira pergunta que fazemos neste momento é a seguinte: se coonestarmos esse tipo de procedimento, estamos contribuindo para o aprimoramento daquilo que os homens do Governo acreditam ser a melhor opção para a atual conjuntura brasileira, ou estamos realmente ajudando o país a entrar num beco sem saída, como aconteceu recentemente na nação Argentina? Ali, os militares tomaram o poder por 19 anos e posteriormente tiveram que ressuscitar múmias e dar opção ao povo, que, felizmente, permitiu a recondução da Nação – claudicante e em dificuldade, é verdade – ao verdadeiro espírito democrático.

Sr. Presidente, uma das coisas mais terríveis dos golpes da direita e das revoluções da esquerda é certo determinismo, comum a ambos os regimes. A primeira característica desse determinismo é a supressão da liberdade; é a transformação do povo em objeto, como peças de um sistema que deve ser utilizado apenas para a configuração de certos fins. Não nos podemos libertar desse tipo de transformação do povo em peças que não podem mais ser mantidas e têm de ser convenientemente conduzidas sob regimes representativos. Criou-se a idéia de que hoje em dia não é mais possível alcançar o progresso econômico e material sem a supressão das liberdades. E neste país, especialmente, continua-se a legislar sob a impressão de que o povo não tem configuração moral nem política para escolher seus dirigentes.

Nas eleições de 1972, de 30 milhões de eleitores – participaram diretamente no processo apenas 10 milhões. O resto foi todo ele canalizado de maneira a ser conduzido dentro daquele determinismo terrível, do qual precisamos nos libertar.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, não obstante os continuados ataques ao sistema representativo, não obstante as famosas fórmulas para substituir o processo representativo, na verdade ainda não se encontrou sucedâneo para ele na civilização contemporânea. Há muito tempo que se discute a competência ou não de o povo escolher os seus dirigentes. E esta é uma tese que atrai freqüente, continuada e irresistivelmente os regimes autoritários, que têm uma tendência inequívoca, incontrolável para a ordem, para a lei, esquecendo-se freqüentemente de que esta ordem, de que esta lei tem de ser feita no sentido da defesa, da salvaguarda dos direitos da pessoa humana.

No Brasil, infelizmente, vamos-nos acostumando com um sistema diferente. Todos os dias assistimos à violação dos direitos fundamentais. Todos os dias se suprimem direitos, criam-se, ampliam-se áreas de segurança nacional, nas quais o povo não pode ter participação direta. Amplia-se a desconfiança que o sistema tem no povo e na participação popular.

Todos nós, da Oposição, compreendemos que um regime que pretende alterar estruturas sociais precisa utilizar-se da força durante certo período. Não se justifica, mas se explica. Entretanto, a perpetuação dessas medidas de coibição e a manutenção das ditaduras políticas, das ditaduras econômicas, só podem significar retrocesso. Há tantos anos usa-se indiscriminadamente da força, dos meios de repressão, de todos os meios de condução do processo econômico, do controle absoluto da vontade popular, a ponto de o ministro da Justiça, o Sr. Alfredo Buzaid, pretender estabelecer para o país até uma média moral nacional.

Depois de tantos anos de utilização desse sistema e desses métodos, quando os processos de limpeza e de contenção da vontade popular já duram muito tempo, será este Governo incapaz para combater a corrupção, a subversão?

Sr. Presidente, os Srs. Ministros militares, ao outorgarem uma Carta que não seguiu aqueles caminhos normais, regulares, do beneplácito parlamentar, que por via de regra implica o beneplácito popular, mantiveram um princípio que este Congresso parece freqüentemente esquecer. É o art. 1º da Constituição, que diz que “Todo o poder emana

do povo e em seu nome será exercido”. Então veremos que, até sob o ponto de vista da Constituição, outorgada pelos Srs. Ministros militares, o projeto de Código Eleitoral, *soi-disant* eleitoral, não teve o cuidado de respaldar aqueles mesmos princípios mantidos pelos Srs. Ministros militares. E porque agora, ao apreciarmos este projeto, ao discutirmos este projeto, pretendemos oferecer ao Governo mais do que ele pede ao Parlamento?

Nada, Sr. Presidente, justifica a aprovação de um projeto que não traz qualquer contribuição ao aperfeiçoamento do processo democrático, não traz qualquer abertura às franquias tão caras a este país. E eu gostaria de lembrar aos Srs. Congressistas que não nos insurgimos contra a escolha do nome do próximo general – o próximo general não vai ser eleito, já está eleito, já está escolhendo seus ministros, seus auxiliares –, mas contra esse processo profundamente ilegítimo, que quer trazer para a Presidência da República um general honesto e nacionalista. É preciso distinguir muito bem qual o comportamento da Oposição neste episódio. Vamos insurgir-nos permanentemente contra esse tipo de escolha, porque acreditamos no processo democrático. Acreditamos, como já disse inicialmente, que não há nada que possa substituí-lo na civilização contemporânea.

Sr. Presidente, certa feita, quando o povo de Israel estava sendo libertado do Egito, em determinado momento ele passou por algumas dificuldades no deserto e se voltou contra o escolhido pelo Todo-Poderoso para tirá-lo do regime de escravidão em que vivia. E as Escrituras Sagradas narram o clamor daquele povo contra Moisés. Diziam o seguinte aqueles homens, esquecidos dos anos que viviam agrilhoados e presos à ditadura militar: “Quem dera que morrêssemos pela mão do Senhor na terra do Egito, quando estávamos sentados junto às panelas de carne, quando comíamos o pão até faltar, porque nos tendes tirado para este deserto para matardes de fome a toda essa multidão.”

Sr. Presidente, o Congresso brasileiro não quer assumir um compromisso democrático. O Congresso brasileiro ainda vive dentro daquele regime de que é melhor ter um simulacro de Congresso aparentemente aberto e legislando do que, na realidade, fazer uma tentativa válida para se libertar. O simples fato de estarmos aqui freqüentando estas tribunas não significa nada, nem mesmo que não estejamos casados. E não estou usando uma linguagem acadêmica. Em 1971, dos



479 projetos apresentados pelos parlamentares, foram aprovados apenas 7, sobre assuntos irrelevantes – declarações de utilidade pública e outros de somenos importância. E por que isso? Será que o sistema exige, para a aparência de funcionamento, esse tipo de comportamento, ou será que estamos oferecendo ao sistema muito mais do que ele realmente está a nos solicitar? Dos 479 projetos, 7 foram à sanção presidencial. Em 1972, dos quinhentos e tantos, apenas vinte foram à sanção presidencial. Então, não estou usando linguagem acadêmica. O Congresso não funciona, o Parlamento inexistente. E agora vamos participar de uma farsa para eleger o Sr. Presidente da República. A derrota que vamos sofrer com a votação deste projeto não vai recair apenas sobre os parlamentares do MDB, mas sobre o Parlamento nacional. Ninguém mais pode desfazer a impressão dolorosa de que essa vontade se corporifica na do Governo. Na realidade, o Parlamento existe apenas para respaldar essa vontade, para aparentar a democracia de que o Governo precisa tanto, para exibir nos salões freqüentados pelo Sr. Ministro da Fazenda, e que comprometerá mais ainda as nossas finanças e a nossa economia.

O deputado Alencar Furtado salientou, num memorável discurso, este ano, que o Governo, a pretexto de dar pão ao povo, tirou-lhe a liberdade democrática. Mas esse pão não foi concedido, porque veio a ditadura econômica e o exigiu também. É que aos milagres alemão e japonês, o brasileiro acrescentou um novo elemento: o esmagamento salarial, a contenção do salário do trabalhador, a opressão do operário. Então, Sr. Presidente, o que significa para nós, hoje, a discussão do projeto do Colégio Eleitoral é, nada mais nada menos, vivermos na esperança de que este Parlamento funcione como tal e que os Srs. Deputados e Senadores desempenhem realmente o seu mister, para que possamos aperfeiçoar essa democracia. Frequentemente temos dito que estamos contribuindo para que o Brasil não venha a encontrar-se nas mesmas condições de outros países sul-americanos que, adotando a solução militar, se esqueceram de preparar os caminhos para saírem desse mesmo impasse.

Não atacamos as Forças Armadas; ao contrário, acreditamos muito nelas. Queremos é que ressurgir aquele espírito que instaurou a República, que, em 1930, restabeleceu a vontade popular, através do direito do voto; que em 1946, com as Forças Armadas, restaurou a democracia neste país; e que, em 1964, infelizmente, não pôde seguir

as mesmas diretrizes que salvaguardaram os direitos humanos, as liberdades populares, o direito do voto, a crença de que o povo brasileiro tem configuração moral e política para participar dos processos políticos e econômicos da Nação.

O SR. PRESIDENTE (*Antônio Carlos*) – Lembro ao nobre orador que o seu tempo está quase findo. V.Exa. tem dois minutos para concluir suas considerações.

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Sr. Presidente, a nossa participação, hoje, da tribuna, é somente para alertar este Congresso para a nossa atual conjuntura. Não temos dúvida alguma de qual será o resultado da votação do Colégio Eleitoral. Mas acreditamos que a esperança na democracia não se faz com recuos. Os regimes de força é que se fortalecem com os nossos recuos. A fé na democracia repousa no fato de que, sobre ela, atuam forças imponderáveis que obrigam o sistema a abrir-se, mesmo quando tudo indica que ele vai ser fechado permanentemente. Daí a nossa preocupação de manifestar o desejo de que encontremos um caminho comum, a fim de evitarmos as soluções de desespero, as teses de radicalismo, de aniquilamento total e do esclerosamento democrático.

Esse apelo é dirigido, sobretudo, aos ilustres componentes do partido majoritário. Muito mais que da vontade do Governo, depende deles o ressurgimento de um ideal que não encontra saída, em virtude do esmagamento permanente da vontade do povo brasileiro.

---

## A DEPLORÁVEL HERANÇA POLÍTICA DE MÉDICI<sup>120</sup>

---

*Faz um balanço do Governo Médici e considera deplorável a herança que deixará a seu sucessor, o general Ernesto Geisel, especialmente com relação aos direitos humanos. Lembra que o papa Paulo VI havia exortado o Governo brasileiro a respeitar os direitos da pessoa humana e a assegurar justiça econômica no país.*

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Sr. Presidente, Srs. Deputados, agora que nos aproximamos da quarta tentativa de solução militar para o país, em que um general honesto e nacionalista vai ser escolhido através de um processo profundamente ilegítimo, seria justo e oportuno perguntar a este Parlamento qual a herança que este general honesto vai receber do seu antecessor, o que vai colher o general Geisel do Governo que está prestes a findar-se.

Sr. Presidente, a Oposição tem procurado, desde o início de sua atuação, oferecer alternativas para este Governo, para que o Sr. General que ocupa a Presidência da República pudesse encontrar o caminho da normalidade e do respeito à democracia; para que, enfim, o Sr. General que ocupa a Presidência da República pudesse reconduzir o país à normalidade, conforme insistentemente prometera, conforme expressamente declarara em todos os seus pronunciamentos.

Recordo-me, Sr. Presidente, que diversos membros da Oposição, muito embora usando linguagem enérgica, muito embora usando linguagem necessária nestas circunstâncias para a Oposição, num regime de força, num regime de ditadura militar, sempre procuraram oferecer alternativas, a fim de que o país não ficasse eternamente na obscuridade de um regime de força, que não tem saída para si mesmo. Alternativas várias foram estudadas e sugeridas à douda bancada da Situação. Por diversas vezes encontramos até certa ressonância no espírito de alguns membros do partido majoritário, embora muitas vezes tivéssemos de

---

<sup>120</sup> Publicado no *Diário do Congresso Nacional*, Seção I, de 11 de setembro de 1973, p. 5457.

profligar aqui que havia certa tendência, entre os ilustres componentes da Situação, para declamar para si mesmos belos conselhos, a título melancólico, e mais tarde não seguir nenhum deles. Dissemos que muitas vezes a central que se encontrava instalada nos próprios órgãos do Governo fechava todas as oportunidades para as manifestações legítimas de inconformismo da mocidade e sobretudo da classe trabalhadora, com sindicatos esmagados, com as diretorias purgadas, filtradas e, não obstante, muitas vezes destituídas de representação, porque na sua posse, como ocorreu na Guanabara, compareceu um deputado da Oposição.

Dissemos, muitas vezes, Sr. Presidente, que o MDB jamais entendeu fosse a violência o caminho adequado para a solução brasileira. O povo brasileiro é pacífico e tem tendência para sofrer resignadamente. Mas infelizmente esse povo, com essa tendência e com essa característica tão nobre, estava já se acostumando com a violência, porque a violência da repressão condiciona o comportamento da subversão. Em todo os momentos se encontram razões para que as forças de repressão atuem, condicionem e determinem o comportamento daqueles que acham que para o país só existe uma solução, que, mesmo menos radical, é a de interpelar através da força e da violência.

Pronunciamos inúmeros discursos nesse sentido, Srs. Deputados, pedindo, sugerindo e mesmo implorando que o Governo tivesse sensibilidade para esses problemas. Temos a certeza absoluta de que a inteligência e – por que não dizer? – a sensibilidade de alguns membros do partido da Situação estão como que desfiguradas por uma pressão violenta do Poder Executivo e muitas vezes até por um autocondicionamento que nem mesmo pede este Poder. Este Parlamento oferece tudo ao Governo, despe-se de suas prerrogativas normais, oferece ao legislador militar, ao Executivo, mais do que ele realmente pede do comportamento do partido da Situação.

Hoje podemos dizer, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que talvez em nenhum período da história do Parlamento foi ele tão desfigurado em suas prerrogativas. A marginalização do Parlamento brasileiro atingiu seu grau máximo. Perguntar-se-á: isso é exigido pelo Poder Executivo ou, na realidade, são orientações e diretrizes próprias de uma liderança que se está acostumando a ser conduzida em discordância com os mais altos interesses deste país, que está oferecendo aos Srs. Gerais que ocupam eventual e periodicamente a Presidência da República os caminhos para encontrar a verdadeira normalidade democrática?

Não cremos, Sr. Presidente, porque em muitos projetos, em muitos pronunciamentos, tivemos a certeza de encontrar ressonância em forças vivas deste país, no sentido de conduzi-lo à normalidade democrática. Não fazemos a injustiça de dizer que um bloco monolítico das Forças Armadas quer este país permanentemente oprimido, sem liberdade de imprensa, sem liberdade para a sua juventude, sem liberdade sindical, sem liberdade de qualquer espécie, porque muitas forças vivas também já estão entendendo que o fim da linha para essa anormalidade tem que ser encontrado sob pena de ressuscitarmos velhas múmias políticas que estão desterradas deste país.

Sr. Presidente, o grau de violação dos direitos humanos, cuja defesa deveria constituir uma prioridade para todo Parlamento que se julgasse digno, que se julgasse merecedor do título de um Parlamento altaneiro e sobranceiro, está atingindo o limite máximo neste país.

Fizemos, recentemente, uma votação neste Plenário. Votamos a favor da Declaração dos Srs. Bispos, que entenderam que os direitos humanos neste país estavam sendo violados. E a Liderança da Maioria, com a habilidade e o brilhantismo que lhe são próprios, derrotou essa moção. Entendemos, em última análise, que votar a favor dos direitos humanos, no Brasil, era votar contra o Governo. Entendemos que os termos em que foi colocado o problema definem bem a situação em que o país se encontra. Votar a favor dos direitos humanos é votar contra o Governo brasileiro.

Entendam V.Exas. a que ponto estamos chegando, qual é a escalada que estamos palmilhando, qual é a herança que o Sr. General que vai ocupar a Presidência da República em março de 1974 vai herdar. Este o quadro, e não o daquelas promessas de restituição das liberdades, de resguardo dos direitos primários da pessoa humana.

Sr. Presidente, lembro também outro episódio. Quando votávamos nesta Casa a desfiguração do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana – organização que, para vergonha nossa, jamais completou uma diligência, nunca interrogou uma testemunha e jamais concluiu um processo completamente, no sentido de que todas as providências processuais fossem seguidas –, entendendo o Governo que a sua composição era perigosa, determinou fossem incluídos entre os seus membros alguns funcionários sem representatividade. E isso ocorreu em virtude do impacto havido numa votação em que eram requeridas

maiores diligências para descobrir o paradeiro de um ex-parlamentar que talvez tivesse sentado nas mesmas cadeiras onde se assentam hoje ilustres membros da bancada da Situação. A diligência foi votada quatro a quatro, mas o Governo entendeu que, assim mesmo, com tal resultado, era perigosa a composição do Conselho. Fez nele serem incluídos funcionários sem representatividade, a fim de que fosse garantida a impunidade, fosse garantida a ineficácia de um Conselho já claudicante de acordo com a legislação existente. Foram feitas diversas inclusões no Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, e se ele, até a época, agia com ineficácia, é o caso de se perguntar hoje: que fez este Conselho até o presente momento?

*O Sr. Marcos Freire* – V.Exa. lembrou bem o episódio relativo à transfiguração do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, e foi em face daquelas alterações, absurdamente consagradas por esta Casa, que o partido da Oposição resolveu não mais a ele comparecer. Igual atitude foi tomada pela ABI, enquanto a Ordem dos Advogados do Brasil julgou por bem testar a nova fase em que ingressava o Conselho. Parece-me que o resultado dessa tentativa feita por esse órgão de advogados do Brasil não tenha sido dos melhores. Talvez pela ocorrência de casos como aquele referente a Odílio Carvalho, jovem acadêmico que foi preso e morto na Secretaria de Segurança em Pernambuco, cujo processo esteve nas mãos do então presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Dr. José Neves, o qual, em face das inquirições que fez, chegou à conclusão de que dito processo deveria ser encaminhado ao procurador-geral para a necessária denúncia. O presidente da Ordem dos Advogados foi, no entanto, voto vencido, por unanimidade, em face da nova constituição desse Conselho, conforme V.Exa. já teve oportunidade de referir.

Talvez por isso e por muita coisa mais é que a imprensa noticiou a possibilidade de a Ordem dos Advogados do Brasil também se retirar das próximas reuniões desse conselho, porque, como bem disse V.Exa., este órgão não está atingindo o objetivo a que se propôs e, na verdade, de defesa dos direitos da pessoa humana só tem a cognominação.

*O Sr. João Linhares* – Nobre deputado, permita-me voltar alguns minutos na oração que V.Exa. pronuncia, quando fez alusão à votação realizada no Plenário da Câmara com relação àquele manifesto ou àquele estudo da CNBB referente a vários problemas do Brasil, apenas para

consignar um reparo. A Aliança Renovadora Nacional não votou contra a defesa dos direitos da pessoa humana. Insurgiu-se foi contra os lances políticos que o Movimento Democrático Brasileiro quis tirar daquele manifesto dos bispos. A Arena se insurgiu foi contra o teor e a justificação do requerimento que a Oposição formulou na oportunidade. Traz V.Exa. novamente o problema da alteração do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. V.Exa., que está criticando a alteração proposta pelo senador Ruy Santos, há de recordar que o então líder do MDB, deputado Pedroso Horta, e vários outros deputados da Oposição apresentaram emendas ao projeto ampliando ainda mais a constituição do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana e que – V.Exa. se lembrará, porque as sessões foram memoráveis na Comissão de Constituição e Justiça –, em longo parecer do deputado Alceu Collares, que pedira vista do projeto, a Oposição tentou provar, por todos os meios e formas, a inconstitucionalidade do projeto Ruy Santos. Mas, no momento de votar as emendas, que eram semelhantes ao projeto do senador Ruy Santos, pois igualmente aumentavam o número de membros daquele Conselho, votou pela constitucionalidade das mesmas, demonstrando, dessa forma, uma incoerência impressionante. O raciocínio de V.Exa. nos leva a deduzir que, naquele momento, o MDB também votava contra a defesa dos Direitos da Pessoa Humana. Mas também pedi o aparte a V.Exa. para citar um caso trazido a esta tribuna por eminentes deputados da Oposição de Pernambuco. Não posso afirmar que o deputado Marcos Freire, naquela ocasião, relatava a morte de um estudante na Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco. O deputado Marcos Freire e todos aqueles que compõem a Oposição, quem já foi advogado, quem pelo menos teve o trabalho de consultar a legislação que trata especificamente das arbitrariedades cometidas pelas autoridades, sabem perfeitamente que aquele que deseja defender o direito do seu cliente – e nessa defesa, quantas vezes levamos em conta o nosso idealismo e a nossa posição ideológica – jamais bateria às portas do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, que não é um órgão do Poder Judiciário. Na legislação que traçou os seus limites e as suas atribuições, não há um dispositivo que lhe permita sancionar quem quer que seja, mas única e exclusivamente recomendar à autoridade responsável que instaure o processo competente. Se um secretário de Segurança ou um chefe de polícia comete uma arbitrariedade, existe em vigência uma lei rigorosa, a que trata dos crimes de responsabilidade. Deputado Lysâneas Maciel, sabemos que não é interessante para quem procura defender os direitos

do seu cliente, ou de uma possível vítima, os limites humildes de uma sala de audiência. Ali não existe televisão, *flashes*, cobertura de imprensa, enfim não há publicidade. Há, única e simplesmente, o trabalho sério, e quantas vezes anônimo, do advogado que luta por defender os interesses dos seus clientes. O Conselho, não. É um órgão de expressão nacional, e uma petição a ele encaminhada, é evidente, ganhará as manchetes dos jornais. Mas sabe o subscritor da representação que ele jamais cumprirá o que lhe foi outorgado no momento em que foi escolhido para defender os interesses do seu cliente. Jamais haverá punição para o autor da arbitrariedade. Busquemos o remédio na lei que define os crimes de responsabilidade e alcançaremos muitos e melhores efeitos.

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – O discurso paralelo de V.Exa. teve alguns méritos.

*O Sr. João Linhares* – Perdoe-me, alonguei-me no aparte. V.Exa. foi condescendente.

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Mas eu gostei de ouvir V.Exa. Disse até que nossas denúncias ganham as manchetes dos jornais do país. De que país está V.Exa. falando?

*O Sr. João Linhares* – Falo do Brasil, do qual V.Exa. está esquecido.

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Tive a impressão de que V.Exa. não falava do Brasil. V.Exa., posso afirmar, jamais militou nas auditorias militares. V.Exa., que é um crente nas medidas salutares de segurança adotadas pelo Governo, jamais teve a oportunidade de, na modéstia dos bancos das auditorias militares, defender esses pobres elementos que teriam o caminho adequado através da lei que define os crimes de responsabilidades e que garantiria seus direitos. Talvez V.Exa. esteja a expressar um anseio íntimo de que essas denúncias ganhem as manchetes dos jornais e a televisão. Quando, nobre deputado, uma denúncia da morte de um estudante, da prisão de um trabalhador, alcançou as manchetes dos jornais e as televisões neste país? Isso é uma brincadeira trágica. V.Exa., com um brilhantismo que lhe é peculiar, está brincando com centenas, milhares de trabalhadores que estão sendo torturados, que estão sendo mortos.

*O Sr. João Linhares* – Somente V.Exa. é que sabe desse noticiário!

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Sente-se no banco das auditorias militares e veja as mães de estudantes e trabalhadores mortos. Elas não querem mais saber onde estão seus filhos, querem apenas os corpos de



seus filhos. Não vamos falar da modéstia de sentar em bancos de auditoria. V.Exa. não teve esse privilégio, que é um dever sagrado nosso.

O Sr. João Linhares – Sentei na auditoria do Tribunal Regional Militar, em Curitiba.

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Provavelmente para defender peculato.

O Sr. João Linhares – Tive sempre o princípio de não defender ladrões, quando fui advogado, e continuo militando. V.Exa. diz que os jornais não estampam manchetes dos casos que o MDB tem trazido ao conhecimento da Casa. Recentemente se fez um verdadeiro cavalo de batalha da morte de um estudante em São Paulo e a imprensa paulista, especialmente *O Estado de S. Paulo*, publicou em manchete uma nota do arcebispo de São Paulo. Lembro a V.Exa. que é um caso recente.

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Quero apenas dizer que V.Exa. está completamente equivocado. V.Exa é um deputado brilhante, tem boa memória.

O Sr. João Linhares – Muito obrigado.

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Quando foi denunciada aqui a morte de Alexandre Vanucchi, estava presente o deputado Cantídio Sampaio, e chamei à discussão do problema a Liderança da Maioria. Naquele dia fez ela, inclusive, uma estatística macabra da série de atropelamentos que se sucediam e afirmava: este é mais um atropelamento que ocorreu no país. Esta a explicação que a Maioria deu, mas não teve a coragem de exibir o corpo massacrado daquele estudante. Essa a informação de um elemento da Maioria, Srs. Deputados, que conhece os porões e os desvãos dos IPMs. Notícias foram aqui trazidas que nem os advogados, nem a família do estudante massacrado tivera conhecimento. Apresentaram aqui, repito, estatísticas da série de atropelamentos, como se a morte daquele estudante também nelas estivesse incluída, morte que mereceu do cardeal de São Paulo, D. Evaristo Arns, a seguinte expressão: “Quando mataram Jesus Cristo devolveram o corpo. À família daquele estudante nem isso”.

Chamei os deputados de São Paulo, o Sr. Cantídio Sampaio, frequentador da Secretaria de Segurança, ex-titular daquela pasta, para que prestasse esclarecimentos por mais um assassinato – não há outro nome, não há eufemismo, Sr. Presidente, assassinato de estudante. Essa é a herança que o sistema irá entregar ao general Geisel: assassinatos políticos

às dezenas, às centenas e todos aqueles estudantes que denunciaram o crime foram assistir à missa mandada rezar, de braços dados, por sugestão do cardeal de São Paulo. A catedral estava cercada pelas tropas, revivendo aqueles áureos tempos do nazismo. E saíram de braços dados, sob pena de serem encarcerados. Isso, Srs. Deputados, os jornais não publicaram. Ninguém vai ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana buscar manchetes de jornais, porque o Conselho é órgão desfigurado, onde o Governo colocou elementos sem representatividade de diversos ministérios.

*O Sr. Marcos Freire* – Há dias, os jornais noticiaram que iria ser extinto o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. Isso foi desmentido pelo Sr. Ministro da Justiça. Surge-nos, agora, uma dúvida, porque o nobre líder da Arena, deputado João Linhares, está pregando que, quando ocorrer casos de violação dos direitos da pessoa humana, quando prisioneiros desaparecerem, quando a sua integridade física ou mental for atingida, quando os prisioneiros morrerem nas celas, não se deve recorrer a esse Conselho. Para isso há a Justiça. Ao Conselho não cabe punir ninguém, diz S.Exa., e sugere a responsabilização de atos delituosos.

*O Sr. João Linhares* – É a lei que diz isso.

*O Sr. Marcos Freire* – Interrogáramos a Liderança da Arena quantas recomendações nesse sentido foram feitas pelo Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, apontando autoridades responsáveis, solicitando abertura de inquéritos ou encaminhando os processos que venham às mãos de procuradores-gerais para que eles, através dos instrumentos legais, ponham na cadeia os que abusam da força e da autoridade dos cargos que ocupam.

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – V. Exa. está querendo exigir muito do Conselho, do simulacro de Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. Perguntamos: qual a diligência que esse Conselho realizou? Qual a testemunha que interrogou? Qual a providência que efetivamente tomou na defesa dos Direitos da Pessoa Humana?

*O Sr. João Linhares* – Veja V.Exa. que não é fácil dialogar com a Oposição. No momento, recorde-me da primeira fala do deputado Pedroso Horta, no início desta Legislatura, quando dizia que o único palmo de verdade existente neste país era pisado exclusivamente pelos membros da Oposição. Veja como é difícil dialogar com quem acha que está sempre com a verdade. A verdade só pode ser fruto de pesquisa, de discussão

e de diálogo. Mas o MDB acusou e está certo. Recentemente o deputado Fernando Lyra citou determinados fatos, dizendo e repetindo: está provado, está provado, está provado. É difícil dialogar e contestar uma sentença que transitou em julgado. O deputado Marcos Freire afirmou que eu advogava a extinção do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. Não. O que eu advogo é que ele seja provocado dentro dos limites que a lei que o criou estabelecem. Única e exclusivamente. Quanto às exigências e decisões do Conselho, não as conheço, nem acompanho os seus trabalhos.

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Seria muito bom...

O Sr. João Linhares – Não sei se o deputado Marcos Freire os tem acompanhado permanentemente. Mas vou me dar a esse cuidado, para saber se foi sugerida alguma medida punitiva ou recomendação às autoridades competentes.

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Acredito que seria muito útil a V.Exa. se freqüentasse as auditorias militares.

O Sr. João Linhares – Acredito que muito mais útil seria aos membros da Oposição.

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Eles estão acostumados a isso.

O Sr. João Linhares – Não me consta.

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Estamos tentando, aqui, chamar a atenção dos ilustres componentes da bancada da Maioria, a fim de sabermos qual a herança que o general que ocupará a Presidência da República vai receber. Não faremos referência, evidentemente, à trágica herança econômica e a outros aspectos que, sem contestação eficiente, têm sido denunciados desta tribuna. Preocupa-nos fundamentalmente, prioritariamente, precisamente, a violação dos direitos humanos pelo Governo, que quer entregá-la como herança ao futuro presidente da República.

Sr. Presidente, há poucos dias relatei aqui que uma pessoa foi julgada por ter violado a Lei de Segurança Nacional, ao tempo da Ditadura Vargas. A acusação que sobre ela pesara era de ter pisado sobre uma moeda em que estava estampada a efígie do ditador de então. Por isso essa pessoa foi levada às barras do Tribunal. E a desculpa que o advogado arranhou para excluir da pena aquele estudante – era estudante, também, pertencia a uma classe mais fluída, mais sensível aos reclamos

e interesses do país – foi a de que, na realidade, ele pisara sobre aquela moeda para que ela não caísse no esgoto. Aí sim – teria argumentado o advogado – a imagem do ditador ficaria definitivamente conspurcada.

De acordo com o atual conceito de segurança nacional, todo cidadão é praticamente obrigado, tal como ocorria no regime nazista, a ser denunciante do seu próximo e acusador daqueles que vivem em sua periferia ou em seu círculo de relações. Nesse clima trágico, observamos que há uma nova mentalidade. Por essa razão, qualquer pronunciamento, crítica e indagação, por mais legítimos e pacíficos que sejam, não podem ser levados para a frente, pois o censurante, o indagador, será frontalmente enquadrado nas leis de segurança nacional. Pretende-se fazer crer que isso é uma diretriz, uma característica do atual Governo. Eu digo que não, Sr. Presidente. Não é somente o capital espoliativo das multinacionais que está determinando esse comportamento do Governo brasileiro, no que tange à ditadura econômica. Essa diretriz, no que se refere à segurança nacional, também é determinada de fora.

Há pouco tempo se reuniu, nos Estados Unidos, um grupo da mais alta relevância para os negócios daquele país. Àquela reunião da American Management Association compareceram secretários de Estado, secretários de Comércio, deputados do Legislativo norte-americano, além, naturalmente, dos grandes representantes das importantes companhias multinacionais, e até um observador da embaixada russa. Na oportunidade, foram fartamente distribuídos noticiários a respeito das torturas e da violação dos direitos humanos na América Latina, notadamente no Brasil. A reunião se destinava a estudar o ambiente de negócios no Brasil. Foram distribuídos panfletos e informações sobre as costumeiras violações dos direitos humanos neste país.

O presidente da American Management Association, Sr. H. L. Hoffenberg, colocou em seu currículo esta informação espantosa: “Membro da CIA americana e presidente da American Management Association.” Não teve sequer o cuidado de esconder essa condição nem as torturas e mazelas que ocorrem neste país. Aquele membro da CIA estava estudando as medidas que os homens de negócios norte-americanos deveriam tomar, com o respaldo de autoridades daquele país, com a presença de embaixadores da América Latina, para garantir o *business and employment* no Brasil. Então, sugeriram abertamente – e tenho em mãos documento oficial – que se estudasse a maneira de intervenção militar,

em nível governamental, para manter o regime repressivo existente no Brasil, desde que houvesse continuidade no que eles entendem como progresso econômico.

Como se observa, essas decisões são tomadas às escâncaras.

Quanto à repressão e violação dos direitos humanos, não se pode dizer que façam parte de uma diretriz advinda de mentalidade que por acaso prevaleça em alguns órgãos de repressão à informação no país. Não, ela também tem origens alienígenas. E assim devemos nos comportar, desde que haja o famoso progresso econômico. Progresso para quem, Sr. Presidente? Para as multinacionais. Desde que se garanta a remessa dos lucros, desde que o Brasil se conserve como colônia de extração, deveriam ser tomadas medidas em nível governamental para manter o Governo. Determina-se o comportamento dos órgãos de repressão não apenas por uma diretriz de ordem interna. Mas é tal a nossa dependência, é tal o domínio, não apenas na esfera política, mas em qualquer setor econômico ou sob qualquer outro ângulo que se examine o famoso desenvolvimento brasileiro, que se verifica que quem traça as diretrizes estabelece as normas. E os resultados aí estão: 2 bilhões e 500 milhões de dólares foram remetidos para o exterior, ou seja, 500 milhões de cruzeiros a mais do que toda a moeda circulante no país. O Brasil, repito, tornou-se um paraíso, uma colônia de extração, por excelência, um instrumento do neo-imperialismo que está pretendendo fazer com que o Brasil faça aquele jogo das multinacionais, que hoje não mais pode ser feito diretamente.

O Sr. *Walter Silva* – Serei breve, nobre deputado Lysâneas Maciel. Neste vibrante e vigoroso discurso, que naturalmente ficará na História e nos Anais, V.Exa. lembrou, e lembrou muito bem, a influência das multinacionais na economia dos países subdesenvolvidos. Desejo apenas recordar que o jornal *O Estado de S. Paulo*, como os demais periódicos do país, publicou, quase na íntegra, discurso pronunciado pelo general Cargagno, da Argentina, na última conferência dos exércitos americanos, realizada em Caracas, através do qual ele condena as multinacionais. Em trecho do seu discurso, que foi vigoroso, lembra aquele militar que o inimigo que ataca o homem, aquele que aceita o emprego da violência como meio de ação para consecução dos seus objetivos, é o mesmo inimigo da humanidade. Nesta hora em que V.Exa. lembra que os órgãos de repressão no país estão-se extremando – inclusive censurando órgãos

de informação do exterior; até os pronunciamentos do papa Paulo VI têm sido censurados, principalmente os em que S.S. se manifesta contra essa política brasileira de repressão mesmo à Igreja –, quero felicitar-lhe e lembrar que é chegada a hora de os que exercem esta repressão pensarem um pouco na História e de saberem que não vão durar para sempre, que um dia vão morrer e prestar contas a Deus por esses atos de violência contra seus semelhantes, contra o ser humano, contra, afinal de contas, brasileiros como eles.

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Lembrou V.Exa. com muita propriedade. A imprensa no Brasil tem sido muito censurada. Isso aqui, Srs. Deputados, é um volume contendo os textos das últimas censuras aos jornais do Estado de São Paulo. Opiniões políticas, fotografias do escândalo de “Watergate”, da ITT, opiniões diversas, piadas etc., são completamente censuradas. No Brasil, agora se chegou a um extremo, a que não sei como o sentimento religioso, a sensibilidade humana, os últimos graus de sensibilidade dos ilustres membros da bancada governista podem resistir. Refiro-me ao despacho recebido por ocasião da entrega de credenciais do embaixador brasileiro à S.S. o Papa Paulo VI.

“Castel Gandolfo, 28 – O papa Paulo VI exortou hoje o Governo brasileiro” – Sr. Deputado Geraldo Freire – “a respeitar os direitos humanos e assegurar a justiça econômica, em uma evidente alusão às denúncias de torturas e repressão política no Brasil. O apelo papal, formulado em uma audiência com o novo embaixador brasileiro junto à Santa Sé, surgiu em um momento de tensão nas relações entre a Igreja Católica e as autoridades daquele país. Ontem, a Igreja brasileira denunciou a censura das informações sobre desaparecimentos, prisões e apreensões de documento eclesiásticos, em duas capitais de estados brasileiros.

O Sumo Pontífice disse ao embaixador Antônio Borges Leal Castello Branco, que apresentou suas credenciais nesta capital, na residência de verão do papa, que: ‘Só se pode obter um bem-estar comum quando se garantem os diversos direitos e deveres do ser humano’. Não pode haver ‘autêntico progresso sem justiça e respeito pela dignidade de todos os homens, sem distinção’, declarou. O papa disse ainda que, devido à numerosa população católica, o Brasil é um país particularmente importante para a Igreja. Ao mesmo tempo, manifestou o seu apoio à mais alta hierarquia eclesiástica

desse país, cujas relações com o Governo têm-se deteriorado ultimamente. As relações entre o clero e o Governo atingiram o seu nível mais baixo em maio, quando três arcebispos da região Nordeste e dez bispos divulgaram manifesto em que acusavam o Governo de ‘torturas, assassinato e mutilações’ bem como de ‘repressão, colonialismo e a aplicação de uma política econômica que beneficia 20% da população’.

Em seu discurso, o embaixador destacou os esforços que o Brasil desenvolve para promover o crescimento econômico e elevar o nível de vida.”

Sr. Presidente, Srs. Deputados, evidentemente que tal discurso, que tal repreensão de um papa tido e havido como moderado, tido e havido como não seguidor daquela linha mais avançada de João XXIII, deveria encontrar eco, deveria encontrar sensibilidade, deveria encontrar resposta condizente dos ilustres membros que compõem a Maioria, para que não se entregue ao Sr. General Geisel esse tipo de herança trágica que vimos denunciando desde o início desta Legislatura e que tem sido chamada pelos acusados apenas de arroubos e acusações da oposição.

A esta altura quem fala é S.S. o Papa Paulo VI; e eu desafio S.Exas. a que transcrevam a fala total de Sua Santidade, a fim de que o Parlamento dela tome conhecimento.

*O Sr. JG de Araújo Jorge* – Gostaria, aparteando V.Exa., de lembrar, no momento em que V.Exa. cita S.S. o papa Paulo VI, que, quando candidato a deputado federal da Guanabara, numa das vezes em que fomos à TV Globo, S.S. o Papa havia feito um pronunciamento a respeito desses problemas que V.Exa. comenta neste momento, ou seja, a situação dos regimes totalitários, que continuavam a empregar a violência, torturas, prisões, onde não havia liberdade de imprensa. E as declarações do papa se referiam a um país da América Latina onde a Igreja tinha o maior número de católicos. Obviamente, só poderia ser o Brasil. E na TV Globo, quando comparecemos para fazer o programa, se encontrava afixada, num dos estúdios, uma nota com as seguintes indicações:

“Proibidos quaisquer comentários sobre as declarações feitas hoje por S.S. o Papa Paulo VI e citações da mesma, integrais ou parciais.”

Isso em 1970. É o sistema que aí está; e não é de hoje, vem de 1964. Não mudou nada. S.S. continua no índice do sistema que aí se encontra. Eu estava no gabinete, quando V.Exa. fazia referências ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, sobre o qual tivemos tantas oportunidades de fazer comentários nesta Casa. Quem lê as pautas das atuais reuniões deste Conselho tem a impressão de que se está realizando uma convenção do Rotary, sem almoços e jantares. É um escárnio à opinião pública que um órgão com essa designação, Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, reúna-se hoje apenas para distribuir votos congratulatórios, prestar homenagens e promover recepções, tudo sem nenhum conteúdo ou sentido, nenhum laço que o ligue aos motivos de sua criação. É um escárnio à opinião pública brasileira que sobreviva um Conselho com essa designação quando, na verdade, não tem o menor significado para nós.

*O Sr. Daniel Faraco* – Nobre deputado Lysâneas Maciel, parece que se reproduz agora o que há pouco tempo ocorreu em torno de discurso feito pelo papa sobre o noticiário. O papa Paulo VI criticava o que acontecia com as notícias. Há uma diferença muito grande entre a notícia e o fato. A notícia é algo de autônomo em relação ao fato. O fato é uma coisa, a notícia é outra, por vezes completamente diferente. Entre o que V.Exa. leu e o que aconteceu, a única relação que parece existir é o nome do papa. Veja só: se reler o que acabou de comentar, V.Exa. vai verificar que 90% das palavras são da empresa noticiosa. Ela é que diz “acontece isso no Brasil, acontece aquilo no Brasil”; “quando o papa falou se referia a isso”. Toda interpretação é da empresa noticiosa. As palavras do papa falam em injustiça, naquilo que o papa sempre diz, sempre repete, naquilo que nós todos ouvimos, naquilo que todos nós queremos pôr em prática. Veja V.Exa., tem razão o papa. E, quando ele falou sobre a diferença que existe entre as notícias, houve um clamor universal, porque se achava que o papa estava exagerando, que estava criticando os meios de comunicação. Mas parece claro que a empresa noticiosa que divulgou esse telegrama faz parte daquela Central que procura difamar o Brasil; parece não haver dúvida.

*O Sr. Marcos Freire* – Sr. Deputado, parece-me de alta relevância a dúvida levantada pelo deputado Daniel Faraco. Por isso mesmo, seria o caso de a Arena, por intermédio de seus líderes, aceitar o repto, que neste instante o MDB faz, de conseguir, junto ao Ministério das Relações Exteriores, a íntegra do texto de S.S. o Papa Paulo VI, para que o mesmo



seja lido da tribuna desta Câmara, desfazendo, assim, as dúvidas porventura existentes em torno ao assunto, a fim de podermos comprovar se há, realmente, divórcio entre a notícia lida por V.Exa. e os fatos ocorridos, que, segundo S.Exa., não se passaram segundo o telegrama. Sem dúvida, S.Exa. já está a par dos fatos, e é lamentável que não os descreva aqui, nesta oportunidade. Mas S.Exa. poderá, até por questão de honestidade, trazer o texto integral do pronunciamento de S.S. o Papa Paulo VI, desfazendo as dúvidas levantadas.

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Era exatamente o que queria propor aos ilustres componentes da Liderança da Arena. Foram levantadas dúvidas quanto à íntegra do pronunciamento de S.S. e ao fato de aquelas recomendações se referirem ou não ao Brasil. Então, aqui fica o desafio para que S.Exa., que parece ter conhecimento dessa matéria há muito tempo, pois falou até que a notícia era interpretação das agências noticiosas – não dei a origem do telegrama que tenho em mãos –, traga ao conhecimento do Plenário, na íntegra, o pronunciamento de S.S., para verificarmos o que está por trás do recrudescimento dessas medidas contra os direitos humanos, o que se vai entregar ao general Geisel, quando ele entrar de posse deste país, quando receber esta Nação em 1974, já que nem as palavras de S.S. o Papa são suficientemente fortes, e se tenta desviar o assunto. V.Exa., deputado Daniel Faraco, me faz lembrar um episódio ocorrido recentemente. Um grupo de pessoas atacava violentamente o presidente da República, e por ali passava um oficial da Polícia, que prendeu os componentes do grupo. Estes lhe disseram: “Estamos falando sobre o presidente de determinado clube de futebol e não do presidente da República”. Dadas essas informações, o policial seguiu o seu caminho. Mas, de repente, voltou e prendeu novamente aquelas pessoas, sob a seguinte alegação: “Falam que o presidente é ditador, que o presidente não respeita os direitos humanos, só podem estar falando do presidente da República”.

Afirmando que as referências não são feitas ao Brasil mas a outro país genericamente, V. Exa. está na obrigação de apresentar a íntegra do discurso de S.S., para verificarmos se este Parlamento tem ou não o dever de se formar ao lado daqueles que ainda têm um pouquinho de sensibilidade, não digo religiosa, Sr. Deputado, mas humana, em relação a um problema que está envergonhando esta Nação.

*O Sr. Freitas Nobre* – Há um evidente equívoco do nobre deputado Daniel Faraco, quando S.Exa. diz que havia necessidade de se distinguir o fato da notícia. A notícia é o relato do fato. O que se pode distinguir é, relativamente à notícia que revela o fato, o comentário. Equivocou-se evidentemente, S.Exa., quando diz que há discordância entre o fato e a notícia. S.Exa. não percebeu que a notícia é o relato dos acontecimentos, e, para exatamente fazer retificação quanto a este equívoco, deve colocar os pontos onde deveriam estar, para não haver interpretação equivocada de que há comentário e não há notícia.

O SR. PRESIDENTE (*Flávio Marcílio*) – O tempo do nobre orador está esgotado.

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Termina, Sr. Presidente.

Ao fazer esses apelos à ilustre bancada da Maioria, termino minhas observações lembrando as palavras de outro eclesiástico. Um pastor protestante, pouco antes de ser sacrificado pelo regime nazista, disse:

“Primeiro eles vieram buscar os comunistas. Não falei nada porque não era comunista. Depois vieram buscar os estudantes. Não falei nada porque não era estudante. Depois vieram buscar os operários e membros dos sindicatos. Não falei nada porque não era operário sindicalizado. Depois vieram buscar os católicos. Não falei nada porque era protestante. E finalmente vieram me buscar, e quando isso aconteceu não restou mais ninguém pra falar.”

Era o que tinha a dizer.

---

## CCJ INVERTE PRINCÍPIO UNIVERSAL DO DIREITO<sup>121</sup>

*Lamenta a rejeição, na CCJ, de emenda que, em respeito ao princípio de que não se pode presumir a culpabilidade, garante a candidatura a cargo eletivo de pessoa denunciada em crime contra a segurança nacional, economia popular, administração. Diz que a CCJ votou a condenação de princípio consagrado em todas as legislações do mundo.*

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Sr. Presidente, Srs. Deputados, hoje, na Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, votou-se a inversão de um princípio tradicional de Direito, manifestado ao longo dos anos da história jurídica de todos os povos do mundo, na seguinte formulação: “Todo indivíduo é inocente até que seja decretada pela Justiça ou através de apuração pelos órgãos competentes sua culpabilidade.”

A Comissão de Constituição e Justiça votou hoje a condenação desse princípio consagrado em todas as legislações do mundo, Sr. Presidente – e, diga-se de passagem – sem a concordância total do partido do Governo.

Quando a História revolver os Anais desta Casa, quando o julgamento da posteridade que recai infalivelmente sobre as pessoas, analisar os atos daquela Comissão, verificar-se-á que houve homens do partido do Governo que não se conformaram com a violentação de suas consciências, que não se viram obrigados a votar contra aquele princípio, repito, consagrado em todas as legislações do mundo, ou seja, o de que ninguém pode ser condenado sem que antes passe pelo crivo da Justiça e dos órgãos competentes.

Sr. Presidente, certa feita, o pastor Martin Luther King, ao exortar os companheiros de sua raça a tomarem uma posição de dignidade e de desenvoltura cívica quando seus direitos eram esmagados, disse o seguinte:

“Mais cedo ou mais tarde, meu povo negro, a História dirá que houve nesta terra um povo com dignidade. E este povo é o povo negro. Mais tarde, quando o julgamento da História vier entenderão os pósteros que houve alguém com dignidade suficiente para resistir àquela arremetida contra os direitos fundamentais do homem.”

<sup>121</sup> Publicado no *Diário do Congresso Nacional*, Seção I, de 26 de abril de 1974, p. 2139.

Hoje, neste Congresso, estamos precisamente na mesma posição ao votar a emenda proposta pelo eminente líder da Minoria. Alega-se que tal emenda tem caráter casuístico. Esquece-se, porém, esta Casa que o Projeto Geraldo Freire é muito mais casuístico que a emenda, pois visa precisamente a proteger os atuais parlamentares contra o poderio econômico e político dos secretários de Estado, aumentando os prazos de desincompatibilização. É argumento quase ingênuo dizer-se que a emenda é casuística, quando, na realidade, ela visa justamente salvar um dos princípios mais sagrados da História dos povos, que é considerar inocente todo aquele que ainda não foi julgado nem sofreu o crivo e a apreciação dos tribunais do seu país.

É isso que se pretende, Sr. Presidente. Um deputado daquela Comissão disse que a legislação era casuística, porque de 1970 para cá houve praticamente omissão da Minoria, quando na realidade inúmeras propostas foram feitas no sentido de expungir essa anomalia dos Anais da nossa história jurídica.

Recordei-me, Sr. Presidente, que desde 1964, na realidade, se permite que simples autoridades policiais deste país, a um mero aceno do inimigo político de alguém, possam tornar incompatível o exercício do mandato ou a candidatura de qualquer pessoa, de qualquer cidadão que ainda não sofreu julgamento dos tribunais do país.

Sr. Presidente, a rejeição da Emenda Laerte Vieira representa, pura e simplesmente, a consagração da prática que impera de 1964 para cá neste país. Realmente, Sr. Presidente, os líderes do partido do Governo já se manifestaram inúmeras vezes pela derrubada deste princípio que envergonha, e deve envergonhar, nosso Parlamento.

O eminente deputado Célio Borja, em várias oportunidades, já se manifestou, clara e inequivocamente, no sentido de que este princípio da inocência do indivíduo, até que seja provada sua culpabilidade, deve ser novamente inserto em nossas Constituições, deve ser novamente inserto em nossas leis ordinárias, a fim de que tenhamos coragem de falar como Martin Luther King, para que possamos dizer: houve, um dia, no Parlamento brasileiro, homens dignos que não se envergonharam de tomar determinada posição.

Era o que tinha a dizer.

## AS LIÇÕES DO 25 DE ABRIL EM PORTUGAL<sup>122</sup>

---

*Comentando a queda da longa ditadura portuguesa, constata que regimes de força só conseguem manter-se no poder utilizando-se do terror, e lembra que, assim como em Portugal, no Brasil não é difícil perceber as intenções obscuras de cada investida repressora: a manutenção no poder.*

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Sr. Presidente, Srs. Deputados, a propósito da queda de mais um regime de força, impõem-se algumas considerações.

Ainda estão bem vivas no mundo todo as palavras dos chefes da ditadura portuguesa, ora derrubada, proclamando que o povo estava em paz, e a nação marchava firmemente na conquista dos *soi-disant* objetivos nacionais permanentes.

O tempo e a História são, entretanto, os elementos inarredáveis na vida dos tiranos e das ditaduras.

Não há como iludir: não há possibilidade – fora do terror – de se manterem regimes estáticos ou de força.

As Forças Armadas, os empresários e até a maior parte do clero mantinham submissos, humilhados e estáticos nossos irmãos portugueses, através de um regime de força que ontem começou a ser extirpado de Portugal.

Esperamos em Deus, Sr. Presidente, que as diversas camadas que compõem a nação portuguesa encontrem a paz social. Não aquela paz proclamada e exigida pelos órgãos oficiais, através da propaganda unilateral e massificante. A verdadeira paz. A paz que vem do respeito às divergências; a paz que flui da possibilidade de um adestramento da experiência humana através de discussões e estudos e disputas que impulsionam o desenvolvimento histórico.

---

<sup>122</sup> Publicado no Diário do Congresso Nacional, Seção I, de 27 de abril de 1974, p. 2210.

Sempre que um grupo que se encontra no poder, como no caso dos dirigentes portugueses ora alijados, invoca a ordem e a segurança, devem ser perquiridas suas motivações irracionais.

A repressão em defesa da ordem era uma falsidade proclamada em Portugal, não convencia a ninguém.

Não nos esqueçamos que a própria ordem é uma construção social e, se cada maioria, ou pretensa maioria, se julgar no direito de suprimir a contestação à sua “ordem”, o problema político jamais encontrará solução.

A paz e a ordem constituídas apenas para um grupo, mesmo que seja majoritário, servem de exemplo de como são enganosas.

Não há paz de tal ou qual regime, mas apenas paz. As diferenças de concepção em relação ao seu estabelecimento podem divergir de povo para povo, mas não é difícil localizar onde e como ela está sendo adulterada em proveito de determinados grupos.

Em Portugal, como no Brasil, não é difícil perceber quais as intenções obscuras através de cada investida repressora.

Ontem a justificativa era o restabelecimento das garantias democráticas. Hoje, Sr. Presidente, a sua manutenção.

Convém lembrar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que no regime de força de Portugal também se mantinha um simulacro de Parlamento.

Lá, como cá, a omissão dos parlamentares e de outras forças vivas do país está condenando toda uma geração a conviver com elementos que aceitam e vivem tranqüilamente debaixo de atitudes totalitárias.

Os reiterados apelos às medidas de força e até a paciência levaram Portugal ao estado em que se encontra.

Convém lembrar, ainda, que essa decantada paciência – bandeira dos que desejam permanecer no Poder ou parlamentares brasileiros que afivelam máscara de auto-suficiência – é quase sempre proclamada pelas camadas ligadas à ordem e por aqueles que se esquecem de que vieram representar um povo pobre, maltratado e sofrido e que por isso mesmo tem pressa, como os portugueses.

Curioso é que tantos regimes de força da esquerda ou da direita sentem a necessidade de proclamar a ordem e a paz.

---

Ontem era Portugal, hoje é a União Soviética, onde os intelectuais não têm oportunidade de manifestar o seu descontentamento e suas críticas.

Em ambos os casos, invoca-se ordem e a paz para coagir, torturar ou enviar para as clínicas psiquiátricas homens que têm procurado demonstrar que não tem havido paz, exatamente em função da supressão das liberdades básicas sem as quais a vida humana não tem sentido.

Essas liberdades foram ontem proclamadas em Portugal. Esperamos que sejam efetivamente conquistadas para a redenção daquele povo irmão e o progresso de todo o gênero humano.

Era o que tinha a dizer.

---

## ESTÁ CASSADA A PALAVRA DE VOSSA EXCELENÇA<sup>123</sup>

---

*Comenta a rejeição, no Plenário, de projeto aprovado nas Comissões. Tal procedimento revela, em sua opinião, que o Congresso está se esclerosando e não exerce as atividades que fazem prosperar uma democracia: “Somos deputados e senadores, mas não somos parlamentares”. Por considerar que fugira do assunto em discussão, o presidente da Mesa cassa-lhe a palavra.*

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Sr. Presidente, Srs. Deputados, há mais ou menos um século, o sagaz Olózaga, nas cortes de Espanha, pressionou o cardeal Mazzarino a perguntar ao embaixador inglês qual o interesse da Corte de St. James a respeito do novo regime que se estava instalando naquela época. O embaixador inglês, dando um exemplo clássico de oportunismo, de adesismo, hoje moeda muito corrente neste país, declarou o seguinte: “Sou um servidor das oportunidades.”

Esse talvez seja o exemplo clássico de homens que, no decorrer de sua existência, do exercício de suas funções públicas, de sua intromissão na política – que, em última análise, é a arte de servir ao povo –, procuram sempre se ajeitar, procuram sempre se amoldar, procuram sempre servir àqueles que estão eventualmente no poder. Digo isso, Sr. Presidente, não porque esteja preocupado com esta discussão, que não me parece das mais altas, em torno da votação de um projeto, não porque me pareça ser o assunto da relevância que se lhe quer imprimir, mas muito simplesmente porque, na realidade, um projeto com todos os pareceres favoráveis, um projeto que tem merecido esforço razoável das diversas Comissões em debates longos e exaustivos, hoje chega a este Plenário e vai ser, segundo consta, sumariamente recusado.

Sr. Presidente, esse fato demonstra apenas a circunstância que a Oposição vem denunciando com veemência, muitas vezes com humildade, mas com persistência, enquanto recebe da ilustre Maioria sorrisos

---

<sup>123</sup> Publicado no *Diário do Congresso Nacional*, Seção I, de 17 de maio de 1974, p. 2991.



a respeito da tentativa de alterar uma situação que deveria preocupar um parlamento que se orgulhasse deste nome. Na realidade, Sr. Presidente, este projeto revela a situação em que se encontra o Congresso Nacional. Não somos nada, Sr. Presidente. Somos deputados e senadores, mas não somos parlamentares. De vez em quando aflora neste Congresso essa realidade, que passa a ser pungente em determinados momentos e que é aceita tranqüilamente em outros, dependendo de quem esteja na Presidência da República. Sr. Presidente, foi bom que isso acontecesse. A democracia quer ser um instrumento atuante e, para prosperar, ela precisa de informações, de educação e, sobretudo, de persistência no exercício de algumas funções. Este Congresso está-se esclerosando, porque não exerce essas atividades que fazem prosperar uma democracia.

*O Sr. Paulino Cícero* – Nobre deputado Lysâneas Maciel, no discurso que profere, V.Exa. atribui, e com justiça, às Lideranças, a responsabilidade maior pela condução dos problemas desta Casa. E é verdade. Não apenas dentro do Congresso Nacional, não apenas dentro da Câmara dos Deputados, mas em todas as casas legislativas do mundo, o processo legislativo, ou a condução política, é atribuição fundamental das Lideranças. O deputado Geraldo Freire, enquanto líder do Governo nesta Casa, não abriu mão deste princípio e desta faculdade. Sem falar pessoalmente por S.Exa., tenho a certeza de que o deputado Célio Borja não abrirá mão desta faculdade que o próprio Regimento da Casa lhe concede e que, de resto, poderia inscrever-se entre os direitos naturais do parlamentar. Mas V.Exa. está sendo injusto quando procura negar à atual Liderança do deputado Célio Borja o propósito de encontrar-se com as aspirações que estão presentes na sensibilidade de cada parlamentar dentro desta Casa. Na condução dos problemas legislativos, na área das Comissões, S.Exa. distribuiu novas responsabilidades aos parlamentares que estão sob a Liderança do Governo, que prestigia o presidente Geisel. Posso afirmar a V.Exa. que 90% dos projetos que transitam pelas Comissões, apreciados previamente pelas Lideranças, são classificados como projetos a serem votados a critério da própria Comissão. S.Exa. e a Liderança que ele comanda reservam-se direitos de promover intervenções explicitamente, quando a matéria envolve direto interesse da Liderança, ou do Governo. Mas V.Exa. não está sendo justo quando recusa uma evidência palmar, isto é, que os vice-líderes ou líderes que se assentam ao Plenário, comandando o processo de votação, sempre têm dado uma demonstração de abertura ao encaminhar e votar

favoravelmente diversos projetos de autoria parlamentar. Em verdade, essa era uma increpação que se fazia e que, ainda hoje, injustamente, o deputado autor da proposição ora em votação desfiava desta tribuna. A Liderança é sensível a essas aspirações do Plenário. E, por sintonizar-se com elas, está imprimindo um rumo novo, pessoal, ditado pelo deputado Célio Borja, no sentido de que o trabalho parlamentar se reencontre com as aspirações de todos e de cada um.

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Em primeiro lugar, quando V.Exa. diz que faço reparo à atuação do eminente líder da Maioria, não diz a verdade. V.Exa. não prestou atenção ao meu discurso. Acho que fiz ver aos parlamentares presentes, de maneira muito clara, que eu não me estava intrometendo no episódio miúdo de uma discussão a respeito deste projeto. Mas saúdo agora a nova orientação que V.Exa. diz vai ser seguida pela Maioria. Espero que não seja mais uma daquelas famosas declarações de intenção que, mais ou menos, constituem rotina dos ilustres deputados da Maioria, que se cansam de proclamar belas intenções e depois se vêem na melancolia de não segui-las.

O Sr. Paulino Cícero – A injustiça de V.Exa. está em não reconhecer esse fato, que é evidente.

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – É claro, Sr. Deputado, que o fato de reconhecer que a Liderança anterior não estava agindo no sentido de engrandecer a atuação parlamentar já é uma confissão que demonstra que a Oposição tinha, pelos menos até pouco tempo, sobejas razões para clamar contra a diminuição da condição parlamentar. Mas queremos abrir ao eminente deputado Célio Borja e aos seus vice-líderes um crédito enorme de confiança, para que S.Exas. atuem realmente no sentido de revigorar essa instituição, porque, declarar boas intenções nos microfones e, posteriormente, determinar a adoção de medidas que não se coadunam nem de leve com essas boas intenções, evidentemente o Parlamento já está cansado disso. Ainda outro detalhe: nós nos preocupamos com muita legitimidade, com a atuação da Maioria, porque todos aqueles atos que diminuem as funções da Liderança da Arena se refletem necessariamente no comportamento de todo o Parlamento Nacional. A nós nos interessa que as Lideranças do partido majoritário readquiram a nobreza das suas funções, porque, como já disse, nobre deputado Paulino Cícero, a democracia, para reviver e prosperar, precisa exercitar aqueles instrumentos. Prometer para quando houver oportunidade,

para o momento oportuno em que aquelas prerrogativas parlamentares serão restabelecidas, é um refrão batido e cada dia mais desacreditado perante a opinião pública e o concerto das nações de todo o mundo. O povo, Sr. Deputado, vem escutando essa promessa de abertura política e de restabelecimento das prerrogativas dos seus porta-vozes há muitos anos, e já não pode mais esperar, porque está sofrido e cansado.

O SR. PRESIDENTE (*Flávio Marcílio*) – A discussão está sendo desviada do assunto. Chamo a atenção de V.Exa. para discutir o projeto.

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Eu quero dizer a V.Exa. que estou discutindo exatamente o restabelecimento das prerrogativas parlamentares através da apreciação de um projeto.

O SR. PRESIDENTE (*Flávio Marcílio*) – Está em discussão o projeto. A Presidência chama a atenção e pede a cooperação de V.Exa.

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Eu estou discutindo o projeto, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (*Flávio Marcílio*) – Ou V.Exa. volta ao assunto do projeto, ou casso-lhe a palavra.

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Então V.Exa. casse-me a palavra, porque vou continuar discutindo no mesmo tom.

O SR. PRESIDENTE (*Flávio Marcílio*) – Está cassada a palavra de V.Exa.

---

## UM DIA O JULGAMENTO DA HISTÓRIA CAIRÁ SOBRE NÓS<sup>124</sup>

---

*Ao discutir projeto que adia a vigência do Código Penal, lembra do aqodamento com que o Congresso o havia aprovado anteriormente, sem examinar a matéria em profundidade. Diz que o Congresso está legislando casuisticamente e acha conveniente que o Governo “pare de brincar de mandar projetos de lei ao Congresso sem a devida atenção”.*

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Sr. Presidente, Srs. Deputados, ao que temos notícia, esta é a quarta vez que é adiada a vigência deste projeto. Na Comissão de Constituição e Justiça, desde 1971, quando ocorreram os primeiros adiamentos, alertamos que tínhamos a certeza de que novos adiamentos se imporiam diante da falta de exame em profundidade da matéria, diante do aqodamento, da pressa com que fora aprovado aquele texto de lei. Naquela ocasião, nós nos permitimos o luxo de ser astrólogo, ao prevermos que novos adiamentos ocorreriam e se imporiam.

Recordo-me de que, quando discutíamos a Lei Eleitoral, há poucos dias, na Comissão de Justiça, uma lei casuística, que em diversos de seus artigos se destinava a atingir ex-ministros de Estado – o art. 1º, por exemplo, poderia chamar-se artigo Delfim Netto; os seguintes poderiam ter também destinação específica e casuística de outros secretários de Estado que estariam incursionando na área de diversos deputados da Situação –, advertimos que dentro em breve teríamos igualmente de reformar aquele Código, com a agravante de que o Parlamento não estava tendo uma visão, uma perspectiva histórica do momento que atravessávamos.

Por exemplo, aqueles cujos direitos políticos foram cassados e que agora os tiveram restabelecidos pela purgação da pena normal não puderam ter a sua situação definida, porque se alegou, através da palavra da Liderança da Maioria, que isto era casuístico, ou seja, o restabelecimento

---

<sup>124</sup> Publicado no *Diário do Congresso Nacional*, Seção I, de 24 de maio de 1974, p. 3338.

de um princípio universal do Direito, aquele que diz que toda pessoa é inocente, sendo-lhe assegurado amplo direito de defesa até que seja declarada sua culpabilidade por um tribunal competente. Sr. Presidente, Srs. Deputados, esse princípio, que foi adotado por todos os países do mundo, inclusive pelo Brasil, também signatário da “Declaração Universal dos Direitos do Homem”, acha-se esculpido naquele documento em seu art. 9º. Não obstante a clareza meridiana desta norma tradicional, não pudemos vê-la inserta na Lei Eleitoral. Por que, Sr. Presidente? Porque a Comissão de Justiça e este Parlamento estão legislando sem perspectiva histórica. Estamos legislando casuisticamente, e agora vamos partir para a 4ª prorrogação da vigência do Código Penal. Naquela ocasião, eu me permiti o luxo de ser astrólogo e dizer que iríamos adiar tranqüilamente a entrada da vigência do Código Penal. Este Código foi aprovado ao apagar das luzes, com o meu protesto inserto em Ata, de que se estava votando apenas para satisfazer a vaidade do ex-ministro da Justiça, Sr. Alfredo Buzaid, que queria passar à História como o ministro codificador, quando seu lugar nela já está reservado por motivos outros que dizem respeito muito de perto à violação dos direitos humanos no país.

Sr. Presidente, muito pouco tempo se passou antes que nossas palavras se confirmassem. Vem novo adiamento. E por quê? Porque aquele Código Penal que foi aprovado à noite na Comissão de Constituição e Justiça, e cuja prorrogação foi inclusive aprovada, estava eivado de erros grosseiros. Mas temos que votar, que satisfazer a vaidade ministerial. A Oposição não pôde examinar acuradamente, como não pôde examinar em grau de profundidade uma Lei Eleitoral que serve evidentemente para afastar os Delfim Netto do caminho do Governo, mas não serve a um Parlamento que quer agir com dignidade, justiça e presteza, que quer elaborar boas leis para serem executadas pelo povo.

Sr. Presidente, faço essas considerações porque hoje, naturalmente, iremos votar novo adiamento proposto pelo Governo. E, quando se fala em continuidade governamental, não podemos deixar de perguntar: que continuidade é essa, em que um ministro que substitui outro encontra erros grosseiros, citações indevidas em diversas situações que, na verdade, esclarecem que a Oposição tinha razão, quando desejava participar do aperfeiçoamento da lei?

Nesse Código, Srs. Deputados, nessas leis penais, há até um dispositivo que envergonha este Parlamento! Trata-se da parte em que se evitou

a manutenção da prisão preventiva precisamente para atender a um dos maiores exemplos de algoz que o mundo inteiro conhece: o delegado Fleury, de São Paulo. Até emendas casuísticas para atender a homens dessa natureza são feitas nesta Casa! Por quê? A pretexto de que, Sr. Presidente? Com que objetivo? Precisamos entender que um dia o julgamento da História cairá sobre nós. Quando este Parlamento aprovou a Emenda Cantídio Sampaio, para atender à situação especial daquele homem público – delegado Fleury – de São Paulo, todos votamos, todos aprovamos o dispositivo. E até hoje, apesar dos inúmeros processos existentes na Justiça contra aquele indivíduo, ele continua tranqüilamente a praticar violências, com a aquiescência, talvez consciente ou inconsciente – me pergunto muitas vezes –, do Parlamento Nacional.

Vamos adiar a vigência do Código Penal. Vamos adiá-la, Sr. Presidente! Não quero ser astrólogo outra vez, mas possivelmente até junho de 1975 – isto é, no prazo solicitado pelo Governo para o quinto adiamento do Código Penal – para, nesse interregno (quem sabe?) atender a novas situações de novos Fleurys.

Há um fato que precisa ser registrado aqui: o quinto adiamento. Não vamos, evidentemente, Srs. Deputados, dar a desculpa de que votamos esses adiamentos sem que tenhamos na devida conta o fato de que, na época própria, no momento oportuno, a Oposição chamou a atenção da Casa quando um ex-ministro que tinha e tem fascinação pelo fascismo pretendeu impingir, a fórceps, neste Parlamento, legislação que até hoje não teve condições de ser concretizada devido às suas deficiências, às suas falhas, não obstante ter-se aprovado inúmeros dispositivos espúrios para beneficiar este ou aquele. Sr. Presidente, que seja esse o último adiamento e que as Comissões desta Casa...

O Sr. *Paulino Cícero* – Nobre deputado Lysâneas Maciel, V.Exa. se vale da discussão do Projeto de Lei nº 1.971-A...

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Quinto adiamento.

O Sr. *Paulino Cícero* – Quinto adiamento e benéfico quinto adiamento, porque acredito que é muito mais oportuno...

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Benéfico é agora, e talvez, no ano passado, não tão benéfico.

O Sr. *Paulino Cícero* – ...adiarmos sucessivamente a aplicação de lei cuja execução pende ainda da instituição de instrumental próprio,

a colocá-la a serviço sem ter como torná-la efetivamente eficaz. Volto a dizer que V.Exa se vale da discussão do projeto de lei para uma indiscriminada objurgatória contra ex-ministros de Estado, a quem lança adjetivos nada agradáveis...

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – E sei que V.Exa. compreende.

*O Sr. Paulino Cícero* – ... contra a própria Casa e contra a Comissão a que pertence e à qual empresta o brilho de sua inteligência e de sua delicada presença todas as quartas e quintas-feiras. Sugere-me, por isso mesmo, voltar, na discussão do problema, à tese nuclear, à tese central: a de que se está propondo o adiamento do projeto de lei, da vigência do novo Código Penal exatamente por não termos um Código de Processo Penal e um Código de Execuções Penais que possam tornar o Código Penal suficientemente eficaz. Essa é nossa tese central, nobre deputado. Essa inspiração moveu o Governo a remeter ao Congresso a mensagem que se converteu no Projeto de Lei nº 1.971-A/1974. E é por isso que a Liderança do Governo e toda a Casa deverão votar favoravelmente, tese, aliás, a que V.Exa. não recusou seu apoio.

*O Sr. José Alves* – Nobre deputado Lysâneas Maciel, desejo esclarecer, para que no próximo ano não tenhamos de tratar novamente desse assunto, que apresentei emenda ao Projeto nº 1.971-A/1974. Portanto, não será aprovado hoje, será prorrogado para 1980. Já pedi inclusive à Biblioteca que me forneça todas as justificativas ministeriais referentes aos cinco adiamentos, pois vou apresentá-las ao Plenário amanhã ou segunda-feira, para cotejar as razões desse procedimento.

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – V.Exa. verificará – e pode até ter razão – que o prazo que V.Exa. pede ainda pode ser susceptível de novas prorrogações. Acho que, não obstante a ironia e a mordacidade de V.Exa., sua emenda é realmente adequada. Talvez ela possa chamar a atenção do Governo para um fato grave, pois está sendo feita uma verdadeira brincadeira com um Código importante como é o Penal. Será por preguiça dos assessores ministeriais, por incompetência, ou apenas por vaidade de um ministro que quis passar por grande codificador? Na realidade, a emenda de V.Exa., abstraindo-se a mordacidade e o ridículo da proposição governamental, caracteriza uma situação que se impõe seja corrigida. Não somos contra o adiamento, mas é conveniente que o Governo pare de brincar de mandar projetos de lei ao Congresso sem a devida atenção.

Era o que tinha a dizer.

---

## CASSAÇÃO DE CHICO PINTO: UM CASO DE ÉTICA OU DE ETIQUETA?<sup>125</sup>

---

*Denuncia manobra do governo de adotar mecanismos que levarão à cassação “indireta” do deputado Chico Pinto por decurso de prazo hábil para candidatar-se à reeleição. Alega que o deputado não está impedido enquanto não houver definição sobre seu caso. Chico Pinto foi processado por “ofender” o general chileno Augusto Pinochet. O governo optara pelo julgamento do deputado no STF, em vez de cassar seu mandato.*

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Sr. Presidente, Srs. Deputados, cumprindo dever indeclinável de tratar do processo que envolve um companheiro nosso, cuja voz se pretende calar através de um processo indireto, é que nos encontramos aqui neste momento. Pretendemos, Sr. Presidente, esclarecer ou tentar esclarecer que a utilização do processo indireto para a cassação do deputado Francisco Pinto pode ser sintetizada, na sua simplicidade, no seguinte dilema: “Cassação do deputado Francisco Pinto – um caso de ética ou de etiqueta”.

Quando recebi, no Rio de Janeiro, a notícia de que o Governo, por intermédio do ministro da Justiça, resolvera calar a voz de Francisco Pinto, tinha eu em mãos artigo do prestigioso clérigo e articulista católico norte-americano monsenhor Charles Owen Rice, que terminava seu artigo de fundo no *Pittsburg Catholic*, com estas palavras que reproduzo literalmente:

“O açougueiro chefe, general Pinochet, disse algum tempo atrás quando esperava que o exército não fosse envolvido: ‘O exército não é como a polícia e, quando sai, sai para matar.’” (*Pittsburg Catholic*, 21-9-1973.)

Para o mundo todo, para Francisco Pinto, para nós, não há eufemismo que desqualifique esta odienta predisposição consumada pelo horror dos fatos que se seguiram. Assassinato premeditado, que

---

<sup>125</sup> Publicado no *Diário do Congresso Nacional*, Seção I, de 28 de maio de 1974, p. 3440.



somente um senador, por sinal um dos líderes do Governo, investido contra Francisco Pinto e as prerrogativas do próprio poder a que pertence, ousou comparar aos acontecimentos no Brasil.

Certa vez, quando vigente ditadura neste país e florescente em todo mundo o fascismo que tanta atração exerce, ainda hoje, um jovem foi processado por violar a Lei de Segurança Nacional.

O crime? Pisara em uma moeda com a efígie do ditador.

Naqueles tempos, como hoje, o conceito de segurança nacional era por demais elástico. A defesa do universitário fundou-se, nuclearmente, na explicação de que o jovem pisara na moeda a fim de evitar que ela caísse no esgoto, e, aí sim, compuscar-se-ia, em definitivo, a imagem do ditador, além de impatriótica defasagem na moeda circulante do país.

O Tribunal de Segurança de então perdeu-se em exaustivos debates, que até hoje perduram nos tribunais, sobre o alcance, finalidade e conceito de Segurança Nacional.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, nenhum tribunal brasileiro encontrará, na análise que Francisco Pinto fez do proclamado eixo Chile-Bolívia-Paraguai-Brasil qualquer violação à segurança nacional conforme demonstraram, à sociedade, seus ilustres advogados, Josaphat Marinho e Paulo Brossard.

O que se pretende, então, com a adoção de cassação indireta pelo decurso do tempo hábil para candidatar-se?

Dispondo na mão direita de uma Constituição outorgada, e na esquerda, do AI-5, pretendeu o Governo obscurecer as contradições que existem entre o país real e o país legal. Entre o país tal qual ele é e o país que vem sendo exibido para consumo externo, já que frustradas periodicamente todas as possibilidades de uma normalidade democrática.

Quais os objetivos, Srs. Deputados, se a Procuradoria-Geral finge ignorar iterativa jurisprudência do Pretório Excelso, no sentido de se julgar competente, nestes casos, mesmo em crimes alegadamente praticados contra a Segurança Nacional?

Alvejando o Supremo, tentando vulnerar-lhe entendimento pacífico, atingir-se-ia, com a inevitável teia de preliminares procrastinadoras, não somente o mandato de Francisco Pinto, mas o próprio Supremo Tribunal Federal e as Instituições, das quais ele é, em último pronunciamento, o soberano guardião.

---

Mas, Srs. Deputados, esta medida ao Supremo Tribunal, após uma utilização arbitrária de todo um instrumental de exceção, poderá, não obstante – entendemos nós –, permitir que a augusta Corte projete uma luz insuspeita sobre o caso de Francisco Pinto.

E, acima dos afagos, o Supremo, sem dúvida, desprezará o emaranhado das preliminares e prestará serviço excepcional ao país, habilitando-o a retomar seus verdadeiros caminhos, cujos parâmetros não se conseguiu destruir.

Em última análise, o Supremo Tribunal Federal, como um dos órgãos de soberania nacional, não está inibido de inserir no acórdão em que se julgar incompetente – se o fizer –, e em benefício do princípio de harmonia de Poderes, a declaração de que o deputado Francisco Pinto não está impedido, enquanto não houver uma definição sobre o caso em que o envolveram, de se candidatar à renovação do mandato, mediante registro no Tribunal Superior Eleitoral.

A convocação do Supremo à cassação de um deputado, fato sem precedentes naquela Corte, sobre quem pesa, também, à semelhança de toda a Nação, o espectro do AI-5, não foi feita para repelir o arbítrio, a prepotência e o desrespeito à intangibilidade do mandato parlamentar.

Pretendeu-se que o Supremo Tribunal, partícipe responsável na salvaguarda da harmonia dos Poderes, abandone seus princípios fundamentais, dando curso a manobras políticas.

Discutimos nesta Casa, há algum tempo, a natureza da Oposição em regime de força. Tentamos mostrar o quanto estávamos – nós, os parlamentares – distanciados de um trabalho condizente com nossa obrigação e dever. Insistíamos na tese – que absolutamente não é nova – de que nossa verdadeira finalidade não havia sido atingida e que éramos um corpo sem vida própria.

Lamentavelmente, hoje aqui estamos para mostrar, se possível, a alguma parcela de povo brasileiro, a confirmação indiscutível do fato, através daquilo que ocorre com o colega Francisco Pinto.

O que se processa neste momento da história do país é a demonstração inequívoca de que não podemos ser parlamentares e muito menos Oposição.

Relembramos, desde os primeiros instantes, que, se não pudermos fazer nossos pronunciamentos dentro de um clima de liberdade, nossa atuação só existiria para legitimar as atitudes e as orientações que condenávamos. Mencionamos, *en passant*, que a publicação de nossas palavras nos órgãos da imprensa deste país foi totalmente proibida pela censura.

Quando insistimos em falar sobre uma Oposição consentida – isto é, o Governo permite que os parlamentares falem até certo ponto –, estamos mostrando os perigos de uma legitimação mantida à força e de acordo com as conveniências de uma política exercida sem possibilidades de contestação.

Tento fazer um raciocínio simples. Liberdade existe ou não.

O homem é idêntico a si próprio e é ou não livre. Qualquer tipo de limitações avilta a personalidade, necessariamente a do parlamentar; mas não há como nos iludir; não há como manter, hoje em dia, um regime estático de força mesmo com crescimento setorial.

A propósito dessa sacralização e seu conseqüente esclerosamento, vale a advertência de Erich Fromm:

“À medida que a vida das pessoas se liga às instituições, organizações, estilos de vida, formas de produção e consumo etc., os homens se vão tornando dispostos a sacrificar-se, e aos outros, pelas obras que construíram, a transformar sua criação em ídolos e a adorá-los.” (Erich Fromm, *A sobrevivência da humanidade*, p. 20.)

Não quero deter-me em intermináveis armadilhas semânticas. Cito um exemplo claro: a discussão do caso Watergate nos EUA. Os parlamentares dizem o que sentem vontade ou necessidade de dizer.

Quando líderes do Governo visitam aquela nação, o Congresso pode se recusar a recebê-los, se assim resolver. O povo pode sair à rua com cartazes pedindo a saída dos visitantes da maneira com que deseja: “Go-Home”. O Governo recebe de acordo com a praxe, o que é habitual, mas não há cerceamento da liberdade de manifestação. Há a compreensão de que ética e etiqueta podem e devem ser separadas em questão de política.

---

O que nos preocupa é o que já foi mencionado por outros colegas: Pinochet violou diversos itens da Declaração Universal dos Direitos Humanos, e os parlamentares do mundo todo protestaram contra isto.

Falar em cordialidade e delicadeza a propósito do incidente com o deputado Francisco Pinto é fugir ao problema central, pois quando se trata de desrespeito a vidas humanas todos os esforços devem ser enviados para atenuá-los.

Perguntamos, pois, se nossas preocupações com a etiqueta não estão fazendo esquecer o comportamento ético que devem ter os chefes de Estado para com os cidadãos de seu país?

A atitude do Governo foi nitidamente ideológica e evidentemente parcial. Mas, membros da grande comunidade humana, protestamos contra o assalto criminoso a um Governo eleito pelo povo chileno.

Os interesses internacionais estão gradativamente se tornando claros para todos. O interesse não é a democracia, e sim o poder de grupos econômicos internacionais. Os Estados se despersonalizam para atender a estes interesses. E – o que é pior – fazem-no através de alguns de seus cidadãos.

Francisco Pinto dimensionou – mais uma vez – a verdadeira função do parlamentar. Se vier a perder seu lugar (de maneira direta ou indireta), nossa Casa se empobrecerá, e nossa já abalada dignidade descera mais um degrau.

A atitude de processá-lo por outros canais se nos apresenta como mais uma atitude da decantada versatilidade do sistema.

Não há como fugir ao problema. Embora realizado para ludibriar a opinião pública mundial, o processo se revela impróprio nas suas fontes originais.

O que se tenta com seu prosseguimento, notoriamente inviável, é desviar o Congresso das suas indeclináveis atribuições.

Neste momento, o parlamentar é a imagem de todo o Congresso – inclusive dos que se afastam da responsabilidade de sua defesa. Seu julgamento significa para o Congresso o esclarecimento de sua posição: mutilado e inoperante. Anos a fio, arranjos levaram-nos a receber, sem reação e com certa naturalidade, fatos como esse.

---

Realmente, o homem se desfigura no momento em que consente, no instante em que se cala e, finalmente, à medida que se acostuma com a própria limitação. É necessário lembrar que o regime de exceção não o é mais. É regra o consentimento, e é regra a violação das liberdades individuais. Portugal é exemplo. Temos, em geral, a tendência de pensar que estes são problemas distantes quando o fato é que se dão conosco.

Não deixou de ser um quadro patético acompanharmos o português comum nas ruas a comprar jornais – para ler. Pois bem. Já estamos acostumados a notícias pela metade, a publicações que temos de entender nas entrelinhas, sem pensar no que isso representa para a vida nacional.

O processo contra Francisco Pinto simboliza, no momento, toda essa situação. As atitudes iniciais do Governo Geisel, no sentido de combater a corrupção, mostram a necessidade da abertura do debate para a purificação da vida de um povo.

Nenhum homem pode ser seu próprio árbitro, e nenhum grupo pode ser legitimado por si só, pois nada mais comprobatório da necessidade de uma oposição mais livre e aberta do que o reconhecimento – aqui através dos atos – de que muitas coisas estavam erradas. E, como não nos podemos dar ao luxo de esperar o término de um mandato para proclamar os seus erros – às vezes é tarde demais –, a voz da Oposição tem de ser livre, oportuna, constante, destemida e viril.

Francisco Pinto representa essa tentativa de recuperação, essa injeção de coragem e dignidade. E isso é o que está sendo condenado no momento. O parlamentar deve ser julgado pelo povo que o elegeu; e, se uma parcela dos brasileiros faz suas as palavras de seu representante, também está arbitrariamente limitada.

Mas o problema está, evidentemente, colocado em bases falsas.

Os poderes constituídos atualmente querem deter em suas mãos todas as formas de legitimação do processo social.

A sociedade está colocada de forma a impedir que as instituições sejam legitimadas por processos naturais. Na sua opinião, só há um agente legitimador: o Governo. Não havendo diálogo, é evidente que a ideologia dominante encontra meios de se legitimar, o processo, embora o sistema não o saiba ou queira ignorar, é uma tentativa de negar a História.

Lei de Segurança Nacional não é propriamente uma instituição, e sim uma criação momentânea que pode transformar-se, como no presente caso, se não sofrer alterações à medida que o processo histórico assim o exigir.

Portugal está aí como exemplo vivo, pois meio século de ditadura não foi suficiente para convencer os homens da validade de certas instituições policiais e de vigilância. Sua legitimação foi forjada e mantida a peso do sacrifício de seres humanos cuja dignidade não pode ser contestada.

Hospedei, quando estive no Brasil, o conhecido sociólogo norte-americano Peter Berger, que cito no momento:

“Se nos deixarmos absorver pela complexidade dos mecanismos conceituais pelos quais é mantido qualquer universo específico, podemos esquecer um fato sociológico fundamental.”

O “fato sociológico fundamental” é que as instituições e sua consequente legitimação são construções provisórias do homem na evolução de sua história.

*O Sr. Wilmar Dallanhol* – Deputado Lysâneas Maciel. V.Exa. é reconhecidamente um dos deputados mais ilustres desta Casa. Realmente, com o brilho de sempre, defende V.Exa. os pontos de vista que, no seu entender, seriam os mais próprios ao enfoque do episódio ora em apreciação e daqui a alguns dias em julgamento. No entanto, eminente deputado, não posso, de forma alguma, aceitar, entre outras, uma colocação que V.Exa. faz: a de que, agindo por meios não recomendáveis, tenha o Governo tentado silenciar um parlamentar desta Casa. Os esforços de Sua Excelência o Senhor Presidente Ernesto Geisel, a ação diuturna de seus ministros e a atividade que se desenvolve no Congresso Nacional são provas evidentes de que o Governo deseja cada vez mais a livre vivência democrática, a afirmação dos princípios de responsabilidade. Tanto isso é verdade que, acredito até que a contragosto, antes de usar um ato de força possível nessa circunstância e nessa oportunidade, sem se ter dele socorrido, foi ao remédio legal, foi ao que a Lei de Segurança Nacional lhe facultava. Vamos ser realistas, nobre deputado, porque V.Exa. sabe – como nós sabemos – que o Governo, que o Poder Executivo, de forma alguma, pretenderia provocar o Judiciário, como V.Exa.

deixou entrever. Tenho para mim que, se provocação tiver existido, infelizmente terá ela partido de um companheiro nosso.

*O Sr. Getúlio Dias* – Não apoiado.

*O Sr. Wilmar Dallanhol* – Se provocação tiver havido, quais as razões, qual o objetivo de um pronunciamento como o daquele nosso colega? Todos testemunhamos e sentimos, nos corredores e ante-salas deste Plenário, em quantos contatos tivemos, a inconveniência, a inoportunidade e a falta de objetivo de um pronunciamento como aquele proferido em 14 de março. O Governo, sem ter desejado o ato de força – e acentuo e repito –, sem ter desejado o ato de força, foi ao remédio legal. Denunciou efetivamente um companheiro nosso, um deputado, mas se submeteu à decisão maior da Justiça, certo de que, através da independência e da sabedoria dos juízes desta Pátria, haverá de ser dado o veredicto final para aquilo que deve ser o exercício livre e soberano de nossa atividade parlamentar, mas que há de ser, sobretudo, o exercício responsável do nosso mandato.

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Tenho para mim, ilustre líder da Maioria, que V.Exa., nessa tarefa ingrata de defender o sistema – não indo aos exageros do vice-líder do Governo do Senado, que comparou as atitudes da Junta Militar chilena às do Governo brasileiro –, talvez seja um caso único no mundo inteiro a achar que a apreciação das atitudes do general Pinochet e da Junta Militar tenha tido cunho de provocação, tenha sido um julgamento não afinado, acima de tudo, com os verdadeiros princípios que resguardam a dignidade da pessoa humana. V.Exa., hoje, ao fazer o seu registro, estará certamente se inscrevendo como o único parlamentar em toda a história dos parlamentos existentes que defende a tese da legitimidade dos barbarismos praticados pela Junta Militar chilena. Digo a V.Exa., a quem também respeito como homem esclarecido e culto, que a tentativa de fazer calar o deputado Francisco Pinto, a pretexto de se resguardar um dos maiores violadores dos direitos humanos que a História do mundo já conheceu...

*O Sr. Wilmar Dallanhol* – Nunca o defendemos.

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Ainda bem que V.Exa. não o defende.

*O Sr. Wilmar Dallanhol* – Nunca o defendemos, eminente deputado, nem a Maioria, por palavras, jamais defendeu qualquer ato do presidente Pinochet ou do chefe da Junta Militar. V.Exa. há de fazer justiça e os

Anais da Casa poderão comprová-lo. Ninguém da Maioria proclamou, ninguém deixou entrever que se defendesse a ação do governo chileno. Da mesma forma, ao analisar o episódio Francisco Pinto, achamos que se transpôs o limite das críticas ao regime político, que se transpôs o limite da análise da ação do Governo e se atingiu, isto sim, em sua honra pessoal, o chefe do governo chileno. E esse é o crime pelo qual é denunciado nosso colega, o deputado Francisco Pinto. Todavia, ilustre deputado Lysâneas Maciel, a Maioria, reconhecendo e proclamando essa circunstância, deve reafirmar nesta hora que não se põe, em hipótese alguma, no mesmo caminho e na defesa do regime ou de qualquer ato ilegal que tenha sido praticado por aquele chefe do governo chileno. Entre o regime e a pessoa existe uma diferença. E o pronunciamento do deputado Francisco Pinto, vamos convir, deixa a crítica política e investe contra a pessoa do chefe de Estado, coisa que não desejaríamos acontecesse nem para aquele nem para o nosso Governo.

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – O registro que V.Exa. faz denuncia pelos menos uma situação curiosa. V.Exa. não é a favor do crime, mas simplesmente contra o denunciante desse crime.

O Sr. Marcos Freire – Deputado Lysâneas Maciel, é triste, muito triste o papel que assume a Liderança da Arena nesta Casa em relação ao episódio Francisco Pinto. O ilustre líder desta tarde, deputado Wilmar Dallanhol, que, em aparte ao discurso de nosso colega Marcondes Gadelha, havia dito que a Arena tinha responsabilidade histórica no momento que está vivendo, vem à tribuna da Câmara dos Deputados para defender a vulnerabilidade do Poder Legislativo quando, exatamente através de processos como esse, o Executivo quer tolher a soberania do parlamentar de dizer o que pensa. Mais triste ainda, porque o ilustre líder da Arena vem levantar aqui insinuações ou indagações maldosas sobre as possíveis intenções do deputado Francisco Pinto ao analisar as violências ocorridas no Chile. Sr. Deputado, as suas palavras, a exemplo daquelas de todos os nossos companheiros do MDB, como que têm sangue, lágrimas e protestos, menos pela pessoa do deputado Francisco Pinto, ameaçado de ser tolhido no exercício de seu mandato popular, mas, sobretudo, por essa democracia brasileira, que é cada vez mais tangida para um futuro incerto e não sabido.

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos hoje especificamente aqui para analisar esses fatos.



Embora sendo advogado, estou interessado em mostrar que a verdadeira dimensão do problema não está na discussão das questões legais, já competentemente dimensionadas pelos cultos patronos de Francisco Pinto.

Estamos cômicos dos erros semânticos em que podemos cair.

Todavia, a questão que traçamos é mais urgente: a recuperação do vigor político, o reencontro da dignidade nacional.

E é por isso que insistimos na pergunta: quem encontrou atitude criminosa, ou passível de julgamento, em Francisco Pinto? Por que o fez?

De que maneira um problema de etiqueta (acusar um visitante) é mais importante do que um problema realmente ético (a violação dos direitos humanos) comprovado pelo mundo inteiro? Aí está a questão. Foi gerado para satisfazer a direita histórica? Ou é a repetição monótona (em início do período administrativo) para que o Congresso permaneça anódino e sufocado?

Em qualquer dos casos, a permanência do deputado Francisco Pinto é mais importante que este jogo que atinge a vida nacional.

Líder legítimo do povo que o elegeu e que, em última análise, deve julgar nas urnas em novembro seu retorno ao Parlamento, não pode servir a arranjos.

A Nação e a História guardarão, com registro nítido, a reação do Supremo Tribunal Federal a essa investida no sentido de transformá-lo em instrumento coonestador de ficções legais ou atos políticos.

É preciso que se repita que a intangibilidade do mandato de Francisco Pinto, como dos demais parlamentares que procuram exercer com dignidade e independência sua função, não é um favor, nem foi estabelecido para tutelar o interesse particular de deputados ou senadores, mas foi incorporada ao direito parlamentar para assegurar o livre funcionamento das Assembléias e proteger o interesse público.

Sobre sua situação falou Francisco Pinto, com brava simplicidade:

“Vivemos dentro do Congresso sob constantes ameaças. Não sei o que acontecerá comigo, mas, como qualquer parlamentar de nosso grupo, sempre considere da mais alta validade permanecer no Congresso. Todavia, minha preocupação dominante agora é cumprir integralmente o mandato que o povo me outorgou.”

---

E este mandato exige, Srs. Deputados, a renovação da crença e das convicções de um antigo deputado, Prado Kelly, que honrou este Parlamento e honrou o Supremo Tribunal Federal:

“O primeiro passo para a servidão social do nosso tempo nos desgraçados países em que a implantou a violência foi a abdicação dos direitos e faculdades que assistiam a cidadãos poucos ciosos de intervir nos negócios públicos. A destruição da ordem política, em certas nações européias, é o resultado da capitulação dos mais esclarecidos nas mãos dos mais audazes, como se os primeiros se deixassem convencer da inutilidade da resistência ou da fatalidade da força. E não houve demagogo que se esquecesse, ao empreender a derrocada de um regime, de investir contra os núcleos de opinião organizada, colunas de paz, representativas de todas as camadas que compõem a sociedade. Bem percebiam eles o acerto da tática; pois vulnerar os Partidos é, por isso, alvejar as Instituições. A democracia reclama, para viver, instrumentos atuantes e, para prosperar, a informação e a educação das massas. ‘A educação faz o homem e o homem faz o povo’, dizia Jules Simon. Quem suprime ou avilta esse dever coletivo de arregimentar e instruir as consciências individuais abre caminho ao poder absoluto, qualquer que seja o nome usado em seus estandartes.”

Era o que tinha a dizer.

## CHICO PINTO: UMA VÍTIMA A MAIS, UM RÉU SEM CULPA<sup>126</sup>

---

*Tenta ler, na tribuna, o manifesto dirigido pelo deputado Chico Pinto à Nação, quando foi condenado à prisão por “ofender” o general chileno Augusto Pinochet. Mal começa a leitura, o presidente da Mesa retira-lhe a palavra, evocando o regimento.*

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Sr. Presidente, na convicção, infelizmente, de que o que vou ler não vai sair na imprensa – porque temos notícia de que já está sendo proibido pelos jornais –, gostaria de trazer, para registro deste Parlamento, o manifesto que o deputado Francisco Pinto dirigiu à Nação.

Francisco Pinto, ao fazer este manifesto, está em paz com sua consciência e, portanto, na realidade, livre.

À passividade de um Congresso, ao conformismo burguês, preferiu a luta pelos direitos humanos e a rejeição das iniquidades que, aqui ou em outras terras, se cometem contra os homens.

Esta fidelidade de um parlamentar ao povo, rejeitando o imobilismo, autoriza-nos a ter esperanças.

Sabemos que a opressão pode vencer a curto mas não a longo prazo.

Há dois elementos que nos autorizam, ainda, a antecipar esta certeza: nenhuma ordem se mantém se não for justa; toda ordem está sempre ameaçada pelo caos.

Não se pode olvidar, igualmente, que a ponta de lança da desordem, do terrorismo, é a injustiça, exemplificada neste ato violento. É a subjugação dos Poderes.

A ordem se tornou um culto que encontrou guarida até no Supremo Tribunal Federal.

Francisco Pinto se tornou uma vítima a mais deste culto. O tempo e a História apagarão inexoravelmente o nome daqueles que se prestaram a ser instrumentos dóceis da sua condenação.

---

<sup>126</sup> Publicado no *Diário do Congresso Nacional*, Seção I, de 18 de outubro de 1974, p. 8301.

Quem se lembrará daqui a algum tempo do nome do procurador militar que preparou ou do procurador-geral que assinou a representação contra o parlamentar baiano?

A História, que registra, contudo, uma série enorme de condenação de réus sem culpa, consignará que, para Francisco Pinto, foi mais importante – como membro da grande comunidade humana – protestar contra o assalto a um governo eleito democraticamente pelo povo chileno.

Entra para o cárcere fiel a este princípio.

E pede-me que leia seu manifesto à Nação, poucas horas antes de seu encarceramento.

Faço-o, para honra deste Parlamento, na certeza de que os efeitos da crise institucional em que vivemos não são superiores à força do Direito e da Justiça, que virão no bojo de dois elementos que o sistema não pode cassar: o tempo e a História.

Passo a ler, Sr. Presidente.

“A caminho do cárcere, considero-me e continuo livre. Livres, contraditoriamente, não são aqueles que, nesta hora, processam...”

O SR. PRESIDENTE (*Aderbal Jurema*) – Sr. Deputado Lysâneas Maciel, chamo a atenção de V.Exa. para a letra *a*, nº 6, do artigo 17, do Regimento Interno:

“Art. 17. São atribuições do Presidente, além das que estão expostas neste Regimento, ou decorram da natureza de suas funções e prerrogativas:

a) quanto às sessões da Câmara:

.....

6) interromper o orador que se desviar da questão, falar contra o vencido, ou faltar à consideração à Câmara, ao Senado, ao Congresso ou a qualquer de seus membros, e, em geral, aos chefes e membros dos poderes públicos, advertindo-o e, em caso de insistência, retirando-lhe a palavra.”

Nestas condições, dou a palavra ao orador seguinte.

---

## GLP – A PARTICIPAÇÃO DESPROPORCIONAL DO CAPITAL ESTRANGEIRO<sup>127</sup>

---

*Fala da comercialização de gás liquefeito no país, em especial da situação das pequenas empresas distribuidoras. Denuncia as grandes empresas estrangeiras do setor, que prejudicam as de pequeno porte.*

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Sr. Presidente, Srs. Deputados, muitas vezes parece que a luta que se empreende em favor dos interesses do povo é maior ou menor quando determinados acontecimentos ocorrem. Ainda hoje, reúne-se o Conselho Nacional de Petróleo. Dessa reunião deverão fazer parte todos os presidentes das empresas distribuidoras de gás liquefeito do país.

É importante ressaltar que das decisões tomadas nessa reunião dependerão a sorte e o destino das pequenas companhias distribuidoras de gás liquefeito formadas por capital e administração brasileiras.

Para se ter idéia da desproporção dessa participação, em termos de capital nacional e estrangeiro, basta citar que, enquanto as companhias nacionais, em maior número – sete ou oito – controlam menos de dez por cento de todo o mercado distribuidor, as grandes empresas de capital estrangeiro, em número menor – quatro ou cinco – controlam mais de noventa por cento de todo mercado distribuidor de gás liquefeito no país.

Outro aspecto, de não menor relevância, mas para o qual se deve chamar a atenção, é o fato de que, nos últimos quinze anos, desapareceram ou foram encampadas pelas grandes distribuidoras nada menos que dez pequenas empresas, entre as quais podem ser citadas a Argonni-Gás, a LP Gás, a Sociedade Paulista de Gás, a Val-Gás, a Petrogás, a Gasbel e a Multigás, entre outras.

Dessas, as que não desapareceram totalmente encontram-se direta ou indiretamente sob controle dos grandes grupos multinacionais, que hoje operam na comercialização de gás liquefeito em território brasileiro.

---

<sup>127</sup> Publicado no *Diário do Congresso Nacional*, Seção I, de 18 de março de 1975, p. 507.

Favorecidas por uma legislação superada e que vem sofrendo distorções, como é o caso da Resolução nº 1/1961, do Conselho Nacional do Petróleo e que criou o vínculo consumidor-distribuidor, essas grandes companhias atuam com base na referida resolução, junto ao Conselho Nacional do Petróleo e no mercado distribuidor, pressionando sob todas as formas possíveis e imagináveis, com o fim de controlar e açambarcar o mercado, possibilitando, assim, a eliminação das pequenas empresas que operam no ramo.

Com base na Resolução nº 1/1961, as grandes empresas vêm formando um verdadeiro *dumping* no mercado de comércio de gás liquefeito, através da retirada do mercado, por eliminação ou retenção, de centenas de milhares de botijões, que denominam de OM – “Outras Marcas”. O que é sobretudo mais grave é que isso é feito com o conhecimento do CNP.

Tal situação, além de se constituir em fator altamente perturbador do mercado e instrumento de pressão sobre as pequenas companhias distribuidoras, resulta em ação altamente lesiva à economia nacional. Isso porque, com a carência de chapas frias especiais de origem nacional, para confecção dos botijões, obrigam, por essa sua ação, a importação das referidas chapas, determinando uma desnecessária e até criminosa sangria em nossa economia, pela evasão de milhares de dólares, com graves prejuízos para nossa balança comercial.

Outro aspecto que deve ser ressaltado é que, até há três meses, a liberdade de se importar chapas frias permitiu às grandes empresas do setor, pelo extraordinário fluxo de capital que possuem, a importação de elevadas quantidades dessas chapas, possibilitando-lhes a confecção de grandes quantidades de botijões e a retirada do mercado dos botijões de outras marcas, sendo esta mais uma forma de pressão utilizada contra as pequenas empresas nacionais.

Ora, Sr. Presidente, colocar frente a frente empresas nacionais de pequeno porte de capital e grandes empresas multinacionais e dizer que ambas tem liberdade de comerciar faz-me lembrar daquela lei que existia, antigamente, na França, que dizia, nada mais, nada menos, o seguinte: é proibido, tanto ao rico como ao pobre, dormir embaixo da ponte e furtar pão.

Concluo, Sr. Presidente, citando o sueco Gunnar Myrdal:

“Na ausência do estado mundial, suas políticas (dos países subdesenvolvidos) têm de ser nacionalistas, no sentido de se reorientarem, com intensidade obsessiva, para elevar seus padrões econômicos e conseguir oportunidades mais equitativas relativamente ao resto do mundo. Como pobres, não lhes cabe levar em conta considerações internacionais, salvo as de seu próprio interesse.”

Sr. Presidente, na quarta-feira discutiremos, na Comissão de Minas e Energia, esta matéria de relevante interesse nacional.

---

## O TERRORISMO DA REPRESSÃO E O TERRORISMO DA SUBVERSÃO<sup>128</sup>

---

*Lamenta o tom jocoso com que líderes do Governo se referem aos prisioneiros políticos e às violações dos direitos humanos. Pede que se dê o direito de julgamento aos prisioneiros políticos, ainda que pela Lei de Segurança Nacional.*

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Sr. Presidente e Srs. Deputados, inicio a minha fala com as últimas palavras do eminente líder Laerte Vieira. Nesta tarde, neste Parlamento, emprestaram a um assunto sério, doloroso, trágico, uma conotação mais que jocosa, num verdadeiro acinte ao sofrimento e à própria dignidade da pessoa humana. O pronunciamento do eminente líder do Governo transmitiu-nos, pela docilidade com que aceitou as explicações de S.Exa. o Sr. Ministro da Justiça, penosa impressão.

Não faltou nem mesmo o apelo ao recurso primário da insinuação gratuita; não faltou nem mesmo a ausência de coragem para a verdadeira identificação de insinuações malévolas.

Sr. Presidente, todos somos contra a violência – é preciso que se repita isto.

Nessas cartas que temos trazido ao conhecimento do Parlamento, em nenhum momento se pede a soltura deste ou daquele prisioneiro; não se pede que se abram as portas das prisões; pede-se apenas que se aplique aos prisioneiros políticos que existem neste país a Lei de Segurança, editada em todas as horas sem o comparecimento do povo e de seus representantes.

Estamos pedindo, Srs. Deputados, não que se soltem esses alegados terroristas; não estamos pedindo que se dê um bill de indenidade à subversão ou à violência: o que estamos pedindo é que se lhes defira o direito de serem julgados e, até, Srs. Deputados da Arena que não se cansaram aqui de louvar as providências governamentais, até a condenação deles à morte, se porventura tiverem violado em grau máximo a Lei de Segurança Nacional.

---

<sup>128</sup> Publicado no *Diário do Congresso Nacional*, Seção I, de 10 de abril de 1975, p. 1291.



*O Sr. João Linhares – Permite V.Exa.?*

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Sr. Presidente, quando o Sr. Presidente da República reafirma perante a Nação que não tem compromissos pessoais com ninguém, demonstrando inequívoca intenção de romper com o passado e seus erros, passado em que pessoas foram assassinadas, em que se mataram seus familiares através de contínuas caminhadas de prisão em prisão, de quartel em quartel, o que se pede é que se escute a voz do chefe do Executivo, que está pelo menos tentando romper com o círculo que se instaurou em torno da Presidência da República, o qual não permite que nem mesmo um general do próprio sistema, um homem que acreditava ou acredita na Revolução, chegue ao presidente da República para pedir “que o que aconteceu com meu filho não aconteça com outros ‘pedros’ que hajam por aí”.

Ninguém está pedindo, Sr. Presidente, que se soltem os prisioneiros políticos; ninguém está solicitando que não sejam julgados. O que se pede, o que se roga, o que se suplica é que se aplique, neste país, a própria Lei de Segurança; que haja, neste país, o próprio direito aplicado e feito muitas vezes por juntas militares, sem a devida chancela do Parlamento brasileiro. É isso que o MDB quer. É a isso que se chama provocação; é a isso que se chama contestação; é a isso que se chama, muitas vezes, de própria subversão.

Sr. Presidente, foi uma tarde triste para este Parlamento, uma tarde em que o nível das discussões permitiu tripudiar sobre as famílias. Hoje não se punem apenas os prisioneiros políticos deste país; punem-se as famílias da terra do líder José Bonifácio, nas Minas Gerais.

Tenho aqui a carta de uma mãe que pede apenas seja dito onde seu filho foi enterrado, para fazer uma oração em sua homenagem.

Srs. Deputados, um dia vamos ser julgados, e esse tom jocoso, brincalhão, insensível, realmente tudo pode impedir. Sr. Presidente pode a Liderança impedir que o Sr. Ministro da Justiça venha até aqui prestar informações; pode impedir a formação de Comissões Parlamentares de Inquérito; pode, Sr. Presidente, esmagar consciências, esmagar o pensamento que lhe contraria; pode até este Parlamento fazer emenda para beneficiar o chefe do “Esquadrão da Morte”, o bandido do Fleury de Castro, de São Paulo; pode tudo este Parlamento. O que não pode é afastar dois elementos inarredáveis: o julgamento da História e do tempo. Vamos ser esmagados nas nossas pretensões de defender os direitos

humanos. Temos certeza de que, de uma maneira jocosa, brincalhona, nós, muitas vezes, Sr. Presidente, não vamos ouvir aqui explicações sobre a violação dos direitos humanos; não vamos ter o direito de dar a algumas mães, a algumas filhas e a alguns filhos o direito de dormir, simplesmente porque vieram a nós, do MDB, pedir, solicitar e implorar: “Digam que meu filho está morto, para que pelo menos eu não fique palmilhando de prisão em prisão, de quartel em quartel”.

Muitas vezes, Srs. Deputados, invoca-se aqui a condição de emissários, de porta-vozes, ou daqueles que se arrogam, a qualquer título, o direito de falar em nome das Forças Armadas. Pretende-se ser um perigo falar sobre as Forças Armadas, mas é preciso que se diga a este Parlamento, é preciso que saibamos que as Forças Armadas não são constituídas dos elementos citados no debate, causadores de tragédias provocadas por suas anomalias psíquicas e por suas anormalidades psicológicas. As Forças Armadas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ainda têm elementos como Otávio de Miranda Jordão, como Afonso Albuquerque Lima, dizendo que “a Revolução não veio aqui para perpetrar ou perpetuar a violência” e tantos outros militares, como o ilustre coronel chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, declarando que “a democracia não deve ser obtida pela violência”.

Concedo o aparte ao deputado João Linhares.

O Sr. João Linhares – O entusiasmo exagerado e a paixão, tônica do pronunciamento de V.Exa., sempre são inimigos da verdade. V.Exa. acaba de cair numa flagrante contradição, eis que, falando em nome da Liderança do MDB, afirmou que o seu partido não pede a soltura de nenhum desses presos políticos. Exatamente, o que esta Casa e o Senado Federal têm ouvido – e está escrito no programa do seu partido – é o pedido de anistia para todos esses presos políticos. V.Exa. vem agora contestar a palavra dos seus pares e o programa do seu partido. Os Anais da Casa registram: “anistia incondicional para todos os presos políticos”. Obrigado pelo aparte.

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Acolho o aparte, nobre deputado. V.Exa. é mestre em fazer confusões, como demonstrou na última vez, ao confundir Paulo de Tarso com Pedro Celestino. Não há nenhuma incompatibilidade em se requerer anistia, que é do programa do MDB, que é o meu programa. Anistia é uma coisa e julgamento justo outra. E o julgamento dessas pessoas que estão sendo procuradas? O deputado

José Bonifácio teve o deslante – permita o nobre amigo – de dizer aqui que antigamente se faziam comissões de deputados que iam às prisões. Ora, no momento, temos sete deputados presos, talvez mortos ou torturados. Como falar em comissões?

Estive com o cardeal de São Paulo, que não é um Fleury qualquer, nas portas das prisões de São Paulo, e éramos recebidos por sentinelas, que nos diziam que não havia possibilidade alguma – e se dirigiam ao cardeal de São Paulo, não a um simples deputado da Oposição – de visitar os presos políticos. Queríamos levar uma palavra de solidariedade e de ânimo, não àquelas pessoas que estavam sendo presas, mas aos seus familiares, que estão sendo punidos ao arrepio da legislação penal de todo mundo, segundo a qual a pena não pode extravasar a pessoa do condenado.

Srs. Deputados, insistimos neste aspecto, porque essas pessoas precisam dormir. Todos nós sabemos que o terrorismo da repressão condiciona o comportamento do terrorismo da subversão. O presidente Castello Branco permitia que os jovens percorressem as ruas do Estado da Guanabara, em número de 50 mil, e não havia terrorismo. E recentemente verificou-se que grande parte dos assaltos a bancos eram feitos pelos famosos homens do “Esquadrão de Ouro” ou “Esquadrão da Morte”. Acreditamos, pois, que é exatamente o comportamento das forças de repressão que está criando este clima.

Segundo carta do bispo de Goiás, um estudante foi enquadrado na Lei de Segurança Nacional simplesmente por ter manifestado dúvidas quanto ao conceito de desenvolvimento nacional.

O SR. PRESIDENTE (Célio Borja) – Nobre deputado Lysâneas Maciel, o tempo de V.Exa. está esgotado.

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Vou terminar o meu discurso, Excelência. Peço a V.Exa. a mesma tolerância que concedeu ao líder.

Pois bem, pelo simples fato de questionar o conceito de desenvolvimento nacional – não sou eu quem diz, deputado José Bonifácio, é o bispo de Goiás –, um estudante secundarista foi ameaçado de ser excluído do seu colégio.

Não estamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, defendendo os atos de violência, até por uma formação cristã que temos desde o berço, do que muito nos orgulhamos. Estamos querendo dizer a este Parlamento que,

---

enquanto não for respeitado o direito de divergência, o impasse político brasileiro não terá jamais solução. É preciso respeitarmos essas divergências, aceitarmos como normal que quem duvida do conceito de segurança nacional não pode, pura e simplesmente, eminente líder José Bonifácio, ser suspeito de ter qualquer ligação com o comunismo ou a subversão. É preciso ter grandeza para entender o momento histórico e sobretudo entender que a força da repressão não vai impedir este país de mudar, porque ele vai mudar e voltar à normalidade democrática.

---

## FRANCISCO PINTO – RÊU SEM CRIME<sup>129</sup>

*Anuncia a libertação do ex-deputado Francisco Pinto e relembra a condenação que lhe foi imposta pelo STF por ter protestado contra a repressão no governo chileno do general Pinochet. Vê, no episódio, mais uma evidência de inibição que o Governo tenta impor à atividade do Congresso.*

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Sr. Presidente, Srs. Deputados, amanhã o deputado Francisco Pinto sai da prisão a que está recolhido no quartel da Polícia Militar.

Quando recebi, no Rio de Janeiro, a notícia de que o Governo, por intermédio do ministro da Justiça, resolvera calar a voz de Francisco Pinto, tinha eu em mãos artigo do prestigioso clérigo e articulista católico norte-americano monsenhor Charles Owen Rice, publicado no *Pittsburg Catholic*.

Para Francisco Pinto e para alguns parlamentares, era e é mais importante uma questão de ética – protestar contra a opressão dos direitos humanos, no Chile – do que a etiqueta a respeito da visita do chefe da Junta Militar chilena.

Foi condenado e possivelmente terá sua pena agravada no futuro, pois não se curvou e continua dirigindo sua vida no sentido de defender a dignidade humana e manter essa dignidade contra quaisquer forças internas ou externas.

Acusam-no de violar a segurança nacional, simplesmente porque não aceitou, sem protesto, o sacrifício de milhares de pessoas.

Teria violado Francisco Pinto as leis? Mas esqueceram seus julgadores que as transgressões dos direitos humanos não constituem assuntos internos de um Estado, ou de sua exclusiva e doméstica jurisdição.

A não-intervenção nestes assuntos internos não veda a um Estado emprender ações para promover o respeito aos direitos humanos violados em outro país. Francisco Pinto exerceu esse imperioso dever – admitido no relacionamento entre os Estados – e que se torna indeclinável obrigação no plano individual, ou seja, Sr. Presidente, uma obrigação de todos nós.

<sup>129</sup> Publicado no *Diário do Congresso Nacional*, Seção I, de 18 de abril de 1975, p. 1678.

Em um regime de exceção no qual as funções do Legislativo foram quase que totalmente absorvidas pelo Executivo, Francisco Pinto não procurou preservar o mandato, mas simplesmente exercê-lo.

Não procurou garantir imunidades, mas permaneceu fiel à sua investidura popular.

Por isso, Francisco Pinto, na prisão, continua tão livre ou mais livre talvez do que nós que somos deputados e senadores.

Uma verdade deflui de todos estes episódios que procuram inibir uma autêntica atividade neste Congresso. É a de que não podemos exercer plenamente a atividade parlamentar, muito menos a de oposicionistas. É o que essa condenação revela, além de lançar dúvidas sobre a função de equilíbrio que devem ter as nossas cortes mais altas nos eventuais e inevitáveis choques entre o Legislativo e o Executivo.

O que se nos afigura mais grave é que a política de inibição ao Legislativo poderá também estar atingindo o Judiciário. E ela em nada contribui para solução do impasse político.

A decisão judicial que atingiu Francisco Pinto demonstrou que ao Executivo estão sendo entregues todas as formas de ação social e política.

Ficou totalmente obscurecido, naquela decisão judicial, que a Lei de Segurança Nacional não é insuscetível de análise, mas criação momentânea, que pode transformar-se, constringendo todo um povo a acreditar que só existe um agente legitimador de todas as questões.

As decisões do Poder Judiciário poderão livrá-lo da absorção por um sistema que tem demonstrado – através de onze anos – que não aceita as legítimas manifestações de divergência e inconformismo?

A aceitação passiva de tais métodos de involução histórica não tolhe apenas o Legislativo, pois o holocausto deste Poder pelo Executivo não poderá imolar o próprio Poder Judiciário?

E, nessa marcha, é bom que não nos olvidemos de que a frieza dos árbitros pode atirá-los fora das regras do jogo no processo histórico. Muitas vezes nos esquecemos de que na realidade, estamos fazendo História neste momento. Amanhã, sai Francisco Pinto da prisão. Quem poderá garantir que novamente não será preso? Mas nós manifestamos a certeza de que seu espírito, sua coragem cívica de tentar ser parlamentar num Congresso cerceado, haverá de constituir um exemplo. E a História, que recai tanto sobre todos os indivíduos como sobre todas

as nações, acabará um dia de julgá-lo. Ele estava livre mesmo no dia em que ingressou nas prisões dos quartéis da Polícia Militar.

Concedo o aparte a V.Exa.

O Sr. Cantídio Sampaio – Muito obrigado. Nobre deputado, devo dizer a V.Exa. que todos nós temos idêntica admiração pelo nosso respeitável ex-colega Francisco Pinto. Esta Casa nos oferece um convívio, em que nossos corações se estreitam, e acontece que nós todos, aqui, nos tornamos amigos e, tanto quanto possível, recíprocos admiradores. Mas V.Exa., que procura defender sua posição política, comete uma série de injustiças. A primeira delas contra o Poder Judiciário – o Supremo Tribunal Federal – que foi quem o condenou. Não foi esta Casa, nem o Poder Executivo. V.Exa. quer colocar o Supremo Tribunal Federal, os dignos juízes que o integram na posição de manietados. V.Exa., há pouco tempo, viu um tribunal militar absolver Márcio Moreira Alves, com toda a liberdade. Ninguém o impediu. V.Exa. fala em coação, fala em pressão, fala em restrição do nosso direito de exercer o mandato. E ninguém o exerce mais radicalmente do que V.Exa. Pelo que eu saiba, até hoje nada aconteceu a V.Exa., que continua livre, expendendo os seus pensamentos radicais nesta Casa.

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Na opinião de V.Exa.

O Sr. Cantídio Sampaio – Portanto, creio que V.Exa. – e, em respeito ao seu tempo, vou terminar meu aparte – deveria ser mais comedido. Todos nós lamentamos o que aconteceu ao nosso ex-colega Francisco Pinto. Mas quem o condenou foi o Supremo Tribunal Federal. Seria justo que todos nós nos rendêssemos ao seu veredicto, em respeito ao Poder Judiciário, que esse Tribunal legitimamente representa em todo território nacional.

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Registro o carinho que V.Exa. tem pelo deputado Francisco Pinto e pelo Supremo Tribunal Federal.

Srs. Deputados, a História está cheia de réus sem crimes. Eu gostaria apenas de lembrar aos eminentes colegas um exemplo recente e mais ou menos clássico dessa situação. Todos os eminentes colegas se recordam que um ilustre pastor da minha Igreja, o pastor protestante Martin Luther King, foi, por diversas vezes, condenado e preso pela Justiça de seu país, por ter cometido esse tipo de crime assombroso: ele simplesmente defendia a tese de que a composição bioquímica da lágrima da mãe preta era totalmente semelhante à composição bioquímica da lágrima da branca. Foi preso, julgado subversivo e condenado pelas leis de seu país. E por que era ele subversivo? Por esse crime que ele havia cometido e porque

também o que causava mais espécie ao sistema e às leis daquela nação foi que, na realidade, Martin Luther King tinha diversos seguidores. Havia um grupo que o seguiu e que era também acoimado de subversivo. Aquele grupo era considerado um grupo de contestadores da ordem social vigente. Ninguém discutia a ordem. E este é o aspecto mais grave que nos envolve nos dias de hoje: ninguém pode discutir os conceitos de segurança nacional. Há somente um órgão que pode ditar as regras de legitimação da ordem social política. Fora disso é comunismo, é subversão, e o assunto passa a ser da alçada exclusiva dos órgãos de repressão.

Sr. Presidente, estamos observando que os melhores homens da Arena e as maiores reservas morais que existem no partido do Governo e na própria área administrativa estão ausentes. Jamais encontraremos solução para o impasse político em que nos achamos. Vivemos um grave impasse político. Não adianta tecer loas e votos de louvor, votos de alta significação pelo desenvolvimento, se, na realidade, nos encontramos diante de uma grave situação política. E eu respeito as divergências, respeito as opiniões contrárias, respeito o deputado que manifesta, no exercício do seu mandato, sua preocupação por um povo irmão, Sr. Presidente. Nós chegamos a esse absurdo. Um dia lembraremos que até o papa julgou que o chefe da Junta Militar chilena cometeu um crime. E um parlamentar brasileiro não pode também externar a sua opinião a respeito disso. Estamos descendo degrau por degrau; de escalada em escalada, deixando uma triste herança, porque não temos a coragem de mostrar o que está aqui acontecendo.

O SR. PRESIDENTE (Célio Borja) – V.Exa. dispõe de um minuto.

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – E é por isso, Sr. Presidente, que estamos aqui, hoje, falando do deputado Francisco Pinto. Estamos, hoje, falando de réu sem crime, estamos falando de punições, Excelência. Nós, muitas vezes, nos esquecemos de que, no momento presente, podem condenar novamente Francisco Pinto. Podem inclusive aumentar o rol daqueles excluídos da atividade parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Célio Borja) – O tempo de V.Exa. está esgotado.

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Podem, Sr. Presidente – vou terminar –, fazer tudo. Mas não podem prender o espírito de liberdade. E quando o homem cede parcela do seu comportamento natural – e foi isso que Francisco Pinto não fez – ele está transformando-se apenas em um número dentro do quadro estatístico que todos os regimes de força procuram impor aos homens livres.



## EM DEFESA DOS INTERESSES NACIONAIS<sup>130</sup>

---

*Sai em defesa do “ministro nacionalista” da Indústria e Comércio, Severo Gomes, acusado de ser contra a livre iniciativa por aqueles que “postulam uma política do capital estrangeiro que promove a espoliação dos escassos recursos nacionais”.*

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o ministro da Indústria e do Comércio, Severo Gomes, vem sofrendo ultimamente o fogo cruzado de ataques mais ou menos identificados na área entreguista. Ainda nesta semana um membro desta Casa, da Arena paulista, sugeriu ao ministro Severo Gomes que se alinhasse a seus colegas, Srs. Reis Velloso e Simonsen, pois que estes, sim, segundo o deputado, conhecem mais as verdadeiras necessidades e anseios da economia e da sociedade brasileiras.

Quando do recente e rumoroso caso da Cônsul, foi o ministro atacado pela grande imprensa do nosso país – a antigamente chamada imprensa sadia – por supostamente ter desferido violento golpe contra os princípios da iniciativa privada no Brasil.

Que estaria fazendo o ministro Severo Gomes para incorrer na ira de agentes tão poderosos na formação de nossa opinião pública? Seria ele um xenófobo, visceralmente contrário à participação do capital estrangeiro na economia nacional? Estaria promovendo a subversão da ordem ou da moral pública, distorcendo prioridades do Governo? A segunda hipótese, na atitude de um conservador industrial paulista, ex-ministro de outro Governo pós-1964, parece suficientemente ridícula e implausível para ser abandonada sem maiores exames. Fica-nos ainda a questão: que pensa o ministro a respeito do capital estrangeiro? Parecem estar aqui a raiz da grita que vem sendo levantada contra a gestão do ilustre ministro da Indústria e do Comércio.

O exame de apenas duas situações seria suficiente para mostrar os interesses que S.Exa. vem tendo a coragem de arrostar. Interesses poderosíssimos, que não arredam pé na sua tentativa de crescer à custa dos interesses nacionais. O primeiro caso em que Severo Gomes resolveu adotar uma linha de defesa dos interesses nacionais foi a questão dos

---

<sup>130</sup> Publicado no *Diário do Congresso Nacional*, Seção I, de 22 de agosto de 1975, p. 2139.

contratos de assistência técnica, um dos serviços mais onerosos na conta de serviços em nosso balanço de pagamentos, pelo qual, só no ano passado, despendemos perto de 300 milhões de dólares.

Que haveria de errado nesses contratos? Acaso o Brasil não necessitaria importar tecnologia estrangeira? Não é essa a questão. O que o ministro Severo Gomes vem tentando minimizar é a impatriótica irracionalidade de que se revestem alguns desses contratos. Vejamos a indústria automobilística. Será que o Brasil deveria ainda pagar por tecnologia num setor em que esta não é dinâmica, “de ponta”, e, além do mais, está já perfeitamente incorporada à capacidade industrial do Brasil? Não seria mais lógico e patriótico reservar nossos escassos recursos em moeda estrangeira para a compra de tecnologia em setores em que o país é carente? Afinal de contas, um dos elementos mais citados pelos teóricos e defensores do capital estrangeiro é que este traria um aporte tecnológico que países como Brasil seriam incapazes de gerar internamente a curto prazo. Mas não parece razoável que se tenha de pagar indefinidamente por essa tecnologia, quando ela já foi inteiramente dominada e incorporada pelos produtores brasileiros.

Entretanto, mesmo deixando-se de lado essa questão preliminar, e admitindo-se que o Brasil deva pagar a firmas estrangeiras por uma tecnologia já dominada por nós, como a automobilística, o que o ministro vem tentando coibir é a forma esdrúxula e lesiva aos interesses nacionais como esses pagamentos por contratos de assistência técnica vêm sendo feitos. Em depoimento à CPI das Multinacionais, o Sr. Guilherme Hatab, presidente do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (Inpi), órgão subordinado ao MIC, esclareceu a aberração que se vem praticando contra os interesses nacionais.

Explicando melhor: os contratos de assistência técnica são usualmente pagos à base de uma percentagem sobre o faturamento da empresa, num limite máximo de 5%. Ocorre, portanto, que o pagamento não é feito sobre o valor agregado pela empresa, ou seja, pela contribuição que ela efetivamente presta à economia nacional e ao crescimento do produto nacional, mas sobre o seu faturamento total. Assim, por um automóvel que custe, a preço de fábrica, 30.000 cruzeiros, pagando-se, digamos, 3% de assistência técnica, estaremos enviando para o exterior cerca de 900 cruzeiros. Se o contrato for à base de 4%, a remessa será o equivalente Cr\$ 1.200,00, em moeda estrangeira. E aqui se encontra o paradoxo, o absurdo: a indústria automobilística é apenas montadora de peças fornecidas pelo setor de autopeças, no qual também existem firmas que celebram contratos de assistência técnica com firmas estrangeiras. Desta forma

Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos pagando, no setor automobilístico, a assistência técnica, não apenas uma vez, mas duas, três ou mais vezes. Por querer disciplinar essa orgia de remessas, fica o ministro Severo Gomes sem abrigo dos ataques dos que se dizem defensores da livre iniciativa, do sistema de mercado, mas podem estar, consciente ou inconscientemente, na primeira linha de defesa de uma política do capital estrangeiro que promove a espoliação dos tão escassos recursos nacionais.

O segundo caso que merece exame é o da tentativa de transferência do controle acionário da empresa de refrigeradores Cònsul para uma empresa estrangeira. Impedindo essa ação, caiu o ministro, mais uma vez, no desagrado de poderosos setores de nossa sociedade. Editoriais foram estampados nos mais importantes órgãos da imprensa brasileira, contra o que seria uma investida de S.Exa. em afronta aos princípios da iniciativa privada.

Mas examinemos a questão friamente. Insistem os defensores do capital estrangeiro nos três aspectos que seriam as contribuições fundamentais por ele prestadas ao desenvolvimento nacional: 1) recursos financeiros; 2) aporte tecnológico; 3) capacidade empresarial. A Cònsul, empresa brasileira de tecnologia perfeitamente adequada à sua produção e de administração reconhecidamente competente, seria adquirida por um grupo estrangeiro com recursos já existentes no país. Não se criaria empreendimento novo, nem se configura qualquer das três possíveis – e discutíveis – contribuições trazidas pelo capital estrangeiro. Assim, na defesa dos interesses nacionais, usando da melhor isenção e bom senso, foi a transação impedida.

Ocorre ainda, como agravante, que a Embraco – empresa associada à Cònsul e que produz para esta os compressores das geladeiras – estava sob termo de compromisso junto ao Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI), no sentido de não ter seu controle acionário alterado sem prévia consulta a esse órgão. Ambas as empresas, a Cònsul e a Embraco, haviam recebido incentivos fiscais e creditícios do Governo, e, além das razões já apresentadas – de nenhuma vantagem para a economia nacional no negócio – julgaram as autoridades do Ministério da Indústria e do Comércio que não seria justo nem razoável transferir esses incentivos à empresa estrangeira adquirente.

Alguns encapuçados defensores da iniciativa privada, conceito que manipulam à vontade, de acordo com interesses de momento, se esquecem de que mesmo os economistas mais liberais – desde que sérios – aceitam o argumento levantado pelo economista List no século

passado, em defesa do que ele chamou de “indústria infante”. Mesmo antes de List, já Alexander Hamilton, um dos fundadores da pátria norte-americana, no final do Século XVIII, defendia uma política protecionista, tendo a consciência clara de que seu país não se industrializaria se seus produtores tivessem de enfrentar a concorrência da Inglaterra, país onde a Revolução Industrial já ocorrera e que podia fabricar seus artigos mais barato que qualquer outro. É claro que no nosso caso não se trata da mesma coisa, pois que esses ilustres pensadores estavam falando de barreiras alfandegárias, que elevassem os preços dos produtos importados para permitir o desenvolvimento dos produtores locais.

Os tempos mudaram. A concorrência dos grandes produtores capitalistas contra os produtores locais, de países menos desenvolvidos, não se faz hoje apenas através da exportação de seus produtos para esses países. Filiais de suas grandes empresas se instalaram em países subdesenvolvidos, que devem dar a empreendimentos efetivamente controlados por seus nacionais a proteção necessária para que se possam desenvolver, livres da concorrência desleal e predatório dos grandes grupos monopolistas internacionais.

Quando o capital estrangeiro efetivamente traz recursos, abre novas atividades econômicas, contribui para o desenvolvimento nacional, pode ser bem-vindo, desde que devidamente controlado e direcionado segundo os interesses nacionais. Parece-nos ser esta a visão esclarecida do ministro Severo Gomes, que deseja que o capital estrangeiro seja colocado a serviço do nosso desenvolvimento, e não a nossa economia a serviço do desenvolvimento do capital estrangeiro. A S.Exa. solicito o apoio dos membros desta Casa, bem como de todos os patriotas e homens de bem de nosso país.

E, apenas para conhecimento desta Casa, basta dizer, Sr. Presidente, que em 1973 e 1974 o setor de indústrias nacionais cresceu 0,6%, em virtude desta política nefasta que se tem adotado. Agora, quando um ministro de Estado toma uma atitude corajosa e altaneira em defesa da empresa nacional, Sr. Presidente, está sendo objeto de ataques cerrados de diversos setores da economia brasileira e de outros setores da sociedade. É preciso que se levantem vozes neste Parlamento para defender um ministro nacionalista, que está plenamente afinado com os altos interesses nacionais e sobretudo com o verdadeiro conceito de desenvolvimento deste país.

Era o que tinha a dizer.

## A DIVISÃO DO MDB<sup>131</sup>

---

*Comenta o ocorrido na Convenção do MDB com a disputa pela Comissão Executiva e a divisão no partido entre os grupos autêntico-renovador e os moderados da cúpula do partido, que aceitam o papel de oposição consentida.*

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Sr. Presidente, Srs. Congressistas, causaram bastante celeuma, em todo o país, as Convenções que se realizaram domingo passado. Especialmente a Convenção do meu partido provocou uma série de comentários. Um grupo que a imprensa resolveu chamar de “autêntico”, apoiado por um grupo “renovadores”, depois de uma série de negociações frustradas pelos recuos da direção partidária, entendeu, em determinado momento, que já não era mais possível suportar tantos recuos, e apresentou uma chapa, encabeçada pelo Sr. Freitas Nobre, chapa essa na qual esse grupo renovador teria a maioria de oito contra cinco.

Por que Sr. Presidente, Srs. Congressistas, se entendeu necessário disputar a Comissão Executiva?

Em primeiro lugar, porque esse grupo abriu mão de diversos cargos, esse grupo entendeu que era necessário salvar a Convenção, esse grupo entendeu que era importante que a Convenção se realizasse. Mas, na verdade, ao ser apresentada a chapa, a capacidade de manobra dos atuais dirigentes funcionou, e, uma vez mais, um dos votantes foi “persuadido” a recuar.

O grupo pretendeu, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, ter em mão apenas o Instituto de Estudos Políticos. E o que significa este Instituto de Estudos Políticos?

1 – As proposições programáticas do MDB podem ser nuclearmente resumidas em dois itens: a) a luta pelas liberdades públicas e privadas, bem como as efetivas garantias para o seu exercício; b) a participação do povo (isto é, das mais amplas camadas da população e, em especial, das menos favorecidas) nos benefícios do processo de crescimento econômico.

---

<sup>131</sup> Publicado no *Diário do Congresso Nacional*, Seção I, de 27 de setembro de 1975, p. 2643.

Para aquilatar a maior ou menor fruição, pelo povo, desses benefícios políticos e socioeconômicos pretendidos, há necessidade de estudos que documentem a realidade com maior isenção e espírito científico possíveis – esse Instituto propiciaria isso. Se a inexistência ou reduzida extensão das liberdades privadas e públicas, neste país, pode ser verificada pela observação do dia-a-dia e alguma dose de bom senso (embora um registro sistemático das constantes violações e desrespeitos aos direitos humanos é sempre útil como reforço à luta pelo estado de direito), o segundo aspecto – a participação do povo nos benefícios do desenvolvimento – exige estudos sérios para a sua definição correta, apesar de algumas de suas manifestações também serem visíveis à luz do dia-a-dia.

2 – A isso segue-se o desaparelhamento material do MDB para tornar-se oposição efetiva a um Governo cada vez mais bem equipado tecnicamente, sobretudo no setor da repressão e da informação.

3 – O terceiro aspecto importante prende-se à falta de prática democrática. Se examinarmos a nossa história política do Século XX, em apenas dois períodos essa prática começou a esboçar-se: de 1930 a 1937 e de 1946 a 1964; mesmo assim, com grandes distorções, inclusive a freqüente manipulação das massas do povo de acordo com os objetivos traçados por grupos da elite dirigente (a que os cientistas políticos deram o nome de “populismo”). Se o MDB não pretende apenas ser o representante de grupos da elite, descontentes com o rumo que eventualmente possa estar tomando a condução dos negócios públicos, mas o porta-voz das reivindicações (das massas) dos trabalhadores de todo país, deve munir-se de instrumentos que permitam auscultar esses anseios e orientar o próprio povo na percepção de seus instrumentos maiores (é óbvio que o papel da liderança política não é apenas ser caixa de ressonância de seus representados, mas, também, e sobretudo, trazer a estes os grandes problemas e orientar a sua discussão). É evidente que se trata de tarefa extremamente complexa, pois que pousa sobre um dos grandes problemas do mundo contemporâneo: a estruturação de mecanismos que permitam uma manifestação autêntica e fiel dos interesses populares, que, por sua vez, devem articular-se de forma esclarecida e informada.

---

## Unidade do MDB

A disputa, Sr. Presidente, pela Executiva Nacional foi objeto de várias explorações, sendo as principais o fato de ter figurado na chapa Freitas Nobre um elemento do antigo Estado do Rio de Janeiro, ligado ao “chaguismo” aliada a invocação, insistente, de que o importante é a unidade do MDB.

A unidade não é o mais importante para o MDB. O MDB é uma criação artificial de um regime de força. É um partido que tem um vício grave de origem. Tem, portanto, que ser um partido tenso, contraditório e polêmico. No momento em que ele for um partido tranqüilo e unido, é porque alguma coisa de podre está acontecendo dentro do MDB. Exemplo típico é o MDB da Guanabara que, até outubro de 1974, coeso, majoritário, com governador e “inchado”, mas não um partido da Oposição.

## Tensões

Essas tensões periódicas são salutares para o MDB e a democracia, porque obrigam o partido a absorver um pouco mais do sentido oposicionista do povo brasileiro, coisa que ele não fez até agora, na sua grande maioria. E tanto isso é verdade que se pode afirmar mesmo que, em muitos casos, Sr. Presidente, o povo manifesta o seu inconformismo apesar, até, do MDB.

## Oposição consentida

Outra imposição desta tensão se deve ao fato de que a cúpula do MDB tem tendência a aceitar o papel de ser uma “oposição consentida” que pode ser assim traduzida: não discutir assuntos sem importância.

## O MDB é a única alternativa

O MDB não é a única alternativa para a oposição brasileira, mas é um instrumento extremamente útil e que deve ser acionado por todos aqueles que querem uma alteração nas estruturas do país, o que inevitavelmente ocorrerá, com ou sem o MDB. Como o mundo tem mudado, este país mudará também. Pela minha formação, prefiro que essa mudança se faça pacificamente pelo consenso. Mas tenho fundadas dúvidas quanto à capacidade de renúncia de homens que se locupletam do poder.

---

## Esperança

Não obstante as dificuldades, a identificação freqüente da cúpula com o sistema dirigente, é preciso ter esperança. Poderá parecer uma ingenuidade, mas eu creio nisso. Se não acreditasse não utilizaria deste instrumento precário que é o MDB. O MDB aparentemente saiu desfigurado com essa tensão interna, mas na realidade saiu fortalecido, porque foi a primeira vez, desde 1974, que ele pelo menos “pareceu” Oposição.

Das eleições para cá, o que o MDB fez? Impediu a formação da CPI dos Direitos Humanos, acreditou na distensão que não existia, não manifestou sequer a intenção de transcrever nos Anais do Congresso a nota do presidente Ulysses Guimarães criticando o discurso de 1º de agosto do general Geisel, vetou a candidatura de Francisco Pinto. A grande realidade é que o MDB absolutamente não correspondeu à sua pregação durante a campanha, nem tampouco à confiança que despertou em parcelas expressivas do povo brasileiro, notadamente do eleitorado jovem que saiu do voto nulo e recompôs a sua crença numa alternativa institucional.

## Divisão do MDB

Todos sabemos que o MDB não tem autenticidade, é um amontoado de tendências, algumas até oposicionistas. Mas, no momento, pulverizar o MDB em vários partidos seria cooperar com a Situação porque, nas condições atuais, partidos autônomos, trabalhistas ou socialistas, para abrigar tendências mais salutares da oposição, atrairiam todos os tipos de pressão, haveria um natural retraimento da participação popular e um evidente enfraquecimento da Oposição.

Sr. Presidente nós somos daqueles que temos esperança, nós somos daqueles que queremos transformar, dentro da via institucional, este partido numa oposição autêntica. Não queremos apenas um partido coonestador de uma situação para a qual é preciso que se encontre uma saída, Sr. Presidente, porque, enquanto não houver respeito às divergências, o problema político brasileiro não encontrará solução.

---



## A QUESTÃO NUCLEAR<sup>132</sup>

---

*Apresenta “emenda explicativa” ao Acordo Nuclear Brasil-Alemanha. Reclama que o Governo não ouviu a comunidade científica brasileira e que ao Congresso não foi dado tempo suficiente para apreciar matéria de tamanha relevância. Apesar de, em princípio, concordar com o Acordo, diz que o Congresso não pode ser apenas órgão homologatório dos tratados internacionais.*

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Sr. Presidente, Srs. Deputados, ao apreciar o Acordo que está sendo firmado entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha, a primeira observação é a de que, na realidade, o Congresso brasileiro não tem tido tempo necessário para apreciar cuidadosamente matérias de tamanha relevância. Entendemos, em primeiro lugar, que o Acordo em pauta configura grandes perspectivas para o país no que tange a energia nuclear.

Desde a criação do Conselho Nacional de Energia Nuclear, se pretendeu estabelecer uma política de maior independência no setor. Em verdade, essa política jamais pôde ser seguida, porquanto nesse campo se atrelou a Independência do Brasil às conveniências dos Estados Unidos, notadamente de algumas de suas multinacionais, como a Westinghouse e a General Electric.

No entanto, quando se fala que o Brasil vai tentar, finalmente, dar um salto rumo ao desenvolvimento nuclear e queimar etapas, curiosamente, verificamos que o desdobramento do Acordo Nuclear foi confiado aos mesmos homens que, no passado, defendiam a política de dependência do país no setor. Bastar citar, para conhecimento de causa, que foi o presidente do Conselho Nacional de Energia Nuclear quem, discordando da orientação inicialmente seguida, principalmente pelo almirante Álvaro Batista, declarou, em 1972, que o Brasil não teria condições de entrar no processo de enriquecimento de urânio senão no ano 2.000. Na Comissão Nacional de Energia Nuclear, teria ele mudado seu entendimento, ou este Acordo não está muito bem explicado?

---

<sup>132</sup> Publicado no *Diário do Congresso Nacional*, Seção I, de 30 de setembro de 1975, p. 8054.

Ao invés de se formar uma equipe de cientistas, ao invés de se possibilitar aos cientistas brasileiros uma participação, de maneira democrática, no planejamento, nos estudos de viabilidade do Acordo Nuclear, o que se observa é que há apenas uma perspectiva para o país, com a qual nós, da Oposição, estamos plenamente de acordo, mas que precisa ser melhor explicitada, sob pena de se lançarem dúvidas sobre um projeto vultoso, onerosíssimo e que, sobretudo, representa apenas uma tentativa de libertação no setor nuclear, já que foi provado somente em laboratório.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Acordo Nuclear firmado com a Alemanha prevê, em seus artigos 8º e 9º, as obrigações da Alemanha decorrentes dos tratados que instituíram a Comunidade Européia de Energia Atômica e a Comunidade Econômica Européia. Pois bem, nem mesmo esses tratados foram anexados ao projeto de decreto legislativo, submetido a galope à apreciação desta Câmara dos Deputados; nem mesmo aqueles documentos referidos, como o que estabelece que um dos principais objetivos do Acordo é exatamente a transferência e a absorção de tecnologia, foram anexados ao projeto de decreto legislativo. Isso significa que o que se espera desta Câmara é um ato meramente homologatório de um ajuste que, como disse e repito, poderá proporcionar perspectivas muito salutares para o desenvolvimento nuclear do Brasil, sobretudo para a sua independência. Mas nós, que alertávamos para o fato de que o principal objetivo do Acordo era exatamente a transferência e absorção de tecnologia, estávamos certos, porque o ex-ministro da Energia da Inglaterra, Sr. Patrick Jenkins, declarou, logo após o Acordo ter sido examinado pela Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados, que a Alemanha não pode decidir sozinha sobre transferência de tecnologia nuclear, no que se refere ao enriquecimento de urânio e reprocessamento de combustíveis, uma vez que ambos estão sendo desenvolvidos em colaboração com a Inglaterra e com a Holanda. Nesse caso, sem o aval dos dois países, o processo não poderia ter sido desenvolvido. Logo em seguida, Bonn, através do chanceler que assinou o Acordo com o Brasil, declara que advertiu sobre o perigo de uma crescente proliferação das armas atômicas e propôs a criação de controles mais severos para a exportação de materiais físséis e a instalação de tecnologia nuclear. Isso foi dito pelo mesmo chanceler alemão, Hans Dietrich Genscher, que, pelo governo da República Federal da Alemanha, assinou o presente Acordo de transferência de tecnologia para nosso país.

Esta Casa se depara com uma dificuldade. Quando se assinou o acordo de 1972, tentamos alertar a Câmara dos Deputados para a dependência do Brasil com os Estados Unidos. Nossa emenda foi rejeitada, embora apenas prévissemos que poderíamos escolher nosso caminho tecnológico, que o Brasil poderia ser independente dos Estados Unidos não apenas no que tange à instalação dos reatores de Angra dos Reis, mas a qualquer reator ou processamento de material físsil neste país.

Hoje, os congressistas norte-americanos e as autoridades daquele país pressionam o Brasil com esse Acordo, que, na realidade, nos colocou na dependência dos americanos pelo espaço de trinta anos. Se, como dizem eminentes deputados da Maioria, o acordo de 1972 se referiu apenas ao urânio enriquecido e à instalação de um reator em Angra dos Reis, por que então esta pressão internacional, denunciada pelo nosso próprio ministro das Minas e Energias, no que tange exatamente à instalação de outros reatores dependentes do Acordo com a Alemanha? Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, isso se deve ao fato de o Congresso não exercer, na sua plenitude, seu dever e direito exclusivo, ou seja, o de examinar, em caráter definitivo, todos os atos internacionais praticados pelo Governo. Na realidade, a pressão que agora se verifica decorre de um acordo mal feito, à semelhança deste que está sendo firmado com a Alemanha.

Apenas para citar um exemplo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, consta deste novo Acordo que o Brasil e a Alemanha declaram-se partidários dos princípios de não-proliferação de armas nucleares, declaração que está nos moldes de nossa tendência pacifista. Mas é preciso esclarecer que a Alemanha é signatária de um Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares. E o que significa esse tratado? Significa pura e simplesmente que a Rússia e os Estados Unidos querem jungir todas as nações da Terra aos seus eventuais objetivos políticos e econômicos. E o Brasil, que não é signatário desse tratado, no art. 2º deste Acordo que firma com a Alemanha, se diz partidário do princípio da não-proliferação de armas nucleares.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, conjugando-se as declarações do ministro inglês com as do próprio chanceler da Alemanha, o perigo reside nas dúvidas quanto à execução do aspecto principal do Acordo, que não deixa de representar uma queima de etapas, mas que é, também, um salto no escuro, uma vez que o método *jet nozzle* foi aprovado apenas em laboratório. Surgem dúvidas, repito, quanto ao aspecto principal do Acordo, relativamente à transferência e absorção de tecnologia, pois poderemos permanecer na mesma posição em que ficamos após a

assinatura do acordo com os Estados Unidos, ou seja, a de meros apertadores de botões, simples manejadores de receptáculos de caixas pretas e, tecnológica e politicamente, dependentes de outros países.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, este Congresso não recebeu as informações completas, nem mesmo as declarações que capearam o Acordo, sequer o texto completo dos compromissos assumidos pela República Federal da Alemanha, no que tange à comunidade Européia de Energia Atômica e à Comunidade Econômica Européia.

Este Congresso precisa sair da condição de órgão meramente homologador dos tratados internacionais, para exercer plenamente aquilo que é de sua exclusiva competência, como está previsto no art. 44, inciso I, da Constituição, ou seja, resolver, em caráter definitivo, os tratados, convenções e atos internacionais firmados pelo presidente da República.

Dessa maneira, ou arrostamos, no futuro, o perigo das dúvidas quanto à execução do Acordo teuto-brasileiro, ou o emendamos. A emenda é meramente explicativa. A este art. 2º, pelo qual Brasil e a Alemanha se declaram partidários da não-proliferação de armas nucleares, acrescentar-se-ia que tal declaração não prejudicará a compra, transferência ou absorção de tecnologia nuclear, respeitando-se o entendimento brasileiro no Tratado para a Proscrição das Armas Nucleares na América Latina, firmado no México, em 9 de maio de 1967.

Sr. Presidente, vou ler apenas o trecho do compromisso brasileiro, quando da assinatura desse tratado:

“No entendimento do Governo brasileiro, o referido art. 18 faculta aos Estados signatários realizar por seus próprios meios ou em associação com terceiros, explosões nucleares para fins pacíficos, inclusive as que pressuponham artefatos similares aos empregados em armamentos militares.”

Sr. Presidente, reafirmando nossa posição assumida no México, em 1967, é preciso enfatizar que o elemento avaliador da independência nuclear é a capacidade, não a necessidade de explodir o artefato. Essa capacidade, por outro lado, não pode ficar adstrita apenas a um grupo de pessoas ou de nações que queiram condicionar a humanidade às suas eventuais posições políticas, no caso a Rússia e o Estados Unidos. Daí a razão da nossa emenda, meramente explicativa daquele compromisso assumido pelo Brasil, do qual mais uma vez se pretende não dar pleno conhecimento à Nação, aos cientistas e ao povo brasileiro, marginalizados das medidas a serem postas em prática no setor nuclear.

## A MANUTENÇÃO DO ESTADO AUTORITÁRIO<sup>133</sup>

---

*Faz um balanço da situação política, econômica e social do país, em que Oposição, trabalhadores, imprensa e estudantes estão calados, e do clima de ameaças da repressão. Denuncia a tentativa do Governo de imobilizar a classe política e de subjugar a Oposição. Declara-se vítima de ameaças a sua integridade física, bem como a de seus familiares. E conclui: “podem censurar, podem prender, podem torturar, mas não podem afastar o tempo e a História” – frase que foi uma de suas marcas registradas.*

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Sr. Presidente, Srs. Deputados, numa recente reunião secreta das multinacionais, realizada em Brasília, uma das conclusões foi a de que os trabalhadores estão quietos e já não há mais greves neste país.

Delimitou-se, naquela reunião, o receio de que a liberalização política, apregoada pelo Sr. Presidente da República, poderia trazer tranqüilidade. Portanto, eles se regozijaram com a possibilidade de ser refeita aquela intenção primeira de distensão gradual.

Numa recente reunião da Polícia Federal do Estado do Rio de Janeiro, a imprensa mais livre, diretores de vários jornais, foram chamados para que não se pronunciassem sobre contratos de risco: *Pasquim*, *Opinião*, *Tribuna da Imprensa*, etc. Então, sob certos aspectos, o Governo pode proclamar que a imprensa também está quieta.

Recente circular do Sr. Ministro Falcão, após mais de seiscentas prisões só no Estado de São Paulo, principalmente na área universitária, poderá ser traduzida na próxima semana, ou no fim do mês que vem, no sentido de dizer que também os estudantes estão quietos. E até próceres do MDB estão pretendendo condicionar o comportamento da Oposição, a fim de que se diga que também a Oposição está quieta.

---

<sup>133</sup> Publicado no *Diário do Congresso Nacional*, Seção I, de 24 de outubro de 1975, p. 9301.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, vamos ver que tipo de quietude é esta a que está sendo reduzido o país. Permitam-me, inicialmente, os preza-dos colegas, um depoimento pessoal, para registro nesta Casa.

Tenho sido vítima de uma série de ameaças que envolvem integrida-de pessoal, vida profissional e atingem até meus familiares.

A baixaza e a crueldade dos meios e a intranquilidade que elas ge-ram, poderiam ser colocados, levianamente, no terreno das “vicissitudes da vida política” e considerados comuns na vida parlamentar.

Não creio nisso.

Tais ameaças, feitas de forma que atestam a participação dos órgãos de repressão, significam algo mais, pois coincidem, sintomaticamente, com pronunciamentos e ações de que participo, para desnudar a nefasta ação de grupos poderosos.

Não estou exigindo proteção contra fantasmas. As ameaças e o cum-primento delas são perfeitamente concretos, e sei que até eclesiásticos passam, no momento, por igual tormento, simplesmente porque lutam pelos direitos humanos e pela justiça social.

Menciono esses fatos porque necessários ao desvendamento dos verdadeiros mecanismos do poder e, porque, no futuro, vão mostrar a dramática conjuntura em que vivemos.

Dramática, porque não há como nos iludir. Fora do terror não há possibilidade de se manter, hoje em dia, um regime estático, sacralizado e injusto e tão mais perigoso quando a ele nos estamos acostumando.

O clima de ameaças ostensivas ou veladas que caracterizou o Con-gresso neste início da 8ª Legislatura é mais uma tentativa de transformar os parlamentares em objetos inertes não apenas frente ao Governo, mas, também, frente ao povo, seu real compromisso.

Não acreditamos que este recrudescimento tenha sido acidental, pois os parlamentares estão, por seu lado, enfrentando um contexto político, mantido por mãos extraordinariamente fortes e capazes, respaldadas por um mecanismo repressor dotado de uma tecnologia tão avançada que nos permite até ensinar aos vizinhos da América Latina.

Pretende-se, dentro deste clima, reduzir a situação política do país à expressão de um partido hegemônico – em que coopta o Governo militar uma Oposição manipulável e comprometida a um ponto insu-portável de subserviência e medo.

Neste particular, apesar da nitidez de minhas posições, procuram envolver-me até em depoimentos “obtidos” com elementos indiciados em processos por violação da Lei de Segurança Nacional. Esquecem-se de que o combate às estruturas injustas é mil vezes mais eficiente na consecução da verdadeira paz política do que a ação dos órgãos de repressão.

As nossas críticas e análises, quando se manifestam mais enérgicas, em vez de sofrer serena contestação, são jogadas na vala comum do “comunismo subversivo” e, assim rotuladas, deixam de merecer atenção, passando a ser assunto do SNI.

A manutenção deste Estado autoritário tem sido feita através de sucessivas investidas – abertas ou não – sobre o precário partido da Oposição, ao lado da total, completa e clara submissão da Arena.

No entanto, apesar dos riscos do momento e das ameaças permanentes, é preciso dizer que o povo vai mal, vai muito mal.

A situação geral do trabalhador, tanto urbano como rural, é de tal forma precária que sua manutenção só é viável através da força.

Após onze anos de utilização do mais violento e sofisticado instrumental de repressão da história do país, o que aconteceu à verdadeira Segurança Nacional?

Seus métodos estão falidos, pois, desde o assalto às nossas riquezas minerais até o colapso na importação de insulina, nós somos cada vez mais dependentes.

O terror da repressão tem condicionado o comportamento do terror da subversão, e cada ato de violência permite que forças incontroláveis surjam a cada instante.

Qualquer cidadão pode ser seqüestrado a qualquer hora e lugar por um bando de agentes não identificados, e não há nada a fazer senão aguardar a eventual boa vontade de um ou outro membro do Governo.

E neste plano inclinado não tem faltado até o envolvimento de pequena parte das Forças Armadas, em operações repressivas, e até de cunho pessoal, procurando afastá-las de sua melhor vocação nacionalista e integracionista.

Entregou-se o monopólio com os “contratos de risco” ou qualquer outro nome que venham a ter.

Onde estava a Segurança Nacional que não percebeu que os grupos monopolísticos, pelo fato de estarem perdendo o controle de várias de suas antigas colônias de extração, voltam-se agora, para novas áreas econômicas que vivem sob sua dependência há longos anos, como é o caso do Brasil?

Onde estava a Segurança Nacional que não alertou o presidente de que, com a penetração da empresa privada em setor que viola o princípio do monopólio, esta tende a corromper os órgãos governamentais e deixa a Nação sem poderes eficazes para controlar o seu próprio destino?

Vale lembrar que a segunda fase do último discurso presidencial revelou um homem com as graves contradições, decorrentes da quebra do monopólio.

No fundo deste quadro trágico, não quis caracterizar a Segurança Nacional o mesmo grupo competente, capaz, objetivo mas totalmente insensível aos interesses nacionais, liderado pela figura do conhecido freqüentador das ante-salas das multinacionais, o intocável Roberto Campos.

Será que a Segurança Nacional e as Forças Armadas já se esqueceram de que foi este mesmo embaixador que declarava em 1962, quando a serviço do Governo Goulart:

“Preservou-se assim (com o parlamentarismo) uma sociedade aberta e de livre debate, não enodada por qualquer apossamento militar, suspensão de direitos constitucionais ou imposição de controles autoritários.” (Conferência pronunciada por Roberto Campos, na Pan American Society, em 19-12-1962, in *Digesto Econômico*, p. 117.)

Naqueles tempos ele era embaixador da Amforp<sup>134</sup>. E agora, de qual grupo?

Que grupos se fortalecem quando as multinacionais – que, acintosamente, realizaram seminário secreto em Brasília e condenaram a possível politização dos trabalhadores brasileiros, decorrente da distensão prometida pelo general Geisel – afirmaram, em documento, este sim, claramente subversivo: “É possível que a força do trabalho possa se tornar politizada conforme avance a liberalização política?”

---

<sup>134</sup> American Foreign Power Company.



E isso, para esse grupo, é um perigo, já que, “desde 1964, o trabalhador tem-se mantido particularmente quieto, e, hoje, as greves são uma raridade”.

Onde estava a Segurança Nacional que não tomou nenhuma atitude contra aquele grupo que, de maneira óbvia e abusada, conspirava contra a integridade nacional?

Onde está a Segurança Nacional que não percebe que a injustiça, o arrocho, são a ponta de lança do terrorismo e que esta filosofia leva o povo a ficar atraído pelas teses do desespero? Onde está a Segurança Nacional que não vê que famílias inteiras não dormem porque não sabem se uma filha, um irmão, ou um pai estão bem ou mal nas prisões?

Que análise fazem os escalões da Segurança Nacional que não mandam coibir as prisões, as torturas ou eliminação física de pessoas presumivelmente inocentes?

A Nação precisa ser continuamente alertada para não ser atraída por um tipo de Oposição facilmente manobrável e que se fundamenta na premissa de que estamos em um regime de força, em que a fiscalização e o controle da atividade parlamentar se tornam mais e mais perigosos, porque exercidos de forma eficiente.

Invoca-se, freqüentemente, que a restauração da vida democrática e dos direitos e garantias individuais e coletivas dependem, em grande parte, do sistema; mas se a Oposição não lutar, a pretexto de falta de condições de modificar o contexto social e político, a curto prazo, estará permitindo a implantação de um regime fascista.

Não entrando em detalhes a respeito do último pleito e o crescimento surpreendente da Oposição, nota-se o firme propósito do Governo de mantê-la sob controle.

Para o sistema, o crescimento do MDB não deve alterar em nada sua função, o que ocorrerá no momento em que a Oposição perceber que os regimes de força se fortalecem com o recuo dos democratas e que, mesmo considerando o marco realista de suas precárias possibilidades, impõe-se operacionalizá-las, apesar das ameaças do AI-5 e das tensões internas.

Em certo sentido a crise refletiu e ainda reflete as dúvidas e perplexidades nos altos escalões das Forças Armadas, que realmente não chegaram a um acordo em torno de fórmula final.

---

Esta tem sido uma constante em todas as crises surgidas desde 1964 até o momento; a cada aceno de “normalização”, temos atitudes correspondentes de ameaças e sufocação.

A “admoestação” do ministro da Justiça ao presidente do MDB, que analisou a fala do general Geisel, é sintomática.

O material publicado em alguns jornais é muito significativo, embora tenhamos a convicção de que não representa a opinião de jornalistas e traga as claras marcas de matéria paga, pois insiste nas cassações e nos envoltivos forjados nos porões dos IPMs e acalentados por parte de um judiciário mais dependente.

Menciono esses fatos por que este é o clima do Congresso, e para que não interrompamos nossas análises e nossas tentativas de criação de uma ordem econômica e política mais justa.

Neste momento de terríveis pressões pessoais e coletivas, devemos mostrar maior lucidez e reafirmar nossos compromissos de forma indiscutível.

Esclareço, ainda, face às insinuações grosseiras e simplistas, que minhas posições não são provocadoras, nem partem de um parlamentar virtualmente cassado.

Não. A intenção clara é exercer um mandato cuja preservação, para nós, tem um valor fundamental: preservá-lo nas formas idealizadas por quem o conferiu – aquela parcela do eleitorado que se sensibilizou com as teses propostas de maneira clara e definida.

Creio que algumas das tipificações feitas por Juan Linz, no livro *Authoritarian Brazil*, são muito pertinentes:

“Estamos sentindo o reflexo da divergência dos militares na vida pública e sua incapacidade de institucionalizar a situação autoritária.”

Esta situação autoritária vem mostrando, através dos tempos e das crises – algumas constantes – que implicam, sempre, em lançar, cada vez mais longe, as possibilidades de participação popular.

O sistema desconfia das práticas democráticas, mal que, reconheça-se, não pode ser atribuído, exclusivamente, aos atuais governantes. Nossa história política ensina-nos que, em apenas dois períodos, essa

---

prática começou a esboçar-se: de 1930 a 1937, de 1946 a 1964, e, mesmo assim, com grandes distorções, inclusive com a freqüente manipulação do povo de acordo com os interesses dos grupos dirigentes – a que os cientistas sociais chamaram de “populismo”.

Esta repulsa à participação popular tem sido intensificada de 1964 para cá.

O povo brasileiro está cada vez mais afastado de qualquer processo político ou participação econômica.

O curioso é que ditadura alguma conseguiu arrancar das Constituições brasileiras o dispositivo ali esculpido: “O poder emana do povo e em seu nome é exercido.”

E não o faz porque interessa preservar a fórmula legal e violá-la na prática, posto que esse é um mecanismo de mistificação da opinião pública.

Preferimos, contudo, abrigar-nos na vivência deste princípio constitucional para o qual, não obstante os cíclicos ataques que sofre, a civilização contemporânea ainda não encontrou sucedâneo à altura.

Tal princípio tem ainda uma conotação teológica que é fundamental para nós.

Será que o mundo se esquece de que, há quase dois mil anos, um humilde carpinteiro, que nunca escreveu um livro, que nunca exerceu função pública, que teve uma vida mais ou menos obscura até 30 anos, fez a maior revolução que a História conhece?

Mas há outros aspectos: até pouco tempo o Governo se justificava – embora sem ter conseguido legitimação real – através do “desenvolvimento econômico”, que, aparentemente, se impunha a um mundo embevecido com o “milagre brasileiro”. Foi o período da tentativa de legitimação *a posteriori* através dos projetos-impacto.

Atualmente, até a linguagem triunfalista e alvissareira da Situação tem sofrido modificações. Algumas falhas são por demais evidentes, e, de uma forma ou de outra, o povo tem manifestado seu descontentamento em oportunidades que a imprensa estrangeira capta mais que a nossa, por razões óbvias.

A inexistência de um processo político aberto tem sido sempre justificada como garantia do “extraordinário sucesso econômico” das medidas tomadas no setor da economia. Mas, mesmo a auto-aferição não pode cobrir os erros e as injustiças sociais que se perpetuam.

A título de reforço transcrevo aqui as palavras de Thomas Skidmore que fotografam bem nossa situação:

“Falando pragmaticamente, tal processo – combinando administração, manipulação, decisões arbitrárias, falsas modificações e freqüentes alterações de pessoal – poderá ser bem-sucedido se a economia vai bem. Isto poderia garantir a continuidade da atuação atual, enquanto deixa um assustador vácuo político para o futuro.”

Esta tem sido a mecânica e, creio, a previsão para nosso futuro político. É por esta razão, principalmente, que não cremos em oposição consentida e bem comportada. Mesmo porque já está ficando claro que a “economia não vai bem”, a não ser para aqueles que consideram como economia a arte de arrumar e coordenar dados estatísticos isolados dos seres humanos.

Nosso alvo tem sido a democracia e nossa pregação tem sido clara nesta direção.

As tentativas de ligar alguns de nós a movimentos “clandestinos” e “subversivos” são absolutamente tendenciosas e visam à preparação de um clima de medo ou à justificativa de uma eventual intervenção.

A luta aberta e clara que travamos em defesa da economia nacional, dos direitos humanos, da liberdade de imprensa, da vida universitária – tanto para professores como para alunos – da melhoria de vida do trabalhador, mostra com nitidez nossa posição.

Por isso não nos conformamos: se nossa posição fundamental é a abertura da ação política através de uma atividade parlamentar definida e precisa, não há como interromper, enquanto tivermos força, a tônica e a linha de nossos pronunciamentos. Isto significa que, mesmo não havendo por parte do Governo intenções de abertura política, devemos continuar nosso trabalho. Não podemos e nem devemos aceitar a tônica proposta, sob pena de um compromisso desonesto e acomodado, e, também, porque esta atitude implica no reconhecimento de que nenhuma oposição deve ser limitada em sua atividade por poderes autoritários ou ditatoriais.

---

A aceitação de mais um limite imposto em nossas ações significaria, sem sombra de dúvidas, uma mudança de enfoque em nossas discussões. Seríamos forçados a assumir debates meramente técnicos que, sem duvidar de sua importância, afastariam nossas preocupações dos objetivos fundamentais de ação política, isto é, problemas básicos a respeito da distribuição do poder, do rumo das medidas políticas, da proteção de nossas reservas naturais, das possibilidades de uma independência econômica clara e indiscutível da situação real das massas menos favorecidas de nossa população e da recuperação dos direitos básicos e inalienáveis de todos os cidadãos.

Se esses problemas forem relegados a plano inferior em nossas preocupações, aí sim, o Parlamento se tornaria no mais insignificante e indigno lugar do país. Não se pode esperar que os parlamentares abram mão de sua prerrogativa fundamental, pois isto implicaria na aceitação de uma posição insustentável perante o povo brasileiro: a de fantoches bem pagos de uma casa de espetáculos.

Gostaria de voltar, ainda, a Skidmore, para tentar refrescar em algumas memórias o que representam realmente estas crises e quais as suas conseqüências.

“Em suma, a linha-dura militar tornou possível aos tecnocratas a coordenação de uma economia orientada para o consumidor, cujos benefícios os setores médios e altos podem gozar, com pouco receio de revolta da população marginalizada.”

Os “brasilianistas” têm concordado bastante em torno de duas constantes do comportamento político do Governo brasileiro: a primeira é a constatação de que a linha-dura tem saído vitoriosa em todas as crises pelas quais passa o movimento de 64; e a segunda diz respeito ao reconhecimento das conseqüências funestas para a “população marginalizada” e os trabalhadores.

Mas a clara percepção destes fatos não tem alterado o quadro, exatamente por causa da situação em que se encontra o Congresso em sua sufocação através das constantes intervenções – declaradas ou não – do Poder Executivo.

Além disso a imprensa – repito sempre – não está livre para publicar a íntegra dos debates e dos fatos que se passam nesta Casa. E este é um triunfo da linha-dura, apoiada pelos tecnocratas e empresários que se beneficiam da medida.

Não vou agora utilizar-me de cifras e de números para não repetir o que tem demonstrado a Fundação Getúlio Vargas e alguns órgãos da imprensa, mas sim reportar-me ao aspecto claro do exacerbamento da pobreza e dos contingentes marginalizados. As chamadas “massas” necessitam de instrumental político para se manifestar. A “mão-de-obra barata” que podemos oferecer a investidores estrangeiros é um problema social grave. A distorção que reside em atentar somente para as “potencialidades naturais” e suas “enormes possibilidades desenvolvimentistas” implica em aviltamento humano da maior parte da população do país.

O povo continua indo mal. O aumento dos preços dos gêneros alimentícios e das tarifas de transporte tem contribuído para a aceleração da pobreza. E o que mais agrava a situação geral é que os órgãos de classe estão manietados, e seu controle é absoluto.

Os descontentes não podem falar. A permissão para que um parlamentar ou outro fale esporadicamente contra o Governo não deve encobrir o fato da inexistência de veículos naturais de expressão e protesto por parte do povo.

O que quero dizer é que nossos protestos pela erosão do Legislativo são verdadeiros, mas o mais grave é a sufocação dos trabalhadores através do férreo controle de sua representatividade.

Isso significa que nossa situação de dependência externa – cada vez maior – tem trazido graves distorções políticas com as quais nos estamos acostumando.

Concluindo, sinto a necessidade de acrescentar algo: é necessário estar atento aos perigosos desvios que poderão resultar de um enfoque exagerado no problema da corrupção, que, embora grave, não é novo. Esse enfoque pode servir para as tentativas de popularização das medidas de exceção.

Alegar que é necessário aplicar o AI-5 no combate à corrupção é reconhecer que onze anos de poderes excepcionais e arbitrários não foram suficientes para “limpar a casa” e ordenar as coisas.

Um corrupto, que por definição não deve ter grandes preocupações patrióticas, se beneficia ao lhe ser aplicado o AI-5. Troca a perda dos direitos políticos pela garantia da impunidade criminal e da intocabilidade do seu patrimônio. Faz-se o estardalhaço, a imprensa noticia, satisfaz-se a necessidade popular de identificar responsáveis pelas agruras

---

por que passa o povo (no falso pressuposto de que a corrupção aberta ou revelável é a raiz de todos os nossos males), e tenta-se a popularização dos atos de exceção. Em contrapartida, sustada a ação da justiça, locupletam-se os corruptos.

Em suma, nestas condições nunca será possível o exercício de nossas melhores e mais sadias instituições.

A exploração política da corrupção deve ser combatida com energia pelo instrumental de justiça – não deve obscurecer o questionamento de nossas necessidades prioritárias.

O *Sr. Walter Silva* – Nobre deputado Lysâneas Maciel, quero felicitá-lo pelo corajoso discurso que profere nesta Casa, quando traça o perfil do sistema que nos domina e manietta. Realmente, não tem sido comum, nesta Casa, pronunciamentos desse jaez, mas há uma necessidade premente de se repeti-lo todos os dias neste Plenário. Se todos nos imbuíssemos do mesmo grau de coragem e amor ao povo e quiséssemos realmente valorizar nosso mandato, e não preservá-lo, com bem observou V.Exa., mas exercê-lo na plenitude da sua significação como algo em defesa do povo aviltado – apesar do dispositivo constitucional assegurar como fonte do poder a manifestação do povo, este mesmo povo que está amedrontado e perseguido pelos órgãos encarregados de manter, sim, a sua segurança –, deveríamos cada vez mais defender o trabalhador brasileiro, que está impedido de manifestar livremente a sua vontade e suas reivindicações.

O trabalhador foi silenciado, a imprensa manietada pela Censura, mas todos estão a exigir de cada um de nós uma tomada de posição nesta hora triste da história brasileira. Fomos remetidos de volta àquele período negro da Idade Média, àqueles tempos ignominiosos do obscurantismo, em que, infelizmente, o Brasil do Século XX se vê forçado a viver. Não têm sido freqüentes nesta Casa pronunciamentos desta natureza, nem faltam aqueles que ainda tentam, forçando a natureza, defender esse estado de coisa. Evidentemente, deputado, nós da Oposição não podemos concordar com isso. Nossa luta é pela volta da democracia, pelo respeito aos direitos sagrados do cidadão, pela edificação do homem, para que o país volte a viver dias gloriosos de plena democracia, de pleno direito. Não podemos aceitar, deputado, a espoliação que nos querem impor as empresas multinacionais, que estão novamente a sugar os parques recursos econômicos desta Nação.

Felicitto V.Exa. pela sua coragem, sobretudo pela sua lucidez histórica, ao demonstrar resistência contra tudo que aí está. A cada dia,

a situação fica pior, e V.Exa. estranha, como temos estranhado também, por que, onze anos depois, ainda há subversão e corrupção. A corrupção, que é a forma mais requintada de subversão neste país, continua campeando em todos os quadrantes da Pátria, apesar de onze anos de revolução, destinada exatamente, quase que exclusivamente, ao combate desses dois males que sempre grassaram em nossa Pátria. E quando um de nós se levanta para mencionar tais fatos, somos ameaçados de todas as formas e incluídos entre aqueles que tentam subverter a ordem pública. Mas nossa luta, Sr. Deputado, é exatamente por estabelecer verdadeira ordem pública, uma ordem não imposta pelo silêncio, mas é pela consciência de todos os brasileiros que querem trabalhar e lutar para o engrandecimento da nossa Pátria.

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Agradeço a V.Exa. a manifestação e passo a palavra ao eminente líder João Linhares.

O *Sr. João Linhares* – Deputado Lysâneas Maciel, V.Exa. me concede o aparte, contrariando um procedimento que o tem dignificado nesta Casa, precisamente no momento em que a Presidência deverá alertá-lo do final do seu tempo. Queria inicialmente lamentar a atitude de V.Exa., que não é igual às anteriores.

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – V.Exa. não poupa meu tempo, referindo-se a ele. Dei o aparte que V.Exa. teria dado.

O *Sr. João Linhares* – Pedi o aparte desde o início, mas V.Exa. disse que ia ler um depoimento. Vejo agora que é o seu pronunciamento, o qual recheia ora com elogios, ora com agressões ao próprio partido de V.Exa., que há pouco foi aplaudido pelo deputado Walter Silva. Entretanto, a oposição, deputado Lysâneas Maciel, cada um a faz à sua maneira. Uns fazem-na assaltando, seqüestrando, tentando subverter a ordem deste país.

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Outros fazem-na torturando.

O *Sr. João Linhares* – V.Exa. me concedeu o aparte?

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Concedi, mas que seja breve, não um discurso paralelo.

O *Sr. João Linhares* – V.Exa. não reclamou do aparte do deputado Walter Silva. Pelo menos nisso, respeite o seu sentimento de justiça. Há também os que fazem oposição procurando construir o Brasil que todos nos buscamos e perseguimos. V.Exa., como sempre, dentro de um pas-

---



sionalismo, de um radicalismo que o identifica nesta Casa, agride a tudo e a todos. Antes elogiava as eleições de 1974, hoje diz que no Brasil não há liberdade. Usa a tribuna para fazer um discurso candente, embora totalmente divorciado da realidade brasileira, o qual poderia dirigir-se a um Portugal, a uma Argentina ou a um Chile de outros tempos, mas não ao Brasil em que vivemos hoje. V.Exa. cita uma série de fatos, mas não traz uma solução, uma mensagem de esperança ao povo brasileiro, procurando conservá-lo naquele clima de inconformismo, do brasileiro sofrido, permanentemente reivindicando, porque não interessa a V.Exa. e a outros que seguem seu pensamento o brasileiro realizado. Não é um Brasil progressista, desenvolvido, com justiça social que interessa a V.Exa. e a outros tantos nesta Casa. Não entendem que os sindicatos reivindiquem pelos caminhos legais, que vão ao ministro, que encaminhem memoriais a esta Casa. V.Exa. deseja um sindicato nas ruas, fazendo greves, fazendo quebra-quebra. V.Exa. deseja um Brasil totalmente subvertido no seus valores mais aprimorados e mais respeitados nesta Casa. Não concordamos com o discurso de V.Exa., que não se ajusta ao Brasil e muito menos ao seu partido. Mas, sempre, nos pronunciamentos desse tipo, procuram elogiar uma parte das Forças Armadas, porque não têm a coragem de se pôr totalmente contra elas, porque elas são Governo, são Arena, são Brasil.

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Sr. Presidente, não sabia que as Forças Armadas eram da Arena. Isto é curioso e apenas revelador da provocação, um tanto primária, mas uma constante nas intervenções do ilustre líder.

O Sr. João Linhares – Para ser da Arena não é preciso ser do partido da Arena.

O SR. PRESIDENTE (*Léo Simões*) – Sr. Deputado João Linhares, V.Exa. só pode se dirigir ao orador solicitando aparte. Lembro ao orador que seu tempo está esgotado.

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Termina, Sr. Presidente.

Há menos de dois anos, através da propaganda maciça e massificante do milagre do desenvolvimento...

O Sr. João Linhares – Sr. Presidente, regimentalmente não posso pedir aparte, mas regimentalmente S.Exa. não pode permanecer na tribuna.

O SR. PRESIDENTE (*Léo Simões*) – Não serão mais permitidos apartes.

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Contenha o líder da Maioria, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (*Léo Simões*) – Solicito ao orador que conclua.

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Sr. Presidente, contenha o líder da Maioria, que eu termino.

Pouco importava se o primeiro mandatário não pudesse fugir à dolorosa conclusão de que o povo ia mal...

O SR. PRESIDENTE (*Léo Simões*) – Srs. Deputados, há um orador na tribuna, solicito que ocupem seus lugares.

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Sr. Presidente, continuo.

Houve uma enxurrada de projetos-impacto e nossos poucos recursos eram comprometidos com projetos espetaculares: transamazônicas, embarcações militares, aviões supersônicos, pontes Rio-Niterói, uma verdadeira devoção às obras suntuárias, velha característica dos regimes ditatoriais.

A grandeza de um Estado não pode ser construída independentemente da existência de um povo livre, sadio e alfabetizado. Como se desenvolvimento pudesse ser traduzido em percentuais do PIB ou simples manipulação de dados estatísticos, sem qualquer sentido social. Mas como era agradável apresentar dados do desenvolvimento de indústrias supérfluas e suntuosas ou mesmo o crescente volume da exportação de produtos primários, o que nos matinha e nos mantém na condição de “colônia de extração”.

Agora não apenas o povo vai mal, mas a economia também vai muito mal.

Conter, através de repressão, o debate sobre estes problemas, inclusive o contrato de risco, poderá obscurecer por algum tempo questões vitais para o país. Elas serão desnudadas e aparecerão cristalinas, pois podem censurar, podem prender, podem torturar, mas não podem afastar dois elementos inarredáveis na história política de qualquer povo: o tempo e a História.

---

## O POVO E O PAÍS VÃO MAL<sup>135</sup>

---

*Discorre sobre o recrudescimento das violações dos direitos humanos no país e fala da recente cassação de dois deputados paulistas. Lê carta de parlamentares suecos de apoio ao MDB por sua luta em defesa dos direitos humanos.*

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Sr. Presidente, Srs. Deputados, até há pouco tempo, neste país, apenas o presidente da República e o partido da Oposição falavam abertamente sobre a distensão. Ninguém mais estava fundamentalmente interessado em conduzir o país à normalidade democrática. E aqueles que, por acaso, levantavam a sua voz nesse sentido, sofriam aquilo que já é um lugar comum neste país, em que as manifestações, ainda que legítimas, de inconformismo com o sistema imposto são normalmente conduzidas para a vala comum da subversão, e o assunto passa a interessar apenas aos órgãos de segurança.

Pouco importa que o presidente do Congresso Nacional, nesta Legislatura, defenda o diálogo e faça sua apologia – esse diálogo não interessa. Não interessa por que o diálogo conduz, necessariamente, ao desnudamento da situação brasileira. E é por isso que Congresso permanece cerceado, limitado.

Pois bem. Apesar de este Congresso ser assim tão manietado, tão conduzido, medidas severas foram tomadas durante o recesso parlamentar: cassaram-se companheiros que exerciam seu mandato com absoluta legitimidade e que não tinham qualquer participação com esquemas insurrecionais, pois, do contrário, não teriam possibilidade de atingir a confiança de cem mil eleitores que lhe sufragaram os nomes. Mas impunha-se calar. Por quê? Porque ouviam precisamente a voz do povo, este mesmo povo que deve ser, em última análise, o parâmetro para o comportamento dos parlamentares, porque até hoje nem mesmo as Constituições outorgadas expungiram da Carta Magna o princípio de que “todo o poder emana do povo e em seu nome é exercido”. Impunha-se, porém, a cassação no recesso. E o Sr. Líder da Maioria vem proclamar que agora a área de Santos pode estar tranqüila, quieta, porque os agitadores foram expurgados.

---

<sup>135</sup> Publicado no *Diário do Congresso Nacional*, Seção I, de 9 de março de 1976, p. 297.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, no ano vindouro o povo não terá voz, e a desculpa será aquela de sempre: o país é dominado por um “Partido da Subversão”, que tem o condão de comandar a maioria da população brasileira. Será apenas falta de competência para fazer chegar ao povo o conhecimento da verdadeira situação em que se encontra? Será que os órgãos governamentais acreditam realmente na declaração do Sr. Luís Carlos Prestes, de que a Oposição brasileira é comandada pelo Partido Comunista, ou, na realidade, procuram solver os problemas nacionais atribuindo àquele líder comunista o condão de ter comandado o inconformismo do povo brasileiro?

Isto não é senão falta de argumentos sólidos para responder às verdadeiras necessidades do povo, identificando seu inconformismo nos atos de desespero de alguns. O que competia ao Governo, na verdade, era buscar as reais causas do desespero em que vive nosso povo.

Cassaram-se mandatos de bravos companheiros, e o fizeram no recesso. A imprensa continua censurada. Há poucos dias, Srs. Deputados, concedi a um semanário entrevista sobre a entrega de Carajás. Falei acerca do cinismo que teve uma companhia multinacional que, ao chegar a este país, “generosamente”, ofereceu participação na exploração da maior jazida de ferro do mundo a uma empresa brasileira. Essa entrevista foi censurada; é mais um escândalo que se encobrirá, com a entrega das nossas riquezas às multinacionais. Mas não se pode falar sobre o assunto. Por quê? Porque isto talvez signifique subversão. Subversão... que distorção sofre essa palavra!, Sr. Presidente, Srs. Deputados, todas as vozes que se manifestam contra esse assalto às nossas riquezas são apodadas de subversivas.

Sr. Presidente, ainda esta manhã denunciei a prisão de vários professores e estudantes na Guanabara – e naturalmente as prisões foram feitas sem qualquer justificativa. Pessoas raptam cidadãos sem se dar sequer o trabalho de se identificar. E isso acontece num país onde se fala que os direitos humanos agora passariam a ser respeitados.

Na realidade, o que temos a fazer é exercer esse mandato. Agora, por exemplo, todo mundo está arrepiado com as violações dos direitos humanos neste país. O Sr. Presidente da República vai à Europa, e certamente um grupo de subversivos será acusado por qualquer manifestação em contrário àquela visita, precisamente porque os direitos humanos não estão sendo respeitados. E creiam os Srs. Deputados que,

quando a injustiça se manifesta em qualquer parte do mundo, ela não atinge somente àquele país ou somente aquela comunidade, mas a todos os homens. E é um direito legítimo que temos, por exemplo, de protestar contra a violação dos direitos humanos no Chile, contra a violação dos direitos humanos na União Soviética, que condena alguns de seus cidadãos a internamento em clínicas psiquiátricas. Temos obrigação de formar ao lado daqueles que lutam pelos direitos humanos em quaisquer circunstâncias, pois o assunto é universal e não apenas do interesse deste ou daquele país.

Recebi, Sr. Presidente, Srs. Deputados, manifestação de 156 deputados da Suécia, da democrática Suécia, da socialista Suécia. A carta é dirigida, por meu intermédio, a todos os parlamentares do MDB e tem o seguinte teor que me permito ler na íntegra, Sr. Presidente:

“Cento e cinquenta e seis membros do parlamento sueco, representando todos os partidos políticos, gostariam de dar o seu apoio ao MDB na luta a favor dos direitos humanos no Brasil. Meus colegas e eu, representando a grande maioria do povo sueco, gostaríamos de entregar este documento com as nossas assinaturas.”

E seguem-se as assinaturas de todos os parlamentares suecos, com exceção dos do Partido Comunista, Partido Social Democrático, 106 assinaturas; Partido Popular, Partido do Centro e Partido Moderado.

Sr. Presidente, por que trago este documento ao conhecimento deste Plenário? É porque agora o Sr. Presidente da República vai à Europa, e naturalmente houve um recrudescimento da violação dos direitos políticos neste país: cassações, prisões, intensificação da censura. O recrudescimento da censura é defendido apenas pelos mediócrs, porque a inteligência sufoca debaixo da censura, mas os mediócrs se comprazem com ela, porque através dela podem melhor mostrar o seu incondicionalismo a qualquer sistema.

Agora, Sr. Presidente, é de se perguntar: que tipo de ambiente terá o presidente da República do Brasil quando visitar a Europa? Como explicará, por exemplo, o destino dado a um projeto que apresentei – aprovado em todas as Comissões Técnicas desta Casa –, estabelecendo que qualquer detido ou preso, político ou não, seja submetido a um exame de sanidade física e mental, antes de ser entregue aos órgãos de segurança. Não excluí, Sr. Presidente, o julgamento dos civis pelas cortes militares:

não tentei expungir das leis de Segurança Nacional a pena de morte ou a pena de banimento; não modifiquei uma vírgula sequer dos instrumentos de exceção; apenas fixei a nossa responsabilidade pelo sofrimento, pela violação dos direitos humanos.

Pode-se, Sr. Presidente, conservar até a pena de morte, mas o que não se quer é dar a policial algum o direito de prender sem que se assegure o cumprimento das próprias leis. Será pedir muito, Srs. Deputados? Será linguagem subversiva querer que os policiais tenham um contrapeso, um freio qualquer? Será exagero da Oposição pedir isso? O Sr. Presidente da República vai à Europa, e a Arena, através de suas lideranças, não permitiu que esse projeto, aprovado por unanimidade nas Comissões desde 1973, viesse a Plenário. Porque, naturalmente, vamos chamar à colação o voto individual; por que, se conservam esses instrumentos nas mãos dos órgãos de segurança, qual é a desculpa? É que precisam dar a esses policiais o direito de prender ao arrepio das próprias leis.

O SR. PRESIDENTE (*Lauro Rodrigues*) – Dispõe V.Exa. de mais um minuto, nobre deputado.

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Sr. Presidente, parece-me muito sintomático este recrudescimento da violação dos direitos humanos. Que forças são essas, Sr. Presidente, que querem criar esse ambiente para o presidente da República na Europa? Por que agora se atribui à declaração de um líder comunista no exterior tamanha importância? Quando neste país os jornais puderam estampar nas suas primeiras páginas manchetes como “Ditadura”, “Direitos Humanos”? Entretanto, a entrevista daquele líder comunista foi estampada nas primeiras páginas dos jornais e buscaram identificar, na sua ação política, a causa da vitória do MDB nas últimas eleições. Na realidade, Srs. Deputados, nem o próprio MDB, muitas vezes, foi capaz de assimilar a inconformidade do povo brasileiro. E na verdade ninguém, nem mesmo o MDB, pode ser o único detentor deste inconformismo popular, que vai se manifestar outra vez, não obstante o empenho dos órgãos oficiais, não obstante a violação dos direitos humanos. E o inconformismo vai-se manifestar outra vez porque, antigamente, o país ia bem e apenas o povo ia mal; agora ambos, o povo e o país, vão mal.

## CANDIDATURA ALTERNATIVA À PRESIDÊNCIA DA CONSTITUINTE<sup>136</sup>

---

*Apresentação de sua candidatura “alternativa” à Presidência da Assembléia Nacional Constituinte, na disputa com o constituinte Ulysses Guimarães, que obteve 425 votos, contra 69 dados a Lysâneas Maciel.*

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, minha candidatura está sendo apresentada à apreciação desta Assembléia, que se reúne após longo período de regime de exceção que tanto infelicitou o país, não como uma candidatura contra, não como uma candidatura de protesto, mas como uma candidatura alternativa, pelos sintomas evidentes de uma tentativa de colocar o Poder Legislativo sob a dependência e sob orientação indireta do Poder Executivo.

Acreditamos, Srs. Constituintes, que o que está acontecendo, neste momento, é uma tentativa clara da utilização de mecanismos democráticos, a utilização de mecanismos que estariam, pela primeira vez, sendo colocados à disposição do povo, precisamente para instaurar medidas totalitárias e conservar essas medidas.

Refiro-me, por exemplo, à tentativa de legitimação do mandato do Sr. Presidente da República. Todos nós sabemos que há, neste momento, uma espécie de condomínio, de uma parceria entre os Poderes Legislativo e Executivo, sob a direção do Poder Executivo. Todos os sintomas são evidentes, neste sentido.

Sr. Presidente e Srs. Constituintes, o mais grave é que estamos verificando nesta Constituinte, que já não tem as características de uma Constituinte popular, e sim de uma Constituinte congressional onde o povo é o grande ausente, a instauração de medidas, inclusive através de um Regimento que até agora não foi submetido sequer ao diálogo das Lideranças (nem mesmo o partido majoritário tomou conhecimento desse Regimento) que não são uma questão de forma, mas uma questão de conteúdo.

---

<sup>136</sup> Publicado no *Diário da Assembléia Nacional Constituinte* de 3 de fevereiro de 1987, p. 17.

Srs. Constituintes, não podemos deixar de verificar que neste momento os olhos do país estão colocados sobre esta Assembléia Constituinte. Verificamos que, pela primeira vez na História deste país, se instala uma Constituinte sem que os seus membros sequer tenham o direito de usar a voz, nem mesmo as Lideranças dos partidos. Isto nunca aconteceu na instalação de uma Constituinte. Por que este medo do povo e dos seus representantes? É a falta de hábitos, é uma herança, é um resquício residual da questão autoritária que está presente, uma vez que muitos dos autores nem sequer foram verificados.

Para caracterizar, Srs. Constituintes, esta ingerência, esta dependência em que se quer colocar o Poder Legislativo, noto que estão pretendendo legitimar o mandato do presidente da República, o último “biônico” remanescente que não recebeu o banho lustral das urnas. Entendemos que ele poderia ser legitimado através de medidas que fossem ao encontro das aspirações populares. Acreditamos que o Sr. Presidente da República, em vez de usar decreto-lei velho mais do que na ditadura, poderia ter feito várias tentativas para remover o entulho autoritário. Verificamos que esses instrumentos de exceção, instrumentos autoritários, foram utilizados e estão sendo. Temos o exemplo dos trabalhadores de Leme, em São Paulo; temos o exemplo das medidas que é esquadrão da morte, dos latifundiários que tomaram o “Bico do Papagaio”. Então, nós que combatemos... inclusive os companheiros do PMDB, que combateram durante largos anos esse instrumento do autoritarismo, estão agora invocando esse instrumento do autoritarismo para esmagar a vontade dos trabalhadores.

Srs. Constituintes, Sras. Constituintes, vamos entrar numa crise muito séria. O que há por trás dessas medidas de colocar o Poder Legislativo sob a dependência do Executivo? É que eles querem que sejamos, que os constituintes sejam parceiros da maior crise que este país vai conhecer. A inflação no mês de janeiro foi de 17%, a inflação de fevereiro é estimada em 22%. A rigor, o que se pretende com isso? É fazer com que sejamos parceiros dessa crise e, mais do que isso, que os trabalhadores sejam obrigados a pagar, como sempre o fizeram, pelo desacerto das medidas unilaterais, pelo desacerto do Plano Cruzado, que não modificou nada da desumanidade das relações do capital e trabalho. O Conselho Monetário Nacional se reuniu várias vezes para tratar do problema dos coitadinhos dos banqueiros que tiveram os seus lucros imensos modificados. Em nenhum momento, esse Conselho Monetário Nacional se reuniu para tratar do problema de 150 mil trabalhadores que foram colocados no olho da rua.



Sr. Presidente, o desafio agora é o seguinte: não se trata de fazer uma Constituição bem feita, não se trata de uma boa feitura jurídica de uma Constituição, mas se trata de saber se os parlamentares federais vão ter a sensibilidade de assimilar as perspectivas e as prioridades populares.

Sr. Presidente, termino contando aos Srs. Constituintes uma pequena história, e peço vênica de tempo para ela.

Sr. Presidente, de certa feita um advogado, um doutor em leis se aproximou do Carpinteiro de Nazaré e lhe perguntou: “O que hei de fazer para garantir a vida eterna?” E o Carpinteiro de Nazaré lhe perguntou se conhecia a lei. E estamos em funções de fazer uma lei, Sr. Presidente. E aquele advogado, aquele doutor em leis repetiu a lei: “Amar o Senhor, teu Deus, e a teu próximo como a ti mesmo.” O Carpinteiro lhe disse, então: “Faz isso e viverás!” Mas, de repente, aquele advogado que queria embaraçar o Carpinteiro de Nazaré disse o seguinte: “Quem é o meu próximo?” É uma pergunta que devia angustiar os Srs. Constituintes. E o Senhor Jesus, que não era dado a especulação filosóficas, contou àquele advogado uma história: alguém ia pela estrada de Jerusalém a Jericó e foi atacado por bandidos, ficou profundamente ferido, e passou por aquele lugar um sacerdote – talvez um padre católico, ou um protestante, ou um rabino dos nossos dias – e, vendo aquele homem ferido à beira da estrada, passou ao largo; depois passou um levita – talvez um representante do INPS – e também passou ao largo; finalmente, passou um pária da sociedade, um homem que estava, na escala social, colocado em último lugar – talvez um favelado dos nossos dias, Sr. Presidente –, e aquele homem foi que cuidou daquele ferido.

O importante, agora que estamos fazendo as leis, não é buscar os doutores em lei, um eminente jurista, como, por exemplo, Affonso Ari-nos. O importante agora é que, se procurarmos as doutrinas jurídicas bem feitas, o aspecto formal da formação da Constituinte, vamos perder a nossa sensibilidade para assimilar a perspectiva dos setores oprimidos, os grandes ausentes deste processo constituinte.

---

## CONSTITUINTE NÃO PODE LEGITIMAR RESÍDUOS AUTORITÁRIOS<sup>137</sup>

*Discursa sobre a tentativa de introdução de resíduos autoritários na Assembléia Nacional Constituinte e comenta o pronunciamento do presidente da República, José Sarney, sobre o período do mandato presidencial e sua decisão de permanecer no cargo por cinco anos.*

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, estamos aqui sob o impacto de recentes acontecimentos que são intimamente entrelaçados e que gostaria de submeter à apreciação desta Assembléia Nacional Constituinte. Foi, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, feita uma tentativa para a quebra do monopólio estatal do petróleo. Alguns relatórios foram feitos em gabinetes militares; houve um ato imperial do presidente da República para abafar o escândalo da concorrência da ferrovia; houve uma tentativa, felizmente repelida pela Mesa, de substituir a brava constituinte Cristina Tavares do cargo de relatora. Qual é a relação entre esses fatos? Qual é a relação entre esses fatos e os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte?

Srs. e Sras. Constituintes, o ato de ventriloquismo militar praticado, canhestramente, por Sarney tenta impedir um planejamento mais sério e mais profundo de nova estrutura constitucional, no atual processo de reconstrução do Estado democrático.

Pronunciamentos militares não podem mais consolidar ou destruir mandatos; muito menos o do presidente da República.

Inadmissível, para os constituintes livres, permitir a utilização dos mecanismos democráticos da Assembléia Nacional Constituinte para legitimar resíduos autoritários.

O que não podemos, como parlamentares, é admitir que um clima de medo e de ameaças se reimplante no país; que um clima de suspeita e de injustificável covardia novamente aflija os políticos brasileiros, principalmente aqueles que se reúnem para a elaboração da nova Constituição.

<sup>137</sup> Publicado no *Diário da Assembléia Nacional Constituinte* de 20 de junho de 1987, p. 2832.

Recentes pronunciamentos de dirigentes das Forças Armadas e a manifestação imperial de Sarney pretendem manter um Congresso Constituinte supervisionado. Essa “supervisão” e a lamentável subserviência do Legislativo ao Executivo poderão traduzir-se na manutenção de uma lei e de uma ordem pautada segundo a perspectiva de uns poucos que mantêm o controle do país há longos anos, e que não foram capazes de resolver as contradições da sociedade brasileira. Ao contrário, contribuíram para seu agravamento.

Essa “supervisão”, essa tutela, ostensiva ou não, tem impedido, nos últimos anos, a organização de uma sociedade democrática, e mantido um Congresso expurgado, com poderes limitados e profundamente viciado em sua constituição pelos abusos do poder econômico e pela corrupção.

Em relação ao pronunciamento do presidente José Sarney, gostaria de chamar a atenção desta Assembléia Nacional Constituinte para os últimos acontecimentos que, de certa forma, preocupam e preocuparam a Nação, e sobre os quais há que se prestar cuidadosa atenção.

A decisão do Sr. Presidente da República de permanecer por cinco anos e a rígida fiscalização das nomeações para os cargos públicos são acontecimentos, como todos sabem, intimamente relacionados. Na verdade, uma análise mais cuidadosa revelará que estão intrinsecamente ligados e revelam que não são atitudes nem novas, nem surpreendentes, partindo de onde partiram. Em relação ao primeiro ponto, ou seja, a decisão imperial do mandato de cinco anos, convém, de início, realçar o espanto que causou a muitos observadores políticos, do jornalismo, da intelectualidade e dos setores populares, o pronunciamento do presidente à televisão. Isso porque o dirigente maior do país “negocia” com “desambição” sua permanência no poder, no momento mesmo em que uma Assembléia Nacional Constituinte trabalha na elaboração de sua lei fundamental.

Sua primeira justificativa é a de que a indefinição do tempo de seu mandato estava prejudicando o país e é a principal responsável pela crise política e econômica que se abateu sobre todos nós. Não estou muito preocupado com a falácia da argumentação; sua fragilidade não dá nem para encobrir, de leve, os fracassos dos Planos Cruzados I e II, e muito menos a incapacidade de resolver uma crise ministerial.

Na verdade, estou apreensivo em relação ao que significa este estorçado brado com a intenção de encerrar um debate através de decreto imperial. Quem estaria por trás dessa repentina força e dessa desesperada tentativa de repelir a discussão e o debate que, diga-se de passagem, são perfeitamente naturais numa democracia? Tudo indica que não passa de mais um conchavo, feito às escondidas, com os militares e representantes das velhas forças econômicas que ainda comandam este país.

É óbvio que a tênue aliança que respalda, ao mesmo tempo fragiliza, a cada dia que passa, os grupos que apoiaram Tancredo Neves. É bom repetir: os grupos que apoiaram Tancredo Neves no Colégio Eleitoral, fizeram-no como uma atitude tática, para permitir o avanço da democracia; mas todos sabemos que essa era uma atitude provisória, como bem demonstra o impasse em que se encontra o próprio PMDB neste instante.

De qualquer maneira, fica claro, em relação a tudo isso, que o diálogo com os políticos – e principalmente o debate com os parlamentares – se enfraquece através de casuísmos baratos, que diminuem, em muito, a ação política. A destituição da constituinte Cristina Tavares, os relatórios fantasmas; tudo isso está-se fazendo quase uma norma rotineira. Felizmente, Sr. Presidente, estamos observando que há uma reação muito sadia das forças vivas do PMDB.

Não sabemos ao certo o peso dessas ligações e consultas secretas entre os militares e as forças que dominam este país. Entretanto, não podemos, como parlamentares, admitir que um clima de medo e ameaças se reimplante. A todo instante ouvimos dizer que há uma possibilidade de retrocesso, há o perigo de nova intervenção militar; e a Assembléia Nacional Constituinte começa a debater dentro desse clima.

Seria preferível abandonar de uma vez o Congresso a permitir que um clima de suspeita e de covardia novamente afligisse os políticos brasileiros, principalmente aqueles que se reúnem para a elaboração da nova Constituição. Não acredito que isto possa acontecer, mas é preciso apagar os efeitos que a mera suspeita está gerando. Somos parlamentares e constituintes, e não crianças amedrontadas a um simples arregaço presidencial ou militar.

O segundo ponto – como disse anteriormente – está muito ligado à primeira atitude do presidente. Eu diria até que são faces da mesma moeda aperfeiçoada na ditadura; trata-se da velha política de despojos,

tão cara ao período dos velhos coronéis (e não menciono isto acidentalmente) e que se expressa agora nas ameaças abertas e na maneira de preencher os cargos públicos.

Pelo que se está falando pela imprensa, só se preenchem os cargos públicos na medida em que há uma troca de favores e de apoio a um mandato presidencial prolongado.

A troca de nomeações pela ampliação dos anos de mandato do presidente faz retroceder em mais de trinta anos a atividade política nacional. Roberto Campos, essa velha figura do regime militar, disse, em recente declaração à imprensa, que isso é natural, uma vez que estamos aqui para lutar por espaços.

Quando ele falava em lutar por espaços, Sr. Presidente, na verdade se referia à troca de favores políticos, através da nomeação de funcionários públicos, sempre à custa do erário.

É muito bom que isso se configure com clareza, porque vamos definindo aos poucos quem é quem nesta Assembléia Nacional Constituinte.

Há, Sr. Presidente, aqueles que estão aqui para lutar pela alteração desses velhos mecanismos, de maneira a permitir que diversos setores da população, em ampla maioria, ocupem esses espaços. É esta a alteração básica, e não a simples mudança de lado dos mesmos que ocupam o poder. O que buscam é a introdução clara e inequívoca de setores que jamais alcançaram esse poder, mas precisam participar deste momento importante da vida nacional. É o tempo apropriado para reconhecermos que o povo tem muito a dizer, com relevância e justiça.

E é isso que não quer entender o presidente da República quando corta a nomeação, por exemplo, de elemento indicado pelo senador Mário Covas a um cargo público, mostrando apenas a dimensão curta de sua atuação política, agora aparecendo com mais clareza. Mário Covas é um homem público de rara envergadura, de rara coragem e de raro equilíbrio; um político que honra esta Casa e que tem, ao longo de toda uma vida, mostrado estofo de estadista. Esta atitude menor, de toma-lá-dá-cá, ao fim de tudo, nos envergonha a todos. Ainda assim a pergunta que paira é esta: qual tem sido a trajetória política do presidente Sarney?

---

Permitam-me, Srs. Constituintes, lembrar os fatos recentes e outros um pouco mais distantes. Os mais recentes se reportam à maneira com que Sarney chegou ao poder: uma aliança frágil e provisória em torno de uma oportunidade que se apresentou em Tancredo Neves e serviria para essa transição, desde que fosse encarada como tal – como uma transição.

Proveniente Sarney de uma trajetória no PDS, onde, na verdade, se encontram seus pares e companheiros de ideário político, o atual presidente consegue engajar-se próximo ao topo da articulação política. Não só não foi inspirador como também não foi colaborador do impulso rumo à democracia e às eleições. Quis o destino, Sr. Presidente, que as coisas se desenrolassem como, afinal, se deram. Só haveria uma maneira de conseguir um pouco de legitimidade para essa sucessão de arranjos: o firme propósito de servir à Nação, impulsionando e agilizando a implantação plena da democracia, com eleições diretas e apoio à Assembléia Nacional Constituinte, respeitando, ao máximo, a sua expressão e os seus anseios.

Se frágil estava o presidente quando se sentiu acuado pelos partidos, mais frágil e insignificante fica ao proferir ameaças, em nome – quem sabe? – de quais forças obscuras e retrógradas.

Quanto aos fatos distantes a que me referi, esses estão ligados à trajetória do político Sarney. Inicia sua vida sob as asas autoritárias e retrógradas de Victorino Freire; bandeia-se, em pouco tempo, para a “bossa nova” da UDN; refugia-se, após o golpe de 64, nas asas de Castello Branco e, como bem mostravam vários jornalistas, apoiou destacadamente as medidas do período autoritário.

Não podíamos esperar que agora se transformasse em campeão das lutas democráticas, embora tivesse oportunidade de fazê-lo. No entanto, esta já se perdeu. Por isso mesmo, não podemos mais dar-nos ao luxo da indignação e da surpresa. O riacho volta apenas ao seu leito natural: enfim, temos o Sarney que conhecíamos.

E o mandato do atual ocupante da Presidência da República – repetimos – não se consolidará através de pronunciamentos militares.

Poderá ganhar legitimidade, através da devolução imediata ao povo – o grande ausente do processo político – do elementar direito de escolher diretamente o presidente da República.

Esta renúncia à bionicidade ajudaria inclusive o Governo a enfrentar a crise econômica e política que o país está atravessando e que, ao que tudo indica, vai perdurar.

O que não é possível é alimentar a pretensão da utilização de uma instituição democrática – Assembléia Nacional Constituinte – para legitimar resíduos autoritários que, até agora, tornaram em uma grande falácia o princípio que ditadura alguma conseguiu arrancar das Constituições brasileiras: “Todo o poder emana do povo e em seu nome será exercido”.

Sr. Presidente, o nosso alerta diante dessas ameaças é porque estamos verificando que nas Comissões está-se discutindo, está-se debatendo, está-se conversando, estão sendo feitos dispositivos na base do medo e da ameaça da possibilidade de um retrocesso, de um golpe militar. É preciso repelir esse tipo de atitude. Os regimes de força, os regimes autoritários, sempre se fortalecem à medida que os democratas recuam. O pronunciamento de Sarney faz parte de uma série de atos destinados a tornar esta Constituição uma Constituição retrógrada, uma Constituição atrasada; e essa articulação de forças dentro do próprio PMDB, feita em troca de empregos, é uma vergonha para esta Assembléia Nacional Constituinte.

Tudo leva a crer, Sr. Presidente, que estamos debaixo dos mesmos atores, dos mesmos princípios, do mesmo sistema de espólio toma-lá-dá-cá; tantos empregos para o PFL, tantos empregos para os adesistas de sempre do PMDB.

Sr. Presidente, será que estamos engrandecendo os trabalhos desta Assembléia Nacional Constituinte? Será que estamos cumprindo o nosso mandato? Será que vamos continuar acovardados diante de uma Maioria eventual neste Congresso, que chegou aqui às custas de compra de mandatos? Temos, Sr. Presidente, esse tipo de responsabilidade. Temos esse tipo de dever para com o povo; um povo sofrido e maltratado e que anseia por ser representado através da legitimidade das eleições, sem o fantasma do abuso do poder, do poder econômico, sem a contumácia das eleições fraudadas e dos mecanismos que poluem o processo eleitoral. Sr. Presidente, há um fato novo nesta Assembléia Nacional Constituinte: o povo está presente, o povo está vigilante, o povo participa. Em nossa Comissão ouvimos mais de 475 entidades representativas do povo e, curiosamente, Sr. Presidente, desobedecemos ao art. 1º do Regimento desta Casa, que determina que só podemos fazer reuniões aqui, na

---

Assembléia Nacional Constituinte, no recinto do Congresso Nacional. Fizemos bem, Sr. Presidente, porque as propostas que vieram destes setores (exatamente aquelas que fundamentam nossa perspectiva de parlamentar), dos setores populares, se mostraram equilibradas, sensatas e sobretudo espelham esse tipo de perspectiva, esse tipo de prioridade.

Para isto queríamos chamar a atenção: estamos aqui, Srs. Constituintes, na função precípua de dotar este país de uma Constituição que não seja fruto da perspectiva dos parlamentares apenas, que não seja fruto da perspectiva de notáveis, e sim uma Constituição que possa, pouco a pouco, colocar o grande ausente – o povo brasileiro – dentro de um processo que realmente o represente e do qual realmente participe.

Essas, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, as minhas observações, ao repelir esse ventríloquíssimo militar do homem que ocupa, eventualmente, a Presidência da República sem haver jamais recebido o voto popular para esse tipo de exercício, e que quer, agora, ampliar, prolongar sua permanência no cargo.

Brasileiros de 45 anos nunca votaram no presidente da República; se Sarney permanecer, possivelmente brasileiros de 50 anos nunca exercerão esse ato elementar.

---



## O PROBLEMA É A AUSÊNCIA DO POVO<sup>138</sup>

---

*Apresenta proposta pela qual o projeto de Constituição votado pelo Plenário constituinte será submetido globalmente ao referendo da população eleitoral do país e, se rejeitado, a Assembléia Nacional Constituinte será dissolvida – “Todo o poder emana do povo e com ele será exercido”.*

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, ao se discutir qualquer sistema eleitoral, o que se busca, na realidade, é a apuração da vontade popular, através de processos mais legítimos e expurgados de vícios, corrupções e abusos do poder econômico.

Recentemente, o Sr. José Sarney pronunciou discurso “estendendo” o seu mandato para cinco anos.

É evidente que tal incursão no sistema eleitoral nada tem a ver com a vontade popular, mas foi reveladora, porque combinada com outras mais graves, como foi o rígido controle sobre as nomeações e votos de constituintes mais dóceis ao ato de ventriloquismo militar perpetrado por José Sarney.

Na verdade, este ato não constitui atitude nova nem surpreendente. Trata-se, afinal, do José Sarney que conhecíamos. Não são também novas nem surpreendentes as declarações do líder do Governo, ao decretar que se trata de “atos de rotina”, e também não é novo nem surpreendente o apoio de Roberto Campos, esta velha figura egressa da ditadura, que acha “natural”, uma vez que estamos aqui para ocupar espaços.

Quando falava em lutar por espaços, Sr. Presidente, na verdade ele se referia à troca de favores políticos, através de nomeações de funcionários públicos, sempre à custa do erário.

É muito bom que isso se configure com clareza, Srs. Constituintes, porque vamos definindo, pouco a pouco, quem é quem nesta Assembléia Nacional Constituinte.

---

<sup>138</sup> Publicado no *Diário da Assembléia Nacional Constituinte* de 19 de agosto de 1987, p. 4634.

Não podíamos esperar que o presidente se transformasse, de repente, em um campeão dos direitos e das lutas democráticas, embora até tivesse tempo para isso.

Entretanto, essa oportunidade se perdeu. Por isso mesmo, não podemos mais nos dar ao luxo de nos indignar e também de nos surpreender. O riacho voltou a seu leito natural: enfim, temos os mesmos atores que todos conhecíamos.

Todos sabemos que não foi o simples fato da compra, mas simplesmente um mecanismo, que teria sido um pouco defeituoso, através de uma falsificação grosseira.

Estou fazendo estas observações, estas coisas, Srs. e Sras. Constituintes, porque, na verdade, talvez tenhamos uma única maneira de legitimar a nossa presença aqui, ao fazermos uma Assembléia Nacional Constituinte. Esses métodos espúrios que foram e estão sendo utilizados, essa compra das consciências dóceis e até certa acomodação de elementos que, num passado recente, se constituíram em instrumento de luta contra a ditadura, contra o autoritarismo e contra a injustiça, tudo isso se revela e pode ser consertado, de certa forma, através de algumas medidas que eu gostaria de submeter à apreciação dos prezados constituintes aqui presentes.

Na verdade, o grande problema desta Assembléia Nacional Constituinte é a ausência do povo no seu processo; este é o fato mais marcante. Todo processo eleitoral que está sendo proposto, que está sendo sugerido, que está sendo, inclusive, confeccionado através, também, de um método espúrio de se reunir um grupo aqui, outro grupo acolá, e o relator mais adiante com outro grupo... na verdade, a Assembléia Nacional Constituinte não funciona de maneira aberta, clara, transparente para o público. Voltamos aos mesmos métodos políticos de trinta, quarenta anos atrás: distribuição dos espólios do poder, compra de consciências de deputados e senadores. É o mesmo sistema de trinta anos atrás. E o que isso tem a ver, agora, com sistema eleitoral? Tem a ver tudo! Estou propondo uma emenda que, repito, Srs. e Sras. Constituintes, é a realização de um plebiscito para que o povo tenha oportunidade de verificar como estão votando os Srs. e Sras. Constituintes, que, mesmo através de discursos de uma retórica, às vezes, surpreendentemente enérgica e avançada, na hora de votar, vão trair esses compromissos, votando para que haja uma participação do povo neste processo.

---

Esse plebiscito não pode ser um simples exercício, não pode ser uma simples emulação. Ele é submetido à apreciação do povo, para examinar a totalidade do projeto constituinte. E se o povo recusar? E se o povo não aceitar aquilo que estamos fazendo, muitas vezes, nas salas escondidas desta Assembléia Nacional Constituinte e até nos hotéis e nos apartamentos, porque não queremos discutir, de maneira clara, o que estamos querendo oferecer ao povo, aquilo que vai afetá-lo profundamente?

Essa desconfiança do povo poderia ser corrigida através de um plebiscito, um plebiscito com sanção. Se o povo recusasse as nossas propostas; se o povo entendesse que a nossa proposta de voto distrital era um instrumento de corrupção de curral eleitoral; se o povo entendesse que o dispositivo relativo à reforma agrária não tem nada a ver com as aspirações nacionais; se o povo entendesse que a estabilidade não é um privilégio do Ministério do Exército, mas sim uma conquista popular; se o povo entendesse, por exemplo, que essa dívida eterna não deve ser paga pelo povo, porque foi manipulada por um batedor de carteira norte-americano; se o povo entendesse que temos que lhe restituir o direito mínimo de uma participação e de uma justiça social, então, esse povo repudiaria ou aceitaria o trabalho que estávamos pretendendo que ele examinasse e que atingisse os altos objetivos para a sua proteção, para o seu engrandecimento e para a justiça social.

Notem bem, Srs. Constituintes, na verdade sempre se constituiu uma grande mentira aquela expressão de que “todo o poder emana do povo e em seu nome será exercido”. Nunca foi verdade neste país! Nunca foi verdade que “todos são iguais perante a lei”, nunca foi verdade que o salário mínimo é suficiente para as condições mínimas de sobrevivência do trabalhador. Tudo são mentiras e falácias! Então, esse plebiscito, esse *referendum*, essa homologação popular poderia colocar o povo de uma forma não ideal, ainda débil e tênue, para julgar o que estamos fazendo.

O Sr. Aldo Arantes – Concede-me V. Exa. um aparte?

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Pois não.

O Sr. Aldo Arantes – Concordo com as colocações de V.Exa., nobre constituinte Lysâneas Maciel. Sou da opinião de que, de fato, estamos vivendo uma situação altamente complicada com a instituição de uma Constituinte paralela, que está sendo feita à revelia dos trabalhos das Subcomissões, das Comissões Temáticas e da Comissão de Sistematização. Também partilho da opinião do nobre constituinte quanto

à necessidade da realização de um plebiscito. Aproveito a oportunidade deste aparte, já que o nobre constituinte Israel Pinheiro na verdade, não fez um debate, para levantar a V.Exa. e ao Plenário porque, na realidade, discutimos aqui uma questão de transcendental importância para a democracia brasileira. Querer raciocinar, no Brasil, nas condições históricas, econômicas e sociais da Nação, estabelecendo um paralelo com os países da Europa é, na verdade, nos enganarmos. O voto distrital, seja o voto distrital puro, seja o voto distrital misto, na verdade é a institucionalização da política do curral eleitoral. Não é outra coisa! Querer vir argumentar que o voto distrital repulsa a influência do poder do dinheiro, isso é piada. Tanto assim que todos os setores progressistas, todos os setores populares desta Casa, ou pelo menos a sua grande maioria, se colocam de forma determinada e firme contra o voto distrital. É bem verdade que o voto distrital puro aniquila as minorias, mas mesmo o voto distrital misto, o chamado voto distrital alemão, também cria sérias dificuldades para as minorias. Se não aniquila de uma vez por todas, é, na verdade, um voto que conduz à formação de dois, três ou quatro partidos quando muito, porque aquele percentual que sobrar e que for destinado às legendas partidárias irá somar para que tenham a sua representação. No entanto, os pequenos partidos não terão as suas Lideranças, porque será legenda partidária disputando com nomes de prestígio no distrito, o que praticamente inviabiliza a eleição de representantes pelos pequenos partidos. Terminando esse aparte, devo dizer que estranhamos muito porque, na verdade, a questão do voto distrital, primeiro, surgiu recentemente, pelas mãos do ditador general João Figueiredo e é necessário dizer isto claramente aqui: o general Figueiredo foi quem reintroduziu o voto distrital misto, inclusive, na forma em que está no anteprojeto; segundo, que essa problemática do voto distrital ressurgiu com força na medida em que se coloca, na Ordem do Dia, a questão do parlamentarismo. Então, o que se quer, na verdade, é um Parlamento reacionário, um Parlamento elitista, para estar a serviço das classes dominantes, para estar dócil aos interesses dos grupos econômicos. Muito obrigado e desculpe a extensão do aparte. Na verdade, eu queria fazer este aparte talvez menor ao nobre constituinte, como não o foi, peço desculpas por ter-me estendido.

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Chamaria a atenção para o fato de que não me quero deter na discussão sobre o voto distrital apenas. Sou contra o voto distrital, seja misto ou puro. Chamaria a atenção

do Sr. Constituinte para um aspecto muito mais importante; todos esses mecanismos que estão sendo oferecidos à Assembléia Nacional Constituinte são maneiras de impedir a participação popular, são maneiras para dificultar a participação popular. Evidentemente, são mecanismos que, na verdade, desvirtuam essa participação e a tornam cada vez mais distante. Por isso é que estou sugerindo não apenas o plebiscito, pois este imporia, de uma maneira mais clara e evidente, essa participação popular. E ainda chamaria a atenção do ilustre aparteante, o general Geisel e o general Figueiredo impuseram o voto de curral também no Nordeste: é o voto de qualidade, de acordo com a localização geográfica do eleitor. Um eleitor de Roraima tem um voto superior 27 vezes ao eleitor de São Paulo ou do Rio, ou mesmo dos distritos eleitorais da área de Minas Gerais. Então, veja V.Exa. que essa tentativa de colocar dentro de currais eleitorais, geográficos, distritais, já não é uma tentativa nova. Quando eu sugeri uma emenda para tornar o voto igual, alguém disse “mas que bobagem” porque o voto tem que ser igual mesmo. Mas não era, porque os militares queriam contrabalançar o voto politizado, o voto mais consciente do Sul, e, sem demérito aos nossos companheiros do Nordeste, queriam precisamente colocar esse voto valendo 20, 27 vezes mais que os dos eleitores do Sul. Para quê? Para contrabalançar um eleitorado que cada vez mais se elevava na consciência política, na consciência democrática e no levantamento de uma consciência até mesmo para as mudanças que inevitavelmente ocorrerão.

Na verdade, então, o que temos que examinar, aqui, é a metodologia que a ditadura e os seus remanescentes, as forças conservadoras e os seus adeptos, estão procurando fazer para que não haja, na verdade, o quê? A livre, a líquida, a inequívoca manifestação popular na escolha da representação popular. Então, criamos e apresentamos mais três mecanismos à Subcomissão da qual fizemos parte, que foram aprovados e poderiam de uma certa forma ajudar, porque voto neste país ainda é sinônimo de corrupção, poder econômico e manipulação de cargos. Agora, considera-se ato de rotina, a compra de consciências de constituintes para estender o mecanismo da “desambição de Sarney”, que baixou teoricamente o seu tempo de mandato “de seis para cinco anos”, tempo de mandato esse que existiu só na sua cabeça e na cabeça do ministro do Exército.

Há também outra medida que precisa ser tomada – a questão do voto destituínte ou voto revogatório do mandato do deputado ou senador que decline da confiança do eleitor, incorra em corrupção eleitoral

ou abuse do poder econômico. É o voto destituínte, é o *recall papers*, que foi sugerido e causou bastante irritação nas nossas Comissões, mas que, de certa forma, foi aprovado. Esse voto permite que o eleitor corrija os seus erros e as traições dos mandatários, a completa divergência entre a retórica, o discurso, e a atuação política nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (*Arnaldo Faria de Sá*) – A Mesa informa ao nobre orador que dispõe apenas de cinco minutos.

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Então, vejam V.Exas., esse parlamentar que muitas vezes comprou, muitas vezes corrompeu para adquirir esse mandato, poderia ter a correção através do próprio eleitorado, antes do término do prazo estipulado. Os eleitores, aos quais ele tem obrigação de prestar contas – vez que o mandato não é absoluto, indissolúvel, desligado das bases, pois tem permanente ligação com os eleitores –, verificando que os deputados e senadores não estavam cumprindo as suas promessas, não estavam cumprindo as suas obrigações, estavam traindo os seus mandatos, esses eleitores poderiam revogá-los, através de uma medida que se chama voto revogatório, voto destituínte, e não apenas no final do mandato, de quatro em quatro anos, quando o tempo passou e ficaram esquecidos os compromissos. Ainda mais, o prazo de prescrição dos crimes eleitorais não ficaria adstrito apenas àqueles prazos preclusivos, curtíssimos da época de eleição. É quase impossível examinar o crime eleitoral dentro dos prazos atualmente fixados pela lei. Então, o vereador, o deputado, o senador, qualquer mandatário poderia ter questionado o seu mandato se fosse apurado que abusou do poder econômico, que corrompeu eleitoralmente e que, enfim, tomou aquelas medidas, não naqueles prazos curtos. A terceira medida seria a eliminação de tratamento privilegiado de qualquer natureza, inclusive fiscal, jurisdicional e, até mesmo, relativo aos vencimentos dos membros das Forças Armadas, do Poder Legislativo e do Judiciário.

O Sr. José Genoíno – Permite V.Exa. um aparte?

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Com prazer, concedo o aparte ao eminente constituinte José Genoíno, pedindo a brevidade necessária.

O Sr. José Genoíno – Vou ser breve, porque não podemos, como diz V.Exa., discutir o sistema eleitoral apenas abordando a questão do voto, a maneira de votar. É necessário relacionar os vários fatores que interferem na vontade de o eleitor expressar o seu voto. Então, é necessário discutir três elementos básicos: sistema eleitoral, os meios de comunicação

de massa e o papel das Forças Armadas. Gostaria que os defensores do sistema distrital misto da Alemanha viessem a esta tribuna defender a legislação alemã sobre os critérios de concessão de rádio e televisão, que viessem aqui discutir os termos da Constituição alemã, sobre a destinação dos militares na sociedade. Peço a V.Exa. que me responda a uma pergunta – gostaria que o constituinte Israel Pinheiro a tivesse respondido, mas S.Exa. não me concedeu o aparte. Queria que a sua inteligência de citar a legislação alemã explicasse para esta Constituinte para onde foram os 4,5% dos votos dados ao Partido Verde em 1982, porque o coeficiente exigido era de 5%. Para onde foram esses votos? Certamente não foi para favorecer a minoria, porque o Partido Verde não colocou ninguém no Parlamento alemão. É exatamente isso que V.Exa. está colocando. O sistema eleitoral integra um conjunto de fatores que predeterminam a vontade do eleitor, no sentido de se condicionar a um regime fechado e oligárquico. Por isso, o voto distrital, mesmo com os enfeites do misto da Alemanha, vem apenas adocicar esse conservadorismo da aldeia, que faz com que o constituinte Israel Pinheiro tenha saudade da fraternidade aqui dentro, porque certamente será uma fraternidade da maioria oligárquica, que vai visitar os ministérios para atender os distritos, os municípios e os respectivos prefeitos.

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o que nos preocupa, de maneira especial, é que, de uma forma até mesmo angustiada, temos que ter em vista que camadas da população brasileira estão cada vez mais desesperadas por essa participação popular, mais angustiadas para que tenham a oportunidade, realmente, de influir nos destinos da Constituinte.

O SR. PRESIDENTE (*Arnaldo Faria de Sá*) – O tempo de V.Exa. já está concluído. Solicito termine o seu pronunciamento.

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Vou concluir, Sr. Presidente.

O doloroso é que todos participamos desse projeto e aceitamos as suas regras, sem darmos conta dessa angústia, desse desespero que ocorre em todo o país. Logo, essas medidas que aqui sugerimos que podem ser tomadas no devido tempo, com a devida presteza, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, e poderão minimizar essa falta de participação popular.

Notamos que, apesar de todas as limitações, de todas as dificuldades, ocorreu esse novo fenômeno do povo dentro dos corredores da Assembléia Nacional Constituinte, o povo fazendo emendas, o povo

sugerindo. E o que houve de desordem nisso, Sr. Presidente? O que houve de desestabilização, o que houve no fermento dos altos pruridos jurídicos, intelectuais que alguns ainda têm a pretensão de ter? Geralmente são coligados, geminados a uma insensibilidade para aquilo que deve ser realmente popular. Este será o saldo qualitativo que poderá ter esta Assembléia Nacional Constituinte: permitir ao povo que permeie a nossa ação. Não que o povo detenha a verdade absoluta, não que o povo seja dono também de todos os ensinamentos, mas que, na verdade, juntos tenhamos a humildade de entender que o povo está saindo da fase do bom senso para a do senso crítico, e compete a todos nós acelerar esse saldo qualitativo, e esta Assembléia Nacional Constituinte um dia será julgada pelo tempo e pela História. Tudo o que estamos fazendo aqui, Srs. Constituintes – principalmente constituintes da Maioria –, um dia será julgado; os nossos passos serão examinados, as nossas propostas medidas.

Então, um dia... não podemos afastar esses elementos inarredáveis que são o tempo e a História dos povos, elementos estes que estão, pouco a pouco, sendo empalmados pelo povo, e, hoje, verificamos, aqui, este fenômeno interessante: um dia aplaude o presidente da Assembléia Constituinte, quando faz S.Exa. uma proposta digna e meritória das “diretas-já”, e, no outro, vaia, quando percebe que aquele discurso, aquela retórica era só enquanto estava na Oposição.

Este povo tem consciência, Sr. Presidente; este povo está, pouco a pouco, demonstrando toda a sua capacidade política, e este fenômeno nós, os constituintes, não estamos percebendo, porque estamos fazendo parte de um projeto social, do qual aceitamos as regras, então, também somos partícipes, possivelmente de uma farsa, e um plebiscito pode ser uma comédia, se não for feito com uma sanção. E a sanção é esta: se tivermos a rejeição do povo na apresentação do Projeto da Assembléia Nacional Constituinte, não teremos o direito de fazer um novo projeto, deveremos perder a nossa condição de constituintes e submeter à vontade popular novos elementos, que construirão uma Carta afinada com os anseios populares.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

---



## O REGIME QUE AINDA NÃO FOI BANIDO<sup>139</sup>

---

*Denuncia a “permanência do regime civil-militar que não foi banido da vida brasileira, a manutenção dos militares na vida pública e a tentativa de militares em influenciar os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte”.*

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, agora que nos aproximamos de um momento crucial para a Assembléia Nacional Constituinte, eu gostaria de trazer à apreciação dos membros deste Parlamento alguns fatores que considero da maior importância para o desdobramento de uma Assembléia Nacional Constituinte livre e soberana. Ou nós elaboramos uma Constituição realmente com essas características, ou então não haverá futuro algum para o trabalho que nós estamos aqui realizando. E chamo a atenção para dois aspectos preponderantes que podem influenciar o nosso trabalho.

Há poucos dias, Sr. Presidente, tivemos aqui um fato espantoso: houve uma tentativa de falsificação de documentos para obtenção de empregos públicos, e o curioso e espantoso, Srs. Constituintes, é que em nenhum momento se discutiu a trágica maneira, a perniciosa, a cínica maneira como está sendo conduzido o aliciamento de votos nesta Assembléia Nacional Constituinte.

Discutiu-se se houve ou não falsificação de um memorando indicando pessoas para cargos em um determinado estado da Federação; discutiu-se se a assinatura era ou não falsa, mas em nenhum momento, Srs. Parlamentares, discutiu-se a imoralidade que significava a compra de votos nesta Assembléia Nacional Constituinte, para votar dessa ou daquela maneira. Chegamos ao ponto de discutir a arma do crime, mas não se discutiu o motivo principal do crime, que é montar, às escâncaras, um verdadeiro shopping center, do qual o caixa, o pagador é o líder do Governo nesta Assembléia Nacional Constituinte, que respondeu com esta frase incrível: “É um ato de rotina”. Sr. Presidente, a compra de consciência e dos votos de parlamentares nesta Casa é um ato de rotina.

---

<sup>139</sup> Publicado no *Diário da Assembléia Nacional Constituinte* de 3 de setembro de 1987, p. 5138.

A que ponto estamos baixando, a que ponto está envolvida a própria Presidência da República na condução dos assuntos, na condução do aliciamento de votos para determinar que se vote dessa ou daquela maneira, para determinar que se cumpram determinados fins sem que estes tenham alguma coisa a ver com a moralidade e os anseios do povo brasileiro.

Compram-se, Sr. Presidente, os votos, e isso é considerado pelo caixa pagador, o líder do Governo, como um ato de rotina.

Mas, há outro aspecto, Sr. Presidente, para o qual queria chamar a atenção dos membros da Assembléia Nacional Constituinte. Todos nós sabemos que um dos fatores que têm dificultado a ação livre e soberana é o prolongado envolvimento de um grupo de militares nos assuntos deste país e desta Nação. E tenho, em verdade, grande interesse de romper o fosso que existe entre as Forças Armadas e a sociedade civil, que tenta suplantar as dificuldades entre democracia e segurança nacional tão deturpados nos últimos 20 anos deste país.

O ato convocatório da Constituinte definiu esta Assembléia como “livre e soberana”.

Por outro lado a lei fundamental que rege seu funcionamento prevê o sobrestamento de medidas que possam ameaçar os trabalhos e as decisões soberanas da Assembléia Nacional Constituinte.

No entanto, antes de sua instalação, houve vários pronunciamentos militares sobre assuntos de exclusiva competência desta Assembléia.

Apresentamos, naquela ocasião, normas impedindo essa intromissão, mas o relator do Regimento drasticamente as repeliu, sob a alegação de que a proibição já constava dos regulamentos militares. Ocorreu, então uma escalada do “militarismo”, que transcende a esfera meramente militar.

A manutenção dessa interferência nos trabalhos não está se dando somente através de “recados” e “advertências”, quanto ao direito do voto, duração do mandato presidencial, orçamento, mas atinge até a questão da estabilidade, do salário e número de horas dos trabalhadores, e culminaram, Sr. Presidente, com declarações espantosas, de que não cumprirão certas normas constitucionais sobre a anistia se “vierem a ser aprovadas pela Assembléia Nacional Constituinte”.

---

Em qualquer país democrático, tal declaração implicaria imediata correção disciplinar e incapacitação para o exercício de investidura em qualquer grau de hierarquia.

O grave, entretanto, é que essa tutela, agora ostensiva, tem impedido nos últimos anos a organização de uma sociedade democrática, mantido, como no tempo dos expurgos e cassações, uma Assembléia Nacional Constituinte com poderes limitados e domesticados.

Estamos chegando a um ponto insuportável de condicionamentos, de subserviência (por medo ou simples fisiologismo), que sem dúvida estão impedindo um planejamento sério e livre da nova estrutura constitucional.

Um dos mais dignos constituintes que ora ilustram este Parlamento, o deputado Florestan Fernandes, observou, com muita propriedade:

“Em conseqüência, a Assembléia Nacional Constituinte funcionará dentro de um terreno minado, e a bitola de sua grandeza não procede de uma consciência constitucional intransigente, mas de uma consciência legislativa dócil, amolgada por duas décadas de subserviência à vontade do chefe militar supremo consagrado pela corporação.” (ALSN – *Folha de S. Paulo*, 26-7-1987.)

É certo que os elementos que constituem a Assembléia Nacional Constituinte, em termos de partidos, pessoas e grupos, têm mostrado essa tendência apontada pelo ilustre professor Fernandes. Mais ainda: é preciso acrescentar que a perplexidade que invade e perpassa toda a sociedade facilita articulações de fisiologismo e adaptações difíceis de imaginar em outro contexto.

Mas, Sr. Presidente, há um aspecto grave nesta conjuntura. Alguns observadores da política nacional não escondem o seu desapontamento para com a transferência de vários líderes que, no passado, se notabilizaram pelo combate ao poder autoritário, para o convívio com um Governo não só impopular mas nitidamente antipopular.

O que denunciam, com grande acerto, artigos como este de Florestan Fernandes, aqueles de Jânio de Freitas (*FSP* em 3-1-1987), Hermano Alves (*Jornal do Brasil*, 30-6-1987) e Marcondes Sampaio (*Jornal de Brasília*), é que não tivemos grandes modificações que justificassem essa aproximação, essa convivência com um Governo, repito, impopular e

antipopular. Está cada vez mais evidente que o “liberalismo” do atual ministro da Justiça, Paulo Brossard, não possuía bases sólidas. Não é possível atribuir-lhe somente modificações de seu temperamento provenientes das más companhias com quem no momento ele vive. O que vemos, com grande desgosto e desalento, é a desfiguração de velhos companheiros de lutas que, sob a justificativa de que, com o poder nas mãos, evitam maiores catástrofes, se entregam a uma prática política que os amolda a tudo aquilo que condenaram anteriormente.

É óbvio, por outro lado (o que agrava mais ainda a natureza desta aliança), que os parlamentares não ignoram a permanência do regime civil-militar, que não foi banido da vida brasileira. A manutenção da influência dos militares na vida pública não se dá somente através dos “recados” e “advertências” que fazem vez por outra, quando alguém ou algum grupo parlamentar luta para incluir na Constituição determinado item, realmente progressista ou avançado em direção à democracia ou às reivindicações populares – mas é muito mais forte, Sr. Presidente, quando dão sustentação ao atual presidente, com tudo o que ele representa de retrógrado e conservador.

Em emenda que apresentei relativa às Forças Armadas, eu dizia o seguinte – notem bem:

“O período de transição do autoritarismo para a democracia, ora em curso, e a consolidação do regime democrático pressupõem que medidas sejam tomadas para neutralizar os fatores que têm conduzido as Forças Armadas ao papel de árbitro da crise e à tutela da sociedade civil.

Esse objetivo somente será alcançado quando todos os segmentos sociais, particularmente o dos militares, se comprometerem de que os conflitos decorrentes do processo político deverão ser resolvidos, exclusivamente, através de recursos oferecidos pelas franquias democráticas e pelo ordenamento jurídico, sem interferências estranhas e indesejáveis ao cenário político.”

É preciso constatar com clareza esses fatos para que não nos percamos em questões menores e de pouco alcance. Convém observar com toda atenção que o que permanece, neste país, é a visão da Escola Superior de Guerra, voltada para a construção de um Brasil-Potência-Militar que não pode permitir as mudanças estruturais necessárias à vida

nacional. Os grupos militares que empalmaram o poder não conseguiram evoluir dessa visão que vem dos tempos áureos de Golbery – o mesmo general que alugava e aluga suas estrelas às multinacionais –, mas que é uma ideologia de dominados. Não conseguem eles entender a dura realidade que aponta em outra direção: jamais alcançarão esse objetivo com as relações capital-trabalho que imperam em economias atrasadas. E a desumanidade maior do Plano Cruzado é que ele não modificou em nada o aspecto opressivo entre o capital e o trabalho. Não conseguem ver que seu aliado temporário, o empresariado nacional, necessita de mão-de-obra barata, mão-de-obra paga com moeda aviltada, para alcançar seus propósitos de lucro. Não se apercebem de que as desigualdades estão criando bolsões de pobreza que geram, em proporções arrasadoras, uma sub-raça mal nutrida, analfabeta e doente.

O Sr. Virgílio Guimarães – Permite V.Exa. um aparte?

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Pois não.

O Sr. Virgílio Guimarães – Constituinte Lysâneas Maciel, sem dúvida, a sociedade brasileira vive uma espécie de tutela militar, às vezes explícita e às vezes implícita. Agora mesmo, na Assembléia Nacional Constituinte, podemos constatar que um dos pontos que permanecem intocados por esses projetos que sucessivamente vêm sendo elaborados pelas Subcomissões, Comissões, Comissões Temática e de Sistematização, é a questão militar. Podemos afirmar, tranqüilamente, que, na sociedade brasileira, a nossa democracia é a da liberdade condicional, enquanto as Forças Armadas pairarem sobre nós com essa ideologia, com essa herança da ideologia da segurança nacional, herdada dessa malfadada Sorbonne brasileira. E a Assembléia Nacional Constituinte, até o momento, não tomou nenhuma atitude para alterar essa situação. Parece-me que não se pode falar em democracia, no Brasil, se não houver uma quebra desse espírito de corpo e desse tipo de pensamento militar. Seria necessário que esta Constituinte introduzisse algumas mudanças também no campo militar, tivesse a autonomia, a soberania e a coragem para fazer isso, introduzindo, por exemplo, algum tipo de comando superior que previsse a presença de representantes do Legislativo ou, por exemplo, a presença de representantes, eleitos na própria tropa, para politizar, no bom sentido, a corporação militar. Hoje ela é potilizada, mas através das suas cúpulas, ligadas a ideologias também de cúpulas da sociedade – as cúpulas econômicas, as classes dominantes – enquanto a base da corporação

militar faz parte da sociedade dominada, faz parte daqueles que só podem executar e nada pensar. É preciso que a Constituinte atente para isso, e há tempo, ainda, para se corrigir essa lacuna séria, porque do contrário continuaremos tendo, nas Forças Armadas, uma guardiã não do povo, mas dos interesses e dos privilégios das velhas classes dominantes.

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Exatamente. Com essa contradição. E será ótimo que as Forças Armadas entendam que essa é a ideologia dos dominados e nem sequer é dos dominadores.

Mas continuo, Sr. Presidente.

Em 1984, a revista *Isto É* chamava a atenção para o fato de que, sob a égide da segurança nacional, a mão-de-obra da indústria bélica e da informática se constituía numa espécie de “realeza”, de superclasse, que traria muitos problemas ao movimento sindical. (*Isto É*, 27-6-1984.)

Na verdade, as concessões especiais moldadas pelo autoritarismo permanecem fazendo com que a “casta” militar goze de excepcionalidades que contribuem mais ainda para a sua alienação e miopia.

Alguém já disse, com muita propriedade, que alguns que tomaram conta deste país, na esfera militar, provaram o gosto da mordomia, o gosto do sangue, e muito dificilmente largarão a oportunidade de continuar assim.

Trata-se de uma indústria que é lucrativa no começo para depois exigir um alto custo de reposição em função da rotatividade e aperfeiçoamento de armas, o que poderá onerar em excesso a indústria bélica. Temos que, no Congresso e na sociedade civil em geral, apontar essas questões. É um dever ainda acabar com o mito de que a indústria bélica, a indústria da morte, ajuda o desenvolvimento e reduz o desemprego.

Essa é outra das grandes balelas que se proclama quando nós produzimos mais canhões do que alimentação para o povo. Nenhum país com consciência democrática acredita mais, hoje, que a indústria bélica aumenta o emprego e permite o desenvolvimento.

Por causa dessas ligações e de sua percepção da realidade social é que os militares vêem nas reivindicações populares “desordem”, “desestabilidade”, “ameaças à democracia” e outros mitos que estão criando quando os trabalhadores reivindicam as suas teses legítimas.

---

Mas não estamos falando aqui de uma corporação que mantém insistentemente uma visão deturpada pelo seu isolamento e leis próprias, mas de um grupamento social que está intimamente associado ao poder e que transfere sua visão a um Governo cuja ilegitimidade se agrava com a crescente impopularidade.

Não podemos nos iludir mais: as forças progressistas têm de atuar com maior clareza na desmistificação desse quadro. A chamada lenta e gradual transição não tem outro significado que a manutenção do poder e da influência dos militares. Aliás, convém recordar que os golpistas só vão até o golpe. É uma coisa curiosa: são incapazes de transmitir e de abrir perspectivas para uma verdadeira proposta de desenvolvimento. É claro que, em determinados acontecimentos, seus interesses se confundem com os da burguesia nacional, mas não convém que sejam considerados como uma expressão única, de posições idênticas. Embora haja atitudes semelhantes que apontam para uma coincidência de interesses, é problemático considerar os militares, os industriais e latifundiários como força política única e indissolúvel. No momento, nós os vemos juntos a se expressar na Constituinte em questões como reforma agrária, jornada de trabalho, segurança e estabilidade de emprego – como, aliás, o próprio ministro da Guerra demonstrou outro dia –, mas confundirlos é um erro.

Então, é preciso chamar a atenção para essa configuração incômoda em que se transformaram as Forças Armadas hoje. O excesso de poder, a possibilidade de coerção e o abuso de autoridade se tornam tão corriqueiros que sua posição é, além de antidemocrática, uma ameaça constante aos avanços possíveis da Constituinte, conforme Hélio Pellegrino, em artigo do *Jornal do Brasil* do dia 29-6-1987, chama, com acuidade, a atenção para esse fato:

“A hipertrofia do poder militar desaguou afinal numa hiperplasia estável e autojustificável, fechada em si mesma, prenhe de uma suficiência que a transformou num anacronismo histórico.”

Não podemos fechar os olhos para a crueza dessa constatação. Há indícios claros de que essa hipertrofia do militarismo se tem manifestado nos corredores da Constituinte, o que é largamente difundido pela imprensa. Os progressistas da política “realista”, às vezes, inocentemente, esquecem-se de que, sem o afastamento do militarismo, a elaboração da Carta Maior está se tornando uma verdadeira farsa.

Não combato os militares numa atitude maniqueísta, considerando-os como espectro ou configuração do mal, mas sim o militarismo como se expressa no país e na América Latina em geral. Está muito presente em nossa memória a declaração do general Figueiredo, que ocupava a Presidência da República quando, em entrevista pela televisão, disse que na caserna se falava da Pátria e, na política, só se buscavam os interesses pessoais. Essa declaração depois de 20 anos de ditadura militar, em que vários representantes das Forças Armadas se envolveram em corrupção e abuso de poder, chega a ser constrangedora, mas ao mesmo tempo mostra como parte das Forças Armadas se vêem em relação ao restante da sociedade.

Isso se dá em relação às corporações em geral, mas é uma constatação freqüente nos Estados Unidos, como atestam os últimos escândalos do caso Irã-contras, cujos resultados práticos afetam a soberania de todos os países da América Latina: desde que se sigam as regras de obediência à hierarquia – estou chamando a atenção dos Srs. Constituintes para a desobediência devida – desde que se sigam as regras da obediência à hierarquia, cessa a responsabilidade ética para com a sociedade civil. Se não for assim, como entender as constantes ameaças, os 20 anos de fracassos administrativos que incluem, em larga escala, a corrupção escancarada?

“Não acredito que se possa encontrar, em toda a face da terra, outra instituição que tenha produzido tantos homens falsos e ingratos quanto os que emanaram desta instituição.”

Essas palavras foram proferidas em 1863 pelo senador republicano B. F. Wade, de Ohio, a respeito da Academia Militar de West Point, e citadas por Gore Vidal em artigo para o *The New York Review of Books* em 1973, que acrescenta:

“Não gostam de civis; seu desprezo pelos políticos” – e Figueiredo é uma expressão clara disso – “é praticamente tão absoluto quanto sua ignorância das instituições do país que supostamente servem depois do dever, depois da honra.” (Gore Vidal – “De fato e de ficção”.)

O Sr. Florestan Fernandes – V.Exa. me concede um aparte?

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Concedo o aparte.

O Sr. Florestan Fernandes – Não quero fazer um aparte, mas um elogio a V.Exa., por sua coragem e integridade em trazer aqui, com toda a clareza, um assunto que deveria nos tocar fundo e, ao mesmo tempo,



levar-nos a agir como constituintes, defendendo a soberania desta Casa, a sua autonomia perante essa fonte de poder escabrosa, que ditou, em uma das Subcomissões, qual deveria ser o conteúdo do relatório, e está, ao mesmo tempo, limitando a nossa capacidade de agir, inclusive sobre assuntos que são de competência militar. Parabéns a V.Exa.

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Agradeço e incorporo...

O SR. PRESIDENTE (*Mário Maia*) – A Mesa encarece ao orador concluir o discurso, porque o tempo já está ultrapassado.

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Agradeço as observações de um dos mais ilustres parlamentares – eu não diria professor de outrora, mas de sempre –, que está dando a sua contribuição para que nós consigamos elaborar uma Constituição que realmente atenda aos anseios do povo brasileiro.

V.Exa. foi um dos perseguidos por esse regime militar somente por causa do seu amor à Pátria, inclusive talvez por causa de sua cultura e compromisso com as mudanças, o que é intolerável para os regimes autoritários. Honra-me a generosa observação de V.Exa.

Mas, Sr. Presidente, convém ainda acrescentar que os oficiais de West Point contribuíram largamente para difundir a ideologia de segurança nacional, encampada quase sem matizes próprios pela Escola Superior de Guerra. “Pelo mundo todo, os egressos de West Point estão fabricando elites militares treinadas não para lutar na guerra, mas para lutar contra aqueles que gostariam de aumentar a democracia em seus próprios países.” (Ainda Gore Vidal, mesmo texto.)

Mas gostaria de concluir esta parte chamando a atenção para o fato de que é preciso cortar pela raiz esse intervencionismo na vida política do país. Por outro lado, seria muito bom ter os militares todos votando, sendo votados, participando de todas as facetas da vida nacional, não como corporação privilegiada, mas sim como cidadãos da República, através de nossas instituições e espaços apropriados.

Quanto à segurança nacional, é preciso repetir que não se dará através do reforço do orçamento das Forças Armadas. Construímos submarinos nucleares, Sr. Presidente, construímos agora um AMX. Construímos vários tipos de armamento num país que vive miseravelmente com 40 milhões de pessoas em estado de miséria absoluta; mas o que é preciso é construir um programa de desenvolvimento que

implique distribuição de justiça e de oportunidades. Logo, precisamos retirar de nossas cabeças – para conseguir elaborar uma Constituição digna e equilibrada – a incômoda, ilegal e anticonstitucional intervenção militar.

Termino então meu pronunciamento, Sr. Presidente, citando as palavras de um maranhense – outro que não este que ocupa a Presidência da República –, de um juiz de Direito, depois desembargador, e finalmente, presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão. Foram dirigidas a um filho, então cadete, que as considera o vade-mécum de sua vida militar. Rui Moreira Lima, que é hoje coronel-aviador cassado, humilhado, e autor de um livro sobre a missão da FAB na 2ª Guerra Mundial. Rui Moreira Lima, um cidadão humilhado pelo regime militar, um cidadão que, até para ir ao banheiro, era obrigado a fazê-lo sob a ponta de baionetas, simplesmente porque pretendia defender os interesses legítimos da Nação brasileira.

Dizia o pai deste cidadão:

“Sê patriota verdadeiro e não te esqueças de que a força somente deve ser empregada a serviço do Direito. O povo desarmado...” – um civil falando para um militar, ele era cadete nessa época – “O povo desarmado merece o respeito das Forças Armadas. Estas não devem esquecer que é esse povo que deve inspirá-las nos momentos graves e decisivos. Nos momentos de loucura coletiva, deves ser prudente, não atentando contra a vida dos teus concidadãos. O soldado não pode ser covarde, nem fanfarrão. A honra é para ele um imperativo e nunca deve ser mal compreendida. O soldado não conspira contra as instituições pelas quais jurou fidelidade. Se o fizer, trai os seus companheiros e pode desgraçar a Nação.”

Palavras proféticas do pai de um patriota que hoje não tem o direito, sequer, de usar o seu grau hierárquico, porque o grupo que empalmou o poder, a serviço de interesses fora do país, não permite que esses patriotas exerçam, com dignidade, a sua opção, a sua vocação e o seu interesse pelo Brasil.

Muito obrigado.

---

## A CRISE DE IDENTIDADE E OS ARRANJOS IDEOLÓGICOS<sup>140</sup>

---

*Manifesta sua inquietação causada pela “crise de identidade” vivida por partidos políticos, em particular pelo PMDB, “um partido que se desfigura e que avança a passos largos em direção ao conservadorismo e às atitudes antipopulares e ao próprio fisiologismo”.*

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, raríssimos mas de qualidade, como o ilustre senador do Rio Grande do Sul, estamos num momento bastante difícil para a Constituinte, e creio que houve até um certo avanço em relação à segunda proposta feita pelo relator, que foi de um retrocesso tremendo, a qual agora o Plenário da Comissão de Sistematização pode corrigir e até está fazendo, em parte.

Nesta hora crítica, gostaria de falar a respeito da crise de identidade de vários partidos, sobretudo do PMDB, que é o partido majoritário, e lembrar aos elementos do PMDB, aos elementos democráticos de outros partidos, àqueles que têm anseios pelas mudanças, uma expressão de um ilustre homem público, que fez parte de uma ditadura militar, essa última, que saiu dela no momento que percebeu as distorções. Disse o seguinte o senador Milton Campos, que era ministro da Justiça:

“A fidelidade aos princípios é o único meio de evitar que o homem público adote passivamente as idéias de sua posição em vez de, como lhe compete, tomar sempre a posição de suas idéias.” (Milton Campos – *Compromisso democrático* – p. 389.)

Isso significa que, nesses entreveros menores que há aí em relação à fisiologia tremenda, à troca de cargos por posições, é muito bom lembrar que este homem, em determinado momento, era ministro da Justiça e saiu para não trair os compromissos de suas idéias, e não o compromisso que tinha em relação ao Ministério da Justiça.

---

<sup>140</sup> Publicado no *Diário da Assembléia Nacional Constituinte* de 1º de outubro de 1987, p. 5341. Transformado no artigo “O PMDB, a crise de identidade e os covardes”, publicado na *Folha de S. Paulo* de 19 de outubro de 1987, p. A-3.

Em meio a tantas articulações e face à velocidade com que os acontecimentos políticos se sucedem hoje, temos deixado de lado alguns aspectos importantes de nossas atividades e de nossos compromissos partidários. Os atropelos da própria elaboração da Carta, as intensas negociações que caracterizam esses momentos, a pressão dos diferentes *lobbies* e as reivindicações de companheiros de luta, têm deixado de lado uma questão que não podemos ignorar em face da magnitude de suas conseqüências e em função de seu significado para as camadas oprimidas de nossa sociedade: trata-se do problema da descaracterização de um número bastante grande de políticos de certo peso e importância para a vida nacional e a definição mais clara do quadro partidário em nosso país.

Isso ocorre de maneira mais dramática no PMDB, mas não deixa de mostrar seus desastrosos efeitos em outros partidos considerados progressistas. Como a situação, no entanto, é mais grave no partido majoritário, nossas ponderações se dirigem principalmente aos antigos companheiros que se encontram em suas fileiras, notadamente àqueles cuja trajetória política sempre se pautou por um compromisso inequívoco com os setores populares e seus interesses.

Rememoremos: em determinado momento de nossa conjuntura política foram feitas alianças (as possíveis naquele período) para que se apressasse o processo de democratização e o banimento do regime autoritário. Os resultados das eleições foram surpreendentes, numa clara demonstração de que o povo também ansiava por essas mudanças e pelo fim dos governos militares.

Isso demonstrou que a aliança era necessária, e as articulações vitoriosas uma necessidade. Juntaram-se várias forças e setores da sociedade numa união política que logrou resultados alentadores para o país, e as aspirações populares pareciam reencontrar um clima que propiciasse sua ascensão e sua participação mais intensa. Com a evolução dos acontecimentos – o “possível”, como era de se esperar da diversificação de interesses que inevitavelmente deveria ocorrer, dada a diversidade de sua composição – os elementos que se uniram em torno do afastamento dos setores militares e também os setores civis que apoiaram em busca das eleições diretas não tinham maiores afinidades que essas, o que seria cada vez mais evidenciado pelas atitudes políticas subseqüentes e pela inserção que têm na própria sociedade.

---

Temos, então, um partido que abriga todos os setores da sociedade, o PMDB, e acoberta desde posições inequívocas de esquerda até fascistas da nova configuração política. É claro que a continuidade destes arranjos é impossível e sua deterioração é algo que se torna palpável a cada dia, mas a pergunta, um tanto angustiante, que temos de fazer é: quem sairá perdendo com a permanência de uma situação insustentável como essa? Isto é: além do povo, que se sente traído, quem estaria sendo trágado por uma situação indesejável sob vários aspectos? O PMDB conseguiu ser o carro-chefe na batalha que resultou num avanço que todos desejavam, mas, logo em seguida, viu-se Governo, e um Governo que avança a passos largos em direção ao conservadorismo e às atitudes antipopulares e ao próprio fisiologismo.

Sarney se atrelou, de forma muito clara, aos bolsões conservadores e militares (dos quais é, gradativamente, o porta-voz) e caminha para uma administração voltada aos interesses das classes dominantes e na direção da bancarrota administrativa, sacrificando impiedosamente as camadas médias e os setores populares de forma nunca vista em nosso país. Creio que nem os conservadores de bom senso desejam o quadro que aí está.

Não estou, no entanto, interessado, neste momento, no desespero dos conservadores com o Governo, mas sim nos parlamentares que, de certa maneira, estão sofrendo desgaste político em função de sua permanência num partido que se desfigura e que compactua com uma situação que não sancionaria, se fossem mantidas as características que desenvolveu ao longo de uma sofrida e intensa luta contra a ditadura e o arbítrio. Que o PMDB perca as suas características, que se desfigure a cada dia que passa, é algo a que já nos acostumamos, mas sentimos; e lamentamos também. Mas que alguns homens sérios e comprometidos com as propostas de transformação da sociedade se percam trágados pelas jogadas políticas imediatistas é o que nos consterna e entristece. Vejam bem que não estamos falando dos habituais trânsfugas da vida política brasileira, mas de homens de valor e que sempre pautaram suas atividades por este comprometimento com os avanços e as conquistas populares.

Pode parecer que nos imiscuímos em assuntos internos de outro partido, mas esta não é minha intenção. O que me preocupa é a perda destes companheiros através do esvaziamento da legitimidade que

conseguiram através de tantos anos de luta árdua e perigosa. Não falo em meu próprio nome somente, mas no de vários setores e bases populares que têm levantado o problema todas as vezes que nos encontramos.

Os resultados práticos já se fazem sentir de maneira assustadoramente sub-reptícia: várias corifeus da política “realista” se apressam em representar os setores militares, normalmente para dizer que ou obedecemos ou provocaremos maiores desgraças, e assim prosseguem numa crescente adesão ao clima de ameaças e de medo que atestam o quanto fazem uma política equivocada e pusilânime. Não estão atentando para o fato de que, paulatinamente, fazem a política que lhes permitem e não aquela para a qual se elegeram. Não se dão conta de que colaboram com os setores reacionários no sentido de cercear os movimentos populares que, no país inteiro, continuam a luta pela liberação da opressão onde quer que ela se manifeste, como as associações de bairro, a luta pela terra, a luta sindical, as comunidades eclesiais de base e assim por diante.

A ação política feita nessa perspectiva não caminha na direção da escolha de uma atividade parlamentar possível, mas representa falta de sincronia com as articulações populares que estão em marcha, enfrentando dificuldades de toda a ordem e de várias procedências.

Ainda ontem estivemos com um grupo de sindicalistas que foram afastados de suas funções de direção sindical. Vários grupos foram afastados, e o ministro com o qual estivemos disse que a ordem de invasão foi dada na presença de membros do Executivo, muito embora manifestassem a sua oposição àquele fato. É esse o clima em que vivemos, em que o Executivo e os representantes do PMDB que estão no Governo não têm sequer a coragem de respeitar decisões judiciais nem os mandados de dirigentes sindicais.

Na verdade, por essas atitudes o Congresso se torna merecedor do descrédito que vem dos setores sociais menos favorecidos, em função das posições em que se colocam alguns de seus representantes. Não nos compete dizer quando o povo vai reivindicar. Estamos semeando, diga-se de passagem, uma verdadeira argamassa de desespero neste país. Sabemos que o povo vai se manifestar em um determinado momento, vai lutar pelos seus interesses. Mas teremos que nos colocar em sintonia com aquilo que faz e com as razões pelas quais esse povo luta. Nesse ponto há que se ser intransigente. Não cabe aos parlamentares protelar eternamente as conquistas democráticas em função do mau humor indevido do ministro

---

do Exército. A interpretação que faço dos fatos não pode ser vista como uma atitude imprudente, como blasonaria ou como reação provocadora. Não se pode esquecer que os militares, que tiveram por tantos anos o poder quase absoluto em suas mãos, foram diretamente responsáveis pelo descalabro administrativo e pela mencionada bancarrota econômica, sem falar numa corrupção galopante que existe no país.

Se o governo Sarney não fosse o que é, teria escolhido outros militares de melhor estirpe, que estariam ocupando cargos-comando numa perspectiva mais apropriada a sua função, ao invés de continuar a se imiscuir na vida política brasileira. Sua Excelência tem, nos setores militares, elementos da maior valia e do maior estofo democrático, mas preferiu escolher militares menores; militares que nunca tiveram qualquer passado de luta pela democratização, ou pelos interesses da soberania deste país.

A distorção é tão grande que não reconhecem o que fizeram ao longo de todos esses anos. Falta a alguns deles a humildade para voltar à sua corporação e aperfeiçoá-la na direção de maior utilidade pública. Competiria a um Governo democrático encontrar entre eles os que têm maior compromisso público, maior visão política e maior envergadura moral. Falei há poucos dias sobre as distorções que ocorrem nos setores militares, para mostrar o quanto ainda estão vivendo numa posição que não se coaduna com os tempos nem com as exigências da população. Vários congressistas mais atentos têm mencionado a continuidade das pressões e das ameaças. É preciso dar um basta definitivo nesta intromissão, nesta distorção democrática da vida política.

Se estamos cientes de que não interessa ao Governo Sarney o afastamento da perspectiva militarista, a tarefa principal compete às pessoas e grupos que têm maior independência e maior compromisso com as lutas dos trabalhadores; e é nessa acepção que nos preocupa o que fazem os “prudentes” ou “realistas” e os “comprometidos” de todos os matizes.

É preciso estar atento para outra realidade: a busca de cargos e de prestígio pode obscurecer as necessidades políticas mais prementes da população. Alie-se a isso o fato, mais penoso ainda, de que alguns antigos companheiros crêem que, alcançado o poder, poderiam eles mesmos promover as mudanças necessárias. Maior engano não poderia cometer o raciocínio distorcido. As mudanças devem ser feitas na perspectiva e no ritmo das aspirações populares e não permanecer ao

sabor da esperteza política de alguns homens, por mais brilhantes que se considerem ou, efetivamente, sejam. Não importam as posições que tenhamos assumido, uma coisa é indiscutível: não podemos trabalhar, por mais um dia sequer, sob ameaças, sob constrangimento de qualquer ordem. Uma das piores características das republiquetas latino-americanas é exatamente esta dos sucessivos golpes militares, impedindo o avanço das democracias que buscam seus rumos e sua continuidade.

Gostaria de acrescentar algo que considero da maior gravidade, mas creio que está na raiz de toda esta problemática: a questão dos diversos “arranjos” ideológicos que ponteiavam todas essas discussões. De uns tempos para cá, vários são os sintomas de um arrefecimento de compromisso por parte de muitos parlamentares no que tange aos setores populares. É preocupante o fato de que líderes incontestes de um tempo duro e perigoso tenham deixado esmaecer, aos poucos, a perspectiva com que ingressaram na política, quando exerceram, nos tempos da ditadura, uma ação que os recomenda e enobrece. Às vezes, ficamos espantados perante a televisão ou tendo nas mãos um jornal, quando nos deparamos com uma entrevista de um oposicionista antigo, agora ligado ao Governo, a discorrer sobre a atual conjuntura política ou os problemas nacionais. É espantosa a mudança de perspectiva e a alteração de seu aparelho conceitual. É óbvio que a época é outra e os tempos, sob certos aspectos, mudaram. Entendemos que a época do discurso esquerdista fácil e repleto de jargões vazios já passou, e a própria população oprimida se cansou de um palavrorio inútil e desligado da realidade; mas deixar de lado a constatação de que a pobreza aumenta, que os salários são aviltantes, que as invasões das fábricas são constantes, que o pobre não estuda e se alimenta só através do milagre é que assusta e frustra.

Uma vez que a situação de desespero cresce, que a fome endêmica se alastra e os setores desfavorecidos enfrentam uma situação de calamidade, não é possível concordar com este “realismo” distorcido, com esta convivência culposa. O que se tem de constatar em toda a sua crueza é que a tarefa da Oposição nunca foi tão necessária, nunca foi tão urgente. O PMDB continua a ser apenas o partido que insiste em estar próximo ao poder, na expectativa de que um de seus próceres alcance a Presidência da República ou de que mantenha alguns ministérios.

Convém dizer que, na atual aliança, Sarney é o mais autêntico – ainda que pareça incrível –, mais verdadeiro, porque o barco navega na direção em que sempre esteve, é o Sarney que conhecíamos. Mas o



mesmo não se pode dizer de alguns progressistas antigos que insistem em permanecer em suas fileiras. Da mesma forma, quando a UDR se propõe, ruidosamente, à defesa de velhos e surrados interesses, de maneira clara e direta, está mais autêntica do que aqueles que permanecem num partido que se aproxima a passos largos rumo ao abandono do compromisso com os setores populares articulados, para garantir o que ainda resta das relações populistas e exploradoras.

O que, afinal de contas, mudou? Será que se alterou a situação de exploração em que se encontra a grande maioria da população? Será que as classes dominantes deixaram de existir ou deixaram de lutar por seus interesses de lucro e de influência vencedora sobre o Estado? Não posso acreditar que a UDR seja o arroubo individual de um dos herdeiros do velho latifúndio goiano, possivelmente o homem que dá a senha para o assassinato dos camponeses (que por sinal tem uma trajetória conhecidíssima dos historiadores e daqueles que conviveram com seus desmandos), nem que os interesses das companhias de mineração não estejam por trás da questão das terras indígenas. O que vemos, em toda a sua crueza, é o atual delineamento da luta de classes que vem assumindo contornos cada vez mais nítidos, o que exigiria uma definição também mais clara do lado em que se encontram todos os políticos para que o povo possa tomar sua posição à medida que os conflitos surgirem. A limpidez da participação dos elementos conservadores deveria servir de alerta àqueles que, por pura conjuntura, se viram no Governo, quando na verdade sua atuação deveria ser uma atuação de opositores.

Se nem o regime mudou – é importante dizer isso –, é doloso agir como se o próprio sistema tivesse sofrido alterações. Não houve alteração alguma. De qualquer maneira, a atual configuração, no que tange ao Governo, é a que se deveria esperar como consequência de seus compromissos e não aquilo que, por simpatia ou “desambição”, assumisse qualquer outra posição. Poderíamos esperar, isto sim, que pelo menos se desatrelasse um pouco mais da tutela militar, mas isso não se deu. Ao contrário, tudo indica que a tarefa compete realmente à Oposição, que tem de exigir com mais vigor a implantação definitiva de um Governo civil que não aja acuado pela insatisfação da caserna.

Mais do que nunca, o avanço no sentido da democracia deve ser acelerado. Se não nos libertarmos do fantasma fardado e do avanço dos setores reacionários, deixaremos de cumprir com nossa tarefa de representantes dos setores populares.

Não foi acidentalmente que trouxe esta epígrafe. Um homem que era ministro da Justiça disse que a fidelidade aos princípios é o único meio de evitar que o homem público adote passivamente – e é isso que está acontecendo em nossos dias – as idéias de sua posição, ao invés de adotar, como lhe compete, a posição das suas idéias.

Este é um momento grave e que exige decisões corajosas. O povo tem dado seu recado na medida do possível e de suas forças; um recado inequívoco, mostrando para onde deveriam se dirigir as articulações dos parlamentares que dizem aqui estar para defender seus direitos. Seria este o momento adequado para insistir nas teses por que tanto lutaram, pelas quais tantos morreram. O que quero deixar claro é que a conjuntura exige maior fidelidade às lutas populares do que sinuosas articulações para não irritar os poderes constituídos, fardados ou não. Ainda mais, se não atentarmos para esses fatos, estamos correndo o risco de não produzir uma Constituição ao menos razoável, porque demos maior atenção aos mecanismos internos das lutas partidárias do que aos interesses reais do povo brasileiro em sua grande maioria.

Creio, Srs. Constituintes, que as cartas estão na mesa e que vários políticos estão sendo convocados a participar de uma luta pela mudança que recaminhe o processo de mudança. Todas as forças democráticas disponíveis devem concentrar-se no rumo destas conquistas.

Há esse desafio para nós na Assembléia Nacional Constituinte. Ou nós ficamos fiéis ao nosso real compromisso com aqueles que nos elegeram ou, então, mais uma vez eu queria alertar que nós estamos caminhando para fazer o estatuto das classes dominantes.

---

## OS MESMOS ATORES NO COMANDO DO ESPETÁCULO<sup>141</sup>

---

*Tece considerações sobre o avanço significativo das forças progressistas, embora não acredite que uma Constituição realmente avançada vá sair dos fornos do Congresso. Atribui ao “Centrão” a luta contra propostas de mudanças.*

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, as publicações nos jornais e os vários artigos que têm sido dados a público sobre o resultado dos primeiros embates na votação do Regimento Interno têm provocado muita discussão no sentido de qual a atitude do “Centrão” na Assembléia Nacional Constituinte. Há um artigo do jornalista Jânio de Freitas, publicado na *Folha de S. Paulo* de domingo, que faz uma análise sobre a famosa maioria do “Centrão”.

A propósito da discussão da Liderança do PFL com a Liderança do PMDB, convém notar que sempre tenho chamado a atenção aqui para o fato de que os mesmos atores de até pouco tempo estão hoje no comando do espetáculo, infelizmente circense, que se observa no Brasil a respeito da farsa democrática que está aqui instalada.

Observamos aqui hoje, por exemplo, como temos feito todos os dias, que, usando do mesmo entulho autoritário pelo mesmo beneficiário da ditadura, esse homem menor que se chama presidente Sarney está deixando na rua da amargura a existência de várias pessoas, simplesmente porque reivindicaram melhores condições de trabalhos, como é o caso do pessoal das comunicações.

Mas, Sr. Presidente, o que é centro? O que tem sido centro no Brasil? Tudo indica que estamos na reta final da elaboração da nova Carta Magna, com prazos praticamente vencidos e as articulações definidas para votação final. Com todas as dificuldades que ocorreram no decurso dos prazos de elaboração e votação da matéria até agora, não consigo deixar de constatar um avanço significativo das chamadas forças progressistas.

---

<sup>141</sup> Publicado no *Diário da Assembléia Nacional Constituinte* de 8 de janeiro de 1988, p. 6401. Transformado no artigo “O que é centro no Brasil?”, publicado na *Folha de S. Paulo* de 3 de fevereiro de 1988, p. A-3.

---

Talvez seja um paradoxo. Não o faço em função de esperar que uma Constituição realmente avançada vá sair dos fornos do Congresso, mas por considerar que a mudança da prática parlamentar já se anuncia. Em primeiro lugar, é preciso atentar para o fato de que as forças da sociedade têm aparecido com mais clareza perante a população e os cidadãos deste país e de uma forma que, talvez, jamais se tenham manifestado em nossa história.

Vemos hoje que essa publicação do *Correio Braziliense* está começando a preocupar porque estão sendo desnudados aqueles que fazem um determinado pronunciamento, que usam uma determinada retórica e que, na verdade, quando chegam aqui, na Assembléia Nacional Constituinte, têm um posicionamento inteiramente diverso ao levá-los à prática.

Os empresários, os banqueiros e os latifundiários estão com as mãos arregaçadas mostrando abertamente o que temem na futura Carta, alguns indo mais longe ao dizer “isto pode; isto não pode”, às vezes, respaldados por pronunciamentos militares.

Como os partidos, em sua atual formação, não representam nem o contingente que abrigam, com as poucas exceções conhecidas, é de esperar que, após a promulgação da Carta Magna, tenhamos uma redefinição que torne mais claros os componentes ideológicos dos seus participantes e que será, sem nenhuma dúvida, melhor do que os que temos agora.

Convém não se esquecer de que essa definição maior implica mais conhecimento do que se propõe, de quem propõe e de que armas se utiliza para alcançar seus objetivos.

Mesmo que o acontecimento com a Autolatina, apenas para citar um exemplo, tenha mostrado a tibieza do então ministro da Fazenda e do Governo em geral, atualmente mais atrapalhado e mais antipovo do que nunca, o que fica evidenciado é a desobediência civil, em alta escala, no momento mesmo em que se tenta recuperar a liberdade essencial para a classe trabalhadora.

Cumprе notar, Sr. Presidente, que, na época em que eles colocaram os tanques nas fábricas de Volta Redonda, era presidente da República o atual presidente Ulysses Guimarães e ministro do Trabalho, o Sr. Almir Pazzianotto. Quer dizer que não se tem ainda um controle da situação, o que se pode reclamar de uma maneira justa. Isso não impediu que, naquela mesma ocasião, um militar fardado, com cinquenta acompanhantes, invadissem uma prefeitura. E para quê? Para reclamar os mesmos

---

direitos que os trabalhadores estavam reivindicando e que esse homem atrabiliário e violento que ocupa o Ministério das Comunicações sequer lhes deu o direito de respeitar. Então, repito, vemos que esses banqueiros, latifundiários, empresários e os parlamentares que estão a seu serviço estão com as mangas arregaçadas, mostrando abertamente o que temem na futura Carta. Alguns indo mais longe, ao dizer “isto pode e isto não pode” dela constar. Como os partidos na sua atual formação não representam nem o contingente que abrigam, conforme já disse, temos agora uma situação mais perfeitamente definida. Convém não esquecer que mesmo todos esses incidentes que ocorreram aqui têm tido o condão de colocar a nu o que está acontecendo neste Parlamento e quais os parlamentares que aqui estão dizendo ser representantes do povo. Agora torna-se claro quais os únicos que não podem desobedecer e quais os que devem obedecer, mesmo através da miséria, da fome e do desespero em que estão mergulhados os trabalhadores brasileiros. Esses não podem nada reclamar. São colocados no olho da rua, sofrem os efeitos dos tanques, das pressões e da repressão policial.

Assim sendo, no capitalismo selvagem do Terceiro Mundo, a única fatia que resta ao trabalhador é a salvação de sua alma, e para isso já estão a postos os mercenários da salvação, com sua parafernália eletrônica, imensamente abençoados pelo Governo. Todos sabemos que o atual Governo tentou cooptar, e de uma certa forma cooptou, o contingente religioso desta Casa, na sua grande maioria. E há honrosas exceções. O que quero dizer com isso é que este é o momento didático por excelência para que os setores oprimidos da sociedade tomem uma consciência mais nítida de seu funcionamento.

Mas não me refiro somente à clareza com que algumas questões estão sendo postas em nossa vida social e política, mas a uma arregimentação de forças que se mostra, além de inteiramente nova, perfeitamente consentânea com a situação que vimos enfrentando: refiro-me aqui ao fato de que a face de nosso Parlamento maior está mudando, e para melhor.

Não se trata de um otimismo ingênuo e baseado em fatos de pouca monta no cenário nacional, mas da concreta alteração de forças na composição de nosso Congresso. Claro está que ainda devemos perder algumas das conquistas que, a duras penas, alcançamos desde as Subcomissões, mas o que deve ser ressaltado é que, com uma situação adversa, esses avanços foram possíveis porque um número significativo de progressistas, favelados, trabalhadores e religiosos – de longas lutas – participou dos debates. Acrescenta-se a isso o fato de que o número de

trabalhadores na Câmara tende a crescer, uma vez que os caminhos estão sendo abertos em dimensão superior ao que tínhamos presenciado até agora em nossa vida parlamentar.

As articulações do chamado “Centrão” mostram pânico em nossas camadas conservadoras. É obvio que mudar as regras do jogo no meio da partida – mudança de Regimento – significa um golpe a mais na credibilidade dessas mesmas camadas, mas também representa uma reação (no sentido exato do termo), face àquelas conquistas.

O afastamento de última hora, por parte de lideranças significativas, mostra que políticos mais responsáveis não quiseram se identificar com as verdadeiras razões do “Centrão”: o combate a avanços populares. No mais, isso tudo ficou muito evidente quando, há algum tempo, vários setores conservadores da sociedade se arregimentaram, protestaram e vociferaram contra a ANC, tentando denegri-la perante a opinião pública. Mais uma vez lançam mão de seus privilégios para assacar diatribes contra uma instituição que, apesar de falha, representa um avanço significativo na direção da democracia. O Congresso só serve quando vota suas teses.

Compete aos progressistas um papel da maior relevância para os próximos anos. Se por um lado podemos considerar que sua presença no Parlamento é um fato alvissareiro, é imperioso observar que sua capacidade de articulação, em nível de Plenário, é precária. Quando as teses coincidem, os progressistas têm votado em conjunto, mas é óbvio que falta uma articulação maior quando se trata de votar pontos em que não existe uma coincidência direta. É a famosa incompetência das esquerdas.

Finalmente, é hoje claro, para a maior parte dos observadores, que uma mudança de retórica se faz imperiosa, não por simples estratégia, mas por questões de fundo. Para maior credibilidade junto aos setores explorados, é preciso reconhecer o esvaziamento dos jargões esquerdistas e procurar uma linguagem que mostre com maior clareza tanto os mecanismos da sociedade em que vivem como o caminho a percorrer.

Não se quer dizer com isso que a exploração, a miséria e a doença não estejam aí evidenciando a exploração, a mais desumana, a mais vergonhosa, mas sim que é preciso encontrar uma linguagem que os faça ver melhor e não aquela que obscurece o que se tenta mostrar. Um claro exemplo do que estou querendo mostrar é a repercussão que teve o artigo do ex-ministro Simonsen, que pretensamente fala de nossas necessidades de modernização enquanto encobre as verdadeiras relações das nações do Terceiro Mundo com o capitalismo central. Enquanto ataca

o discurso progressista, esconde de maneira grosseira o que se passa nessas relações, que nossa burguesia, por incompetência e interesses imediatos, sempre deixou de enfrentar. Assim, não basta tachá-lo de imperialista, entreguista etc., mas é necessário mostrar que uma linguagem precisa e pertinente atinge mais seus objetivos do que uma terminologia surrada e pouco convincente.

No caso específico, é preciso desmistificar a intervenção de Simonsen através do esclarecimento de suas posições e interesses enquanto se mostra a impossibilidade da modernização através do sacrifício da população, uma vez que querem trazer para cá o comportamento típico das empresas multinacionais sem que os trabalhadores tenham alcançado a satisfação de suas necessidades mínimas e essenciais, e ainda não tenhamos sindicatos fortes, exatamente porque os governos aos quais serviu o ex-ministro o tenham impedido.

Em nenhum momento o fator povo entrou em qualquer das considerações de Simonsen.

Alguns jornais, como o *Jornal do Brasil*, e articulistas como Villas-Bôas Corrêa e especialmente Jânio de Freitas, na *Folha de S.Paulo*, têm concluído que, ao longo dos anos, o “centro” vem decidindo as coisas no Brasil.

Mas o que tem sido o centro no Brasil?

Na verdade, são forças ultraconservadoras que se escondem sob essa denominação e que tentam assumir uma atitude liberal, mas que vêm lutando, ao longo dos anos, contra qualquer proposta de mudança.

Querem passar ao público a idéia de que são forças moderadas, mas são forças de direita.

A chamada direita no Brasil é, na verdade, puro fascismo, como a TFP na esfera religiosa, ou truculência e militarismo nas ruas e nas fábricas, como a invasão de fábricas, assassinatos de garimpeiros e de “bóias-frias”, ou despedida de funcionários do setor de comunicações.

O movimento de pânico, dias atrás, entre os donos do poder e do capital, os leilões acintosos, o estipêndio de lideranças menores, a multimilionária movimentação de dinheiro, seguidos pelos pronunciamentos militares, trouxeram como resultado a pressão sobre os constituintes para fazer retroceder o pouco que se avançou e que se impunha como medida social.

## Nossa proposta e nosso alerta

Nosso problema e nossa estratégia devem ser dirigidos para resguardar a democracia representativa e aperfeiçoar seus mecanismos.

Este sistema representativo, fracionário, distorcido pelos abusos de poder econômico e fragmentado pela incompetente desarticulação das forças progressistas e alvejado constantemente pelos meios de comunicação, ainda é instrumento importante para as mudanças.

Mas não nos iludamos. Devemos conviver com um dado doloroso, mas não desesperador. O aperfeiçoamento que buscamos possibilitará os avanços necessários, mas estes, em sua grande maioria, não serão alcançados nesta atual proposta de Constituição.

De qualquer forma, se as forças progressistas não tomarem cuidado, seus representantes no Congresso serão signatários de uma Constituição pífia (devido a claros retrocessos e avanços tímidos) e, em sua essência, um Estatuto das Classes Dominantes.

Então, esse é o centro. Tem-se dito que esse centro representa a maioria deste país.

A análise feita pelo articulista Jânio de Freitas merece ser repetida nos Anais deste Congresso Nacional. Apenas para que se tenha uma idéia, os 317 listados pelo “Centrão” obtiveram 24 milhões de votos, arredondando, nas urnas de 15 de novembro, enquanto que as diversas correntes não componentes do “Centrão” conquistaram cinquenta e seis milhões de votos.

E diz mais:

“Quando se considera a representatividade dos grandes líderes que conduzem o ‘Centrão’, chega a ser constrangedor. São precisos os seis maiores” (e maiores, aqui, tem uma conotação toda especial dos estadistas do “Centrão”) “– Amaral Netto, José Lourenço, Roberto Cardoso Alves, Ricardo Fiúza, Bonifácio de Andrada e Daso Coimbra – para chegar aos parcos 293 mil votos. Diante do grande José Lourenço, com seus ‘bint oito mil botitos’, teria o efeito de uma tamancada lembrar os 7 milhões 785 mil votos do líder oposto, Mário Covas.”

---



Então, essa maioria, na verdade, não constitui maioria, conforme está demonstrado aritmeticamente. Mas o “centro”, no Brasil, que tem conduzido este país de maneira profundamente infeliz ao longo dos anos, não apenas de 64 para cá, precisa ser desmascarado, porque está aí presente, e manipulou o Regimento assim como também quer manipular a feitura da Constituição.

Agora, sobretudo, Sr. Presidente, cumpre lembrar, é a advertência que sempre faço: não vamos incluir nesta Constituição os avanços que esperamos, mas é importante continuar na luta, porque muitos elementos do “centro” ou do “Centrão” já estão percebendo que estão sendo julgados. Todos os dias temos tido desmentidos de pessoas que não querem pertencer ao “Centrão”, porque sabem que não é centro, não é moderação, não é liberalismo coisa alguma, mas é simplesmente a representação da direita que tem sempre dominado este país.

---

## O ANTIGO VÍCIO DE IMPORTAR MIÇANGAS<sup>142</sup>

---

*Explica o voto contra o sistema parlamentarista de governo. Responde a críticas ao PDT e ao PT por terem votado pela aprovação do regime presidencialista. E lamenta o falecimento do professor Hélio Pellegrino.*

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, acaba de falecer, no Rio de Janeiro, uma personalidade das mais ilustres de nosso país: o professor Hélio Pellegrino. Não somente o país perde uma figura humana impressionante pela sua luta em favor dos setores oprimidos da sociedade brasileira, mas a política nacional acaba também de sofrer um duro golpe. Era ele o meu candidato a governador do Estado do Rio quando fui candidato, pelo PT. Recusou a candidatura, quando tinha plenas possibilidades de eleição, porque queria, modestamente, servir ao país e ao estado apenas como um militante partidário. Hoje o país se empobrece com o seu desaparecimento porque, jamais perdendo a sua firmeza e combatividade, era um dos seus homens mais cultos e mais ilustres. O país está de luto e a política nacional também, com o falecimento do professor Hélio Pellegrino.

Mas, Sr. Presidente, eu não poderia deixar de fazer uma referência à votação que se processou ontem. Nós, do PDT, e alguns companheiros do PT, estamos nos sentindo bastante preocupados, diante do combate que alguns setores progressistas estão fazendo à nossa posição. Na verdade, o ponto nevrálgico daquela votação não estava em torno dos aspectos positivos ou negativos do parlamentarismo ou do presidencialismo. A questão não pode ser resumida em discussões doutrinárias ou nos defeitos e virtudes deste ou daquele sistema de governo. No Brasil, abstração feita do antigo vício de “importar miçangas”, freqüentes em nossos legisladores, houve duas experiências parlamentaristas. Uma no Segundo Reinado e outra nos 495 dias entre 2 de setembro de 1961 a 23 de janeiro de 1963. Durante os 42 anos de parlamentarismo no Império, caíram, em razão do voto de censura da Câmara ou recusa de moção

---

<sup>142</sup> Publicado no *Diário do Congresso Nacional*, Seção I, de 24 de março de 1988, p. 900.

de confiança, 35 Ministérios; 5 renunciaram, e o imperador dissolveu a Câmara onze vezes. Na República, no curto período que durou a experiência parlamentarista, tivemos três gabinetes. Não se trata, portanto, de inovação “milagreira” que ainda não tenha sido testada no país. E a discussão a propósito de experiências negativas deste ou daquele sistema pode obscurecer nosso raciocínio. O parlamentarismo, neste momento, é uma tentativa meio cínica de utilização de um mecanismo democrático para legitimar um político menor, que ocupa a Presidência da República, e Ulysses Guimarães como primeiro-ministro.

O que causa estranheza, Sr. Presidente, é este o cerne da questão, é que ontem foi tentada, aqui, a extensão de um mandato, para cinco anos, para um presidente medíocre, biônico, que tem profunda repulsa popular. Recusamo-nos a concordar com isso, porque esse mesmo estadista menor coletou e ressuscitou o que há de pior no PMDB e levou para o Palácio do Planalto. Escolheu, como seu assessor especial, o homem que pedia a cabeça dos emedebistas daquela época em que lutávamos contra a ditadura. Levou-o para o Palácio do Planalto e fez dele seu grande articulador. Comprou votos aqui a torto e a direito. Comprou os usineiros através de manutenção de subsídios para exportação e suspeitíssimos contratos; comprou outros através de cargos, sinecuras e distribuição de emissoras.

*(Manifestação no Plenário.)*

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – V.Exa. deve ser usineiro, um desses beneficiados, pois sequer o conheço.

Esse estadista menor, como eu dizia, comprou essas consciências, e a Nação conhecerá os seus homens. Não se assuste, não se apresse, Sr. Deputado, porque estes nomes serão revelados.

O SR. PRESIDENTE (*Mendes Botelho*) – A Presidência solicita ao orador que encerre o seu pronunciamento. O tempo de V.Exa. já está esgotado.

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Vou encerrar, Sr. Presidente. Fui interrompido intempestiva e anti-regimentalmente. Então, Sr. Presidente, o que estava em foco era um parlamentarismo com 5 anos para Sarney e possivelmente compartilhado com o que existe de mais oportunista neste Parlamento e no PMDB. Achamos que isso significava contrariar a vontade popular, que isso, sim, era postergar a presença do povo no pro-

cesso político. Brasileiros de 45 anos de idade nunca votaram para presidente da República. A continuar esse estado de coisas, Srs. Deputados, brasileiros de 50 anos nunca poderiam exercer esse direito elementar de escolher o presidente da República. Contra isso nos insurgimos, através de uma fórmula que permitiria o povo se manifestar, com plebiscito sobre o sistema de governo. Esta é a fórmula correta: perguntar ao povo, com quem temos nosso compromisso real, se quer manter no poder o mesmo grupo, através de um Ministério já loteado. A mesma prática que Sarney estava adotando, possivelmente parte dos parlamentaristas beneficiados no loteamento dos despojos do condomínio, um conchavo que envergonha este país. Houve venda de votos, houve suborno, e votou-se contra a participação popular, na tentativa de dar 5 anos de mandato para Sarney. Esse o principal objeto da discussão. Mas o povo vai tomar conhecimento de tudo, e muita coisa virá à tona, Sr. Presidente. Como é que vários votos foram conseguidos e manipulados? Estender o mandato de Sarney significa a consagração de métodos já há muito condenados pelos parlamentos civilizados do mundo.

---

## CONTAMINADOS PELA NOSSA INDOLÊNCIA<sup>143</sup>

---

*Fala da luta da família de Herbert de Souza, o Betinho, e lamenta a morte de Henfil e Chico Mário, receptores de transfusão de sangue contaminado. Reclama da incapacidade de se criar, no Brasil, uma sociedade em que a saúde não seja um privilégio.*

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, embora tenha optado pela vida, a serviço do Brasil, meu amigo Betinho (o notável sociólogo Herbert de Souza) é daqueles brasileiros que estão praticamente condenados pela incúria das autoridades que não quiseram ou não tiveram tempo de dar sentido à retórica vazia de “Tudo pelo Social”. Vazia e cínica, pois, como acentuaram Frei Beto e Leonardo Boff, os irmãos de Betinho – Henfil e Chico Mário – foram “verdadeiramente assassinados”.

Assim como aqueles sacerdotes, profundamente engajados nas lutas populares e partilhando permanentemente do sofrimento do povo, queremos também pedir perdão a Henfil, Chico Mário e a todos os contaminados, pela nossa indolência; pela nossa passividade; pela incapacidade de criarmos uma sociedade onde a saúde não seja um privilégio, e nossa incapacidade de rejeitarmos mais energicamente uma sociedade que mata no campo, mata na cidade, nas creches e nos hospitais, que mata de fome e de Aids.

Quiseram utilizar-se do nome de Henfil para a “lei do sangue”, que regulamentaria as atividades dos hemoterápicos. Herbert de Souza e a Abia (Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids) repeliram essa atitude demagógica porque a referida lei sequer aludiu ao aspecto mais escabroso e intocável, que é o comércio do sangue, sem dúvida alguma a causa maior de contaminação, sobretudo da Aids, no Brasil.

Na verdade, somos todos co-responsáveis por este estado de coisas, ao aceitarmos, diariamente, passivamente, esta impostura que invade nossos lares – “Tudo pelo Social”.

---

<sup>143</sup> Publicado no *Diário do Congresso Nacional*, Seção I, de 25 de março de 1988, p. 950.

Essa impostura, em um país que paga salário mínimo, que não permite ao trabalhador e sua família tomarem mais que um cafezinho por dia (minha emenda vinculando o salário mínimo a apenas 10% da parte fixa dos salários dos parlamentares federais foi rejeitada, a pretexto de que isto desestabilizaria o empresariado); essa impostura, que compara a propriedade à vida e inclui esse absurdo ao texto constitucional ora em votação; essa impostura, que permitiu tirar a estabilidade do trabalhador, que não era um bem apenas seu, mas sobretudo de sua família, e possibilitara a continuidade de desnacionalização das empresas nacionais sem os encargos sociais e trabalhistas, como diria na justificação da lei que criou o FGTS o conhecido senador Roberto Campos. Contra isso se insurgiram Henfil, Chico Mário, e se rebela Betinho, constante e competentemente.

Mas não basta lamentar a morte de Henfil, Chico Mário, ou as angústias de Betinho.

O registro que faço e que insisto em fazer é o sentido de luta desta família cujo retrato foi magistralmente traçado pelo escritor Affonso Romano de Sant'Anna, cuja crônica, pelo seu alto valor político e humano, terá de ser transcrita nos *Anais da Assembléia Nacional Constituinte*.

#### ARTIGO A QUE REFERE O ORADOR

##### “SUÍTE BRASIL

Lá se foi Chico Mário, irmão do Henfil, irmão do Betinho.

Ouço a notícia na TV, leio os jornais, vou ao cemitério. Como todos, fico imerso diante do patético da morte e, sobretudo, diante da Aids.

Mas, lendo trechos de entrevistas de Betinho e partes do diário de Chico Mário, algo me faz pensar não apenas na morte, mas na força da vida. Diz Betinho: ‘Pela lógica, eu seria o terceiro a morrer. Mas eu não devo acreditar na lógica, e sim na vida.’ E dizia Chico Mário: ‘Viva a vida, esse milagre’.

Chico Mário uma vez estive em minha casa. Tínhamos um projeto: botar letra na sua Suíte Brasil e apresentá-la, com algum patrocínio, num dia significativo: 7 de setembro. Um Brasil diferente do Brasil oficial.

Chico Mário só pensava na música e no Brasil. Henfil só pensava no humor e no Brasil. Betinho só pensa nas ciências sociais e no Brasil. Isso é mais que uma família. É a Suíte Brasil.

E, pensando na morte pelo seu avesso, que é a vida, penso se Henfil, Chico Mário e Betinho não são um exemplo daquilo que Tolstoi chamava de ‘irmãos formiga’.

Tolstoi era um utópico. E via na forma como as formigas viviam um modelo social que deveria ser observado pelos homens. Referia-se à ‘fraternidade das formigas’. E, já passando dos 70, observava que ‘o ideal dos irmãos formiga, apoiando-se amorosamente uns aos outros... e a humanidade toda, sob a vasta cúpula do céu, permaneceu intacto para mim’.

Com efeito, no livro *Utopia e revolução*, Melvin J. Lasky se refere a um fato da vida dos irmãos Tolstoi, que tem algo a ver com esses três irmãos brasileiros. É a história do ‘ramo verde’, que estaria enterrado num vale no bosque de Zakaz.

Quando Tolstoi era ainda pequeno, seu irmão Nicolai lhe revelou que nesse ‘ramo verde’, misteriosamente enterrado, estava escrito o maior de todos os segredos. Isto é: o modo como todos os homens seriam felizes. Ali estava a fórmula de como um dia os homens alcançariam a sociedade ideal, primeiro porque não haveria mais enfermidade. E, não havendo doenças, os outros problemas também seriam resolvidos. E assim viveriam todos amando-se uns aos outros.

A obra de Tolstoi é a confirmação de que ele passou toda a vida acreditando em ‘um pequeno ramo verde no qual estava escrita a mensagem que poderia destruir toda a maldade nos homens e proporcionar-lhes um bem-estar universal’. E, segundo se conta, dias antes de morrer na sua propriedade em Yasnaïa Poliana, com os olhos cheios de lágrimas, Tolstoi pediu para ser enterrado no lugar onde se supunha estar enterrado o ‘ramo verde’.

As vidas de Henfil, Chico Mário e Betinho sempre giraram em torno de um ‘ramo verde’, de uma utopia onde não apenas a saúde lhes fosse devolvida, mas fosse devolvida ao próprio Brasil. Um país sem as enfermidades econômicas, sociais e morais. Um corpo social mais resistente aos vírus e bactérias oportunistas.

Pensar essas vidas e mortes me leva a uma outra imagem zoomórfica. Não apenas as formigas. Essas trabalham organicamente e podem, paradoxalmente, servir como metáfora para uma sociedade baseada no espírito franciscano ou no espírito militar e ditatorial. Penso numa outra espécie: os castores, por exemplo.

E o que teriam Chico Mário e seus irmãos utópicos a ver com os castores?

É que os castores possuem um instinto de sobrevivência, que talvez os transformem nos mais utópicos dos animais. Se todos os seres vivos têm um impulso natural para a procriação ou para realizar gestos de permanência, que mostrem a sua passagem pelo mundo, os castores têm uma noção de perspectiva notável. Investem na construção de diques que levam 200 anos para ficarem prontos.

Por isso, dizem os especialistas: o enigma no estudo dos castores é o tempo. Um castor não vive 200 anos e, no entanto, faz projetos que vão cobrir várias gerações de castores. Daí a pergunta: para quem constroem os castores?

Para quem constroem aqueles que sabem que vão morrer amanhã e, no entanto, como formigas e como castores, continuam colhendo folhas e alongando o dique da vida?

Chico Mário sabia há muito que tinha dentro de si uma bomba-relógio. Mas isso não interrompeu seus projetos. Continuou planejando, continuou compondo, continuou gravando. Como as formigas. Como os castores.

Se Henfil pensava tanto no Brasil, se Chico Mário pensava tanto no Brasil, se Betinho pensa tanto no Brasil, não há como, ao falar sobre eles, não pensar no Brasil. O 'ramo verde' está em alguma parte. Irracional e utopicamente, muitos o procuram. O dique está sendo construído instintiva e ilogicamente. Não será para hoje. Não será talvez nem daqui a duzentos anos. Os mais desiludidos sabem disso. E, no entanto, não param de construir o dique."

---



## PELA PACIFICAÇÃO DA FAMÍLIA NACIONAL<sup>144</sup>

---

*Defende emenda de sua autoria estendendo a anistia aos praças punidos por atos administrativos em virtude de motivação exclusivamente política. São estes os militares que, em 64, “não pegaram em armas, defenderam os poderes constituídos, e até hoje estão marginalizados”.*

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, temos hoje de examinar um assunto de delicadeza extrema, e pelo qual seremos julgados, um dia, pelo tempo e pela História.

Começamos a votar o problema da anistia. Todos sabemos que houve pressões de várias naturezas sobre os constituintes, pressões militares, estatísticas mentirosas a respeito do alcance das medidas que estão sendo tomadas.

E a que visam essas medidas, Sr. Presidente? Visam à pacificação da família nacional. Visam, realmente, na expressão de Ruy Barbosa, “colocar um esquecimento” sobre aqueles acontecimentos que tanto mergulharam esta Nação numa noite sombria.

Relatarei dois episódios que aconteceram na semana passada, apenas para chamar a atenção dos Srs. Constituintes. O capitão do Exército, Wilson Machado, que levou aquela bomba para explodir o Riocentro, foi a semana passada a um show, ao qual compareceu também o cantor Francisco Buarque de Holanda. Era o mesmo capitão, e é hoje o major, que foi premiado com uma promoção e com várias outras regalias, que fora destinado, por que forças não sabemos bem, mas podemos imaginar, a provocar uma explosão com as portas trancadas do Riocentro, no qual poderiam perecer centenas de jovens, inclusive artistas que ali compareceram.

E o coronel, que tem o mesmo nome do ministro da Aeronáutica, mas que não é seu parente, e que foi homenageado na semana passada nos Estados Unidos como herói de guerra, ao tempo das perseguições e das justiças, ele não podia sequer satisfazer às suas necessidades fisiológicas, a não ser na presença de sentinelas e com a porta do banheiro aberta.

---

<sup>144</sup> Publicado no *Diário da Assembléia Nacional Constituinte* de 15 de junho de 1988, p. 11270.

Isso é para mostrar, Srs. e Sras. Constituintes, que, ou colocamos um paradeiro a esse sistema de injustiça, ou, então, nós estaremos deixando uma porta aberta ao ressentimento, ao regime de possível revanchismo, através dessas medidas.

Abrimos mão, Srs. Constituintes, do direito do retorno desses militares e desses civis que foram punidos. Foram punidos, por quê? São réus sem culpa, nunca pegaram armas contra o país, juraram defender uma bandeira, os poderes constituídos, e até hoje estão marginalizados.

As estatísticas que estão sendo fornecidas pelos assessores militares são mentirosas, não são verdadeiras. Não se trata de uma indenização de 70 milhões, mas de 17 milhões, se se considerassem apenas os dez anos. Não se trata de 55 mil marítimos, ou praça-de-pré, mas se trata, apenas, de 1.087 marinheiros, considerados mortos-vivos, pelo simples fato de, um dia, entenderem que havia outras soluções para este país, mas que queriam isso através de uma luta institucional, de um protesto normal, e não pela tomada das armas.

Hoje, Srs. e Sras. Constituintes, prestem atenção, estamos sugerindo à apreciação desta Casa, estamos submetendo à alta apreciação, para esses réus sem culpa, estamos submetendo a seguinte proposição desmembrada:

“Aos praças das Forças Armadas, expulsos ou licenciados do serviço ativo, em decorrência de motivação política, fica assegurada a aposentadoria correspondente à graduação a que teriam direito se estivessem em serviço ativo, na forma que dispuser a lei de iniciativa do Congresso Nacional, e a vigorar dentro do prazo de 12 meses.”

Notem bem V.Exas., eles não terão direito de retornar à Marinha, ao Exército ou à Aeronáutica; eles terão apenas – homens que fizeram cursos regulares, homens que nunca tomaram armas – o direito de não serem considerados mortos-vivos. Viúvas se apresentaram até na televisão com seus esposos a seu lado para dizer que eram mortos-vivos.

Srs. Constituintes, vamos ser julgados, não esses homens. Quem está sendo julgada é esta Assembléia Nacional Constituinte. Estamos julgando, aqui, réus sem culpa; nós, um dia, é que seremos julgados pela maneira como vamos agir.

---

Será que não podemos conceder aposentadoria a homens que não pagaram em armas, não se sublevaram contra as atividades, contra as autoridades constituídas?

É esta a propositura que está diante de nós: aposentadoria aos marinheiros, aos praças-de-pré, a fim de que possam restabelecer sua identidade. Muitos deles se suicidaram; muitos deles foram assassinados, desapareceram. São reduzidos a 1.087 marinheiros, não a 1.500. E nós, aqui, na comodidade da nossa proposição, podemos assistir, por exemplo, ao brigadeiro Burnier, que um dia pretendeu explodir governadores de estado, como Carlos Lacerda, jogar no mar; pretendia tomar diversas medidas, está aí comandando uma nova reação para a instituição de um novo regime sombrio neste país.

O que se pretende, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, é simplesmente fazer com que possamos encarar os nossos filhos. Não fazer como um líder de um partido, dizendo que seu filho não podia andar na rua, porque ele tinha votado determinadas proposições. Porque aqui se pode fazer tudo; aqui o “Centrão” pode fazer uma série de vitórias, tem maioria. Mas, na verdade, há dois elementos inarredáveis, que nenhuma maioria pode afastar: o julgamento do tempo e da História.

Pacificação da família nacional, Sr. Presidente, justiça a homens que há mais de vinte anos estão sofrendo a amargura de um dia terem sido fiéis ao juramento à Bandeira.

Faço um apelo, Sr. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, constituinte Ulysses Guimarães, a V.Exa., que tem votado pela abstenção normalmente, faço um apelo para que, nesta matéria, V.Exa. dê o exemplo de que quer pacificar a família nacional, com um gesto de grandeza, de estadista, votando, também, pela concessão da aposentadoria aos praças-de-pré, aos marinheiros e a todos aqueles que foram julgados, porque V.Exa. estará dando um exemplo de que se pode tomar atitude, a despeito de um Regimento que foi modificado na última hora, de não se respeitarem direitos.

É este o apelo que faço a V.Exa., Sr. Presidente: vamos pacificar a família nacional, através de uma atitude de grandeza, que um dia a História há de reconhecer que a Assembléia Nacional de 1988, numa matéria delicada, apesar das pressões militares, teve a coragem de colocar a sua consciência acima de quaisquer pressões militares ou recados de quaisquer ministros militares.

## A CARACTERIZAÇÃO EQUIVOCADA DOS EVANGÉLICOS<sup>145</sup>

---

*Discorre sobre as diferenças e as divergências entre os vários grupos evangélicos representados no Congresso. Fala do compromisso cristão, não somente da salvação de almas, mas também da luta contra a opressão e a exploração.*

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Sr. Presidente, Srs. Deputados, mais uma vez venho à tribuna examinar o problema que está afetando profundamente um grupo que se denominou “bancada evangélica”. Em primeiro lugar, em função dos recentes acontecimentos que envolveram os evangélicos na Câmara, e da divulgação, pela imprensa, de fatos isolados que informam de maneira incompleta o que se passa, cumpre esclarecer algumas questões no sentido de propiciar o entendimento mais amplo do problema.

Em primeiro lugar, é necessário informar que há diversidades significativas entre os grupos que se denominam “evangélicos”. Digo isso não para acentuar as diferenças ou firmar separações, mas para tornar mais clara a situação real da bancada eleita. Há divergências teológicas no que tange à cristologia e à doutrina do Espírito Santo; há acentuadas discordâncias políticas entre os grupos conservadores, os tradicionais e os progressistas; e existem significativas diferenças históricas: denominações mais diretamente ligadas aos movimentos da Reforma (metodistas, batistas e presbiterianos) e aqueles mais conhecidos como pentecostais, de origem mais recente, principalmente os da Assembléia de Deus e da Congregação Cristã no Brasil. Isso para citar rapidamente.

A atuação dos evangélicos, portanto, é irregular quanto a vários aspectos, uma vez que essa qualificação abrange várias denominações e seitas. Mas, como grupo, na minha opinião, não obstante não concordar com a generalização que se está fazendo, nem tudo vai bem. Parece que o Governo sabe aonde chegar quando se trata de evangélicos, inclusive no que concerne à cooptação e mesmo à corrupção, como se viu na

---

<sup>145</sup> Publicado no *Diário do Congresso Nacional*, Seção I, de 12 de agosto de 1988, p. 2798. Adaptação do artigo “O joio e o trigo”, publicado na *Folha de S. Paulo* de 3 de julho de 1987, p. A-3.

Assembléia Nacional Constituinte, com a distribuição de estações de rádios, de cargos públicos e mesmo de dinheiro. É muito conhecida a interpretação que os evangélicos pietistas fazem da mensagem bíblica do “estar submetido ao acatar os principados e as potestades deste mundo”.

Ora, todos sabemos que, nessa interpretação literal, há, realmente, uma submissão que me parece, antes de tudo, tendenciosa, para dizer o mínimo. Justificaria até a existência de Hitler e Mussolini, que eram autoridades, dentro de uma interpretação literal daquele princípio bíblico. E, mais do que isso, muitas vezes esses grupos se esquecem de que, além dessa disposição de respeito à autoridade, o princípio da ordem é evangélico. Mas quando essa ordem é levada a situações de injustiça, evidentemente a proposição dos evangélicos deve ser de tensão e mesmo de certa resistência às autoridades – como eu já disse – que se desmandam no poder e praticam a injustiça social. Essa tendência se esquece da intrínseca ligação entre Evangelho e justiça social, porque o versículo seguinte diz que respeitam a autoridade aqueles que praticam o bem e a justiça.

A formação moralista desses grupos os levam na direção de uma fiscalização do comportamento menor do homem, ao invés de lutar pelos grandes temas de libertação da opressão, em qualquer de suas manifestações. Não é de hoje que os estudiosos do protestantismo têm apontado para os desvios ocasionados pela forte fiscalização do comportamento, a um ponto em que o próprio fiscal se torna vítima de sua obsessão.

Ora, observamos recentemente que houve escândalo nesse setor, com a compra de consciências de evangélicos, inclusive nesta Assembléia Nacional Constituinte. Mas, na verdade, temos de examinar por que essas coisas acontecem.

No caso dos escândalos havidos na Assembléia Nacional Constituinte, falou-se muito nos parlamentares que foram subornados, vítimas de interesses menores, mas não se disse que não existe corrupção sem haver, de um lado, o corrompido e, de outro, o corruptor.

*O Sr. Edésio Frias* – Permite V.Exa. um aparte?

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Com muito prazer.

*O Sr. Edésio Frias* – Quem preparou a reportagem, nobre deputado, não procurou saber se o corruptor pertencia a esta ou àquela doutrina. É preciso ver isso. Que falem daqueles que são corruptores também e, se for o caso, das suas religiões.

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Exatamente. V.Exa. lembrou com muita precisão, deputado Edésio Frias, que existe também o corruptor, que, no caso das estações de rádio e outros tipos de concessões, é declaradamente o Governo. Deve-se também indagar qual a convicção religiosa, cristã ou não, dos corruptores. Creio, sim, que houve escândalos, pelo menos é do que estamos informados. O importante, porém, é verificar por que aconteceram.

Notem bem, Srs. Deputados, que há pouco tempo os evangélicos se viram na posição constrangedora de precisar explicar o escândalo do comportamento do pregador Jimmy Swaggart. Para aqueles que acompanhavam a pregação do pastor milionário, isso foi uma surpresa e motivo de desapontamento e decepção. Ele era, na verdade, o terceiro pregador do chamado evangelismo eletrônico que, em curto espaço de tempo, se viu envolvido em escândalos daquela natureza. E, se não me engano, pelos mesmos motivos. Nada de novo. No entanto, quando uma pregação se limita à condenação de parcela do comportamento humano e não atinge a totalidade dos seres humanos, vai, inevitavelmente, criar hipócritas e fariseus, no sentido bíblico, isto é, aquele que acredita ser o que não é. Esse tipo de pregação leva a atitudes dúbias e pouco evangélicas.

Creio que é preciso atentar mais para a totalidade dos evangélicos e lutar pela implantação de um reino de justiça na terra. Como evangélico, creio que a nossa paixão deveria ser alcançar o reino de Deus e não uma religiosidade de eunucos ou de derrotados, destinada apenas à vida do futuro e ao futuro da vida, esquecendo-se da tragédia do cotidiano.

É terrivelmente constrangedor saber que os evangélicos estão envolvidos em escândalos de qualquer sorte. Pior ainda, porque, na maioria dos casos, são exatamente aqueles que pautam suas pregações pelo estilo e inspiração meramente moralistas.

Em função disso, convém ressaltar alguns itens prioritários, do nosso ponto de vista, para fundamentar a ação do Parlamento, a fim de que tenha condições de contribuir para o reforço da posição cristã na Constituinte e no Congresso Nacional.

1. A participação popular. Torna-se cada vez mais importante para o grupo chamado progressista o problema da emancipação e da representatividade popular. A leitura que fazemos do Evangelho não deixa margem a dúvidas quanto ao significado de todo o texto sagrado, tanto no Velho quanto no Novo Testamento, em relação aos oprimidos e aos despossuídos.

---

O compromisso dos profetas com os que eram vítimas dos abusos dos poderosos é inequívoco. A frase é conhecida: “Ouvi o clamor do meu povo, ouvi o clamor dos que ceifaram”. Na concepção do profeta, isso não significa somente a salvação de almas, mas também a necessidade de afastar a opressão e a exploração.

Vários estudiosos do protestantismo latino-americano chamam a atenção para o fato de que seus seguidores não conseguiram distinguir a mensagem do Evangelho daquela do *american way of life*. Portanto, não devem causar muita estranheza as ligações de boa parte do protestantismo com os missionários.

É isso, exatamente, o que está acontecendo com os chamados evangelistas eletrônicos, traduzindo e transmitindo para o Brasil e trazendo para cá esse mesmo tipo de prática funesta a uma verdadeira fé e que não distingue que, entre a fé e a prática, existe uma coisa chamada testemunho.

Na concepção de vários teólogos contemporâneos (e o protestantismo europeu e o americano produziram vários) a trajetória do Cristo implica luta concreta contra todas as formas de dominação. A cena do Juízo Final enumera dados que não podem ser confundidos com caridade pura e simples, ou mesmo esmola, mas são sim a superação de situações de abuso de poder, de pauperização e de miséria. Não podemos, pois, concordar com a submissão covarde em face dos poderosos. Em certo sentido, pode-se dizer que os conservadores e tradicionais têm confundido com frequência autoridade com poder, matéria sobejamente discutida pelos pensadores protestantes desde a Reforma até os dias de hoje. Não há espaço aqui para esta discussão, mas basta apontar para o fato, lamentavelmente comum, de um tirano qualquer assumir o poder. O que falta à atual reflexão dos conservadores é a distinção entre poder e autoridade.

2. As tentativas de cooptação. É óbvio que existem, em curso, no momento, tentativas, por parte do Governo, de cooptação dos evangélicos no Congresso. Está em processo acelerado a política da troca de cargos por favores, para sensibilizar os fisiologistas de quaisquer matizes. Como somos grupo de certo peso, é compreensível que o Governo faça esforços para conseguir adesões, e nesta direção as medidas de caráter moralista são as que mais sensibilizam determinada tendência no interior do nosso grupo. É preciso, então, estar atento para não permitir compromissos que poderiam acarretar arrependimentos posteriores.

Além disto, alguns sociólogos e antropólogos da religião têm denunciado, freqüentemente, certas organizações internacionais, como a seita do Reverendo Moon (o coreano que está sempre às voltas com o fisco americano), que não só invadem a América Latina, como financiam organizações religiosas, para assumirem posições conservadoras, como a Causa, por exemplo. Tudo isso com a falaciosa bandeira de que são apolíticos e cuidam das questões do espírito e da alma. Nada mais propício, portanto, para a implantação de uma prática política conservadora. São sobejamente conhecidos os grupos internacionais que despejam milhares de dólares para impedir o avanço das posições progressistas e inovadoras.

3. A caracterização equivocada. Cremos que, de maneira proposital, várias declarações são feitas à imprensa (através de entrevistas e de artigos) no sentido de colocar as divergências existentes entre os evangélicos como sendo um conflito a mais entre esquerda e direita. Nada mais equivocado e maldosamente intencional. Só são feitas para obscurecer o fato de que, num determinado momento de sua história, algumas igrejas se esqueceram de sua missão social, econômica e humana. Digo isso não para recusar a classificação de homem de esquerda, que aceito com honra, mas para evitar as distorções que uma simplificação excessiva possa, como é o caso específico, obscurecer a compreensão do fenômeno religioso em todas as suas implicações e matizes. Repito que o conhecimento da religiosidade requer maior refinamento e cuidado uma vez que trata da busca da compreensão e do sentido da própria existência. Queiram ou não reconhecer, a religião tem sido, através dos séculos, a forma mais bem-sucedida em fornecer sentido e significado à existência dos vastos setores populares. Não é, pois, com uma simples penada que intelectual de qualquer extração pode classificar ou excluir o universo religioso de sua preocupação. Ninguém, Sr. Presidente, destrói o sentimento místico de um povo que acredita na transcendência do espírito.

Assim, não podemos aceitar este empobrecimento de caracterização, por que na verdade aqueles que o fazem propiciam a insinuação de que alguns de nós não somos evangélicos, não somos cristãos. Mais uma vez, na história da Igreja, alguns setores, principalmente aqueles ligados ao poder, querem determinar quem são os “salvos” e quais são os “pecadores”. Queremos repudiar, com veemência, a tentativa de exclusão dos setores progressistas quando se trata de descrever o que são e quem são os evangélicos e, principalmente, minimizar os efeitos do que dizem em nome, também, da Igreja Evangélica.



## SE A ÍNDOLE É PACÍFICA, POR QUE ATIRAR?<sup>146</sup>

---

*Denuncia violência do Exército na repressão da greve dos operários da Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda, que resultou na morte de três operários.*

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, a Nação foi surpreendida, recentemente, pela matança, agressão e ferimento de vários trabalhadores da Usina de Volta Redonda.

Não é a primeira vez que se utilizam recrutas despreparados e generais truculentos para coibir uma ação legítima, constitucional, legal e ordeira de trabalhadores.

Por ocasião dos debates na Assembléia Nacional Constituinte, vários parlamentares progressistas tentaram limitar os poderes dos militares quanto à intervenção interna, mas as forças do “Centrão” impediram que o país alcançasse essa conquista democrática. Não precisou muito tempo para evidenciar-se o desserviço que as chamadas “forças do centro” prestaram à Pátria. Decorrido pouco mais de um mês da promulgação da nova Constituição, já temos um ato arbitrário e violento manchando o painel democrático. É preciso que se saiba, que se anuncie, que se proclame, que se evidencie que o movimento de Volta Redonda, a rigor, envolvia operários, trabalhadores que sempre tiveram uma tradição pacífica, de ordem, na condução de suas reivindicações. Nunca ocorreram distúrbios nem violências. Havia mais de 30 anos que não ocorriam greves naquele setor da Companhia Siderúrgica Nacional.

Então, a esta altura dos acontecimentos, menos de dois meses – repito – da promulgação da Constituição, esta foi rasgada e manchada de sangue pela ação absolutamente inconstitucional e ilegal do Poder Executivo e das Forças Armadas. Os acontecimentos de Volta Redonda mostraram que os atuais dirigentes de nosso Exército não estão preparados para a democracia. Era necessário um dispositivo constitucional mais forte para impedir atos de vilania como o que aconteceu na Companhia Siderúrgica Nacional. Operários de longa tradição pacífica e há quase cinquenta anos sem fazerem greve foram violentamente reprimidos,

---

<sup>146</sup> Publicado no *Diário do Congresso Nacional*, Seção I, de 23 de novembro de 1988, p. 3915.

viram morrer seus companheiros, e sofreram a surpreendente repressão, por intermédio de um general despreparado e truculento.

Convém recordar o disposto no art. 142 da Constituição Federal:

“Art. 142. As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.”

Imaginem V.Exas. de onde partiu essa iniciativa, para invocar a presença das Forças Armadas em Volta Redonda? Qual foi a autoridade do Poder Executivo que as invocou, quando sabemos que Sarney vacilante, Sarney despreparado, Sarney irresoluto, Sarney que não tem coragem de tomar suas próprias decisões, recebeu comunicado no sentido de que as tropas invadiram Volta Redonda?

De qualquer forma, os sacrifícios dos trabalhadores serviram para aplacar a sofreguidão dos truculentos do Exército – açulados pela direita – em intervir nos acontecimentos políticos.

Em conversa com D. Waldir Calheiros, o general José Luís, que comandou a repressão, disse que era necessária essa intervenção para servir de exemplo. Ferir e matar operários, invadir uma fábrica com armamentos pesados e Urutus era uma demonstração de força que esse general despreparado entendeu como necessária. Isso porque, na verdade, era para encobrir a sua própria incompetência, a sua própria inoperância, a corrupção que lavra em todos os quadrantes do país.

Eles entendem que, nesta altura, é necessário fazer a velha invocação de lei e de ordem, a fim de encobrir suas próprias mazelas. É possível que o general, ao declarar que era necessária essa intervenção, estivesse pensando em condecoração e em uma promoção condigna por semelhante ato de bravura.

Triste destino o das Forças Armadas na América Latina, que há tantos anos vem servindo para matar seus irmãos trabalhadores. Quantas Malvinas seriam necessárias para aplacar essa necessidade de demonstrar tal valentia, valentia covarde, escudada em tanques, em urutus, em metralhadoras de alto calibre, contra trabalhadores que tinham somente as suas próprias ferramentas e seus direitos inequívocos e constitucionais.

---

Uma das tarefas mais urgentes da consolidação democrática vai ser a de definir, de forma clara, o papel das nossas Forças Armadas. Quando dizíamos aqui que elas se deveriam destinar à defesa da nossa fronteira externa, quando dizíamos da inconveniência de deixar o arbítrio às Forças Armadas, tínhamos certeza de que esses acontecimentos ocorreriam. Só não sabíamos que a Constituição seria rasgada, manchada de sangue menos de dois meses após sua promulgação. De qualquer maneira, o que aconteceu foi inconstitucional e desnecessário. É preciso que todos os setores da sociedade protestem, com a veemência e a coragem que o acontecimento exige. Que as manifestações de democracia não demorem mais. Pode parecer covardia quando criticamos, no Congresso Nacional, as Forças Armadas. Os atuais bons moços da transição falavam em revanchismo. Agora é preciso perguntar: revanchismo de quem?

Notem bem, Srs. Deputados, que esses acontecimentos são entrelaçados. Pela notícia veiculada no *Jornal do Brasil* do dia 17, o presidente da República teria dito que os avanços eleitorais do PT e do PDT se constituem em ameaça à harmonia social e à convivência política pacífica. Às vezes, Srs. Deputados, pensamos que estamos dentro de um pesadelo, tal a irresponsabilidade, tal o despreparo, tal a levandade desse presidente da República. Quando alguns partidos, algumas correntes partidárias, mereceram o voto popular, ele disse que isso vem ameaçar a ordem e a harmonia social. É de um cinismo acintoso o presidente da República; é de um despreparo total, ao considerar as manifestações das urnas, mesmo manifestações condicionadas, como um acinte, como um perigo para a harmonia social.

Curiosas declarações que servem ao mesmo propósito: o candidato Paulo Maluf, que fez durante a campanha o papel de democrata, considerou a pesquisa de boca-de-urna como uma ação comunista. O candidato Álvaro Valle, do Rio de Janeiro, não conseguiu esconder a sua saudade do tempo do autoritarismo e também pediu a intervenção das Forças Armadas nos morros cariocas.

Notem bem essa série de declarações conjugadas para mostrar que as primeiras demonstrações de democracia, de participação popular, de presença do povo, são consideradas atentatórias à ordem, segundo uma perspectiva já defasada, uma perspectiva já ultrapassada de que eles são detentores dessa ordem e os únicos árbitros para a sua restauração.

O presidente Sarney volta com a surpreendente declaração de que, quando o verdadeiro adversário são os resquícios de partidos de oposição consentida, que ainda existe e vence uma eleição limpamente, quebra-se a harmonia democrática. A afirmação seria ridícula, até engraçada, mas ela é mais que cômica. Por mais força que faça o humorista Millôr Fernandes, a realidade é mais cômica e muito mais trágica do que sua obra.

Vejam bem, Srs. Deputados, mataram por matar, para servir de exemplo, mas tiveram pronto revide, o das urnas, que falaram mais alto e limpo a respeito do que o povo quer para este país. Os que estão no poder esqueceram-se da frase utilizada quando defendiam a ordem que oprime e os salários que escravizam nosso povo. Se a sua índole é pacífica, por que atirar nesse povo? Como dizia um dos nossos, o liberalismo brasileiro acaba sempre mostrando a verdadeira cara.

Ora, Srs. Deputados, a manifestação das forças democráticas, segundo a perspectiva caolha, deformada por largos anos de participação no autoritarismo, do presidente da República – como parlamentares, agora, que estamos editando as leis complementares, temos que rever urgentemente essa intervenção inconstitucional, ilegal e arbitrária em Volta Redonda – mostra que estávamos certos quando não queríamos deixar ao arbítrio de generais truculentos a possibilidade de saber o que é ordem ou desordem neste país. Manifestações pacíficas, ordeiras, constitucionais e justas não podem ser interpretadas pelo antigo servo do todas as ditaduras: Armando Falcão.

Decidiu-se invadir Volta Redonda, num “rega-bofe” com caviar e champagne, enquanto os trabalhadores pacificamente aguardavam – e aguardavam a solução de suas reivindicações. Srs. Deputados, quero repetir que, enquanto não definirmos, com clareza, o papel das Forças Armadas e a sua possibilidade de intervenção, um Sarney qualquer, na Presidência da República, pode, por ação ou omissão – normalmente pela omissão, que é a sua característica principal –, permitir a intervenção, até para restabelecer, como era a tentativa clara naqueles dias em que se manifestavam os trabalhadores, a ditadura militar.

Esses acontecimentos terão um desdobramento. Dizem que vão abrir inquérito na Polícia Federal. Para quê? Estive no hospital de Volta Redonda. Não havia um só militar ferido. Consulte os anais dos acontecimentos naquela cidade. As testemunhas foram unânimes em declarar que soldados espingardearam trabalhadores sem qualquer armamento.

Não havia sequer uma arma entre aqueles que estavam na aciaria de Volta Redonda. Aquele local tem mais de trinta metros de altura. É um labirinto de máquinas e ferramentas. Ninguém pode andar ali durante a noite, com as luzes apagadas, a não ser os operários. Se eles tivessem atitude hostil e usassem de violência, teriam massacrado os soldados, que invadiram a siderúrgica à noite. Mas nem soldados, nem oficiais foram feridos, apesar de agredirem até pessoas que estavam nas filas dos ônibus e nos bares próximos à usina de Volta Redonda.

Ontem, o grau de insatisfação dos operários de Volta Redonda ficou demonstrado através de um abraço fraternal de solidariedade à fábrica que querem extinguir. Para quê? Para entregá-la às empresas privadas, sonho de qualquer Robertão da vida, que somente uma República como a nossa tem como ministro. Extinguir para quê? Para entregá-la às multinacionais, que querem ocupar todos os espaços lucrativos deste país?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que está ocorrendo em Volta Redonda – porque os fatos ainda não tiveram final – é também da nossa responsabilidade. O povo e a sociedade já deram a sua resposta.

D. Waldir Calheiros de Novaes, no enterro dos operários, frente a mais de trinta mil pessoas, disse: “Mãos malditas, mãos malditas daqueles que ordenaram o tiroteio a operários pacíficos. Mãos malditas daqueles que aplicaram esta lei de cão em cima de operários”.

A Igreja tem respondido, e o povo também respondeu a essa agressão, votando maciçamente em partidos que se opõem a este cinismo que tem o desgoverno de dizer que as reivindicações dos trabalhadores ou as vitórias das forças populares quebram a harmonia social. Quebram que tipo de harmonia? O controle das multinacionais sobre a economia do país. Este é o tipo de harmonia que o Sr. Sarney entende, defende e pretende se possível, prorrogar por mais um ano, mantendo esta situação.

E nossa responsabilidade? Será que estamos à altura de responder adequadamente, como o fez a sociedade brasileira nas urnas? Será que o Congresso Nacional tem a coragem de redefinir o papel das Forças Armadas, ou vai deixar que o SNI determine o que é, ou não, atividade essencial?

Concedo o aparte ao nobre deputado Luiz Salomão.

O Sr. Luiz Salomão – Além de cumprimentar V.Exa. por esse relato candente dos lastimáveis acontecimentos de Volta Redonda, nós, que estivemos juntos no enterro do companheiro massacrado pelas tropas federais, gostaríamos de levantar, para análise de V.Exa., uma

hipótese verdadeiramente trágica que diz respeito aos interesses políticos econômicos existentes por trás desses episódios. Os interesses econômicos, que pensávamos ser inimagináveis, foram revelados posteriormente, quando das declarações do ministro da Indústria e do Comércio, Roberto Cardoso Alves. Se houver interesse do Governo em fechar a Companhia Siderúrgica Nacional, transferir suas linhas rentáveis para Usiminas e favorecer a grande negociação da sua privatização, esse ato será um crime bárbaro contra a economia do Rio de Janeiro. A CSN é a maior consumidora de energia, a maior empregadora e a maior contribuinte do nosso Estado. O povo do Rio de Janeiro e seus representantes não permitirão que tal aconteça, a despeito do silêncio cúmplice do governador Moreira Franco, que não se rebelou nem levantou sua voz contra essa iniciativa solerte dos interesses econômicos, que visam a transferir do Rio de Janeiro para Minas Gerais essa importante fonte geradora de riqueza do nosso estado. Além dos interesses econômicos dessa negociata em armação, não há dúvida alguma de que os pescadores de águas turvas tentaram utilizar o episódio da CSN para conturbar o clima político e inviabilizar as eleições. Felizmente o povo de Volta Redonda, que tivemos a oportunidade de visitar, respondeu com serenidade, com bravura e deu um “não” redondo ao candidato do Sr. José Sarney, elegendo com esmagadora votação o atual presidente do Sindicato dos Metalúrgicos. Deputado Lysâneas Maciel, V.Exa. foi testemunha ocular da violência daqueles que perpetraram esse crime bárbaro contra o povo trabalhador de Volta Redonda, tentando transformar o Exército brasileiro numa milícia repressora, a serviço dos interesses dominantes. Mas o povo volta-redondense deu uma lição: a de que não se curvará às ameaças apresentadas pelo Governo do Sr. José Sarney.

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Agradeço a V.Exa. o aparte. V.Exa. e o deputado Edmilson Valentim estiveram comigo em Volta Redonda e foram testemunhas dos acontecimentos.

Queria chamar a atenção das Sras. e Srs. Deputados para o seguinte: naquele desfile de mais de 30 mil pessoas – 50 mil segundo alguns – não houve incidente sequer, apesar da profunda dor, da profunda revolta. A população traumatizada de Volta Redonda não tomou qualquer iniciativa de depredação. Ninguém atirou pedras nos soldados, que receberam apenas algumas vaias. Foi demonstração de que a índole pacífica, proclamada por alguns, ante os acontecimentos, continuavam a prevalecer, apesar de os trabalhadores agora começarem a conviver com o medo e com as ameaças de truculência de alguns generais despreparados.

Concedo o aparte ao nobre deputado Edmilson Valentin.

*O Sr. Edmilson Valentin* – Em primeiro lugar, cumprimento V.Exa. por ter levantado, no momento, essa questão que foi sujeita a acompanhamento de todo o povo brasileiro: o episódio lastimável ocorrido em Volta Redonda. Registro, também, aproveitando este espaço, que fomos um dos parlamentares que, juntamente com o deputado Juarez Antunes, lá estavam no momento em que chegou a tropa militar, e assim pudemos presenciar a postura e atitude das tropas militares federais com relação aos trabalhadores. Fui um dos primeiros a ser agredido, a ter a imunidade parlamentar violada na tentativa de intermediar o conflito. Já prevíamos o conflito, ao ver a atitude das forças militares, tanto da Polícia Militar do estado quanto do Exército. Menor foi a nossa preocupação, ao ter a imunidade parlamentar violada, frente ao verdadeiro massacre realizado não só com os trabalhadores, mas com a própria população que estava prestando sua solidariedade, seu apoio àquela assembléia dos trabalhadores. Chamamos a atenção para o fato de eles estarem exercendo um direito legítimo, que é o direito de greve. Estavam nada mais nada menos do que a exigir o cumprimento da lei, o cumprimento da nova Constituição, no que se refere à jornada de seis horas para turno ininterrupto, como também o fazem os trabalhadores que hoje estão acampados em frente ao Congresso Nacional, no que diz respeito à readmissão dos demitidos das empresas estatais. Simplesmente os trabalhadores da Companhia Siderúrgica Nacional entraram em greve em defesa dos seus direitos legais e constitucionais. Com revolta, verificamos a atitude do Governo, a atitude do Exército, quando da negociação. Perante nós, o general que comandou a desocupação disse, com a cara mais limpa, ter o Exército cumprido o seu dever, feito uns bons trabalhadores, e ainda teve o desprazer de dizer que o Exército fez um bom trabalho. V.Exa. presenciou os acontecimentos. O povo brasileiro, esta Casa e os parlamentares, acompanhando de longe os episódios de Volta Redonda, viram, tal qual outras vezes, os trabalhadores, de maneira pacífica, ordeira, firme, em defesa dos seus direitos, mas não admitindo serem violentados, escorraçados, massacrados. Quero deixar aqui o nosso testemunho, bem como plena concordância com a manifestação de V.Exa. no sentido de repudiar qualquer tentativa do Governo de aumentar a repressão e a tentativa de privatização daquele patrimônio não só dos trabalhadores da Companhia Siderúrgica Nacional, mas do povo brasileiro, conquistado a duras lutas em defesa da soberania do povo brasileiro.

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Tem toda razão V.Exa. ao registrar que os parlamentares tiveram seus direitos violados, porque o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, também parlamentar, foi igualmente preso e somente solto às 4h da manhã. O advogado do sindicato teve suas roupas rasgadas a baioneta, e diversas outras pessoas sofreram agressões físicas e demonstrações de violência. Tenho em meu poder – e será objeto de uma Comissão Parlamentar de Inquérito que pretendemos requerer – as balas utilizadas contra os operários. São balas de alto calibre, de fuzis Fal, contra operários desarmados, que estavam lá no exercício legítimo dos seus direitos.

Concedo o aparte ao nobre deputado José Genoíno.

O Sr. José Genoíno – Deputado Lysâneas Maciel, em primeiro lugar, concordo inteiramente com o pronunciamento de V.Exa., que, na tribuna, traz ao debate questão da maior importância para a democracia brasileira. Colocou V.Exa. com muita justeza a responsabilidade da Casa, de maneira indireta, em relação àquele episódio, porque, na votação para estabelecer o papel das Forças Armadas, a Assembléia Nacional Constituinte optou pela tutela militar, em que as Forças Armadas podem cumprir o papel de polícia interna. O tipo de polícia interna a que as Forças Armadas se prestam é entrar numa usina com baioneta, dar tiros e massacrar operários. Até mesmo representantes da “linha-dura” militar, como o general Newton Cruz e o coronel Erasmo Dias, disseram, publicamente, que deveriam entrar ali com jatos de água, com bombas de gás e jamais com baionetas e tiros. Vejam bem a que situação chegamos diante do massacre de Volta Redonda, que é assim que se deve chamar. Mas a resposta, a solidariedade do Brasil inteiro, se fez notar. Estive nas ruas de São Paulo, no dia 11, e constatei a indignação do povo. Aquele artigo, que aproveito a oportunidade para registrar, do jornalista Jânio de Freitas, da *Folha de S.Paulo* do dia 11, xerocado aos milhares e distribuído espontaneamente, demonstrava exatamente a indignação da cidadania contra o ato de arbitrariedade, quando aqueles operários foram tratados como inimigos. Temos de quebrar isto, que já vem a longo tempo: o povo brasileiro é tratado como inimigo, quando se manifesta. O mais grave, porém, é que os operários não só faziam a greve com base na Constituição, como exigiam que ela fosse cumprida, pois, em muitos lugares, não a estavam respeitando, como aconteceu com a Villares, de Pindamonhangaba. Lá, os operários exigiam o turno de seis horas, e a empresa não cumpria e ainda convocava a Polícia Militar



para atirar cachorros contra os operários. Vejam bem em que situação nos encontramos. Por isso, apóio inteiramente o pronunciamento de V.Exa. Muito obrigado.

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Como vêem V.Exas., não se trata apenas de salvaguardar o direito constitucional, pois o art. 9º da Constituição diz que quem determina a hora e os interesses a serem defendidos numa greve são os trabalhadores, e os trabalhadores estavam no exercício legítimo e constitucional de seus direitos. Mas trata-se também de salvaguardar o Exército.

Houve declarações daquele truculento general ou do eventual ministro da Guerra sobre essa ordem, e não se sabe a esta altura se vai procurar encobrir esse gesto vergonhoso, que manchou a Constituição, para salvaguardar a honra do próprio Exército nacional. As Forças Armadas não são “capitão-de-mato”, não podem ser usadas contra a lei e a Constituição, não se destinam a matar por matar, Sr. Presidente. E foi essa a ordem, confirmada pelo general que comandou a operação, perante D. Waldir Calheiros, uma autoridade eclesiástica insuspeita. Essa ordem foi dada para servir de exemplo. Então, para servir de exemplo, é preciso mandar balas de urutu, é preciso matar de três a oito operários? Mas a sociedade brasileira, bem como a Ordem dos Advogados, respondeu nas urnas a essa atitude. E será que o Congresso Nacional vai endossar uma Comissão Parlamentar de Inquérito para saber qual é o verdadeiro papel das Forças Armadas, que tipo de tutela pode exercer, para salvaguardar a verdadeira ordem e a estabilidade existentes neste país? Mataram três: Walmir, Barroso e Willian.

Sr. Presidente, daqui a pouco tempo, vamos esquecer o nome do general que mandou matar, mas os nomes desses mártires da classe trabalhadora permanecerão, como um látego vivo em nós, constituintes, que permitimos que a Constituição fosse ensangüentada em menos de dois meses de sua vigência.

A Comissão Parlamentar de Inquérito é o único caminho de dignidade para que este Congresso também assuma seu papel, papel que o povo brasileiro, através das urnas e da manifestação dos seus diversos segmentos, já assumiu.

Muito obrigado.

## QUEREM MUDAR AS REGRAS DO JOGO<sup>147</sup>

---

*Denuncia a contribuição do Governo para o agravamento da crise nacional, as manobras para a implementação imediata do parlamentarismo no Brasil, promovidas pelos que têm medo de que o povo chegue ao poder pela vitória de Brizola ou Lula na eleição presidencial.*

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como líder do PDT.

O SR. PRESIDENTE (*Arnaldo Faria de Sá*) – Tem a palavra o nobre deputado.

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Sr. Presidente, Srs. Deputados, temos ouvido pela televisão o presidente e vários candidatos em desespero afirmarem que uma eleição municipal nada tem a ver com as especulações em torno da Presidência da República. Nada mais falso. O que na verdade querem é, desde já, afastar o crescimento e a ameaça que para eles representa a candidatura de Leonel Brizola e de Luiz Inácio da Silva.

Essa interpretação se deu porque, na busca da democracia e o fim do regime autoritário, vários segmentos da política partidária do país se refugiaram na sigla do PMDB com o objetivo imediato de transição e normalização da vida pública, mas seguidos de vários oportunistas que aí buscaram as conveniências que se faziam difíceis nas outras siglas mais ligadas aos governos militares, pouco propícias a intenções eleitoreiras. Então, aqueles que resistiram ao governo militar, no partido de Oposição, se viram minoritários em um partido agora majoritário e de Situação.

Assim, o que vemos hoje é, em certo sentido, o resultado dos desarranjos que se processam numa situação em que ferrenhos oposicionistas de ontem se vêem no poder ou próximos a ele sem que tenham para isso as reais possibilidades de exercê-lo na direção que gostariam e para qual aponta sua formação ideológica; pois o Governo optou, no início timidamente e em seguida abertamente, para um exercício político conservador e retrógrado para se manter um poder.

---

<sup>147</sup> Publicado no *Diário do Congresso Nacional*, Seção I, de 8 de dezembro de 1988, p. 4810.

Esse desacerto, que aparece agora com contornos mais nítidos, não pode ser considerado novidade, uma vez que o presidente da República é um riacho que volta ao seu leito natural. Creio que, em sã consciência, ninguém poderia esperar que fosse mais longe ou que tivesse fôlego para governar de maneira diferente. É um político menor que administra a Nação como se ainda estivesse no Maranhão distribuindo benesses do governo local em troca de retribuição fisiológica, acobertando *en passant* a corrupção e a irresponsabilidade.

É óbvio que esta não é uma crise proveniente, toda ela, das atitudes de um homem só e de sua incapacidade administrativa ou de articulação, mas, sem dúvida, Sarney deu-lhe sua significativa contribuição. Suas ligações anteriores, sua alma de cigano em eterna procura de poder a qualquer custo, tornaram-no um dos maiores trânsfugas da vida pública brasileira, com uma agravante: suas diversas excursões e deslocamentos pelos diferentes partidos não marcam nenhum compromisso sério com os setores populares deste país. É o que se torna cada vez mais evidente no decorrer do seu mandato. Podemos dizer que o presidente da República tudo fez, ao seu alcance, para promover a crise.

Sendo que uma análise dessa natureza não se pode prender a um julgamento dos atores políticos, por mais destacados que sejam, é preciso buscar os setores da sociedade que colocam em pauta seus interesses e por eles lutam por meio da pressão, dos conchavos, dos *lobbies* e de outros processos. Destacar estas forças, evidenciar sua participação é a tarefa que nos compete no momento, quando ocorrem manifestações permanentes no sentido de obstruir a vontade popular.

Sr. Presidente, agora há um movimento, ao qual não estão alheios alguns setores progressistas, no sentido de implantar o parlamentarismo. Não se trata de convicção de determinado sistema ou de outros. O que querem agora é mudar as regras do jogo, uma vez que o povo deu demonstração inequívoca, nas eleições municipais, de que quer participar do poder. Então, podemos perceber que, por trás dessa manobra parlamentarista, objeto de uma reunião no Palácio do Planalto, há o propósito de se implantar novamente o parlamentarismo, para evitar que o povo se manifeste e assumo o poder, que foi sempre escamoteado por várias manobras.

Sr. Presidente, denuncio, em nome do Partido Democrático Trabalhista, a manobra que se fez, talvez com a cobertura inconsciente de vários parlamentares progressistas, para implantar o parlamentarismo, numa tentativa de reconduzir o Sr. Ulysses Guimarães à chefia do Governo e impedir que forças populares, as verdadeiras força deste país, assumam o poder que há tanto tempo lhes é subtraído.

É o que temos a dizer em nome do nosso partido.

Aqui fica a denúncia de que não é acidental essa reunião realizada no Palácio do Planalto para implantação do parlamentarismo.

---

## QUEM ESTÁ COM O FÓSFORO ACESO?<sup>148</sup>

---

*Alerta para o revigoreamento da doutrina de segurança nacional no substitutivo apresentado à medida provisória que disciplina o direito de greve em atividades essenciais.*

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, novamente está sendo dito, através dos porta-vozes do Governo e dos seus representantes na Câmara dos Deputados, que há um clima de desordem, de tumulto e terrorismo neste país.

Ontem, assistimos a um fato lamentável. Depois de um acordo feito para se votarem os vencimentos dos deputados somente após a votação da lei salarial, da lei de greve e do salário mínimo, esta Câmara submeteu-se ao crivo do julgamento popular, que já é orquestrado por setores que se interessam em desmoralizar o Poder Representativo, votando o seu aumento antes de votar aquelas leis imprescindíveis à sobrevivência dos trabalhadores.

Hoje, vamos votar um substitutivo à Medida Provisória nº 50, que é, nada mais nada menos, Sras. e Srs. Deputados, que o restabelecimento da doutrina de segurança nacional no país; doutrina essa que diz que o país está em guerra, que exige que seja apresentado um inimigo comum, uma parcela atraente ao cidadão. Esse inimigo comum, há pouco tempo, era o comunismo. Mas, hoje, o Partido Comunista Brasileiro até integra alguns órgãos da administração. Já não se pode inventar mais essa razão para justificar o verdadeiro estado de anarquia, de terror, de arrocho salarial, que é, realmente, o estopim que está causando um clima de incerteza. Acho que ninguém aqui é a favor da desordem, do caos. Mas, na verdade, a ponta de lança do tumulto, a ponta de lança do chamado grevismo, a ponta de lança do terrorismo, é a injustiça salarial: o arrocho salarial é a justiça que está estabelecida neste país.

Nós, Sr. Presidente, temos de responder à altura àquela leviana declaração do presidente da República de que existe alguém com um fósforo aceso neste país. Quem está com o fósforo aceso neste país, quando aprovamos ontem a Medida Provisória nº 37, que deu um cachorro-quente de aumento para os trabalhadores – NCz\$ 1,20 – e perdoou 3

---

<sup>148</sup> Publicado no *Diário do Congresso Nacional*, Seção I, de 19 de maio de 1989, p. 3746.

bilhões de dólares aos grandes devedores rurais, latifundiários, aqueles que sempre mamaram nas tetas do poder? Quem está com fósforo aceso, Sr. Presidente? Verificamos hoje, ao votar essa emenda, que até nós, deputados, que nos temos solidarizado de uma maneira um tanto quanto débil com as lutas justas dos trabalhadores, mais uma vez estamos acendendo um fósforo para exatamente permitir que o Governo renove a doutrina de segurança nacional no país. Portanto, temos de repelir isso. Verifiquem as Sras. e Srs. Deputados que essa medida provisória impede o trabalho de persuasão. Se eu ou qualquer deputado for para a porta de uma fábrica e ficar ao lado dos trabalhadores, numa atitude pacífica, mas firme, estaremos incursos na nova Lei de Segurança Nacional, que se chama medida provisória.

Segundo a nova Lei, não se pode fazer a contratação de pessoal, os grevistas podem ser demitidos, a lista de atividades chamadas essenciais vai aumentada com elenco numeroso. É muito mais fácil dizer onde não é proibido fazer greve neste país. Ela possibilita a condenação de grevistas como praticantes de delitos, e reivindicar salário ou melhores condições de trabalho é também um delito. Mas isso é inconstitucional, porque fixamos, há pouco tempo, que a oportunidade de fazer a greve e os seus motivos têm de ser determinados pelos trabalhadores.

Na verdade, como têm salientado a CUT – a corrente sindical clasista –, a CUT e todos os órgãos deste país, o que se quer com essa intervenção não é a regulamentação de direito de greve, mas, sim, a própria negação do direito de greve. Votar a favor disso é, exatamente, esquecermo-nos de que o que condiciona o tumulto, a violência, são precisamente essas medidas repressivas que caem sobre a classe trabalhadora.

Sr. Presidente, o povo só se revolta quando as condições de vida ficam insustentáveis. O líder do Governo chegou aqui e demonstrou matematicamente e monetariamente que a Previdência Social poderia fechar, caso fosse aprovado o novo salário mínimo. Note bem V.Exa. a desumanização do trabalhador. O trabalhador é uma coisa. S.Exa. não disse, em nenhum momento, que o trabalhador não podia viver com NCz\$ 81,40. Em nenhum momento afirmou isso. Ele disse apenas que as empresas fechariam. Diminuir o lucro de um empresário é mais importante do que o trabalhador ter o que comer, ter como se transportar, ter como se educar e se medicar. É muito mais importante manter o lucro dos empresários do que dar condições mínimas para um país

desenvolver-se. Mas, com 31 dólares sendo pagos aos trabalhadores brasileiros, isto não irá acontecer. Alguém está com o fósforo aceso, e medidas como esta nº 50 são mais um fósforo aceso querendo botar fogo no país, pois, na medida em que se reprime o povo, forças incontroláveis surgirão. Não se iludam, nobres deputados. Não se mantém a opressão permanentemente. Pode-se mantê-la por determinado tempo apenas. O mundo tem mudado, e o Brasil vai mudar também. E essas medidas repressivas vão contribuir para que o salto qualitativo da classe oprimida, especialmente, seja dado num tempo mais curto.

Muito obrigado.

## QUEM É O MAIOR MARAJÁ?<sup>149</sup>

---

*Denuncia a manipulação do processo eleitoral e fala do passado político do candidato Fernando Collor de Melo e sua administração, em Alagoas. Traça um perfil de Leonel Brizola, candidato do PDT.*

O SR. PRESIDENTE (*Wilson Campos*) – Concedo a palavra ao Sr. Lysâneas Maciel, na qualidade de líder do PDT.

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Nação, muito embora conheça as possibilidades de manipulação em pesquisas, na noite de domingo passado, mostrou-se um tanto quanto perplexa diante de alguns resultados publicados pela empresa que patrocinava a candidatura daquele que aparentemente detém a preferência popular.

Em primeiro lugar, se os políticos, dirigentes partidários, ignoraram a força que tem uma empresa que praticamente detém o monopólio das informações e das comunicações, será isso um ato não só de ingenuidade, mas de incompetência política. Seria oportuno lembrar aqui o livro 1984, de George Orwell, em que ficou caracterizado que quem detém o controle dos meios de comunicação praticamente detém o do país.

As Organizações Globo, com o impulso que têm dado, por meio dessas três horas absolutamente ilegais e inconstitucionais concedidas a seu candidato, o belo e colorido Collor, naturalmente dá uma demonstração inequívoca do poder dos meios de comunicação. Estou assustado, não com esse resultado. Evidentemente, o povo brasileiro tem uma sabedoria muito maior do que eventualmente pensam os setores dominantes deste país. Poucos sabem – e nesse particular é importante o domínio dos meios de comunicação – que esse candidato é um político de acordo com as tradições oligárquicas da sua família. Não vou deter-me em consideração sobre o comportamento de sua família de usineiros, a perseguição aos funcionários, mas numa ligeira análise dos dados que estamos levantando a respeito dele, que se apresenta como apolítico. Várias pessoas que me abordam dizem que ele só tem uma

---

<sup>149</sup> Publicado no *Diário do Congresso Nacional*, Seção I, de 23 de maio de 1989, p. 3937.



vantagem, não ter os vícios dos demais deputados, porque não é político tradicional. Ele, embora sendo de idade cronológica não muito elevada, tem uma idade em política de 70 anos; apesar de seu discurso bem ensaiadinho, foi deputado, prefeito “biônico”, e nada disso consta de sua biografia, como se fosse pessoa estranha ao mundo político.

Assim, no período de 1º de fevereiro de 1983 a 15 de julho de 1987, quando se licenciou do cargo, apresentou mais ou menos 15 projetos, e foram arquivados. Não porque houvesse qualquer perseguição ao tempo da ditadura. Na época apresentávamos inúmeros projetos, e esses eram arquivados. Os dele foram arquivados porque eram votos de louvor, de elogios ao Governo, sobretudo em defesa dos usineiros. Esse deputado Collor que se apresentou, naquela época, como defensor do povo, apresentou 15 projetos; todos foram arquivados e quase todos diziam respeito às pretensões dos usineiros, mais tarde beneficiados.

Com o Projeto de Lei nº 1.862, de 1983, tentou reduzir a alíquota do Imposto de Renda das concessionárias de rádio e televisão de 35 para 6%. Quer dizer, beneficiou não apenas Roberto Marinho e as Organização Globo, mas beneficiou a si mesmo, e hoje se entende com facilidade o porquê dessa redução de quase 95% daquela alíquota do Imposto de Renda. Fernando Collor possui uma emissora de televisão e três de rádio e é ainda claramente o candidato do empresário Roberto Marinho.

Portanto, não é de se estranhar que ele queira legislar em causa própria, reduzindo os impostos para beneficiar seus benfeitores. O homem que quer o apoio popular votou ostensivamente no candidato Paulo Maluf. Não haveria nada demais se não fosse o fato de ser o candidato que sempre defendeu a não-participação do povo.

Os funcionários públicos do Estado de Alagoas não recebem há mais três meses, e Collor jamais pagou a URP ou o “gatilho”; esse defensor do povo, nos últimos dias de exercício da Prefeitura, nomeou cerca de 5 mil funcionários. Notem bem: 5 mil funcionários que possibilitaram evidentemente toda sua manipulação eleitoral.

*A Sra. Cristina Tavares – Permite-me V.Exa. um aparte?*

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Pois não.

*A Sra. Cristina Tavares – Deputado Lysâneas Maciel, V.Exa. neste momento faz análise do que deixou a Nação entre perplexa e espantada, quando vimos, ontem, personalidade com essas características negati-*

vas que V.Exa. acaba de ressaltar ficar em primeiro lugar nas pesquisas de opinião pública. Mas isso deve-se a duas coisas, nobre deputado: a primeira delas é a omissão desta Casa. No momento que não se regula-menta de forma correta o processo eleitoral, protegendo os partidos po-líticos, há todo tipo de picaretagem. Candidatos como Fernando Collor, que têm fácil talão de cheques, podem comprar programas de televisão. Vivemos num momento em que a comunicação eletrônica é fundamen-tal na formação da opinião pública. Em segundo lugar, quero dizer a V.Exa. que seu partido e todos aqueles que têm compromisso com o social, com o futuro desse país, têm a obrigação de desmascarar esse que se apresenta sob o signo de falso moralismo. Dizia o Sr. Fernando Collor de Mello – e ouvi estarecida, porque conheço a vida pública desse ra-paz em Alagoas e aqui nesta Casa – que, com um talão de cheques, ia aos estados do Nordeste comprar votos no Colégio Eleitoral para Pau-lo Salim Maluf, que, de resto, foi padrinho de seu casamento. Dizia ele também que irá nomear um procurador para assuntos de corrupção. Minha curiosidade é a de saber se esse procurador terá oportunidade de investigar fatos passados. Se isso acontecer, o Sr. Collor de Mello não terá chance de continuar candidato à Presidência da República. Felizmente, esta Nação tem homens como V.Exa. para recolocar a biografia de certos políticos nos seus devidos termos. Parabéns a V.Exa. e muito obrigada.

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Agradeço à nobre, culta e lutadora deputada Cristina Tavares, que jamais abriu mão das suas convicções em momento algum.

Sua meta principal é o combate aos marajás. Na verdade, na época dos marajás, entramos em contato com Fernando Collor de Mello e pedimos a ele dados concretos. Em nenhum momento esses números foram dados. Quem realmente colocou parâmetros de contenção dos marajás foi a Assembléia Nacional Constituinte, quando não deu direi-to adquirido às medidas aberrantes que conservavam situações verda-deiramente absurdas naquele estado. É preciso recordar que a família desse ilustre rebento da ditadura nunca protestou contra essa situação, que vem desde o tempo da família Collor de Mello. A situação da edu-cação, em Alagoas, é deprimente. A rede escolar está quase toda em ruínas, em completo abandono. O próprio prédio da Secretaria de Edu-cação teve de ser interditado pelo perigo de desmoronamento. Dir-se-á que não houve verbas. Observem os prezados deputados e deputadas aqui presentes. Somente no ano de 1988, Collor de Mello gastou 230

milhões de dólares da verba secreta do gabinete na sua promoção pessoal e nas viagens que faz em torno de sua candidatura. As escolas podem cair, os salários podem estar em nível abaixo da crítica, conforme vou demonstrar, mas existe a verba para sua propaganda na sua própria emissora, verbas sem controle. Naturalmente que a TV Globo não vai denunciar que tipo de propaganda ele se permite. São 233 milhões de dólares, gastos na sua propaganda pessoal sem conhecimento da Assembleia. Em dois anos de governo ocorreram sete greves gerais dos funcionários públicos porque ele não fez o pagamento das URP e dos gatilhos salariais. Os salários estão defasados em cerca de 1.300%, o que também contribui para desmoralizar o plano de carreira.

Um outro exemplo: um médico no Estado de Alagoas, com vinte horas semanais de trabalho, ganha menos de cem cruzados por mês. É o pior salário da área médica em nosso país.

Agora, com os usineiros, Collor fez um acordo, e os que antes deviam ao Banco de Alagoas, posteriormente, passaram a credores.

Todos esses detalhes demonstram, claramente, que essa aura de moralismo, de aparente correção na administração, não tem sentido. O prefeito “biônico”, o deputado que se elegeu com verba do estado, o político que nega agora ser político, que gastou 233 milhões de dólares, que não paga aos professores, aos médicos e que teve sete greves de funcionários públicos naquele estado, é uma impostura que se quer impingir ao país e que é apresentado de uma maneira colorida, repito, por aquele órgão que detém – e que os políticos não têm coragem de denunciar – um grande poder e que se chama Rede Globo.

Concedo ao nobre deputado José Fernandes o aparte, com muito prazer.

*O Sr. José Fernandes* – Deputado Lysâneas Maciel, lamentavelmente o espaço que se concede nacionalmente para encobrir os desmandos do ex-prefeito, ex-governador e ex-deputado Fernando Collor de Mello não será o mesmo que se vai dar, por exemplo, para o pronunciamento que V.Exa. faz. Oxalá, pudesse ele estar em todos os aparelhos de televisão de todas as praças do Brasil para que desnudássemos o Sr. Fernando Collor de Mello. Gostaria de saber se V.Exa. pesquisou, no primeiro ano de governo, quantos dias S.Exa. governou o Estado de Alagoas. Disse-me um professor da Universidade Federal de Alagoas, hoje, durante o almoço, que S.Exa. esteve – salvo engano – no primeiro ano de governo,

pouco mais de cem dias. Quer dizer, de trezentos e sessenta e cinco dias, S.Exa. ficou quase um quarto, apenas, em Alagoas. Veja que, para S.Exa., não interessa Alagoas. E só podemos pensar que também o Brasil não lhe interessa, porque S.Exa. não tem nenhuma proposta. S.Exa. diz que acabaria com os marajás quando nem sabe o que é marajá, uma vez que é um deles.

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Nobre deputado, são 233 milhões de dólares somente no ano de 1988. Quem é o maior marajá?

O Sr. José Fernandes – Exato. A não ser que estejamos, novamente, saindo do feudalismo, não o feudalismo econômico, mas o político, e S.Exa. deseje fazer como na época das unificações, quando surgiram os Estados nacionais e os príncipes mais fortes eliminavam os mais fracos para se tornarem mais fortes ainda, até que chegou a hora de Luiz XIV dizer que o Estado era ele. Pode ser que Fernando Collor de Mello queira eliminar todos os marajás para só ele ficar. E todo o povo passando fome. Diria mais a V.Exa.: precisa-se dizer alguma coisa em relação ao número de viagens que o então governador fez. Se, realmente, ficou apenas um quarto do seu governo no seu estado, significa que ele tem algum objetivo na conquista da Presidência da República; se não for de resgatar este estado de miséria que vive o povo brasileiro será, pelo menos, para superar o presidente Sarney em número de viagens ao exterior. Pensamos que o presidente Sarney seria insuperável nas viagens excessivas. Pode ser que Fernando Collor consiga superar, na Presidência da República, o número de viagens do presidente Sarney.

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Muito obrigado a V.Exa. pelo aparte. Concedo o aparte ao nobre deputado Artur Lima Cavalcanti.

O Sr. Artur Lima Cavalcanti – Nobre deputado Lysâneas Maciel, a pretexto do aparte da nobre deputada Cristina Tavares, acho necessário que se diga alguma coisa. É preciso separar quem ataca, critica o ex-deputado, o ex-prefeito e ex-governador Collor de Mello e quem silencia. Outro dia ouvi alguém dizer que, se bater errado no ex-governador, ele incha como pão-de-ló. Incha, não cresce. Quem critica esse espaço na imprensa, essa armação da televisão, inclusive das pesquisas de opinião pública? Quais são os líderes que chegam à tribuna para exercitar essa crítica? V.Exa., líder honrado, sério, que a Nação toda conhece, companheiro do Partido Democrático Trabalhista; o deputado Ibsen Pinheiro, homem sério, honrado, líder de um partido confuso, cheio de

facções mas, sem dúvida alguma, líder da melhor parte do PMDB, líder da herança, hoje pequena dentro desse grande partido nesta Casa que é o PMDB, da resistência democrática. E a deputada Cristina Tavares do PSDB, quem não conhece sua tradição de luta, de civismo, de bravura dentro desta Casa? Entretanto, esses criticam, vêm à tribuna e levantam a história que não houve e aquela que existe, uma história pequena, mesquinha, de herdeiros da ditadura, de sanguessugas do período autoritário, de ostras no casco de um navio afundado, que procuram resistir, tornando uma farsa sua imagem diante da opinião pública, e cercados de grupos que se querem manter no poder. Os setores que hoje se denominam “centristas”, os herdeiros do período autoritário, vicejando nos porões da ditadura, loteando o poder nesta Casa e fora dela, a partir de Brasília para todo o país, não se manifestam. Esses não vêm atacá-lo nem criticá-lo porque vêem, talvez ilusoriamente, acreditando, baseados nessas pesquisas, a possibilidade de manter os privilégios e o espaço de poder que sempre mantiveram durante o período autoritário. Essa a diferença que entendo necessária dentro da representação política em nosso país.

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Agradeço o aparte ao deputado Artur Lima Cavalcanti, que mostrou ainda haver valores que resistem neste Parlamento.

Esses fatos são conhecidos por muita gente, mas até agora ninguém falou nisso, porque essas pessoas esperam aderir ao candidato que obtiver as preferências populares. Pensam que agora, com o apoio da TV Globo e de Roberto Marinho, o filhote da ditadura seria um candidato invencível. Esse homem, responsável, inclusive, pela violenta censura exercida durante o governo de Alagoas, foi também quem adicionou o processo de fechamento do jornal *A Tribuna de Alagoas*, quando mais de 600 profissionais perderam emprego, alguns dos quais continuam desempregados. Promoveu demissões em suas empresas, além de violências e perseguições aos profissionais da emissora radiodifusora estatal. Não respeitou os sindicatos. Proibiu o recolhimento da contribuição sindical dos radialistas e ainda exerce pressão econômica não liberando publicidade ou editais aos veículos que lhe fazem críticas, reservando essas verbas para suas empresas de comunicação.

Srs. Deputados, poderíamos passar a tarde toda aqui citando os compromissos com as classes dominantes e a ação absolutamente

autoritária e repressiva, em relação às pessoas do setor oprimido de Alagoas. Quero agora submeter à apreciação dos caros colegas outro tipo de análise – o momento atual também nos permite –, especialmente sobre os chamados partidos progressistas, que estão um pouco perplexos diante do que está acontecendo. Nós sabíamos que haveria manipulação de censura: por que alguns ministros estão com suas caixinhas, conhecidas em todo o país de uma maneira franciscana, abertas ostensivamente e nada lhes acontece? Porque essas verbas serão aplicadas de maneira que os partidos progressistas não possam julgar ou demonstrar qualquer surpresa por esse tipo de manipulação. Estou-me referindo ao fato de agora ser o momento decisivo para os chamados partidos progressistas tomarem seu posicionamento. É um ato de falta de confiança na sabedoria e na experiência popular. Esse rapaz julga, através do controle dos meios de comunicação, que manterá esse ritmo até o final da campanha. Não acredito nisso, Sras. e Srs. Deputados. Creio que, se tivermos a responsabilidade e a coragem, perdendo um pouco a preguiça, de enfrentar emissoras poderosas de televisão, o processo que será desencadeado será quase um processo bíblico: “Conhecereis a verdade e a verdade vos libertará”. Todos nós sabemos que o homem mais poderoso deste país chama-se Roberto Marinho. Todos nós sabemos que esse fantoche que ocupa a Presidência da República, um dos responsáveis pelo aparecimento de certas lideranças fabricadas, antes de tomar qualquer medida, diretamente ou através de Saulo Ramos ou Jorge Serpa, pergunta aos empresários do setor de comunicações se a medida deve ser tomada ou não. O momento atual apresenta-se oportuno para se debater a participação popular. Controlarão os meios de comunicação e os meios financeiros; controlam este Parlamento através do Centrão, mas há um setor a que cabe responsabilidade – o setor da participação popular. Isso não há dinheiro, não há poderio econômico nem mesmo poderio militar que possa desfazer. Então, deveríamos submeter à apreciação dos partidos políticos e dos mecanismos tradicionais pelos quais se faz uma política eleitoral e partidária neste país. De modo geral, a experiência tem demonstrado que, com a alteração da conjuntura política, vários grupos e setores mais avançados ficaram sem rumo e sem possibilidades de uma ação renovada, face às emergentes situações criadas com a retomada do voto, com as manifestações de classe e com o avanço dos movimentos sociais. Habitados, muitos de nós, a uma situação de clandestinidade, vários setores progressistas deste país não conseguiram ainda se situar perante uma conjuntura que se modifica,

apesar de todo o esforço que o atual Governo e as classes dominantes fazem para manter a situação à qual estavam acostumados. As palavras de ordem, a aceitação da divulgação das “verdades” estabelecidas são, ao contrário, um desrespeito ao povo e aos setores oprimidos pela estrutura forjada na repressão. O que agora se impõe – isso é que é importante, não a estatística da Globo, não os recursos manipuláveis ou não – é o amplo debate que inclua a opinião e o ritmo de longos setores da sociedade, que ficaram de fora do próprio processo.

Quando esclareci que esse homem gastou somente no ano passado 230 milhões de dólares e que pagava a um médico e a uma professora, em jornada de quarenta horas semanais, NCz\$ 200,00, as pessoas disseram: “Mas isso não é possível, deputado, não sabíamos disso”. Não sabiam e não saberão, porque o controle dos meios de comunicação é muito severo. Disse-lhes: “Já denunciemos esses fatos da tribuna da Câmara e os senhores não vão saber!” Então, a responsabilidade cabe a esses 550 parlamentares, que serão obrigados quase a divulgar, num corpo-a-corpo, de ouvido a ouvido, o que está acontecendo na manipulação do processo eleitoral. Se Collor não der certo, eles vão tentar impedir as candidaturas populares, através até de emenda parlamentarista, que permite a nomeação de um chefe de Governo que não aquele preferido pelo povo deste país. Mais uma vez, notem bem, Srs. Deputados, a vontade popular será escamoteada, porque, se as candidaturas populares começarem a avançar, a emenda parlamentarista será aprovada por este Parlamento, não obstante os óbices constitucionais e morais dessa medida. Não que o sistema parlamentarista seja antidemocrático, mas pela simples razão de que a vontade popular neste país não se pode implantar, a despeito das manifestações de maturidade política de um povo, que tem configuração moral para o exercício pleno da cidadania. Mas é preciso que estejam bem atentos para não repetir o que aconteceu no passado, quando setores avançados entregavam ao povo suas bem estruturadas verdades. Isso não é mais possível e muito menos desejável. Ninguém se apossa de uma realidade sem participar, ativa ou criticamente, dos processos de escolha e de decisão.

Convém lembrar que as acusações que as esquerdas fazem entre si são exatamente as que tomam decisões pelo povo, sem atentar para seu ritmo, a sua preferência. Não é mais possível calar diante do que vem acontecendo, nem deixar de responder às constantes acusações que as esquerdas fazem entre si. Notem bem que, quando o presidente

do Senado Federal apresentou emenda parlamentarista, ferindo o texto constitucional, que só permitiria isso em 1993 – vergonha para nós do Parlamento brasileiro –, foi pedir permissão aos ministros militares e ao Governo Sarney. Não foi nem um gesto de quem poderia acreditar que o sistema parlamentarista fosse realmente o ideal. A *Folha de S. Paulo*, um dos principais periódicos, atestou, em sua folha 3, que o presidente do Senado Federal, ao apresentar essa emenda, pediu licença aos ministros militares e ao desgoverno Sarney.

Concedo aparte ao nobre deputado Celso Dourado.

O Sr. Celso Dourado – Deputado Lysâneas Maciel, o pronunciamento de V.Exa. é relevante para o momento que estamos vivendo no país e de muito valor para a prática democrática. Realmente, vivemos uma hora que exige muita responsabilidade pessoal. Os meios de comunicação, no Brasil, desenvolveram-se de uma maneira extraordinária. Quem for a qualquer povoadozinho distante, isolado cultural, social e espacialmente, lá encontrará uma televisão em cores, recebendo o recado que os donos do poder pretendem colocar na mente do nosso povo. É por isso que, neste momento, a responsabilidade pessoal do político é extraordinariamente significativa. É preciso cobrar a responsabilidade pessoal, seja do político de ideologia de centro, de esquerda ou de direita. Os meios de comunicação estão facilitando um tipo de mensagem, um tipo de pressão sobre o povo, cujo efeito pode ser tremendamente negativo. E isso não ocorre só no campo da política. Até mesmo em relação à religião, observamos isso. Fazem-se, hoje, na televisão, shows de “milagres” e de “curas”, que criam fantasias e esperanças falsas na mente de nossa gente, tão sofrida, tão marginalizada. Sem dúvida alguma, é preciso que cada político, nesta hora, faça uma autocrítica para saber se sua mensagem tem correspondência com sua prática. Sem isso, estaremos contribuindo para o descrédito, para que o povo perca a esperança de que este país precisa novamente. Viveu V.Exa. o final da década de 50 e o início da década de 60 e sabe que o Brasil vivia uma crise muito séria, mas havia uma diferença fundamental. Àquela época, a juventude brasileira, os políticos e os trabalhadores tinham esperança e acreditavam no futuro deste país. Hoje, a crise existe, talvez, em proporções maiores. É a mesma crise, só que o momento atual é pior, porque o povo está desesperançado. Perdeu, de certa maneira, a fantasia da esperança no Brasil do futuro. O discurso de V.Exa., nesta hora, é, sem dúvida alguma, uma chamada de atenção à consciência nacional, para que cada eleitor deste país procure



conhecer o político, a sua vida, a sua responsabilidade pessoal, a fim de saber se o seu discurso corresponde à sua prática. Quanto a V.Exa., não tenho qualquer dúvida, porque conheço seu discurso e sua prática e sei que V.Exa. tem exercido não só o seu mandato, mas diversas atividades na vida nacional com espírito de responsabilidade. Parabenizo V.Exa. pelo seu discurso. Muito obrigado.

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Mencionou o nobre deputado Celso Dourado a sua condição de cristão e disse que, entre a prática e o discurso, há grande diferença no comportamento político. Sabe S.Exa., teólogo que é, que, entre a prática e a fé, há o que se chama testemunho. Esse testemunho é o que estamos, tentando, aqui, analisar, e que o povo, de certa forma, tem analisado. Quando vemos que várias forças se unem contra certas candidaturas de homens com um passado de luta, passado absolutamente coerente em favor dos interesses do povo e do país; que há condenação por parte dos dirigentes partidários e da imprensa, verificamos haver nisso uma grande falta de humildade e de respeito pelo ritmo popular.

Recordo-me dos ataques tremendos que o candidato do meu partido, homem que, evidentemente, tem defeitos, vem sofrendo ultimamente, principalmente por parte dos intelectuais de esquerda, que condenam não apenas o candidato, mas, sobretudo, seus eleitores. Dizem que os eleitores de Leonel de Moura Brizola são politicamente despreparados, vítimas de manipulação populista por parte de um candidato carismático que não tem nenhum nível de consciência política. Na verdade, condenam não a alienação de Brizola, mas a dos eleitores que, teimosamente, acreditam na sua candidatura, nas suas propostas, exatamente pelo testemunho que deu como governador de estado.

Leonel Brizola não fala muito em reforma agrária, mas foi o governador que a promoveu, em terras do Exército, em Banhado no Colégio, no Rio Grande do Sul; não fala muito em desapropriação e em não-pagamento da dívida externa, mas foi o governador que teve a coragem de encampar duas multinacionais, numa época em que nenhum governador, nenhum presidente da República tinha coragem de tomar medidas como essas.

Trata-se, na verdade, de uma condenação, não apenas a uma candidatura, mas a pessoas que, em sua sabedoria e experiência, acreditam que esse homem fará transformações de que o país necessita.

Esse respeito à vontade popular não é fisiológico, pois não recebeu nenhum benefício pelo que fez. Esse homem, que esteve quinze anos fora do país, tem seus defeitos, mas nunca traiu os interesses do povo.

Este é o alerta que faço aos companheiros: tenhamos humildade, não fiquemos na posição elitista de quem não respeita o ritmo e a vontade populares. Muita gente diz que, como parlamentares, estamos traindo os interesses do povo; que o país só se modificará com uma nova Sierra Maestra, com uma revolução institucional que não pode ser traduzida apenas pelo voto. Acreditamos que também essas pessoas não interpretam a vontade da imensa classe trabalhadora. Esses setores oprimidos têm um ritmo determinado, no qual muitos dos dirigentes partidários não acreditam. Esse ritmo é que é o grande desafio aos políticos. Esse povo, que na sua maioria não tem nenhum curso universitário, que é composto por miseráveis, por setores oprimidos que não têm curso algum, na sua sabedoria e consciência populares, acredita no passado daqueles que foram fiéis às suas pretensões e aos seus anseios. Esse é o grande desafio, e não apenas colorir um menino bonitinho, não apenas apresentar esse menino bonitinho através de quem detém os meios de comunicação. O simples colorir não bastaria, Srs. Deputados, se não houvesse uma divisão nos setores progressistas do país que possibilitaria que vencêssemos a barreira de quem detém o monopólio da comunicação, o desafio das pesquisas que estão sendo feitas. Não temos apenas que encontrar caminhos junto à Justiça Eleitoral, que já deu três horas, na Globo, a esse menino bonitinho, e até agora nada propiciou aos adversários. Comprou por milhões de dólares esses horários na televisão e está aí, aparecendo nas pesquisas. Esse é o desafio maior para nós, que já sabemos desses fatos e teimamos em manter uma divisão e não respeitar o ritmo, o conhecimento e os anseios do povão deste país.

## COMEMORANDO UMA ANISTIA INCOMPLETA<sup>150</sup>

---

*Comemoração do décimo aniversário da Lei de Anistia: "O Parlamento se curvou aos chefes militares e é co-responsável pela anistia incompleta aprovada pela Constituinte."*

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, de modo geral, estamos comemorando uma anistia restrita, incompleta, que não é ampla. Há uma tendência muito grande, por parte das pessoas e dos parlamentares, para não tratar desse assunto, porque muitos o consideram como um problema de polícia, de ordem, de tumulto, de terrorismo. Quando inserimos na Constituição que os crimes de tortura e violência física eram imprescritíveis, inaniistáveis, muitos confundiram o gesto legítimo dos desesperados na busca de soluções, que a ditadura não permitia, no mesmo âmbito daqueles que torturaram, estupraram, mataram, cassaram e impediram as legítimas manifestações do nosso povo.

Mas, Sr. Presidente, o que é anistia? Não nos detivemos, ainda, para tratar desse assunto. Anistia é o resultado natural da luta pelos direitos humanos e da cidadania. Muita gente estranha que até agora não tenhamos reconhecido o gesto do general Figueiredo, que ocupava, eventualmente, a Presidência da República e que assinou a anistia. Ora, em primeiro lugar, é preciso que se entenda que, se a anistia é o resultado natural da luta pelos direitos humanos, o gesto do general de plantão não foi um favor, uma concessão da ditadura, mas um ato de justiça para com aqueles réus sem crime, que jamais violaram qualquer lei, mas defenderam os poderes constituídos, as liberdades democráticas e, sobretudo, o direito inalienável de estabelecer, neste país, um regime mais justo, mais fraterno, em que a justiça social pudesse florescer e as reformas fossem implementadas.

Portanto, o gesto da ditadura, ao conceder a anistia, por pressão da opinião pública, não foi favor, não foi caridade, não foi concessão, mas reconhecimento. Vejam, Srs. Deputados, a inutilidade da violência causada por essas várias atitudes. Isso tudo resultou nessa anistia incompleta.

---

<sup>150</sup> Publicado no *Diário do Congresso Nacional*, Seção I, de 31 de agosto de 1989, p. 8857.

Se não basta essa observação de que ela é incompleta, devemos lembrar que há 1.507 marinheiros considerados mortos-vivos, professores, funcionários públicos e militares que não foram anistiados, e nós nos esquecemos de que somos co-responsáveis, porque na Constituinte nos negamos, como salientou o ilustre representante do PMDB, a dar a anistia ampla, geral e irrestrita que o povo e aqueles que aqui estavam reclamavam. O art. 8º, § 5º, das Disposições Transitórias da Constituição concede a anistia, mas faz uma série de restrições. Diz o seguinte, entre outras coisas – para que não pensem que estou usando de uma linguagem de retórica:

“A anistia concedida nos termos deste artigo aplica-se aos servidores públicos civis e aos empregados em todos os níveis de governo ou em suas fundações, empresas públicas ou empresas mistas sob controle estatal, exceto nos ministérios militares (...)”

Então, essa Constituição endossou a determinação militar de não conceder anistia. Os constituintes de 1988 carregam nas costas o peso desses 1.507 marinheiros considerados mortos-vivos; carregam nas costas uma série enorme de situações de professores que não foram anistiados; carregam nas costas a situação de vários militares que um dia juraram defender a bandeira deste país, juraram defender um poder constituído, e que até hoje são punidos por isso.

Concedo aparte à nobre deputada Irma Passoni.

*A Sra. Irma Passoni* – Cumprimento V.Exa. Parece-me muito importante esta sessão em que se debate a questão da anistia. Na Presidência da Comissão de Serviço Público, tenho recebido permanente e insistentemente pedidos de pessoas que foram parcialmente anistiadas. V.Exa. leu um dos itens da Constituição relativos a anistia.

Também lemos o art. 8º das Disposições Transitórias: “É concedida anistia aos que, no período de 18 de setembro de 1946 até a data da promulgação da Constituição, foram atingidos, em decorrência de motivação exclusivamente política (...)” Centenas de militares estão esperando o cumprimento dessa norma constitucional. Fiz um apelo às assessorias dos ministérios militares e recebi a seguinte informação, por escrito: os ministérios militares formalizaram um instrumento de requerimento. As pessoas devem requerer o benefício porque eles precisam verificar em que estado elas estão. Ocorre que dezenas delas já têm idade

---

avançada e lamentavelmente vão morrer sem ser anistiadas. Isso é lamentável. Fazemos apelo aos ministérios militares para que desburocratizem de uma vez por todas esse procedimento e cumpram a Constituição, concedendo a anistia. Por outro lado, é lamentável que o ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, tenha dito publicamente que não vai cumprir esse princípio constitucional, não vai anistiar os servidores públicos da área de telefonia e dos Correios, porque tem de haver alguém que banque o durão e não conceda esse benefício. Recebi hoje, mais uma vez, comissão desses funcionários. Encaminhei-os à Comissão de Justiça, porque o ministro disse que a eles não seria concedida anistia. É lamentável. Esses servidores já recorreram a dezenas de processos judiciais, e o Judiciário ainda não decidiu a questão, está empurrando com a barriga. O ministro Antônio Carlos Magalhães, mesmo depois de insistentes pedidos da Comissão de Serviço Público, encaminhado àquele Ministério por intermédio do deputado Roberto Ponte, líder do Governo, nega-se a cumprir a Constituição. Pergunto, então: o que deve cumprir um princípio constitucional? Não é só comemorar os dez anos de Lei da Anistia. Como V.Exa. disse, temos de continuar essa luta, porque essas pessoas estão excluídas do direito de trabalhar e de gozar a anistia dada pela própria Constituição na área militar. Volto a apelar para as áreas militares e o Ministério das Comunicações, no sentido de que concedam o benefício. O Ministério das Minas e Energia, antes mesmo do dia 5 de outubro do ano passado, quando começou a vigor o princípio constitucional, já havia iniciado todo processo de anistia no seu âmbito. Quer dizer, é preciso um pouco de boa vontade, de humanidade, de respeito à cidadania e de civismo no cumprimento do princípio constitucional.

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Na verdade, ilustre deputada, poderemos ficar aqui citando centenas e centenas de casos de descumprimento da Constituição, mas o mais grave é que o Parlamento se curvou, o Parlamento se agachou nesses episódios todos. Recordo-me de que, com a assinatura do ilustre professor Florestan Fernandes, fizemos uma emenda proibindo que os militares – que disseram que, se aprovássemos a anistia, eles não iriam cumpri-la, conforme declaração do ministro do Exército – se pronunciassem sobre assuntos que estivessem sob apreciação da Assembléia Nacional Constituinte. O relator, pertencendo a um dos partidos de oposição, disse que aquilo era uma provocação, e o resultado é que foi inscrita na Constituição, para vergonha deste Parlamento e da Assembléia Nacional Constituinte, uma anistia restrita, não ampla, e

absolutamente em desacordo com o pensamento daqueles homens que lutaram para que pudéssemos continuar aqui esse processo de democratização do país, que não se completou. É um engano deste Parlamento achar que não somos co-responsáveis por isso. Temos de dizer que somos co-responsáveis por esses absurdos que foram inscritos na Constituição. Somos co-responsáveis. Estamos não apenas na pele de todas as pessoas que sofreram a violência, como também na daqueles que praticam a violência. Quero até dar o exemplo do ilustre deputado Sérgio Carvalho. Esse homem, que pertencia aos setores militares e que participou de uma vida digna de caserna, de repente, recebeu uma ordem de um energúmeno que se chama brigadeiro Bournier, de um indivíduo que é uma personalidade anômala e que, pior que do isso, levou para o exercício do seu comando toda a tragédia da sua anomalia psíquica. Esse cidadão, que contribuiu para a morte da Stuart Angel, para o desaparecimento de um companheiro que tinha assento aqui, que teve o desplante de determinar a explosão de um gásômetro no Rio de Janeiro e de querer lançar no mar várias lideranças políticas. Pois bem, esse nosso colega, que não cumpriu essa ordem, até hoje está condenado por essa anistia, porque o seu raciocínio é correto. Quem estava na defesa da liberdade, da ordem e da democracia não cometeu crime algum. Quem cometeu crimes? O capitão Sérgio ou o brigadeiro Bournier? Quem é o criminoso? Esse indivíduo foi à televisão atacar a integridade do deputado Sérgio Carvalho. Ele teve coragem de ir lá e dizer que é preciso colocar esses que se insurgem na cadeia. Imaginem o crime do então capitão Sérgio!

Num debate na televisão, na segunda-feira, o famoso coronel Erasmo Dias virou-se para o vice-prefeito de São Paulo e disse: “V.Exa., como comunista, devia estar na cadeia”. Quer dizer, esses homens estão aí julgando os defensores da democracia e da ordem. Falam em um programa de televisão. É a mesma declaração que fez agora um dos candidatos a presidente da República. Não me estou referindo àquele que era um manequim da ditadura e que desfilava nesse tempo, mas a um outro, que disse: “Vale estuprar, desde que não se mate”.

Estamos sofrendo a inversão de valores por causa da omissão do Parlamento.

O ministro do Exército dizia que não cumpriria a determinação da Constituição, e isso impressionou os constituintes. Na verdade, não tivemos coragem de enfrentar a decisão militar, e a anistia foi incompleta. Como consequência, estamos assistindo a isso.

Queria chamar a atenção para a nossa co-responsabilidade. Estão aí as viúvas desses marinheiros, que são considerados mortos-vivos. Qual foi o crime que cometeram? Acreditaram que eram cidadãos de primeira categoria. E a Constituinte reconheceu que eles têm direitos a estes gestos elementares da democracia, como votar, ser votado etc.

Ouçó, com prazer, o nobre deputado Amaury Müller.

*O Sr. Amaury Müller* – Nobre deputado Lysâneas Maciel, V.Exa., como tantos outros brasileiros que perderam suas vidas ou parte delas na luta contra o regime militar opressor, demonstra que não se nutre de ódios nem se alimenta de rancores, ao provar, uma vez mais, que essa anistia que aí está, na verdade, não consegue apagar da memória da sociedade brasileira as violências e os crimes cometidos pelos que se adonaram ilegítimamente do poder, durante mais de duas décadas. Anistia, afinal de contas – é bom que os generais que estavam de plantão à época saibam –, não é uma benesse, não é um favor, não é uma concessão e, muito menos, um perdão. Perdão os então donos do poder têm de pedir ao povo e à História pelos crimes que cometeram. A anistia devia ser esquecimento, na medida em que ela pudesse ser ampla, geral e irrestrita, contemplando todas as vítimas do regime militar. Quantos militares legalistas, quantos servidores públicos, profissionais liberais e membros de outros segmentos da sociedade, que outra coisa não fizeram senão defender a Constituição pisoteada, violentada pela minoria fardada que tomou o poder, sofreram os horrores da perseguição e da violência e até hoje não foram anistiados? Disse bem V.Exa., deputado Lysâneas Maciel, que a luta continua. Agora, equivocam-se aqueles que imaginam que é possível esquecer. É possível perdoar, nobre deputado, porque, afinal de contas, o perdão é um ato da vontade humana, mas esquecer, jamais. Como esquecer Rubens Paiva, Manoel Fiel Filho, Wladimir Herzog, Edson Luís e tantas outras vítimas que foram sacrificadas nas enxovias, nos ergástulos da ditadura militar? É impossível esquecer. Agora, que fique esta lição: a História jamais foi escrita à ponta de baioneta e a bico de fuzil. E esses que pensam deter o poder, essa minoria privilegiada que rescende a perfumes caros, mas está podre por dentro, devem saber, para sempre, que, na sombra de cada um dos brasileiros que tombaram na luta contra a ditadura, se levantarão milhares, milhões, para fazer a verdadeira anistia ampla, geral e irrestrita chegar; então, teremos realmente a Pátria livre. Muito obrigado a V.Exa.

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Srs. Deputados, estávamos comemorando os dez anos da anistia. Em São Paulo, verificamos – fui convidado pelo Comitê – uma coisa muito curiosa: sentadas na primeira fila, como representantes latino-americanos, estavam as mães da Praça de Maio, que deram seus depoimentos e não pararam a luta. Ali também estavam vários familiares de pessoas aparentemente desaparecidas, mas cujo destino é por demais conhecido desta Nação.

Como bem disse o deputado Amaury Müller, o problema não é de revanche, mas de justiça.

Quantas vezes, desta tribuna, pedíamos – sentada ali a Liderança da Arena –, em nome da religião, que os corpos de Mata Machado, Paulo Stuart, Stuart Angel e de várias outras pessoas fossem entregues às suas famílias, para que tivessem um enterro cristão, e a Liderança baixava a cabeça. E a Liderança do Governo era composta de homens ilustres que conheciam a situação. Eu me recordo de que o líder do Governo era de Minas Gerais, colega de Edgar da Matta Machado, um homem da maior dignidade, um líder cristão que cobrava o corpo do filho para que sua esposa e suas irmãs pudessem dar-lhe um enterro cristão. Tudo isso foi negado, em nome da ordem – a velha desculpa da lei e de um sistema que acreditava que somente a força seria capaz de mantê-los no poder. Foram incapazes de entender que a força que coage o povo, mas não persuade a sua vontade, terá efeitos negativos dentro de um prazo muito curto. Foram incapazes de entender isso, porque não lhes interessava.

O mais curioso – o ilustre deputado Paulo Ramos conhece estes fatos – é que todos esses indivíduos que se envolveram na repressão fazem parte do crime organizado, porque já eram criminosos por vocação. Vários desses elementos hoje são contrabandistas, controladores do crime organizado, como, por exemplo, lá em São Paulo, esse coronel que achava que o vice-prefeito de São Paulo devia estar na cadeia. Elegeu-se graças ao crime organizado.

Eram criminosos por vocação, intuitivamente. Eles participavam daquilo não por um dever de ofício, mas porque – todos sabemos – entre as aspirações e as lutas legítimas do povo havia, permanentemente, um homem armado, civil ou militar, para impedir que essas manifestações ocorressem.

Mas eles se esqueceram de que esse povo começou a aprender a conviver com a violência e com o medo. E, quando voltamos do

---



exílio, percebemos que o povo estava nas ruas – não foram os partidos políticos nem as lideranças políticas – a exigir a volta do regime democrático. Esse povo aprendeu a conviver com o medo, chegou à maioria através do sofrimento. De que adiantou matar, prender e cassar tanta gente? O povo, na sua sabedoria, experiência, está começando o julgamento.

Uma das lideranças desse partido, quando se votou a Lei da Anistia, na qual constava o nome de vários parlamentares, disse: “Não me incomodo com essas listas que se publicam pela canalha da esquerda, mas é que o meu filho está sendo incomodado, porque é apontado como filho do traidor”.

Mas o julgamento da História chega para os indivíduos tanto quanto para as nações. De acordo com esse julgamento, esses homens – e não é preciso, deputado Amaury Müller, que sejamos revanchistas – estão julgados e condenados. Podem cassar, matar, torturar, estuprar e até justificar isso numa campanha à Presidência da República, mas não podem afastar dois elementos inarredáveis da história de qualquer povo, que são o tempo e a História. Já estão julgados e condenados pelo tempo e pela História.

Como dizia no início desta ligeira observação, temos a responsabilidade de completar a anistia. Ela é nossa função, como disse o professor Florestan Fernandes. A Constituição está inacabada. Compete-nos, com coragem, sem revanchismo, completá-la.

Não podemos celebrar dez anos de anistia, porque ela não ocorreu. Não falo apenas pelos tipos teratológicos que ainda invocam a utilização desses métodos de violência, mas para que se aplique o mínimo de justiça sobre esses elementos que estão aí ao desamparo, considerados mortos-vivos, em vários setores da sociedade.

Para aqueles que julgam que não somos co-responsáveis por essas coisas que acontecem, por essa violência inútil, queria lembrar aqui um fato. Dizia um pastor da minha igreja, que conheci pessoalmente, uma frase muito sugestiva e que lembra os primórdios do regime nazista:

“Primeiro, vieram buscar os comunistas; não disse nada, porque não era comunista; depois, vieram buscar os judeus; não disse nada, porque não era judeu; depois, vieram buscar os operários dos sindicatos; não disse nada, porque não era

operário sindicalizado; depois, vieram buscar os católicos; não disse nada, porque era protestante. E quando isso aconteceu não restou mais ninguém para falar, e o Nazismo se instalou com a complacência e a omissão das autoridades.”

Não podemos permitir que isso aconteça no Parlamento do Brasil.

Concedo o aparte ao nobre deputado Jorge Arbage.

*O Sr. Jorge Arbage* – Nobre deputado Lysâneas Maciel, agradeço a Deus a oportunidade de estar com 65 anos e ter tido o ensejo de conquistar quatro mandatos eletivos consecutivos, para que, neste momento pudesse ter o privilégio deste reencontro com V.Exa. Eu e V.Exa. nos identificamos nos objetivos e divergimos apenas no campo das idéias. Sou testemunha da história da anistia neste país. Vi, deputado Lysâneas Maciel – e devo dizer isso a V.Exa., com o coração dilacerado – tombarem nesta tribuna muitos parlamentares: V.Exa., Marcelo Gato, Alencar Furtado – esses, da minha época de Congresso Nacional. Não me competia indagar as razões das punições impostas a V.Exa. Afinal de contas, estávamos num regime autoritário. Reconheço a existência de muitos excessos e a prática de tantas injustiças, entretanto quero registrar um episódio histórico ligado a anistia. Era eu vice-líder da Arena, quando dois projetos aqui chegaram: um, oriundo do Executivo, assinado pelo ex-presidente João Figueiredo, e, outro, firmado pela bancada do MDB. O do presidente concedia a anistia ampla e irrestrita, enquanto o projeto da Oposição fazia algumas restrições aos exilados, no que diz respeito ao direito de poderem concorrer a qualquer cargo eletivo. Faço aqui, deputado Lysâneas Maciel, uma confissão: com a devida permissão levei os dois projetos ao presidente Figueiredo e, perante S.Exa., optei pelo projeto do MDB. Veja V.Exa. como assumimos certas posições motivados pelas contingências. E o presidente Figueiredo, deputado Lysâneas Maciel, virou-se para mim, com emoção, e me disse: “deputado Arbage, oriente a nossa bancada para aprovar o projeto que encaminhei. Lugar de brasileiro é no Brasil”. Retornei a esta Casa, e o meu partido, a Arena, votou maciçamente a concessão da anistia a todos os políticos punidos pela revolução. Não direi a V.Exa. que fizemos um favor. Perante a justiça de Deus, quem sabe, corrigimos algumas injustiças. A sessão em que fizemos essa votação foi histórica. Ainda me recordo de que, desta tribuna, apelei aos companheiros do MDB para que votassem o nosso projeto. A bancada retirou-se em debandada, dizendo-nos apenas: “Assumam sozinhos a responsabilidade por esse evento histórico”. Graças a Deus,

bem ou mal, justa ou injustamente, perdão ou não-perdão, marcamos, naquele instante, o início da caminhada do Brasil pela pacificação de todos os brasileiros. Só isso já nos compensa, deputado Lysâneas Maciel.

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Sr. Presidente, reconheço que o projeto do MDB realmente era pior do que o do presidente Figueiredo. Faço justiça ao deputado Jorge Arbage neste depoimento. Mas isso implica duas coisas: o ato do presidente Figueiredo, reconhecendo, inclusive, que os exilados tinham o direito de votar e voltar a concorrer nas eleições, não foi um favor, nem concessão, porque eram homens que lutavam pelos interesses do país, pelas liberdades democráticas. Em segundo lugar, sabemos que o MDB do meu tempo – e, posteriormente, muitos se imbuíram dessa idéia – foi uma criação artificial do regime de força. Havia a necessidade de dar ao mundo a impressão de que aqui havia uma oposição consentida, a qual, muitas vezes, tinha um comportamento, como neste caso, pior do que o da própria Arena. Éramos, muitas vezes – e um senador da Arena disse isso – empecilho para que se estabelecesse aqui uma distensão lenta e gradual. No que diz respeito a esse episódio, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é preciso restabelecer a História. E a História já está julgando esses homens, como se pode ver nos resultados das pesquisas. Esses homens que defenderam anistias parciais e a extensão das condenações, nos Atos Institucionais, de 10 para 15 anos, estão sendo julgados pela História e pelo povo. E pensam que o povo não tem memória, que se pode cortar, de repente, a História com uma tesoura! Isso não é verdade. Esse povo tem sabedoria política, experiência e, no momento necessário, vai entender todas as medidas tomadas contra a democracia e contra o estabelecimento de uma justiça no país.

Ouçó o nobre deputado Paulo Ramos.

O Sr. Paulo Ramos – Nobre deputado, gostaria de apartear V.Exa. muito rapidamente e elogiá-lo pela precisão do pronunciamento que faz, quando se refere à mancha que a Assembléia Nacional Constituinte deixa no novo texto constitucional pela não-concessão da anistia àqueles que ainda a esperavam, que confiaram na Assembléia Nacional Constituinte e que lotaram as galerias esperando um gesto de grandeza dos representantes do povo. Aqueles que votaram contra as propostas que concediam uma anistia ampla, geral e irrestrita, imaginando que estavam prestando um preito às Forças Armadas, equivocaram-se. Estavam, simplesmente, submetendo-se à vontade e ao império dos ministros militares que

não compreenderam o significado do momento constituinte, porque não compreenderam o significado da vida. Enquanto não houver uma anistia ampla, geral e irrestrita no país, as Forças Armadas estarão no banco dos réus, sendo submetidas à permanente condenação, não por todos os seus integrantes, mas por uma parcela que praticou atos ignóbeis, matou, assassinou, torturou e perseguiu, porque não foram todos os militares que fizeram isso. Hoje talvez a maior parcela dos não-anistiados esteja exatamente nas Forças Armadas. Temos aqui o exemplo do deputado Sérgio Carvalho e o testemunho de alguém que, pertencendo às Forças Armadas e integrando seus quadros, não permitiu que pelo menos uma parcela fosse mais denegrida através de atos já revelados por V.Exa., que são do conhecimento de todo o povo brasileiro. Há de acontecer no país a verdadeira anistia, e, quando assim ocorrer, teremos não o esquecimento e o perdão, mas a possibilidade da pacificação nacional. Enquanto isso não ocorrer, aqueles que pensam e falam em nome das Forças Armadas irão na contramão da História, porque falam em nome da instituição homens como o capitão Sérgio Miranda de Carvalho, hoje deputado federal. Mas o povo brasileiro ainda há de colocar no Congresso Nacional uma representação que não se vai curvar aos titulares das pastas militares de plantão e que estarão sempre na contramão da História. Esperamos, também, que das Forças Armadas sejam alçados aos ministérios militares representantes verdadeiros do sentimento que prevalece no seio da instituição, pois a pacificação nacional virá, uma vez que é a vontade do povo brasileiro. Parabéns a V.Exa.

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Agradeço a V.Exa. o aparte.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, estamos falando de paz. Não há paz nos sepulcros caiados, não há paz nas aparências.

Quando se trata de certos assuntos, esses setores não querem ser incomodados pelos gritos dos desesperados, esquecendo-se de que a repressão condiciona o comportamento daqueles que se revoltam. E quando falamos de paz, não é uma questão de esquerda ou de direita. Não é uma questão de comunismo ou de subversão, mas de justiça. E não haverá paz na família brasileira enquanto não nos conscientizarmos de que essa Constituição está inacabada e de que a pacificação só será feita no momento em que essa violência inútil for corrigida através de uma anistia ampla, geral e irrestrita.

## SETORES ATRASADOS VERSUS FORÇAS POPULARES<sup>151</sup>

---

*Preconiza a necessidade de superação das divergências entre as forças progressistas para imediato apoio à candidatura Lula no segundo turno das eleições presidenciais contra Collor.*

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vamos para o segundo turno. As forças progressistas mostraram uma dimensão bem maior do que esperavam seus eternos adversários. Por outro lado, a derrota fragorosa de um candidato como Ronaldo Caiado mostrou que não há, pelo menos por enquanto, espaço para a extrema direita. O que nos interessa agora é a arregimentação rápida dos setores progressistas para a próxima etapa.

Na verdade, o momento das alianças exige uma capacidade maior de articulação e um compromisso definido com os setores populares de uma maneira que ultrapasse, de longe, divergências de interpretação e de análises de conjuntura. É preciso reconhecer que as diferenças são necessárias a um convívio democrático e sadio e imprescindíveis ao desenvolvimento de uma nação; mas é indiscutível que a realidade social não se faz conforme nossa interpretação e sim através do ininterrupto embate entre as forças políticas que configuram um país.

Não há como tentar forçar a realidade. Quanto às forças progressistas, é preciso que tomem consciência de que o momento é por demais importante para que ainda continuem a acentuar divergências e provocar aqueles grupos que discordam, quanto a métodos ou mesmo quanto a pontos doutrinários.

Em tempos de crise, como o que temos de enfrentar agora, é necessário trabalhar com cuidado para que as atitudes políticas, principalmente as partidárias, não venham a interferir nos processos de conquistas e dos avanços populares. Isso significa que as articulações em torno

---

<sup>151</sup> Publicado no *Diário do Congresso Nacional*, Seção I, de 30 de novembro de 1989, p.14261.

do poder devem visar sempre, e principalmente, ao avanço dos setores oprimidos e seu crescimento político.

Assim, não resta dúvida de que o apoio a Lula e ao PT deve ser feito com a maior brevidade possível. As articulações necessárias entre partidos (não são fáceis e nem visíveis como pode parecer à primeira vista) exigirão de todos grandeza e acuidade em relação à atual conjuntura.

O que não podemos perder de vista é a arregimentação que se faz do outro lado, isto é, outros grupos sociais e políticos que jamais se mostraram do lado dos setores populares. Todos os analistas de certa responsabilidade reconhecem que nossa economia de mercado é perversa e baseada num grau de exploração totalmente condenável e desumano. Não vamos, agora, deixar que, mais uma vez, os representantes destes setores continuem no poder. Nada justifica alguns argumentos na direção do quanto pior melhor e nem das táticas de firmar posições. É preciso vencer e ocupar as posições que permitam o celeramento da democracia, mas de uma democracia efetiva e duradoura, isto é, aquela que não se prenda aos interesses de uma burguesia incompetente e irresponsável.

Neste momento, Lula representa o passo possível e necessário, e os setores progressistas devem reforçar sua candidatura, mostrando os rumos da transformação da sociedade.

Os argumentos que procuram demonstrar as dificuldades das alianças podem até ser verdadeiros, mas os interesses do país são bem maiores do que essa divergência ocasional. Lembro-me das palavras de Leonel Brizola, há poucos dias. Temos de fazer um armistício quanto às nossas diferenças. Tudo o que ocorreu antes do pronunciamento das urnas passa a ser secundário. Na realidade, estamos advogando aqui que é muito fácil e tranqüilo discutirmos nossas divergências. É até atraente fazê-lo, mas com isso vamos perder a visão do que estamos enfrentando. A luta não é entre Covas e Brizola; não é entre Brizola e Lula; é entre setores atrasados, que oprimem o povo brasileiro, e as forças populares, que podem não ter uma proposta das mais perfeitas e ideais, mas representam o povo neste momento, na tentativa de mudar o país.

Esse avanço das forças populares demonstra que é inarredável a marcha dos setores que sempre foram marginalizados, colocados ao largo da sociedade. Muitas vezes, nós mesmos colocamos dentro da nossa consciência a idéia de que a pessoa, por não ter grau universitário e por não ter um preparo intelectual maior, não está preparada para ser cidadão de

primeira categoria e aspirar à Presidência da República. Na verdade, Lula tem essa qualificação. Não era o meu candidato. Passa, a partir de hoje, a ser meu candidato, como é o do meu partido. De hoje em diante, vamos lutar de todas as maneiras – nos comícios, nas praças públicas, distribuindo panfletos – para que ele represente o avanço possível no momento.

O que está em discussão não é uma luta entre Lula e Brizola – repito –, mas uma luta entre Roberto Marinho, os banqueiros nacionais e internacionais – as mesmas forças que vieram da ditadura –, e os setores populares, que agora procuram ocupar o seu lugar.

Esse, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na verdade, é o grande significado desta luta. Aqueles que pensam que é uma simples eleição presidencial estão enganados. Estão querendo nos empulhar e até implantar o parlamentarismo.

Por que esse sistema neste momento, que pode ser até uma forma democrática de governo? É para impedir que o povo, afastado do voto direto durante trinta anos, decida; uma vez mais eles querem impedir o eventual vencedor dessa disputa de ser o representante legítimo do cidadão brasileiro.

A luta é entre o cidadão de primeira e o de segunda classe, de acordo com a concepção das classes dominantes deste país. Vamos optar pelo cidadão marginalizado, de segunda classe, e eleger Luiz Inácio Lula da Silva o presidente da República.

Muito obrigado.

---

## DEUS OU COLLOR, ZEUS OU ZÉLIA<sup>152</sup>

---

*Critica o aviltamento salarial provocado pelo Plano Collor e os privilégios concedidos às elites.*

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, o senador Roberto Campos, que acabou de assomar à tribuna, relatou vários casos de empresas e empregados que estão fazendo acordos em bases inferiores àquelas previstas pela inflação galopante e pelo aviltamento do salário. E S.Exa. citou alguns poucos casos, mas a partir de agora poderia citar dezenas, centenas de outros, porque o ambiente de terror que existe no país vai facultar esse tipo de procedimento. Os trabalhadores, em virtude da necessidade de sustentar suas famílias, possivelmente para manter o emprego, vão ser obrigados a mergulhar numa das mais profundas crises de aviltamento salarial da história do país.

Lembro-me de que em 1966 este mesmo ilustre senador, depois de aviltar o salário dos marítimos, dos ferroviários, dos aeroviários, dos empregados das empresas estatais, depois de proibir praticamente o direito de greve, S.Exa. apresentou o que se chamou Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, que significava nada mais nada menos que o seguinte: tirou do trabalhador um bem que não era apenas dele, mas de sua família, a estabilidade no emprego. Aliás, a exposição de motivos de S.Exa. foi objeto até de um incidente engraçado, se não fora trágico: como presidente da Comissão de Minas e Energia, eu disse a um dos ministros da área econômica, o Sr. Mário Henrique Simonsen, que a lei que criou o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço se destinava a atrair o capital estrangeiro, sem os ônus e os encargos sociais e trabalhistas. Para aquela autoridade, que veio da mesma escola de economia – possivelmente com o mesmo brilho intelectual, possivelmente a mesma cultura do senador Roberto Campos, mas também aliado a uma insensibilidade tremenda –, o trabalhador passa a ser número, passa a ser apenas uma referência da economia. S.Exa. me disse o seguinte: “V.Exa. é conhecido como um deputado brilhante” – citou uma série de outros adjetivos – “mas também é muito radical!”

---

<sup>152</sup> Publicado no *Diário do Congresso Nacional*, Seção I, de 10 de abril de 1990, p. 2223.



Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, quando disse que aquela lei se destinava a atrair o capital estrangeiro, estava citando, literalmente, as palavras do senador Roberto Campos. Esta lei se destina a atrair o capital estrangeiro – repito – sem os ônus e os encargos sociais e trabalhistas. Hoje, o que se repete aqui é isso. S.Exa. vem dizer que empregados estão aí a receber salários menores. É claro que estão. O que se está querendo lançar sobre este país é o desespero, porque os trabalhadores daqui a pouco começarão a mesma escalada de 1964, admitindo restrições aos seus salários e direitos. De repente, quando a fome, o desemprego e a recessão baterem nas portas das famílias, qual a alternativa que restará a essa gente? Redução de salário não bastará, senador. V.Exa., ao citar esta lei, que aparentemente é igualitária – “não, são os trabalhadores que estão querendo” –, faz-me lembrar uma lei que existia na França e que foi citada por Anatole France. Esta lei dizia o seguinte : “É proibido tanto ao rico quanto ao pobre furtar pão e dormir debaixo da ponte”. Uma lei feita para os ricos e para os pobres, da mesma forma que essas leis do pacote, pois atingem todos.

Na verdade, Sras. e Srs. Congressistas, esta fantasia, esta impostura, esta mistificação de que este pacote é contra as elites vai ser destruída hoje à tarde, no exame do inciso II do art. 7º da medida provisória 168. Sabem por quê? Porque naquele artigo está escrito nada mais nada menos do que o seguinte: “Excetuam-se das restrições desta medida provisória os depósitos interfinanceiros”.

Alguns economistas aqui sabem dizer o que é depósito interfinanceiro? No mercado do trabalho não existe essa expressão. Mas ela está escrita na Medida Provisória 168, que será votada por este Congresso. Sabem V.Exas. o que significa isso? Significa, pura e simplesmente, que às vésperas da decretação do plano, vazaram informações para alguns apadrinhados – e não se trata apenas de familiares do presidente, não se trata apenas do governador de Alagoas – mas de centenas de pessoas, e citei uma cifra modesta. Eu disse, ao alertar o eminente presidente do Senado, que já estava a caneta funcionando, beneficiando as elites, para que tivéssemos a oportunidade – que a TV Globo teve – de apreciar as medidas. Quarenta bilhões de dólares saíram pelos dedos através de privilégios concedidos pelo inciso VII do art. 2º. Bilhões de dólares, que poderiam ser destinados aos trabalhadores, saíram para os protegidos. Os grandes banqueiros, os grandes bancos, puderam fazer operações sob o título suspeito de Certificados de Depósitos Interfinanceiros, não incluídos nas restrições do art. 6º, ou seja, enquanto modestos poupadores ficaram submetidos ao limite de cinquenta mil cruzeiros, resultantes da poupança de muitos anos.

Banqueiros nacionais e internacionais fizeram várias operações. O presidente do Banco Central sabe que isso aconteceu, porque na segunda-feira, dia 19, pronunciei um discurso, e à tarde veio uma instrução do Banco Central dizendo que esses depósitos interfinanceiros também não deveriam estar privilegiados por aquela medida. Mas o Congresso, que não quis tomar conhecimento das medidas no sábado, no domingo, só veio a tomar conhecimento das medidas na terça-feira, e, a esta altura, não pôde tomar uma atitude.

Estou desafiando o presidente do Banco Central e a ministra da Economia para que venham aqui desmentir ou dar os nomes desses banqueiros, desses grandes operadores e, segundo se propala, de parlamentares beneficiados por isso. Por que não dar guarida ao pedido de informações do PDT sobre isso? A esta altura, alguém apresenta emenda propondo a igualdade de condições existentes para o trabalhador, banqueiros e empresários. Em que tipo de medida estão querendo lançar este país?

Ninguém, em sã consciência, pode negar que a ciranda e a especulação financeiras tinham de acabar. Ninguém agüentava mais a inflação existente. Mas chamaria a atenção dos senhores para o seguinte: a quem se pede o sacrifício real? Se este Governo realmente quiser dar um tratamento igualitário, conter a inflação e cortar privilégios, deve adotar a emenda que apresentei e mandar apurar quais foram os banqueiros e os bancos que receberam indevidamente esses privilégios, proibidos principalmente aos pequenos poupadores. Pretende-se apresentar ao país agora um plano de contenção, um plano de estabilização financeira e econômica. Mas a economia permite alternativas. E a alternativa adotada por Collor é a seguinte: pretende-se, para acabar com a inflação – e esse é o grande problema do Plano Collor –, pôr em risco a vida da economia brasileira, os empregos e os salários da imensa maioria da população. É isso que está em jogo. Esse não é o caminho, essa não é a alternativa que interessa ao povo para combater a inflação. Essa é a alternativa dos ricos, do FMI, dos grandes banqueiros e empresários, que enfrentam o processo inflacionário através da contração econômica, da diminuição da atividade econômica, provocando recessão, desemprego e queda do salário real. A alternativa dos pobres é, ao contrário, a do crescimento econômico, a da manutenção do emprego e a do aumento das rendas das famílias, para fortalecer a economia do país, a fim de gerar novos empregos e oportunidades de trabalho para todos, e não a redução de salários e de jornada, como pretende o senador Roberto Campos.

Dizer, portanto – este é um dos enganos que há –, que o Plano Collor era a única opção possível de combate à inflação é camuflar a verdade, é tentar iludir os indefesos e os destituídos, para que ofereçam como sacrifício, no altar da estabilização econômica, o único bem que possuem, a coisa mais sagrada para eles, o seu sustento e o de sua família.

Neste momento em que há no país expectativa de recessão – demonstrei aqui através de um quadro –, quero ver quem votará contra esse privilégio dado por meio da Medida Provisória nº 168. É claro que o presidente Collor sabia. A ministra da Economia, quando fez exceção para os ricos e poderosos, sabia perfeitamente que não vazou informação apenas para os protegidos e áulicos, para aqueles que sempre se locupletaram no país. S.Exa. queria dar cobertura legal para que os atos contidos na medida provisória produzissem efeitos imediatos. A esta altura, quem ressarcirá o país desses prejuízos?

Há outro exemplo que citarei aos Srs. Congressistas: elaboramos outra emenda, que propunha que os grandes devedores da Previdência Social fossem obrigados a pagar. Notem bem, Sras. e Srs. Parlamentares, nossas emendas seriam no sentido de não dar privilégio e de não permitir que os pobres poupadores e desempregados paguem por esse plano econômico.

Depois que perguntamos ao ilustre representante levantino que hoje preside o Banco Central se alguma providência seria tomada em relação aos sonegadores, o Sr. Ibrahim Eris disse que este seria um Governo sério, que não admitiria mais sonegadores. Perguntamos, então, através do senador Nelson Wedekin – não podíamos fazer a pergunta diretamente porque estávamos no Senado –, o que iria ser feito com relação aos devedores da Previdência Social. S.Exa. alegou dificuldade de compreensão da língua, disse que não entendia a pergunta – o que vamos admitir. Mas passamos as cifras através do senador Nelson Wedekin. São 108 bilhões de dólares, Sras. e Srs. Congressistas. É esse o débito dos devedores privados da Previdência Social. Esses não foram sequer mencionados no plano. Mexer no salário, pode. Reduzir salário, pode. Mexer na poupança, pode. Agora, tocar nos grandes empresários e banqueiros, isso não pode.

É isso que o Congresso tem de decidir, e não ser contra ou a favor de Collor ou do plano de estabilização econômica e financeira do país. Esse plano não é divino. Ao contrário, encontra sérias restrições morais, e citei apenas duas. Temos de decidir. Não se trata de Deus ou Collor, ou Zeus ou Zélia, mas simplesmente do interesse do país e dos mais carentes e necessitados.

## MEDIDAS QUE USURPAM FUNÇÕES DO CONGRESSO<sup>153</sup>

*Faz considerações sobre o caráter autoritário, semelhante ao do AI-5, das medidas provisórias do Plano Collor.*

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, há pouco discutíamos com o ilustre representante do povo paulista, professor e deputado Florestan Fernandes, sobre um artigo muito percussivo. S.Exa. analisava com muita tranquilidade a questão das medidas provisórias, fazendo uma pergunta muito simples: “Será que, para o combate à inflação, as medidas corretivas dos descabimentos da administração brasileira não podem ser obtidos num regime democrático? Será que esse combate tem de ser através de medidas discricionárias, herança da ditadura militar, como a medida provisória, o decreto-lei e o ato institucional?”

Tanto nós como o professor Florestan Fernandes acreditamos que isso pode e deve ser obtido através de uma prática democrática. O presidente Fernando Collor de Mello preferiu a via autoritária, a via da pressão. E, nesse seu afã de subtrair-se ao caldeamento democrático, ao aperfeiçoamento das instituições e ao enfrentamento da crise por intermédio do processo democrático, chegamos a uma situação crítica, com a Medida Provisória nº 173, que vai ser examinada hoje, que impede a concessão de liminares, ações cautelares, mandados de segurança e outras promovidas contra atos relativos à aplicação das demais medidas que implementam o plano econômico.

Como os Srs. Congressistas percebem, a Medida Provisória nº 173 permeia todas as outras. Ela está embutida nas medidas que estão sendo submetidas à apreciação do Congresso Nacional e aprovadas a toque de caixa. O doloroso é que, se o presidente Collor vier a falhar no seu plano de governo, enfim, nas várias medidas que revelam falta de equilíbrio no exercício da Presidência da República, isso não será como um desastre de motocicleta, ou uma queda de pára-quedas. Se o Governo errar, todo o país sofrerá as consequências. Teremos muito mais vítimas do que aquelas atingidas por um desastre de motocicleta a 160km por hora ou um salto de pára-quedas, ou qualquer um dos instrumentos que Sua Excelência tem usado para manter a imagem de *marketing* de uma pessoa moderna e saudável.

<sup>153</sup> Publicado no *Diário do Congresso Nacional*, Seção I, de 18 de abril de 1990, p. 2540.

A Medida Provisória nº 173 é a mais reveladora de todas. Ela diz respeito à impossibilidade de as pessoas atingidas pelos atos institucionais irem à Justiça para reclamar seus direitos, como, por exemplo, uma empresa que é fechada, com milhares de funcionários colocados na rua. A privatização, colocada nas mãos de uma economista, que pode até ter seus méritos, mas não é uma deusa nem tem o dom único da verdade, não pode ser objeto de apreciação do Poder Judiciário. É o AI-5 revigorado com a chancela do Poder Legislativo. E por quê?

Ao não permitir a concessão de medidas liminares, Collor está pura e simplesmente dizendo que seu Governo, no exercício de poderes normativos que lhe são excepcionais – e é preciso que se note o caráter da medida provisória, que tem força de lei, mas tal não é, porque tem caráter de provisoriedade na sistemática constitucional por ele, Governo, transformada em panacéia jurídica usurpadora das funções que são a própria razão de ser do Congresso Nacional –, ao executar as normas provisórias que tornam os atos de aplicação imunes à medida liminar, na verdade faz sobrepassar esses atos à própria ordem jurídica.

O Governo legisla e aplica a lei; enfim, quando ele deixa de submeter-se à apreciação do Judiciário, também julga seus próprios atos. Esse é o quadro que temos em vista. Essa, a Medida nº 173, que hoje vamos examinar.

A inconstitucionalidade dessa vocação é flagrante.

O grave, Sras. e Srs. Congressistas, é que alguns magistrados – muitos até de certo respeito, professores universitários – levantaram-se para defender a perfeita adequação dessas medidas à Constituição Federal. Tais heresias inspiraram-se talvez num efeito que estamos ainda observando como resquício da ditadura: quase todos os integrantes das cortes superiores foram indicados pela ditadura. Estamos ainda sob o efeito dessas nomeações.

Alguns magistrados disseram que isso é perfeitamente adequado. Na verdade, os juízes são ética e legalmente proibidos de tecer considerações antecipadas sobre problemas jurídicos, até porque tais problemas podem ser submetidos à sua apreciação.

Não se trata, Sras. e Srs. Congressistas, de fazer considerações sobre o direito em tese, mas declarações sobre ações que, inevitavelmente, seriam e serão ajuizadas para o fim de desencorajá-las e fazê-las abortar. O absurdo disso tudo é que, na verdade, o direito natural,

inato ao homem, de bater às portas dos tribunais, a esses pleitearem seu direito, após prudente contraditório, está vedado com a aprovação, que nos afigura iminente, da Medida Provisória nº 173. Fala-se até, Srs. Congressistas, que há precedente de subtração da apreciação judiciária dos atos discricionários e arbitrários do Executivo. Os precedentes que houve – e fiz um exame detalhado da legislação – decorreram de atos do Congresso Nacional, e não, como agora se invoca, de atos do Poder Executivo – como o famoso caso da importação de automóveis, em que se impôs a necessidade de suspensão de medida liminar, mas de ato exarado e editado pelo próprio Congresso Nacional.

Há matérias, e todos os que têm um princípio de conhecimento jurídico e um sentimento democrático razoável sabem, que se incluem entre as que constituem reserva legal para o Poder Legislativo. Todavia, ainda que lhe façam restrições, a mais tranqüila e absoluta reserva legal diz respeito às garantias individuais que preservam valores acima do Estado: direitos inatos e imprescritíveis.

Protegidos estão direitos e garantias individuais contra aos meramente equiparados à lei, mas que com a lei não se confundem. A essencialidade desses valores à vida democrática os faz situar com anterioridade no corpo das Constituições.

Não constituem matéria suscetível de delegação legislativa os direitos individuais, conforme expresso no art. 68 da Constituição Federal, e estão protegidos pelo devido processo de lei. A proteção judiciária contra a lesão ou ameaça de direito é garantia individual, segundo o art. 5º da Constituição Federal. O mandado de segurança é garantia constitucional, segundo o mesmo art. 5º, e a legislação sobre ele constitui reserva absoluta de lei, não podendo ser objeto delegação ou de medida provisória.

Na verdade, esse revigoramento do Ato Institucional nº 5 lembra-nos aqueles dias mais trágicos da ditadura. Estávamos aqui naquela época, e acabaram com os *habeas corpus* e com o mandado de segurança. A ditadura começou a editar a lei, como hoje quer Collor; aplicar a lei, como hoje quer Collor; e subtrair-se à apreciação da Justiça, como quer Collor.

Naquela época – estou vendo a figura ilustre do senador Mata Machado aqui presente –, impetramos *habeas corpus*, que era proibido pela ditadura, a fim de que o corpo de seu filho, massacrado pelos esbirros da ditadura, fosse entregue à sua família, para que lhe pudesse dar um enterro cristão.

Dizia-se, então, que não havia *habeas corpus*, nem direitos e garantias individuais. E é isso exatamente o que o presidente Collor quer reavivar. Não estamos, positivamente, ainda na época dos massacres, das torturas, dos desaparecimentos, mas esse exemplo vivo do senador Mata Machado, que está aqui conosco, mostra o que pode a arbitrariedade.

Naquela época, invocaram-se os mesmos argumentos para se defender a lei e a ordem, e aqui, para que se faça a implementação de um projeto econômico, querem subtrair essas mesmas garantias e esses mesmos direitos. Se concedermos ao presidente da República esses poderes excepcionais, toda a sistemática de seu plano, todo o altar do endeusamento de um plano de estabilização financeira e econômica, será norteadado e pautado pelo parâmetro de suspensão dos direitos e garantias individuais.

Nos próprios corredores do Congresso Nacional, temos a presença de populares que não mais se podem assentar na tribuna livre desta Casa para assistir às votações e decisões dos deputados e senadores. Assistimos também à ação da mesma polícia, possivelmente mais do Senado do que da Câmara, para impedir que as pessoas cantassem os seus direitos, canções dolentes, tristes, pleiteando dos senadores e deputados, seus representantes provisórios – nós é que somos provisórios, não as medidas –, o direito de se chegarem a eles trazendo-lhes suas reivindicações, uma vez que podem adotar a mesma sistemática, como de fato estão fazendo: transformam essas pessoas em simples números. Recordo-me de que, naquela época, a Eqüitativa tinha prejuízo. E como é que o Sr. Roberto Campos, os mesmos ministros, os mesmos tecnocratas propuseram resolver o problema da Eqüitativa? Fecharam a Eqüitativa. chefes de famílias suicidaram-se. E, agora, quantos vão suicidar-se?

Temos o dever de defender 30%, ou o que seja, a favor dessas pessoas atingidas por esses atos arbitrários. Temos também de salvaguardar o Judiciário para que aprecie se isso é justo ou não, se isso é absurdo ou não, se há violação ou não de direitos individuais. Ora, não se pode dar ao deus Collor ou à deusa Zélia o poder de extinguir direitos e fazer toda essa parafernália para que se resolva o problema econômico. E tudo poderia ser bem resolvido mediante as alternativas que este Congresso está pretendendo oferecer.

Não somos contra o combate à inflação – quero repetir – nem a favor da continuidade da ciranda financeira. Entretanto, não pagaremos este alto preço de minar o relevante papel do Poder Judiciário somente para agradar ao homem que quer conservar o AI-5, lançar-se de pára-quedas ou viajar de motocicleta a 160km por hora.

## A NAÇÃO QUER VER JUSTIÇA<sup>154</sup>

---

*Faz extensa crítica ao Plano Collor. Discute vários projetos que regulamentam o artigo 192 da Constituição e menciona o de sua autoria, junto com o deputado Florestan Fernandes, que regulamenta o crime de usura e a cobrança de juros. Afirma que dispositivos relativos à economia popular não merecem a atenção governamental.*

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje apreciaremos vários projetos de lei que regulamentam o art. 192 da Constituição Federal e seu § 3º.

Ocorre que a regulamentação do crime de usura e a cobrança de juros e comissões têm sido aqui matérias-tabus. Aliás, está determinada a cobrança das taxas de juros reais nos exatos termos do § 3º do art. 192 da Carta Magna. No entanto, tal matéria, pela força que os banqueiros têm nesta Casa, ainda não pôde ser votada. Vários setores da economia estão à espera de que o Congresso Nacional, usando de suas atribuições normais, regulamente essa questão.

Hoje votaremos os Projetos de Lei nºs 989/88, 2.005/89, 2.798/89 e 602/83, cujas matérias foram tratadas por vários deputados: Luiz Salomão, Vilson Souza, Gastone Righi e Fernando Gasparian. Até agora, essas proposições não tinham tido acolhida, apesar de o deputado Luiz Salomão ter apresentado seu projeto seis dias depois de promulgar-se a Constituição. Isso revela uma característica deste Governo: a de editar leis, ou medidas provisórias – que não são leis, mas têm força de lei – quase toda semana. No entanto, os dispositivos que dizem respeito à economia popular, aos direitos e garantias individuais não merecem atenção governamental.

Há pouco tempo, o presidente da República, num espetáculo de *marketing* eleitoral, fez uma encenação no corpo dos granadeiros, exigindo obediência ao chefe. Está previsto na Constituição que S.Exa. é o comandante-em-chefe das Forças Armadas. Mas o que quis dizer

---

<sup>154</sup> Publicado no *Diário do Congresso Nacional*, Seção I, de 27 de junho de 1990, p. 7919.



aquela encenação, aliás, prontamente desobedecida pelo general que se pronunciara anteriormente? Quis Sua Excelência dizer que era comandante e de fato o é. Porém, enquanto diz que é comandante, seleciona dispositivos constitucionais que considera bons, porque são convenientes, sobretudo para respaldar sua inclinação totalitária.

No entanto, quando a Constituição diz que os direitos e garantias constitucionais não podem ser objeto de lei delegada, portanto, de medidas provisórias, Sua Excelência se esquece convenientemente desse dispositivo, atacando categoria por categoria dos funcionários públicos, dos pequenos poupadores. Dir-se-ia que tal atitude do chefe do Governo poderia ser apenas por acidente, no cumprimento das metas do Plano de Estabilização Econômica. Afirmou-se até que a característica deste Governo é a modernização.

Então, vamos examinar os fatos: esta semana, ele atingiu os procuradores; na anterior, os funcionários da Caixa Econômica Federal; em seguida, os petroleiros; e agora vem atingindo categoria por categoria. Isso lembra 1964, não há nada de novo. O filme é velho, já foi visto. Em 1964, o Governo começou a editar decretos-leis de preferência, ou seja, a medida provisória de hoje. Primeiro ele pegou a categoria dos marítimos, depois, a dos ferroviários, em seguida a dos aeroviários, por último a dos bancários. O Governo então passou a proibir o direito de greve, a ditar as leis salariais, a manter o arrocho salarial. Finalmente, em 1966, culminou – é bom que se lembrem aqueles que vêm modernidade nesse Plano Collor – com o Plano do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

O que visava aquele plano? Atrair o capital estrangeiro sem o ônus dos encargos sociais e trabalhistas. Naquela época, ele tirou a estabilidade do trabalhador, que era o seu bem e o de sua família. Agora, Collor exige que, no altar da estabilidade econômica, se tire o sustento da família, do trabalhador, seu emprego – o bem sagrado que tem –, seu Fundo de Garantia, enfim, tudo aquilo que represente suas condições básicas de sobrevivência.

Naquela época, havia a recessão, o desemprego, o arrocho salarial, a proibição de greve. Neste plano, Collor acrescenta um novo elemento: o confisco do patrimônio – confisco esse proibido pelo direito de propriedade estabelecido na Constituição e pelas várias restrições constitucionais, confisco daquilo que está na propriedade direta ou indireta da pessoa.

O que existe de novo é apenas o confisco patrimonial. O resto é imposição do FMI.

Portanto, a mania de pinçar dispositivos bons ou maus, de violar a Constituição a varejo ou atacado, é a característica principal a característica dominante desse plano.

Diz-se-ia, Sr. Presidente, que estas são palavras radicais, que esta análise é indevida. Vou citar aqui, para exemplificar, expressões literais do Sr. João Santana, secretário de Administração Federal. S.Exa. disse que “a opinião pública exige sangue” – palavras publicadas textualmente na semana passada. A opinião pública quer ver o sangue dos funcionários públicos, o sangue dos pequenos poupadores, a opinião pública se compraz com esse espetáculo de despedida de milhares e milhares de pessoas.

Ninguém é contra a melhoria dos serviços administrativos, ninguém é contra o combate à inflação, ninguém é contra o combate à especulação financeira. Porém, o secretário da Administração Federal – que o analista qualificaria de verdadeiramente patológico – deve ter uma anomalia qualquer. Ele não pode estar traduzindo apenas as ordens do presidente da República – disse que a população quer ver sangue. O sangue, repito, dos pequenos poupadores, dos funcionários públicos, dessa multidão de pessoas que está aí hoje numa angústia terrível.

A Nação encontra-se perplexa. Milhões de pessoas estão sendo atingidas pela insensibilidade desse plano, que está aplicando medidas lineares. Os funcionários públicos e os trabalhadores não são pessoas humanas, mas apenas números. As medidas são lineares. É um percentual, ou seja 30%. São 12 mil na Petrobras, 14 mil na Caixa Econômica Federal. Entendam o que está significando esse plano.

Collor quer ver sangue, mas não o sangue dos grandes especuladores. Sempre se afirmou que esse plano foi elaborado para proteger os descamisados, os pés-descalços. Na Medida Provisória nº 168, que constituiu a espinha dorsal do Plano Collor, há oito inconstitucionalidades flagrantes. Direitos e garantias individuais foram violados aos montes. Por exemplo, direito adquirido foi violado, como também o patrimônio e a propriedade privada. Várias outras medidas foram tomadas contra os pequenos investidores. E, em relação aos grandes especuladores, aos megaespeculadores, o que Collor fez? Collor disse textualmente que estão excluídos daquelas limitações os depósitos interfinanceiros.

É preciso que se repita, porque essa expressão não se encontra nos manuais de administração financeira ou de economia e não faz parte do jargão do mercado. Seriam, por acaso, os depósitos interbancários em seus instrumentos, o CDI o cheque administrativo, o DOC? Nada disso, Sras. e Srs. Deputados. Em qualquer mesa de operação de investimentos não existe esta expressão “depósitos interfinanceiros”.

Quando alertávamos o presidente do Senado para o fato de que essa era uma medida de privilégio para beneficiar os grandes e poderosos, S.Exa. não teve o cuidado de reunir o Congresso Nacional na sexta-feira e no sábado, a fim de impedir mais esse privilégio odioso, que coloca nas mãos dos sete maiores investidores a importância total de 42 bilhões de dólares. Entre esses privilegiados, estão familiares do presidente da República, os grandes investidores já citados, inclusive os sete maiores. E por quê? Atesto para V.Exa. que apresentei minha emenda às 13h30, antes que se estabelecesse o prazo para a iniciativa das propostas. E, às 17h30, a ministra Zélia – o Zeus do Olimpo –, através de uma portaria, que não revoga lei, retirava aquele privilégio, porque minha emenda suprimia os grandes especuladores das limitações de 50 mil cruzados ou de 20% dos seus depósitos.

Agora, a ministra se nega a informar ao Congresso Nacional – Câmara e Senado – quais foram esses beneficiados, entre os quais vários parlamentares, que retiraram a sua emenda.

Notem bem que essa portaria da Ministra Zélia foi enviada para o Sr. Ibrahim Eris às 17h58 do mesmo dia 15; não apenas quatro ou cinco horas a partir da minha emenda, mas por quatro ou cinco dias fizeram neste país várias operações contábeis nos bancos. Não foi por acaso que o deputado Osmundo Rebouças, relator da mesma emenda, disse-me ao acolher a minha emenda, vetada pelo governo Collor, que os banqueiros estavam furiosos, porque iria haver um desnudamento geral, ou seja, daqueles que foram beneficiados, dos privilegiados.

Quem se beneficiou? Quais foram os privilegiados? São 42 bilhões de dólares que o Governo quer recuperar, através das medidas de disponibilidade.

O Governo Collor quer ver sangue, mas o sangue do pequeno poupador, dos assalariados, dos funcionários públicos. Essa medida é uma confissão daqueles privilégios, excluídos os depósitos interfinanceiros, quer dizer, excluídos os robertos marinhos e os bozano-simonsens da

vida, os parlamentares que se beneficiaram do vazamento de informação. A portaria dirigida aos bancos faz referência a operações realizadas anteriormente ao dia 15.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos interessados em saber quais foram os nossos colegas, os banqueiros que retiraram seu dinheiro, para que não se lance essa medida punitiva sobre uma classe tão sofrida e maltratada – o menor salário mínimo do mundo – e se coloquem nas mãos desses indivíduos, eternos usufrutuários do Poder, 42 bilhões de dólares. A Sra. Ministra alega o sigilo bancário, que não existiu quando meteu a mão no dinheiro do pequeno poupador, das cadernetas de poupança, que inexistiu em várias ocasiões e agora existe para proteger os megaspeculadores.

Não há razões éticas. Estou mostrando a V.Exa. que cada medida provisória implica seis ou sete violações da Constituição. O Governo só aplica o que lhe convém e o que é bom para sua arbitrariedade, para seu imperialismo, porém ignora completamente os outros dispositivos constitucionais.

Perguntaram-me outro dia, em uma reunião de trabalhadores, quando fui informado de que alguns deles haviam se suicidado e outros enfartado: “Que fazer, deputado? Diante de um violador da lei, de um presidente que só aplica os dispositivos da Constituição para o que lhe interessa, ignorando os outros, só há uma atitude digna – resistir.”

Não temos um Governo, temos um presidente megalomaniaco, acolitado por uma corte de tecnocratas que desejavam ver sangue. A expressão não é minha, é do ministro João Santana. Com os poderes que tem, S.Exa. não estava falando em seu próprio nome, porque não há Governo, há vontade de um presidente.

Sras. e Srs. Deputados, estamos diante de um homem que usa da Constituição aqueles dispositivos que são bons à sua ótica distorcida e arbitrária. Os dispositivos que considera maus, não os aplica, ignora-os.

Como é que a população atingida tão fundamentalmente deve reagir?

Há momentos em que temos de pregar a resistência civil.

O presidente não pode demitir 30 milhões de pessoas. Segundo um técnico do Governo, se esse plano der certo, teremos 6 milhões de desempregados da construção civil, serão 8 milhões. Isso significa que

serão atingidas 32 a 35 milhões de pessoas. Está-se plantando essa sementeira de violência, essa angústia, e as pessoas não têm tranquilidade alguma com esse clima de insegurança.

Está-se lançando também esse tipo de luta de classe. Quando o secretário João Santana diz que a população quer ver sangue, deseja lançar aqueles que são contra o imobilismo e os privilégios dos marajás contra toda uma categoria. Então diz assim, de maneira linear, que é preciso demitir 30%, que é preciso demitir não 320 mil, mas 360 mil – vejam com que prazer esse indivíduo diz, na televisão, que é preciso aumentar o número.

E agora, que o Brasil perdeu o campeonato mundial de futebol? O Governo queria fazer isso dentro de um sistema acelerado. É a velha técnica do pão e circo. Aliás, menos pão e mais circo. Não funcionou, e a população afinal pode começar a ver inteiramente o que significa esse plano.

O Sr. Roberto Campos – e gosto muito de citar este exemplo por que S.Exa. foi o inspirador do Plano Collor, bem como o Sr. Delfim Netto, que agora frequenta o Palácio do Planalto com a mesma desenvoltura de quando manipulava as estatísticas – diz aqui que há agora dezenas de sindicatos querendo reduzir o seu salário. É claro que esses trabalhadores estão concordando em reduzir os salários. É a mesma argumentação do diretor da Mannesmann: “Vocês querem perder a cabeça ou o braço?” Quem tem filhos pequenos, aluguel a pagar, médico, é claro, concorda em reduzir seu salário até a metade.

Ouçó com prazer o nobre deputado Luiz Salomão.

*O Sr. Luiz Salomão* – Nobre deputado Lysâneas Maciel, venho acompanhando com atenção seu brilhante pronunciamento, em que V.Exa. aborda as questões do momento, o cinismo do Governo, sobretudo de seu Ministério mais importante, o da Economia, Fazenda e Planejamento, que não vem respondendo aos requerimentos de informação desta Casa. No dia 24 de junho, esgotou-se o prazo que a ministra Zélia Cardoso de Mello tinha para responder ao requerimento de informação em que eu indagava exatamente sobre a emissão irregular de CDI e sobre uma portaria que modificou a Medida Provisória nº 168, tema da curiosidade cívica de V.Exa.

Cita também o nobre colega esse acólito terrorista da ministra Zélia Cardoso de Mello, que é o Sr. João Santana, que vem pregando o terror e desmantelando a máquina pública, ao tentar encerrar os cursos da Ence

(Escola Nacional de Ciências Estatísticas) e ao demitir os digitadores do Serpro para poder abrir espaço à contratação de serviço privado de digitação, tendo em vista, sobretudo, as eleições. V.Exa. está fazendo uma análise completa e integrada de todos os dissabores que este Governo vem causando ao povo brasileiro, de todo o desmascaramento daquela pregação que os meios de comunicação fizeram, apresentando o Plano Brasil Novo como a salvação da Pátria. Em realidade, houve a liberação dos recursos das empresas e o seqüestro apenas da liquidez e da poupança das pessoas físicas, dos pequenos poupadores, que foram confundidos com os grandes especuladores. V.Exa. põe a nu a incompetência, a incongruência e a falta de patriotismo deste Governo.

Neste momento, estão chegando ao Congresso Nacional cópias da Medida Provisória nº 193. Se V.Exa. tivesse tido a oportunidade de recebê-la, iria observar, como fizemos, que ela constitui uma provocação absurda contra a classe trabalhadora, porque restaura o arrocho salarial nos mesmos moldes dos célebres decretos-leis da ditadura. V.Exa. está de parabéns pela percuciência das considerações que faz a este Plenário.

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Agradeço a V.Exa. o aparte, nobre deputado Luiz Salomão. V.Exa. é um dos autores de um projeto que o Governo Collor deveria pinçar para regulamentar a aplicação da Lei de Usura, acima dos 12% da correção monetária. Essa lei, Collor não a pinçou porque atinge os banqueiros. Mas leis de demissão de funcionários públicos, de demissão de procuradores e de economiários estão sendo aplicadas, enquanto naquela que atinge os sonegadores ele não tem coragem de mexer, nem lhe interessa fazê-lo, porque senão irá mexer no cerne do seu sustento político eleitoral e do “Centrão”.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, com essas decisões, tem havido uma série de enganos na remessa de medidas provisórias para cá. Teria sido realmente um engano? É que, quando se envia uma lei e esta vem com defeitos, torna-se a remetê-la, a fim de ganhar tempo. Por que remeter duas medidas provisórias, hoje, para cá? Para ver se alcança o recesso parlamentar para que possa legislar, para que possa atingir o pequeno e continuar nessa política de sangue. Repito: política de sangue. Não é minha a expressão, mas do secretário de Administração Federal.

Na verdade, a maneira como age o presidente Collor deixa todos numa atmosfera de desconfiança que vem engrossando gradativamente, à medida que esses projetos de lei e essas medidas provisórias vão

sendo editados. Não se pode pensar que foram fruto de decisões apressadas, o que já seria preocupante. Refletem uma personalidade autoritária, biliosa e doentia, que se escuda em tecnocratas, sem a menor sensibilidade quanto aos seres humanos atingidos pelas medidas. Embora o presidente tenha refreado seus impulsos, em virtude possivelmente da proximidade das eleições e também da reação do Congresso Nacional, que é tímido e continua abdicando das suas funções, da sua envergadura e da sua coluna vertebral, é preciso estar atento para essa tendência que ele tem de desrespeitar as leis e impor sua vontade. Ele ainda conta com o apoio de parte significativa da imprensa, que endossa as suas atitudes. Mas, no momento em que o quadro alterar, esses abusos todos deverão mudar a opinião pública, alertando-a sobre os perigos que pairam sobre a Nação.

Fiz vários pronunciamentos, inclusive na Câmara, para mostrar o quanto têm sido ilegais e inconstitucionais as investidas de Collor. A repercussão tem sido pequena, justamente porque a imprensa não vem dando a devida atenção aos atos que se acumulam perigosamente ao longo dos famigerados cem dias. Tive oportunidade de insistir no fato de que a investida sobre as poupanças populares representa um confisco de bens e de propriedades. Não satisfeitos com essa medida abusiva, que, sabemos, só prejudicou o pequeno poupador, tentam tornar sem efeito as decisões dos Tribunais do Trabalho, arranhando perigosamente nossas conquistas constitucionais.

Sr. Presidente, não há aqui espaço para comentar cada um dos incisos violados pelo presidente Collor. Na verdade, estamos vivendo uma atmosfera de desrespeito, de abuso de poder e de violação clara da Constituição que acabamos de editar. E não estamos tendo a envergadura e a capacidade para fazer cumpri-la. Não temos notícias, até agora, de medidas concretas contra os crimes do colarinho branco. Citei apenas um exemplo. Em vez disso, promovem-se aquelas medidas espetaculares de *marketing* político, de mandar demitir alguns médicos. Por que o Governo Collor não cobra dos devedores privados da Previdência Social um montante superior à dívida externa do Brasil? Enquanto isso, presenciamos filas enormes nos postos de saúde e essa situação deprimente, em que crianças estão morrendo à míngua, sem serviço de atendimento médico-hospitalar, instrumental e medicamentoso porque entre os seus maiores sustentadores estão precisamente aqueles que não pagam suas contribuições. Estes não recolhem contribuição dos seus empregados e

até o Imposto de Renda, e mais tarde são beneficiados por parcelamentos sem juros e correção monetária – que ele não permite que dêem aos trabalhadores –, a mesma correção da inflação que ele também não aplica aos devedores da Previdência.

A quanto montam os débitos dos devedores privados da Previdência Social? O número é superior à dívida externa do Brasil.

Haveria necessidade de compressão sobre os proventos dos aposentados? Haveria necessidade de filas médicas, de deficiências médicas nos hospitais? Seria preciso que tantas crianças morressem? Não haveria necessidade alguma, se Sua Excelência estivesse realmente com intenção de corrigir esse déficit público. Mas não há medidas contra os criminosos de colarinho branco.

Sabemos que as grandes fortunas dos megaespeculadores já estão recompostas. Vimos com espanto a ministra Zélia Cardoso de Mello alegar quebra do sigilo bancário, quando instada pelo Senado e pela Câmara a apresentar os nomes das pessoas que sacaram pouco antes do Plano Collor. Não deixa de ser irônico – é bom repetir – quando esse mesmo grupo invadiu as contas particulares e as poupanças de tantas pessoas e de pequenos investidores. Para esses não houve sigilo bancário.

Na verdade, Sr. Presidente, o que mais nos preocupa é que o desrespeito às leis representa perigo real para a população. Uma vez que optamos pela democracia, não há como justificar as medidas arbitrárias. O perigo é que os políticos arbitrários não conseguem superar a vertigem do poder e ameaçam a estabilidade das instituições.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Nação não quer ver sangue, quer ver justiça. Quer ver aplicado um plano que atinja todos, nas suas desigualdades.

Essa impostura, essa mistificação declarada pela ministra da Economia de que a Nação quer ver sangue, é a ótica de um deformado, de um psicopata que está traduzindo possivelmente as ordens de outro psicopata, com intenção totalmente arbitrária.



## UM CASUÍSMO INACEITÁVEL<sup>155</sup>

---

*Repudia as articulações políticas para aumentar o número de membros da Câmara dos Deputados, apesar de ser um dos beneficiados pela proposta, uma vez que não foi reeleito.*

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, temos observado que há vários movimentos, em diversos setores da população, a respeito de determinadas articulações que buscam o aumento do número de representantes no Congresso, para incluir suplentes e facilitar a vinda daqueles que não conseguiram eleger-se. Quero apenas salientar que também não consegui minha reeleição. Portanto, eu seria beneficiado com o aumento do número de vagas na representação do Rio de Janeiro, que seria acrescida de mais seis cadeiras. Todavia, Sr. Presidente, acho que esse é um casuísmo inaceitável no momento em que o povo se encontra absolutamente à mercê de uma propaganda orientada e orquestrada para a desmoralização do Poder Legislativo. Pelo que vimos, embora já se tenham esboçado várias reações contrárias, as tentativas continuam com endosso de Lideranças e setores dos vários partidos.

Não creio que essa discussão deva ser extensa nem nos deva ocupar por muito tempo, pois se trata de um casuísmo que só poderá prejudicar a democracia e contribuir para a desmoralização do Congresso. Como o *Jornal do Brasil* mencionava, em editorial do dia 6, a tentativa, neste momento, feriria a Constituição, uma vez que o que se encontra na lei é que, se houver alguma reforma quanto a números e proporcionalidade, as mudanças deverão efetuar-se no ano anterior às eleições. É claro que isso é o que dizem a Constituição e o texto da legislação ordinária, não sendo oportuno tentar agora essa ampliação ou essa alteração de porcentagem. A insistência nessa direção só poderá configurar uma imoralidade aliada à inconstitucionalidade.

Por outro lado, pode-se sentir que medida dessa natureza não encontra respaldo popular, pois o povo certamente veria aí mais um casuísmo a prejudicar a confiança depositada nos representantes que lá estão.

---

<sup>155</sup> Publicado no *Diário do Congresso Nacional*, Seção I, de 20 de novembro de 1990, p. 12348.

Devo confessar que vários eleitores meus se animaram com a notícia de que a representação carioca seria aumentada em seis representantes e eu estaria aí incluído, uma vez que sou um dos primeiros suplentes. Se de um lado sabemos que há distorções quanto a essas alegadas proporcionalidades, elas não podem ser corrigidas assim. Lembro-me de que, na época do Governo militar, e posteriormente na Constituinte, havia necessidade de estabelecer o chamado voto ponderado, ou seja, manter currais eleitorais, especialmente no Norte e no Nordeste, a fim de compensar a votação de outros centros mais politizados. Assim, o voto de um eleitor do Acre valia vinte e três vezes mais do que o de um eleitor de São Paulo, e, se não me falha a memória, o de Rondônia também. Isso não significava respeito à representatividade popular.

Ora, nós nos insurgimos contra isso e declaramos que o voto de todos os brasileiros deveria ser igual em todo o país, dependendo apenas da proporcionalidade em relação à população. Mas isso não foi possível, e hoje se mantém uma regra que não é a ideal. A proporcionalidade mantém uma exagerada representatividade no Amapá e em alguns pequenos estados guindados recentemente a esta condição, apenas para satisfazer não à população daqueles locais, mas a outros interesses. Um exemplo típico é que se elegeram elementos do Sul que foram comprar mandatos no Nordeste. O próprio ex-presidente da República José Sarney “alugou” uma residência no Amapá e se elegeu ali senador, contrariando frontalmente o espírito da lei e da Constituição. Um outro, indigitado malversador de fundos da Funai, também se elegeu, juntamente com sua esposa e seus familiares. Quer dizer, esse instrumento se transformou não numa defesa da representatividade, mas sim numa oportunidade para colocar no Congresso aqueles que receberam as benesses de cargos públicos, elegendo representantes que nada têm a ver com a população daqueles estados que dizem representar. Isso demonstra que o sistema ainda não é aquilo que se chamou, na prática internacional, de “one man, one vote”, ou seja, “um homem, um voto”; esse casuísmo, essas manobras têm a finalidade espúria de compensar pelas classes dominantes essa eventual diferença na representatividade popular. Essa situação impõe correção, mas não da maneira como se pretende: de última hora.

Segundo declarações de auxiliares do Governo, mais precisamente do seu próprio líder na Câmara, o Governo abriga em seu seio um dos principais gângsteres da fraude eleitoral, cujo nome é PC Farias. É mister que essa prática eleitoral também seja corrigida: mas não a essa altura,

acenando com a possibilidade de se colocar no Congresso aqueles que, por várias circunstâncias, inclusive vítimas de processos eleitorais distorcidos, não conseguiram o seu lugar.

Esta Nação já se está acostumando com a falta de vergonha. O líder do Governo, que anteriormente chamou o então governador Fernando Collor de “príncipe da corrupção”, diz agora que o presidente da República é partícipe da fraude eleitoral, e acusa como responsável por ela o auxiliar direito de S.Exa., “o homem da caixinha”, no qual todos reconhecem o gângster confesso, porque foi acusado e não fez nada para se defender.

Por outro lado, o Sr. Ministro da Justiça preocupa-se com a nudez das mulheres na televisão, quando deveria ter em conta, por exemplo, o fato de o líder do Governo na Câmara afirmar que há gângsteres fraudando a vontade popular. Há gângsteres, onde eles estão? No Palácio do Planalto, acobertados pelo presidente da República, que também é acusado diretamente de cúmplice, de acobertador dessas anomalias.

Mas nada disso impressiona mais este país. Há um gângster lá distribuindo dinheiro. Continua fazendo isso naturalmente com dinheiro fraudado, sonegado, das intermediações de negócios em que o Governo é parte. Esse fato é sabido, não impressiona mais o país.

Enquanto isso, o senador Jarbas Passarinho está voando e se impressiona em restabelecer a censura, se preocupa – repito – com a nudez das mulheres na televisão, sem todavia se indignar com a falta de pudor dos costumes públicos deste país.

Quando um representante do povo, líder do Governo, do qual faz parte, diz que até os juízes de Alagoas estão misturados ao processo de fraude eleitoral, não causa mais espécie esse tipo de impostura, de indignidade, de ilegalidade.

Nada disso, Srs. Deputados, deve servir de desculpas para se pretender, neste momento, aumentar o número de deputados paulistas, cariocas e de alguns outros estados da Federação. Cumprir o preceito constitucional é imprescindível, mas temos de analisar com muita profundidade, a fim de que não se desmoralize mais esta Casa, permitindo a volta de vários de nós que não conseguiram o sufrágio eleitoral suficiente, mesmo com um processo eleitoral profundamente distorcido. Sr. Presidente, quando o momento era próprio, o assunto não mereceu a atenção da Câmara dos Deputados.

Creio que é de fundamental importância que a população brasileira não se veja mais uma vez ferida ao presenciar tantos casuísmos acumulando-se através das atitudes de seus homens públicos. De qualquer maneira, é preciso dizer que não se corrigem assim as distorções do nosso sistema representativo. Ao contrário, o que tornaria mais eficaz seria a demonstração firme de afastar das ações do Congresso Nacional tantas adaptações e tantos arranjos, porque, isso sim, afeta o povo, tornando-o cético e desconfiado quanto aos seus representantes.

Toda ação política deve ser exercida no sentido pedagógico e na direção do crescimento da cidadania, o que não ocorre num clima de desesperança e de cansaço. Fundamentalmente, o que temos a dizer é que não se age dessa maneira para alcançar resultados mais compensadores. Respeitar o resultado das eleições faz parte da ação educacional a que me refiro, e corrigir, separar gângsteres – confesso que estou repetindo as palavras de um líder do Governo –, separar gângsteres – repetito – é uma tarefa que se impõe imediatamente. O Congresso Nacional não pode, a pretexto de combater o gangsterismo que está ocorrendo na política, atingindo, segundo palavras do deputado Renan Calheiros, inclusive a própria Justiça Eleitoral, escorregar mais, criando casuísmos que desmerecem a instituição.

Na verdade, esta alteração – aumento de número de deputados –, feita agora, ofenderia o eleitor duas vezes, o que é absolutamente inadequado, pois o desrespeitaria, além de afrontar os eleitos.

É preciso analisar com cuidado por que tantos eleitores deixaram de votar ou anularam seus votos. Isso talvez possa produzir efeitos mais salutares do que introduzir agora a mudança nas regras do jogo. Não nos podemos esquecer de que imensas tarefas ainda estão à frente do Congresso Nacional, tanto no que diz respeito à elaboração das medidas complementares como na busca de novas alternativas à surrada maneira de se fazer política no Brasil.

Sabemos que os casuísmos são uma constante e que é preciso combater com vigor o vício de sua utilização. Mas não creio que assim se corrige o processo eleitoral.

Fui consultado por pessoas ligadas a determinada publicação: “Mas V.Exa. será beneficiado com isso; é um ato de justiça; V.Exa. foi elogiado por todos os órgãos que apreciaram sua ação na Constituinte, e todos

eles reconheceram – UnB, Diap, Inesc – a sua profunda e coerente ação em favor dos interesses do país e do povo.”

Portanto, Sr. Presidente, este é um alerta, pois, na calada da noite, pode ser tentada, uma vez mais, esta solução: aumentar em dez ou quinze o número de representantes para São Paulo, aumentar em seis ou sete o número de representantes do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e de vários outros estados.

Sr. Presidente, não é assim que se corrige o erro, porque, nesse caso, nos estaremos igualando aos gângsteres que, dentro e fora do Poder Executivo, estão distorcendo os resultados eleitorais.

---

## É DANDO QUE SE RECEBE<sup>156</sup>

---

*Contesta a “modernidade” do Governo Collor, “uma política que não atende o interesse nacional”.*

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, os resultados das últimas eleições mostram claramente os verdadeiros aspectos da chamada “modernidade”, do governo Collor. Vitoriosa sua campanha, marcada pelo poder econômico, pelas distorções verificadas na própria Justiça Eleitoral, pelas denúncias de um de seus principais líderes, candidato ao governo de Alagoas, de que havia gângsteres no Palácio do Planalto, verificamos que imediatamente foram buscar, entre os congressistas mais dúcteis, mais complacentes, mais maleáveis e – por que não dizer? – de reputação mais duvidosa seus devotados e fiéis servidores. As leis, que poderiam ser inspiradas no bem público, trazem a marca do interesse individual ou de grupos.

Antigamente, havia certo pudor de se alinhar com a Presidência da República, mas, depois que um deputado por São Paulo disse aqui, de maneira cínica, que “é dando que se recebe”, os líderes dos diversos partidos proclamam abertamente que apóiam o presidente da República na medida em que sejam contemplados seus interesses individuais. O interesse público não entra nisso nem mesmo em nível de retórica. O líder de um partido quer nomear os dirigentes da Light, senão faz campanha contra o presidente da República; o líder de outro partido quer nomear os dirigentes do Loyd Brasileiro, senão vai para a Oposição. É nesse balcão de negócios que se está transformando o Congresso Nacional. Pouco importa a moralidade das pessoas indicadas. O que interessa é que o presidente “moderno” os está atendendo.

Ninguém precisa ter a menor ilusão: em fevereiro do próximo ano, todos esses rebeldes que, neste momento, manifestam algum inconformismo com a “modernidade” do presidente da República vão voltar à velha prática, e tudo vai ocorrer “como dantes no quartel de Abrantes”, todos vão adaptar-se gostosamente à “modernidade” de Collor, ou seja, a essa política em que o interesse nacional não é atendido.

---

<sup>156</sup> Publicado no *Diário do Congresso Nacional*, Seção I, de 28 de novembro de 1990, p. 12828.

Estão caindo as máscaras, Sr. Presidente. A Constituição de 1988 não está em vigor; o que vigora – na Casa ninguém ignora o fato – é a prática das medidas provisórias, é a vontade imperial. Como tenho dito várias vezes, sem contestação, não temos um Governo; temos um governante megalomaníaco, assistido por uma corte de acólitos, economistas insensíveis, que nada têm a ver com os interesses do país.

Mas, agora que a imprensa traz notícias dos desacertos da equipe presidencial, a imagem trabalhada que era oferecida à população caminha para uma perspectiva mais próxima da realidade. Verificamos que a proteção da imprensa era realmente tendenciosa. O fato é que o papel da imprensa é decisivo para a visão mais adequada de uma liderança que tem alterado, em demasia, várias regras do jogo do poder. Os perigos da excessiva confiança ou de um apoio irrestrito numa situação como a nossa colocam em risco a existência da própria democracia e o desenvolvimento pleno da cidadania.

É preciso notar que algumas das facetas perigosas das atitudes do presidente (que agora são evidenciadas) ficavam escondidas ou eram colocadas em contexto folclórico, que só serviam para que se perdesse a visão crítica necessária.

Suas divergências com o empresariado nacional começam a mostrar que a proclamada independência com que Collor iria tratar todos os setores do país é frágil. Nosso empresariado é reconhecidamente um dos mais atrasados do mundo e está longe de agir dentro dos parâmetros de “modernidade” com que a nova equipe pretende resolver os graves problemas brasileiros.

Parece que as divergências estão chegando agora a um momento crucial, decisivo, para que sejam resolvidos alguns dos estrangulamentos que sempre desencantam quando os governos chegam ao final do primeiro ano, isto é, a necessidade de alterar as relações capital-trabalho no sentido de não sacrificar sempre o trabalhador.

As altas taxas da inflação e a insignificância do salário dos trabalhadores estão demonstrando quem está pagando a “modernização”, e a grita dos empresários também evidencia que não estão dispostos a bancar nenhum sacrifício.

Agora temos realmente a oportunidade de ver, com clareza, a direção que o Governo tomará. Nunca tivemos dúvidas quanto a seus

---

rumos principais, mas o que vamos ver agora é a escolha que marcará ou não uma ruptura com o passado. Creio que, se a imprensa mostrar o que se passa, realmente não teremos muito que esperar.

Sempre proclamei que as escolhas eram realmente tendenciosas e que o “moderno” estava escondendo a eterna perversidade com que as administrações voltadas aos interesses de nossa classe empresarial tratavam nossos trabalhadores, mas era difícil falar no início do Governo Collor, quando todos estavam dando a ele um crédito acima do que seria aceitável. Assim, as acusações caíam num vazio muito grande e eram, em sua maioria, vistas com má vontade. Estou notando que a simples leitura de nossos periódicos está mostrando que o clima tem mudado e que agora há mais espaço para a discussão de nossa vida pública.

As investidas sobre o Congresso deverão diminuir, e as negociações mais apropriadas deverão substituir a truculência inicial. Pena, realmente pena, que algumas figuras de nosso passado ditatorial estejam voltando à cena. Mesmo que tivéssemos, nós, da Oposição, que enfrentar duros embates políticos e duras negociações sobre o poder e sua distribuição, teria sido melhor se tivéssemos que combater atores políticos mais consentâneos com nossa época e nossas necessidades. Mas não, Sr. Presidente, Srs. Deputados: estão ressuscitando velhas múmias políticas, velhas práticas políticas, e os nomes são os mesmos. E eu não estou me referindo apenas ao ministro Passarinho.

Felizmente, a imprensa não deixou que essas coisas se passassem em silêncio ou sem destaque. Não se pode dizer, por exemplo, que a indicação de Passarinho foi negligenciada pelos meios de comunicação.

É um homem que, ao invés de se preocupar com os descabros do processo eleitoral, está se preocupando com a nudez da mulher brasileira, está tentando ressuscitar a censura, talvez porque o clima ideal para os medíocres e para os regimes ditatoriais seja o da censura, onde a inteligência não se pode manifestar livremente, e fenece.

Enfim, se as regras vão ficar mais claras e o clima mais propício ao debate crítico, creio que nossa tarefa mais importante começa exatamente agora. É preciso pôr a nu não a mulher da televisão, tão castigada pela censura de Passarinho. É preciso começar agora uma tarefa mais importante e pôr a nu o que significam realmente as atitudes do atual Governo.



Quero repetir aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que temos uma Constituição, mas somos governados por medidas provisórias. Enquanto persiste esse clima, enquanto persiste esse folclore em que se está transformando a exibição de um poder imperial, que agora as urnas começaram a demonstrar claramente, mesmo dentro de um regime de meia liberdade e sem tantos compromissos por parte da imprensa, o povo brasileiro começa a entender seu papel e vai além do voto nulo para restabelecer a verdade.

A próxima legislatura vai mostrar, enfim, o que significa a modernidade deste Governo e o que significa, na realidade, esse divórcio entre a vontade e as necessidades populares e esses políticos dúcteis, complacentes, maleáveis e – por que não dizer? – de reputação duvidosa, que querem colocar-se contra os interesses nacionais e as classes trabalhadoras.

---

## A VIL SERENIDADE<sup>157</sup>

---

*Em seu último discurso proferido na tribuna da Câmara dos Deputados, Lysâneas Maciel deixa um de seus mais belos recados: o da necessidade de se resgatar o princípio de que a ética está profundamente ligada à classe política. O título do discurso, acima, é de sua autoria. Neste curto pronunciamento, o deputado lamenta a corrupção institucionalizada no país. Foi proferido no Pequeno Expediente da Sessão de 9 de julho de 1992.*

O SR. LYSÂNEAS MACIEL – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a convocação extraordinária do Congresso Nacional permite várias previsões extremamente preocupantes. A própria feitura da pauta já é o bastante para demonstrar o sentido que o Governo pretende imprimir a esta convocação extraordinária.

Estamos no meio de uma forte convulsão política. Ao término das apurações, inequívocas, alguns corruptos possivelmente serão entregues à lei e até enquadrados nos artigos do Código de Processo Penal, porque hoje ninguém, em sã consciência, tem alguma dúvida do envolvimento dessas pessoas no processo de corrupção.

Entretanto, como tenho dito aqui, Sr. Presidente, o importante não é propriamente constatar a existência da corrupção. A corrupção existe e sempre existiu neste país. É verdade que agora tem regras próprias e mais características, está institucionalizada. Mas o mais grave é o que pode permanecer ao largo da CPI. Explico: a CPI vai oferecer algumas cabeças, mas o principal problema vai subsistir.

A idéia de que os principais responsáveis – aqueles que estão propiciando ou autorizando, por ação ou omissão, a corrupção hoje institucionalizada no país – vão ficar ao largo, é terrível, e chamo a atenção dos Srs. Parlamentares para este aspecto. Ao lado das apurações das denúncias, hoje absolutamente comprovadas, temos de chamar a atenção para este fato grave: há uma tentativa, que nem é tão sub-reptícia, de

---

<sup>157</sup> Publicado no *Diário do Congresso Nacional*, Seção I, de 13 de agosto de 1992, p. 18395.

nos convencer de que a corrupção é um costume brasileiro, de que a violação legal é fato comum, de que é normal haver delitos e violações de ética dentro e fora do recinto parlamentar.

É muito sintomático o fato de um senador da República, líder do Governo Collor, dizer que é normal a sonegação de impostos. É muito grave também verificar que um dos representantes do chamado “Centrão” de antigamente foi homenageado ontem, num banquete para 1.500 pessoas, como para mostrar que há uma perfeita ligação entre essas forças que sempre dominaram o país e a atuação parlamentar. O que se pretende, como se percebe nas declarações do Sr. Mario Amato e do líder do Governo no Senado Federal, é distinguir quem pode praticar crimes e delitos neste país e quem deve obedecer à lei.

A proposta do Governo – que não se beneficiará de uma eventual condenação dos principais PCs Farias da vida –, o principal resultado que o Governo espera dessa CPI, é fortalecer as classes assalariadas, a classe média, hoje proletarizada, e vários setores da administração do país devem obedecer à lei, submeter-se ao arrocho salarial, ao cumprimento na íntegra dos dispositivos relativos ao Imposto de Renda, mas outros podem violar a lei. Quem? É o que está sendo traduzido no encaminamento dos resultados da CPI.

Engana-se quem acha que a condenação dos PCs Farias da vida será o suficiente para resgatar à Nação a crença de que a ética ainda vale a pena, de que ser decente vale a pena, de que ser corrupto não é norma neste país, de que ser sonegador não é norma dos parlamentares.

Sr. Presidente, a Nação, dentro e fora do Congresso, está sendo convidada a decidir sobre este dilema fundamental: quem pode cometer crimes neste país – e isso é o que a CPI poderá dizer – e quem deve obedecer à lei. Esse é o grande desafio da CPI. De outra forma, estaremos apenas punindo alguns poucos instrumentos, descarados, cínicos, safados, que deveriam estar atrás das grades, como PC Farias. Mas isso basta para resgatar ao país a sua credibilidade, para mostrar que a ética ainda é coisa séria na política? É a pergunta que se vai seguir aos resultados dessa CPI.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não confundamos o que essa CPI pode estabelecer com essa grave questão. Quem pode desobedecer à lei e quem deve obedecê-la? As classes assalariadas, tão sufocadas, os setores mais carentes da sociedade, tão abandonados, esses têm que obedecer à lei.

Os magnatas, os Amatos da vida, o senador Ney Maranhão e outros estão mostrando ao país, até sob a alegação de honestidade e sinceridade, que o cinismo tem as suas virtudes; a virtude de desnudar o estado de decomposição em que este país está.

Temos que resgatar urgentemente essa idéia simples, Sr. Presidente: a ética está profundamente ligada à classe política. Senão, entraremos num processo de degradação física, moral, pessoal e política do qual este país, talvez, jamais poderá emergir.

---

## ***A R T I G O S***

---

## DESMASCARANDO AS APARÊNCIAS<sup>158</sup>

---

*“Não haverá criança para viver poucos dias, nem velho que não cumpra os seus. O meu povo edificará casas, e nelas habitará; plantará vinhas e comerá seu fruto. Não edificará para que outros comam. O meu povo desfrutará de todas as obras das suas próprias mãos.” (Isaías 65: 17-25)*

Alguns bispos católicos teimam em desacreditar D. Pedro Casaldáliga, bispo de São Félix do Araguaia. O último ataque que li vem de D. Luciano Duarte, arcebispo de Aracaju, e mostra o quanto sabem tergiversar os doutores da Igreja quando querem justificar suas ligações com os poderosos e o abandono de sua função profética em relação ao povo brasileiro.

D. Duarte acusa D. Pedro de sofismar (que, em sua própria definição, significa usar um argumento não válido, que não leva a nenhuma conclusão legítima, para iludir em benefício próprio), quando fala à opinião pública, através das entrevistas e conferências que faz.

O curioso é que as atividades que D. Pedro tem que justificar, que explicar, são aquelas que exerce na defesa dos oprimidos e dos desposuídos de sua diocese; a denúncia freqüente que faz dos abusos cometidos por aqueles (em sua maioria donos de vastas terras) que perseguem camponeses, matam padres que defendem estes mesmos camponeses e assim por diante.

Curiosos são os nossos tempos. Quando um sacerdote, da chamada ala progressista, encara a sério sua função profética, altos representantes da Igreja se põem em campo para condená-lo.

Mas todos sabemos que o que está por trás disto tudo é o compromisso que este homem corajoso e simples tem para com os pobres e que excede em muito os atos vazios com que a maior parte do clero brinda a pobreza e a miséria deste país. Na verdade, é isto o que realmente perturba: a trajetória de Pedro tem sido incômoda para aqueles que se acomodam, mesmo quando a Igreja se cala perante injustiças clamorosas,

---

<sup>158</sup> Publicado na *Folha de S.Paulo* de 17 de janeiro de 1987, p. A-3.

e que se tornaram estes anos todos coniventes com o arbítrio. Quero recordar que o bispo de S. Félix se tornou conhecido exatamente no período mais negro das perseguições militares. Sua coragem e compromisso são, hoje, o símbolo da resistência para vasta parcela da população pobre brasileira.

Mas D. Duarte vai mais longe. Ele reza por D. Pedro, mencionando que o “Evangelho é límpido e transparente”. Por estas mesmas razões é que citei Isaías. E me pergunto: como transformar a clareza do profeta em tantas e tão obscuras razões para estar ao lado dos poderosos? Como encobrir o fato de que os profetas todos sempre falaram contra as injustiças deste mundo de forma concreta e, aí sim, insofismável?

Os estudiosos da religião mostram o quanto a roupagem com que seu corpo de doutrinas é apresentado está cheia dos valores e das ligações com a cultura de uma época, com a classe que está no poder ou com o soluço do oprimido. Mas, para perceber isso, é preciso desmascarar aparências. Isto só se consegue quando se compara o discurso que preferem os religiosos e suas atitudes e ligações principais. Aí, sim, é possível ver a “limpidez e a transparência” do tipo de evangelho que realmente professam.

Estou ciente de que o tipo de sacerdote representado por D. Duarte está (e sempre estará) na posição inatingível com que os prelados em geral se colocam quando são questionados. São os donos da verdade e não admitem que leigos ou pessoas que professam outros credos se atrevam a interpretar as escrituras de maneira diferente.

Tenho em mente os católicos das comunidades de base, aqueles que estão envolvidos nas lutas contra as injustiças sociais e escandalizados com o crescimento da pobreza e da exploração. Felizmente existem hoje, em todo o país, grupos de religiosos que, desde muito, colocam suas meditações, suas orações e sua prática religiosa a serviço dos humildes, dos injustiçados e dos oprimidos de todos os credos, raças e nações.

E mais: é preciso lembrar que, principalmente em matéria de crenças, um discurso não destrói outro, a não ser quando representa alterações no comportamento daqueles que o produzem. Mais do que nunca esta é uma realidade que se evidencia na atual luta entre o clero progressista e os conservadores da Igreja Católica. O debate, mesmo o que se pretende erudito, não pode e não deve encobrir a questão fundamental, isto é: por quem lutam os contendores e quais as atitudes que assumem quando

o fazem. Por tudo o que tenho observado, as ações e os compromissos de Pedro são inequivocamente dirigidos para um serviço profético com as comunidades carentes em zonas de intenso conflito. Consigo vê-lo trabalhar com o mesmo ardor de Isaías, mas do outro lado o que vejo é uma instituição que reluta em abandonar sua trajetória de cortesã e de submissão aos poderosos.

Mas, em certo sentido, as coisas se colocam com simplicidade. Lendo com cuidado as escrituras, o verdadeiro sentido da profecia se torna claro: a denúncia da opressão e da submissão. “Ouvi o clamor do meu povo” não pode ser entendido fora deste contexto por mais que inventem ginásticas do espírito. É muito pouco provável que uma leitura cuidadosa deixe de evidenciar o compromisso que, desde os profetas até o “Novo Testamento”, os cristãos têm com a justiça e com aqueles que sofrem perseguição por causa dela.

Não creio que Pedro sofisme. Ao contrário, vejo-o como um cristão angustiado com a miséria e a fome, lucidamente assumindo os riscos que suas denúncias trazem para si. O que não consigo entender é como a própria Igreja demore tanto em reconhecer um profeta entre aqueles que estão em suas fileiras. Ou, quem sabe, Pedro não encontrará mais aí o apoio e a guarida que também necessita?

---



## OS MILITARES E A CONSTITUINTE<sup>159</sup>

---

É certo que vários elementos que constituem a Assembléia Nacional Constituinte, em termos de partidos, pessoas e grupos, têm mostrado uma tendência acomodada e conivente em relação à participação dos militares. Mais ainda: é preciso acrescentar que a perplexidade que invade e perpassa toda a sociedade facilita articulações de fisiologismo e adaptações difíceis de imaginar em outro contexto.

Alguns observadores da política nacional não escondem seu desapontamento com a transferência de vários líderes, que no passado se notabilizaram pelo combate ao poder autoritário, para o convívio com um Governo não só impopular, mas nitidamente antipopular.

Está cada vez mais evidente que o “liberalismo” do atual ministro da Justiça não possuía bases sólidas. Não é possível atribuir-lhe somente modificações provenientes das más companhias. O que vemos, com grande desgosto e desalento, é a desfiguração de velhos companheiros de luta que, sob a justificação de que com o poder nas mãos evitam maiores catástrofes, se entregam a uma prática que os amolda a tudo aquilo que condenaram anteriormente.

Em emenda que apresentei à Comissão Eleitoral, argumentava que é necessário tomar medidas para neutralizar a ação das Forças Armadas como árbitro da crise e tutora da sociedade civil.

Convém observar com toda atenção: o que permanece é a visão da Escola Superior de Guerra, voltada para a construção de um Brasil-Potência-Militar que não pode permitir as mudanças estruturais necessárias à vida nacional. Os grupos militares que empalmaram o poder não conseguiram evoluir desta visão que vem dos tempos áureos de Golbery, mas que é uma ideologia de dominados. Não conseguem eles entender a dura realidade que aponta em outra direção: jamais alcançarão este objetivo com as relações capital-trabalho que imperam em economias atrasadas. Não percebem que seu aliado temporário, o empresariado nacional, necessita de mão-de-obra barata para alcançar seus propósitos de lucro. Não se dão conta de que as desigualdades estão criando bolsões de pobreza que geram em proporções arrasadoras uma sub-raça, mal nutrida, analfabeta e doente.

---

<sup>159</sup> Publicado na *Folha de S.Paulo* de 14 de agosto de 1987, p. A-3.

Na verdade as concessões especiais moldadas pelo autoritarismo permanecem fazendo com que a “casta” militar goze de excepcionalidades que contribuem ainda mais para a sua alienação e miopia; assim os militares vêem nas reivindicações populares “desordem”, “desestabilidade” e “ameaças à democracia”.

Mas não estamos falando aqui de uma corporação que mantém insistentemente uma visão deturpada somente pelo seu isolamento e leis próprias, mas de um grupamento social que está intimamente associado ao poder e que transfere sua visão a um Governo cuja ilegitimidade se agrava com crescente impopularidade.

A chamada lenta e gradual transição não tem outro significado que a manutenção do poder e da influência militares. É claro que em determinados acontecimentos seus interesses se confundem com os da burguesia nacional, mas não convém que sejam considerados como uma expressão única, de posições idênticas. No momento os vemos juntos a se expressar na Constituinte em questões como reforma agrária, jornada de trabalho, segurança e estabilidade de emprego; mas confundi-los é um erro.

Então, é preciso chamar a atenção para esta configuração incômoda em que se transformaram as Forças Armadas hoje. O excesso de poder, a possibilidade de coerção e o abuso de autoridade se tornam tão corriqueiros que sua posição é, além de antidemocrática, uma ameaça constante aos avanços possíveis da Constituinte.

Há indícios de que esta hipertrofia se tem manifestado nos corredores da Constituinte, o que é largamente difundido pela imprensa. Os progressistas da política “realista”, às vezes inocentemente, se esquecem de que, sem o afastamento do militarismo, a elaboração da Carta está se tornando uma farsa.

Não combato os militares numa atitude maniqueísta, considerando-os como espectro ou configuração do mal, mas sim o militarismo como se expressa no país e na América Latina em geral. Está muito presente em nossa memória a declaração do general Figueiredo, que ocupava a Presidência da República quando, em entrevista pela televisão, disse que na caserna se falava em pátria, e na política só se buscavam os interesses pessoais. Esta declaração, depois de vinte anos de ditadura militar, em que vários representantes das Forças Armadas se envolveram em corrupção e abuso de poder, chega a ser constrangedora, mas ao mesmo tempo mostra como parte das Forças Armadas se vê em relação ao restante da sociedade.

Isto se dá em relação às corporações em geral, mas é uma constatação freqüente nos Estados Unidos, como atestam os últimos escândalos do caso Irã-contras, cujos resultados práticos afetam a soberania de todos os países da América Latina: desde que sigam as regras de obediência à hierarquia, cessa a responsabilidade ética para com a sociedade civil. Se não for assim, como entender que mantenham as constantes ameaças, após vinte anos de fracassos administrativos que incluem, em larga escala, a corrupção?

“Não acredito que se possa encontrar, em toda a face da terra, outra instituição que tenha produzido tantos homens falsos e ingratos quantos os que emanaram desta instituição.”

Palavras proferidas em 1893 pelo senador republicano B. Wade, de Ohio, a respeito da Academia Militar de West Point, citados por Gore Vidal em 1973, que acrescenta: “Não gostam de civis: seu desprezo pelos políticos é praticamente tão absoluto quanto sua ignorância das instituições do país que supostamente servem depois do dever, depois da honra” (Gore Vidal – *De fato e de ficção*).

Convém ainda acrescentar que os oficiais de West Point contribuíram largamente para difundir a ideologia de segurança nacional, encampada quase sem matizes próprios pela Escola Superior de Guerra. “Pelo mundo os egressos de West Point estão fabricando elites militares treinadas não para lutar na guerra, mas para lutar contra aqueles que gostariam de aumentar a democracia em seus próprios países” (ainda Gore Vidal, mesmo texto).

Por outro lado seria bom ter os militares todos votando, sendo votados, participando de todas as facetas da vida nacional, mas não como corporação privilegiada e sim como cidadãos da República, através de nossas instituições e espaços apropriados.

## AMARGA IRONIA DA HISTÓRIA

---

*Relato da viagem de um grupo de deputados e senadores<sup>160</sup> à Palestina, em 1987.*

Estivemos, uma comissão de parlamentares brasileiros, visitando as zonas do conflito que tem abalado a opinião pública mundial em função da opressão do povo palestino. Tivemos o cuidado de não ouvir somente as lideranças, para garantir uma análise que, embora limitada pelo exíguo tempo em que lá estivemos, não fosse comprometida pela visão ou interpretação oficial.

O que pudemos presenciar nos consternou e preocupou bastante. Em primeiro lugar, o ministro da Defesa de Israel tentava mostrar que nossa visita era indesejável e inoportuna por razões que, gradativamente, foram ficando claras para todos nós.

Mas, de qualquer maneira, convém ressaltar algumas das constatações que fizemos, em conjunto, durante nossa curta visita. Ficamos consternados ao ver crianças inutilizadas, velhos e mulheres espancados e proibidos de receber assistência médica. Mas o irônico, tragicamente irônico de tudo, foi o fato de constatarmos a existência de campos de concentração. Tentamos entrar para uma visita de inspeção e não conseguimos. Fomos informados de que os caminhões de abastecimento eram impedidos de fornecer a alimentação adequada aos prisioneiros. Além disso, tivemos dificuldade de encontros com a imprensa porque alguns jornalistas que entraram em contato conosco foram espancados barbaramente. Para culminar, conseguimos fotografar crianças de 10 e 12 anos que sofreram espancamento.

Na verdade, o que vimos e registramos dificilmente seria esquecido por qualquer pessoa de sensibilidade mínima. O protesto que fazemos em relação aos fatos presenciados deveria ser seguido por órgãos oficiais e governos, mas que exigissem com mais rigor a cessação imediata das atitudes perpetradas por Israel.

---

<sup>160</sup> Fizeram parte do grupo, coordenado por Airton Soares, as deputadas Raquel Capiberibe e Rose de Freitas, os deputados Lysâneas Maciel, Amaury Müller, Francisco Pinto, e os senadores Maurício Correia e Nelson Vedeckin.

---

Ficamos profundamente impressionados com a idade, tanto do agressor quanto do agredido. Vimos soldados israelenses de 18, 19 anos, agredindo vários jovens palestinos que não deveriam ter mais de 10 a 13 anos. O que se pode esperar de uma geração que tão prematuramente se sente enleada nas malhas da violência e de atividades tão irracionais? Fico me perguntando como é que conseguiram inculcar o ódio que move adolescentes de 18 anos a agredir crianças de 12?

O clima de rapinagem, de invasão e de intolerância chega a um ponto tão alto que fomos informados de que sentenças de morte, proclamadas em um dia, eram executadas nos dias imediatamente seguintes pelos próprios comandantes militares.

É um grave erro da humanidade “acostumar-se” à violência, principalmente quando acontece longe de nossas fronteiras, longe de nossa casa. Na verdade, o cidadão livre só o é se luta permanentemente pela libertação de seu semelhante, seja onde for, e a violência, em todas as suas formas, é a negação mais direta e brutal da liberdade. Só que convém acrescentar que a nossa responsabilidade deve ser dirigida tanto ao agredido quanto ao agressor.

O que presenciamos em nossa visita é que existe, por parte do governo de Israel, uma agressão injustificada e bárbara que se assemelha, em muito, aos atos degradados que contra eles foram perpetrados durante a Segunda Guerra Mundial. Aí está a ironia, não só pela existência dos campos de concentração, como da violência contra menores, velhos e mulheres desprotegidas.

Na verdade, sempre sob a capa de povo perseguido e humilhado, o sionismo faz hoje uma guerrilha terrorista contra o povo palestino e, com a arrogância que é conhecida, avança seu ardor expansionista de maneira acintosa e cruel, desrespeitando as cortes internacionais e um mínimo de senso comum.

Apesar do poderio financeiro do sionismo, não vimos qualquer possibilidade fora do temor do Estado em manter uma situação como a que encontramos. A tônica do terrorismo e da segurança, amplamente invocados pelo governo israelense, e a manipulação da imprensa, têm feito com que os povos amantes da paz não estejam entendendo ou não estejam preparados para analisar a origem do terror, identificando-o quase sempre com os gestos de desespero dos oprimidos.

Temos sido incapazes de descobrir tais origens no terror das manifestações de repressão e de medo constante.

Não estou, ao falar sobre esses fatos e acontecimentos, tentando alimentar uma atitude antijudaica ou de preconceito racial de qualquer matiz, mas falo com a intenção de bradar contra as injustiças que vimos e para alertar aos judeus de maior equilíbrio para os perigos desta escalada de violência e de violação dos direitos humanos.

Assim sendo, entendemos que a solução da questão Israel-Palestina deverá iniciar-se em uma Conferência Internacional de Paz, sob os auspícios da ONU, com a indispensável presença dos israelenses e dos palestinos.

---

## CRESCIMENTO URBANO E RELAÇÕES HUMANAS<sup>161</sup>

---

Ultimamente antropólogos, sociólogos, assistentes sociais e legisladores têm apontado, com muita frequência, para os desacertos de um crescimento urbano descontrolado e rápido em demasia. Pode-se dizer que também hoje, em toda a América Latina, os desafios de uma onda de conflitos no campo acrescenta mais pontos para uma estatística de violência, em função do aumento da pobreza e do desemprego, frutos do latifúndio e da inexistência de uma política agrária mais justa e realista.

Embora várias pesquisas tenham mostrado o equívoco que existe em apontar a injustiça social como causa exclusiva, é obvio que esta continua a ser a grande responsável pelo enorme potencial de agressão que inunda as relações humanas nos dias de hoje.

Com a crescente urbanização (que não deve ser entendida apenas como o aumento das populações urbanas, mas principalmente como alteração dos costumes e valores de uma população atingida pelos modernos meios de comunicação), caem os laços primários das relações humanas, possibilitando a degeneração dos elementos que compõem a perspectiva moral com que estas faixas de população se formam. Seu aparelhamento conceitual se desmorona com considerável velocidade. Acrescente-se a isso a maneira com que se faz política em uma sociedade de despojos e favores que aprendeu desde cedo a não respeitar e/ou confiar nos homens públicos, o que faz com que os laços sociais que compõem a cidadania sejam diluídos e frouxos ou praticamente inexistentes.

Com isso, não se pode esperar que indivíduos acossados pela necessidade, pelo desespero e pela fome reajam com calma perante um aparelho de Estado viciado e corrupto. Assim sendo, a violência está potencializada no decurso de todas as atitudes sociais, bastando pouco para que seja estimulada a aparecer. Na verdade, estamos à beira da anomia, o que é atestado pelo rápido aparecimento de seitas de todos os tipos por todo o país. Uma vez que não se pode confiar nos valores (fictícios) de uma sociedade que caminha rapidamente para a barbárie, as religiosidades mágicas tendem a crescer.

---

<sup>161</sup> Publicado na *Folha de S.Paulo* de 15 de janeiro de 1988, p. A-10.

Como combater a violência no interior de uma conjuntura como a nossa sem incorrer nos erros da ingenuidade e da incompetência?

Partindo do princípio de que o problema a ser atacado é estrutural, é preciso coordenar a ação que melhor atinja os objetivos almejados para combater a violência da vida social, na medida do possível. Uma vez que hoje ela é institucionalizada, não podemos esperar que campanhas ou programas educativos possam, por si só, eliminar ou erradicar suas manifestações. As mudanças estruturais pelas quais anseiam os setores populares estão ainda distantes. As forças internacionais a serviço do capital não esgotaram ainda sua capacidade de articulação, de intervenção e domínio. Então, para não se cair em perspectiva de desalento e desânimo, é preciso descobrir de onde tirar alento para pressionar o Estado a fim de, gradativamente, mudar o quadro.

Sim, porque o que vemos como panorama social é uma situação desalentadora que pode comprometer seriamente todas as coisas pelas quais lutam aqueles que estão alarmados com o quadro da violência, mas que não a vêem somente da perspectiva de uma classe média assustada com a possibilidade de perder a carteira ou o automóvel, mas sim de um ponto de partida sociológico mais amplo que é capaz de enxergar o quanto nossa sociedade é, ela mesma, montada de uma forma que gera a própria violência que teme.

Crescem de maneira significativa os chamados movimentos sociais, através de diferentes configurações, como as comunidades eclesiais de base, as associações de bairros, as organizações sindicais e outras no campo e na periferia dos grandes centros; e uma reivindicação que permeia todas elas é aquela que exige a descentralização do poder, seja ele público, religioso ou político, o que só se dará através do avanço da democracia em todas as dimensões do comportamento humano.

Coloco-me entre aqueles que acreditam firmemente nas grandes possibilidades que estas novas atitudes têm gerado no seio de uma população que tem sido a que mais sofre com as conseqüências da desorganização de uma sociedade voltada para o lucro e o consumo e que não têm sido, até os dias de hoje, capaz de gerir o próprio destino na direção de uma ordem social mais justa e humana.

---



## REFORMA AGRÁRIA: ACORDO OU CAPITULAÇÃO?<sup>162</sup>

---

O avanço dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte mostra o quanto estávamos desabitutados à prática democrática e ao trato político adequado a uma sociedade moderna e plural. Na verdade nossa história registra poucos períodos de um exercício pleno da democracia e, volta e meia, ouvimos pessoas saudosas do período da ditadura ou as eternas vivandeiras a acenar com a possibilidade de retorno dos militares.

Nada de novo, uma vez que enfrentamos agora o recrudescimento das investidas corruptoras por parte do Governo e os ministros militares já pressionando o Congresso quanto à duração do mandato.

Mas, aos poucos, vamos nos acostumando a ver todas as siglas partidárias reivindicarem seus direitos e lutarem por suas plataformas. Nada mais salutar e fértil para que possamos enfrentar as dificuldades que temos pela frente no combate à inflação, nas reformas básicas e principalmente nos mecanismos de emancipação dos setores populares.

Creio que, se a democracia for realmente preservada, os povos do terceiro mundo verão mudada a face da sociedade, com maior distribuição de riquezas, maior representatividade e, enfim, os caminhos para a implantação da justiça social.

No entanto, é preciso chamar a atenção para a natureza dos trabalhos que são realizados no nível do Congresso e as limitações da atividade parlamentar.

Qual o papel do representante popular e como presta contas aos setores que o elegerem? Como são múltiplos os aspectos envolvidos pela pergunta, gostaria de mencionar aquele que se torna mais evidente em uma Assembléia Nacional Constituinte: o da negociação.

Não ponho em dúvida, em nenhum momento, a importância da negociação e das conversações que, no Plenário, podem levar ao entendimento, ao avanço que beneficie o país.

Estou me referindo ao fato, tantas vezes freqüente, de um confronto que implique a discussão de pontos que são fundamentais para os setores populares. Aí é que entram as questões a que me refiro. Como negociar as posições que são a própria razão de ser de um mandato?

---

<sup>162</sup> Publicado na *Folha de S.Paulo* de 5 de maio de 1988, p. A-3.

Tomemos, por exemplo, a questão agrária. Esta é uma luta que, a par de ser antiga, toma contornos dramáticos à medida que os graves problemas do campo se tornam conflituosos em proporções que chegam à proximidade da guerra civil, apresentando em seu histórico o assassinato de centenas de posseiros além de jornalistas, sacerdotes e de advogados que defendem as causas populares. E o problema é antigo. Todos sabem que, dentro das atuais regras do jogo, não só não existe solução para o problema do camponês, como a migração provocada pela estrutura agrária tende a se agravar criando populações urbanas em estado de pauperização absoluta, com o agravamento do problema da violência, etc.

Sabemos que um movimento como o da UDR representa o aglutinamento das forças conservadoras do país, para evitar que esta estrutura seja alterada. São claras as posições da UDR; então, como negociar com aqueles que a representam? Esta última pergunta fica mais clara quando nos lembramos das articulações que levaram à formação do Centrão. Que foram estas mesmas articulações, senão uma demonstração de força para impedir que determinados avanços fossem conseguidos? Na verdade mudaram as regras do jogo, em meio à disputa, para impedir algumas conquistas populares. A partir daí, veio a negociação.

Não vou me deter muito em especulações sobre o significado do Centrão – os constituintes César Maia e Florestan Fernandes já o fizeram de forma bastante contundente. Repito apenas um trecho do que o último diz a propósito do modelo que o Centrão quer ver aprovado:

“É a Constituição necessária nos trópicos, nas fronteiras externas da civilização e no ápice da barbárie: um Estado de opressão dos de baixo, de monopolização do poder político estatal pelos de cima e de acumulação capitalista originária permanente para a burguesia ‘nacional’ e ‘estrangeira.’”

Se é assim, como “negociar” determinados itens que estão sendo discutidos e votados, às vezes com uma velocidade que compromete a reflexão e o cuidado com que devem ser examinados? A necessidade de apresentar à Nação uma Carta não deve impedir o exame minucioso de suas conseqüências e do que significam para os setores populares.

Tenho repetido para alguns constituintes que, em determinados casos, é necessário enfrentar a possibilidade de uma derrota, sem abrir mão dos princípios e dos objetivos que temos na busca de uma estrutura social mais justa e mais humana. O modelo que impera nos países latino-americanos, quase todos, é aquele que tem avançado impiedosamente na direção da exploração dos trabalhadores e do subemprego de uma forma tão voraz e “bárbara” que limita, em muito, as margens da negociação.

Creio que é necessário pensar um pouco mais sobre o significado das articulações ora em curso no Congresso em relação à busca de poder. Existe em cada político brasileiro um pouco (ou muito) de complexo messiânico que o leva a pensar que, independentemente do contexto, ele “daria um jeito” se alcançasse maior soma de poder. Isto, a meu ver, tem prejudicado as discussões e articulações em torno da Carta. Não me refiro ao desapontamento que determinados líderes de alcance nacional estão criando na população ansiosa, mas a certos desvios que comprometem a própria articulação das teses progressistas no momento mesmo da elaboração da Constituição.

Concluindo, seria interessante pensar um pouco no significado destas negociações para os setores populares: quando abrirmos mão de determinados pontos de nossa plataforma por outros, deveríamos perguntar com muita parcimônia qual a consequência desta barganha ou ainda se ela se inclui nos itens que podem ser negociados. O que quero dizer com isto é que temos de lutar permanentemente pelo aperfeiçoamento da democracia representativa para conseguir avanços substantivos que não dependam exclusivamente de nossa esperteza ou tática. Enquanto não houver aprofundamento maior das relações parlamentar-setores populares, não creio que possamos alterar o quadro de uma política feita pelas elites e para as elites, arrastando no seu bojo, às vezes, os setores progressistas.

Como não tenho em mãos os caminhos todos a seguir, e como esta discussão ainda se dá de forma incipiente, posso falar de minha angústia e frustração com o que vem acontecendo, sem no entanto deixar de reconhecer que este é um momento especialmente fértil para que ela se dê.

## **RÉUS SEM CRIME E RECADO AOS COVARDES**<sup>163</sup>

---

Torna-se cada vez mais urgente uma tomada de posição em relação à anistia e seu significado no âmbito da redemocratização do país. São conhecidos os casuísmos que os elementos remanescentes do período autoritário produzem para retardar a retomada dos direitos de cidadania e de liberdade.

Convém inicialmente mencionar que, não havendo anistia, a mais ampla possível (já foram feitas várias modificações no projeto inicial face às resistências dos militares em aceitá-la irrestrita), o processo democrático fica maculado, pois é impossível retomar espaços reais de liberdade enquanto permanecerem as “punições” por motivos exclusivamente políticos e, em sua maior parte, inteiramente arbitrários.

Anistia é, hoje, uma questão de honra. Não só eliminaria injustiças clamorosas como ajudaria a retomada, já dissemos, da vida democrática. Uma vez que o atual projeto não implica necessariamente reintegração e o próprio ressarcimento fica limitado aos últimos cinco anos, não há, realmente, nenhuma dificuldade maior neste ato de justiça. É preciso esclarecer que, dos 35 mil mencionados pela Marinha, somente 1.800 marinheiros seriam atingidos pela medida e, dos 170 bilhões de indenização, também apontados, somente 10% desta quantia seriam necessários em termos de ressarcimentos.

Apesar de terem sido consultados vários setores da sociedade – consultas que resultaram em modificações e concessões – a decisão compete ao Parlamento, que deveria resolver a questão acima dos interesses corporativos de qualquer ordem e na perspectiva do reenaminhamento à normalidade da vida nacional. Um ato soberano da Constituinte rumo à anistia trará também ganhos na direção da gradativa legitimação do próprio Congresso Nacional, na medida em que elimina os resquícios dos tempos da ditadura, trazendo a decisão para o terreno que lhe é próprio.

Além do mais, é bom recordar que a maioria destes homens foi cassada por estar ao lado da legalidade contra um golpe de Estado.

---

<sup>163</sup> Publicado na *Folha de S.Paulo* de 7 de junho de 1988, p. A-3.

São homens que, entre outras atitudes, obedeciam à Constituição vigente. Não estamos, portanto, tratando de perdão a marginais e, sim, da restituição dos direitos de cidadania à pessoa que, de acordo com critérios que reaparecem com a retomada da democracia, foram obedientes à lei e à ordem. Ainda dentro deste mesmo critério, é bom lembrar que aqueles que se sublevaram e protestaram fizeram-no na direção do aperfeiçoamento e melhoria das condições de vida da maioria da população do país, combatendo a pobreza, a miséria e a fome.

Além disso, é preciso lembrar a crueza daquilo que aconteceu nos tempos do arbítrio, através de dois fatos que vieram à tona a semana passada: o coronel Moreira Lima está sendo homenageado nos Estados Unidos como herói de guerra, mas, quando cassado, no Brasil era obrigado a satisfazer suas necessidades fisiológicas, de porta aberta, na presença de seus carcereiros. Continua aliado de nossa vida pública. Por outro lado, o capitão Wilson, hoje major, assistia tranqüilamente o show de Chico Buarque. É o mesmo oficial que levava bombas para explodir o Rio-Centro e que mataria centenas de pessoas com o pânico que certamente iria provocar.

São dois fatos que se deram recentemente (poderíamos citar centenas de outros), mas que ilustram o que está por trás da questão da anistia. De um lado, réus sem culpa, homens íntegros e brasileiros ilustres, sem cidadania e, do outro, militares e civis que tiveram espaço no regime que puniu aqueles, para expandir a um limite extremo toda a tragédia de suas anomalias psíquicas.

Se temos hoje no Congresso vários partidos que refletem, ainda que de forma imperfeita, o leque plural de nossa sociedade, seria contra-senso manter cassados por razões políticas. A continuidade dessa situação é uma excrescência e uma nódoa que se torna mais nítida à medida que avançamos ou tentamos fazer avançar as conquistas democráticas.

Tenho convivido ao longo dos anos, e principalmente nos últimos meses, com vários destes homens que ainda não foram anistiados. Aprendi a respeitá-los e admirá-los. Em sua grande maioria são homens íntegros e cidadãos respeitáveis.

Nenhum país pode prescindir de indivíduos desta categoria, deste estofo, quando se trata da penosa tarefa de reconstrução da vida nacional. Reintegrá-los, além de um ato de justiça, é melhorar nosso sangue, nossa raça. Assim como a ditadura se serve, cada vez mais, de homens pusilânimes e atrabiliários, a democracia necessita de cidadãos corajo-

sos e responsáveis, leais às suas idéias e dispostos a enfrentar a adversidade quando sentem ameaçados os seus ideais.

Votar contra isto é aceitar mais um recado dos militares aos covardes, aos simulacros de constituintes, pois os cassados admitem não voltar aos seios das Forças Armadas. Quanto ao ressarcimento (apenas cinco anos), bastaria cancelar os 63 milhões de dólares outorgados aos usineiros do Nordeste (inclusive parlamentares que votaram os cinco anos), através do Decreto-Lei nº 2.437, que prorrogou o subsídio do açúcar.

---

## ANTES E DEPOIS<sup>164</sup>

---

Tudo indica que uma tomada de consciência realmente importante deverá começar após os trabalhos da Constituinte.

Muitas coisas ficaram claras no decorrer das batalhas que caracterizaram este período. Há, em primeiro lugar, a evidência de que não temos no país um quadro partidário claro que realmente represente os diversos setores da sociedade ou que preencha os anseios mínimos da população que continua frustrada, iludida e cansada de tantos casuísmos, de tantas negociatas e de tantos arranjos que envergonham uma Nação que necessita encontrar o seu rumo, sua destinação histórica.

Creio que agora fica mais claro que a maneira de se fazer política deve sofrer a alteração básica necessária para que os diferentes setores populares apareçam com mais nitidez no cenário político para dar o tom de suas reivindicações e marcar sua presença inovadora nos processos decisórios. Embora a própria Constituinte tenha decorrido num clima antigo e superado de representantes que não representam e de parlamentares atados aos seus interesses pessoais, vários foram os caminhos e as vertentes que puderam mostrar a força e a presença dos setores populares na ANC. Fossem outros os parlamentares (ou que fossem eleitos por outros processos que não os viciados currais eleitorais), a história teria sido inteiramente outra. Resta, agora, a rearticulação partidária e, nos processos de escolha, saber como o procedimento será alterado.

Em seguida ficou evidenciado (talvez como nunca em nossa prática política) a que lado pertencem os vários parlamentares e políticos que, por malabarismos e manipulações, sempre se travestiam de representantes populares. Dissipando-se gradativamente as brumas da ditadura, estamos vendo, face a face, a verdadeira atuação de vários líderes políticos e enxergando com maior clareza as ligações que mantêm. Basta para isto lembrar a reação furiosa de alguns parlamentares do Centrão quando sindicatos e movimentos populares estamparam seus nomes em praça pública evidenciando sua participação contra os interesses da maioria da população. Esta é uma tarefa que tem de continuar para que o quadro partidário e os compromissos reais sejam mostrados para os eleitores. Sim, porque, em campanha, até os setores piores do Centrão se dizem defensores dos interesses populares. Nossa principal tarefa é manter vivo na memória da população o desempenho destes homens. Tudo indica que o próprio povo saberá cortar, da vida pública, os elementos que não defendem seus interesses.

---

<sup>164</sup> Publicado na *Folha de S.Paulo* de 12 de julho de 1988, p. A-3.

Na verdade este é um momento didático por excelência. A tarefa de um político realmente voltado para os interesses da população oprimida é eminentemente pedagógica, não no sentido de “ensinar ao povo como votar”, mas aquela do aprendizado mútuo, da troca saudável de experiências e de conhecimentos mútuos. Aprovada a Constituinte, deveremos voltar nossas atenções para a ação política calçada na relação parlamentar-eleitores de uma forma clara e amplamente discutida e, aí sim, elaborar uma nova relação com o poder, lutar firmemente pela sua descentralização e contra o monopólio de decisões conforme se concentra hoje nas mãos dos parlamentares. Grande parte do nosso problema se resume, hoje, no fato (inegável) de que nossa democracia representativa não é representativa.

A tarefa de torná-la realmente representativa se apresenta como nossa principal atividade política para os próximos anos. Quero chamar a atenção, também, para o fato de que não estou inventando tudo isso, mas apenas mencionando tendências que se vão implantando gradativamente na prática cotidiana dos setores populares. O grave problema é que mesmo alguns parlamentares progressistas ainda não alteraram sua maneira de fazer política no dia-a-dia de suas atividades porque certamente ainda não sabem como fazê-lo no decorrer de seu relacionamento com as bases que o elegeram.

Não adianta muito lamentar porque não foi feita a Constituinte que queríamos e não adianta mais deplorar o fato de que não teremos eleições ainda este ano para presidente da República. Com este Parlamento, que se mostrou especialmente insensível aos apelos e às necessidades do povo, o que precisamos fazer é aproveitar o que o momento tem de esclarecedor e revelador, batalhando rapidamente para a alteração das relações que o povo mantém com seus representantes, exatamente em cima das experiências colhidas na elaboração da nova Carta. Do exame do que aconteceu, como aconteceu, e das articulações que foram feitas para alterar resultados esperados e desejados pela população, deverão sair luzes para que diretrizes de uma ação política mais conseqüente sejam traçadas.

De qualquer maneira, o desnudamento inequívoco a que foram submetidos os parlamentares trouxe elementos maiores e mais nítidos para a compreensão da trama política em nível nacional, e as conseqüências dessa trama se fizeram notar. Quando, por obra dos movimentos populares, o repúdio a essas atitudes for nítido, creio que a face social do país começará a mudar, para melhor e substancialmente. O que não podemos é deixar impunes aqueles que abertamente traíram os anseios populares.



## DIGNIDADE E COMPROMISSO<sup>165</sup>

---

*“Devo uma explicação pessoal ao leitor. O deputado constituinte Lysâneas Maciel escreveu um comentário elegante e generoso sobre a minha significação como parlamentar. Ele é um homem que respeito, por seu altruísmo, coragem pessoal e experiência política. Veterano de grandes lutas, é dispensável alongar-me a seu respeito. Não por vaidade, simplesmente, mas por uma necessidade psicológica de explicar-me aos que votaram em mim, pedi-lhe autorização para transcrever seu comentário como prefácio do livro. Como sou humano e não poderia estar isento das paixões humanas, há algo de vaidade nessa iniciativa. Mas, acima de tudo, gostaria que os que me distinguiram com sua escolha soubessem, por alguém tão qualificado, que nunca deixei cair de minhas mãos os valores, as bandeiras e as esperanças de um socialista militante. Consegui tão pouco, em cotejo com o que pensara que conquistaríamos, que considero extremamente valiosa a sua contribuição. Ao elogiar-me, ele me solda ainda mais ao dever de servir e de superar-me. Assim é a vida!” (Florestan Fernandes)<sup>166</sup>*

Enquanto nos aproximamos do final dos trabalhos da Constituinte, já se fazem balanços de toda ordem para aquilatar o que aconteceu e suas conseqüências para a Nação. Na verdade, as armas já estão sendo preparadas para a etapa de implantação das novas regras e dos novos parâmetros (na verdade, poucos) gerados nos embates parlamentares.

No entanto, gostaria de chamar a atenção para uma análise que é preciso ser feita para não se incorrer em enorme injustiça e/ou esquecimento-colaço: aquela da participação dos homens públicos face às exigências do país, no momento. Pessoalmente estou profundamente

---

<sup>165</sup> Publicado na *Folha de S. Paulo* de 9 de agosto de 1988, p. A-3.

<sup>166</sup> FERNANDES, Florestan, *A Constituição inacabada: vias históricas e significado político*, São Paulo, Estação Liberdade, 1989, p. 11.

---

impressionado com a atuação de um parlamentar do PT, que chegou pela primeira vez ao Congresso e que contribuiu para a dignificação da Casa e da atividade política em geral. Trata-se do professor Florestan Fernandes. Sempre soubemos de sua atividade como professor na USP, no período da ditadura, quando jamais abriu mão de sua independência e nunca abandonou o compromisso que tinha com os colegas e alunos nos momentos mais dramáticos e perigosos daquela época. Para ele, não havia separação entre seu compromisso de cientista e a responsabilidade moral para com a sociedade. Esta foi a tônica de sua trajetória, reconhecida por todos os que acompanharam de perto sua atuação.

Li, no *Jornal do Brasil* de 10-7-1988, a interessante análise que faz da situação brasileira Miguel Urbano Rodrigues, preocupado com a “desconcertante” situação em que nos encontramos. Além dos elementos que aponta, com acerto, chama a atenção para estas palavras que definem com clareza a participação de Florestan:

“A sua fidelidade a um conceito ético da política torna-o imune ao jogo da política (a pequena política) que no Brasil fascina tantos intelectuais. Da sedução do poder à trituração pelas engrenagens do sistema de poder vai um passo.”

Creio que Miguel Urbano captou com felicidade o que dá substância ao trabalho do parlamentar paulista, ao colocar em evidência o plano ético que norteia sua trajetória. Como o próprio artigo aponta, pode-se discordar de Florestan em alguns pontos, mas há que se reconhecer o quanto suas posições e pronunciamentos são contra a permanência da “dualidade dominadores-dominados”.

O que honra sua atividade é exatamente o fato de que não abre mão, em nenhuma circunstância, do principal compromisso que tem com os setores populares e sua denúncia constante do caráter de classe das resoluções dos grupos que se denominam liberais. A assustadora pobreza, a violência estrutural, a crescente favelização, mostram o acerto das atitudes daqueles que denunciam a falência de determinado discurso que a esquerda “atualizou” assim que se viu próxima ao poder.

O que mais preocupa é a onda de descrédito generalizado que pauta todas as atividades do país e, certamente, o desempenho do Congresso Nacional tem considerável responsabilidade no processo. As negociações que se aproximaram perigosamente da barganha em torno de uma política de despojos e cargos contribuíram para agravar o quadro. O que

mais denunciou mestre Florestan foi o prejuízo que estas negociações trariam para o assalariado menor, o camponês, o favelado e os abandonados pelo sistema. Critério ético, puramente? Submissão a uma linha partidária que não podia, por questões estratégicas, abrir mão de sua plataforma? Obediência a palavras de ordem de grupelhos minoritários de atitudes radicais? O simples enunciado das perguntas mostra que não se trata de nenhuma redução da prática política, mas do engrandecimento da própria maneira de cuidar da coisa pública e de servir à Nação.

Pensando na primeira indagação é que nos lembramos de Gramsci, que insiste no fato de que todo projeto político coerente deve conter uma ética que o torne viável. Isto é, é preciso que haja consistência entre uma proposta e as atitudes que levariam à sua concretização. Em suma: ética e política são inseparáveis em sua essência e em sua natureza, e é neste sentido que uma atuação pode ter consequências vitoriosas ou desastrosas em determinados momentos da história. Quando as pesquisas de opinião apontam para o aumento da descrença da juventude para com os políticos, não há coisa a reclamar porque todos sabemos o quanto as negociações foram longe na direção do abandono das reivindicações populares em sua legítima luta pelos direitos mínimos.

Por essas razões a figura do professor cresceu ao fazer diretamente a política partidária, pois não abandonou em nenhum momento os compromissos feitos em campanha. A firmeza de suas posições se dá exatamente porque, uma vez escolhidos os parâmetros que deveriam nortear sua prática, deles não abriu mão. Isto mostra que sua compreensão da realidade da vida nacional não permitia atitudes que denotassem o esquecimento da população que jurou defender.

Os cristãos têm uma palavra própria para mostrar o significado de um comportamento que mostre a coerência entre fé e prática: testemunho.

O termo evidencia o poder de transformação que existe em uma atividade que realce sempre a presença de uma ação redentora para com os homens, em geral, e o próximo, em particular. O que posso dizer, então, nesta perspectiva, é que o testemunho de Florestan calou fundo no coração e nas mentes daqueles que tiveram o privilégio de atuar a seu lado e, certamente, daqueles que o elegeram. Não os deixou frustrados nem abandonou seus compromissos.

---

Este é um momento bastante confuso e complexo da vida nacional, e creio que, em sã consciência, as dúvidas que nos assolam são muitas, o que torna tão difícil escolher os caminhos corretos para o país.

Quando muitos conchavam, cedem a interesses menores e ao personalismo exacerbado, parece que nos esquecemos do quanto é importante a presença de homens cuja coragem se transforma em símbolo e exemplo para outros. Carlyle dizia que uma consciência que ousa afirmar-se é uma potência. Creio que na atual legislatura Florestan Fernandes transformou-se nesse símbolo e nessa potência.

---

## UMA CARTA DE POUCOS AVANÇOS<sup>167</sup>

---

*“Não há nada de novo sobre a pobreza. O que é novo, entretanto, é que temos recursos para eliminá-la (...) Os pobres em nossos países têm sido eliminados de nossas mentes e afastados da corrente principal de nossas sociedades porque temos conseguido que se tornem invisíveis.” (Reverendo Martin Luther King)*

Exatamente por considerar que avançamos um pouco com a nova Constituição é que considero que sua duração deva ser curta. Os avanços conseguidos foram um sinal de despertar por partes de setores da sociedade que têm sido sistematicamente alijados do processo social pleno. Mas os embates mostraram que nossas lideranças ainda estão longe de ter a atenção voltada para as reais necessidades da população. A arregimentação política que ficou conhecida como Centrão mostrou o quanto nossa burguesia é submissa e o quanto nossos grandes proprietários rurais são atrasados.

A discussão em torno da reforma agrária mostrou que não temos espaço para uma reforma burguesa no campo e que os latifundiários que se arregimentaram em torno da UDR são retrógrados e acostumados a uma ação predatória e feudal em sua perspectiva de uso da terra. Não quero dizer com isto que tenhamos tido uma estrutura feudal no campo, mas simplesmente mostrar a mentalidade que está por trás de toda a discussão quanto ao uso da terra. Pelos relatórios oficiais, o latifúndio cresce à base de 40 mil hectares/ano, o que representa uma evasão assustadora em direção às cidades que já se encontram saturadas e impossibilitadas de atender à periferia que se marginaliza a passos rápidos. A chamada Síndrome de Calcutá está se avolumando de uma forma tão veloz que os prognósticos mais suaves não conseguem iludir. Somos um povo em rápida deterioração e ainda não temos uma política para sanar os males que as classes dirigentes criaram através de tantos anos de descaso e submissão aos interesses do capitalismo central.

Como a Constituição não avançou significativamente também no que tange ao papel das Forças Armadas, não é possível esperar que os

---

<sup>167</sup> Publicado na *Folha de S.Paulo* de 8 de outubro de 1988, p. A-3.

nossos militares, acostumados a se considerar árbitros privilegiados da sociedade brasileira, já tenham encontrado, ou melhor, já tenham sido colocados em seu devido lugar, como deveria ser em uma democracia plena e em um Estado moderno. O recente encontro das Forças Armadas da América Latina demonstrou, através dos seus pronunciamentos, o quanto continuam a se manifestar como casta privilegiada do “mundo livre” para livrar a humanidade da ameaça comunista. Este atraso e este viés atrofiado atestam bem o que estamos dizendo, sem que precisássemos recorrer ao que aconteceu em termos de ameaças e “recados” durante a elaboração da Carta. Há ainda muita coisa a ser definida, mesmo porque a Constituição foi elaborada em clima da “Nova República” que se utilizou largamente das normas do regime autoritário.

Não só não temos uma Carta que atenda às reais necessidades da população mais pobre como também não elaboramos ainda a legislação adequada para que largos setores da sociedade civil se façam representar e valer seus direitos. A presença de representantes desses setores no Congresso ainda é pequena e é de se esperar que a experiência adquirida nos últimos anos da ditadura e nos debates da própria Assembléia Nacional Constituinte resulte no crescimento desta representatividade, alterando mais significativamente o equilíbrio das forças e oferecendo oportunidades para avanços mais substanciais.

Creio que enfrentaremos um tempo de muito aprendizado mútuo. A esquerda ainda se bate em teses e comportamentos irrealistas enquanto os conservadores ainda se expressam de maneira inteiramente retrógrada. Creio que os últimos debates mostraram que há avanços e uma percepção mais adequada da situação que enfrentamos.

Se os partidos políticos vão se arregimentar de maneira clara e visível em torno de programas definidos, é óbvio também que algumas alianças, que têm sido possíveis até aqui, se tornem impensáveis nas novas articulações que estão por vir.

Gostaria de voltar à epígrafe destas reflexões e aduzir mais um trecho do mesmo pronunciamento do reverendo King ao receber o Prêmio Nobel da Paz:

“Por que deveria haver fome e privação em qualquer terra, em qualquer cidade, em qualquer mesa, quando o homem tem os recursos e o conhecimento científico para fornecer a toda a humanidade a satisfação das necessidades básicas da vida?”

Creio que não existe prova mais contundente da situação de exploração de classe do que a do espectro da fome. As desigualdades – que se expandem – são o resultado da má utilização dos recursos públicos e da má distribuição de poder no interior de uma sociedade. A própria questão da propriedade permanece superior ao homem no contexto das nações periféricas e, no Brasil, a vitória (?) dos latifundiários bem demonstrou o que havia por trás de toda a luta que se travou.

Por estas razões, creio que a atual Carta deva ter duração curta. Não creio que se possa manter os pobres invisíveis por mais tempo. Não é possível pensar que os setores que se fortaleceram através de tantos anos de luta insana na clandestinidade deixem arrefecer agora seu espírito de justiça e o valor de sua experiência.

Ao contrário, é de se esperar que, daqui para a frente, estes mesmos setores mostrem toda a sua visibilidade através de uma luta aberta, democrática e dentro das regras que foram estabelecidas, mas para fazer avançar, para conquistar maiores espaços na direção da justiça social.

---

## ***PARTICIPAÇÃO POPULAR E MANIPULAÇÃO***<sup>168</sup>

---

Creio que o momento atual se apresenta oportuno para o debate sobre a participação popular nos partidos políticos e para a alteração dos quadros e mecanismos tradicionais por meio dos quais a prática partidária se firmou no país.

Essa discussão deve ser feita para tentar pôr um fim à manipulação do povo e às articulações das vanguardas de sempre que, com novas roupagens, se arvoram em “donas” do popular, ou melhor, se propõem como representantes exclusivos do popular.

A experiência tem mostrado que, com a alteração da conjuntura política, vários grupos e setores mais avançados ficaram sem rumo e sem possibilidades de uma ação renovada face às emergentes situações criadas com a retomada do voto, com as manifestações de classe e com o avanço dos movimentos sociais. Habitados a uma situação de clandestinidade, setores progressistas do país não conseguiram ainda se situar perante uma conjuntura que se modifica.

As palavras de ordem, a aceitação e a divulgação de “verdades” estabelecidas são, ao contrário, um desrespeito ao povo e aos setores oprimidos pela estrutura política forjada na repressão. O que agora se impõe é um amplo debate que inclua a opinião e o ritmo de largos setores da sociedade que ficaram de fora do próprio processo.

Mas é preciso que se esteja bem atento para não repetir o que aconteceu no passado, quando os setores avançados entregavam ao povo suas bem estruturadas verdades. Isto não é mais possível e, muito menos, desejável. Ninguém se apossa de uma realidade sem participar ativa e criticamente dos processos de escolha, de decisão. Convém lembrar que aqueles que mais acusam o PDT de não ser democrático em sua estrutura são exatamente os que tomam decisões pelo povo sem atentar para o seu ritmo e suas preferências.

Aqui se coloca uma pergunta que me parece fundamental: por que as análises que se fazem dos problemas populares não incluem a vontade, as opiniões e o modo de pensar desses setores? Mais ainda, por que não

---

<sup>168</sup> Publicado na *Folha de S.Paulo* de 1º de maio de 1989, p. A-3.



falam de suas preferências eleitorais pelos líderes em quem depositam suas maiores esperanças? Ainda é costume tratar a população como tendo de estar submissa à acuidade e onisciência da vanguarda. O curioso é que, embora notando isso tudo, muitos intelectuais se calam com receio de enfrentar os modismos e aquilo que é considerado hegemônico no momento, mesmo que seja de discutível relação com a realidade.

Esta é a discussão que se propõe aos que querem ajudar na construção do socialismo e da justiça social do Brasil. Nossa preocupação vem do fato de que consideramos perigosa a postura de “fazer a cabeça”, de conduzir as massas no rumo de uma utopia, de qualquer utopia, desde que não seja proveniente de uma elaboração comum, com o próprio povo.

Estamos atravessando uma época de desencãos, de exaustão e de desencanto por parte da população, cansada de tanto esperar e de tanto ser iludida. Ao lado das razões provenientes da conjuntura mundial, existem aquelas produzidas por nosso próprio ser social, moldado numa perspectiva de favores, de despojo e de promessas vazias.

A luta atual deveria ocorrer entre os donos do capital e os trabalhadores, entre a esquerda e a direita, e não entre os partidos que se propõem defender posições progressistas. Lamentavelmente não é isso que está acontecendo. As acusações que o PDT tem recebido, através da imprensa, por parte de outros setores que deveriam estar preocupados com o atraso de nossa burguesia e com a permanência do autoritarismo, mostram o quanto a repressão foi eficaz. Os antigos reprimidos se voltam uns contra os outros e não conseguem articular uma atitude que possa contribuir com eficácia para o desaparecimento dos privilégios e da exploração. Se um dos setores progressistas não se enquadra nas mesmas posições e na mesma cartilha daquela dos afortunados da inteligência e da análise correta, é imediatamente confundido com o inimigo.

Esse é um velho vício das esquerdas latino-americanas, que tem contribuído para dificultar o avanço das forças progressistas em todo o continente. Se uma liderança forjada nas lutas, antigas e novas, pelos direitos populares, não se adapta imediatamente aos jargões e ao comportamento de um modelo pré-estabelecido, é automaticamente rejeitada. E, se mesmo assim não é derrubada, transformam-na em adversário.

Os setores progressistas deveriam encontrar o que os une, e não o que os separa. Estas divergências, menores e maiores, não podem ser utilizadas para a construção de um fosso maniqueísta, e sim para a in-

---

clusão, uma vez por todas, do diverso no cenário da existência política e da própria vida. É preciso romper com o costume das palavras de ordem e da condenação das diferenças, a fim de se estar livre para uma vida política mais ampla. O apressamento leviano não leva a conquistas sólidas, mas a atitudes superficiais e, logo, ao desalento e ao desencanto.

Brizola tem sido acusado de atacar outros partidos de esquerda e de provocar outros grupos. No entanto, não se pode esquecer que, desde a abertura do processo político no Brasil, foi ele quem se colocou em campo para buscar outros partidos e outros grupos, e também quem procurou sensibilizar outras lideranças para um trabalho conjunto; mas o que se exigiu dele é que capitulasse perante outras vertentes e que se submetesse às posições de pequenos grupos e elementos de vanguarda. Parece que a principal culpa que lhe atribuem está no fato de que suas ações alcançam imediatamente repercussão nacional e a constatação de que se trata da maior liderança atualmente no país. Então, o alcance popular de sua pessoa é o que amedronta? Será que o mesmo medo se apodera de setores da direita e da esquerda?

Não seria conveniente perguntar quais as razões de tanta confiança depositada pelo povo em um líder cuja longa trajetória é sobejamente conhecida pela dedicação aos interesses dos oprimidos? Não é possível perguntar por que encarna tantas esperanças e tanta fidelidade? E, finalmente, não seria melhor indagar pelas razões que o tornam depositário de um leque de preferência cujas manifestações, em sua maioria, vem dos setores populares? De qualquer forma, não creio que uma análise segura e equilibrada vá mostrar que sua liderança seja o resultado puro e simples da alienação do povo e da ignorância das massas. Isto significa, desde já, tripudiar sobre a capacidade de escolha da população e pré-julgar eternamente seu senso de oportunidade e de tino político.

Não se trata aqui de provocar, mas de colocar algumas questões que estavam esquecidas. Na verdade é chegado o tempo em que, se as forças de esquerda não se unirem no Brasil e na América Latina, o projeto de emancipação popular estará sendo criminosamente, mais uma vez, adiado.

Temos de falar sobre divergências e enfrentar o risco das batalhas eleitorais. Temos, também, de enfrentar todos os desafios que a sociedade nos coloca sem tentar derrubar desnecessariamente aqueles que serão inevitavelmente nossos aliados, mesmo que não pareçam tão certos como nós.

## DEMOCRACIA E PODER<sup>169</sup>

---

O debate mais intenso que atinge hoje todas as camadas sociais em nosso país é o da democracia. Há um anseio enorme para que cheguemos a uma realização mais ampla do que conseguimos até agora.

Sentimos que é chegado o tempo de encontrar uma organização social que permita canais de expressão para todos e maior divisão do poder.

Os teólogos discutiram com muito acerto a distinção entre poder e autoridade. Não retomando agora todo o debate, basta recordar que para eles o poder pode ser alcançado por qualquer tirano, qualquer ricoço, ou simplesmente por um espertalhão, ao passo que a autoridade está mais relacionada com uma trajetória equilibrada e íntegra, ou um conhecimento mais amplo dos homens e de suas necessidades. Está mais ligada aos valores que uma pessoa reúne ao longo de sua existência e passa a fazer parte de todo o seu ser. Em resumo, é um valor intrínseco. Lamentavelmente, em nossa história, temos maiores exemplos de homens que alcançam o poder do que autoridades, escolhidas por nós para exercer o governo.

Daí o nosso desencanto atual e o nosso anseio pelo exercício pleno da democracia. Hoje, mais do que nunca, estamos cientes de que ela só se aperfeiçoa após muita prática, muito exercício; isto é, somente a democracia gera seu aperfeiçoamento.

Após séculos de experiência é que a humanidade percebeu que a democracia é a única maneira de combater os perigos da centralização de poder e os desacertos produzidos pela tirania e pela ditadura. Como nossa experiência nacional é pequena (porque nossos períodos democráticos são curtos), fica sempre no ar uma inquietação sobre sua eficiência e justeza. Exatamente porque não a praticamos com a devida constância, parcelas da população atribuem a ela os erros que acumulamos nos períodos autoritários.

O atual Governo representa, através de suas atitudes e casuismo, o que existe de pior em nossa herança política: homens escolhidos sem nenhum critério, negociações de bastidores defendendo interesses mesquinhos e imediatos, lançam sobre os trabalhadores o desacerto desta política inconsequente.

Temos assim uma população que não se vê numa posição segura para escolher, exatamente porque não tem acesso às informações necessárias para um julgamento sereno dos atores e dos fatos políticos.

---

<sup>169</sup> Publicado na *Folha de S.Paulo* de 17 de julho de 1989, p. A-3.

Não estou me referindo aqui – quero que isto fique bem claro – a uma suposta incapacidade do povo em julgar os políticos e sua atuação, mas diretamente ao controle desonesto da informação, que se encontra colocado em mãos de poucos.

Numa sociedade periférica, os bolsões que resistem à modernização das práticas democráticas são arraigados e compõem situações impen-sáveis ao exercício de uma cidadania moderna. Veja-se, por exemplo, o poder que uma central de comunicações como a Rede Globo concentra nos dias de hoje.

Temos nos preocupados em diluir o poder do Governo central e em tornar mais ágeis os mecanismos de justiça e de distribuição de renda no país (e a nova Constituição conseguiu, apesar de todas as dificuldades, fazer avançar alguma coisa), mas ainda não conseguimos democratizar a notícia e o acesso aos fatos, o que acaba invalidando muitos dos nossos esforços.

Sabemos que as notícias não chegam ao povo como devem chegar e os fatos são transmitidos de uma maneira única, o que torna inevitavelmente tendenciosa a comunicação.

O caso das greves, por exemplo, tem sido tratado de uma maneira tão venal quanto irresponsável, de tal forma que se torna cada dia mais difícil colocar a questão em termos justos e equilibrados, pois determinados setores da imprensa têm partido do pressuposto que o trabalhador deve arcar com a responsabilidade dos desacertos de nossa burguesia e do Governo.

Mas o que mais evidencia o que estamos tentando mostrar é o fato, agora muito nítido, de que a Globo está fabricando um candidato à Presidência da República; com possibilidades de êxito. Sabendo-se da trajetória desta organização e de seu passado bastante comprometido, é preciso refrescar a memória da população para o fato de que seus interesses não mudaram. Os dados têm mostrado o quanto os compromissos de Fernando Collor de Mello se dirigem para uma dimensão bem antipopular, mas como mostrar isto para a população, uma vez que a concessão destes canais vem do período da ditadura e não é possível, no momento, modificar as coisas?

Assim, todos os jogos e manobras que forem feitos não poderão ser desmascarados perante a população a tempo das escolhas fundamentais. De imediato só podemos dizer que tal concentração de poder é imoral e, sem dúvidas, antidemocrática.

---

## O “EFEITO REZEK” E AS MEDIDAS LIMINARES<sup>170</sup>

---

Quanto aos propósitos gerais das medidas provisórias do pacote Collor, uma merece especial atenção, a Medida Provisória nº 173, que impede a concessão de liminares em ações cautelares, mandados de segurança e outras, promovidas contra atos de aplicação das demais medidas provisórias que implementam o plano econômico.

Temos, assim, o Governo no exercício de poderes normativos que lhe são excepcionais na sistemática constitucional, por ele, Governo, tornados panacéia jurídica usurpadora das funções que são a própria razão de ser do Congresso Nacional. Temos esse mesmo Governo executando as normas que criou e a editar normas provisórias que tornam os atos de aplicação imunes a medidas liminares, fazendo-os sobrepair à ordem jurídica.

O Governo quer legislar, aplicar a lei, enfim, concentrar em suas mãos todos os poderes.

A inconstitucionalidade dessa vocação imperial é flagrante. O grave é que vozes respeitáveis de magistrados e professores universitários levantaram-se para defender a perfeita adequação dessas medidas à Constituição Federal. Tais heresias inspiram-se talvez no que se está denominando “efeito Rezek”.

Francisco Rezek, ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), presidente do Tribunal Superior Eleitoral, trocou o cargo de que era titular vitalício no mais alto pretório brasileiro pelo cargo de ministro das Relações Exteriores, investidura precária, dependente do fiel cumprimento das determinações do chefe do Executivo.

No mínimo, revela-se o mais cabal desajuste ou falta de vocação para as funções judicantes. No mínimo, seu exemplo deveria servir de advertência às precipitadas escolhas dos ministros do STF, na mais chocante rejeição que aquele órgão até hoje sofreu.

Pendentes problemas jurídicos do pleito presidencial que Rezek presidiu impunham-lhe intransponível obstáculo ético à atitude que adotou: incorporar-se ao grupo dos políticos escolhidos para o *staff* do presidente eleito. Seu exemplo frutifica.

---

<sup>170</sup> Publicado na *Folha de S. Paulo* de 27 de março de 1990, p. A-3.

O presidente do Supremo Tribunal de Justiça, ministro Washington Bolívar, em entrevista à Rede Globo, disse da plena juridicidade da Medida Provisória nº 173.

Juízes são ética e legalmente proibidos de considerações antecipadas sobre problemas jurídicos, inclusive porque tais problemas podem ser submetidos à sua apreciação.

Não se trata de considerações sobre o direito em tese, mas declarações sobre ações que inevitavelmente seriam ajuizadas, para o fim de desencorajá-las e fazê-las abortar.

Não farei considerações sobre o mérito das lides que se prenunciavam, mas sobre o direito natural, inato ao homem, de bater às portas dos tribunais, e estes dizerem de seu direito, após prudente contraditório.

Os juristas que sofreram o “efeito Rezek” sustentam que a medida provisória tem precedente em lei que proibiu a concessão de liminares, nos casos que especifica.

Sem falar no questionamento que até hoje se faz dessa limitação, ela adveio de lei, do poder normativo do Congresso Nacional, da representação política da nação.

Será que alguém ignora o fenômeno constitucional da matéria “reserva de lei”? Não pretendo aqui examinar e muito menos esgotar esse tema.

Todavia, a mais tranqüila e absoluta “reserva” diz respeito às garantias individuais que preservam valores acima do Estado, direitos inatos e imprescritíveis.

Protegidos estão direitos e garantias individuais contra atos meramente equiparados à lei, mas que com a lei formal não se confundem.

A essencialidade desses valores à vida democrática os faz situar, com anterioridade, no corpo das Constituições.

Não se constituem matéria susceptível de delegação legislativa os direitos individuais, conforme soa expressamente o art. 68, II, da Constituição Federal, e estariam protegidos pelo devido processo legal.

Por razão maior não podem ser objeto de ato unipessoal do presidente da República, que tem apenas força de lei, mas lei não é, é medida provisória.

---

E a proteção judiciária contra “lesão ou ameaça a direito” é garantia individual (art.5º, XXXV da CF).

Como sobrestar ameaça senão preventiva ou cautelarmente?

O mandado de segurança é garantia constitucional (art. 5º LXVX), e a legislação sobre ele constitui reserva absoluta da lei, não podendo ser objeto de delegação ou medida provisória.

De qualquer forma, o “devido processo legal” substantivo torna inconstitucional a lei que, restringindo a liberdade, na sua mais ampla acepção, seja irrazoável: absurda é a medida provisória *ad hoc*, casuística, que torna os atos presidenciais imunes à reparação oportuna, fora da qual qualquer sentença se faz inutilmente dada.

Na verdade o que se pretende é revigorar o AI-5 ou os artigos 181, 182 da antiga Constituição Militar nas mãos de um Governo herdeiro da ditadura e com ostensiva vocação autoritária.

# DEPOIMENTOS

---

## LYSÂNEAS NA MEMÓRIA DOS AMIGOS

---

*“(...) Todas as pessoas que conviveram com Lysâneas têm certeza de que poucos políticos na história deste país tiveram a combatividade dele e seu comportamento ético impecável. Lamento que, neste momento, com tantos políticos envolvidos em corrupção e narcotráfico, um homem como ele nos deixe.”<sup>172</sup>*

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA  
(Presidente da República)

---

<sup>172</sup> Publicado na *Tribuna da Imprensa* de 7 de dezembro de 1999, p. 2, por ocasião da morte de Lysâneas Maciel.



## LYSÂNEAS MACIEL, TRIBUNO DE FÉ E CORAGEM

---

*Jovelino Ramos*

### Missão e embate

“Falar abertamente e pelo amor à verdade é arriscar a vida”. Tal afirmação poderia ter sido articulada ontem e divulgada hoje. Mas seu autor é Juvenal<sup>172</sup>, um poeta da antigüidade que viveu, provavelmente, entre os anos 60 e 140, e tinha o hábito de denunciar, com incrível franqueza, os vícios de Roma. Três séculos antes, outro eminente cidadão romano, Cícero<sup>173</sup>, disse que “a memória diminui... se não for exercitada”.

Lysâneas Maciel falava abertamente e arriscava a vida pelo amor à verdade. Como tal, não pode ser, não deve ser e não será esquecido. Para tanto, o alerta de Cícero é oportuno. É uma questão de dever cívico exercitarmos nossa memória coletiva, para que seu exemplo de parlamentar autêntico e eminente servo do povo continue sendo lembrado e reafirmado como inspiração e bandeira pelas causas da justiça e dignidade humanas.

Numa das preces de confissão da liturgia cristã, há uma em que pedimos a Deus que nos perdoe o pecado do silêncio, quando o falar é perigoso, e das afirmações arrogantes, quando o falar é fácil. No desempenho de suas atividades parlamentares, Lysâneas por certo esteve cômescio desse desafio e, sem dúvida, nunca permitiu que tais inclinações o detivessem ou o desviassem em sua jornada de combate, sem trégua, às forças da opressão e repressão.

Lysâneas Maciel era um tribuno de fé e coragem. Fé e coragem interagem e se complementavam na sua vida, dando-lhe autenticidade e direção. Ele falava abertamente pelo amor à verdade, não a despeito mas por causa de sua fé.

---

<sup>172</sup> JUVENAL. *Sátiras*, IV, 91. In Fontes, Martins. *Dicionário de citações*. São Paulo: Barrelli e Pennacchietti, 2001, p. 695, citação 3811.

<sup>173</sup> CÍCERO. *De senectute*, VII. In Fontes, Martins. *Ibid.* p. 635, citação 3478.

---

Lysâneas foi eleito deputado federal durante o regime militar, uma época em que o falar era difícil. Havia censura de imprensa, censura de rádio e TV, censura das artes e até censura do púlpito. Era a época da “caça às bruxas”, de prisão sem culpa formada e de torturas. Época do esquadrão da morte, das cassações de mandatos, da suspensão de direitos humanos, de assassinatos políticos, de banimento e exílio de milhares de brasileiros. Juvenal nunca esteve mais certo: falar a verdade era arriscar a vida. Duas produções artísticas ilustram o estado de espírito do país naquele período de terror. Uma foi o samba *Apesar de você*, de Chico Buarque de Holanda, e outra foi a peça *Torquemada*, de Augusto Boal.

A primeira estrofe do samba do Chico descreve a cultura de silêncio, para usar a expressão do professor Paulo Freire, reinante naqueles dias:

“Hoje você é quem manda, falou tá falado, não tem discussão, não/ A minha gente hoje anda falando de lado e olhando pro chão, viu?/ Você que inventou esse estado, e inventou de inventar toda escuridão,/ Você que inventou o pecado, esqueceu-se de inventar o perdão.”

Essa canção se transformou numa espécie de *marselhesa* para os brasileiros no exílio (entre os quais contava-se o autor deste ensaio):

“Apesar de você, amanhã há de ser outro dia/ Eu pergunto a você: onde vai se esconder da enorme euforia/ Como vai proibir quando o galo insistir em cantar?/ Água nova brotando e a gente se amando sem parar.”

Na peça *Torquemada*, Augusto Boal desmascara o regime de lei e ordem do regime militar, revelando a vileza do reino de tortura e destruição de vidas, nos bastidores do chamado milagre econômico. Fui ver a peça várias vezes no teatro do New York City College, em 1972, sempre na companhia de colegas, estudantes de pós-graduação da Columbia University. E, cada vez que a via, lembrava-me do vôo de Castro Alves<sup>174</sup> nas asas do albatroz para ver o que se passava dentro do *Navio negreiro*:

“Porém que vejo aí... que quadro de amarguras!  
Que canto funeral! ...que tétricas figuras!  
Que cena infame e vill...  
Meu Deus! meu Deus, que horror!”

<sup>174</sup> HADDAD, Jamil Almansur. Castro Alves – *Poesias completas*. 3ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959, p. 236.

Lysâneas viu de primeira mão o quadro de amarguras e o denunciou.

Foi um exemplo vivo de fé engajada, característica daquele espírito profético que produziu um Isaías, um Ezequiel e um Amós entre muitos outros nos séculos antecedentes à chamada era cristã, um João Batista no início daquela era, um Dietrich Bonhoeffer na Alemanha dos tempos de Hitler, um Mahatma Gandhi na Índia do Século XX e um D. Hélder Câmara no Brasil dos nossos tempos. O que Lysâneas tinha em comum com esses luminares era precisamente aquela intensidade e impetuosidade em denunciar e desafiar a opressão e em anunciar a esperança do triunfo inevitável da “verdadeira paz, que não se confunde com o conformismo”.

Lysâneas parecia ter o dom de distinguir a voz de Deus na voz do povo, e a providência deu-lhe um lugar no Parlamento para seu ministério de desafio, denúncia e anúncio. Pertinentemente ele chamava seus termos no Congresso de mandatos do povo. E vários foram os mandatos.

## Presságio e adestramento

Muito antes do segundo mandato, que terminaria dramaticamente em 1976, no dia **primeiro de abril** (a segunda farsa? não ocorrera a de número um em 1964 também no dia da mentira?), várias ocorrências pressagiaram sua futura e combativa carreira parlamentar. Também essas merecem reflexão como parte do exercício da nossa memória coletiva.

O meu primeiro encontro com Lysâneas foi em fins de 1958. Na época, eu era um seminarista, concluindo um ano de ausência do Seminário Teológico Presbiteriano de Campinas, numa experiência de trabalho com operários e favelados, primeiramente em São Paulo e depois no Rio. Eventualmente, ao invés de regressar ao Seminário eu continuaria no Rio, trabalhando como secretário regional da União Cristã de Estudantes do Brasil. Foi no Rio que o procurei, informado de que se tratava de um jovem advogado, versado em questões trabalhistas. E, por um curto tempo, trabalhamos juntos num projeto, na favela do Jacarezinho, com operários interessados em ouvi-lo sobre direitos sindicais. Mirando aquele passado, da perspectiva do presente, tenho a impressão de que, respeitadas as diferenças de idade, formação cultural e estilo de vida, tínhamos muito em comum. Ambos estávamos preocupados com o fato de que nossas simpatias partidárias não se harmonizavam com nossas convicções sociais. Ambos éramos politicamente conservadores mas convencidos da necessidade de profundas

mudanças na situação socioeconômica do país. Ambos pertencíamos à mesma denominação religiosa, também conservadora, na qual seus pais, irmãos e irmãs eram, por tradição e convicção, renomados baluartes. Na época, a denominação era considerada relativamente aberta à discussão das transições sociais, mas, por falta de adequada base teológica, acabou fechando-se, refugiando-se no passado e rejeitando qualquer perspectiva de renovação interna para enfrentar as inquietações do novo mundo que estava nascendo. Enfim ambos, como era também o caso de uma inteira geração, estávamos em busca de novos espaços e novas maneiras de vivenciar a riqueza e autenticidade da fé cristã naquela situação.

De volta ao Brasil em outubro de 1962, encontro um país ideologicamente polarizado. Membros da União Cristã de Estudantes, minha comunidade, minha família espiritual, eram agora, em sua maioria, ativistas da esquerda e alguns deles marxistas declarados. A linguagem política tinha se transformado e estava repleta de palavras e expressões como conscientização, radicalização, reformas de base, povo, massas, reformas de estrutura, práxis, reflexão e ação, esquerda cristã, linha Moscou, linha chinesa, forças ocultas, forças de reação, imperialismo, burguesia. Mais do que nunca, a mídia agora desempenhava papel central no diálogo político ou, melhor dito, na controvérsia política entre a linha lacerdista e a linha brizolista.

## Libertação e novos rumos

Como teriam mudanças tão dramáticas afetado Lysâneas Maciel? Aparentemente afetaram a família. Seu irmão caçula, Êlter, já na época admirado por sua erudição artística e filosófica, era agora um progressista independente. E outro evento de profunda significação para o futuro congressista ocorrera nas eleições governamentais e parlamentares daquele ano. Brizola se elegera deputado federal pelo Estado da Guanabara com cerca de meio milhão de votos. E, apoiado por Brizola, um grande amigo da família Maciel tinha se eleito senador, também pelo Estado da Guanabara. Tratava-se do líder nacionalista Aurélio Vianna. E é possível que o autor deste ensaio, já liberto dos resquícios de conservantismo partidário, e agora na posição de pastor da recém-formada Igreja Presbiteriana de Ipanema, e portanto pastor do Lysâneas, tenha tido alguma influência no seu realinhamento político.

Mas suponho que seu passo decisivo de adeus a posições conservadoras ocorreu às vésperas da campanha para a sucessão de Carlos Lacerda

ao governo do Estado da Guanabara. Lembro-me, como se fosse ontem, de uma reunião com alguns membros da Associação Cristã de Estudantes para uma troca de idéias sobre que candidato apoiar. Lysâneas estava presente. Os nomes discutidos na época como possíveis candidatos eram o marechal Henrique Teixeira Lott pela centro-esquerda e Flecha Ribeiro pela direita. No caso de impedimento legal do marechal Lott (que meses antes tinha transferido o seu título de eleitor para um local fora do Estado), então o candidato seria o embaixador Negrão de Lima. Para o nosso grupo de estudantes, nenhuma das opções era satisfatória. Os grandes nomes da linha progressista estavam exilados no Chile ou no Uruguai, desde o golpe militar de Primeiro de Abril de 1964. A quem apoiar? Depois de muita conversa, um deles perguntou: “E por que não uma pessoa como o Dr. Lysâneas Maciel?” Lysâneas sorriu e disse que a idéia era totalmente irreal, mas que gostaria de trabalhar para eleger uma pessoa da envergadura do senador Aurélio Vianna para governador do estado. A sugestão foi recebida com aplausos. E, duas ou três semanas depois, Aurélio era o candidato oficial do Partido Socialista Brasileiro e do Partido Democrata Cristão. O escritório de advocacia de Amaury Costa e Lysâneas Maciel transformou-se em centro de coordenação da campanha de “Aurélio para governador”. E o chefe da campanha era Lysâneas Maciel. Aurélio sofreu uma derrota calamitosa nas urnas. Mas a campanha abriu as portas do cenário político nacional para Lysâneas Maciel. Ele havia se descoberto. E o povo também o descobriu. Os grandes nomes da jornalismo do Rio também o descobriram. Uma nova etapa e, de certa forma, uma nova era estava começando no então Estado da Guanabara. Lysâneas era agora um líder popular. E o resto é história.

No desempenho do seu mandato, Lysâneas, desde o início, denunciou os desmandos do regime militar. Tornou-se uma voz para os sem-voz, como o deveriam ser todos os congressistas. Mas evidentemente tal não era o caso com a bancada que apoiava os detentores do poder. O Governo não tinha sido eleito pelo povo. Tratava-se de um Governo contra o povo, com medo do povo e a serviço das classes dominantes e das corporações multinacionais. Era do interesse do regime silenciar os operários, os sem-terra, os pobres, os que reivindicavam reformas e as vítimas da repressão policial. Era importante impor a paz do silêncio, a paz dos cemitérios. Era um imperativo da ordem vigente perpetuar o clima em que os brasileiros continuassem “falando de lado e olhando pro chão”.

Cabe aqui uma nota pessoal. Como muitos outros, fui beneficiário de sua amizade, lealdade e coragem. Numa ocasião especial de crise, aquelas

virtudes foram postas à prova de fogo e triunfaram. Há um provérbio inglês que diz “a friend in need is a friend indeed” (um amigo no momento de necessidade é um amigo de verdade). Mas o que fez por mim, ele faria para quem quer que necessitasse dele, amigo ou não. Um outro provérbio, este francês, diz que “as virtudes se perdem no interesse como os rios se perdem no mar”. Certo, mas o interesse supremo de Lysâneas como parlamentar, na tribuna e na rua, era sempre a causa da justiça e dignidade humana.

Aqui vai minha saga. Mais ou menos às cinco da manhã, bateram à minha casa. Eram quatro homens. Minha esposa os atendeu e voltou ao meu quarto com a mensagem de que eram funcionários da alfândega (ó inocência, bendita inocência!) e precisavam da minha assinatura (quatro homens querendo o meu autógrafo às cinco da manhã!). Depois de um instante de riso contido, fui vê-los trajando simplesmente (e intencionalmente) um minúsculo calção de banho. E o esperado aconteceu. O funcionário alto e musculoso, de papel na mão, me pergunta se eu era o reverendo Jovelino Pereira Ramos. Respondi que sim. Então, em tom solene (e, verdade seja dita, com respeito!), leu, em voz alta, e me mostrou um documento assinado pelo delegado Pompeu, instruindo-os a dar uma busca em todas as dependências da minha casa (numa vila que dava para a Rua Almirante Alexandrino, em Santa Teresa) e a apreender qualquer literatura encontrada de caráter subversivo. Instruía-os também a fazer-me acompanhá-los à chefatura de polícia para prestar esclarecimento sobre o possível material ou possíveis atividades pessoais de caráter subversivo.

Com toda a cordialidade, pedi-lhes que entrassem e se sentissem à vontade enquanto eu me vestisse. Minha esposa<sup>175</sup> lhes ofereceu café. Aceitaram. Saí pela porta da cozinha e fui para a casa do caseiro da vila (meu amigo e correligionário). Minha esposa, após servir-lhes café, foi ao banheiro, abriu a torneira do chuveiro de modo a produzir um convincente e volumoso ruído de ducha contra as cortinas de plástico, saiu e fechou a porta. O homem altão desconfiou. Perguntou, andou pelo corredor, veio à porta do banheiro e, convencido pelo barulho da água de que eu estava lá, voltou a sentar-se na sala com os outros, à minha espera. Dez minutos depois, já impaciente, perguntou à minha esposa se era meu costume passar tanto tempo banhando-me. Ela respondeu que no geral eu saía de lá, prontinho, vestido e barbeado, depois de meia hora. Os quatro continuaram sentados. Meia hora depois o altão resolveu entrar no banheiro. Desapontado, disse à minha esposa que eu tinha fugido, mas

---

<sup>175</sup> A esposa era, na época, Myra Ramos. Minha atual esposa é Joan Ramos.

que prosseguiriam na busca de material subversivo. Disse também que eu havia complicado a minha situação terrivelmente, o que significaria detenção preventiva, se me encontrassem. Minha esposa telefona então para a casa de um amigo. A mulher dele atende, ouve a história e simplesmente diz “que coincidência!” e desliga. Minha esposa telefona para o Lysâneas.

Em menos de uma hora o Lysâneas estava na minha casa. A essas alturas, os quatro tinham terminado a batida, enchido duas caixas grandes com livros de teologia, a maioria deles em inglês, e um número sem fim de notas de sermão. Saíram carregando todo aquele material, depois de passar à minha esposa o endereço do lugar onde eu deveria me apresentar antes do fim do dia. Lysâneas e minha esposa vão à casa do caseiro, trazendo-me roupa e café da manhã. Lysâneas diz que a rua estava cheia de agentes da Divisão de Ordem Política e Social (Dops). Perguntou-me como tinha sido o meu breve encontro com os quatro. Ficou satisfeito ao ouvir que me haviam visto só de calção de banho. Disse que tínhamos de sair da vila o mais breve possível e que eu provavelmente seria reconhecido e preso assim que chegássemos à rua. Se tal fora o caso, ele seguiria o carro da polícia para saber onde me estaria levando. Despedi-me da esposa e filhos e da Alzira, nossa ajudante doméstica. Agora de terno, gravata e chapéu, saí vila abaixo, em direção à rua conversando alto com o Lysâneas sobre o resultado de uma pesca fictícia. Passamos por vários policiais. Entramos no carro dele e saímos. Ele estava convencido de que nos seguiriam. Não o fizeram. Ficaram lá, vigiando a porta da vila o dia inteiro.

Lysâneas me levou à casa do Amaury, onde fiquei por vários dias. Lá tivemos uma reunião do conselho da igreja para decidir meu destino. A situação era grave porque eu tinha escapado duas vezes, ferindo o orgulho dos policiais. Como cavalgar aquele tigre? Depois de alguns dias, tive de sair para outro esconderijo e, depois, para outro. A igreja me deu apoio total. Estávamos cômicos do fato de que o nosso lugar de culto estava também na mira da polícia política, mas, em duas ocasiões, furamos o cerco e clandestinamente entrei no santuário, preguei, fiz atos pastorais e voltei ao meu refúgio. Com medo sim, mas medo não ia nos deter.

Enquanto me escondiam, Amaury e Lysâneas contataram o delegado Pompeu várias vezes para negociar o meu aparecimento. Na linguagem e no estilo de advogados experientes e competentes, persuadiram o delegado de que, no meu caso, a polícia estava totalmente equivocada. Lysâneas prometeu que me traria, para as clarificações de praxe, com a condição de

que o interrogatório fosse presidido pelo próprio Pompeu, e também com a condição de que ele, Lysâneas, estaria presente ao interrogatório. Entre aquela promessa e o meu aparecimento houve uma série de desencontros entre Lysâneas e a delegacia. Finalmente o dia chegou. Passei uma tarde inteira e infinda sendo interrogado pelo Pompeu e seus subordinados imediatos. Finalmente me deixaram ir e, desde então, nunca me deixaram em paz.

Anos depois, quando estávamos preparando o livro *Memórias do exílio* (Arcádia, Lisboa, 1976), consultei o Lysâneas (então também exilado em Genebra e de passagem por Nova York) se podíamos incluir essa história no livro. Ele, veementemente, me fez prometer que não o faria. Por quê? Por causa de aspectos importantes do caso que, em sua opinião, possivelmente poderiam ser utilizados em outras ocasiões para a proteção de outras vítimas da repressão, aspectos esses que perderiam sua efetividade, se publicados. Mas os tempos são outros. Sua irmã Eula e a própria Regina me convenceram de que agora ele teria aprovado sua publicação. E, de vez que estamos no assunto, aproveito a oportunidade para agradecer a todos (e foram muitos) que me abrigaram, me conduziram de esconderijo a esconderijo e me deram todo o tipo de apoio, arriscando sua própria segurança, assim como a segurança dos seus.

## Abdicação ou compromisso?

Assim era o Lysâneas. Mas a vivência do seu mandato, na situação real e concreta do país, tinha uma outra dimensão mais profunda. Lysâneas se identificava com o povo. Lysâneas sabia ouvir e articular seus problemas e reivindicações. Ele abominava platitudes, os lugares comuns das articulações políticas e também dos posicionamentos tradicionais de políticos religiosos.

## Sursum corda

Assim era Lysâneas Maciel. Uma voz – e que voz! Um tribuno de coragem e fé. Como perpetuar sua memória?

Lysâneas deixou nas nossas mãos aquela tocha ardente de fé e coragem na jornada pela dignidade, justiça e direitos humanos e pela causa “dos oprimidos, dos injustiçados, daqueles que constituem a preocupação principal do Nazareno”. A melhor maneira de honrá-lo é empunhar com denodo essa tocha e avançar. A jornada continua.

---



## MEU AMIGO LYSÂNEAS MACIEL<sup>176</sup>

---

*Jonas Rezende*

*“Combati o bom combate, terminei a carreira e guardei a fé.” (Paulo de Tarso, apóstolo)*

Não é, certamente, apenas saudade que eu sinto de Lysâneas. É claro que dói a certeza de não mais ouvir os seus comentários que abrem caminhos. E que fica apenas nas fotografias o sorriso amigo, com aquele ar levemente maroto de quem acaba de contar uma gostosa anedota.

Mas não é apenas saudade. Tenho orgulho do homem que marcou várias gerações. De quem disse um basta aos desmandos do arbítrio – e, depois, pagou o preço. Orgulho-me do político que, em 1974, concentrou os anseios de tantos operários, estudantes, artistas e intelectuais e que teve o respeito de todos quando foi caçado, em 1976, num ato falho da ditadura, que lhe fez involuntariamente, com esse gesto, o maior elogio que um rebelde com causa poderia receber.

Não é apenas saudade. Admiro a coerência de Lysâneas em toda a sua vida. Aquela insubornável vontade de manter-se íntegro, reconhecida até pelos seus adversários honestos. São muito poucos os que abandonam o comodismo de “passar pela vida em branca nuvem” e aceitam, como ele, toda uma existência de compromisso inalienável com a verdade, a justiça e o amor. Admiro esse homem que briga com suas origens burguesas; que rasga os horizontes miúdos do protestantismo em que é formado, para encampar uma ação ecumênica; que abandona o caminho sem futuro do assistencialismo aos pobres e aceita o denso desafio de lutar para devolver ao ser humano os direitos sonegados cinicamente pela sociedade. Admiro Lysâneas porque foi fiel ao seu partido, mas fiel também a si mesmo e, acima de tudo e de todos, fiel a Deus. Admiro-lhe a coragem que deu dimensão superior a sua vida e a aguda inteligência que faz de seus pronunciamentos e projetos uma sugestiva agenda para a abertura do Século XXI e do terceiro milênio da era cristã.

Não é, assim, apenas saudade o que sinto. Sou grato a Lysâneas porque ele é capaz de abrir portas impensáveis e se comunica com

---

<sup>176</sup> Publicado no *Jornal do Brasil* de 13 de dezembro de 1999.

todos os que fogem do novo, que é possível em cada esquina de nossa existência. Sou grato a ele pelo seu uso sensível do instrumental marxista, na análise de nosso modelo social. Mas, sobretudo, sou-lhe grato porque Lysâneas Maciel coloca, além de sua formação acadêmica e de referências a homens especiais, o impulso de fé que vincula diretamente a Deus. Antes de ideologias socialistas e filosofias partidárias, Lysâneas bebeu da sabedoria comprometida como chão desafiador da Terra de todos nós, como fizeram primeiro todos os profetas bíblicos: Isaías, Jeremias, Oséias, Amós, João Batista e Jesus Cristo. Como tantos utópicos e o próprio Marx. Certamente, por essa razão chegou a ser considerado pastor. Um pastor que cresce e se forma no processo de tensões, embates e lutas. Um pastor para o qual tem inspiração bíblica a justa crítica do autor de *O capital*: “Os filósofos não fizeram mais do que interpretar o mundo das diversas maneiras; mas trata-se de transformá-lo”.

Não é, definitivamente, apenas saudade o que sinto de Lysâneas. É também orgulho, admiração e gratidão infinita. Hoje, mais do que nunca, me parece plenamente natural que os jornalistas especializados o tenham considerado o melhor deputado federal, quer como político, quer nas Comissões e no Plenário.

Lysâneas Dias Maciel, antes e acima de tudo, sempre falou e agiu como um profeta de Deus, nos dias desafiadores que vivemos.

---



***CORRESPONDÊNCIAS,  
FOTOS E DOCUMENTOS***

## CORRESPONDÊNCIAS SELECIONADAS

---

Lysâneas Maciel manteve, durante toda a sua vida, vasta correspondência com amigos, jornalistas, religiosos, eleitores e correligionários, do Brasil e do exterior, com quem trocava idéias, sobretudo sobre os grandes temas nacionais e internacionais, as questões sociais, os direitos humanos, o papel da igreja. Catalogava até mesmo bilhetes de pessoas desconhecidas, gente do povo, presos políticos ou seus familiares – que sempre lhe dirigiam uma palavra de agradecimento – que juntava às cartas de personalidades da política internacional.

Na sua partida de Brasília, após a cassação, em 1976, sua bagagem foi aberta no aeroporto de Brasília e grande parte dessas cartas – entre elas, a da esposa do então líder socialista francês François Mitterrand, Danielle – desapareceram para sempre. Ele atribuiu o “confisco” aos órgãos de segurança. Aquele voo Brasília-Rio atrasou várias horas no pátio e os tripulantes informaram aos passageiros a causa do inconveniente: “um pneu do avião havia furado”.

Já no exílio, em Genebra, recebeu centenas de correspondências dos que aqui ficaram e dos muitos brasileiros exilados, espalhados pelo mundo. Os primeiros mantinham-no informado da evolução do quadro político do país, enviavam recortes de jornais, revistas, discos e livros. Os que se encontravam fora articulavam a redemocratização do Brasil, a anistia aos exilados e presos políticos e solicitavam a presença de Lysâneas em suas reuniões. A família Maciel recebeu dezenas de visitas de amigos e companheiros durante aquele período.

Uma pequena amostra das correspondências por ele recebidas no exterior dá uma boa noção do quadro político no Brasil, de 1976 a 1978, e de como Lysâneas manteve-se informado da situação, trocando idéias sobre os destinos do país, ouvindo desabafos ou aconselhando os companheiros. Mesmo sem mandato e com os direitos políticos suspensos, ele continuou a participar da política nacional a milhares de milhas de distância.

Dos arquivos da família, foram selecionadas as cartas da então jornalista e futura deputada pernambucana pelo MDB Cristina Tavares (já falecida); do então deputado pelo MDB pernambucano, o “neo-Autêntico” Jarbas Vasconcelos; do então diretor da Sucursal de *O Estado de*

---

S. Paulo em Brasília, jornalista Carlos Chagas – e a resposta de Lysâneas; do professor Maurício Vieira de Paiva, preso político banido do Brasil em junho de 1970, então exilado em Lisboa; do jornalista e ex-deputado Márcio Moreira Alves, cassado em 1968, também exilado na Europa e do ex-deputado “Autêntico” do MDB, Francisco (Chico) Pinto.

Hebe Guimarães

[Sem data; final de 1976.]

Caros amigos Regina e Lysâneas

Votos de que a Suíça seja mais digna de vocês que o Brasil atual. Sinceramente, Brasília perdeu o seu desafio quando vocês foram embora. É alguma coisa no espírito das pessoas que incentiva os outros a agirem com mais ou menos respeito. Uns têm, outros não. Eu, pessoalmente, nunca mais consegui entrar na Comissão de Minas e Energia. Só uma vez que tive que cobrir uma CPI, fui ao auditório, e as coisas pareciam diferentes. E eram. Andei viajando com Dr. Ulysses até outubro passado. E falei muito em você, em Chico, na parte sadia do MDB. Ulysses é engraçado: quando não está cercado pela gang, chega a parecer uma pessoa razoável. Quase convenci o Chico de que Ulysses ia melhorando, mas aí a cúpula fez uma safadeza com o Cepar, e meu proselitismo foi por água abaixo. Chico não nasceu para conviver com os canalhas, o que talvez seja um erro, se a gente quer chegar ao Poder. Mao Tse-Tung conviveu muito tempo com Chiang Kai Chek. Agora, quando a gente tomar o poder, é outra coisa. Essa idéia me veio agora mesmo à cabeça.

Não há muito o que contar sobre o Brasil. Aqui em Washington, visitei um Instituto de Estudos Políticos chamado Overseas Development Council, onde trabalha um amigo de Paulo Freyre (que me deu esse endereço) e chama-se Denis Goulet. Pois bem, eles têm um milhão de papers onde analisam as relações Norte-Sul, e o milagre tipo Brasil, Índia, etc., é dissecado, analisado e reduzido a proporções muito realistas. Matematicamente ele se acaba, esgota e define em pouco tempo. Preconiza-se uma nova ordem internacional, e a gente tem de se preparar para assumir o poder nesta hora. Pode não ser agora, mas o processo é irreversível.

As condições internas de um país e suas lideranças podem apressar ou retardar o processo, mas é inevitável que ele ocorra. Assim, eu acho que o Brasil, por uma ironia da história, está preparando o seu time no exterior. Paulo Freire, Celso Furtado, Miguel Arraes, Lysâneas Maciel, são apenas alguns de nossos futuros dirigentes. Disso eu tenho certeza. É duro estar fora, mas também não é gratificante a gente ficar lá dentro, de frustração em frustração, e até perde a perspectiva do que vai ocorrer. Vou dar o endereço do Dr. Arraes. Telefone de Argel 605174 – End. 272473 Tour Dar El Kef 4º Apt. 15, Argel, Argélia. Ele tem uma irmã chamada Violeta que mora em Paris, e cujo endereço é IV Ville Flore, telefone 00331-9975.

Saí do *Jornal de Brasília*, porque virou um jornalzinho vagabundo, e por enquanto, sou uma vagabunda internacional. Estou aqui em Washington com uma irmã que está se tratando. Mas vou passar o natal no Recife. Era ótimo receber cartas de vocês. Lá meu endereço é Av. 17 de agosto 1017 Apt. 402, Recife, 50 000. Mandem o seu telefone para eu ligar de Brasília. Acho que só volto lá para março.

Um abraço e até breve,

Cristina [Tavares]

Recife, 23/12/76

Meu caro Lysâneas,

Após o recesso parlamentar demorei mais um pouco em Brasília tentando organizar o gabinete e a correspondência, tumultuada face minha ausência prolongada durante a campanha eleitoral. Daí, somente agora, passando pela casa de mamãe, é que encontrei sua carta.

Os resultados eleitorais de 15 de novembro passado refletem, em última análise, os desacertos e descaminhos do MDB como partido de oposição.

Em 1974, o partido conseguiu canalizar para sua legenda os votos de uma larga parcela da opinião pública, inconformada com os modelos político e econômico vigentes no país. Foi o protesto contra o arbítrio, a intolerância, a violência, a tortura, a censura, a fome, o desemprego, etc.

A ausência de uma oposição mais firme, ativa e corajosa, nos últimos dois anos, contribuiu para o descrédito do MDB. O recuo do grupo “autêntico” refletiu no resultado do último pleito. É que o MDB ficou sem o seu grupo de vanguarda que obrigava, inclusive no curso da campanha eleitoral, os moderados e adesistas a falar uma linguagem mais honesta e, conseqüentemente, mais oposicionista. Devem ser levadas em conta, ainda, as peculiaridades de um pleito municipal, bem diferentes das travadas em eleições gerais.

Aqui em Pernambuco, o MDB cresceu em termos globais. Fez apenas nove prefeituras, dentre elas, as duas mais importantes do Estado – Jaboatão e Olinda, municípios da área metropolitana.

Transmiti ao Fernando Lyra sua recomendação quanto ao documento do Chico Pinto.

Com relação ao Rholine Cavalcanti, ele está cumprindo pena de prisão perpétua no Presídio Professor Barreto Campello. Teve assistência judiciária. Ele está incluído entre aqueles presos políticos que, por mais de uma vez, denunciei na Câmara os maus tratos recebidos por parte do diretor do citado presídio. Ele recebe assistência da família, que vive mais ou menos.

Posteriormente, mandarei maiores e melhores detalhes. Atualmente, estou com um sério problema de “coluna”. Fui a uma clínica especializada aqui no Recife e os médicos recomendaram repouso absoluto por mais de quinze dias, além do uso, permanente, de colar e colete ortopédicos, que me têm deixado irritadíssimo.

Neide manda um abraço para vocês. Depois ela escreve. Esta carta estou ditando para uma pessoa amiga bater à máquina. Um abraço para você, Dona Regina e os meninos.

Jarbas Vasconcelos

Brasília, 3 de fevereiro de 1977

Meu caro Lysâneas,

Saúde para você, Regina e a prole. Como as novidades são muitas, desde a última carta, vamos numerá-las:

1. Fala-se muito em reforma política. Os estímulos partem do Palácio do Planalto, Petrônio Portella conversa, Francelino não tem mais coragem para negar, Teotônio Vilela esperneia e quer tudo de uma vez, Krieger dá o sinal de sua graça e Magalhães Pinto, com os pés no chão, deseja apenas o cumprimento das regras do jogo, ou seja, eleições diretas de governador e senador.

2. As teses “reformistas” são, no entanto, as mais conflitantes e desbaratadas. Eleições indiretas, nomeação de senadores, manutenção do número atual de deputados federais na próxima legislatura, voto distrital, sublegenda para o Senado, reforma constitucional ampla destinada a tornar o texto enxuto e normativo, criação de mecanismos constitucionais de defesa do Estado, volta ao parlamentarismo, assembléia constituinte, fim da fidelidade partidária, quebra do bipartidarismo, criação do Estado Unitário.

3. Enfim, uma salada completa, com legumes amargos, saborosos, com vitamina ou sem ela.

4. Petrônio Portella mostra-se realista, ou pelo menos é o que diz. Acha que as eleições indiretas de governador serão adotadas, por decisão revolucionária, e assim deseja uma compensação ou



contrapartida: os mecanismos de defesa do Estado inseridos na Constituição para que o AI-5 caia em desuso, no futuro. Thales Ramalho concorda com ele em gênero número e grau. Têm-se falado pelo telefone, de Brasília a Recife. Thales nega de público, diz-se defensor das diretas, mas está disposto a entregar o ouro ao bandido, “desde que seja para institucionalizar o país”. Há dente de coelho em tudo isso, especialmente porque assim o Marcos não seria governador de Pernambuco.

5. Enquanto isso, mesmo estimulando conversas reformistas e pedindo sugestões ao governador Guazelli, a Magalhães Pinto e a outros, o Governo continua em sua postura calhorda. Ontem, dia 2 (fevereiro) foi cassado mais um, o vereador Glênio Perez, de Porto Alegre. A alegação foi o seu discurso de posse (coitado) onde referiu-se aos direitos humanos, falou contra prisões ilegais e até contra a tortura. Na verdade, o Governo quis dar uma demonstração de “revolucionário” no momento em que promove entendimentos preliminares sobre a reforma.

6. Assim ninguém entende, mas é para não entender mesmo, pois o presidente Geisel, em matéria política, parece que está com o Chacrinha: veio para confundir.

7. Enfim, no caso das reformas, veremos. Não custa esperar. Ou resistir.

8. O Alencar é candidato à liderança do partido e tem boas chances de ganhar, apesar das articulações do Thales, que vão desde a alegação de que Alencar não serve, pois seria contra o diálogo com o Governo até outra mais sibilina, de que o nosso cearense do Paraná é um contestador e o sistema não o aceitaria. Viva o realismo!

9. Há dias, depois de haver escrito em favor da candidatura do Alencar, acabei por dar-lhe um “pau” tremendo. Um não. Aliás, dois. Acontece que ele foi ao Rio, conversou com os “chaguistas” e pediu-lhes o voto. Eles se comprometeram. E de Chagas, você sabe,

eu já estou repleto. Trata-se da minha paranóia, pois canalha igual nunca apareceu nem na oposição nem no país. Logo depois tive longa conversa com o Alencar, lá em casa, e as coisas se aclararam um pouco. Ele disse que terá o voto dos chaguistas, mas também dos amaralistas, que não se comprometeu, que nada prometeu etc. Um pouco de realismo, talvez não igual ao do Thales, mas realismo, apesar de tudo ...

10. Em termos de imprensa, nada de novo de nossa parte, pois continuamos fazendo o que podemos, certamente muito menos do que o necessário. É duro lutar pela liberdade enquanto ela nos é apresentada como prêmio de bom comportamento. Mas vai dando para o gasto, conforme você verá nas cópias de alguns artigos que lhe mando.

11. As coisas parecem que vão esquentar para o *Jornal do Brasil*: o matutino da condessa tomou atitudes inconcebíveis, ou seja, critica o governo, ironiza, ridiculariza e se coloca (suprema heresia, e aqui falo a sério) contra o acordo nuclear Brasil-Alemanha. Está sendo, por isso, chamado de jornal quinta-coluna, traidor e impatriótico, no sistema. Por isso, vem chumbo grosso sobre eles: suspensão da publicidade oficial e privada, via indireta, cassação do canal de televisão, aperto no imposto de renda do Dr. Nascimento Brito, fechamento do crédito do Banco do Brasil para importação de papel, dificultação de empréstimos externos. Vamos ver em que dará tudo isso.

12. Cuidado com a Hebe, portadora desta, pois trata-se de uma subversiva, anarquista, niilista, responsável por agitações estudantis e operárias. A polícia suíça deveria prendê-la rápido.

13. No mais, o Chico Pinto vai bem, temos falado pelo telefone. O Lyra permanece em Recife, praia, uísque e água de coco. O Flamarion perdeu o pai numa tragédia, pois depois de um mês em Brasília, com ele, foi para Belo Horizonte e acabou atropelado.

14. Há dias o motorista do ônibus que causou o desastre e a morte do Juscelino foi condenado a 31 anos de cadeia. Um por dirigir mal, trinta por haver matado o presidente errado...

Receba um forte abraço do Carlos Chagas

[Genebra, março de 1977]

Prezado amigo Carlos,

Meu abraço e de Regina a você e Enila

Agradecemos muito a minuciosa análise, mas percebemos, sobretudo através de seus percucientes artigos, que você está no limite de sua paciência política. E isto não é muito saudável. Não se pode mais perder gente de seu calibre. Mesmo sabendo que é duro lutar pela liberdade quando ela vem ou é apresentada como prêmio de bom comportamento.

Nesta miscelânea de precários instrumentos, sua pena coerente é ainda peça fundamental. Veja por exemplo o respeito que gregos e troianos têm por você. Pediram-me que intercedesse junto a você para explicação “conjuntural” dos eleitores do Alencar no episódio da liderança. O próprio Alencar, segundo eu soube, também procurou-o para explicações. Na verdade, ele ainda me parece sincero e interessado nos verdadeiros problemas do país. E, se elegeu-se mal, cumpre exercer bem a liderança, sobretudo com assistência interessada, mas vigilante de amigos como você.

E essa assistência é tão mais necessária quando se sabe que há uma tentativa dentro do MDB para adotar as teses do sistema. Como eleições indiretas, institucionalização do AI-5, etc. Nestas tentativas de afastar ainda mais a participação popular (indiretas) ou regulamentar o crime e o arbítrio (AI-5) não posso deixar de lembrar-me de um de seus “destaques”: Democracia é como honra: ou se tem integral ou não se tem parcelada, pois a falta de um dos seus princípios maiores... será meia democracia, em outras palavras, nenhuma democracia”.

O MDB, ou melhor, a verdadeira oposição, sobre quem pesam pressões várias, poderá aderir a essas ou outras teses semelhantes. Mas veja você. Nenhuma adesão é sadia se não gratifica ambas as partes; e não estou falando das “gratificações” almejadas pelos Thales Ramalho, sempre à busca de pretextos para solidariedades não solicitadas.

Aceitar algumas propostas defendidas pelo hábil pessedismo não é apenas trair um mandato outorgado segundo os termos penosamente expressos por um povo sofrido e maltratado. Trata-se, no caso, de um ato de incompetência política: as concessões a que for obrigada ou “constrangida” a fazer, cairão sobre a oposição, na forma de perpetuação do impasse político.

E o MDB, se não analisar bem o que está acontecendo poderá, novamente, não passar de um simulacro justificador de situações que pretende condenar. Releve o desabafo de seu amigo que, inclusive, pode estar desatualizado pela já longa ausência.

Peço sua atenção para um assunto que a Hebe e a Ana Márcia lhe falarão quando chegarem ao Brasil. Há um rumor estranho, cuja fonte ainda não pudemos identificar, a propósito de minha “influência” junto a autoridades e instituições alemãs e americanas. Juntando alguns fatos verídicos à total fantasia (intimidade com vários dirigentes, entre os quais Carter, Willy Brandt), pretendem atribuir-me parte das dificuldades do governo brasileiro, sobretudo no que diz respeito aos direitos humanos e ao acordo nuclear.

Minhas posições externadas amplamente no Brasil, são conhecidas. No exterior ajo, contudo, com bastante discrição, em favor dos perseguidos e oprimidos pela violência, institucionalizada ou não no mundo todo, mas tenho recusado participar de concentrações de caráter marcadamente político, programas de televisão e campanhas jornalísticas nas quais o Brasil é o personagem principal. E o faço não porque eu tenha informações de que a situação melhorou; a manutenção do chefe do esquadrão da morte tiraria qualquer veleidade neste sentido. Mas tem havido um pouco de exploração política de origem pouco clara nesta matéria.

Confesso até que senti um certo constrangimento íntimo quando compararam Geisel a Pinochet e me lembrei que esse homem um dia “pinçou” o comandante do 2º Exército por violar os direitos humanos. Aliás, o delegado americano que atacou ferozmente a

violação dos direitos humanos na América Latina (última reunião da ONU) ressaltou expressamente estas tentativas de Geisel.

Como vê, continuo mantendo a esperança, talvez uma forma de evitar uma maior deterioração pessoal. Se você soubesse o grau de neurose que atinge grande parte de brasileiros no exterior, poderia compreender esta “torcida” nas possibilidades de recuperação de certos homens desta malfadada revolução. Enfim, se eles compreendessem que as mudanças fatalmente ocorrerão no Brasil, talvez pudessem participar da inevitável transição que poderá ser incruenta. Aqui na Europa, deve ser observado o exemplo da Espanha, onde um rei, herdeiro do sistema, poderá conduzir o país a uma saída razoável, após anos de feroz ditadura. No Brasil temos o exemplo de Dutra (quem sabe isto poderia merecer uma atenção especial de sua parte). Egresso e participante de uma ditadura de mais de 15 anos, Dutra dela saiu para realizar um governo, talvez um dos mais democráticos da história do Brasil.

Bem, companheiro, termino este impertinente desabafo pedindo-lhe que influa e assista mais os Autênticos. Eles lhe ouvem e lhe respeitam. Tenha paciência com nossa ingenuidade. Muitas vezes, o arrojo e a impertinência são também táticas políticas válidas, já que se sabe que os passos decisivos na conquista da liberdade foram dados por homens resolutos e não apenas pela defesa vaga de certos ideais. Os espertos e arcaicos “pessedismos”, recolhidos no campo do incondicionalismo ou do adesismo da Arena e do MDB, não têm mais nada a oferecer a este país.

E esta crença nos homens simples, mas resolutos, tem um fundamento que me é muito precioso. Para fazer a maior revolução que o mundo conhece foram utilizados humildes pescadores, liderados por um carpinteiro. A estes homens foi deferida a tarefa de enfrentar a filosofia herodiana e os mais poderosos símbolos do oportunismo político da época.

Agradeço muito a reciclagem que você me proporcionou através de sua carta, além do calor da amizade que – a Regina anotou, com propriedade – cresce à distância.

Um abraço a todos os amigos do “Estadão” e a Enila, a quem aguardamos junto com você para uma temporada repousante nestes pagos suíços.

Lysâneas

P.S. Obrigado pelo livro sobre o Pedro Aleixo... [seguem-se três linhas manuscritas, indecifráveis]

Lisboa, 17/3/77.

Companheiro Lysâneas,

Fui encarregado pelo Comitê Pro-Amnistia Geral no Brasil daqui para contatá-lo e discutir a possibilidade de sua participação em um conjunto de atividades que estamos programando para meados do próximo mês. O seu endereço me foi passado pela Hebe, que estive com você há poucos dias.

Antes de expor-lhe o que vamos realizar e a participação que gostaríamos que você tivesse, vou explicar-lhe rapidamente o que é o Comitê:

O Comitê Pró-Amnistia Geral do Brasil foi formado aqui há cerca de dois anos. É um organismo unitário, apartidário e amplo, que tem por objetivo a denúncia dos crimes da ditadura, a divulgação das lutas do povo brasileiro e, em particular, mobilizar as forças políticas democráticas e a opinião pública portuguesas na luta pela anistia geral no Brasil. Evidentemente, para nós, a luta pela anistia, a denúncia do regime repressivo, a denúncia das torturas no Brasil etc., têm o significado de luta contra o regime que se identifica com tudo aquilo contra o que lutamos. Até agora a nossa atividade se resumiu à realização de colóquios, conferências de imprensa, comícios, publicação de um jornal periódico, comunicados à imprensa, tomar iniciativas no sentido de que forças democráticas portuguesas se manifestassem contra a repressão no Brasil (moções diversas, como a que foi aprovada na Assembléia da República, missas etc.). Para que possa conhecer melhor o que temos feito, enviamos-lhe o último número do jornal do Comitê. Resta dizer que o Comitê é formado, na realidade, por um conjunto de forças democráticas



portuguesas, onde está representado o Partido Socialista. Nós, os brasileiros, temos o papel de planejar e organizar as atividades e, em acordo com os companheiros portugueses, dar a direção política.

Na seqüência da nossa atividade, programamos uma “Semana de Solidariedade com o Povo Brasileiro” que irá realizar-se entre os dias 13 e 18 do próximo mês. Em cada um desses dias combinaremos a realização de uma conferência com a apresentação de um filme brasileiro, de uma peça de teatro (Tiradentes, do Boal e Guarnieri), música popular brasileira e portuguesa (para a música brasileira contamos com um conjunto musical de brasileiros que, como nós, andam por esta Europa; para a música portuguesa contamos com vários cantores portugueses); além disso, faremos exposições de fotografias, divulgação na imprensa, cartazes, outro número do jornal, etc. Esta semana será finalizada com um comício no dia 19. Para tudo isso, contamos com a participação de vários companheiros brasileiros que foram líderes operários, camponeses (o Manuel da Conceição, que está aí), estudantes (ex-presidentes da UNE), com o Boal, o Tiago de Melo, o Arrais (falta a confirmação final, mas já fomos informados de que virá), estamos vendo a possibilidade da participação de D. Helder que, segundo nos foi informado, virá à Europa nessa época, além de outros.

Neste sentido, gostaríamos de ver a possibilidade da sua participação no comício final (dia 19) ou no ato de abertura (dia 13), ou nos dois.

Caso você estivesse disposto a participar mas não estivesse disponível nesses dois dias, seria interessante que participasse em uma das conferências, em qualquer dos outros dias.

Podemos assegurar-lhe que não haverá nenhum problema com o Governo Português (já fizemos as diligências a esse respeito).

Finalmente, como você não me conhece, apresento-lhe como referência o Márcio Moreira Alves, com quem você poderá discutir tudo isso.

Em qualquer caso, seria bom se pudesse dar-nos uma resposta o mais rápido que lhe seja possível.

Saudações.

Maurício

Maurício V. Paiva

Trav. Do Pinheiro, 25, 1º

Lapa – Lisboa

Telef. 660315

Fui informado agora de que você já deve ter recebido o jornal do Comitê, através do Marcos Arruda, que também deve ter falado sobre o que é que tem feito o Comitê. De qualquer forma vai o endereço do Márcio: Rua S. Domingos da Lapa, 111, 3º - Telef. 661789

Lisboa, 10 de dezembro de 1977

Caro Lysâneas,

Tentei, infrutiferamente, falar contigo ao telefone e desisti porque o que tenho a dizer é mais explicitamente colocado nos documentos que junto.

O exílio é, por excelência, dissolvente e desordenador. Sabemos de maneira um tanto vaga que pensamos na mesma onda. Eventualmente nos encontramos ou temos notícias das atividades uns dos outros. Raramente nos coordenamos para multiplicar a eficácia dos nossos esforços, o que os torna bastante ineficazes. Mais do que nunca sinto agora a urgência de ultrapassarmos esta circunstância. Para muitos de nós, dentre os quais você, o tempo do exílio parece chegar ao fim. Para outros, isto é mais problemático – eu, por exemplo – mas também já não parece ser uma impossibilidade.

Gostaria de te ver; gostaria de conhecer as tuas opiniões; gostaria de te convocar para este hábito tão pouco brasileiro, que é o trabalho coordenado. Passarei as férias de Natal, de 17 de dezembro a 2 de janeiro, em casa de minha mulher, a 120 km ao norte de Paris. O telefone é: 4-4829132. Se, por acaso, planejares alguma viagem à França, por favor, não deixes de avisar-me para que possa encontrar-te.



As minhas lembranças à Regina e aos meninos e um grande abraço do Márcio [Moreira Alves]

Lysaneas Dias Maciel

2 Avenue des Amazones

Chene Bougerie

Genebra – Suíça

[sem data; 1978]

Caros Regina e Lysâneas,

A última vez que o Airton, via telefônica, contactou com v.v. transmitiu-me a informação de que não recebem cartas minhas há muito tempo. Estranhei, porque, há cerca de dois meses, lhes escrevi. Sei que é pouquíssimo, mas não recebi resposta desta carta. É verdade que não voltei a escrever por isso, mas por ter ficado, na Bahia, cerca de um mês e meio.

Estou tão convencido que v.v. voltarão, agora, que gostaria de saber o dia, a fim de programar minha vida, para ir ao Rio ou São Paulo, não sei bem, esperá-los. É tão importante v.v. chegarem, neste momento, quando é quase unânime a convicção de que suas presenças são necessárias. Ouço isso, constantemente e, olhem, que não é só da área parlamentar, mas de várias pessoas do Rio, com quem converso.

Interrompi essa carta para conversar com o Almir, da Ceilândia, grupo Pró-gente, que queria notícias suas. Falei-lhe da coincidência de estar escrevendo para v.v.

O quadro político aqui está, na prática, mais aberto. Há muita mobilização, a grande imprensa publicando tudo, as esquerdinhas convencidas que o regime está prestes a ruir. À margem o exagerado otimismo quanto à absoluta debilidade do governo, no resto o clima é diferente de sua época. As bases sociais de sustentação do regime, realmente diluem-se, mas o Geisel é um homem forte. Dirão v.v. que, aí, há uma contradição. Explico-lhes. O Geisel exerce um domínio

enorme sobre a área militar. Os comandos militares, a cúpula, enfim, está alinhada. A derrubada do Frota serviu para desestimular rebeliões militares. Quando o Frota estava no ministério, todo o nosso pessoal não apostava no Geisel. Fiquei uma voz isolada quando, desde julho, dizia a todos eles que se o Frota continuasse candidato, cairia até as promoções de novembro. Caiu em outubro.

Ando meio irritado com a desinformação do nosso pessoal. Dou-lhes informação e eles se perdem nas contra-informações que lhes parecem verdadeiras, porque vêm de fontes oficiais, com a ressalva de que são sigilosas. Na verdade é para tumultuar as análises dos inimigos (nós).

Há mais de um ano, cantei para nossa gente e escrevi para o jornal afirmando que somente um terremoto impediria a candidatura do Figueiredo. Não deu outra coisa.

No momento e, pela primeira vez, estou acreditando em uma pequena abertura. Não a que desejamos e queremos, mas, de qualquer sorte, uma abertura. Será um recuo deles. A nós cabe dar um passo à frente, consolidar a conquista e continuar avançando. Os nossos Autênticos, depois de serem enganados centenas de vezes, inclusive até as vésperas da cassação do Alencar, quando o próprio e mais o Lyra, Gadelha e tantos outros embarcaram no diálogo, encontram-se descrentes. Como o ano é eleitoral, os Autênticos estão radicalizando. Há uma decisão, adotada entre os assessores militares do governo no mês de julho do ano passado, no sentido de fazer algumas reformas (já lhes mandei dizer isso com detalhes. Como v.v. não receberam a carta, repito em síntese). Fizemos análise de conjuntura. Pesaram os riscos da abertura. Avaliaram as pressões internas e externas, balancearam as forças disponíveis e chegaram a duas conclusões:

a) Têm força para acabar com “essa frescura de Direitos Humanos e Liberdades Democráticas, mesmo enfrentando os dois fronts, o interno e o externo. Esse fechamento não duraria mais de 2 a 3 anos e enfrentariam dificuldades externas enormes (fechar, aí, significava 68).

b) Optar pela reabertura controlada e contar com a incompetência das esquerdas latino-americanas que, embora dizendo-se marxistas, ignoram a composição das bases sociais brasileiras e isolam-se, sempre, quando o regime retira o guarda da esquina. Isso quer dizer que, abrindo um pouco, desarruma-se a aliança tácita que se estabeleceu entre forças díspares, mas inconformadas com o rumo dos acontecimentos. Grupos de esquerda (alguns) – no entender deles – avançarão tanto, distanciando-se da retaguarda fracionada, que se isolarão, caindo “no bolsão”. A burguesia e a classe média verificarão que a desordem voltou e um empurrão é suficiente para fazer-se o retrocesso. O exemplo argentino é citado como muito próximo e profundamente didático.

Quem conhece a área militar sabe que, de há muito, não há unidade. Há controle excessivo sobre os descontentes. V.V. devem ter lido, na íntegra, a entrevista do Cel. Tarciso no Jornal do Brasil. Conheci esse coronel, no Rio, em 1971. Disse-se me, na época, que votou no Nina Ribeiro no Rio, onde servia. Decepcionou-se com o carreirismo do Nina, buscando vice-lideranças para alcançar o governo do Estado. O Nina, que melhorou de posição, elogiou a entrevista do Cel. na Câmara.

O Tarciso tem boa liderança, é corajoso e competente. Em 64, ao lado do gen. Muniz de Aragão, tomou a Vila Militar, onde dispunha de excelente prestígio. Tem uma posição liberal. Desde 1971 que ele dissente dos detentores do poder.

A pena imposta ao oficial revela insegurança. Ele praticamente pregou, de público, a insurreição. Dirá v. que insurreição não se prega, age-se. Creio que há várias táticas. Bem... espero-os para conversarmos.

Os nossos companheiros recuaram do propósito de criar um PS ou PT. O PC, aqui, tem combatido muito essa idéia e estão queimando quem a defende. A mim, inclusive. Continuo firme e convicto, segue uma entrevista ligeira que dei ao Versus.

O Almino luta como um doido, ao lado do Plínio Arruda, Valdir, Marx (que morreu a semana passada), Doutel e outros, para viabilizar a idéia, na hora própria. Nosso papel é nos preparar para a eventualidade e não ficar de braços cruzados, esperando que os outros saiam primeiro.

O PCdoB. aqui está mais contra que a favor e os trotskistas são favoráveis [ilegível]

Quanto ao Cepac, vai mal. Os deputados só fizeram conversar, prometer, e não fizeram nada de concreto.

Ainda quanto aos novos partidos: deverá se formar um “partidão” oficial. Delfim é um dos articuladores e diz que ele deverá ter um programa mais ou menos parecido com a social-democracia europeia. O mesmo Delfim crê que deverá se criar um partido + à direita, conservador, também c/ o apoio oficial.

Um partido de oposição moderada com Magalhães, Severo e muitos moderados.

Um partido popular – o nosso.

Entende também Delfim que sairá um partido “gauchista”, radical, pregando a aliança estudantil, operária, camponesa, e que contará, no país, c/ cem mil estudantes, 500 operários e cem camponeses. Que esse pessoal não quer o poder, nem o ameaça tão cedo, por não saber fazer alianças reais.

A censura ao “Movimento” continua efetiva. Quanto a mim, é brutal. Ou escrevo o que eles querem ou não sai. Por isso, apareço pouco, porque faço pouca concessão, embora escreva dois artigos por semana.

Através do Jarbas, recebi convite daí para ir à Venezuela e Europa. Consultou-me. Respondi afirmativamente. Mas, até hoje, nada. E, como as eleições se aproximam, as dificuldades de sair aumentam.

Lembranças aos garotos.

Um grande abraço,

F. Pinto

## FOTOS



Arquivo da família, s/c

Cercado pelos sindicalistas carris, do Rio de Janeiro, em encontro que marcou sua entrada na política partidária e sua primeira candidatura à Câmara dos Deputados, pelo MDB, em 1966.



ADIRP, Câmara dos Deputados

Na reunião da Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados, quando foi eleito presidente, em substituição a Paulino Cícero (Arena-MG). Lysâneas deposita seu voto na urna, observado por Cícero e Jorge Ferraz (MDB-MG).



Arquivo da família, s/c

Entre os Autênticos Fernando Lyra (esquerda) e Jarbas Vasconcelos (direita).



Arquivo da família

Com os Autênticos Fernando Lyra (à esquerda) e Airton Soares (à direita).



Punho cerrado,  
o gesto típico de  
Lysâneas na tribuna  
da Câmara dos  
Deputados.



Arquivo de família



Arquivo de família

Na recepção a Brizola, em São Borja, quando o líder  
trabalhista voltou do exílio após a anistia, em 1979.



Hans Lachmann, Pressefoto

Entre os membros do Eminent Church Persons Group, pelo fim do regime de *apartheid* na África do Sul e na Namíbia.

Arquivo de família



Candidato ao Governo do Rio de Janeiro, pelo PT: Lula foi ao comício para prestigiar o candidato Lysâneas, na Baixada Fluminense, em 1982.





Hans Lachmann,

Time de futebol dos constituintes.



Flávio Pacheco

Sessão Solene em homenagem aos Autênticos do MDB, no plenário da Câmara dos Deputados, em 27-8-1999. Da esquerda para a direita: Getúlio Dias, Regina Maciel, Lysâneas Maciel, Francisco Amaral, Chico Pinto, Paes de Andrade, Fernando Cunha.

Arquivo de fami-



Na Sessão Solene em homenagem aos Autênticos do MDB, em 27 de agosto de 1999, no plenário da Câmara dos Deputados.

Da esquerda para a direita: Lysâneas Maciel, Sônia Costa, Regina Maciel, Hebe Guimarães, Evandro Paranaguá e Chico Pinto.

Mayo de 1979

O SR. EVANGELISTA MACIEL (MIM) — Sr. Presidente, Sr. Impeador, que saudades do senhor, há que se encontra este Palacete, com as armadilhas sempre



Carta-circular do Serviço de Defesa dos Direitos do Homem e do Conselho Ecumênico das Igrejas Francesas, solicitando o envio urgente de telegramas ao Brasil para que a pressão internacional consiga impedir medidas de represália que possam colocar em perigo a vida de Lysâneas Maciel, após a cassação (2-4-1976).

TELEX TO: MCKEARY, NEW YORK  
HAIN, BREAD FOR THE WORLD, GERMANY  
MCKAY, CANADA CC  
MACRAE, AMERICAN CANADA  
WEBSTER, UNITED CHURCH CANADA  
BLACK, CHRISTIAN AID UK  
BOIS, FRANCE  
MOLLERUP, DENMARK  
WENT, STITCHING,  
SCHAFFERT, NIKS SWITZERLAND

CICARMS  
2-4-76

WE HAVE JUST BEEN INFORMED THAT DR LYSÂNEAS MACIEL, MEMBER OF CORE GROUP, CICARMS, BRAZILIAN, HAS BEEN STRIPPED OF HIS MANDATE AND POLITICAL RIGHTS AS A CONGRESSMAN YESTERDAY APRIL 1. HE IS A LEADING FIGURE OF THE OPPOSITION BRAZILIAN DEMOCRATIC MOVEMENT AND CHAIRMAN OF THE PARLIAMENTARY COMMITTEE ON MINES AND ENERGY. PREVIOUS EXPERIENCE IN SUCH CASES LEAD US TO FEAR FOR HIS LIBERTY AND PHYSICAL INTEGRITY IF HE IS ARRESTED. HIS RECORD AS A COURAGEOUS SPOKESMAN ON THE FLOOR OF PARLIAMENT ON BEHALF OF HUMAN RIGHTS AND AGAINST TORTURE LEAD US TO BELIEVE THAT HE WILL NOW BECOME MORE VULNERABLE AND UNDER INTENSE PRESSURE. HE HAS RECEIVED ASSURANCES FROM THE MINISTRY OF THE INTERIOR THAT HIS INTEGRITY WILL BE SAFEGUARDED BUT WE ARE URGENTLY REQUESTED BY OUR FRIENDS IN BRAZIL MOMENTS AGO THAT EVERY SUPPORT AND EXPRESSION OF CONCERN FOR HIS SAFETY FROM CHURCHES AND FRIENDS OUTSIDE IS NECESSARY AND WELCOME. WE REQUEST YOU THEREFORE TO INTERVENE AS CHURCHES, CHURCH AGENCIES, AND WITH YOUR GOVERNMENT IMMEDIATELY EXPRESSING GRAVE CONCERN FOR THE PHYSICAL SAFETY AND INTEGRAL RIGHTS OF DR. MACIEL. THE CRITICAL PERIOD OF IMMEDIATE REACTION IS TODAY BEFORE THE WEEKEND BEGINS.

WEBB

Telex-circular enviado pela presidente do Conselho Mundial de Igrejas, em Genebra, Sra. M. S. Webb, a dirigentes das igrejas protestantes de vários países, comunicando a cassação do mandato de Lysâneas Maciel e pedindo que atuem junto a suas igrejas e governos, expressando sua preocupação pela integridade física do deputado (2-4-1976).

Telegram to the President of the Republic of Brasil  
Mr. Ernesto Geisel  
Palacio Itamaraty  
Brasil

We were informed about some recent measures taken against Dr. Lysaneas Maciel, who is our brother in Christ. We would like to inform your Excellency that Dr. Maciel's physical integrity and protection are extremely precious to us. We therefore share this concern with your Excellency and express the wish that your Excellency will use his influence to insure the safety of our friend Dr. Maciel.

Respectfully,  
Church World Service - Reformed Churches in the Netherlands  
-----  
ALDIBUR - LEUSDEN

Telegram to the Ambassador of Brasil

Informed about certain measures against our brother in Christ, Dr. Lysaneas Maciel. We want to express our concern about his physical integrity and protection. We would beg your Excellency to pass on our concern to the Government of Brasil. Thanking you, yours respectfully,

C.B. Bavinck

Telegramas enviados ao presidente Geisel e ao embaixador do Brasil nos Países Baixos, pela organização das igrejas protestantes desse país, pedindo garantias quanto à integridade física de Lysâneas Maciel, após sua cassação (5-4-1976).

## AMÉRIQUES

## Brésil

## PLUS DE MILLE ARRESTATIONS EN DEUX ANS

## La «libéralisation» n'est toujours qu'un mot

Brasília. — Trois jours après avoir «causé» le mandat de deux députés de l'opposition du Rio-Grande-do-Sul (Le Monde du 1<sup>er</sup> avril), le général Geisel a adopté la même mesure à l'égard d'une des personnalités les plus connues du Mouvement démocratique brésilien, M. Lysaneas Maciel, député de Rio-de-Janeiro.

Se fondant sur l'acte institutionnel n°1, édicté en 1968, qui donne au président de la République des pouvoirs quasi dictatoriaux, le chef de l'Etat a en effet décidé, jeudi 1<sup>er</sup> avril, d'évincer de la scène politique un parlementaire qui n'avait cessé depuis plusieurs années de dénoncer les tortures, les emprisonnements arbitraires et les assassinats de prisonniers politiques. Comme ses deux compagnons de parti, M. Lysaneas Maciel a été déchu de ses droits civiques pour dix ans. Le bruit court dans la capitale qu'il risque, en outre, d'être arrêté et qu'une forte pression des militaires exerce dans ce sens. De nombreux parlementaires, y compris du parti gouvernemental, prévoient que d'autres députés de l'opposition subissent le même sort et la cascade des mesures politiques risque d'aboutir à une fermeture du Congrès.

La «causation» de M. Lysaneas Maciel était en discussion depuis mardi. Ce jour-là, le député de Rio était monté à la tribune de la Chambre pour dénoncer la mesure qui avait frappé le well-to-do, Nader Rossetti et Américo Muller, accusés d'avoir, dans une réunion publique, «entraîné la révolution et les forces armées».

M. Lysaneas Maciel avait critiqué avec véhémence le climat «d'oppression, de violence et d'effroi» existant dans le pays. Il avait également affirmé : «Nous sommes en train de nous habiller au manque de liberté, à la censure, à la disparition de principes politiques, à l'ère terroriste. (...) Si l'opposition ne lutte pas, à court terme elle va favoriser l'implantation d'un régime fasciste. (...) Nous serons puis le courage d'affronter les menaces des forces armées... Nous sommes menés au pillage de nos richesses nationales, à l'appropriation des troupes, à l'enrichissement des riches et à la corruption éperdue qui répand le chaos dans la société. (...)»

Après avoir été pendant

De notre correspondant

deux ans le mécanisme de répression le plus barbare qu'ait connu l'histoire de ce pays, le système contraire, à la suite d'élections, que seule la force lui permet de se maintenir au pouvoir, en même temps qu'il reconnaît son impotence à lutter contre la corruption et la violence.

Le lendemain, c'est-à-dire mercredi, on apprenait que le général Geisel avait réagi violemment à la lecture de ce discours, mais avait décidé d'accorder une «dernière chance» au député de Rio avant de décider de sa causation. Le même jour pourtant, le chef de l'Etat se rendait à Rio pour commémorer le douzième anniversaire du régime militaire et se réunissait avec les officiers commandant la première région (Rio-de-Janeiro). C'est au cours de cette réunion que le général Geisel, sous la pression de ses pairs, aurait finalement décidé de «causer» M. Lysaneas Maciel de son mandat et de ses droits civiques.

## Une farce dictatoriale

Apprenant la nouvelle, le député est monté jeudi après-midi à la tribune de la Chambre des députés, dont il a apostrophé le président, M. Collor Braga, en ces termes : «Citoyen Collor Braga, ce Congrès a peine conscience qu'il participe à une farce dictatoriale en cours depuis deux ans... Mais la période d'oppression ne durera pas et ce pays changera. Les mesures de force auront une fin, sous peine d'effrayer une dépopulation de millions. Nous sommes une situation de violence, de spoliation. D'autres têtes vont tomber, mais nous devons demeurer fidèles au peuple. Nous sommes les sauveurs.»

Un député gouvernemental de São-Paulo, M. Cândido Damasceno, à l'instar de l'interlocuteur, M. Damasceno est devenu comme un défenseur muet des policiers appartenant à l'«escadron de la mort» ainsi que des méthodes de torture pratiquées dans sa ville d'origine. M. Lysaneas Maciel répliqua en disant qu'il refusait de céder de son temps de parole à «un volon, un corrupteur et un assassin d'étudiants».

Assistait après, le président de la Chambre, M. Collor Braga, déridait de clore la séance et, quelques instants plus tard, de nombreux policiers envahirent les couloirs du Congrès. Le bruit courait que M. Maciel, menant d'arrestation, pourrait se réfugier dans une ambassade.

Depuis un an, les policiers, militaires ou civils, qui procédaient aux interrogatoires de membres du parti communiste d'effacement de démons, grâce à des «amies» arrachés par la torture, que le député de Rio est un allié du P.C.B. Un volume dans lequel a été préparé contre lui par les services de sécurité et, à plusieurs reprises, sa castration a été considérée comme imminente. Inévitablement le procureur des tortionnaires, M. Lysaneas Maciel était devenu l'un des témoins des atrocités de l'armée.

Ce moment difficile était interprété à Brasilia comme le signe irréfutable que la politique de libéralisation, plusieurs fois promise par le général Geisel, ne sera jamais mise en route. On estimait, au contraire, que l'acte gouvernemental s'efforcera, au cours des prochains mois, d'évincer un par un les éléments les plus actifs de l'opposition, afin de réserver toute sa signification à la victoire du M.D.B. lors des élections parlementaires de 1978, victoire présentée comme une protestation populaire contre le régime en place.

La dissolution du M.D.B. se déroula le 1<sup>er</sup> avril, afin de définir une ligne de conduite face aux positions qui le flankaient. M. Lysaneas Maciel est, en effet, le système parlementaire de l'opposition qui, en deux ans, a perdu son mandat. On estime à un million environ le nombre des arrestations au sein du «Mouvement» depuis le début de 1974. Pour nombre de ses dirigeants brésiliens, le gouvernement Geisel a démontré qu'il était aussi répressif que ses prédécesseurs et que, comme eux, il n'avait pu procéder qu'à des révisions de constitution électorale.

CHARLES VANHECKE.

«Le soleil, les drapeaux brésiliens, l'ordre des choses : c'est le jour du Soleil».

(Lire page 1 l'article d'Alain Woodrow.)

Artigo do correspondente no Brasil do jornal francês *Le Monde* Charles Wanhecke:

“A liberalização ainda não passa de uma palavra”, sobre a cassação do deputado Lysaneas Maciel.







# Energy for my Neighbour

*An Action Programme of the WCC*

## CONTENTS

I. A MANIFESTO . . . . .	1
Energy for a Sustainable Society . . . . .	2
Goals of the Programme . . . . .	3
II. A TASK FOR THE CHURCHES AND ALL CONCERNED PEOPLE . . . . .	4
Who is my Neighbour . . . . .	4
Central Committee's Recommendation . . . . .	5
Contribution of the Churches . . . . .	7
Where to Begin . . . . .	10
III. SUGGESTED ACTION PROGRAMME FOR THE RICH COUNTRIES . . . . .	12
Advisory Committee . . . . .	14
A Guide to Saving Energy . . . . .	15
Financial Considerations . . . . .	20
IV. IMPLEMENTATION OF THE PROGRAMME IN DEVELOPING COUNTRIES . . . . .	24
Appropriate Technology . . . . .	26
V. PRINCIPLES AND AFFIRMATIONS . . . . .	29
VI. RECOMMENDED BOOKS FOR FURTHER READING . . . . .	31



WORLD COUNCIL OF CHURCHES  
DEPARTMENT ON CHURCH & SOCIETY

Please write to Dr. Lysaneas Maciel, Department on Church and Society, World Council of Churches, 150 Route de Ferney, 1211 Geneva 20, Switzerland.

Imprimerie La Concorde, Epalinges

*Fac simile* da publicação contendo o projeto "Energy for my neighbour", de autoria de Lysâneas Maciel, quando dirigia o Departamento de Igreja e Sociedade do Conselho Mundial de Igrejas, em Genebra. Trata-se de projeto de criação de um fundo destinado ao desenvolvimento da energia nos países subdesenvolvidos, elaborado em 1977.

## *The Struggle for Human Rights: An Ecumenical Event*

LYSÂNEAS MACIEL (*Presbyterian, Brazil*)

In the midst of the most repressive moments of the Brazilian military dictatorship, as a Christian member of Congress, I was then, as now, profoundly concerned for the task of the church, especially with regard to the guarding of human rights.

I was raised in a home and church that preached the priesthood of all believers, that is, the responsibility of each person before God, his conscience, and his neighbor. When the church proposes to carry out its task, to try by all possible means to defend human rights, we cannot fail to report with sadness how such declarations often become insignificant in the face of the declared or hidden interests of those who hold the power.

The Christian church—and why not say Congress also—vacillates too long with regard to a defined action, not only in condemning oppression, but also in helping the oppressed. Those who think there is excessive insistence on this subject need to remember that what is more important than formulating rights is guaranteeing them in practice. When political sham writes into the basic charter of a country all the prerogatives that are indispensable to a free life, but does not give them the means of adequate application, dictatorship is virtually established.

The Christian churches with a pietistic formation contribute to this omission with regard to the safeguarding of human rights. I remember what the Protestant pastor, Dietrich Bonhoeffer, said just before he was sacrificed by the Nazi regime:

The church confesses that it has been present at the arbitrary use of brute force, at the bodily and psychological suffering of uncounted innocent people, oppression, hate and assassination without raising its voice. . . . The church confesses that

# LYSÂNEAS

Deputado Federal PDT n.º 1248



## UM HOMEM SEM MEDO

Comitê

RUA DA ASSEMBLEIA, 800/105 - CENTRO, TEL. 231.4000 - JOIÃO, RJ

Capa do jornal da campanha de Lysâneas Maciel à Câmara dos Deputados, 1990.

## REFERÊNCIAS

---

ABREU, Alzira Alves, BELOCH, Isabel, LATTMAN-WELTMAN, Fernando e LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer, Coordenadores. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*, FGV/CPDOC.

BASTOS, Vânia Lomônaco e da COSTA, Tânia Moreira, *Constituinte: Temas em Análise*, Caderno CEAC/UnB – Ano 1 – Nº 1, 1988.

CHAGAS, Carlos, *Resistir é Preciso*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.

COELHO, João Gilberto Lucas e OLIVEIRA, Antônio Carlos Nantes, *A Nova Constituição – Avaliação do texto e Perfil dos Constituintes, Perfil de Lysâneas Maciel*. Coordenação do Instituto de Estudos Sócio-Econômicos.

FERNANDES, Florestan, *A Constituição inacabada: vias históricas e significado político*. São Paulo, Estação Liberdade, 1989.

FERREIRA, Marieta de Moraes, ROCHA, Dora e FREIRE, Américo, *Vozes da Oposição*. Rio de Janeiro, Grafile Artes Gráficas e Editora Ltda., 2001.

FURTADO, Alencar, *Salgando a Terra*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

GASPARI, Elio, *A ditadura encurralada*. São Paulo, Cia. das Letras, 2004.

GUIMARÃES, Ulysses, *Perfil Parlamentar n. 44*. Brasília, Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1997.

GUIMARÃES, Ulysses, *Rompendo o cerco*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1973.

KIRKPATRICK Dow, Editor, *Faith Born in the Struggle for Life – A Re-reading of Protestant Faith in Latin America Today*, William B. Eerdmans Publishing Co., Michigan, EUA, 1988.

MIRANDA, Nilmário e TIBÚRCIO, Carlos, *Dos filhos deste solo*. Editora Fundação Perseu Abramo e Boitempo Editorial, São Paulo, 1999.

MUTAMBIKWA, James, *South Africa – The Sanctions Mission – Report of the Eminent Church Persons Group*. London: Zed Books Ltd., 1989.

---

NADER, Ana Beatriz, *Autênticos do MDB - Semeadores da Democracia: História oral de Vida Política*. São Paulo, Paz e Terra, 1998.

NEVES, Tancredo, *Perfil Parlamentar n. 47*. Brasília, Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001.

NOBRE, Freitas, *Debate sobre problemas brasileiros*. Brasília, Coordenada Editora, s/d.

REZENDE, Jonas, *E Lysâneas disse basta!* Rio de Janeiro, Mauad Editora Ltda., 2000.

SKIDMORE, Thomas E., *Brasil: de Castelo Branco a Tancredo Neves*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

TYSON, Brady, *Brazil: Nine Years of Military Tutelage*. Worldview, XVI, nº 7, julho de 1973.

---

ISBN 978-85-736-5485-6



9 788573 654851